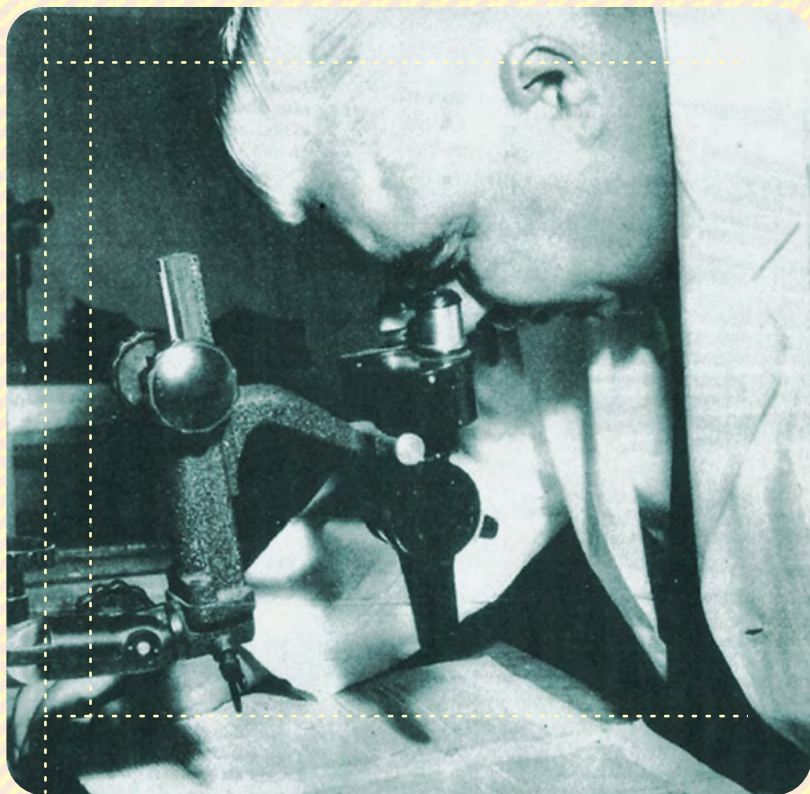




Conservadores, restauradores e cientistas
na preservação do acervo da Biblioteca Nacional
| de 1880 a 1980 |

Thais Helena de Almeida



A Coleção Ramiz Galvão, série criada para divulgar estudos nas áreas da biblioteconomia e ciência da informação, publica, no seu quinto volume, *Conservadores, restauradores e cientistas na preservação do acervo da Biblioteca Nacional – de 1880 a 1980*, de autoria de Thais Helena de Almeida. A obra reelabora as memórias dos profissionais que trabalharam para a preservação de seu acervo bibliográfico e documental. Pautado nas discussões teóricas dos campos da Memória Social e do Patrimônio Cultural, percorre uma trajetória de 100 anos de preservação por meio de pistas e rastros encontrados em documentos de arquivos públicos e privados e, ainda, de relatos, que possibilitaram revelar profissionais e compreender ações e mudanças de perspectiva preservacionista durante os séculos XIX e XX. Profissionais que foram influenciados por teorias e pelo pensamento internacional, surgindo de uma necessidade institucional, contribuíram para projetar a Biblioteca Nacional como a principal disseminadora da cultura preservacionista no âmbito dos acervos bibliográficos no Brasil.

Conservadores, restauradores e cientistas
na preservação do acervo da Biblioteca Nacional
| de 1880 a 1980 |

Coleção Ramiz Galvão – ISSN 2965-5323
Volume 5

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Cultura Margareth Menezes da Purificação Costa

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidência Marco Americo Lucchesi

Diretoria Executiva Suely Dias

Centro de Pesquisa e Editoração Naira Christofolletti Silveira

Coordenação de Editoração Claudio Cesar Ramalho Giolito

Centro de Coleções e Serviços aos Leitores Maria José da Silva Fernandes

Coordenadoria de Acervo Especial Mônica Carneiro Alves



BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA



Thais Helena de Almeida

Conservadores, restauradores e cientistas
na preservação do acervo da Biblioteca Nacional
| de 1880 a 1980 |

2ª edição

Coordenação de Editoração
Av. Rio Branco, 219, 5º andar
20040-008 | Rio de Janeiro, RJ
editoracao@bn.gov.br | www.gov.br/bn

Confira outras publicações da
Fundação Biblioteca Nacional

© 2025 Fundação Biblioteca Nacional (FBN)



EDITORIAL

Editor 1ª edição **Daniel André Pacheco Fernandes**

Editora 2ª edição **Naira Christofolletti Silveira**

Preparação de Originais e Revisão **Francisco Madureira, Carlos Santa Rosa**

Reprodução Fotográfica **Otávio Oliveira**

Projeto Gráfico, Diagramação e Tratamento de Imagens **Eliane Alves**

Revisão de Provas **Taiyo Jean Omura, Simone Muniz**

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A447c

Almeida, Thais Helena, 1964-

Conservadores, restauradores e cientistas na preservação do acervo da Biblioteca Nacional : de 1880 a 1980 / Thais Helena de Almeida. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2025.

464 p. : il. ; 21 cm. – (Coleção Ramiz Galvão ; v. 5)

Originalmente apresentada como tese da autora (doutorado – UNIRIO, 2019)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5940-030-0 (impresso)

ISBN 978-65-5940-032-4 (digital)

1. Biblioteca Nacional (Brasil) – História. 2. Materiais bibliográficos – Conservação e restauração – Brasil – História. 3. Documentos arquivísticos – Conservação e restauração – Brasil – História. 4. Papel – Conservação e restauração – Brasil – História. I. Biblioteca Nacional (Brasil) II. Título. III. Série.

CDD- 025.84

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de Coordenação de Serviços Bibliográficos, do Centro de Processamento e Preservação da Fundação Biblioteca Nacional. Bibliotecários Adriana Cervelli CRB7 nº 5359, Roberta Costa CRB7 nº 5587 e Sérgio Apelian Valerio CRB7 nº 3222

AGRADECIMENTO

A reedição revista do livro *Conservadores, restauradores e cientistas na preservação da Biblioteca Nacional: 1880-1980* reafirma a existência de um público leitor interessado na temática da preservação de acervos bibliográficos e documentais. Esses leitores buscam, nas páginas da obra, redescobrir os profissionais que dedicaram suas vidas à conservação do acervo da Biblioteca Nacional do Brasil. Este trabalho representa uma reelaboração de memórias que, em suas diversas camadas, transitam entre a consagração e o esquecimento, iluminando os caminhos percorridos para a salvaguarda de parte da produção do conhecimento do mundo.

Com a edição esgotada, é momento de expressar minha gratidão e reafirmar a importância de todos que contribuíram para a reflexão, pesquisa, descoberta, escrita, resistência e publicação desta obra. Agradeço àqueles amigos de uma vida, que se aproximaram de mansinho e se tornaram parte fundamental da minha trajetória, aos que partiram, à família, aos companheiros de longas caminhadas e aos amantes de livros e do patrimônio cultural. A vocês, meu mais sincero OBRIGADA!

Meu agradecimento se estende mais uma vez à Coordenadoria de Editoração e Pesquisa, que, com profissionalismo e delicadeza, conduziu esta nova edição. Agradeço à sensibilidade do projeto gráfico de Eliane Alves; à infinita paciência do revisor, Francisco Madureira; à organização da Produção Editorial de Taiyo Omura, à persistência do coordenador de Editoração, Cláudio Giolito; e ao acolhimento da coordenadora do Centro de Pesquisa e Editoração, Naira Christofoletti. Graças a todos vocês, chegamos até aqui.

As palavras de Aloísio Magalhães, publicadas no livro *E Triunfo?*, têm me acompanhado há muito tempo. Elas refletem o sentimento de todos aqueles que, como eu, tiveram sua educação e formação sustentadas pela sociedade brasileira. Desde as escolas públicas no interior de Minas Gerais até as grandes universidades federais

do Rio de Janeiro, construí minha vida profissional na Biblioteca Nacional, onde me descobri como pesquisadora. Quantos agradecimentos cabem neste percurso! Quantas mãos me guiaram até a última frase deste livro!

A você, leitor, e a todos os demais, deixo as palavras de Aloísio Magalhães, certa de que compreenderão a escolha: “[...] pela minha formação, eu devo isso à comunidade, pelo privilégio de não ter morrido quando criança, de ter podido estudar, enfim, por todos os privilégios que nós tivemos, acho que isso merece e nos obriga a uma devolução. Esta devolução é a nossa atividade, é a nossa ação para alterar esta realidade”.

SUMÁRIO

Prefácio à segunda edição | 9

Prefácio: O livro, uma pequena esperança | 11

Introdução | 15

Navegar é preciso: a formação da Biblioteca
Nacional – de Lisboa ao Rio de Janeiro | 49

Os primeiros anos da biblioteca dos reis na
corte do Rio de Janeiro | 55

De Biblioteca Imperial e Pública a Biblioteca Nacional | 65

As primeiras ações de preservação na Biblioteca Nacional
no século XIX | 82

A Conservação e a Restauração na Biblioteca Nacional
no final do século XIX | 101

Melhorias na Biblioteca Nacional para abrigar funcionários, leitores,
acervo e a Oficina de Encadernação e Restauração | 124

A literatura sobre restauração de papel no século XIX
no acervo da Biblioteca Nacional | 135

A preservação na Biblioteca Nacional nas primeiras
décadas do século XX: bibliotecários, encadernadores,
restauradores e cientistas | 147

Oficina de Encadernação: uma mudança institucional na rotina
dos trabalhos de encadernação e restauração | 147

Oficina de Encadernação – Encadernadores e uma nova rotina | 158

A resistência da Oficina de Encadernação | 170

O desfecho da Oficina de Encadernação da Biblioteca
Nacional e das oficinas particulares | 185

Cientistas, bibliófilos, bibliotecários e conservadores no combate
aos insetos na preservação dos acervos bibliográficos | 194

Os profissionais da conservação e da restauração e o estabelecimento do Laboratório de Restauração na Biblioteca Nacional – de 1940 a 1980 | 241

Os antecedentes para a implantação do
Laboratório de Restauração | 241

A formação da equipe de restauradores nos primeiros anos de
funcionamento do Laboratório de Restauração | 261

As seções de Encadernação e de Conservação: agentes e ações | 272

O Setor de Conservação e o combate aos insetos bibliófagos | 280

A atuação de Adalberto Barreto no Laboratório de
Restauração – entre as décadas de 1940 e 1970 | 291

Considerações finais | 333

Depoimentos | 339

Referências | 340

Apêndices | 380

Anexos | 447

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Naira Christofolletti Silveira

A segunda edição de um livro é a prova concreta da importância da sua primeira edição. Embora nem sempre o sucesso de uma edição garanta a publicação de reedições futuras.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2023, p. 5), a reedição é uma “edição diferente da anterior, seja por modificações feitas no conteúdo, na forma de apresentação do livro ou folheto (edição revista, ampliada, atualizada entre outros), seja por mudança de editor”. Cada reedição recebe um número, esta, em mãos, é a segunda edição, pois traz algumas mudanças, porém segue com a mesma essência. Em termos biblioteconômicos: trata-se de uma mesma obra em uma nova expressão.

O livro *Conservadores, restauradores e cientistas na preservação do acervo da Biblioteca Nacional* não somente materializa a tese de doutorado de Thais Helena de Almeida como também consolida a trajetória de uma servidora pública dedicada aos seus afazeres laborais, com profissionalismo e afeto. Neste caso, trata-se de fruto daquela pesquisa, publicado pela primeira vez em formato digital em 2021, com edição impressa em 2023, e em segunda edição agora em 2025, que possui reconhecimento do público pelo trabalho árduo, confiável, sensível e profundo da autora, visto que sua primeira edição se esgotou rapidamente.

Com uma preocupação genuína em conhecer os profissionais que a antecederam, buscando trilhar o melhor caminho para o futuro, recupera e reconta a história da própria Fundação Biblioteca Nacional. As memórias das pessoas se fundem às memórias institucionais, laços de afeto se transformam em nós nos quais é difícil discernir o individual do institucional.

Considero o meu papel de prefaciadora da segunda edição desta obra muito honroso não só por ter tido o privilégio de participar

de uma obra com essa relevância, mas também pela oportunidade de conhecer um pouco mais a pesquisadora doutora Thais Helena de Almeida.

As motivações pessoais, como a aproximação e identificação com o objeto de estudo, por exemplo, são os motores propulsores para o início de uma pesquisa científica. É preciso ter gana para se pesquisar. Ações que parecem ser individuais, no início, culminam em um produto coletivo, contendo a preservação da memória institucional sobre os conservadores, restauradores e cientistas que se debruçaram sobre a preservação do acervo da Biblioteca Nacional.

Este livro ajuda a refletir sobre os profissionais, os processos e a Biblioteca Nacional, onde diferentes atores são necessários e fundamentais para a preservação do patrimônio bibliográfico brasileiro. E por reconhecer a importância dessa memória institucional e daqueles profissionais que por aqui transitaram é que esse livro foi eleito para ser reeditado, pois através dele conhecemos um pouco mais sobre a nossa própria história, sobre a nossa identidade cultural.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Informação e documentação: livros e folhetos: apresentação: NBR 6029*. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

PREFÁCIO: O LIVRO, UMA PEQUENA ESPERANÇA

por Manoel Ricardo de Lima

Ernst Bloch nos lembra, ao constituir uma projeção com o seu *Princípio Esperança* [1954-59], que estamos o tempo inteiro precipitados na miséria. Ele afirma que numa luta efetiva contra a natureza, as primeiras tentativas de saída dessa condição, em uma *disposição utópica* [ou seja, a de uma intervenção radical no presente], se dão através da pele nua que força decididamente o homem a inventar: *toda origem é um lugar de inocência e descobrir a terra é inventar mundos*. Diante deste livro de Thais Helena de Almeida podemos ampliar a ideia de *inventar* para o que seria, de todos os modos, *conservar* [sem perder de vista o peso que esse verbo tem], *preservar* e *restaurar* [mesmo que à base de *nafta*, como relê Cesare Brandi a partir de Coreggio e Parmeggianino, na Lombardia, por volta dos 1600, 1700]: deixar os objetos, no seu caso, o livro, com possibilidades de “transpirar naturalmente”. Ou, como quer Viollet-le-Duc, restaurar seria restabelecer algo em “um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” porque todo objeto é um “organismo muito delicado”.

Inventar, para Ernst Bloch, é construir alguma coisa para prolongar o tamanho do punho, por exemplo, com algo que não cresceu nele, como uma clava ou um machado de pedra, o que já era, na antiguidade, no mínimo um bom e ingênuo artifício contra os lobos. Inventar é projetar um lance infinito: descobrir maneiras possíveis de colocar as coisas da terra ao nosso alcance. Depois Bloch indica ainda que, cobertos pelo que não nos é próprio, mas sim pelo que vem a partir de fora e nos anula a pele, confrontamos *um mundo* retesado enquanto tudo aquilo que remete à invenção, sem entranha ou abismo, passa a solicitar apenas uma ação, uma

finalidade, um desfecho; o que, de alguma maneira, provoca também a nulidade de toda invenção.

Assim, temos aqui um modo muito inteligente de montar e remontar um estudo e uma pesquisa, primeiro, frente a um imenso ARQUIVO secular [1880 a 1980]; depois, alargando a “forma” do RELATO [atente-se ao termo, FORMA], propondo mover um jogo entre lugar e memória, “lugares de memória” e, ao mesmo tempo, quase às avessas, sugerindo que “a memória deixa pistas uma vez que vida está em permanente evolução”. Repare-se que *lugar* é um móvel que se constitui no espaço e com o espaço num percurso das afecções possíveis e impossíveis e que, se a *memória* é algo sempre movente, desfaz, pela natureza de sua oscilação onívora [devorar, comer, penetrar, misturar, contaminar etc.], as ideias industriais modernas de *permanência* e de *evolução*.

Procura uma remontagem de “um conceito” de Michael Pollak, o que talvez seja apenas uma ideia ou sugestão, de um “enquadramento da memória” [porque a ideia de enquadramento faz parte do que ele elabora como um conceito de memória]. E nos lembra que para ele “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, coerência, unidade, continuidade e organização”, perceba-se aí a violência dos termos. Vejamos que, se com Pollak, estamos quase exatamente diante da anulação daquilo que mais torna a memória uma FORÇA e não uma FORMA, a vida; e é isto o que Thais Helena percebe para imprimir em seu livro uma ideia de memória como algo em “permanente evolução”. Logo em seguida, empenha-se em torno do que diz Andreas Huyssen, para uma percepção de uma memória que gira entre *contingência* e *instabilidade*, e agora repare-se na atenção e delicadeza com os termos, porque para Huyssen uma memória nunca é permanente e está sempre sujeita aos acidentes, ou seja, à vida, solicitando reconstruções alegóricas e simbólicas, sutis ou nem tanto: a memória é aquilo que se constitui, diz ele, como uma pedra erguida sobre areia movediça, apontando que é equivocado pensar que uma memória é fundamentalmente pura, completa e transcendente.

A importância deste livro de Thais Helena de Almeida – numa opção pelo relato, uma “memória das pessoas”, ou seja, quando

se pode ler uma memória da vida, de vida, com a vida etc. – está exatamente no confronto que arma entre Pollak, o enquadramento da memória, quando o mundo se fixa através da forma, logo, um mundo GERADO por controle e poder; e Huyssen que, a partir de Walter Benjamin, defende a erosão provocada pela capacidade onívora, faminta, da passagem do tempo, quando a história não é autoconsciente, mas sim um relato deslocado, fora de si, no qual a linguagem se esquece de si mesma, como uma espécie de *memória inaparente*. Foi Benjamin quem levou essa ideia reprojetada mais recentemente por Huyssen às últimas consequências, quando se lançava muito mais aos sentidos anacrônicos da montagem de séries imprevistas que relampejam futuros fabulosos, imaginados, logo, melancólicos, lentos, arrastados, que pudessem ser ENGENDRADOS no procedimento que adotava, o procedimento *arquifilológico*: a “extração de uma presença potencial da ausência das imagens”, quando o procedimento “não se manifesta pela via autoritária da interpretação que congela os sentidos, mas pela produção de faíscas intermitentes, de choques, de desassossegos, exatamente por apresentar aquilo que sempre esteve aí, mas é impossível de ser visto, cegos que somos”, logo, uma imaterialidade. Aproximações e rearranjos, séries, misturando tempos e a possibilidade de ler outras memórias que estão sempre *inaparentes*: ler a espessura do presente escavando memórias que não estão dadas pelo tempo histórico linear, mas na interioridade do fragmento [essa bolinha de chumbo, fechada e inacessível, como nos lembra Mario Perniola]. Forças, nunca fatos, para reposicionar em movimento as coisas conservadas e descobrir outras nunca encontradas: “o artifício da falsidade como a única via possível de acesso à estrutura ficcional da verdade”, história e memória “não são aquilo que foi, mas o que terá sido”.

Isto nos remete ao princípio que, antes e severamente, Benjamin escreveu em 1931 no pequeno texto *Sobre a faculdade mimética*, fundamental para o entendimento de um pensamento que advém da força e contra a forma ao sugerir *a leitura daquilo que nunca foi escrito* para que se possa *ler um arquivo de semelhanças não-sensíveis, logo não-materiais* e, com isso, contrariar o absoluto imperativo da ação que se impõe mecanicamente sobre a vida e liquida com toda a

magia: a obra de arte, a reprodutibilidade técnica e a guerra gerada pela estetização e fixidez da memória, logo, da política. Benjamin já pontuara no texto sobre Goethe e o seu *As afinidades eletivas* [do começo dos anos 1920] a relação entre *o químico*, condenado ao comentário diante da madeira e das cinzas: o comentador; e o crítico, um semelhante ao *alquimista*, que preserva na *chama* algum enigma do que ainda está vivo. Essa leitura, a do que nunca foi escrito, é, para Benjamin, algo vivo que advém da entranha, dos astros e da dança. Ou seja, GESTO. Num pequeno fragmento do *Passagens*, ele diz acerca de uma “Telescopage do passado através do presente”, que “A recepção de grandes e muito admiradas obras de arte é um *ad plures ire*”. A questão, para ele, está na força de que a expressão latina, *ad plures ire*, é literalmente algo como ir para onde está a maioria, que seria o mesmo que ir para a comunidade dos mortos [isto é o que descamba depois em sua TESE 6 *Sobre o conceito de história*]. Entende que o futuro do que é uma memória já está inscrito no seu passado, porque “o passado passa *voando*”.

Thais Helena ainda encontra esforço para nos chamar atenção às mulheres que trabalharam na restauração do acervo a partir de figuras como Vera Barbosa de Oliveira, Julia Cabral Barreira Cravo e Maria Pinheiro dos Santos que atribuem muito mais sentido de força ao livro; e aos insetos, os inimigos dos livros, do combate aos insetos bibliófilos destruidores até as nossas circunstâncias tropicais. E vale parar para pensar acerca da relação que Albert Cim faz, em 1902, a despeito das mulheres, ao tratá-las como insetos, quando as considera inimigas dos livros e que por isso as bibliotecas precisavam ser melhor vigiadas.

Assim, temos um livro singular em torno dessa ambivalência da memória e do ofício de conservadores, restauradores e cientistas da preservação. E isto se deve a estudo, pesquisa e trabalho, ou seja, um imenso esforço de construção, um forte relato-de-arquivo. E que se a palavra é pouco, se um livro é quase nada, que se saiba que tem-se aqui, em mãos, uma fundamental referência a pesquisadores e estudiosos que vêm, este que é também o sentido político numa dimensão pública da partilha do conhecimento.

INTRODUÇÃO

A técnica da restauração aprende-se aos poucos, pois não há escola nem curso. É uma arte que vai sendo transmitida aos poucos e exige paciência, capacidade e bom gosto. O mais importante é o interesse pelas artes e antiguidades. Sente-se mais do que se vê. Primeiro pela coloração, pelo aspecto, por certas nuances e pelo tato. Segundo pelos exames de laboratório: químicos (reagentes) e óticos (raios-X, ultravioleta e microscópio). É mais uma questão de hábito e prática que se adquire no decorrer dos anos (BARRETO, A., 1967, p. 27).

A citação acima faz parte de um documento datilografado, com pouco mais de 30 páginas, assinado por Adalberto Barreto, em 14 de setembro de 1967, e carimbado pelo setor de Conservação da Biblioteca Nacional. Considerando a minha posição de restauradora na mesma instituição,¹ hoje Fundação Biblioteca Nacional, a leitura desse documento desencadeou alguns questionamentos constantes e perturbadores: o que seriam as informações sobre a técnica da restauração abordada por Adalberto Barreto? De onde viria essa visão empírica e ao mesmo tempo científica da profissão do restaurador? O que a fundamentava, qual o seu propósito e, sobretudo, quem seria Adalberto Barreto?

A descoberta desse documento na biblioteca do Laboratório de Restauração da Fundação Biblioteca Nacional instigou este livro sobre a memória dos profissionais que trabalharam na preservação de seu precioso acervo. A pesquisa foi iniciada a partir de alguns fragmentos de memórias encontrados nas falas dos funcionários e em documentos publicados sobre a Biblioteca Nacional, seus profissionais e ações para a preservação do acervo bibliográfico e documental da instituição.

.....
1. Iniciei como conservadora-restauradora de papel no Laboratório de Restauração da Fundação Biblioteca Nacional em 2006.

Imediatamente foram identificadas referências pontuais que se repetiam e citavam quase sempre as mesmas informações. Entre estas estavam a instalação da Oficina de Encadernação, em 1902, ainda no edifício do Largo da Lapa, a criação do Laboratório de Restauração, instalado na sede da Avenida Rio Branco, em 1948, um esforço dos diretores Borba de Moraes e Josué Montello, que incumbiram da missão o restaurador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)² Edson Motta, e, mais tarde, a reestruturação do Laboratório de Restauração, em 1984, cujo espaço físico passou por reformas para abrigar equipamentos mais modernos, possibilitando tanto a implantação de novas técnicas quanto a capacitação de servidores no exterior.

Esses três momentos aparecem em algumas publicações e entrevistas, como na dissertação da chefe do Centro de Conservação e Encadernação da Biblioteca Nacional, Gilvânia de Lima, *Os desafios da preservação e da exposição de obras de arte: o caso do acervo Piranesi na Biblioteca Nacional*, de 2016. No capítulo dedicado ao desenvolvimento da conservação e restauração na biblioteca, embora mencione a preocupação de alguns funcionários, ainda no século XIX, quanto à qualidade da encadernação e da restauração dos livros, volta sua atenção para a instalação da Oficina de Encadernação, em 1902, e seu fechamento em 1931, para em seguida citar a instalação do Laboratório de Restauração, em 1948, pelo restaurador Edson Motta, e a criação do novo laboratório em 1983 (LIMA, 2016, p. 20-23 e 27). Em depoimento, Waldir da Cunha, que trabalhou como chefe do Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional até a década de 1990, disse se lembrar do restaurador Edson Motta, que trabalhava no Laboratório de Restauração, apesar de nunca tê-lo visto na instituição. Quanto ao outro restaurador, Adalberto Barreto, se limitou a dizer que era um funcionário comum, com pouca experiência (CUNHA, 2016). Waldir da Cunha, em seu livro *Bibliotheca Nacional: um jardim de delícias – Por trás dos arcazes*, cita ainda que Edson Motta era um “pintor-servidor” da

.....
2. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, é o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Biblioteca Nacional que atuava como professor de restauração de livros e estampas (CUNHA, 2009, p. 152). O historiador Gilberto de Carvalho também reforça esses momentos em sua obra *Biblioteca Nacional: 1807 a 1990*, ao lembrar o esforço para a implantação da Oficina de Encadernação, em 1902, as obras para o laboratório, na década de 1940, e o trabalho da direção para reestruturar o laboratório e capacitar os funcionários da restauração no exterior (CARVALHO, 1994, p. 86, 109-115 e 133). Os períodos entre tais marcos eram, a meu ver, incômodas lacunas, cujas lembranças na instituição pareciam inexistentes. Foram esses períodos de ausências, invisíveis aos olhos, mas latentes em suas potências, que atraíram meu pensamento e me levaram ao desafio de buscar iluminá-los.

A história institucional da Biblioteca Nacional na área de preservação estava fortemente marcada por esses três marcos distantes de memória. Entrelaçava fios soltos, construindo uma narrativa preservacionista para a instituição por intermédio de memórias pontuais e espaçadas, cruzando-as entre esparsas lacunas, por meio de pontes extensas sem lugar de ancoragem.

Por sua importância cultural, seu acervo monumental e imponente edifício, memórias relacionadas à Biblioteca Nacional foram retratadas de diversas formas, através de seus *Anais*, de relatórios administrativos, de relatos de viajantes, de publicações sobre suas histórias e da formação de seu acervo. Entretanto, a área da conservação e da restauração sempre foi pouco e pontualmente explorada, trazendo grandes lacunas em diversos períodos da sua história.

Ao elucidar que os “lugares de memória” são restos em lugares onde a memória deixa pistas, uma vez que a vida está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, suscetíveis de longas latências e de repentinas revitalizações, Pierre Nora enfatiza que é nos lugares de memória que a memória se cristaliza e se refugia (NORA, 1993, p. 9). Lembrando que bibliotecas, incluindo as nacionais, são lugares de memória, compreende-se que é da natureza da Biblioteca Nacional do Brasil ser formada por fragmentos de memórias que, por meio

de construções narrativas, apresentam sinais de reconhecimento e identidade à instituição e à sociedade:

Os lugares de memória são antes de tudo restos. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões da eternidade. [...] sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 7 e 9).

Reflexões acerca da relação entre a memória e os lugares vieram à tona durante o processo da qualificação da tese que deu origem a este livro. Alguns questionamentos levantados pela banca examinadora suscitaram reflexões sobre as ligações entre a lembrança e o esquecimento, entre os restos e os rastros da memória com o objeto da pesquisa. Foram apontados dois caminhos possíveis: o da história institucional da Biblioteca Nacional como um lugar de memória e o da memória de personagens que nela trabalharam para a preservação de seu acervo. Escolhi trabalhar com a narrativa das memórias dos profissionais conservadores, restauradores e cientistas, compreendendo como certas escolhas e ações influenciaram diretamente na preservação do acervo bibliográfico institucional. A opção por trazer esses personagens à narrativa está relacionada ao processo da pesquisa de campo inicial, quando me deparei com documentos que me direcionaram para esse universo, ao mesmo tempo que lacunas eram evidenciadas.

As memórias desses profissionais e suas ações de preservação que remontam ao século XIX e avançaram para o XX na Biblioteca Nacional se revelam, então, o objeto da presente pesquisa. Como objetivo principal me concentrei em buscar reconstruir essas memórias por meio de pistas e rastros encontrados em relatos e documentos revelados em arquivos particulares e institucionais.

Sabemos que o distanciamento muitas vezes contribui para a definição do objeto a ser trabalhado pela pesquisa. Por outro lado, só mais de perto se pode experimentar o sentimento incômodo que instiga e faz pensar sobre o porquê das coisas serem ou adquirirem determinada forma no presente. Assim, apenas depois de conversas

com conservadores-restauradores³ e bibliotecários, além de uma primeira busca mais minuciosa no acervo da Biblioteca Nacional, pude constatar a existência do reduzido número de registros sobre a preservação do acervo. Foi então que me deparei com meu objeto de pesquisa, cujo interesse foi despertado pelo incômodo diagnóstico das muitas ausências e lacunas na instituição sobre as memórias de seus restauradores.

Quanto mais dificuldades se apresentavam, mais instigante se tornou o processo de aprofundamento da pesquisa no campo de estudos da conservação e restauração de patrimônio documental a partir da perspectiva da memória social. No caso da Biblioteca Nacional, chama atenção a ausência de documentos, relatos e pesquisas acadêmicas sobre as memórias dos profissionais que atuaram de forma decisiva para a preservação do acervo, assim como sobre suas ações e influências no *corpus* teórico e na formação de um pensamento nacional preservacionista.

Com o levantamento da documentação sobre as memórias da preservação na Biblioteca Nacional, as muitas ausências na construção do pensamento e da trajetória trilhada pela área da conservação e da restauração na instituição foram uma das minhas primeiras constatações. A fim de iluminar essas memórias “escondidas” dos conservadores, restauradores e cientistas da área que passaram pela Biblioteca Nacional, este livro debruça-se sobre documentos escritos, testemunhos orais e imagens pouco exploradas dentro e fora da instituição. Ao analisar a memória da preservação na Biblioteca Nacional, percebeu-se que existem múltiplas relações entre esta e a sociedade capazes de promover reflexões, apresentar novos sentidos e ampliar o conhecimento da preservação no acervo bibliográfico e documental da Biblioteca Nacional.

Pautada nas discussões teóricas dos campos da memória social e do patrimônio cultural, baseei a análise também em minhas

.....
3. O termo conservador-restaurador que identifica o profissional que trabalha para conservar e/ou restaurar o patrimônio cultural é recente. Durante a pesquisa vamos encontrar referência aos conservadores e aos restauradores identificados separadamente. Optei por manter os termos encontrados em documentos relativos a esses profissionais, como eram identificados nos diversos períodos estudados.

próprias observações e experiências, como restauradora de papel, para elaborar essa pesquisa. Contemplei o debate sobre memória quando defendi a dissertação de mestrado⁴ em 2005, cujo tema versava sobre a preservação e o reconhecimento de um patrimônio histórico-ambiental por parte de uma determinada população. Nessa pesquisa pude analisar as representações coletivas e a memória dos atores envolvidos. Em 2006, segui paralelamente dois caminhos que me levaram à tese de doutorado. Vias complementares correndo para o delta do ainda desconhecido mar de memórias submersas, que me empurraram para a imensidão de um mar de papéis. Papéis que se apresentavam das mais diversas maneiras: fontes de estudo armazenados em documentos cujas informações foram neles grafadas. Papéis que foram preservados por conservadores-restauradores que passaram a ser referências das memórias de quem os preservou.

O primeiro desses dois caminhos percorridos foi a participação na elaboração do projeto de lei para regulamentar a profissão do conservador-restaurador, trabalho que exigiu a leitura da história da formação desse profissional com o objetivo de compreender sua atuação e das legislações que cercavam esse universo. A reunião desse material demandou um grande esforço, pois pouco se tinha publicado sobre o assunto e ainda eram grandes as lacunas sobre quem era esse profissional no Brasil e quais as competências que deveriam ser a ele atribuídas e definidas em uma lei própria. Ao iniciar esse trabalho, a primeira sensação foi de que esse profissional teria atuado sem deixar rastros. Concomitantemente, comecei a trabalhar como servidora no Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional. Nesse segundo caminho, minha trajetória foi trilhada sem ainda imaginar que todo aquele imenso acervo seria decisivo para minha vida profissional e acadêmica. Naquele momento, eu imaginava que, no ambiente de uma instituição de memória e preservação, aspectos da identidade do profissional conservador-restaurador poderiam ser

.....
4. SLAIBI, Thais Helena de Almeida. *Criação e gestão da APA Serra da Piedade-MG: um estudo sobre Patrimônio Histórico-Ambiental e Participação Social*. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2005.

desvendados facilmente, possibilitando uma leitura mais ampla da área de restauração.

Entretanto, com o passar do tempo, conciliando a busca por documentação que fundamentasse o trabalho do profissional conservador-restaurador e a minha vivência profissional na Biblioteca Nacional, me deparei com a dificuldade de encontrar documentos e narrativas relacionadas às memórias da área.

A partir dos poucos documentos encontrados, tomados como pegadas e rastros deixados para serem seguidos nesse caminho de memórias, é que foi sendo desenhado meu interesse em construir uma narrativa que pudesse fazer a ligação entre as memórias relacionadas aos vários profissionais da preservação. Estimulada pela escassez de documentos sobre o assunto, fui compreendendo a força e a dinâmica entre a lembrança e o esquecimento, de modo que a ideia desta pesquisa foi se revelando de grande importância e significado para mim.

O recorte temporal foi delimitado a partir da década de 1880, por ser daquele período o primeiro registro de um profissional responsável pelas atividades de restauração e as primeiras iniciativas para sistematizar seu trabalho. O recorte avança até a década de 1980, quando surgiu uma proposta de instalação de um novo laboratório de restauração, capacitação de profissionais e reestruturação das técnicas de trabalho que estão registradas em documentos encontrados na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Guiada pelo objetivo principal de construir as memórias dos restauradores-conservadores da Biblioteca Nacional por meio de pistas e rastros encontrados em documentos e relatos, esta pesquisa se desenvolve em torno da seguinte questão principal: como as ações e as mudanças de perspectiva na preservação de acervos estabelecidas na Biblioteca Nacional durante os séculos XIX e XX foram influenciadas pela trajetória do pensamento preservacionista internacional, e de que maneira as memórias dos seus restauradores-conservadores são capazes de elucidar a projeção da instituição no âmbito da cultura preservacionista de acervos bibliográficos no Brasil? A hipótese traçada inicialmente, e que, após longa análise, é corroborada neste livro, é a de que o profissional conservador-

-restaurador na Biblioteca Nacional surgiu de uma necessidade institucional, se apoiando em práticas orientadas por teorias e pensamentos internacionais, tendo sua trajetória contribuído para projetar a instituição como a principal disseminadora da cultura preservacionista no âmbito dos acervos bibliográficos no Brasil.

A fim de melhor compreender e refletir sobre essas memórias, tendo por base entrevistas, documentos, relatórios técnicos institucionais, publicações, referências internacionais no campo da conservação e restauração e suas implicações na construção de pensamentos e ações preservacionistas, alguns objetivos específicos foram traçados:

- Identificar os profissionais conservadores-restauradores e cientistas que atuaram na preservação do acervo da Biblioteca Nacional a partir do final do século XIX.
- Levantar e analisar diferentes práticas e conceitos de conservação e restauração do acervo bibliográfico por meio de documentos dos conservadores e dos restauradores, bem como documentos institucionais.
- Pesquisar sobre a origem, o desenvolvimento e a aquisição de equipamentos de conservação e de restauração de acervos em papel, e descobrir quando e como foram incorporados à rotina da Biblioteca Nacional.
- Identificar propostas, desenvolvimentos e mudanças de procedimentos nos trabalhos de conservação e de restauração dos acervos, publicados em anais de congressos de biblioteconomia e arquivologia, documentos e publicações seriadas.

Com a finalidade de complementar a análise bibliográfica e documental realizei nove entrevistas com ex-funcionários da Biblioteca Nacional e alguns de seus familiares, entre os quais ex-chefes de seções, conservadores-restauradores e historiadores que de alguma maneira estavam envolvidos com a preservação do acervo e com a instituição. Foi entrevistada Cleide Barreto, filha do conservador-restaurador Adalberto Barreto, que chefiou o Laboratório de Restauração entre 1953 e 1977, que nos disponibilizou diversos documentos, fotografias e matérias de jornais e revistas

sobre a atuação de seu pai. Waldir da Cunha, um dos mais antigos chefes da Divisão de Manuscritos, que também era responsável por acompanhar os trabalhos de desinfestação do acervo e a seleção de obras para conservação e restauração. Cely de Souza Soares Pereira, coordenadora da Conservação e Restauração, na década de 1980. Maria Luiza Guimarães Salgado, restauradora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), entre 1960 e 1980, que trabalhou com o restaurador Edson Motta e é coautora do livro *O papel: problemas de conservação e restauração*, de 1970, que teve grande repercussão e influência na área da restauração no Brasil. Maria Dulce Faria, chefe do Setor de Cartografia da Biblioteca Nacional, por suas lembranças a respeito das restaurações realizadas no acervo de mapas. Edson Motta Júnior, restaurador e filho de Edson Motta, que guarda muitas lembranças da formação de seu pai como restaurador e seu trabalho na Biblioteca Nacional. Heraldo Serpa, filho do restaurador da Biblioteca Nacional e artista plástico Ivan Serpa, que lembrou de passagens da vida de seu pai no Laboratório de Restauração. Cybelle Ipanema, historiadora e esposa do também historiador Marcello de Ipanema, amigo de Adalberto Barreto. Seu depoimento confirmou informações a respeito do apoio de Marcello de Ipanema na busca de Adalberto Barreto para se capacitar como conservador-restaurador. Bárbara Ferreira, bisneta de Sébastien Auguste Sisson, restaurador e litógrafo francês que restaurou para a Biblioteca Nacional no século XIX. Os depoimentos me permitiram ter acesso a diferentes interpretações sobre o espaço social da preservação na Biblioteca Nacional, bem como conhecer memórias silenciadas nos documentos institucionais. Ao possibilitar a busca de certas lacunas temporais, a análise desses depoimentos orais permitiu que a pesquisa trabalhasse com informações inalcançáveis por meio do acervo institucional, contribuindo assim para uma compreensão histórica do trabalho de Conservação e Restauração na Biblioteca Nacional.

O conjunto de fontes documentais referentes aos conservadores-restauradores da Biblioteca Nacional que conformam o *corpus* documental desta análise referem-se a relatórios e documentos administrativos encontrados nos setores de Manuscritos e Icono-

grafia, bem como a publicações sobre conservação e restauração disponíveis para consulta nos setores de Obras Gerais, Periódicos e Obras Raras. Além desses documentos da Biblioteca Nacional, também foram identificadas outras instituições de acervos que se relacionam com os momentos abordados e que apresentam fontes importantes para a compreensão da narrativa aqui traçada. Compondo esse conjunto estão documentos encontrados no Arquivo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), que por décadas foi responsável pela encadernação de obras para a Biblioteca Nacional, os fundos documentais do Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que guarda os documentos relativos à elaboração do Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional na década de 1940, bem como os diversos fundos documentais do Arquivo Nacional (AN), que compreendem o acervo do Ministério da Justiça e Interiores entre o final do século XIX e o início do século XX, período no qual a Biblioteca Nacional estava a ele subordinada. A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com seus inúmeros periódicos, possibilitou a busca de pessoas, fatos e datas que se relacionavam com a Biblioteca Nacional e a área da preservação.

Além disso, algumas teses e dissertações que tratam da Biblioteca Nacional como temática central também foram aqui utilizadas a fim de enriquecer a abordagem apresentada. Muito embora não estejam inseridas em campos de estudos da memória dos conservadores-restauradores e do patrimônio documental, esses trabalhos estão relacionados à memória e à preservação institucional. Entre esses estão a dissertação defendida por Antônio Carlos Nunes Baptista, intitulada *Biblioteca e memória – preservação no limiar do ano 2000* (1996), a dissertação de Gilvânia Faria de Lima *Os desafios da preservação e da exposição de obras de arte: o caso do acervo Piranesi na Biblioteca Nacional* (2016), a dissertação de Jandira Helena Fernandes Flaeschen *A qualidade do ar e microclima – relações e interferências na preservação da Coleção Miscellanea Curiosa* (2017), bem como a monografia da mesma autora, *O método de atmosfera anóxica: tratamento atóxico para a desinfestação de acervos bibliográficos*, de 2009.

Igualmente importantes para dialogar com esta pesquisa são a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Aloísio Arnaldo Nunes de Castro. Em sua dissertação *A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil entre as primeiras décadas do século XX até os anos de 1990*, Aloísio Castro enfoca as origens e a construção da conservação e da restauração de documentos gráficos por meio do exame das práticas e narrativas do discurso preservacionista. Tendo por base a extensa análise bibliográfica, documental e entrevistas elaboradas por meio da história oral, o autor examina os marcos teóricos, os paradigmas, as influências internacionais e as políticas culturais nacionais na construção dessa disciplina. Aloísio Castro observa que, nas primeiras décadas do século XX, a restauração já aparece afinada com o discurso cientificista, evidenciado pela literatura técnica de médicos e cientistas em estudos de insetos bibliófagos. O autor discute as influências das linhas conceituais que foram absorvidas na década de 1940, pelos cientistas norte-americanos, e a partir de 1960, 1970 e 1980, pelos modelos institucionais da Espanha, Itália, Portugal, França e Inglaterra, desembocando em uma mudança de paradigmas conceituais na década de 1990 com motivação na conservação preventiva⁵ (CASTRO, 2008).

Em 2013, em sua tese de doutorado *Do restaurador de quadros ao conservador-restaurador de bens culturais: o corpus operandi na administração pública brasileira de 1855 a 1980*, Aloísio Castro examina o processo de construção do profissional da conservação e restauração de bens culturais na carreira da Administração Pública brasileira, contextualizando-o historicamente, analisando o processo de desenvolvimento semântico da profissão, os saberes profissionais, assim como as narrativas e as práticas preservacionistas, contribuindo para a historiografia da Conservação e Restauração

.....

5. Algumas contribuições para a consolidação científica da Conservação Preventiva, dando ênfase à importância de equilibrar a necessidade do uso, da compreensão e da apreciação do patrimônio cultural aparecem nas Carta de Atenas (1931), Carta de Veneza (1964) e Carta de Itália (1972, 1987). No Brasil, os esforços para a consolidação da Conservação Preventiva foram firmados no Compromisso de Brasília (1970) e no Compromisso de Salvador (1971) (CALDEIRA, 2005/2006, p. 95-96).

de Bens Culturais no Brasil (CASTRO, 2013). Além dele, outros autores já vinham contribuindo, desde a década de 1970, para o entendimento da construção da profissão e do profissional na esfera pública brasileira. Iniciando a discussão sobre a formação da restauração enquanto disciplina, a restauradora Lindaura Corujeira apresentou durante o II Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado no Rio de Janeiro em 1974, a palestra Panorama da Conservação e Restauração de Documentos no Brasil, destacando a hegemonia da preservação do patrimônio edificado no contexto brasileiro em detrimento dos acervos em suporte de papel. Na ocasião, em discurso contundente, a autora relaciona essa postura aos seguintes motivos:

[...] à falta de uma consciência nacional do papel que representa o documento escrito como suporte de toda a informação que gera desenvolvimento científico e tecnológico, aliado à falta de pessoal capacitado para desenvolver pesquisas e aplicar técnicas no campo da conservação e restauração de papéis (CORUJEIRA, 1974, p. 3).

Em outro momento, Cláudia Scharf, durante o IX Congresso da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais (Abracor), em 1998, com a palestra Conservador-Restaurador Brasileiro: Quem somos nós?, discute a falta de estruturação da profissão no Brasil, seja pela dificuldade de formação, seja pela falta de consenso sobre o que deveria ser a profissão, e alerta que o profissional brasileiro não tem se dedicado como deveria à discussão de critérios de preservação (SCHARF, 1998, p. 151).

Neide Aparecida Gomes, em sua dissertação de mestrado, de 2000, intitulada *O ensino de Conservação, Preservação e Restauração de Acervos Documentais no Brasil*, pesquisou o ensino que inicialmente era ministrado nas faculdades de Biblioteconomia e Arquivologia no Brasil, fazendo uma comparação com os cursos correspondentes ministrados no exterior. A partir dessa análise comparada chega à conclusão de que os cursos brasileiros não proporcionavam aos alunos uma formação que os capacitasse para atuar na conservação e na restauração dos acervos documentais (GOMES, 2000, p. 79).

A tese de doutorado de Maria Conceição Casanova, de 2011, *De artífice a cientista. Evolução da Conservação e do estatuto profissional do conservador-restaurador de documentos gráficos no AHU*⁶ – 1926-2006, em Portugal, se apresenta igualmente importante dada a aproximação cultural entre os dois países. Ela proporciona uma visão internacional sobre o profissional restaurador. Casanova defende que esse profissional ainda hoje é reconhecido pelo cidadão comum como alguém paciente e com qualidades manuais excepcionais. Segundo Casanova, o restaurador, em sua trajetória profissional, teria passado de artista-restaurador a simples artífice e, posteriormente, a técnico especializado, concluindo que o título de conservador-restaurador apenas lhe foi atribuído na década de 1980 (CASANOVA, 2011).

Em relação a alguns aportes teóricos relativos ao campo de estudos da Conservação e Restauração, cito o texto *A restauração na perspectiva das ciências humanas*, de Paul Philippot,⁷ publicado em 1996, que contribuiu para a interpretação das práticas da conservação e restauração como um ato de cultura, como fenômeno cultural. Tal ato exige um trabalho em colaboração com o historiador da arte, o restaurador, as novas tecnologias, e, embora se trate de uma disciplina especializada, seu desenvolvimento depende da resposta que suas realizações obtêm do público, logo, do nível cultural, estético e histórico desse público. Philippot afirma que a restauração era, na década de 1980, considerada um dos raros domínios dentro dos quais a cultura e a tecnologia humanista (as ciências humanas e as ciências exatas) podem se fundir. Para ele, a restauração não será capaz de se desenvolver senão na medida em que sua função cultural é entendida e sustentada pela sociedade (PHILIPPOT, 1996, p. 227-229).

6. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

7. Foi um dos fundadores e diretores do *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* – ICCROM, entre 1959 e 1977. Professor de História das Artes na Universidade de Bruxelas, participou de missões internacionais para treinamento em conservação e restauração. Autor de obras de história da arte e estética e artigos no campo da conservação e restauração.

São igualmente importantes as referências teóricas encontradas na obra de Salvador Muñoz Viñas,⁸ *Teoría contemporánea de la restauración*, de 2004, que trata de uma revisão de definições, debate princípios éticos e analisa criticamente conceitos clássicos, propondo uma revisão das bases teóricas e os critérios de valoração de obras de arte e demais objetos de interesse cultural (MUÑOZ VIÑAS, 2004).

No campo da Memória Social, a discussão de Elizabeth Jelin⁹ em seu livro *Los trabajos de la memoria*, publicado em 2002, apresenta um conceito que se tornou importante para essa pesquisa: as pegadas, representadas por restos e rastros armazenados. Jelin analisa essas pegadas como saberes reconhecíveis guardados passivamente como informação arquivada na mente das pessoas, em registros, em arquivos públicos e privados, em formato eletrônico e em bibliotecas. São pegadas de um passado, nas ruínas, e marcas materiais, nas pegadas *mnésicas* do sistema neurológico humano, na dinâmica psíquica das pessoas, em um mundo simbólico. Essa ideia me fez refletir e encarar certos documentos encontrados enquanto pegadas, rastros armazenados passivamente. No entanto, a autora adverte que essas pegadas em si não constituem “memória”, a menos que estas sejam evocadas e localizadas em um marco que lhes dê sentido (JELIN, 2002, p. 30). Memórias que, segundo ela, precisam ser evocadas para serem compreendidas, uma vez que é necessário elaborar memórias e lembranças em lugar de revivê-las, lembrando que abordar a memória é falar sobre recordações e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos, onde há um jogo de saberes, mas também de emoções (JELIN, 2002, p. 2). A partir desse conceito de pegadas, de Jelin, o conjunto de fontes primárias que reuni nesta pesquisa (constituído por relatórios institucionais, ofícios, cartas, anotações manuscritas, documentos datilografados, documentação fotográfica, publicações de jornais e revistas, anais institucionais,

8. Professor catedrático do *Instituto de Restauración del Patrimonio, Grupo de Conservación y Restauración de Obra Gráfica y Documento*, na Universidade Politécnica de Valencia, Espanha.

9. Socióloga e pesquisadora social argentina que trabalha em questões como direitos humanos, memórias de cidadania, família, movimentos sociais, repressão política e gênero.

documentos e fotografias públicos e privados) foi examinado como rastros e restos, deixados por algum tempo silenciosamente nas prateleiras e gavetas.

Michael Pollak contribui com os conceitos de representações coletivas da memória, evidenciando que esta é um fenômeno construído social e individualmente, e como ela é seletiva. O autor pondera que nem tudo fica gravado e registrado, uma vez que a memória sofre flutuações em função do momento em que é articulada, em que é expressada, e como as preocupações do momento constituem um de seus elementos de estruturação. Para Pollak, nas representações coletivas existe subjacente um conjunto de interesses explícitos ou implícitos que acaba determinando alianças, conflitos, identificações ou afastamentos entre grupos sociais. Daí a importância de se entender a lógica da ação coletiva a partir das representações que os grupos elaboram sobre o funcionamento de seu mundo e as ações para mantê-lo ou modificá-lo (POLLAK, 1992, p. 200-212). Ao longo da tese é possível perceber alguns momentos que foram mantidos pela força de uma memória, de um grupo social que elegeu alguns fatos e abandonou outros. Assim, a ideia de enquadramento da memória, de Pollak, é igualmente elucidativa para pensar a formação da história institucional da Biblioteca Nacional e a constituição de sua memória. Para Pollak, além do enquadramento da memória, há também o trabalho da própria memória em si. O autor defende que “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade e de organização” (POLLAK, 1992, p. 206). Ao refletir sobre o momento em que a instituição inscreveu em sua história os três marcos destacados da memória da preservação da Biblioteca Nacional, compreende-se quando essa memória constituída passou a trabalhar por si só, reafirmando sempre e mantendo os três marcos na lembrança, criando por meio deles uma unidade e atribuindo para a memória da restauração institucional uma ideia de coesão e continuidade.

Para ajudar a refletir sobre a temática da memória, Andreas Huyssen é igualmente importante ao mostrar que a memória coletiva de uma sociedade não é menos contingente e instável do que

a memória individual, pois de modo nenhum sua forma é permanente, estando sempre sujeita a reconstruções, sutis ou nem tanto. Para Huyssen, a memória de uma sociedade é negociada no corpo social das crenças e valores, de rituais e instituições, e no caso das sociedades modernas ela se forma em espaços públicos de memória tais como museus, memoriais e monumentos. Contudo, Huyssen alerta que a permanência prometida pela pedra do monumento está sempre erguida sobre areia movediça. Diante disso, o autor observa que alguns monumentos são derrubados com alegria, em tempos de rebelião social, enquanto outros preservam sua memória em sua forma mais fossilizada ou se mantêm simplesmente como figuras do esquecimento, com seus significados e propósitos originais erodidos pela passagem do tempo. Para o autor, o importante é compreender esse processo, em vez de lamentá-lo na crença equivocada de que seria possível uma memória fundamentalmente pura, completa e transcendente (HUYSEN, 2000, p. 68-69). Essa percepção do equívoco de pensar uma memória pura e transcendente nos ajuda a entender, no livro, alguns momentos que sofreram a erosão da passagem do tempo. Apagando e substituindo memórias.

Ao refletir sobre a crescente aceleração das inovações científicas, tecnológicas e culturais numa sociedade orientada para o consumo e o lucro, Huyssen discute que nessas sociedades são criadas quantidades cada vez maiores de objetos, estilos de vida e atitudes fadados à rápida obsolescência, fazendo encolher efetivamente a duração do temporal, daquilo que pode ser considerado presente num sentido concreto. Essa análise me fez pensar nas oficinas, nos laboratórios e nas tecnologias incorporadas às rotinas de trabalho de restauração ao longo da história, na solução imediatista da aplicação de técnicas como resposta à preservação do patrimônio cultural e na forma como muitas delas acabaram rapidamente abandonadas ao esquecimento.

Sobre os vestígios e restos da memória, o filósofo Walter Benjamin ilumina a presente abordagem ao refletir sobre o advento do capitalismo e como este impôs rompimentos com tradições importantes, produzindo um efeito devastador na vida social. O mundo da experiência, segundo Benjamin, está em baixa, a experiência que

se passa de pessoa a pessoa, que é a fonte de todos os narradores, não inspira mais a vida, uma vez que o homem conseguiu abreviar até a narrativa (BENJAMIN, 1987, p. 206). O mundo da experiência, como observa Regina Abreu, foi substituído pelo mundo da informação e a ligação entre passado e presente foi perdida, gerando homens que se voltam eternamente para o futuro (ABREU, 2011).

Walter Benjamim denunciou a perda de elos interpessoais dentro de comunidades, a consequente destruição de elos com o passado e a perda da capacidade de aprendizado através de experiências anteriores (SANTOS, 2002, p. 141). A perda da experiência acarreta outro desaparecimento, o das formas tradicionais de narrativa, que têm sua fonte nessa comunidade e nessa transmissibilidade, como ressalta Jeanne Marie Gagnebin. No entanto, a autora observa que no texto “O narrador”,¹⁰ de Walter Benjamin, ele não alimenta o pessimismo ou a desesperança, mas esboça a ideia de uma outra narração, uma narração nas ruínas da narrativa, uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas (GAGNEBIN, 2001). Numa curiosa analogia, esse narrador de que trata Walter Benjamin seria a figura do trapeiro ou do *chiffonnier*, do catador de sucata e de lixo, que recolhe os trapos, os restos, para esboçar a ideia de outra narrativa. Os trapos, recolhidos nas casas e ruas durante séculos, foram a base para a fabricação do papel, um emaranhado de fibras que se entrelaçam para criar uma superfície na qual as histórias e memórias podem ser grafadas e contadas, entre elas as memórias dos profissionais que trabalham para a preservação desse suporte.

Para refletir sobre as memórias dos profissionais que atuaram na preservação do acervo da Biblioteca Nacional optei por traçar uma breve linha do tempo sobre o desenvolvimento da área de conservação e de restauração e situar as possíveis influências das correntes teóricas que se afirmaram ao longo da história e contribuíram para a construção do conceito de Patrimônio Cultural. Conceito este que tem adquirido novas conotações na sociedade ocidental moderna,

.....
10. BENJAMIN, Walter. “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.” In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

expressando novas tipologias em relação aos bens de valor cultural. Como ressaltado por Regina Abreu, a progressiva ampliação desse conceito implicou também a inclusão de novos qualificativos, como “genético”, “químico”, “natural”, “imaterial”, o que, no Brasil, foi também expresso na Constituição de 1988, com destaque para os artigos 215 e 216, que preveem a proteção aos bens culturais de natureza imaterial (ABREU, 2012, p. 29).

Françoise Choay, ao discorrer sobre o tema do patrimônio, observa que o conceito era, como hoje, contaminado por forte implicação econômica, estando originalmente ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável (CHOAY, 2001, p. 121). Como afirma Maria da Conceição Casanova, para a preservação do patrimônio material, entendido como um legado, ele era recuperado e mantido, em geral, pelos próprios proprietários, ou, em casos mais complexos, por artistas e artífices (CASANOVA, 2011, p. 12). Casanova acrescenta que alguns autores associam o aparecimento da consciência e da noção de patrimônio ao fenômeno do colecionismo, situando esse evento no Renascimento, nomeadamente com o aparecimento do mecenas interessado, sobretudo, pelas obras de arte, e dos humanistas e eruditos que, além das obras de arte, fascinavam-se pelas curiosidades dos novos mundos.

Casanova observa ainda que, no final do século XVI e no início do século XVII, testemunha-se um cuidado crescente com a proteção dos vestígios do mundo clássico, e que as pessoas abastadas contratavam artistas, muitas vezes de renome, para cuidar das suas coleções, deixando testemunhos escritos sobre as preocupações e os procedimentos adotados. Essas operações eram realizadas sobre as peças de arte dos colecionadores e muitas vezes consistiam em refazer e, sempre que julgassem necessário, aperfeiçoar supostas falhas, numa tentativa de superar o artista que concebera a obra originalmente (CASANOVA, 2011, p. 13).

Alguns momentos foram decisivos para a entrada e a permanência do profissional conservador-restaurador na preservação dos acervos culturais, como, por exemplo, o final do Antigo Regime, quando a monarquia, influenciada pelas ideias iluministas tomou

iniciativas no sentido de dar acesso a seus acervos por meio da criação de museus. Foi assim que o desenvolvimento dessas instituições, inspiradas nos modelos de museu de imagens e de coleções de arte, inscreveu-se no grande projeto filosófico e político do Iluminismo: vontade dominante de “democratizar” o saber, de torná-lo acessível a todos (FONSECA, 1997, p. 89). O período da Revolução Francesa desencadeou uma onda de vandalismo aos monumentos, que foram demolidos, danificados ou desfigurados sob as ordens ou com o consentimento dos comitês revolucionários. Tais atitudes acabaram por suscitar medidas imediatas para a proteção do patrimônio cultural, agora nacionalizado. Maria Cecília Londres Fonseca observa que no final do século XVIII, a partir da Revolução Francesa, o Estado assumiu em nome do interesse público a proteção legal de determinados bens, uma vez que a estes foi atribuída a capacidade de simbolizar a nação, definindo o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional (FONSECA, 1997, p. 51).

Segundo Françoise Choay, essa mudança de entendimento do patrimônio como um bem de todos, passando à prática da sua conservação, favorecendo a elaboração de um conjunto de disposições e de procedimentos inéditos para gerenciá-lo, marcaram pela primeira vez uma intervenção inovadora da França na gênese do monumento histórico e de sua preservação (CHOAY, 2001, p. 119). A entrada na era industrial, a brutalidade com que ela veio dividir a história das sociedades e do meio ambiente, o “nunca mais será como antes”, que acabou por resultar numa das causas do Romantismo, fez crescer o pensamento preservacionista, que no final do século XIX passou a ser discutido entre teóricos. Pela primeira vez eles apresentaram os princípios que deveriam reger as intervenções de restauração na defesa do Patrimônio Cultural (SLAIBI, 2005, p. 135).

Casanova observa ainda que, na primeira metade do século XIX, as descobertas científicas no campo da geologia e paleontologia e a nova reorientação da antropologia permitiram a caracterização histórica de outros “povos como primitivos”. Isso facilitou a tomada de consciência da história como um “processo contínuo”, ao mesmo tempo que se dá a cada momento do devir histórico uma mesma importância, anulando-se o dogmatismo estilístico que privilegia

épocas e estilos. O contexto dessa nova consciência histórica do século XIX exige então uma abordagem crítica por parte do restaurador, que se distancia cada vez mais do percurso criativo e das habilidades puramente artísticas anteriores (CASANOVA, 2011, p. 15).

As reflexões sobre a mudança de entendimento do que seria o trabalho do restaurador, do teórico belga Paul Philippot, apresentada em seu texto *Le métier de restaurateur*, reflete muito o perfil encontrado no profissional restaurador da Biblioteca Nacional no século XIX. Ele observa que, ainda no século XIX, o profissional restaurador que se interessa pela história das técnicas da produção artística e no seu tempo livre pratica uma atividade artística substitui o artista que restaura ocasionalmente. Para Philippot, a nova cultura do restaurador-artesão reside sobre uma prática baseada no conhecimento empírico tradicional, na sua experiência estética pessoal e, até as primeiras oficinas serem criadas nos museus, ele seria um trabalhador independente que no seu tempo livre pratica a atividade artística (PHILIPPOT, 1999, p. 16).

Essa experiência estética pessoal fica evidente na obra de Ris-Paquot, de 1890, com sua definição daquele que seria o bom restaurador:

Para ser um bom restaurador existe uma condição essencial, indispensável mesmo, a de ter amor à arte por ela mesma e para ela mesma, ter ainda uma paciência a toda prova. Sem essas duas qualidades indispensáveis o restaurador destruirá infalivelmente, por falta de conhecimento, de cuidado e de precaução, as obras-primas que ele terá o compromisso de restaurar (RIS-PAQUOT, 1890, p. 3, tradução nossa).

Com o movimento de ampliação do conceito de patrimônio cultural, o pensamento preservacionista se refletiu também na evolução dos procedimentos de conservação e nas filosofias de intervenção e, muito em particular, no perfil do técnico restaurador que se vê confrontado com a modificação do quadro conceitual desse patrimônio (CASANOVA, 2011, p. 155). Esse profissional restaurador ganha uma dimensão social maior quando as primeiras questões teóricas do restauro são formuladas no final do século XIX, em uma

polêmica estabelecida por dois campos teóricos: o francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, representante da restauração estilística e intervencionista, e os ingleses John Ruskin e William Morris, representantes da restauração romântica ou teoria romântica e anti-intervencionista. Ambas teorias são voltadas para a preservação do patrimônio arquitetônico (ELIAS, 2002, p. 26-27).

Viollet-le-Duc era arquiteto, escritor, crítico de arte e defendia que o arquiteto-restaurador, na sua intervenção de restauro, teria legitimidade para incluir novos elementos ao monumento, almejando atingir um estado completo e idealizado da obra (VIOUET-LE-DUC, 2000, p. 29). Sua obra *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XV^e siècle*, publicada em dez volumes entre 1854 e 1871, teve grande difusão e aceitação tanto na França quanto em outros países da Europa. Sua principal formulação está no início do verbete RESTAURAÇÃO: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (KÜHL, 2000, p. 29). Seu conceito de restauração pressupunha a remoção dos acréscimos de épocas anteriores com o objetivo de restituir o aspecto original. Retomar o estado mais puro, anterior à sua própria execução, ao momento do projeto da obra original, era uma necessidade em seus princípios (LIMA, 2016, p. 14).

Contrapondo as formulações da corrente francesa que intervinha sobre os monumentos de forma incisiva e invasiva, a teoria “romântica” de Ruskin apresentava uma posição diametralmente oposta à de Viollet-le-Duc. Teórico e crítico de arte inglês, Ruskin publicou em 1849 o extenso ensaio *The Seven Lamps of Architecture*, com princípios da arquitetura que defendia o absoluto respeito pela matéria original, a intocabilidade da obra, recomendando para sua conservação uma manutenção periódica, chegando a admitir a possibilidade da perda do bem. Defendendo os princípios da teoria romântica da restauração, Ruskin e Morris escreveram, em agosto de 1877, um manifesto antirrestauração – *Manifesto of Society for the Protecting of Ancient Buildings* –, questionando o tratamento de restauração que, se continuado, os monumentos chegariam às futuras gerações inúteis para o estudo, e mostrando que essas

intervenções estavam contribuindo mais para destruição do que todos os séculos precedentes de revolução (FRONER, 2007, p. 5).

Em busca de critérios éticos de intervenção, métodos e conhecimento científico na proteção do patrimônio cultural, outros teóricos também irão contribuir com ideias e princípios que nortearão o pensamento no final do século XIX e no século XX. No final do século XIX, o arquiteto, escritor e historiador italiano Camillo Boito, em defesa da restauração científica, formula uma nova teoria, consolidando uma via que se contrapôs às tentativas de se restabelecer um suposto estado original, o que, segundo ele, teria acarretado a destruição ou deturpação de muitos documentos históricos (KÜHL, 2005, p. 19). Segundo Françoise Choay, Camillo Boito, ao confrontar as teorias de Viollet-le-Duc e de Ruskin, imprime nos seus textos uma crítica, sobretudo no ensaio crítico *Conservare o restaurare*, publicado em 1893, apresentando de forma dialógica as ideias desses dois teóricos para construir sua própria doutrina. Françoise Choay ao analisar as contribuições de Camillo Boito, observa que:

A Ruskin e a Morris ele deve sua concepção da conservação dos monumentos baseada na noção de autenticidade. Não se deve preservar apenas a pátina dos edifícios antigos, mas os sucessivos acréscimos devidos ao tempo – verdadeiras estratificações, comparáveis às da crosta terrestre, que Viollet-le-Duc condenava sem escrúpulos. O respeito à autenticidade deve igualmente fazer rejeitar a concepção “paleontológica”, com base na qual Viollet reconstitui as partes desaparecidas dos edifícios [...] termina por ignorar o caráter singular de cada obra. [...] Contra Ruskin e Morris, postula a prioridade do presente em relação ao passado e afirma a legitimidade da restauração. [...] Ela só deve ser praticada *in extremis*, quando todos os outros meios de salvaguarda (manutenção, consolidação, consertos imperceptíveis) tiverem fracassado. Então, a restauração se revela o complemento indispensável e necessário de uma conservação (CHOAY, 2001, p. 165).

O respeito pelo material original e a manutenção das incorporações de restaurações anteriores como parte integrante da história do bem cultural foram preconizados por Boito. O teórico recomendava a mínima intervenção e, no caso de haver a necessidade de

acréscimos, propunha uma distinção da ação contemporânea para que esta não fosse confundida com aquilo que subsistia da obra, o que poderia levar o observador ao engano de considerá-la antiga. Durante uma conferência feita na Exposição de Turim, em 7 de junho de 1884, Boito conclui:

1º É necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco;

2º É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje (BOITO, 2003, p. 61).

Em 1931, as ideias de Camillo Boito foram retomadas e apresentadas por Gustavo Giovannoni (1873-1947) na Conferência Internacional de Atenas. Dando continuidade às proposições do teórico, Giovannoni formula os fundamentos da restauração “crítica”, que entendiam que a restauração não poderia visar apenas sanar os problemas estéticos, mas solucionar questões mais complexas e profundas, tornando-se necessário um estudo documental e arquivístico que possibilitasse o conhecimento histórico das modificações sofridas pela obra ao longo de sua existência (ELIAS, 2002, p. 29).

Em 1903, o historiador da arte austríaco Alois Riegl escreve a obra *O culto moderno dos monumentos*, que era parte integrante de um projeto de organização legislativa para a conservação dos monumentos na Áustria, no qual alertava para a “importância dos diferentes valores ligados ao monumento e para a necessidade do seu reconhecimento antes da decisão de intervenção e durante o processo de conservação e/ou restauro” (CASANOVA, 2011, p. 21). Riegl faz uma reflexão crítica à evolução do culto ao monumento, apresentando-nos um conjunto de conceitos que estabelece algumas categorias fundamentais até os dias de hoje:

A dos monumentos “rememoráveis” que têm implícita a definição de valores ligados ao passado e as dos monumentos da “contemporaneidade” associados aos valores do presente. Dentro da primeira categoria, distingue o monumento com “valor de antiguidade” daqueles com “valor histórico” ou com “valor rememorável intencional”,

estabelecendo para cada um destes tipos de monumento exigências e necessidades diferentes em termos de intervenção. [...] devem ser conservados, mantendo-se os sinais naturais do tempo, [...] os segundos, que transmitem aspectos da criação humana e têm por isso “valor documental”, devem ser mantidos ao longo do tempo na sua forma mais completa e íntegra possível, [...] o monumento de “valor rememorável intencional”, ou seja, todo o monumento criado com a intenção expressa de perdurar na consciência dos povos para imortalizar feitos e símbolos, exige a manutenção através do “restauro” de forma a manter o esplendor do “estado de gêneses” (CASANOVA, 2011, p. 21).

As questões sobre a preservação do Patrimônio Cultural foram aprofundadas por teóricos como o italiano Cesare Brandi que na década de 1960 definiu a restauração como “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte em sua consistência física e em sua dupla polaridade estética e histórica, tendo em vista sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2004, p. 30). Os princípios da distinguibilidade e da mínima intervenção também integram princípios basilares da sua teoria da restauração. Para Brandi, a intervenção de restauro “deverá ser sempre facilmente reconhecível” e “não torne impossível, mas antes, facilite as eventuais intervenções futuras” (BRANDI, 2004, p. 47-48). Conhecido como princípio da reversibilidade, da possibilidade da remoção dos materiais agregados à obra original, foi mais tarde repensado pela conservadora-restauradora americana Bárbara Appelbaum,¹¹ que propõe, em 1987, o termo retratabilidade.¹² Essa proposição acabou por deflagrar a ampliação do comprometimento do profissional em relação às intervenções:

Na medida em que se reconhece a limitação da *reversibilidade*, os conservadores-restauradores passam a se responsabilizar ainda mais por suas ações com relação ao futuro dos objetos, dado que toda e qualquer intervenção trará uma consequência concreta para esses bens (SANTOS et al., 2012, p. 18).

.....
11. Bárbara Appelbaum é restauradora, especialista em objetos etnográficos e têxteis. É autora do livro *Conservation treatment methodology*, publicado em 2007, que apresenta uma abordagem sistemática para a tomada de decisões para tratamentos de restauração.

12. Possibilidade de tratar a obra novamente.

A impossibilidade, às vezes, da reversibilidade total da técnica e da responsabilidade crítica do restaurador sobre sua intervenção já tinha sido sinalizada por Paul Philippot no texto *La restauration dans la perspective des sciences humaines*, publicado em 1983, ao citar que historiadores, por exemplo, podem revisitar seus diagnósticos e juízos de valor a qualquer momento, já que suas formulações permanecem inteiramente discursivas. Entretanto, o restaurador, ao contrário, sempre tem que executar suas decisões sobre o próprio objeto determinando a aparência de um monumento, tanto para a criação artística quanto para o documento histórico, sugerindo assim uma certa leitura da obra para o espectador. Esse texto trouxe uma reflexão importante para a interpretação das práticas da conservação e da restauração como um ato de cultura. Philippot ressalta que é exatamente dessa situação particular que vem a responsabilidade do restaurador, que é, com efeito, “forçado” a concretizar uma crítica e por isso requer uma intervenção limitada e certo grau de reversibilidade (PHILIPPOT, 1996, p. 228).

Os questionamentos de ordem tecnicista e cientificista aparecem na teoria de Paul Philippot, que, juntamente com Cesare Brandi, fundou as bases teóricas do *International Centre for the Study of the Preservation and Restauration of Cultural Property* (ICCRUM) em 1956. Philippot sustenta que a partir da Segunda Guerra Mundial a restauração se tornou uma disciplina cada vez mais científica e que os estudos críticos da obra de arte e os aspectos artesanais que envolvem a intervenção estavam saindo dos limites tradicionais para integrar os estudos das ciências naturais (CASANOVA, 2011, p. 25). Entretanto, apesar de Philippot reconhecer a importância dessa evolução, ele compreendia o perigo da crença de que a utilização de novas técnicas pudesse garantir o êxito da intervenção, uma vez que, antes de tudo, a restauração tem um caráter cultural. Para ele, a reação do espectador moderno era um aspecto importante do problema da restauração e que,

[...] embora constitua uma disciplina especializada, é claro que seu progresso depende da resposta que suas realizações obtêm do público em geral, portanto, do nível de cultura estética e histórica desse

público. [...] se a restauração é hoje considerada um dos raros domínios dentro dos quais a cultura e a tecnologia humanista (as ciências humanas e as ciências exatas) podem se fundir, é evidente que ela não será capaz de se desenvolver senão na medida em que sua função cultural é entendida e sustentada pela sociedade (PHILIPPOT, 1996, p. 229, tradução nossa).

Paul Philippot colocava a intervenção como ação de cooperação interdisciplinar entre o historiador da arte, o restaurador e o cientista e, para Casanova, esta sua compreensão de interdisciplinaridade somada ao respeito à obra de arte talvez sejam sua mais importante contribuição na teoria da restauração (CASANOVA, 2011, p. 43).

Em sua obra *Teoría contemporánea de la restauración*, Salvador Muñoz Viñas apresenta uma análise das teorias da restauração, as quais denomina clássicas, como as de Viollet-le-Duc, Ruskin, Boito, Giovannoni e Brandi. Segundo o autor, essas teorias apresentam-se limitadas para a sociedade atual, pois nem todos os objetos sujeitos à restauração são obras de arte, e além do valor histórico e artístico esses objetos podem se relacionar a outros valores como, por exemplo, ideológicos, afetivos ou religiosos, não sendo, portanto, inerentes ao próprio objeto nem tampouco cientificamente quantificáveis. Para Muñoz Viñas, as teorias da restauração devem mudar a direção do olhar, antes ligada ao objeto e a sua materialidade, para a função e significado que esse objeto representa para seus grupos de pertencimento (MUÑOZ VIÑAS, 2004, p. 24-79).

Além dessa mudança de olhar, Muñoz Viñas faz crítica aos conceitos clássicos como os princípios da autenticidade, da legibilidade, da reversibilidade e da ciência aplicada, pois para ele a sociedade contemporânea exige novos referenciais teóricos capazes de dialogar com a prática da restauração de modo efetivo. Em relação à autenticidade, Muñoz Viñas explica que para o teórico o único conceito de verdade que pode ser considerado real e incontável é o estado presente, dando a ideia de que a autenticidade é um processo evolutivo que exige uma mudança de paradigmas na intervenção sobre o patrimônio (MUÑOZ VIÑAS, 2004, p. 88-96).

A reversibilidade tratada por alguns teóricos é discutida como uma possibilidade que nem sempre será alcançada na sua totalidade,

pois um mesmo material, em um mesmo procedimento, pode ser reversível ou irreversível em função das circunstâncias. A legibilidade é entendida como uma possibilidade, não de uma restituição original da obra, mas de se privilegiar uma de suas possíveis leituras em detrimento de outras (MUÑOZ VIÑAS, 2004, p. 110-117). Sua crítica à restauração científica, que se baseia no conhecimento científico para determinar componentes materiais dos objetos, identificar processos de deterioração, técnicas e materiais empregados e definir um tratamento de intervenção, é que ela se esquece dos valores simbólicos dos objetos, que nem sempre podem ser apreendidos ou quantificados apenas mediante os conhecimentos científicos.

Para Karen Caldas, o avanço da teoria contemporânea da restauração de Muñoz Viñas está na colocação do diálogo, da interdisciplinaridade e da sustentabilidade enquanto caminhos fundamentais a fim de que as escolhas atendam mais satisfatoriamente a um maior número de sensibilidades (CALDAS, 2013). Nesse movimento, Muñoz Viñas conclui que uma boa restauração é aquela que prejudica menos um menor número de sensibilidades – ou a que mais satisfaz pessoas (MUÑOZ VIÑAS, 2004, p. 177).

Embora as primeiras teorias da restauração tenham surgido no campo da arquitetura, suas reflexões e seus debates foram apropriados por outras áreas do patrimônio cultural, ampliando as discussões para problemas que se apresentavam com a inclusão de novos objetos, novos contextos que acabaram por nortear políticas e ações de preservação nos museus, bibliotecas e arquivos. Em meio às discussões entre teóricos e intelectuais ainda no final do século XIX, o profissional da restauração, o restaurador tradicional aproximava-se cada vez mais do artesão, do artífice (CASANOVA, 2011, p. 23). Para Philippot, naquele momento o restaurador era como alguém que “integra reflexão teórica e trabalho prático ao ritmo da execução manual e da sua própria sensibilidade” (PHILIPPOT, 1999, p. 18).

As discussões no campo da restauração iniciadas pelos teóricos ingleses e franceses atravessaram fronteiras e influenciaram Manuel Maria de Macedo, escritor, pintor, cenógrafo, ilustrador e conservador português do Museu Nacional de Belas Artes de

Lisboa. Entusiasmado com os debates e com sua experiência de conservador, Manuel de Macedo escreveu o manual *Restauração de quadros e gravuras* em 1885. Sua motivação para escrever esse manual estava na preocupação com o risco da perda de obras antigas e monumentos, tanto por negligência de seus proprietários quanto por desastrosas intervenções de restauro (ALMEIDA, 2016, p. 89). Em relação a essas inquietações ele redige no seu prefácio:

Restaurar uma obra de arte é sempre operação melindrosa, que requer, além de estudo acurado, longa e paciente experiência; e o intuito do nosso trabalho é antes habilitar já o colecionador, já o amador, a exercer vigilância inteligente sobre as operações empregadas pelo restaurador a quem haja de confiar a delicada tarefa de beneficiar os tesouros artísticos da sua coleção que necessitem de consertos e restaurações (MACEDO, 1885, p. 4).

Na concepção de Macedo o restaurador era um pintor, reforçando a ideia do “artista-restaurador” e de que a técnica do retoque constituiria “parte mister do restaurador, pois o bom restaurador não pode deixar de ser um bom pintor consumado e possuidor de talentos”. Deveria também conhecer as técnicas de pintura de diversas épocas e escolas, a composição química dos materiais, e também a maneira como esses produtos influenciavam na obra, considerando a ação do tempo, da temperatura e quaisquer outros fatores físicos a que são submetidas (MACEDO, 1885, p. 6).

No Brasil, uma das primeiras referências da presença do profissional restaurador consta na ata da sessão de 15 de janeiro de 1841 da Academia Imperial de Belas Artes (Aiba), cujo diretor, Felix Emílio Taunay, deixa entrever elementos à instauração, no espaço brasileiro, do profissional que se dedicaria ao trabalho de conservação e restauração de bens culturais, como o restaurador de painéis para a conservação da Coleção Nacional que, segundo Taunay, estava se deteriorando (CASTRO, 2013, p. 33). Aloísio Castro cita a obra de Simon Horsin-Deón, de 1851, *De la conservation et la restauration des tableaux*, onde se verifica o perfil do restaurador, que exigia três qualidades essenciais do artista com intenção de se dedicar e conseguir restaurar, da forma mais

perfeita possível, a obra de um grande mestre: obstinação perfeita pela harmonia, sabedoria acerca da cor e ser um bom pintor para modelar habilmente (CASTRO, 2013, p. 38). A obra *Arte de la restauración: observaciones relativas á la restauración de cuadros*, de 1853, do espanhol Vicente Poleró y Toledo, considerado, por sua importância, o primeiro teórico espanhol e o primeiro restaurador preocupado com a formação profissional, se constitui como um conjunto de tratamentos artesanais e mecânicos, saberes teóricos e virtudes artísticas de seu executor: dotes artísticos como o desenho e a mistura de cores, o estudo das escolas e experiência. Para Aloísio Castro, o que se observa é uma semelhança entre as atribuições de Poleró y Toledo com o restaurador e as práticas desenvolvidas no interior da Aiba, sobretudo no que diz respeito ao profissional ser – *a priori* – um pintor com dotes artísticos (CASTRO, 2013, p. 46-47).

No século XIX, os estudos dos problemas da conservação e restauração de papel examinavam casos isolados e o número de pessoas interessadas nessa área era limitado. John Leighton, *designer* de encadernações, advertia, em 1858, que era preciso melhorar a qualidade do papel produzido naquela época (KATHPALIA, 1973, p. 18). Diante desse e de outros problemas de conservação do papel, Franz Ehrle, prefeito da Biblioteca Apostólica Vaticana, faz uma primeira tentativa de organizar os estudos para a área do papel investigando a deterioração dos manuscritos e a eficácia das técnicas empregadas na sua restauração. Em torno dessa problemática, a comunidade científica se reuniu, em 1898, para a Conferência Internacional de San Gallo, na Suíça, sob a coordenação de Franz Ehrle, para um reexame dos métodos de restauração existentes e discutir os procedimentos mais eficazes (KATHPALIA, 1973, p. 19). As discussões possibilitaram avanços em temas como a deterioração da tinta ferrogálica em manuscritos, estudo de fungos, ataques de insetos em pergaminhos, palimpsestos¹³ e manuscritos em papel e pergaminho (MINUTA..., 2018).

.....
13. Manuscrito no qual foi sobreposta uma segunda escrita sobre o texto original que foi totalmente ou parcialmente apagado (FARIA; PERICÃO, 1988, p. 252).

Os resultados alcançados nesse encontro foram fundamentais para o desenvolvimento do debate científico na área da conservação e restauração de papel. Para Carlo Federici e Libero Rossi,¹⁴ o “moderno restauro” e o surgimento do restaurador como figura profissional nascem nesta Conferência (CASTRO, 2008, p. 44).

Esse profissional, voltado para a conservação e a restauração de acervos bibliográficos e documentais, vai aos poucos se consolidando na Biblioteca Nacional. As primeiras referências sobre o perfil do profissional responsável pelas atividades de restauração irão aparecer em 1882, valorizando suas características artísticas, como o restaurador e litógrafo Sisson (REGISTROS..., 1876-1899). A partir desse momento, outros nomes irão surgir, ao longo da pesquisa, no desempenho das atividades do restaurador como Montenegro, Adalberto Barreto, seguindo as transformações da área e do seu perfil profissional.

A mudança que ocorreu na formação do profissional conservador-restaurador, de artista-restaurador a simples artífice e, posteriormente, a técnico especializado, atrelada às correntes teóricas e às necessidades técnicas de seu tempo, impulsionou a área da Conservação e Restauração de bens culturais. Isso contribuiu para o seu estabelecimento, ao longo do século XX, e para a busca de uma identidade entre os profissionais com o propósito de ampliar o diálogo entre eles, a comunidade científica e a sociedade.

Ao tratar da terminologia na área da Conservação e Restauração, Silvana Bojanoski et al.¹⁵ refletem sobre essa mudança e comentam:

A área de Conservação e Restauração de bens culturais está inserida neste contexto de expansão do campo patrimonial e, ao longo do

.....
14. Carlo Federici foi vice-diretor do Instituto de Patologia do Livro em Roma. Libero Rossi era chefe do Atelier de Restauração da Biblioteca Nacional de Roma.

15. Silvana Bojanoski et al. discutem a questão terminológica da área de conservação e restauração a partir dos estudos iniciados pelo *International Council of Museums and the Committee for Conservation* (ICOM-CC), em 2006, para estabelecer alguns termos da área e adotar uma terminologia simples, consistente e confiável, e assim analisam os termos (preservação, conservação, conservação curativa e restauração, conservador, restaurador e conservador-restaurador) e suas variações, no *corpus* formado pelas comunicações publicadas nos *Anais* da Abracor (BOJANOSKI, 2017).

século XX, modifica-se a compreensão da área, que tende a se definir cada vez mais como um campo especializado. Firma-se nesse processo, um profissional, o conservador-restaurador, como foi denominado pelo ICOM nos anos 1980, que busca paulatinamente se deslocar da identidade do artista ou do artesão e basear seu saber e fazer em princípios científicos (BOJANOSKI et al., 2017, p. 16).

Apoiados no século XIX pela concepção de que o restaurador deveria ser acima de tudo um artista, os profissionais da conservação e da restauração foram aos poucos sistematizando estudos e pesquisas a esses saberes inicialmente empíricos. O interesse pela memória dos profissionais das áreas de Conservação e de Restauração nessa pesquisa também reside no fato de que foi possível perceber, no âmbito da Biblioteca Nacional, um movimento por parte dos conservadores-restauradores de mudança no perfil profissional, uma postura cada vez mais comprometida com as técnicas e as metodologias de preservação do acervo que contribuiu para o estabelecimento e a permanência desse trabalho na rotina da instituição.

Tendo por base o processo da elaboração das primeiras teorias da restauração e a formação do profissional restaurador, no primeiro capítulo faço uma breve história dessa formação da Biblioteca Nacional, analisando as medidas para a preservação de seu precioso acervo e as possíveis influências internacionais do fazer e pensar a restauração no final do século XIX. Apresento algumas ações que revelam a preocupação em acompanhar orientações internacionais, favorecendo o surgimento do primeiro profissional responsável pelas atividades de restauração e a primeira ação legal para a preservação do acervo, que criou o cargo de conservador em 1894. Medidas embrionárias que contribuíram para o desenvolvimento de outras propostas preservacionistas na instituição.

No campo da Memória Social, Pollak e Huyssen são importantes para se pensar a memória desses profissionais que, aos poucos, desaparece das rotinas de preservação na virada dos séculos XIX e XX. Memórias que por conflito ou distanciamento foram esquecidas. Memórias onde o lembrar e o esquecer estão em constante movimento, determinado por alianças, conflitos, identificações ou afastamentos; procuro nesse período compreender o processo de

trabalho do conservador-restaurador e seu estabelecimento por meio de documentos e depoimentos. O conceito de pegadas de Elizabeth Jelin, presente no decorrer de toda a pesquisa, é apresentado na análise de alguns livros sobre restauração, do século XIX, que foram encontrados no acervo, o que possibilitou traçar as primeiras conexões internacionais na área da restauração da Biblioteca Nacional.

No segundo capítulo, me concentro no início do século XX até os anos 1940. Nesse período, surgem os avanços das discussões sobre conservação e meios científicos de combate aos insetos bibliófagos na Europa e no Brasil. A opção por essas memórias está no fato de que alguns estudiosos e bibliotecários que produziram estudos científicos nesse campo tiveram implicações diretas sobre as técnicas aplicadas no acervo da Biblioteca Nacional. Concomitantemente, analiso a instalação da Oficina de Encadernação, em 1902, acontecimento que o conceito de enquadramento da memória de Pollak me permitiu identificar como um dos eventos que possibilitou elaborar uma memória aparentemente coerente e contínua no discurso de preservação institucional. Marcada como uma das ações importantes nessa virada de século, a instalação da Oficina de Encadernação não só contribuiu para a segurança do acervo, mas possibilitou também o estabelecimento de uma equipe de encadernadores que passa a atuar na restauração das obras e a evidenciar a necessidade do profissional conservador-restaurador na rotina dos trabalhos da instituição.

O tema central do terceiro capítulo são as memórias do restaurador Adalberto Barreto, com a análise do período que se inicia com a criação do Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional, em 1948, sob a orientação do restaurador Edson Motta, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), até o início da década de 1980, com a reestruturação desse Laboratório. Novamente o conceito de enquadramento da memória de Pollak é utilizado para evidenciar os eventos que ajudaram a tecer a ideia de unidade e organização das ações de preservação do acervo. Pollak e Huyssen são igualmente importantes para tratar de conflitos, alianças e distanciamentos que foram surgindo e contribuíram para o apagamento das lembranças do profissional da conservação

e da restauração Adalberto Barreto. O conceito de pegadas de Jelin iluminou o primeiro rastro de memória sobre Adalberto Barreto. A mudança de postura profissional e a percepção do trabalho do conservador-restaurador, identificadas no período em questão, apontadas por Philippot e Casanova, nortearam o tratamento das memórias relacionadas a Adalberto Barreto, que comandou o Laboratório de Restauração por trinta anos, refletindo o pensamento preservacionista de sua época.

Narrativas sobre profissionais da preservação, elaboradas a partir de documentos textuais e testemunhos orais sobre as ações de preservação da Biblioteca Nacional, não só ajudaram a tecer a memória dos profissionais da conservação e restauração, mas também possibilitaram pensar o universo que os rodeava, que permitiu certos acontecimentos e seus registros. Como um quebra-cabeças, pequenos rastros permitiram reelaborar parte do ambiente por onde transitavam leitores, funcionários e ideias capazes de nos transportar até essas memórias de profissionais da área. Memórias estas que surgem, na Biblioteca Nacional, no século XIX e, aos poucos, se estabelecem definitivamente no corpo social como agentes da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

NAVEGAR É PRECISO: A FORMAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL – DE LISBOA AO RIO DE JANEIRO

Quando se proclamou que a Biblioteca abarcava todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. Todos os homens sentiram-se senhores de um tesouro intacto e secreto.

BORGES, Jorge Luis, 1970, p. 40.

Por meio de imagens diversas, o sonho de uma biblioteca reunindo todos os saberes acumulados, todos os livros jamais escritos, atravessou a história da civilização ocidental. Com estas palavras, Roger Chartier inicia o capítulo “Bibliotecas sem muros”, da sua obra *A ordem dos livros*. Foi exatamente este sonho que fundamentou a constituição de grandes bibliotecas, fossem elas principescas, eclesiásticas ou particulares, e justificou a busca perseverante de livros raros, edições perdidas e textos desaparecidos (CHARTIER, 1999, p. 67). O mesmo sonho comandou o gesto arquitetural destinado a construir edifícios capazes de acolher a memória do mundo, edifícios que ostentavam em seu visual a força e a imponência que a empreitada pretendia representar (SCHWARCZ, 2002, p. 120). A própria história da biblioteca de Alexandria, fundada no início do século III a.C., reflete a importância da biblioteca como um instrumento de poder. Biblioteca que nasceu do desejo de Ptolomeu Filadelfo de reunir todos os livros do mundo, onde guardava não só os rolos e livros que se acumulavam em suas estantes, no edifício do Museu-Templo das Musas, um de seus abrigos, mas também onde trabalhavam copistas, tradutores e doutos intelectuais e cientistas,

refletindo a importância da biblioteca como sendo esses instrumentos de prestígio e dominação (CANFORA, 1989, p. 44).

Essa perspectiva de prestígio e dominação que o conhecimento produzido pela humanidade e reunido em livros despertava no homem é citada por Matthew Battles em sua obra *A conturbada história das bibliotecas*, quando tece uma analogia entre os livros e a alquimia, valendo-se das considerações do filósofo Roger Bacon, que afirmava haver três tipos de substâncias com as quais podíamos fazer magia: a herbácea, a mineral e a verbal. Com suas folhas feitas de fibra vegetal, suas tintas de vitríolo verde¹⁶ e fuligem, e suas palavras, os livros seriam um amálgama dessas três substâncias. Battles observa que “muitas tradições compartilham essa ideia de que as palavras, como as plantas e as pedras, têm uma existência independente e por isso, acreditam, podem produzir efeitos no mundo”. Assim, reunidos aos milhões, empilhados, puidos, lidos e esquecidos, os livros de uma biblioteca vão ganhando vida própria, não propriamente como textos, mas como objetos físicos no mundo (BATTLES, 2003, p. 16).

Essa ideia de que livros são investidos de poder ou mesmo que eles conferem certo poder aos seus proprietários pode ser questionada, mas o poder de seduzir leitores e colecionadores aparece ao longo de sua existência, documentado em registros de compra e venda, de concessão de impressão, depoimentos, romances, cartas e ofícios.

Interessante é a obra de Robert Darnton, *Edição e sedição*, que se dedica a estudar a literatura clandestina na França pré-revolucionária,¹⁷ mantida por editores, atravessadores, vendedores ambulantes e leitores que estavam dispostos a arriscar a reputação, a liberdade, e às vezes a vida, ao desafiar o poder do Antigo Regime fazendo circular tratados de filosofia libertária, libelos políticos ultrajantes, crônicas escandalosas e romances pornográficos pelo amor à leitura e ao livro (DARNTON, 1992).

.....
16. Vitríolos são minerais como o sulfato de cobre, de cor azul, e o sulfato de ferroso, de cor verde-azulado, cujos cristais são semelhantes ao vidro. Esses minerais foram usados na produção das tintas para documentos manuscritos, amplamente utilizadas do século XV até meados do século XX (TINTAS..., 2018).

17. Período do Antigo Regime que antecedeu a Revolução Francesa, no século XVIII.

A paixão pelo livro, levada ao extremo, aparece em *Bibliomania*, de Gustave Flaubert, que conta a paixão de um livreiro analfabeto, que estava disposto a roubar e a matar para não se afastar dos livros:

Não! não era de modo algum a ciência o que ele amava, mas sua forma e expressão: amava um livro porque era um livro: amava seu cheiro, sua forma, seu título. O que ele amava em um manuscrito era a data antiga e ilegível, os caracteres góticos, bizarros e estranhos, as pesadas douraduras que cercavam seus desenhos, suas páginas cobertas de pó, pó cujo perfume, suave e delicado, aspirava com delícia [...] (FLAUBERT, 2001, p. 20).

Este amor, quase como uma maldição na vida de um livreiro, não será a única maneira de amar os livros. Para Michel Melot, há diversas maneiras de se amar os livros e o amor à leitura não pode ser o principal (o livreiro de Flaubert era analfabeto), pois “como ensinam os mais aguerridos defensores, o livro não é um objeto para o uso da razão, mas um objeto sob o qual se guarda uma paixão” (MELOT, 2012, p. 147). Por muito tempo após a invenção da imprensa “o livro foi tolerado apenas se era validado por uma instância oficial, como o clero ou a escola, enquanto a igreja vibrava um discurso constantemente cauteloso contra a liberdade de ler” por reconhecer sua força transformadora (MELOT, 2012, p. 154).

Na formação das bibliotecas da Idade Média, Wilson Martins reforça a ideia de Chartier sobre o sonho de príncipes, eclesiásticos e particulares de constituírem suas bibliotecas reunindo todos os livros jamais escritos e as classifica em três categorias diferentes, se as considerarmos pelo que ele chamaria de “entidades mantenedoras”: as bibliotecas monacais, as bibliotecas das universidades e as particulares. Essas últimas incluiriam as bibliotecas reais e as de grandes senhores feudais, que seriam privadas e para uso pessoal. Só mais tarde, como atesta o autor, elas se transformariam, eventualmente, em bibliotecas “oficiais” ou públicas (MARTINS, 2002, p. 82).

Nas bibliotecas nascidas na Idade Média, Krzysztof Pomian observa que o clero tinha um importante controle sobre o acesso aos objetos e aos saberes, pois mantinha sob sua guarda, em diversos mosteiros espalhados pela Europa, numerosas coleções e livros. Mas

foi entre os séculos XVI e XVII que houve um maior interesse de reis e nobres em formar suas próprias bibliotecas, seus museus e seus gabinetes de curiosidades (POMIAN, 1984, p. 51-86). Ana Paula Caldeira ressalta que, em alguns casos, esses reis e nobres chegavam a incentivar e a financiar livrarias¹⁸ e coleções de outras pessoas, pois, naquele período, possuir bibliotecas, sair à caça de livros e manuscritos e colecionar materiais de todas as ordens era um sinal de prestígio, indício de distinção, conhecimento e símbolo de posição social eminente (CALDEIRA, 2015, p. 116). Os gabinetes de curiosidades formados por eruditos, muito comuns até o final do século XVIII, que guardavam não apenas documentos, plantas, moedas ou antiguidades, mas também objetos raros e estranhos ligados ao universo mineral, animal e vegetal começaram a ceder lugar às coleções especializadas e de caráter científico, que visavam acompanhar as exigências metodológicas das Ciências da Natureza (KURY, 1997, p. 57).

Mas apesar de tanto capricho e determinação em reunir coisas, coleções, bibliotecas e livrarias dos séculos XV ao XVIII, em sua grande maioria, não estavam abertas ao grande público. Ana Paula Caldeira menciona um estudo sobre coleções, gabinetes e museus do século XVIII, de João Carlos Pires Brigola, que fez um interessante levantamento de coleções e livrarias daquele período em Portugal, e verificou que o público-alvo das livrarias dos principais aristocratas portugueses e do próprio rei de Portugal eram eruditos, membros de academias literárias, bem como outros nobres da corte de d. João V e de d. José I. No entanto, segundo a autora, entre os séculos XVII e XIX, eruditos, escritores e artistas que não pertenciam a esses círculos pressionavam para ter livre acesso àqueles materiais (CALDEIRA, 2015, p. 117). Contudo, a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX, é possível perceber um movimento de formação de arquivos e museus públicos e nacionais na Europa, inaugurando a fase da “pública disponibilidade dos documentos da memória nacional” (LE GOFF, 2003, p. 458).

.....
18. Acerca da utilização “livraria” e “biblioteca”, nos documentos do século XIX, o uso se faz como sinônimo e, de fato, assim o era (AZEVEDO, 2012, p. 5-6).

A definição do que seria uma biblioteca não é tarefa fácil, como observa Lília Schwarcz, pois a história dessas instituições é longa e transita por várias versões e modelos distintos. A autora afirma que uma biblioteca “é um local labiríntico, uma instituição onde se desenham desígnios intelectuais, realizam-se políticas de conservação, elaboram-se modelos de recolha de textos e de imagens”. Nesse sentido, ela observa que as bibliotecas do Ocidente, além de cumprirem um importante papel na história do pensamento, evidenciaram a organização das escolas do pensamento e revelaram divisões internas e conflitos, e talvez por isso mesmo, ressalta a autora, tenham se convertido, muitas vezes, em instrumentos de poder (SCHWARCZ, 2002, p. 121).

Muitos outros autores se dedicaram a definir ou mesmo a idealizar uma biblioteca. Chartier cita o bibliotecário Gabriel Naudé (1600-1653), que em sua obra *Advis pour dresser une bibliothèque*, de 1627, expõe sua ideia sobre como deveria ser uma biblioteca, prevalecendo o caráter enciclopédico e numeroso, em oposição ao modelo de gabinete de curiosidade ou de gabinete variado, reservado unicamente ao gozo de seu proprietário, que reunia um pequeno número de livros especiais por sua raridade ou seu luxo. Para Naudé, uma biblioteca não é edificada para satisfazer prazeres egoístas, mas sim porque não há “nenhum meio mais honesto e seguro para adquirir um grande renome entre os povos do que construir belas e magníficas bibliotecas, para depois consagrá-las à utilidade pública” (CHARTIER, 1999, p. 69).

Françoise Choay, em sua obra *Alegoria do patrimônio*, reflete sobre a formação e o fortalecimento não das bibliotecas, mas dos museus, a partir de um interesse cada vez maior sobre a arte e a arqueologia. Mas essa reflexão também vai atingir as bibliotecas, quando o saber ler vai aos poucos entrando na vida das pessoas. No capítulo “A época dos antiquários”, Choay argumenta que o desenvolvimento dessas instituições, inspiradas nos modelos dos museus de imagens e das coleções de arte, inscreve-se no grande projeto filosófico e político do Iluminismo, expresso pela “vontade dominante de ‘democratizar’ o saber, de torná-lo acessível a todos pela substituição das descrições e imagens das compilações de

antiguidades por objetos reais – vontade, menos geral e definida, de democratizar a experiência estética” (CHOAY, 2001, p. 89).

No bojo desse processo pautado pelo Iluminismo, pelo despertar dos intelectuais que defendiam as capacidades do homem e seu direito à liberdade, à igualdade e à livre expressão, foi que o século XVIII assistiu à abertura e ampliação da Biblioteca de Madri, à fundação da *British Library* e também da famosa Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos aberta ao público em 1789 (SCHWARCZ, 2002, p. 130).

Wilson Martins escreve uma interessante observação de que foi o livro e, por extensão, a biblioteca, um dos instrumentos mais poderosos da abolição do Antigo Regime monárquico, pois naquele instante crucial do século XVIII há uma presença indiscutível de um pensamento democrático que antecede a democracia. Segundo o autor, esse pensamento parte do gabinete de leitura, do livro e da biblioteca. Ele recorre à *Enciclopédia* e aos enciclopedistas¹⁹ para falar da força e do poder do livro e da biblioteca. Ele entende que, ao buscarem catalogar todo o conhecimento humano a partir dos novos princípios da razão, sem dúvida influenciaram a deflagração da Revolução Francesa, na construção de um novo conhecimento mais autônomo e mais científico, com um ideal de divulgação do conhecimento a todas as pessoas, por meio do objeto livro (MARTINS, 2002, p. 324).

Esse desejo de universalizar o conhecimento e dar acesso às produções intelectuais foi aos poucos ganhando força e pressionando a sociedade para uma mudança de mentalidade cultural e intelectual. Já no final do século XVIII e início do XIX bibliotecas foram sendo abertas, ampliadas e construídas com o desejo de possibilitar a entrada de novos leitores.

Essa nova mentalidade mais tarde iria atravessar o Atlântico com a família real portuguesa e ancorar nas salas de leitura da Real Biblioteca, que por razões políticas e históricas chegou à cidade do Rio de Janeiro no século XIX, com coleções de livros, mapas

.....
19. O autor faz menção à Enciclopédia (*Encyclopédie*), editada de 1751 a 1772 pelos franceses Denis Diderot e Jean le Rond D'Alembert.

e documentos manuscritos como parte da história da produção intelectual do Ocidente.

É sobre essa biblioteca e a memória das pessoas que ajudaram a preservar seu acervo que nos interessa falar.

Os primeiros anos da biblioteca dos reis na corte do Rio de Janeiro

Como entender o valor da Biblioteca Nacional do Brasil sem remontar ao seu passado, à reunião de seu acervo e à memória de tantas pessoas que se dedicaram a manter a salvo livros e documentos do perigo dos desvios, dos roubos, das mutilações e degradações ambientais e biológicas?

Para esse entendimento é importante voltar a Portugal em um período em que seus reis dedicaram parte de seus esforços à reunião de livros, mapas, gravuras e documentos para a formação de uma Real Biblioteca, símbolo do saber acumulado pelo império português, e à criação de uma imagem de país culto, detentor de conhecimento universal, amante das artes e das ciências.

A tradição real dos livros reunidos no Paço²⁰ remonta aos primeiros monarcas da Dinastia de Avis:²¹ d. João I, “o Boa Memória” (1385-1433), d. Duarte, “o Eloquentes” (1433-1438), e d. João II, “o Perfeito” (1477-1495). A despeito da instabilidade política dos momentos finais da Reconquista aos mouros,²² desde d. João I se iniciou um ajuntamento de obras que servissem de base para a

.....
20. O Paço da Ribeira foi residência oficial dos reis portugueses durante cerca de 250 anos. Situava-se na Ribeira de Lisboa, na margem do rio Tejo, onde atualmente se encontra o complexo ministerial do Terreiro do Paço. Foi totalmente destruído no terremoto de Lisboa, em 1755, e com ele quase toda a Real Biblioteca da Ajuda (PAÇO..., 2018).

21. A Dinastia de Avis, ou Dinastia Joanina, foi a segunda dinastia a reinar em Portugal. D. João I, Mestre de Avis, de 1385 a 1433, d. Duarte, de 1433 a 1438, d. Afonso V, de 1438 a 1481, d. João II, de 1481 a 1495, d. Manuel I, de 1495 a 1521, d. João III, de 1521 a 1557, d. Sebastião, de 1557 a 1578, d. Henrique, de 1578 a 1580, d. António, de 1580 a 1581 (DINASTIA..., 2018).

22. A história de Portugal durante os séculos XII e XIII é principalmente de reconquista gradual do território a partir de vários pequenos principados muçulmanos (PORTUGAL..., 2018).

educação dos infantes. Além do interesse de formar uma Livraria, mandando traduzir obras e nomeando um cronista oficial do reino, Fernão Lopes, d. João I tinha uma veia artística, pois ele mesmo era um bom poeta e escritor (CARVALHO, 1994, p. 18). No reinado de d. Afonso V, “o Africano” (1438-1481) se conseguiu reunir tantos livros valiosos que sua Livraria era considerada uma das melhores da Europa, e passou a ser aberta a estudiosos e pessoas da corte mais ligadas aos estudos. Contava com alguns funcionários dedicados à sua ampliação e preservação: um escrivão de livros, dois iluminadores e dois calígrafos. Para d. Manuel, “o Venturoso” (1495-1521), apreciador de belas encadernações, o valor venal das obras estava ligado não só ao conteúdo e à raridade, mas ao esmero de concepções artísticas como iluminuras, ornamentos e encadernações. Mas foi com d. João V, “o Magnânimo” (1706-1750), da Dinastia de Bragança, que a Real Biblioteca adquiriu proporções grandiosas, à altura das aspirações desse soberano. Comprava bibliotecas inteiras no estrangeiro, coleções particulares e verdadeiras preciosidades, tarefa que envolveu livreiros estrangeiros, agentes diplomáticos, acadêmicos de renome e muitos outros (SCHWARCZ, 2002, p. 68).

Na *História genealógica da Casa Real Portuguesa desde sua origem até o presente* [...], de 1741, António Caetano de Sousa²³ relata a grandeza da Real Biblioteca e a importância que tinha durante o período régio de d. João V:

[...] entre tão excessiva abundancia de cousas preciosas, admiraveis, e raras, escolhidas pelo seu bom gosto, a tudo excede, como sabio, o genio dos livros, de que faz maior estimação, do que dos grandes tributos dos diamantes, e ouro das Minas. Assim tem huma numerosa, e admiravel Livraria, em que se vem as ediçoens mais raras, grande numero de manuscritos, Instrumentos Mathematicos, admiráveis Relogios, e outras muitas cousas raras, que occupaõ muitas Casas, e Gabinetes. Não havia no Paço mais que hum pequeno resto da Livraria antiga da Serenissima Casa de Braganca: El Rey o fez colocar em esta Real Biblioteca, que se compõem de muitos mil volumes, que

.....
23. António Caetano de Sousa (1674-1759) foi um escritor, bibliógrafo e genealogista português que pertenceu ao grupo inicial de acadêmicos da Academia Real de História Portuguesa (ANTÓNIO..., 2018).

quase não cabem no grande edifício, chamado o Forte. Desta sorte tem nelle os eruditos amparo, e favor, porque com generosa liberdade aumenta os seus estudos, [...] (SOUZA, 1741, p. 274).

Essa biblioteca foi sendo, ao longo dos anos, enriquecida com os mais variados itens, ao mesmo tempo que eram chamados doutos e experientes acadêmicos, de acordo com suas especialidades para trabalharem na sua ordenação. Seu rico acervo de livros e manuscritos, que cobriam diferentes áreas do conhecimento, dividia espaço com coleções preciosas de iconografia, compostas de gravuras de escolas europeias. Estas eram organizadas em papéis nobres, formando volumes especiais em cuja encadernação se destacava o brasão real, estampado em ouro sobre um fundo *marroquim* vermelho (CUNHA, 2000, p. 208).

Em *A longa viagem da biblioteca dos reis*, Lilia Schwarcz cita Antonio Ribeiro dos Santos, que ocupava o cargo de bibliotecário-mor da Universidade de Coimbra, o qual oferece, numa carta enviada a um contemporâneo, uma descrição minuciosa sobre a biblioteca do Palácio:

[...] a Biblioteca Real começou a ser rica de cinquenta mil volumes a que chegou o Senhor Manoel, o qual havia feito entrar nela as melhores edições do seu tempo, e todas as primeiras dos Clássicos Gregos e Latinos: cresceu depois em mais cabedal de livros, que foram nela entrando nos tempos seguintes até o Reinado de Sr. Rei d. José. Pedro Gendron, mercador de livros e homem erudito em conhecimentos bibliográficos, e que tinha visto muitas bibliotecas na Europa, afirmava que nenhuma vira provida de tantas edições antigas como ela (SCHWARCZ, 2002, p. 33).

De fato, a Livraria Real contava, na década de 1750, com aproximadamente 70 mil livros, o que fazia dela uma das melhores do gênero. Como observa Lilia Schwarcz, a história das bibliotecas e o desejo de acumular todos os pensadores, obras e ciência em um espaço delimitado faz parte da própria história do Ocidente (SCHWARCZ, 2002, p. 34 e 120).

Mas, indiferente aos interesses e paixões que moviam esses homens, o fogo que se seguiu ao terremoto que assolou a cidade de

Lisboa, em 1^a de novembro de 1755, destruiu a Real Biblioteca, usando como combustível o rico acervo reunido por gerações de monarcas.

Após esse avassalador episódio, que deixou um rastro de destruição, iniciou-se um grande esforço para a reconstrução da cidade de Lisboa. D. José I, apoiado pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, começou, sem tardar, a reconstrução da Real Biblioteca reunindo o que sobrara do incêndio e da fúria das águas do Tejo, em um projeto de reorganização da coleção bibliográfica, de uso privado da família real. No intuito de acrescentar novas obras às coleções bibliográficas e documentais, os responsáveis pela sua conservação e por seu enriquecimento encarregaram representantes do reino de Portugal e comerciantes da tarefa de selecionar e adquirir, além de livros, outros materiais, como estampas, mapas, manuscritos, moedas e medalhas nos diversos centros culturais europeus. Assim, foram formados dois conjuntos: a Biblioteca Real, enriquecida com aquisições de coleções preciosas, como a do cardeal da Cunha, a coleção de livros do Colégio de Todos os Santos, situado nos Açores, pertencente à Companhia de Jesus, e a Biblioteca do Infantado, destinada à educação dos príncipes, que incluía também os manuscritos da Coroa, formando a Real Biblioteca da Ajuda (CUNHA, 1981, p. 131).

Para coordenar os trabalhos de organização da nova Real Biblioteca foi nomeado o padre José Caetano de Almeida, que, entre 1756 e 1768, comandou um grupo de funcionários encarregados de acondicionar, organizar e classificar as obras. As “propinas”, que correspondiam à doação ao Estado de um ou mais livros de cada edição produzida na Real Tipografia, também contribuíram para enriquecer a Real Biblioteca (SCHWARCZ, 2002, p. 146).

Além das aquisições e dos livros recebidos por intermédio das propinas, o acervo foi acrescido de valiosas doações. Diogo Barbosa Machado, o abade de Santo Adrião de Sever (1682-1772),²⁴ doou sua

.....
24. Diogo Barbosa Machado foi o autor da *Bibliotheca Lusitana*, a primeira grande obra de referência bibliográfica editada em Portugal. Reuniu uma impressionante coleção de livros, folhetos e gravuras que ofereceu ao rei d. José I de Portugal após a Biblioteca Real ter sido consumida pelo fogo na sequência do terremoto de 1755 (MONTEIRO, 2018).

preciosa Livraria contando com 4.301 obras, em 5.764 volumes, que incluía coleções de retratos, álbuns de estampas de caráter religioso, mapas e um conjunto reunido com folhetos da maior raridade, agrupados por temas. A bibliotecária Lygia Cunha, na publicação *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional*, de 1981, lista ainda os livros do Colégio de Todos os Santos, patrimônio da Companhia de Jesus, estampas raras, códices manuscritos doados pelo artista inglês Guilherme Dugood e a coleção do Dr. Miguel Franzini.²⁵ Em 1779, a Real Biblioteca comprou do Dr. Bartholomeu Ulloa um caixote de livros e, ainda, a coleção de livros do cardeal da Cunha, num total de 1.234 obras (CUNHA, 1981, p. 132).

Os riscos para a cidade de Lisboa e para a Real Biblioteca não se limitaram, entretanto, ao fogo e à água. A conturbada conjuntura política internacional do final do século XVIII e o início do século XIX ameaçava a Dinastia de Bragança. Com as tropas francesas batendo à porta da cidade de Lisboa, em 1807, a transferência da família real e sua corte para o Rio de Janeiro mostrou-se uma estratégia política para conservar a soberania portuguesa em terras tropicais. No dia da partida foram embarcados os arquivos do governo, em 34 grandes caixotes contendo registros que remontavam a centenas de anos de império. Com eles, nos porões da fragata portuguesa *Medusa*, seguiu a impressionante biblioteca pessoal de Antonio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca, acumulada ao longo de suas viagens diplomáticas, enquanto os 60 mil volumes da Real Biblioteca, encaixotados, esperaram em vão nas docas para serem embarcados (WILCKEN, 2005, p. 36).

Mesmo após a transferência da família real, o ambiente permanecia inseguro em Portugal diante da possibilidade de uma nova invasão francesa. Temendo pela segurança do acervo da Real Biblioteca, que havia permanecido em Lisboa, decidiu-se embarcar, no início de 1810, a primeira remessa de caixotes, acompanhada por José Joaquim de Oliveira, servente da Real Biblioteca, que vinha

.....
25. Miguel Franzini (Veneza? – Coimbra, 1810), originalmente Michele Franzini, foi um matemático e professor da Universidade de Coimbra. Professor dos príncipes d. José I e d. João VI (MIGUEL..., 2018).

trazendo também documentos “estratégicos” da Coroa, além de uma coleção de seis mil códices do Arquivo reservado da Livraria do Paço das Necessidades. Assim, partiam em segredo livros e documentos carregando simbolicamente muitas vitórias, vários trunfos e tantas conquistas (SCHWARCZ, 2002, p. 266).

Não houve um ato formal de instituição da Real Biblioteca no Brasil. De acordo com Antônio Carlos Baptista, a Real Biblioteca não teria se originado da “aspiração popular do início do século XIX nem como ação governamental de educação/cultura dirigida à sociedade escravocrata do período colonial. Surgiu para atender o *desejo régio* do príncipe d. João, depois que se instalou no Rio: ‘Se erija e acomode minha Real Bibliotheca...’” (BAPTISTA, 1996, p. 16). Essa referência está no Decreto de 27 de junho de 1810, que mandava acomodá-la junto com o Gabinete de Instrumentos de Física e Matemática no Hospital da Ordem Terceira do Carmo (BRASIL, 1810). Alguns meses depois, o príncipe regente, informado de que aquele espaço era insuficiente e muito escuro, estabeleceu, em novo Decreto de 29 de outubro, que a Real Biblioteca passasse a ocupar também o lugar onde antes estavam as catacumbas dos religiosos do Carmo, junto à Real Capela:

[...] e constando-me pela ultimas averiguações a que mandei proceder, que o dito edificio não tem toda a luz necessaria, nem offerece os commodos indispensaveis em um estabelecimento desta natureza, e que no logar que havia servido de catacumba aos religiosos do Carmo se podia fazer uma mais propria e decente accomodação para a dita livraria (BRASIL, 1810).

Em suas *Memorias para servir a historia do reino do Brazil: divididas em tres epocas da felicidade, honra, e gloria*, o padre Luiz Gonçalves dos Santos²⁶ registra, em 1821, interessantes informações sobre a Real Biblioteca e sua instalação. Na parte dedicada a *Memó-*

.....
26. Luiz Gonçalves dos Santos nasceu no Rio de Janeiro em 1767 e faleceu na mesma cidade em 1844. Foi escritor, professor, cronista, tradutor, cônego e também historiador oficial da família real. O padre Luiz Gonçalves era conhecido como Padre Perereca por sua baixa estatura, seus braços finos, compridos e olhos esbugalhados (CASTRO, 2007, p. 17).

rias do Brasil – Época I, referente ao ano de 1814, ele elogia o local do estabelecimento da biblioteca, “não só por causa da vizinhança do Paço, mas também pela capacidade do edifício, o melhor que se podia encontrar para este fim”. Continua a descrever suas instalações e importância para a corte e para os súditos:

12. [...] Depois de feita as necessárias reparações neste edifício, e os arranjado para o estabelecimento da Real Biblioteca, foi ali colocada, e confiada por Sua Alteza Real ao incansável zelo do R.P. Joaquim Dâmaso, da Congregação do Oratório de Lisboa, e Fr. Gregorio José Viegas, da Terceira Ordem de S. Francisco [...] a Real Biblioteca tem sido muito bem arranjada, e repartida por diferentes salas, segundo diferentes classes de objetos científicos, ou de literatura, [...]

13. Esta Real Biblioteca tem chegado ao estado de ser a primeira e a mais insigne, que existe no Novo Mundo, não só pelo copioso numero de livros de todas as Sciencias, e Artes, impressos nas linguas antigas, e modernas, cujo numero passa de sessenta mil volumes, mas tambem pela preciosa coleção de estampas, manuscriptos, e outras ricas, e singulares cousas, [...] (SANTOS, 1825, p. 308-309).

Padre Luiz Gonçalves também louvava o fato de o príncipe regente ter franqueado, em 1814, a Real Biblioteca entre seus vassallos do Brasil, “a todos os literatos e estudiosos, que para facilitar seus estudos estava sempre aberta pela manhã e à tarde, exceto nos domingos, feriados ou por alguma causa pública”. Segundo Françoise Choay, a abertura da Real Biblioteca aos súditos estava fortemente influenciada pelas ideias iluministas e pela força da Revolução Francesa, expressa na intenção de democratizar o saber e de torná-lo acessível a todos os públicos (CHOAY, 2001, p. 89).

A segunda remessa das obras da Real Biblioteca deixaria Lisboa em março de 1811, a bordo da fragata *Princesa Carlota*, sob a responsabilidade do ajudante de bibliotecário da Biblioteca da Ajuda, Luís Joaquim dos Santos Marrocos. As cartas que ele escreveu a seus familiares, em especial a seu pai, Francisco José dos Santos Marrocos, o próprio responsável pela Biblioteca da Ajuda, redigidas entre 1811 e 1821, davam notícias da sua viagem, da biblioteca, de

sua vida na corte e na cidade do Rio de Janeiro.²⁷ A primeira delas foi escrita ainda durante a travessia do Atlântico e relata a terrível viagem, suas aflições e seu desgosto em uma embarcação com velas avariadas, água e alimentos deteriorados, onde faltavam medicamentos e sobravam passageiros nauseados. Ele mesmo passou a viagem incomodado com sua garganta, seus olhos e sua boca e, temendo por sua vida e pela Livraria nesta arriscada travessia, lamenta:

Finalmente, para dizer tudo de uma vez, se eu soubesse o estado, em que existe a Fragata Princesa Carlota, repugnava absolutamente de meter-me nela e a Livraria, e nisto mesmo faria um grande serviço a S.A.R. (MARROCOS, 2007, p. 48-49).

Nas cartas seguintes, Marrocos relata seu trabalho na Real Biblioteca na preservação do valioso acervo, juntamente com o padre Joaquim Dâmaso e frei Gregório José Viegas, ambos bibliotecários régios e os primeiros encarregados do “arrançamento e conservação” da Real Biblioteca, com o título de “prefeitos”. Em carta de 8 de setembro de 1811, Marrocos recebe um pedido do príncipe regente para que ele fosse cuidar, também, do arrançamento e da conservação dos manuscritos da Coroa, dentro do Paço, na sala nova do despacho do Real Gabinete, substituindo frei Antonio de Arrábida.²⁸ Entretanto, Marrocos continuava a servir na Real Biblioteca, no cargo de ajudante, incumbido da vigilância dos manuscritos da Coroa. Marrocos tinha uma profunda admiração pelo príncipe regente d. João, que no seu entender era bondoso e magnânimo, frequentava sempre sua biblioteca e interessava-se pelas coisas das artes e da ciência. Na carta nº 38, de 7 de janeiro de 1813, Marrocos relata as melhorias através de consertos e reparos na biblioteca instalada no edifício da Ordem Terceira do Carmo, para benefício do acervo,

.....
27. As cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos foram publicadas nos *Anais da Biblioteca Nacional*, no v. 56, de 1934, com o título *Cartas escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821* e em 2007, como *O bibliotecário do rei. Trechos selecionados das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

28. Primeiro prefeito da Real Biblioteca (1822-1831) a receber o título de bibliotecário – a autoridade máxima da instituição.

e confessa que ficará “mui linda, e mui bem arranjados os livros”. Esta mesma carta traz também uma importante informação sobre o estado de conservação dos últimos 67 caixões que ele trouxera e que, ao serem abertos, encontrou-os muito bem acondicionados. Na carta nº 11, de 2 de dezembro de 1811, Marrocos sugere que sua Alteza Real deveria mandar estabelecer uma biblioteca na Bahia com a grande porção de livros dobrados da biblioteca da Coroa, “porque não cabendo na biblioteca continuam nos caixotes e nos armazéns do Real Tesouro, que estão todos minados do bicho cupi,²⁹ achando-se por isto em pó imensas tapeçarias” (MARROCOS, 2007).

A biblioteca se completaria com a chegada dos últimos caixotes de livros em 19 de novembro de 1811, na charrua *S. João Magnânimo*. Nela, veio o servente da Livraria, José Lopes Saraiva, acompanhando os 87 caixotes que tinham ficado em Lisboa, como informou Marrocos em sua carta nº 10, de 22 de novembro de 1811. Segundo Lília Schwarcz, aos 230 caixotes de livros, vindos nas duas remessas anteriores, somava-se esta remessa trazida por Saraiva e, assim, a Real Biblioteca estava novamente reunida, e agora em terras brasileiras (SCHWARCZ, 2002, p. 269).

Já instalada, a Real Biblioteca continuou a ampliar seu acervo através de aquisições e de doações de coleções particulares de livros, manuscritos, gravuras, mapas, assinaturas de periódicos estrangeiros e livros impressos em Portugal, cumprindo a exigência de propinas e, mais tarde, já no século XX, pela aplicação da lei do Depósito Legal (BRASIL, 1907). Este Decreto derivou do alvará de 12 de outubro de 1805, por meio do qual a Coroa Portuguesa estabeleceu que “de toda e qualquer edição publicada em Portugal, e depois, na Impressão Régia do Rio de Janeiro, devia-se ‘ofertar’ pelo menos um espécime à Biblioteca da Corte” (CARVALHO, 1994, p. 47).

Lygia Cunha lista algumas dessas importantes aquisições, em 1811, como a doação do espólio do frei José Mariano da Conceição

.....
29. Cupi é um termo do vocabulário indígena da Língua Geral que corresponde ao inseto cupim (RODRIGUES, 1887-1888 (2), p. 53).

Veloso,³⁰ estudioso das ciências naturais, em especial a Botânica. Foram incorporados ao acervo 2.500 volumes impressos e manuscritos originais, como a *Flora Fluminensis*. Em 1815, foram adquiridos os livros da biblioteca particular do ilustrado Manuel Inácio da Silva Alvarenga, que constava de 1.576 volumes. O arquiteto português José da Costa e Silva, em 1818, vendeu à Real Biblioteca preciosos conjuntos de desenhos originais de artistas italianos, livros, manuscritos e gravuras de artistas europeus. A biblioteca de Antonio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca, composta por 6.329 volumes, foi arrematada em um leilão, em abril de 1822, pelo padre Joaquim Dâmaso, por ordem de Sua Alteza Real (CUNHA, 1981, p. 133).

Com um valioso e raro acervo, a Real Biblioteca passou a ser referência e lugar de visitação entre os estrangeiros que chegavam ao Rio de Janeiro no século XIX. Naturalistas, cientistas e comerciantes incluíam impressões a seu respeito em seus registros de viagem. As impressões variavam conforme a expectativa dos visitantes e nem todos foram generosos na avaliação, como o comerciante inglês John Luccock, que, em 1808, criticou a qualidade e atualização da coleção, afirmando que ela continha “poucas obras apropriadas ao estado de progresso atual da ciência, ou do gosto moderno”. No entanto, a biblioteca surpreendeu e colheu diversos elogios, como dos naturalistas Spix e Martius, que chegaram ao Brasil em 1817, e registraram que ela tinha um acervo de 70 mil itens, com uma farta coleção sobre história e jurisprudência. Tiveram acesso à *Flora Fluminensis*, de frei Veloso, que foi de grande valia para seus trabalhos de botânica. O francês Jacques Arago, em sua viagem de circunavegação, ocorrida entre 1820 e 1821, visitou a biblioteca e ficou admirado, salientando que ela era rica das melhores obras

.....
30. Frei Mariano da Conceição Veloso era um estudioso na busca de uma alternativa de fibras para a confecção de papel para a impressão de livros e produção de manuscritos, em substituição às fibras de linho, cânhamo e algodão, este conhecido como papel de trapo, já escasso e caro na Europa. Em novembro de 1809, enviou ofício ao conde de Linhares, no qual informava que remetera uma amostra do primeiro papel, de embira, feito no Rio de Janeiro. Esta realização favoreceu, a partir daquele ano, a montagem das primeiras fábricas de papel na cidade do Rio de Janeiro, contando com o incentivo do governo português (ALMEIDA, T. H.; HANNESCH, O., 2016).

literárias, científicas e filosóficas das nações civilizadas. Assim como o pastor metodista americano Daniel Parish Kidder, que veio ao Brasil em 1836, e recomendou que quando se visitasse o Rio de Janeiro, não se deveria deixar de ir à biblioteca. O naturalista alemão Hermann Burmeister, que lá esteve entre os anos de 1850 e 1852, afirmou, por sua vez, que o principal instituto científico do Rio de Janeiro era a Biblioteca Nacional (SILVA, 2010, p. 68-72).

Espaço celebrado por visitantes, cientistas e estudiosos, a biblioteca passou a ser, pouco a pouco, referenciada como uma instituição estabelecida nos trópicos, ícone de poder e conhecimento, pertencente à cidade e ao país que a acolheu. Esta relação de pertencimento com o Brasil viria se estabelecer após a proclamação da independência do Brasil, em 1822, com o retorno a Lisboa do rei de Portugal, Brasil e Algarves e da família real, em 1821. Os entendimentos diplomáticos celebrando um Tratado de Paz e Amizade entre os dois países, discutido e completado com o Tratado e Convenção Adicional, de 25 de agosto de 1825, mudaram a história da Biblioteca Nacional. No ajuste financeiro entre o reino de Portugal e o império do Brasil estava a compra da Real Biblioteca, cujo ressarcimento de prejuízos alegados pelos portugueses foi traduzido no pagamento de 2 milhões de libras esterlinas (CUNHA, 1981, p. 134).

De Biblioteca Imperial e Pública a Biblioteca Nacional

Logo após a emancipação do Brasil de Portugal novos bibliotecários e auxiliares entraram na lista de empregados a serviço da biblioteca, que, em 13 de setembro de 1822, passou a ser denominada Biblioteca Imperial e Pública (SCHWARCZ, 2002, p. 405).

Essa mudança de nome é bastante significativa, pois era um indicativo do papel que a biblioteca passava a assumir naquele momento: ao mesmo tempo que buscava se inserir no debate intelectual da época, procurava também se constituir como uma instituição guardiã (e também construtora) da memória nacional. Isto é, se mostrava, tanto no cenário nacional quanto internacional, como a grande biblioteca da nação brasileira (CALDEIRA, 2015, p. 114).

Contando com a assinatura de José Bonifácio de Andrada e Silva e com a rubrica de Sua Majestade Imperial, o Decreto de 23 de outubro de 1822 nomeia como bibliotecário da instituição frei Antonio de Arrábida (BRASIL, 1822), que permaneceu no cargo de 1822 a 1831, e, para ajudante do bibliotecário, o padre Felisberto Antonio Pereira Delgado, o qual já servia na Real Biblioteca como encarregado da conservação e classificação dos manuscritos (CATÁLOGO..., 1883-1884, p. 568).

Nesse período, várias políticas foram sendo implementadas para ampliar o acervo. Em 12 de novembro de 1822, o governo imperial determinou que fosse obrigatório enviar à Biblioteca Imperial e Pública da Corte um exemplar de todas as obras, folhas periódicas e volantes que fossem impressos na Tipografia Nacional. Com o crescimento da indústria tipográfica no Brasil, esta obrigatoriedade estendeu-se por todas as tipografias do império em 1853, fazendo aumentar o número de obras no acervo da biblioteca (TRIGO, 2004, p. 17).

O Estatuto da Real Biblioteca, datado de 1821, antes da independência e, portanto, antes de se tornar Imperial e Pública, foi o primeiro instrumento administrativo criado com o objetivo de organizar os trabalhos na biblioteca e preservar suas coleções. Nele, foram definidas as normas para o bom funcionamento do estabelecimento, o quadro de funcionários, seus cargos e atribuições. A Real Biblioteca teria um prefeito, um ajudante, dois escreventes e os serventes que fossem precisos. Segundo esse estatuto, a principal obrigação do prefeito e dos demais empregados era a conservação da Real Biblioteca, e uma das preocupações era “que por nenhum accidente de fogo se perca ou arrisque, não consentirá que na immediação da Real Biblioteca se ponha Officina que se arrisque a causar incendio”. Além do fogo, a preocupação com o controle do acervo fica evidente nos parágrafos de XV a XX, dedicados aos livros de registros para os impressos, os livros proibidos, os índice das obras, os papéis manuscritos, os livros “dobrados”, os livros de compra e doação, livros de venda, permuta ou qualquer saída de obras duplicadas, e um livro para lançar a “conta das encadernações, fazendo-se memória de todos os que se mandão encadernar

fora”. Embora admitisse a possibilidade de se encadernar os livros fora da Real Biblioteca, cabia ao prefeito nomear um empregado Livreiro Encadernador que deveria “fazer o que a mesma precisar de seu Offício” (ESTATUTO, 1821).

Em 13 de setembro de 1824, foi aprovado pelo imperador o novo *Regulamento da Biblioteca Imperial e Pública*, sob orientação e redação de frei Arrábida (CARVALHO, 1994, p. 47). A biblioteca era pública, o número de leitores aumentava e eram necessárias novas regras para manter a ordem, a segurança e a preservação do espaço e do acervo. Na *Parte 1ª*, dedicada ao *Serviço Público do Regimento*, constava, entre outras normas, que a biblioteca estaria aberta todos os dias, exceto domingos, dias santos e os de grande gala na corte. Seriam admitidas todas as pessoas que se apresentassem “decentemente vestidas” e “sem capote”. “A ninguém se emprestaria livro algum para fora da biblioteca, sem licença de sua majestade o imperador e ordem escrita, a qual ficaria guardada para justificar o Bibliotecário e servir de título a sua reclamação.” Para garantir a organização da biblioteca, a nenhum indivíduo seria permitido tirar livro algum das estantes, nem guardá-lo, sendo obrigado a dirigir-se aos empregados para as suas solicitações. As regras seguem em direção ao controle do comportamento dos leitores, notadamente a observância do silêncio no espaço e a restrição de acesso a áreas reservadas aos funcionários. Para fazer a instituição funcionar, o quadro de funcionários foi acrescido na *Parte 2ª*, que tratava do *Serviço Particular*: além do cargo de bibliotecário-chefe, que substituiu o termo “prefeito”, havia um ajudante bibliotecário, três oficiais ajudantes, dois amanuenses, quatro serventes, um livreiro encadernador e dois escravos. O regimento descreve também as atribuições e os deveres de todos os funcionários. O livreiro encadernador, profissional que interessa a este estudo pela sua atuação na preservação dos acervos, teria como atribuição, nesse momento, executar o que do “seu officio lhe fór mandado fazer; responder por tudo, quanto pertence a sua occupação, trabalho e officina, ao Ajudante Bibliothecario” (REGULAMENTO..., 1824).

Apesar de sua importância, os textos de 1821 e 1824 expressam apenas uma regulamentação incipiente para a administração da

biblioteca e do acervo. São regras pouco técnicas, que não ultrapassam os limites das generalidades, atendo-se à organização do prédio, aos títulos concedidos aos administradores e à arrumação dos móveis.

Apenas em 1828, um relatório de 30 de abril, assinado pelo ajudante substituto cônego Felisberto Antonio Pereira Delgado, traz um documento intitulado “1º Quadro”, contendo a relação nominal dos empregados da Biblioteca Imperial e Pública e suas efetivas obrigações, tal como definidas no regulamento de 1824. Na lista dos funcionários consta como “Bibliotecário” frei Antonio de Arrábida, e Silvino José de Almeida aparece como livreiro encadernador. De acordo com o relatório, suas atribuições se repetiam como as definidas em 1824 (RELATÓRIOS..., 1818-1832, p. 166).

Por este documento é possível confirmar a presença de um profissional responsável pela encadernação dos livros, que eventualmente era identificado nos relatórios apenas como “livreiro”. Entretanto, a descrição de suas atribuições não deixa claro em que medida ele atuava e como na conservação das obras que, de acordo com as queixas recorrentes nos relatórios dos diretores-bibliotecários, sofriam com ataques frequentes de insetos e umidade. Como observa Gilberto Carvalho, muitas obras de valor acabaram inutilizadas por falta de conservação e cuidados, sem falar nos empréstimos que não foram recuperados (CARVALHO, 1994, p. 50).

O problema do estado de conservação do acervo pode ser observado no relatório de 1º de março de 1831 sobre o “Estado actual da Biblioteca Imperial e Pública”, onde frei Arrábida lamentava:

O estado dos livros em grande parte é lamentável. Escaparam ao incêndio que ateado ao pé deles devorou o palácio. Sofreram mudanças, encaixotamento, embarque precipitado e montuosa abertura, mais e mui repetidas colocações, ataques constantes de bichos, entre ele o devastador cupim, que mina o edificio e por cúmulo, bárbaro trato, sendo cortadas as capas que apareciam furadas (ARRÁBIDA, 1831).

Frei Arrábida também se queixava dos livros amarrados com cordéis, dos gastos imprevistos com o edifício e da falta de orça-

mento. No documento de 8 de março de 1831, no qual solicita orçamento à Assembleia Legislativa para o ano de 1832, destinado ao pagamento de despesas com os funcionários, aparece novamente o livreiro encadernador, agora com o nome de José Gomes da Silva Guimarães. Nele também está registrado o montante destinado a “despesas eventuais, ordinárias e miúdas, tendo por principal objeto a officina do livreiro, e entrando o salário de dois pretos” (RELATÓRIOS..., 1818-1832, p. 55).

Em 1834, o livreiro encadernador será retirado da lista dos empregados da biblioteca, como atestam documentos entre os anos de 1853 e 1859.³¹ Neles, encontra-se uma cópia dos “Artigos Regulamentares” de 1824, acrescidos de uma alteração do texto indicando a retirada do encadernador do quadro de empregados da biblioteca:

O lugar de Livreiro encadernador foi suprimido por aviso da Secretaria d’Estado dos Negócios do Império, de 9 de Dezembro de 1834, e pela reforma do referido Estabelecimento, que tem lugar em virtude do Decreto de 9 de Março de 1841 e Lei nº 154 de 26 de Setembro de 1840, de reduzir o pessoal ao seguinte:

1 Bibliothecário

1 Ajudante Bibliothecário

2 Segundos Officiais

3 Praticantes

2 Guardas

2 Jornalheiros

(OFÍCIOS..., 1853-1856, p. 301).

Na gestão do diretor José de Assis Alves Branco Muniz Barreto, entre 1846 e 1853, em um documento das despesas feitas pela biblioteca no “primeiro quartel do ano financeiro de 1847-1848”, foram registradas informações com o custo de encadernações de livros feitas pela oficina particular de Francisco Antônio Martins (RELATÓRIOS..., 1846-1852, p. 117).

.....
31. Nos documentos consultados não consta a justificativa para a retirada do livreiro encadernador da lista dos empregados da biblioteca.

Esta mudança no arranjo dos empregados responsáveis pela encadernação e pela conservação das obras, que se iniciou dentro do quadro dos empregados da biblioteca e depois aparece como um serviço contratado, vai ocupar os relatórios de vários diretores. Frequentemente, eles apontam a necessidade de um trabalho contínuo de encadernação, reclamam do orçamento, sempre insuficiente para tal trabalho e falam das oficinas de encadernação e dos serviços contratados, revelando algumas vezes o grau de satisfação ou insatisfação com a qualidade das encadernações. Os riscos de extravio das obras que deixavam o edifício para serem encadernadas sem a supervisão direta da instituição eram uma preocupação constante. Por esses relatórios é possível acompanhar a movimentação de um expressivo volume de obras encaminhadas às oficinas particulares de encadernação, como jornais, revistas e livros em brochuras adquiridos por compra, doação ou depósito legal, e obras raras e preciosas do acervo que necessitavam dos serviços oferecidos pelas encadernadoras.

Nos ofícios encaminhados ao ministro do Estado dos Negócios do Império, responsável pela liberação do orçamento anual da biblioteca, além dos relatórios dos diretores prestando contas de suas gestões, foi possível identificar algumas oficinas de encadernação particulares, o que possibilitou formar uma ideia do intenso fluxo de material que circulava fora da biblioteca, aumentando o risco de perda por extravio das obras ou má qualidade dos serviços.

O Quadro 1 contém informações encontradas em documentos de autorização de pagamento sobre serviços das oficinas de encadernação³² para a biblioteca entre 1847 e 1852, sob a direção do Ajudante Substituto José Ventura Boscoli (RELATÓRIOS..., 1846-1852). Neste período, os trabalhos repassados às oficinas se limitavam à encadernação de livros, sem qualquer indicação de conservação ou restauração.

.....
32. Os endereços das oficinas de encadernação foram consultados no *Almanak Laemmert*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak. Acesso em: 24 out. 2018.

Quadro 1. Relação das oficinas de encadernação entre 1847 e 1852.

Ano	Oficinas de Encadernação	Serviço executado
1847	Francisco Antônio Martins Rua do Ouvidor, nº 89, 3ª andar	Encadernações de livros
1847	João J. Bender Rua dos Ourives, nº 127	Encadernações de livros
1848	Francisco Antônio Martins Rua do Ouvidor, nº 89, 3ª andar	Encadernações de livros
1848	João J. Bender Rua dos Ourives, nº 127	Encadernações de livros
1849	Francisco Antônio Martins Rua do Ouvidor, nº 89, 3ª andar	Encadernações de livros
1849	João J. Bender Rua dos Ourives, nº 127	Encadernações de livros
1849	Antonio Joaquim Martins da Cunha	Encadernações de livros
1851	João J. Bender	Encadernações de livros
1852	João J. Bender	Encadernações de livros

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Na década de 1850, com a biblioteca ainda instalada no edifício da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, o espaço físico do imóvel já não comportava os livros que iam se acumulando nas estantes.

A Figura 1 mostra a primeira localização da Real Biblioteca, instalada no edifício do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, atrás da igreja do Carmo e próxima ao Paço Imperial, onde residia a família imperial. Era possível sair da residência do Paço e chegar à Real Biblioteca utilizando os passadiços e sem caminhar pelas ruas.

A entrada da biblioteca era pelo Beco do Carmo, e a área destinada ao acervo tinha sido dividida em dois corpos formados por duas salas paralelas de 102 palmos de comprimento e 28 de largo (23,31 m x 6,4 m), e um corredor com que se comunicavam cinco gabinetes (SCHWARCZ, 2002, p. 410). As questões relativas a um

espaço adequado e definitivo destinado à instituição ainda iriam se arrastar por algumas décadas.

Foi frei Camillo de Monserrate, nomeado bibliotecário da então Biblioteca Imperial e Pública da Corte, em 23 de abril de 1853, quem descreveu com detalhes, por meio de um Memorial dirigido ao imperador, as instalações do acervo da biblioteca no Hospital da Ordem Terceira do Carmo, chamando a atenção para a falta de espaço:

Ela forma um edifício quadrado dividido em dois andares: um no nível da rua, outro elevado a 50 pés do solo, sobre um sótão. O andar inferior, independente de um vestíbulo e de um pequeno corredor, compreende, sobre o nome de armazém, uma grande sala de forma de paralelograma, vista da fachada do edifício, com algumas janelas e colunas. O primeiro andar compreende o vestíbulo onde conclui os dois braços da escada pública: duas grandes salas paralelas entre elas e a fachada da rua do Carmo: uma destinada ao público e porta o nome de sala de História; a outra foi nomeada sala de Ciências;



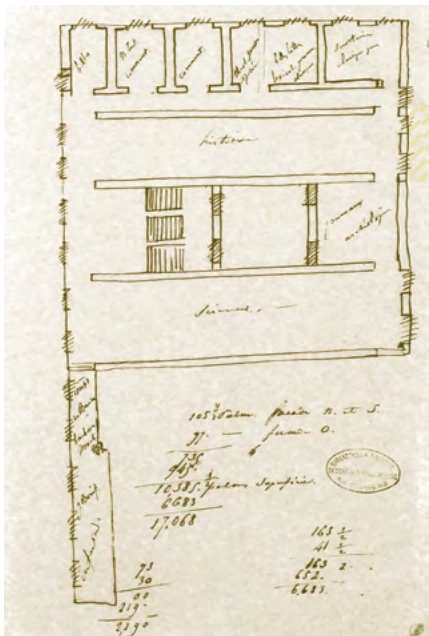
Figura 1. Mapa da Real Biblioteca – Ordem Terceira do Carmo. Indicação da localização da Real Biblioteca, instalada no edifício do Hospital da Ordem Terceira do Carmo (nos fundos da Igreja do Carmo) e o percurso entre a residência do Paço Imperial até a biblioteca. Fonte: GOTTO, Edward. *Plan of the city of Rio de Janeiro Brazil*, 1866 (carta nº 10).

cinco pequenas salas, sendo que destas cinco são sobre a fachada e se comunicam entre um corredor: a sexta serve de comunicação entre as duas grandes salas citadas. [...] A Biblioteca dispõe de uma sala longa privada dentro das tribunas da igreja e outra sala de arquivo, no mesmo plano. Todas estas salas estão atualmente destinadas ao depósito de coleções, representando uma superfície de ... metros [o memorial não especifica a metragem] (MONSERRATE, 1853, tradução nossa).

Encontramos alguns desenhos das plantas baixas do edifício da Ordem Terceira do Carmo, onde se instalou a Real Biblioteca. A Figura 2 representa um dos desenhos, atribuído a frei Camillo, e indica a organização espacial das salas de guarda do acervo. Os ambientes foram nominados em francês, com algumas abreviações, o que dificultou a identificação de algumas salas. O desenho a seguir corresponde ao pavimento superior, com as grandes salas de História e Ciências, as cinco salas e o pequeno corredor na lateral³³ (MONSERRATE, 1853, p. 10).

As plantas baixas que se seguem (Figuras 3 e 4), embora apresentem uma divisão dos espaços levantados em 2004,³⁴ possibilitam formar uma ideia da ocupação da Real Biblioteca através dos relatos de frei Camillo, além de permitirem pensar na circulação dos empregados e do vai e vem de leitores pelas diversas salas que a acomodavam.

.....
33. Além da identificação das salas de História e Ciências, o espaço entre elas ficou reservado aos jornais e Astrologia. Nas cinco salas foi possível identificar a primeira dedicada às Bíblias, seguida do Novo Testamento comentado, outra sala para Comentado, Teologia (parede?), Jurisprudência, Belas Letras (Léxico, Literatura, Gramática), Secretaria e Classi...(?). Esta divisão, das obras, estava baseada nas 5 classes propostas pelo impressor e bibliógrafo francês Guillaume-François Debure (1732-1782), que classificava: 1ª Classe – Teologia; 2ª Classe – Jurisprudência civil e canônica; 3ª Classe – Ciência e Artes; 4ª Classe – Belas Letras (Gramática, Literatura e Filologia) e 5ª Classe – História (OFÍCIOS, 1833-1839, p. 181-182). O pequeno corredor lateral ficava reservado às coleções do conde da Barca, Barbosa Machado, José Bonifácio e Infante. O levantamento da metragem da biblioteca, calculado em palmos chega a 17.068, o que corresponde aproximadamente 892 m² (MONSERRATE, 1853, p. 10).
34. As plantas baixas do edifício da Ordem Terceira do Carmo foram levantadas pela arquiteta Mariana Vaz de Souza, da empresa Arquitetando Ltda., em 2004.



Pavimento superior

Figura 2. Planta baixa do andar superior da biblioteca, com indicação das salas de guarda do acervo, em 1853. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

Consciente da importância das coleções e da necessidade de serem abrigadas em um espaço adequado, frei Camillo expôs em seu Memorial o que ele considerava um lugar próprio para uma biblioteca pública. Interessante observar que o bibliotecário tangencia pontos importantes relativos à conservação de acervos: a localização do imóvel, a umidade, a temperatura e o risco de pragas.³⁵ Frei Camillo sugere o que deveria a biblioteca ideal oferecer:

35. Esses riscos indicados por frei Camillo irão ocupar os estudos e as metodologias da disciplina Gestão de Riscos ao Patrimônio Cultural a partir dos anos 1990. A gestão de riscos teve suas origens na década de 1970, no mercado de seguros, e se estendeu para outras áreas. Com um programa integrado e abrangente, possibilita estabelecer prioridades e instruir tomadas de decisão fundamentadas na probabilidade de ocorrência, na natureza e na magnitude de impactos futuros sobre os objetivos de uma organização (HOLLÓS, 2009, p. 76). O Gerenciamento de Riscos ao Patrimônio Cultural elegeu 10 riscos graves aos acervos: força física; criminosos; fogo; água; pragas; poluentes; luz e irradiação UV e IR; temperaturas incorretas; umidade relativa incorreta; dissociação. Em 2010, a Biblioteca Nacional publicou seu *Plano de Gerenciamento de Riscos: salvaguarda e emergência* (SPINELLI; PEDERSOLI, 2010) e o IBRAM, em 2013, publicou a cartilha “Gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro”, sobre esta metodologia.

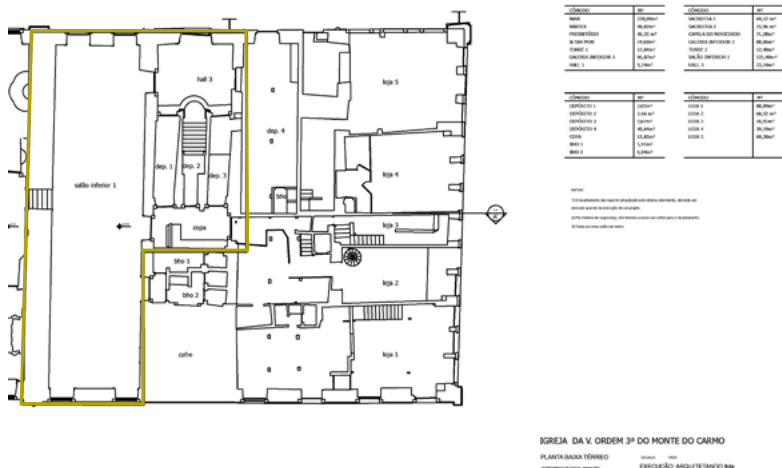


Figura 3. A Biblioteca no edifício da Ordem Terceira do Carmo: Pavimento Térreo. Fonte: Arquivo da Ordem Terceira do Carmo.

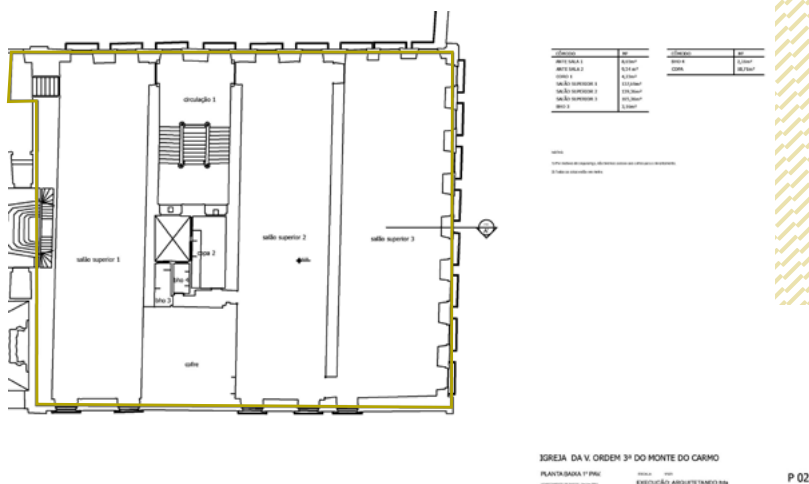


Figura 4. A Biblioteca no edifício da Ordem Terceira do Carmo: Pavimento Superior. Fonte: Arquivo da Ordem Terceira do Carmo.

[...] na sua construção hum caracter monumental; que a situação d'ella não fosse nem apartada do centro da cidade, nem proxima demais de seu centro comercial; que não fosse contiguo com habitações particulares, expostas á eventualidades de incêndio, mas sobretudo com casa de industria ou commercio, aonde as materladas perturbão o silencio, as manipulações exhalão miasmos perniciosos, enfim as substancias depositadas, inflamáveis ou attractivas de insectos [...] salas grandes, altas, onde o ar e a luz circulassem livremente; salas de disposição commodas para o estudo; [...] (MONSERRATE, 1853, p. 2).

Frei Camillo foi um bibliotecário que lutou pela organização técnica da biblioteca, por um prédio mais adequado às necessidades crescentes da instituição e por mais autonomia em sua gestão. Ao assumir o posto, logo encaminhou ao governo um ofício não só sobre o estado precário da biblioteca, mas com proposta de oferecer um projeto de nova lei, com uma visão ampla, precisa e técnica, própria de alguém com um farto conhecimento profissional. Frei Camillo se empenhou na busca por um novo espaço para acomodar a biblioteca que provavelmente, naquela época, ultrapassava os cem mil itens. Não foi fácil encontrar na cidade um prédio que pudesse abrigá-la. Em 1855, o governo imperial comprou um prédio no Largo da Lapa, nº 46,³⁶ que passou por uma reforma de três anos para se adaptar às necessidades de uma biblioteca pública. Longe de ser ideal, com adaptações e obras inacabadas, o prédio foi inaugurado e aberto ao público no dia 5 de agosto de 1858.

A Figura 5 indica a localização da Biblioteca, em 1858, ocupando um edifício com o andar térreo, três pavimentos superiores e um terreno nos fundos.

Os visitantes estrangeiros continuavam a fazer seus relatos e a registrar suas impressões sobre a Biblioteca Nacional. Oscar Canstatt, de origem alemã, ligado à Comissão Imperial da Agricultura, em 1868, período da direção de frei Camillo, informava que a biblioteca guardava um acervo de 120 mil volumes, distribuídos em 12 salas,

.....
36. Anos depois o imóvel foi demolido para a construção do prédio da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na atual Rua do Passeio, nº 98 (CAVALCANTI, 1979).



Figura 5. Mapa indicando a localização da Biblioteca no edifício da Rua do Passeio, nº 46, entre 1858 e 1910. Fonte: GOTTO, Edward. *Plan of the city of Rio de Janeiro Brazil*, 1866 (carta nº 20).

e se queixava de que “novas aquisições têm sido muito poucas, por ser muito exígua a soma anual que o governo destina para este fim”. Esse relato confirma as dificuldades que frei Camillo enfrentava em relação ao governo imperial. Já o naturalista suíço Louis Agassiz e sua esposa, Elizabeth Cary Agassiz, que estiveram no Brasil entre 1865 e 1866, levaram uma boa impressão da biblioteca: “Não pode ser esquecida, quando se enumeram os estabelecimentos de instrução no Brasil, a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro”. Consideraram que existiam no acervo “excelentes livros em todos os ramos do saber”, e elogiaram sua direção desempenhada “dentro de um espírito liberal, não entravado por preconceito religioso ou político”. A biblioteca também recebeu a visita, em 1883, do alemão Carl von Koseritz, que morou no sul do Brasil exercendo atividade jornalística e teve a oportunidade de deixar alguns relatos sobre suas impressões e admiração pelo estabelecimento “com que o Brasil se aproxima dos maiores países da Europa”: “Fiz hoje uma visita à biblioteca e estou ainda sob a impressão que ela me causou”. Recebido “com as maiores gentilezas” por membros da direção da Casa, percorreu o edifício e fez algumas observações quanto ao espaço e à insufi-

ciência deste para abrigar tantas obras. Ficou maravilhado com as coleções sobre história do Brasil e Portugal, os incunábulo, seus manuscritos, mapas e a Bíblia de Mogúncia (SILVA, 2010, p. 72).

Os elogios à administração de frei Camillo pelos visitantes parecia não comover os dirigentes da administração. Na análise de Gilberto Carvalho, a biblioteca estava ligada diretamente à alta administração do império e a centralização do poder era tanta que, além de os nobres senhores do governo nada concederem à instituição, se excediam no cuidado de ressaltar a sua autoridade, e interferiam nas mais simples resoluções tomadas por frei Camillo, tirando-lhe qualquer iniciativa, independência e autonomia. Contudo, apesar das limitações financeiras e administrativas impostas, o bibliotecário continuava a fazer planos e a pedir verbas. Em seus últimos pedidos, todos negados, frei Camillo solicitava, por exemplo, a compra de livros especiais sobre o Brasil e a América, a formação de um arquivo de obras sobre línguas indígenas do Brasil e das Américas, uma coleção de heráldica de brasões e de moedas, a reunião de uma equipe de estudiosos para levantarem todos os problemas dos indígenas do nosso continente, antes e depois dos europeus, oferecer cursos sobre paleografia, arqueologia, etnografia para a capacitação dos funcionários e a fundação de uma tipografia e de uma oficina de encadernação (CARVALHO, 1994, p. 57 e 63).

Mesmo com todas as dificuldades, frei Camillo era vigilante nos detalhes. Seus relatórios sempre apresentavam a preocupação com a preservação das obras. Em 6 de março de 1858, escreve sobre o risco da dissociação das obras³⁷ por causa de uma classificação equivocada, que levou algum funcionário a guardar na Sala de Ciências obras de história, filosofia e viagens. Chamava a atenção para o risco de deixar espaços vazios entre as obras com o intuito de receber outros volumes, pois isto, segundo frei Camillo, possibilitava a deformação do papel, a entrada de insetos, roedores, poeira e

.....
37. No programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Cultural, o risco dissociação é a desorganização de sistemas, a perda de dados e informações referentes aos objetos da coleção, ou a perda da capacidade de recuperar ou associar objetos e informação (SPINELLI; PEDERSOLI, 2010, p. 29).

umidade, além de dificultar o controle da retirada e empréstimo das obras. Como a biblioteca era contígua a casas particulares, o receio de um incêndio levou frei Camillo a solicitar “regadores-bombas”, que pudessem, em caso de perigo, apagar as primeiras faíscas de fogo (MONSERRATE, 1858).

A preocupação de frei Camillo em relação à integridade das obras e às encadernações passava também pela qualidade dos serviços realizados, que fazia questão de elogiar em alguns relatórios, como o de 19 de fevereiro de 1856, no qual relata que “todas as encadernações teriam sido executadas com toda perfeição” (OFÍCIOS..., 1853-1856, p. 35). Mas as dificuldades para manter a qualidade eram grandes, como se pode observar em um ofício de 20 de março de 1860, onde o representante da 4ª Seção da Assembleia Geral do Ministério do Estado dos Negócios do Império questionava a desobediência do diretor que, contrariando uma ordem ministerial, encaminhou algumas obras para a oficina de encadernação de Duvivier, ao invés de mandá-las para a oficina da Casa de Correção da Corte, onde seriam encadernadas pelos artífices do Instituto de Menores Artesãos:

[...] se havia determinado antes que as encadernações p^a aq^{le} estabelecimento fossem feitas na officina da Casa de Correção; e mais, que tanto a encadernação Duvivier, como o livreiro Garnier são francezes, e que no mercado desta ci^{de} são daquelles que maior preço põem em ás encadernações, [...] declarou o Bibliothecario que na Casa de Correção não eram bem feitos os trabalhos de encadernação [...] (OFÍCIOS..., 1860-1863, p. 539).

Frei Camillo queixava-se também, em um ofício encaminhado ao marquês de Olinda, ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império, datado de 15 de abril de 1863, da verba reduzida para um grande e constante volume de obras a serem encadernadas:

[...] a verba de um conto de reis está bem insufficiente, sendo a mesma quantia absorvida annualmente pela encadernação dos periódicos nacionais e estrangeiros, relatórios officiais e colleções de leis, não ficando sobra alguma para os livros novos ou já uzados que merecem dos cuidados do encadernador (OFÍCIOS..., 1860-1863, p. 48).

Com o encerramento do corpo de menores artífices da Casa de Correção da Corte, em agosto de 1865, frei Camillo solicitou autorização para contratar outro estabelecimento particular para encadernar para a biblioteca, pelo mesmo valor praticado anteriormente. Embora a verba fosse ainda reduzida, ele pôde negociar uma melhor oferta com uma qualidade melhor do trabalho (OFÍCIOS..., 1864-1867, p. 363).

O Quadro 2 identifica as oficinas de encadernação³⁸ que trabalharam para a Biblioteca Pública e da Corte durante o período de direção de frei Camillo, de 1853 a 1870. (OFÍCIOS..., 1853-1872).

Quadro 2. Relação das oficinas de encadernação entre 1853 e 1870.

Ano	Oficinas de Encadernação	Serviço executado
1853	Casa de Correção da Corte Rua Nova do Conde d'Eu, nº 225	Encadernação de livros
1853	Morange e Irmãos Rua do Ouvidor, nº 59	Encadernação de livros
1853	Júlio Cesar Duvivier Travessa do Ouvidor, nº 8	Encadernação de livros
1854	Júlio Cesar Duvivier Travessa do Ouvidor, nº 8	Encadernação de livros
1855	Júlio Cesar Duvivier Travessa do Ouvidor, nº 8	Encadernação de livros
1856	Júlio Cesar Duvivier Travessa do Ouvidor, nº 8	Encadernação de livros
1856	Júlio Cesar Duvivier e Bourgoin Travessa do Ouvidor, nº 8	Encadernação de livros
1857	Júlio Cesar Duvivier e Bourgoin Travessa do Ouvidor, nº 8	Encadernação de livros

.....
38. Os endereços das oficinas de encadernação foram consultados no *Almanak Laemmert*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak. Acesso em: 24 out. 2018.

1857	Júlio Cesar Duvivier Travessa do Ouvidor, nº 8	Encadernação de livros
1858	Júlio Cesar Duvivier Travessa do Ouvidor, nº 8 e 11	Encadernação de livros
1859	Júlio Cesar Duvivier Travessa do Ouvidor, nº 8 e 11	Encadernação de livros
1860	Júlio Cesar Duvivier Travessa do Ouvidor, nº 8 e 11	Encadernação de livros
1863	Casa de Correção da Corte Rua Nova do Conde d'Eu, nº 225	Encadernação de livros
1864	Casa de Correção da Corte Rua Nova do Conde d'Eu, nº 225	Encadernação de livros
1865	Casa de Correção da Corte Rua Nova do Conde d'Eu, nº 225	Encadernação de livros
1866	Joaquim Gomes de Oliveira Rua de Santo Antônio, nº 11	Encadernação de livros
1867	Joaquim Gomes de Oliveira Rua de Santo Antônio, nº 11	Encadernação de livros
1868	Joaquim Gomes de Oliveira Rua de Santo Antônio, nº 11	Encadernações de livros e periódicos
1868	Carlos Severiano Cavalier Rua Sete de Setembro, nº 181	Encadernação de almanaque
1869	Joaquim Gomes de Oliveira Rua de Santo Antônio, nº 11	Encadernações de livros e periódicos
1869	Freitas e Pereira Rua São José, nº 115	Encadernação de livros
1870	Freitas e Pereira Rua São José, nº 115	Encadernação de livros

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Embora a descrição dos serviços se limite à encadernação, alguns períodos são mais específicos quanto aos tipos de obra que foram encadernadas, como periódicos e almanaques, dando uma

ideia dos materiais que circulavam entre as oficinas particulares, as institucionais e a biblioteca.

Frei Camillo foi um dos diretores que melhor perceberam os problemas da biblioteca e que com mais acuidade e persistência apontaram soluções tecnicamente possíveis para elas, sempre atento à segurança do acervo e à qualidade dos serviços. Seu sucessor, Benjamim Franklin Ramiz Galvão, anos depois, dedicou a ele um estudo biobibliográfico no qual ressaltou seu valor intelectual e profissional. Não por acaso, designa-o pelo adjetivo “O Sábio”.

Frei Camillo de Monserrate, mesmo com toda sua perseverança, não conseguiu levar a cabo várias de suas propostas. É como se “diante da grandiosa representação da biblioteca, restasse apenas a fala repetitiva, o pedido constante e uma imensa barreira entre a representação e a realidade. De um lado a imagem gloriosa das coleções com milhares de títulos e de outro a eterna toada da carência” (SCHWARCZ, 2002, p. 410). Mas, apesar das dificuldades, abriu caminhos para que seu sucessor imediato, Ramiz Galvão, promovesse importantes realizações que marcaram sem dúvida seu nome como um dos mais importantes diretores da história da biblioteca.

As primeiras ações de preservação na Biblioteca Nacional no século XIX

Quando Ramiz Galvão assumiu a instituição, ela passava por uma série de graves problemas, dos baixos salários de seus empregados à deterioração do edifício, que desde sua mudança para a Rua da Lapa não tinha sofrido nenhum importante reparo. Os problemas afetavam sua estrutura e muitas vezes o acervo foi atingido por infestação de insetos e por inundações, como a relatada por frei Camillo no ofício do dia 11 de outubro de 1864, solicitando fechar a biblioteca por três dias, pois a água da forte chuva que tinha caído sobre a cidade destruía parte do telhado, inundando as salas e os livros, bem como a água da rua que atingiu as salas baixas pela frente e pelos fundos (OFÍCIOS..., 1864-1867, p. 534). Evento como este foi também relatado por Ramiz Galvão apenas um dia após sua nomeação, em ofício de 23 de dezembro de 1870,

solicitando providências ao Ministério das Obras Públicas para que fossem sanados os problemas provocados pela água da chuva, que havia entrado em uma sala dos livros “produzindo estragos sensíveis em alguns volumes” (OFÍCIOS..., 1868-1872, p. 422). Em 30 de março de 1871, outro ofício relata a precariedade das condições físicas do edifício com as frequentes inundações, provocando o apodrecimento do assoalho com risco de desabamento, a umidade nas estantes e o risco para o acervo, resultando

[...] em duplo inconveniente: 1º o de não poderem supportar com segurança as peizadas estantes de livros, que ahi se acham: 2º Deixarem passar por cima a grande humidade do solo, causando estrago de muitos volumes depositados nessas estantes. [...] Não hesito a repetir a V. Ex^a que são de absoluta necessidade estes reparos na Bibliotheca Pública. Sem elles, ver-me-hei obrigado a cruzar os braços diante do progressivo deterioramento de livros pela maior parte úteis, invadirão com mais fúria os vermes, que já começam a estragar algumas das salas da casa [...] (OFÍCIOS..., 1868-1872, p. 203-204).

Sua preocupação se fundamentava no fato de os suportes orgânicos, como o papel, o pergaminho, o couro, o tecido e a madeira serem suscetíveis ao ataque de fungos e bactérias quando expostos em condições inadequadas de temperatura e umidade (FLAESCHEN, 2017, p. 27). A combinação do calor da cidade com as chuvas tropicais criava o clima perfeito para mais um inimigo do livro³⁹ se desenvolver: o microrganismo, que ataca as moléculas da celulose, enfraquecendo o papel e criando manchas que muitas vezes comprometem a leitura e a apreciação da obra.

Encontramos ainda, nos relatórios de Ramiz Galvão, de 1875 e 1876, informações sobre os problemas recorrentes da precariedade das instalações da biblioteca e os primeiros relatos sobre a necessidade de se reservar um espaço para conservar e restaurar o acervo danificado. Presente também está sua preocupação sobre a

.....
39. A expressão “inimigo do livro” aparecerá com frequência na literatura especializada sobre problemas de conservação de bibliotecas e arquivos a partir do século XIX, publicada por cientistas, estudiosos, bibliotecários, bibliófilos, conservadores e restauradores, como veremos no capítulo dois deste livro.

baixa frequência dos leitores, pois ele acreditava que a biblioteca, localizada no Largo da Lapa, estava “longe do centro da cidade e por assim dizer no começo de um arrabalde”. Insistia na necessidade de uma nova sede, num edifício mais próprio, que deveria “ser feito desde logo sob um plano vasto e grandioso em atenção às riquezas futuras” (RELATÓRIOS, 1875-1876, p. 2-3). A preocupação constante com os empréstimos e a saída de livros para encadernar em oficinas contratadas gerou, nas palavras de Ramiz Galvão e em seu relatório, o registro de um acontecimento que o deixou bastante desanimado:

Quanto á officina de enquadernação, estamos de perfeito accordo com fr. Camillo; ella mais cedo ou mais tarde deverá tornar-se como um annexo à Bibliotheca, [...] proporcionar a fiscalização immediata da enquadernação dos livros raros e de volumes por qualquer título precioso sem que estes corram o risco de se perderem saindo de Casa. [...] Como deixar sair estes volumes insubstituiveis para uma officina extranha, onde um simples descuido pode dar lugar a extravios sem remédio? Durante nossa administração ocorreu um facto desta ordem. Havíamos tido a singular fortuna de adquirir para a Bibliotheca um exemplar da famosa edição *princeps* da Marília de Dirceu impressa em Lisboa, 1792, [...] e desejando reparar os estragos que o tempo e o abandono haviam causado, [...] mandamo-lo fóra refazer a enquadernação.

Em má hora tivemos similhante idéa; dentre centenas de volumes confiados ao artista, foi aquele o unico que se perdeu. [...] Pois bem, a officina de enquadernação *intra-muros* destina-se a evitar que taes factos se dêem. [...] Fr. Camillo pensava bem aponctando como medida vantajosa e necessaria (GALVÃO, 1884-1885, p. 137-138).

Mas as mudanças vieram aos poucos. Ao assumir a direção da biblioteca em 1870, Ramiz Galvão teve o apoio do ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira, que logo multiplicou o orçamento da biblioteca por cinco e aumentou também os salários. Isso viabilizou a contratação de mais funcionários, possibilitando dar início à organização de novos catálogos, de acordo com os sistemas mais modernos da época, além da realização de uma reforma geral na biblioteca, projeto tão sonhado por frei Camillo (CARVALHO, 1994, p. 65). Foi sob sua administração que se realizou o primeiro

concurso de bibliotecários, em que se destacou o historiador Capistrano de Abreu. Ramiz Galvão foi promotor das primeiras exposições da biblioteca: o tricentenário da morte de Camões (1880) e a de História do Brasil (1881), cujos catálogos, constantes nos *Annaes da Bibliotheca Nacional* v. 1 e v. 9, dão a medida de sua importância. Criou também os *Anais da Bibliotheca Nacional*, fundou o gabinete de Numismática, reeditou a *Prosopopeia*, de Bento Teixeira,⁴⁰ e a *Arte da gramática da língua brasílica da nação Kiriri*, do padre Mamiani (CONDÊ, 1960, p. 13).

No que diz respeito ao reforço na equipe de empregados, em 1873, a biblioteca contratou Alfredo do Valle Cabral, funcionário que viria a se tornar um elemento fundamental na equipe de Ramiz Galvão por sua intensa atividade e capacidade organizadora, juntamente com Capistrano de Abreu, João de Saldanha da Gama, Antonio Mendes Limoeiro e Antonio José Fernandes d'Oliveira. Contratado como funcionário supranumerário, a entrada de Valle Cabral ocorreu em função da partida de Ramiz Galvão para a Europa, em março daquele ano. Quando propôs sua nomeação ao Ministério do Império, Ramiz Galvão afirmou que suas atribuições seriam as de zelar pela conservação⁴¹ dos manuscritos, separá-los, copiá-los, ordená-los e iniciar o catálogo da Seção de Manuscritos (RODRIGUES, 1954, p. 10-11). É ainda sob a direção de Ramiz Galvão, um pouco mais à frente, que o profissional que assume a restauração das obras vai surgir na Biblioteca Nacional, mais especificamente na Seção de Estampas, o que mudaria para sempre a dinâmica da preservação na instituição.

Ramiz Galvão, em sua viagem pela Europa, ocorrida entre 1873 e 1874, teve a oportunidade de visitar diversas instituições como a Biblioteca do Museu Britânico, a Biblioteca Nacional de Paris, a

40. A obra *Prosopopeia* (1601), de Bento Teixeira, é considerada por muitos o marco inaugural da “literatura brasileira”, como observa Guilherme Amaral Luz em seu artigo “O canto de Proteu ou a corte na colônia em *Prosopopeia*” (LUZ, 2008).

41. O termo “conservação” que aparece como uma de suas atribuições, neste período, era referente a “guardar com cuidado, manter em bom estado; não perder; reservar”, como definido genericamente no *Novo vocabulário universal da língua portuguesa*, de 1898 (DE LA FAYETTE, 1889, p. 386).

Biblioteca Mazarine, a Biblioteca Genoveva, a Biblioteca do Arsenal (todas em Paris), a Biblioteca Real de Munique, a Biblioteca Imperial de Viena, a Biblioteca Real de Berlim, a Biblioteca Nacional de Florença, a Biblioteca Mediceo-Laurençiana, a Biblioteca de Roma, as Bibliotecas Públicas de Milão, as Bibliotecas Públicas de Bruxelas e Haya e a Biblioteca Nacional de Lisboa. Observou como essas instituições tratavam seus acervos para preservá-los. Algumas observações transcritas em seu relatório de viagem ajudam a entender os desdobramentos de várias ações de conservação e de restauração no acervo da Biblioteca Pública da Corte a partir de então.

Nas grandes bibliotecas, como as de Paris, Londres, Roma e Lisboa, o bibliotecário encontrou a figura do conservador, sobretudo nas seções de Impressos, Cartas Geográficas, Estampas e Manuscritos. Ao descrever a Biblioteca de Lisboa, apresentou as habilidades dos empregados, e entre eles a desse profissional que deveria ter:

[...] curso completo de qualquer escola superior, nacional ou estrangeira; perfeito conhecimento das linguas latinas e francezas: e para a repartição de mss. e numismática – mais o conhecimento da lingua grega, e ter os cursos completos de paleographia e numismática (GALVÃO, 1874, p. 79).

Essa informação corrobora a ideia de que não era o conservador que “conservava” o acervo, como compreendemos hoje, notadamente um profissional especializado em intervenções para estabilizar fisicamente os suportes dos acervos culturais, mas sim o profissional que zelava pela seção em que trabalhava e pelo cuidado com o livro.

Suas observações sobre a Biblioteca do Museu Britânico, na Seção de Cartas Geográficas, se detiveram no sistema de guarda das “cartas e mappas”, que segundo Ramiz Galvão era muito mais eficaz do que no Brasil, onde eram guardados em pastas ou enrolados dentro de latas de folhas de flandres.⁴² Esse sistema trazia risco para os documentos no momento de tirá-los dos acondicionamentos. No

.....
42. As latas de folhas de flandres eram muito usadas para acondicionar documentos. A folha de flandres é um material laminado de aço-carbono revestido em ambas as faces com estanho (MORENO FILHO, 2007, p. 32).

sistema britânico, as “cartas e mappas” que não estavam encadernados em volumes eram colados em papel encorpado, dobrados o mínimo possível, guardados justapostos em fundos de gavetões de uma mesa, como uma mapoteca, sobre a qual se podia também trabalhar.

A seção de mapas da Biblioteca Nacional de Paris também foi destaque nas suas anotações em relação à conservação e à guarda. Ali, segundo Ramiz Galvão, as cartas com dimensões reduzidas eram guardadas em pastas pequenas e conservadas em pé; as grandes, em pastas maiores que eram deitadas em prateleiras bem próximas umas das outras, aproveitando bem o espaço. Observou também que o sistema de rolos já tinha sido de todo abolido e quando as finanças permitiam as cartas eram coladas sobre pano, garantindo imensa conservação. Ficou tão impressionado com uma solução para conservar os mapas que a descreveu em detalhes:

A este propósito vimos ali executada uma excelente medida, que de certo merece imitação. Como se-sabe, as grandes cartas são publicadas em diversas folhas; [...] quando o leitor têm de as manear para ajustar e unir uma folha á outra, dobram-lhes as margens, e isso visivelmente facilita a sua deterioração e as-estraga. [...] antes de colar a carta cortam-na a canivete pela linha em que a folha se ajusta á outra: sucede então que, quando o leitor procura dobrar-lhe a margem, esta se-dobra natural e forçosamente pela linha em que foi cortada (GALVÃO, 1874, p. 33).

Ramiz Galvão não deixou de registrar o modo como eram conservadas também as obras de arte na Seção de Estampas, o que julgou ser de grande importância para a “Biblioteca Nacional do Rio”, por causa da coleção numerosa de obras de Dürer e Rembrandt que tinha acabado de encontrar. Uma das normas da Biblioteca de Paris determinava que as estampas, por serem raras e muito suscetíveis a estragos, não saíam da instituição. Por isso, eram tratadas em uma oficina anexa à seção, onde eram coladas em folhas de papel encorpado, uma para cada folha, e conservadas reunidas por meio da chamada “encadernação mecânica” (*reliure mobile*), que facilitava a intercalação de novas folhas em qualquer lugar do volume. Diante dessa novidade, ele descreve em minúcias o sistema:

[...] consta de dois cartões presos por uma lamina de couro central; na linha em que cada um d'estes cartões se prende ao couro que constitue o lombo do volume, acham-se fixas duas hastes metálicas susceptíveis de apertar-se uma de encontro á outra por meio de parafusos que se torcem ou destorcem com uma chave especial. [...]

Como taes folhas de papel encorpado formariam facilmente um volume muito grosso e incapaz de ser contido convenientemente pelas hastes metálicas, lança-se mão de um expediente: antes da encadernação colla-se á margem de cada folha uma tira de *papel à piquer*, que é um tempo bastante fino para não engrossar o lombo do volume, e bastante forte para conter a folha (GALVÃO, 1874, p. 39).

Em um dos exemplos de encadernação mecânica que se encontra na Seção de Iconografia é possível observar uma estrutura de madeira com três pinos de metal, presos por parafusos que se ajustam de acordo com o número de folhas do volume (Figuras 6 e 7), bem próximo ao modelo descrito por Ramiz Galvão.

De volta ao Brasil, Ramiz Galvão, além de apresentar um relatório completo de sua viagem à Europa ao Ministério dos Negócios do Império, em 31 de dezembro de 1874, também encaminhou o “Relatório sobre os trabalhos executados na Bibliotheca Nacional no anno de 1874” para o conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, ministro e secretário do Estado e Negócios do Império.

Entusiasmado com as novidades que viu nas bibliotecas da Europa, tratou de apresentar naquele relatório algumas sugestões que, segundo ele, poderiam ser aplicadas ao acervo da biblioteca brasileira. Ciente das dificuldades e limitações físicas do imóvel e do orçamento, Ramiz Galvão escreveu que existiam coisas impossíveis de serem realizadas no edifício que ocupavam, mas algumas poderiam já reformar e mandar fazer, como as estantes para acomodar os livros adquiridos, mesas especiais para guardar as cartas geográficas, pequenos armários apropriados para as coleções e os jornais. Alongou-se nas palavras para falar das cartas geográficas que, quando assumiu a direção da biblioteca, estavam em lastimável estado de deterioração. Viviam enroladas sobre uma mesa e quando desenroladas para a consulta se dilaceravam, devido, na sua avaliação, ao grande ressecamento dos papéis. Diante deste quadro, chegou a guardá-las em cilindros de metal, mas depois das visitas

Figura 6. Vista da abertura da encadernação mecânica. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia.



Figura 7. Detalhes do pino de metal e do encaixe das peças de madeira. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia.

ao Museu Britânico e à Biblioteca Nacional de Paris, se convenceu que esta não era a melhor solução. Por fim, mandou colar atrás dos mapas não um papel de reforço, como viu em Londres, mas um tecido, à maneira de fazer na Biblioteca de Paris, por acreditar que seria uma solução mais durável, e não tão mais onerosa. Satisfeito com os resultados do trabalho, escreveu que seu intento era desfazer todas as coleções deste gênero, porque as dobras nos volumes danificavam notadamente os mapas e as traças eram mais difíceis de ser exterminadas nos volumes. A ideia para um futuro próximo seria, na medida de seus recursos financeiros, mandar colar cada folha, conservá-las abertas e guardá-las em gavetões de uma grande mesa que iria mandar fazer. Impressionado ficou também com a encadernação mecânica, e acabou mandando vir de Paris todos os modelos empregados naquela Biblioteca Nacional, na Biblioteca Mazarine e na Biblioteca do Instituto da França. Embora parecesse

convicto de que usaria a encadernação mecânica nos volumes das estampas como praticada na Biblioteca de Paris, pois nenhum “outro processo era preferível”, esperava ainda receber o modelo usado em Lisboa, para poder fazer experiências comparativas e escolher o melhor, ou mesmo propor alguma modificação que lhe parecesse mais conveniente (GALVÃO, 1874, p. 5-8).

Sua preocupação se baseava no achado, no próprio acervo, de riquíssimas e numerosas estampas dos mais importantes mestres da gravura. As gravuras de Rembrandt, por exemplo, foram salvas de uma iminente destruição, perdidas no meio de volumes inutilizados da biblioteca. Ramiz Galvão constatou, por experiência própria, que “se é verdade que os tesouros existem, não é menos certo que se acham pessimamente acondicionados por falta de espaço”. Na sua avaliação, cerca de dois terços dessas estampas precisavam de “lavagem apropriada e de nova colagem sobre folhas de papel encorpado da mesma grandeza, para que se possam reunir em volumes”. Para tanto aconselhou: “Nada de atirar outra vez ao olvido riquezas tão justamente ambicionadas por outros. O meio de aproveitá-las é um único: criar na Bibliotheca um serviço especial para a iconografia” (GALVÃO, 1874, p. 16).

Ramiz Galvão provavelmente entendeu que este poderia ser o momento de se criar condições para tratar as estampas preciosas na biblioteca, aos moldes da oficina anexa à Seção de Estampas que vira na Biblioteca de Paris, e que tanto o agradaram por manter as obras em segurança, proibidas de deixar a instituição para serem restauradas.

Além de todas essas considerações sobre os trabalhos desenvolvidos naquele ano, não deixou de mencionar os problemas enfrentados pela localização do edifício, que estava fora do centro da cidade, em uma área infestada de cupins, tendo como vizinhos dois prédios sujeitos a incêndio. Queria também criar duas novas seções, bem aos moldes da Europa, como a de Estampas e a de Cartas Geográficas, mas o edifício já não oferecia condições para abrigar o acervo crescente, e muito menos proporcionar conforto para os leitores, cujo salão de leitura se aproximava mais de um corredor. Assim, sugeriu que a biblioteca necessitava de um edifício novo,

como as bibliotecas de Paris e do Museu Britânico. Pensava numa verdadeira “morada do saber”, com fachada solene e arquitetural, um salão de leitura circular, espaçoso e central. Na sua lista dos desejos entravam “galerias de ferro, solidez dos pavimentos capazes de suportar o peso dos livros, perfeito isolamento, muita luz, ventilação, espaços de guarda separado dos leitores e acomodações para os empregados residirem na biblioteca”. Em relação aos empregados, se queixava do quadro reduzido para tanto trabalho, sobretudo o da conservação e da limpeza dos livros. Conservação entendida como o trabalho de zelar pela integridade da obra, pela “vigia” a sua consulta, pela guarda correta nas estantes e pela detecção de problemas com o manuseio e a infestação de insetos. Lastimava o estado de deterioração dos livros em algumas seções, pois, segundo ele, “em nosso clima, onde é preciso ter constantemente as janelas abertas, e onde o desenvolvimento dos insetos daninhos é prodigioso”, a solução seria “encadernar de novo os livros estragados e revolvê-los de contínuo, para evitar a repetição do mal”. Para as encadernações, tinha solicitado à Assembleia Geral uma verba suficiente para remediar o quanto possível os imensos estragos que encontrou. Mas, para as tarefas de “abrir, escovar e bater constantemente os livros”, não tinha pessoal suficiente ou espaço físico para “confiar uma sala a cada um para torná-lo responsável por todos os danos havidos na seção”.

Para melhor organizar a biblioteca Ramiz Galvão sugere, nesse relatório, um novo regulamento que dividiria a instituição em três seções: a Seção de Impressos e Cartas Geográficas, a Seção de Manuscritos e a Seção de Estampas. Para ocupar o lugar de oficial da biblioteca, seria necessária a realização de concurso, mas para o cargo de conservador, que funcionava como um chefe da seção, tal como visto na Europa, seria simplesmente por merecimento, alguém que conhecesse e em que confiasse na sua capacidade intelectual e profissional (GALVÃO, 1874, p. 17-20 e 24).

Sua preocupação com o estado de conservação das estampas e sua ideia de criar uma seção para guardá-las dignamente o fez publicar no *Jornal do Commercio* do dia 21 de maio de 1874 um pequeno artigo intitulado “Bibliotheca Nacional da Côrte anun-

ciando a feliz descoberta de uma coleção de 37 gravuras de Albert Dürer, que pertencia à coleção de Diogo Barbosa Machado”:

[...] O motivo desta notícia é o interessantíssimo achado que fizemos há dias de uma collecção de gravuras por todos os títulos preciosa: nada mais, nada menos do que a *Pequena Paixão*, de Alberto Dürer, o famoso pintor e gravador alemão dos primeiros dias do século XVI.

[...] A quem devemos esta joia bibliográfica? [...] Devemol-a ao zêlo incansável do bibliographo portuguez nunca assaz louvado – o abbade Diogo Barbosa Machado.

[...] O volume em que se acham encadernadas as referidas gravuras está desgraçadamente bem deteriorado pelos vermes, se quem as reuniu conhecia o valor, os que depois foram encarregados de as conservar esqueceram-n’o; todavia é ainda servível, e demais não foi grande o damno causado ás próprias gravuras; só as dez primeiras soffreram o insulto da traça (GALVÃO, 1874, p. 3).

Em 4 de março de 1876, através do Decreto nº 6.141, Ramiz Galvão viu seu projeto para o novo Regulamento da Bibliotheca Nacional se realizar. Esse Decreto, além de alterar o nome da instituição de Biblioteca Pública do Rio de Janeiro para Biblioteca Nacional, criou as seções de Impressos e Cartas Geográficas, Manuscritos e Estampas. Para garantir o funcionamento das novas seções foi criado o cargo de chefe de seção, com diversas atribuições descritas nos artigos que iam do 6º ao 10º. Esse Regulamento trouxe avanços nas atribuições dos empregados em relação à conservação do acervo. Ao Bibliotecário competia no artigo 4º “velar pela conservação de todos os livros, documentos, papéis e utensílios da Bibliotheca, e propôr as medidas que para esse fim julgar necessárias”. Subordinados ao bibliotecário (diretor) cabia aos chefes de seção, descrito no artigo 7º, a responsabilidade de “attenderem com zêlo e assiduidade á conservação dos objectos confiados á sua guarda, objectos pelos quaes só elles são responsaveis e que se obrigam a substituir em caso de extravio ou deterioração” e no artigo 8º, que tratava especificamente da preservação do acervo, ficava a responsabilidade dos chefes de seção:

Distribuirem, como julgarem mais conveniente, aos auxiliares de suas secções o trabalho de limpeza, arrumação e reparação dos livros,

mappas, manuscritos e estampas, encarregando a fiscalização deste trabalho aos respectivos officiaes (BRASIL, 1876).

Este Decreto parece ter agradado a Ramiz Galvão, que em seu relatório de 1º de junho de 1876 deixou registrado:

Em summa, a Bibliotheca Nacional da Corte entrou em nova fase, e parece que ella não tardará a demonstrar por factos que um estabelecimento destes bem merecia dos poderes públicos a atenção e o cuidado que lhe-tem sido ultimamente dispensado (RELATÓRIOS, 1875-1876).

Importante observar que, embora houvesse a divisão de funções, na prática elas se misturavam, cabendo a um mesmo funcionário, na ausência de outro, atender ao público, limpar os livros e, ainda, fazer o papel de guarda da instituição (GALVÃO, 1874, p. 5).

Para ocupar a chefia da Seção de Estampas Ramiz Galvão convidou José Zeferino de Menezes Brum,⁴³ juntamente com João de Saldanha da Gama, chefe da Seção de Impressos e Cartas Geográficas, Alexandre Teixeira de Mello, chefe da Seção de Manuscritos, e Alfredo do Valle Cabral, este identificado como “oficial”, que trabalhava na Seção de Manuscritos (CONTAS, 1869-1891). Todos foram nomeados por Decretos de 24 de março e empossados no dia 1º de abril, e seus nomes passaram a figurar no livro de Contas da Instituição a partir do mês de abril de 1876 (BRASIL, 1876, p. 498). Assim como Ramiz Galvão, Menezes Brum era formado em Medicina, pela Faculdade de Medicina da Bahia (1847), e membro titular da Academia Nacional de Medicina (1875), com o trabalho intitulado “Vacina”. Exerceu a medicina no Hospital da Misericórdia, no Rio de Janeiro, ocupou o cargo de secretário da seção de Agricultura, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, atuou também como professor e médico do Mosteiro de São Bento e foi condecorado Oficial da Ordem da Rosa (ACADEMIA..., 2018).

.....
43. MENEZES BRUM nasceu em 26 de agosto de 1825, na cidade de Vila de São Francisco, na Bahia, e faleceu em 21 de fevereiro de 1893, na sua cidade natal (ACADEMIA..., 2018).

Para entender esta “nova fase” anunciada por Ramiz Galvão, no que diz respeito à preservação do acervo, foi necessário recorrer aos relatórios dos chefes de seção, pois revelavam algumas ações de conservação e de restauração que foram se consolidando de acordo com as necessidades estruturais de cada coleção ou de cada obra, e mencionam, ainda, as pessoas que participaram efetivamente dessas tarefas.

No primeiro relatório trimestral de 1876, Menezes Brum descreve o trabalho que estava sendo realizado na seção, como o estudo e a classificação das estampas e o que ainda estava por fazer: “classificar e catalogar, limpar, restaurar, conservar, e colecioná-las em pastas e distribuí-las em estantes”. Dessa forma, já demonstrava preocupação com a conservação e restauração do acervo e, constatando a falta de recursos materiais para realizar os trabalhos de limpeza e restauração, registrou:

Hum dos mais importantes trabalhos d’esta Secção (a limpeza, e restauração das estampas) não poude ainda até hoje ser feito, á falta dos ingredientes, utensílios e accomodações apropriados a esse serviço especial; espero poder dar começo a ele logo que dispuser d’aquelles meios (RELATÓRIOS CHEFES..., 1876-1882).

No segundo relatório trimestral de 1876, Menezes Brum escreveu entusiasmado sobre o “ensaio de lavagem e restauração” em três estampas pequenas, velhas e manchadas, que foi muito bem-sucedido, e prosseguiu cioso no seu relato de que “este trabalho não pode ser por enquanto feito em grande escala, pois há falta de uma oficina especial com os cômodos e preparativos necessários para o trabalho” (REGISTROS..., 1876-1899). Embora o relatório não deixe claro que era o próprio Menezes Brum quem fazia os “ensaios”, alguns anos mais tarde, o diretor João de Saldanha da Gama, em 15 de fevereiro de 1884, relatou ao ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império que o chefe da Seção de Estampas, Menezes Brum, “ajudado pelo hábil Auxiliar Sr. Montenegro, além de preparar os originais para a impressão do catálogo da exposição permanente de estampas, se ocupava de restaurar as obras que se achavam ‘estragadas’” (OFÍCIOS..., 1884-1885).

As notícias sobre este trabalho de restauração começaram a surgir, de fato, no relatório de Menezes Brum para o primeiro trimestre de 1881, com a chegada à seção de uma grande estante com gavetas e uma mesa com “leito de mármore e vários utensílios necessários à lavagem e conserto das estampas” (REGISTROS..., 1876-1899). Acerca dos utensílios, foi possível identificar algumas “tábuas de prensar estampas, de tamanhos variados, mesa com mármore, cantoneiras para apoiar bacias” que figuravam na lista de compras, cujo fornecedor era a empresa Moreira Santos e Companhia (CONTAS, 1865-1891). Baseado nessas informações, fica ainda mais evidente que o trabalho de restauração estava programado para ser executado dentro da Seção de Estampas, que, por falta de “acomodação apropriada para o serviço especial”, conforme registrado no relatório de 1876, foi ali adaptado. Não demorou muito para se ter notícias do andamento dos trabalhos de restauração, pois meses após a chegada dos materiais, no relatório do dia 30 de junho de 1881, Menezes Brum relatou os primeiros preparativos para a grande exposição de História do Brasil, começando pela descrição de estampas selecionadas, e acrescentou que continuavam os trabalhos de “lavagem, reparação e preparação” das obras para aquela exposição (REGISTROS..., 1876-1899).

Mas, quem de fato estava assumindo este trabalho? O primeiro nome ligado diretamente ao mister da restauração surge logo depois da chegada dos materiais e da organização do espaço na Seção de Estampas. No relatório nº 23, concernente ao quarto trimestre de 1881 e ao primeiro de 1882, aparece Sébastien Auguste Sisson,⁴⁴ litógrafo francês que não só doaria obras de arte, algumas de sua autoria, à instituição, mas também, na avaliação de Menezes Brum, teria “se prestado espontânea e desinteressadamente a fazer difíceis e importantes reparações nas estampas da Biblioteca Nacional que se encontravam estragadas” (REGISTROS..., 1876-1899). Vale destacar que o fato de as obras terem sido restauradas por um

.....
44. Sisson, além de restaurador, foi desenhista, litógrafo e caricaturista. No Rio de Janeiro, trabalhou em revistas como *O Brasil Ilustrado* e *L'Espresso Italiana*, o Álbum do Rio de Janeiro Moderno e Galeria dos Brasileiros Ilustres (FAMÍLIA..., 2018).

artista mostra uma característica das intervenções no século XIX, das restaurações serem feitas por este profissional, que assumiu o ofício de restaurador, não sendo diferente, neste início, na biblioteca.

Ao longo do relatório Menezes Brum menciona algumas “estampas preciosas” que foram restauradas por Sisson, e que deveriam fazer parte da exposição permanente de iconografia: as batalhas de Alexandre Magno, um retrato de Luiz XIV, o hemiciclo do palácio das Belas Artes, em Paris, e a tomada e destruição de Jerusalém por Tito. Também não mediu elogios ao trabalho de Sisson:

Antes de passar adiante, não posso deixar de mencionar os relevantes serviços prestados à Bibliotheca Nacional pelo Sr. Sebastião A. Sisson, que com a melhor vontade restaurou o desenho de 6 das acima mencionadas de modo tão admirável que, as vezes, é muito difícil reconhecer onde elas estavam estragadas (RELATÓRIO CHEFES..., 1876-1882, p. 435).

Pelos serviços prestados à Biblioteca Nacional e outros trabalhos, em maio de 1882, ainda sob a direção de Ramiz Galvão, Sisson foi condecorado, a pedido do diretor, Oficial da Imperial Ordem da Rosa (OFÍCIOS..., 1882-1883). A notícia de sua condecoração pelos então serviços prestados à Biblioteca Nacional foi publicada na *Gazeta de Notícias* do dia 30 de maio daquele ano (DIÁRIO..., 1882, p. 2). Não menos agraciados foram os funcionários e seu diretor que, também em 1882, receberam o grau da Imperial Ordem da Rosa.⁴⁵ Nesta lista um nome chama a atenção – Antonio Luiz Pinto de Montenegro, que veio a se tornar o primeiro funcionário a trabalhar com restauração na instituição:

1272 – Art. 1.282. Bibliotheca Nacional da Côrte. – Foram agraciados: com 3, o bibliothecario Dr. Ramiz Galvão, com 5 os chefes de Secção Drs. João Saldanha da Gama, José Zeferino de Menezes Brum e José Alexandre Teixeira de Mello, com o mesmo grão o official Alfredo do Valle Cabral, com 6 os officiaes Antonio Fernandes de Oliveira, João

.....
45. Segundo informações do historiador Bruno Silva Antunes de Cerqueira, em 20 setembro de 2017, por correio eletrônico, os graus da Imperial Ordem da Rosa são: 1 – grã cruz; 2 – grão dignitário; 3 – dignitário; 4 – comendador; 5 – oficial; 6 – cavaleiro.

Capistrano de Abreu e o auxiliar *Antonio Luiz Pinto de Montenegro* (ALMANAK..., 1882, p. 2.077, grifo da autora).

Em 22 de julho de 1882, Ramiz Galvão passou a seu sucessor, João de Saldanha da Gama, funcionário de carreira da instituição, a direção de uma biblioteca com cerca de 124 mil volumes impressos, 6.300 manuscritos e 20 mil estampas (ALMANAK..., 1882, p. 1.282). A direção de Ramiz Galvão se tornou um marco na história da instituição, pois, aproveitando o momento favorável para as instituições culturais do império, que tinham como principal incentivador o imperador d. Pedro II – que apoiava e autorizava viagens técnicas, concursos para preenchimento de cargos públicos, realizava doações de obras literárias e de artes para as instituições –, pôde contar também com o apoio de uma equipe especializada. Tal situação lhe possibilitou pôr em prática uma série de mudanças técnicas no tratamento do acervo, melhoria no atendimento aos leitores, na preservação do acervo, publicação dos anais da instituição, que modernizaram a biblioteca, buscando o diálogo com intelectuais e espaços de saber nacionais e estrangeiros (CALDEIRA, 2015, p. 314).

Nesse contexto, a partir da vontade de um diretor que vislumbrou a necessidade de trazer para dentro da instituição o mister de se conservar e restaurar seu rico acervo, o trabalho de restauração na Biblioteca Nacional foi sendo implementado, mais especificamente na Seção de Estampas – sob o olhar de seus empregados, o que poderia diminuir o risco de se extraviarem pelo ir e vir das estampas para oficinas de encadernação de particulares –, onde, até então, se executavam as restaurações dos documentos bibliográficos e documentais.

O Quadro 3 apresenta as oficinas de encadernação que prestaram serviços para a Biblioteca Nacional na gestão de Ramiz Galvão. As informações foram levantadas nos livros de Contas e Avisos da Biblioteca Nacional e nos documentos do Arquivo Nacional, da série Educação, Bibliotecas e Museus, correspondentes ao período de 1871 a 1882. Neles, observamos uma diversificação nos trabalhos executados, como a colagem dos mapas em tecidos, influência

clara das práticas das bibliotecas na Europa, e dos “consertos” de algumas obras.

Quadro 3. Relação das oficinas de encadernação entre 1871 e 1882

Ano	Oficinas de Encadernação	Serviço executado
1871	Freitas e Cia. Rua São José, nº 9	Encadernação de livros e periódicos
1871	Nuno Alves da Silva Rua de Santo Antônio, nº 5	Encadernação de livros
1872	Nuno Alves da Silva Rua de Santo Antônio, nº 5	Encadernação de livros
1874	Gustavo Hildebrandt Rua do Hospício, nº 77	Encadernação de livros, brochuras, manuscritos e colagem de tecido em mapas, pastas e caixas de papelão
1875	Gustavo Hildebrandt Rua do Hospício, nº 77	Encadernação de livros, brochuras, manuscritos e colagem de tecido em mapas, pastas e caixas de papelão
1876	Gustavo Hildebrandt Rua do Hospício, nº 77	Encadernação de livros, brochuras, manuscritos e colagem de tecido em mapas, pastas e caixas de papelão
1876	George Stamm	Encadernação de livros e brochuras
1876	E. & H. Laemmert Rua dos Inválidos, nº 71	Encadernação de almanaque
1876	Leuzinger & Filhos Rua do Ouvidor, nº 31-36	Encadernação em pergaminho-missal
1877	George Stamm	Encadernação de livros
1877	G. Leuzinger & Filhos Rua do Ouvidor, nº 31-36	Encadernação de livros, “consertos” e colagem de tecido em mapas Rica encadernação verde e dourado

1877	Antonio Henrique da Costa Rua do Hospício, nº 210	Encadernação de livros
1877	Do Costa & Cia. (Leonardo e Francisco) Rua da Ajuda, nº 8	Encadernação de livros e brochuras
1878	G. Leuzinger & Filhos Rua do Ouvidor, nº 31-36	Encadernação de livros, brochuras e “concertos” de folhas
1878	E. & H. Laemmert Rua dos Inválidos, nº 71	Encadernação de almanaque
1878	Francisco de Paula da Costa Jr. Rua da Ajuda, nº 107	Encadernação de livros e brochuras
1878	Manoel Lourenço de Freitas – Do Direito Travessa do Ouvidor, nº 22	Encadernação de livros e brochuras
1878	Luiz Augusto do Nascimento Rua da Ajuda, nº 8	Encadernação de livros
1878	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1879	Francisco de Paula da Costa Jr. Rua da Ajuda, nº 107 Rua São José, nº 103	Encadernação de livros e brochuras Encadernação de livros e “forrar mapas”
1879	Luiz Augusto do Nascimento Rua da Ajuda, nº 46	Encadernação de livros
1879	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1880	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1880	Luiz Augusto do Nascimento Rua da Ajuda, nº 46	Encadernação de livros
1880	Lombaerts & Comp. Rua dos Ourives, nº 7	Encadernação dos <i>Anais</i>
1880	Maia e Bittencourt	Encadernação de livros

1880	Francisco Gonçalves de Queiroz Rua da Alfândega, nº 41	Encadernação de livros
1880	G. Leuzinger & Filhos Rua 7 de Setembro, nº 35	Encadernação de Camões
1881	G. Leuzinger & Filhos Rua do Ouvidor, nº 31	Encadernação de catálogos
1881	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de obras
1882	G. Leuzinger & Filhos Rua do Ouvidor, nº 31	Encadernação dos catálogos da Exposição História do Brasil
1882	Corrêa Machado e Companhia – Ao Judeo Errante Rua do Rosário, nº 127	Caixas reforçadas de flandres

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A exigência da Assembleia Legislativa era de que esses serviços de encadernação fossem realizados pelo Instituto de Surdos e Mudos, como relatado no Aviso de 23 de dezembro de 1882,⁴⁶ ou, na impossibilidade deste, por empresas que oferecessem um menor preço, mas nem sempre uma melhor qualidade. Assim, em alguns relatórios fica evidente a resistência dos diretores para encaminhar obras preciosas a encadernadoras que julgavam sem qualificação para realizar tal trabalho. Nas notas fiscais de serviços o nome da empresa de Leuzinger e Filhos aparece como a encadernadora que realizava, além de encadernações mais simples e a restauração de obras, encadernações mais elaboradas utilizando materiais como pergaminho, couros coloridos e douração das capas. Era justamente para lá que se encaminhavam as obras raras e preciosas,

.....
46. O ofício pesquisado cita o Aviso de 23 de dezembro de 1882, que estabelece que na hipótese de o Instituto de Surdos e Mudos não poder executar os trabalhos, estes poderão ser encaminhados às oficinas particulares que melhor vantagem oferecerem (OFÍCIOS..., 1887-1888).

como Camões, a coleção de Diogo Barbosa Machado, a coleção Araujense,⁴⁷ *Le Grand Théâtre d'Univers* e outras preciosidades da biblioteca, como se pode observar nas diversas notas fiscais a partir de 1876 até o final do século XIX. Mesmo com esse cuidado no encaminhamento das obras, a biblioteca estava atrelada a uma limitação de verbas para encadernação e restauração, e também a um volume muito grande de obras que precisavam desses serviços, o que levava a contratar outras oficinas de encadernação que pudessem atender suas necessidades.

Essa dependência externa para a realização dos serviços de encadernação e restauração ainda iria perdurar pelo século XIX e início do XX, trazendo preocupações quanto à segurança e à integridade do acervo da biblioteca.

A Conservação e a Restauração na Biblioteca Nacional no final do século XIX

No dia 22 de julho de 1882 terminou a direção de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional, mas sua equipe, formada com o que ele acreditava serem os melhores para desempenhar as funções de que a Casa necessitava, permaneceu fiel ao propósito de tornar a Biblioteca Nacional uma instituição de destaque nacional e internacional.

No início da década de 1880, período dos primeiros relatos sobre a restauração de obras de arte na biblioteca, além de Sébastien Sisson outro nome começou a ser associado a este trabalho na Seção de Estampas, chefiada por Menezes Brum: Antonio Luiz Pinto de Montenegro, Cavaleiro da Ordem Imperial da Rosa.⁴⁸

Admitido como auxiliar pela Portaria de 11 de agosto de 1876, Montenegro entrou em exercício no dia 16 do mesmo mês (RELATÓRIO, 1896, p. 483). São poucas as informações sobre a vida e a formação do “Sr. Montenegro”, como era chamado por Menezes

.....
47. Nome da Coleção de Antônio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca.

48. A ordem premiava militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguiram por sua fidelidade à pessoa do imperador e por serviços prestados ao Estado, e comportava um número de graus superior às outras ordens brasileiras e portuguesas então existentes (IMPERIAL..., 2018).

Brum em seus relatórios. Sabia-se apenas que nasceu em Campos e que se casou com d. Maria Clara Montenegro, no dia 23 de maio de 1879, na matriz de Santo Antonio,⁴⁹ e residiam na Rua do Lavradio, nº 49 (ALMANAK..., 1881, p. 122). As referências a seu trabalho na Seção de Estampas se iniciaram em 1879, cumprindo a função de “tirar bilhetes”⁵⁰ de estampas com retratos para o que chamavam de “o 3º Catálogo ou Catálogo por materiais”, como indicado por Menezes Brum no relatório daquele ano. Embora fosse este empregado naturalmente “moroso e pouco expedito no serviço”, Menezes Brum reconhecia que seu trabalho era limpo e bem feito (REGISTROS..., 1876-1899, p. 439). Montenegro também iria demonstrar outras qualidades, como as habilidades artísticas, quando ofereceu à Biblioteca Nacional cópias de aquarelas feitas por ele, em 1881 (CATÁLOGO..., 1881-1882, p. 1.473). Demonstrou generosidade também ao doar, em 1883, um retrato de dom José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro e 1º Capelão-mor, em 1899, um mapa da “Divisão dos campos próximos à Villa de Vianna e aos Lagos de Vianna, de Aquiri e de Maracacume, na Provincia do Maranhão” e, em 1900, mais “8 gravuras diferentes” à Seção de Estampas (CATÁLOGO..., 1883-1884, p. 899; RELATÓRIO, 1899, p. 288 e RELATÓRIO, 1900, p. 268).

Montenegro permaneceu na função de tirar bilhetes até 1883, quando assumiu as atividades de restauração, o que nos leva a crer que teria aprendido o mister, como se referiam ao trabalho de restauração, acompanhando as restaurações executadas por Sisson entre 1881 e 1882. Nesse período, ainda eram poucas as publicações sobre técnicas e metodologias aplicadas à restauração de papel, e não foram encontrados documentos ou relatórios que comprovassem o acesso a tais publicações nas práticas que foram aplicadas e desenvolvidas na Seção de Estampas. O que se pôde observar é que informações trazidas por Ramiz Galvão durante sua viagem à Europa sobre técnicas e práticas da restauração foram incorporadas

.....
49. Segundo o livro de Registros de matrimônios entre 1876 e 1884, o casamento se realizou em maio de 1879, registrado na página 62 (FAMILY..., 2018).

50. “Tirar bilhetes” seria, atualmente, fazer as fichas catalográficas das obras.

à rotina de preservação da instituição, sobretudo ao entelamento⁵¹ de cartas geográficas e encadernação mecânica.

A partir de 1883, os relatórios de chefia da Seção de Estampas e da direção da biblioteca passaram a descrever os trabalhos de restauração realizados por Montenegro, sobretudo nas coleções de estampas de Diogo Barbosa Machado e a Araujense. No prefácio do *Catálogo da Exposição Permanente dos Címélios da Biblioteca Nacional*, publicado no v. 11 dos *Anais*, o diretor João de Saldanha da Gama faz um agradecimento ao oficial Antonio Luiz Pinto de Montenegro por sua valiosa contribuição com que auxiliou nos trabalhos para a exposição (CATÁLOGO..., 1883-1884, p. X).

Seu desempenho na função de restaurador recebeu repetidos elogios de Menezes Brum, como no relatório do segundo e do terceiro trimestres de 1883, se referindo ao “serviço do habilíssimo auxiliar sr. Montenegro, o qual já reparou e restaurou do modo admirável” estampas da coleção Araujense. No relatório do segundo trimestre de 1885, Menezes Brum elogia a “restauração das folhas estragadas dos volumes da collecção Araujense, trabalho devido à reconhecida perícia do auxiliar sr. Montenegro”. Em 1886, no relatório do primeiro trimestre, o “trabalho executado pelo auxiliar sr. Montenegro com aquela habilidade e perfeição que lhe são habituais” aparece como um novo elogio pela restauração da coleção de retratos de Barbosa Machado (REGISTROS..., 1876-1899).

Nos *Anais da Biblioteca Nacional*, de 1889, ao apresentar o *Catálogo dos Retratos Coligidos por Diogo Barbosa Machado*, Menezes Brum citou a rara habilidade de Montenegro em realizar difíceis restaurações com perfeição (BRUM, 1889-1890, p. III).

A partir de 1883, Menezes Brum já contava definitivamente com Montenegro na restauração das estampas, para lavagem, reparos, clareamento do suporte e reintegração cromática das imagens. Na parte que lhe coube apresentar dos trabalhos desenvolvidos na Seção de Estampas para o *Catálogo da Exposição Permanente*

.....
51. Termo usado para a técnica de colar tecido (algodão ou linho) no verso de documentos de grandes formatos para conferir mais resistência aos suportes em papel.

dos Cimélios da Biblioteca Nacional, Menezes Brum enumerou as principais atividades:

[...] 3ª Para a limpeza, concerto, reparação, montagem, & das estampas creou-se uma officina em ponto pequeno com os utensílios mais necessários para fazel-a funcionar.

Este serviço é um dos mais importantes da Secção e demanda, além de conhecimentos especiaes, muita paciência, geito e delicadeza manual: felizmente para a Bibliotheca Nacional o auxiliar que serve na Secção, Sñr. Antonio Luiz Pinto de Montenegro, é dotado de todos estes requisitos e já tem dado copia das suas habilidades nos numerosos trabalhos que tem executado, merecendo ser apontado com especial menção: a limpeza, concerto e restauração das folhas da preciosa *Collecção Araujense*, [...] (CATÁLOGO..., 1883-1884, p. 581).

No relatório do primeiro trimestre de 1883, Menezes Brum já apresentou os trabalhos de restauração desenvolvidos por Montenegro:

1ª: continuação do reparo das gravuras, que tem de figurar na exposição permanente de iconografia...; 2ª restauração de quase todas as folhas dos volumes 124 e 125 da Collecção Araujense, que ou tinham se desdobrado dele, para ficarem na Exposição de História do Brasil ou estavam mt. estragadas.

Forão convenientemente reparados e encadernados: 2 volumes da collecção Barbosa Machado e 11 da Araujense e, actualmente achão-se em casa do encadernador mais 10 volumes, desta, para o mesmo fim (RELATÓRIO CHEFES..., 1882-1888, p. 462).

Os relatos sobre o trabalho de restauração das estampas, realizado por Montenegro, vão ganhando mais atenção ao longo dos relatórios do segundo e do terceiro trimestres daquele ano e, ao descrever as atividades realizadas, Menezes Brum passa a elencar os seguintes serviços:

[...] 2ª: concertar e preparar as gravuras que tem de ser expostas; 3ª reparar ou restaurar completamente os volumes estragados da coleção Araujense. Cabe aqui informar a V. S. que desta preciosa collecção estão convenientemente reparados, restaurados e encadernados 83 volumes; existem 28 nas officinas de encadernação e 14 na Bibliotheca; estes ultimos achão se em tal estado de ruína, que pedem ser feitos

inteiramente de novo, de 10 a 12 meses de serviço do habilíssimo Auxiliar Sr. Montenegro, o qual já reparou e restaurou de modo admirável as folhas, dos volumes que se achão encadernados de novo (RELATÓRIO CHEFES..., 1882-1888, p. 459).

Restaurar e reparar, entretanto, era só uma parte do processo, pois após concluídas essas etapas, os volumes tinham que ser encaminhados para uma oficina de encadernação particular, que executava e finalizava o processo de recuperação das obras, que só assim voltavam à seção de origem. Os chefes das seções queriam guardar as obras restauradas com mais cuidado e zelo, procurando protegê-las de novos problemas. Mas, com um espaço físico limitado nas seções de guarda, que parecia encolher a cada dia com a chegada de novas obras compradas, doadas e permutadas, Menezes Brum solicitou formalmente, em relatório do dia 16 de janeiro de 1885, um pedido para a compra de duas estantes que serviriam para acomodar as obras em encadernações mecânicas, as reencadernadas da Coleção Araujense e para outras de grandes formatos, *in-folio*, existentes na seção (REGISTROS..., 1876-1899).

As permutas entre bibliotecas, instituições e particulares eram comuns naquele período, mas uma permuta em particular chamou a atenção por se tratar de uma troca imperial, e pela peculiaridade do fato que permitiu que ela acontecesse. Em troca de uma coleção de selos de S. Alteza Príncipe d. Pedro Augusto, o funcionário da biblioteca “lavou, restaurou e montou sobre folhas novas”, e ofereceu 15 duplicatas a S. Majestade. Essa troca de serviços por obras só se realizou, em parte, pelas habilidades e perícia de Montenegro como restaurador (REGISTROS..., 1876-1899). Essa passagem reforça as atividades e responsabilidades de Montenegro como restaurador e o estabelecimento desse trabalho.

Embora fosse um excelente profissional, ter um único restaurador responsável pelo trabalho na Seção de Estampas causava alguns inconvenientes, pois Montenegro às vezes pedia licenças para tratamento de saúde ou se afastava para participar como jurado nos tribunais.⁵²

.....
52. Esses afastamentos de Montenegro foram publicados nos jornais. Em 1884, pediu licença para tratamento de saúde (BOLETIM..., 1884, p. 1). Para participar como

Em 1884, Menezes Brum lamentava a interrupção da restauração de algumas folhas da Coleção Araujense, que estavam em estado deplorável, pois o auxiliar Montenegro se encontrava em licença há dois meses (RELATÓRIO CHEFES..., 1882-1888, p. 489).

Para tentar remediar esse problema, solicitou os trabalhos de Carlos Peixoto⁵³ por três semanas (RELATÓRIO CHEFES..., 1882-1888, p. 489). É ainda menos conhecida a vida de Carlos Peixoto.⁵⁴ Deste novo integrante da equipe, na Seção de Estampas, se sabe apenas que foi nomeado auxiliar em 1884, trabalhava na Sala de Leitura e ajudava, temporariamente, nas coleções Araujense e Diogo Barbosa Machado como restaurador. Esta parceria, que aparece nos relatórios do chefe da Seção de Estampas a partir de 1885, possibilitou o andamento dos trabalhos de restauração da coleção Araujense naquele ano (RELATÓRIO CHEFES..., 1882-1888, p. 521-522, 537, 560, 569, 577, 590, 597, 606).

Em 1886, Montenegro trabalhou sozinho na montagem da coleção de retratos de Barbosa Machado. A encadernação mecânica, trazida da Europa por Ramiz Galvão, teve pela primeira vez seu uso registrado no relatório de 1887, para a montagem de 54 folhas da coleção Barbosa Machado por Montenegro, que se ocupou também de fazer uma folha de rosto especial para tal volume (Figuras 8 e 9). Folha de rosto acrescida como um falso histórico, não fosse a sutil assinatura que Montenegro incluiu no brasão.

Porém, nem tudo caminhava como gostaria o chefe da Seção de Estampas, mesmo com a ajuda esporádica de Carlos Peixoto. As longas ausências por recorrentes “incômodos de saúde” de Montenegro na Seção de Estampas fizeram com que Menezes Brum lamentasse a demora em terminar a dita coleção de retratos. Menezes Brum tinha consciência do tempo necessário para realizar

jurado em processos judiciais se afastou em 1885 (JURY..., 1885, p. 2) e, em 1886, foi convocado novamente (SORTEIO..., 1886, p. 2).

53. Foi nomeado auxiliar por Portaria de 30 de setembro de 1884, começou a exercer em 3 de outubro daquele ano e nomeado conservador por Decreto de 8 de agosto de 1894, entrando em exercício em 1º de setembro (RELATÓRIO, 1896, Anexo A).

54. Carlos Peixoto morava à Rua Sorocaba, nº 28 (ALMANAK..., 1885, p. 1.252).

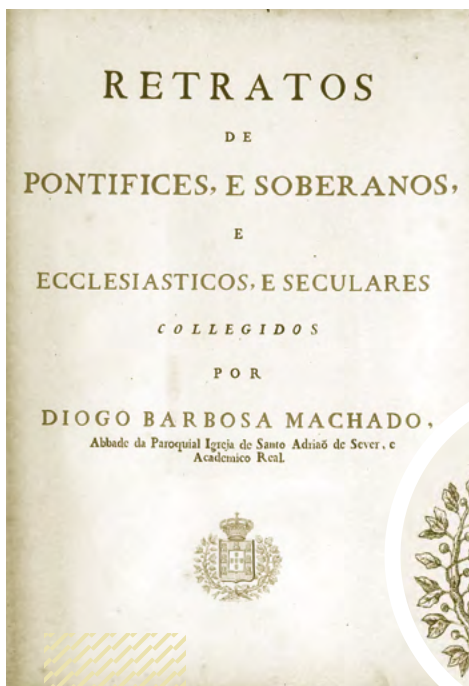


Figura 8. Folha de rosto do volume nº 8 da Coleção de Retratos de Diogo Barbosa Machado, desenhada e assinada por Montenegro. Fonte: Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia.



Figura 9. Detalhe da assinatura de Montenegro de 1888. Fonte: Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia.

tal trabalho, e também por isso se queixava de não ter um reforço mais constante na secção:

[...] não só por causa destas falhas do Auxiliar da secção, mas também porque a restauração dos 8 volumes da Collecção de retratos de Barboza Machado não pode pelo grande numero deles e pela própria natureza do trabalho, ser feita com presteza; seria conveniente que, para adiantar o serviço, o Sr. Montenegro tivesse quem o ajudasse; assim pois reitero aqui o pedido, que por vezes tenho feito verbalmente a V. S., de mandar trabalhar, por algum tempo, n'esta secção o Auxiliar Sr. Peixoto, que, pois além dos serviços que pode prestar-lhe, ira aprendendo a fazer os trabalhos dela e se habituando para preencher o lugar do actual Auxiliar na falta temporária ou definitiva (REGISTROS..., 1876-1899).

Parece que seu pedido foi atendido, pelo menos em parte, pois, a partir de 1887, Carlos Peixoto, quando não estava na sala de leitura, ajudava a restaurar a coleção dos retratos de Diogo Barbosa Machado, o que possibilitou terminar o volume VI, “um modelo de perfeição” e o volume VIII, e encaminhar este para a encadernação (REGISTROS..., 1876-1899).

A restauração das estampas de Diogo Barbosa Machado ocupava quase a totalidade do tempo de Montenegro e Carlos Peixoto, mas às vezes surgiam obras para montagens em molduras, restauração de “estampas photographicas”, e o que mais o acaso reservasse para serem recuperadas de um trágico destino. Foi assim que estampas de Albert Dürer e outras raras e preciosas chegaram às mãos de Montenegro e Carlos Peixoto, em 1888, “sob pena de se-perderem inteiramente, tal era o estado a que se-achavão reduzidas”, mas que, segundo Menezes Brum, foram restauradas com “inexcedível perfeição” (REGISTROS..., 1876-1899).

Dos poucos registros sobre os materiais e equipamentos utilizados para a restauração, algumas notas de compra aparecem no livro de Contas de 1869 a 1891.⁵⁵ Alguns objetos puderam ser identificados, como um “vaso para lavar estampas”, adquirido em 1882, uma chaleira para a Seção de Estampas, em 1887, usada para aquecer a água para a “lavagem” das obras (CONTAS, 1869-1891). Outra nota fiscal de 1887 (Figura 10), da *A la Glace Élégante*, revela parte deste material com a compra de 16 peças de vidros franceses grossos (6 unidades de 0,96 × 0,60 cm e 10 unidades de 0,66 × 0,48 cm), cuja finalidade descrita seria a utilização na restauração de estampas, para estender e colar estampas lavadas (OFÍCIOS..., 1887-1888).

Em 1889, um pagamento de serviço pertencente à mesma empresa, datado de 28 de fevereiro, chama a atenção em meio a outros produtos adquiridos para a biblioteca: a lavagem de uma

.....
55. Outros materiais usados na restauração de obras aparecem nesse livro de contas, como por exemplo: espátulas de osso, tesoura, papel mata-borrão, papel marmorizado, espírito de vinho, colas, tecido de algodão, entre outros, mas não foram identificados na nota de compra como adquiridos para este fim.

gravura. Essa informação destoa do procedimento adotado pelo chefe da Seção de Estampas, Menezes Brum, de incumbir seus fiéis funcionários de tal mister, na intenção de realizar dentro da biblioteca esse trabalho (OFÍCIOS..., 1889). Talvez pela preocupação de ficar sem seus auxiliares para realizar o trabalho de restauração, tenha encaminhado a gravura para avaliar os serviços da empresa, mas do resultado final dessa experiência não se tem registro.

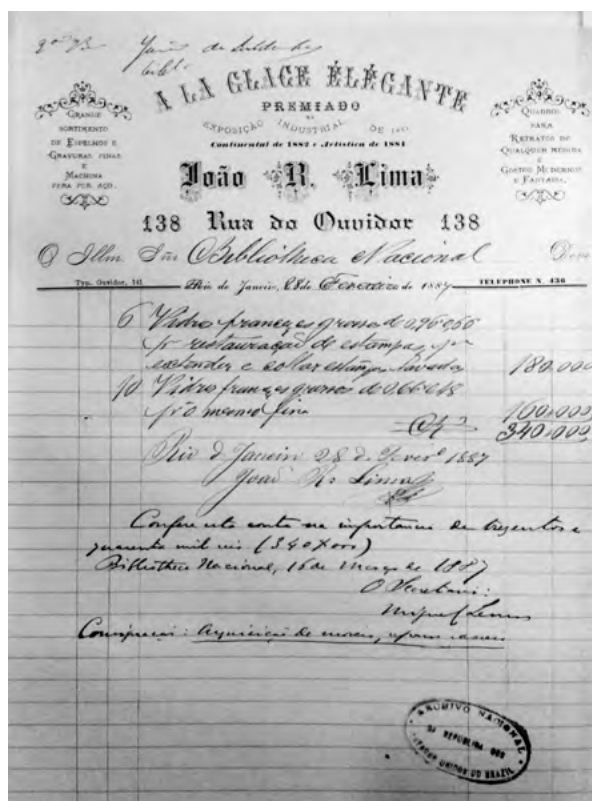


Figura 10. Nota fiscal da empresa *A la Glace Élégante*, de 1887, especificando a compra e sua finalidade no processo de restauração de estampas – estender e colar estampas lavadas. Fonte: OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1887-1888. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, nº 55, Ministério do Império.

Nos anos seguintes, os trabalhos de restauração seguiram no Setor de Estampas com Montenegro e Carlos Peixoto. Na introdução do *Catálogo dos Retratos Coligidos por Diogo Barbosa Machado*, de 1888, além da parte histórica, mereceu destaque também a descrição do processo de restauração ao qual a coleção foi submetida, dando crédito aos funcionários da instituição:

O estado de deterioração a que se achavam reduzidos os volumes d'esta preciosa collecção de retratos reclamava prompto reparo e nova encadernação. Graças à rara habilidade do auxiliar Snr. Antonio Luiz Pinto Montenegro, coadjuvado pelo auxiliar Snr. Carlos Peixoto, poudé a Secção de estampas levar a effeito estas diffíceis reparações com toda a perfeição. Como para realizal-as era mister que todo o papel fosse previamente molhado, principiou-se por desmanchar os volumes e descollar-lhes uma por uma as estampas grudadas nas folhas; depois foram colladas sobre estas: 1ª, as estampas nos lugares em que d'antes se achavam, 2ª, novas folhas de papel, nas quaes tinham sido de antemão feitas aberturas do tamanho exacto das estampas, espécie de *passee-partout*, para que desta arte ficasse a nova folha com espessura igual em toda ella (BRUM, 1889-1890, p. VIII).

A restauração dessa coleção ocupou por mais de uma década os trabalhos de Montenegro.⁵⁶ Nos relatórios que se seguem entre 1890 e 1891, Menezes Brum informa a restauração dos volumes III e IV da coleção, que terminados no final daquele período foram encadernados por Leuzinger e Filhos (REGISTROS..., 1876-1899).

Ao longo desses anos, uma forte relação profissional e pessoal de confiança foi se estabelecendo entre Menezes Brum e Montenegro. Relatos além das rotinas de trabalho ajudam na compreensão dessa sólida relação. Certa vez, um ofício de Menezes Brum encaminhado ao diretor da biblioteca, sr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio, em 16 de outubro de 1890, em resposta ao requerimento de um pretendente a desenhista da Seção de Estampas, identificado como Manuel Teixeira da Rocha, que pedia para ser nomeado desenhista da Biblioteca Nacional, deixou transparecer esta afinidade. Quando

.....
56. Antonio Luiz Pinto de Montenegro foi promovido a 2º oficial por Decreto de 13 de outubro de 1890 (RELATÓRIO, 1896, Anexo A).

o chefe da Seção de Estampas escreveu que, ainda que a repartição precisasse às vezes de um “desenhador”, não haveria necessidade de um empregado especial e efetivo para tal, pois:

Ordinariamente o Sr. Antonio Luiz Pinto de Montenegro, hoje 2^a official, que a cerca de 14 anos serve na secção de Estampas, se tem sempre encarregado dos trabalhos artísticos, desta, e os tem executado com grande mestria e inexcédível perfeição [...]. Também o Snr. Sisson, mui conhecido lithographo residente nesta cidade, tem por vezes feito gratuitamente trabalhos artísticos para esta secção, como a restauração das célebres batalhas [...] (REGISTROS..., 1876-1899).

Nas listas de empregados que se seguiram a esse episódio o nome do requerente não aparece e Montenegro segue desempenhando a função, quando necessária, de “desenhador”, como observado quando desenha a folha de rosto de um dos volumes da coleção Barbosa Machado, trabalho este digno de nota. Foram muitos os elogios, como mencionado, que colecionaram Montenegro e também Carlos Peixoto ao longo de suas atividades na Seção de Estampas. Toda atividade interessante desenvolvida por eles era registrada, reforçando a importância que os trabalhos de restauração foram ganhando na instituição. Mister que se iniciou pelo empreendedorismo de Menezes Brum, solicitando a colaboração de Auguste Sisson, depois investindo em materiais e equipamentos para a capacitação dos seus auxiliares e, em certas ocasiões, ele próprio se aventurando na restauração de algumas gravuras. Menezes Brum se aposentou no dia 11 de março de 1892, deixando definitivamente a Biblioteca Nacional (OFÍCIO Nº 513, 1882-1893, p. 17). Entretanto, seu sucessor, Antonio José Fernandes de Oliveira, deu continuidade aos trabalhos de restauração, tendo Montenegro à frente dessa atividade.

Em seu primeiro relatório como chefe interino da Seção de Estampas, datado de 7 de julho de 1892, Fernandes de Oliveira fez questão de homenagear seu antecessor, deixando registradas palavras de gratidão e reconhecimento pelos serviços prestados por Menezes Brum à Biblioteca Nacional, à Pátria e, sobretudo, à seção que acabava de assumir. Além de palavras elogiosas, neste relatório

também presta contas das atividades da nova gestão e faz referência aos trabalhos de restauração realizados por Montenegro, informando que ele teria finalizado o restauro de seis volumes da Coleção de Barbosa Machado. Como Menezes Brum, o novo chefe também tinha a preocupação de dar continuidade ao serviço, entendendo que para isso seria necessário capacitar outro funcionário:

Torna-se também necessário que pelo menos um auxiliar esteja ao serviço desta secção, não só para trabalhos próprios della como também para ir praticando com o Sr. Montenegro no preparo, lavagem, e restauração das estampas, serviço que exige muita paciência e dedicação. É uma medida que me pareceu boa prevenção porque o Sr. Montenegro pode adoecer ou por qualquer motivo deixar a repartição e não há nella outro empregado que o possa substituir neste gênero de trabalho para o qual o mesmo Sr. tem muito gosto e aptidão (REGISTROS..., 1876-1899).

As preocupações de Fernandes de Oliveira quanto ao risco de faltar um profissional para executar as atividades de restauração de estampas acabou se concretizando. Em dezembro de 1892, Montenegro deixou a Seção de Estampas para trabalhar provisoriamente na Seção de Impressos, o que levou à interrupção dos trabalhos de restauração (REGISTROS..., 1876-1899).

A transferência de Montenegro para a Seção de Impressos, ao que parece, não se deu de forma definitiva ou brusca, pois no relatório de junho de 1893, referente ao primeiro trimestre, o chefe substituto de Fernandes de Oliveira deixou registrado que o restaurador vinha fazendo com zelo e perícia a restauração do *Vocabulário Guarani*, do qual fora encarregado (REGISTROS..., 1876-1899). Ainda assim, a saída de Montenegro da Seção de Estampas parece ter desestruturado a rotina dos trabalhos que estavam em andamento. Nos relatórios do terceiro e do quarto trimestres de 1893, Fernandes de Oliveira comenta que Montenegro tinha interrompido a restauração da Coleção Barbosa Machado antes mesmo de assumir a chefia da seção, para se dedicar à restauração do referido vocabulário. Com a paralisação dos trabalhos no setor, ele preocupava-se com o fato de ter deixado apenas os dois últimos volumes da Coleção

Barbosa Machado sem tratamento. Com o catálogo referente a esses volumes já impresso, a angústia de Oliveira estava em deixar essas gravuras esparsas, correndo o risco de desaparecerem, e solicitava que Montenegro retomasse os serviços para completar a preciosa obra (REGISTROS..., 1876-1899). No relatório de fevereiro de 1894, Fernandes de Oliveira dá conta da finalização do restauro do *Vocabulário Guarani*, concluído pelo restaurador Montenegro com a maior perfeição e delicadeza, mesmo em espaços e condições inapropriados, como os da Seção de Estampas, localizada em um pequeno aposento (OFÍCIOS..., 1893-1894).

Mesmo com os trabalhos de restauração suspensos, a preocupação do diretor e dos chefes de seção com a preservação do acervo ganha novo impulso com a publicação do regimento da Biblioteca Nacional, por meio do Decreto nº 1.766, de 8 de agosto de 1894, que criou o cargo de conservador, representando um marco legal da presença desse profissional pela primeira vez nas bibliotecas públicas do Brasil.

Ao conservador da Biblioteca Nacional cabia:

1º, examinar todos os dias si as obras pedidas no dia anterior foram collocadas nos respectivos logares; de qualquer falta encontrada dará logo parte ao chefe da secção, que comunicará ao director;

2º, cuidar do serviço de encadernação e restauração dos livros, mappas, revistas e jornaes da Bibliotheca;

3º, além dos serviços aqui especificados, o conservador se occupará com todo e qualquer outro que o director determinar (BRASIL, 1894).

A presença deste profissional remete à viagem de Ramiz Galvão pela Europa, quando encontrou entre as melhores bibliotecas que visitou um conservador dedicado à preservação do acervo. Esta nova medida, mesmo com duas décadas de espera para ser implantada legalmente, reflete a preocupação em estabelecer rotinas de cuidados, mesmo com o pouco interesse do governo em resolver questões básicas de uma biblioteca, como uma sede apropriada, profissionais capacitados e em número suficiente para atender a sua demanda. Preocupação com a preservação do acervo que se iniciou com o temor da perda da Real Livraria, durante a invasão francesa

em Lisboa, ou por um naufrágio durante a aventura da travessia do Atlântico, conhecido por meio da primeira carta angustiada de Joaquim Marrocos. Depois, já no Rio de Janeiro, foi protegida por poucos bibliotecários que não mediram esforços para que ela permanecesse íntegra e em segurança.

Embora ainda atrelado aos afazeres de um bibliotecário, o cargo de conservador trouxe funções específicas da área de conservação e de restauração. O primeiro empregado a ocupá-lo foi Carlos Peixoto, que, de segundo oficial, passou a conservador, no dia 3 de outubro de 1894 (OFÍCIOS..., 1893-1894).

No relatório de 1896 endereçado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Antonio Gonçalves Ferreira, o diretor da Biblioteca Nacional, Alexandre Teixeira de Mello (1895-1900), ao comentar o andamento dos trabalhos de encadernação, acabou por revelar a dimensão das dificuldades que este novo cargo de conservador e suas atribuições enfrentavam. Querendo explicar os motivos do decréscimo no número de encadernações realizadas em 1896 (223 obras) em relação às de 1895 (554 obras), Teixeira de Mello enfatizou o “aposento acanhado” onde as encadernações eram realizadas, repleto de jornais, revistas e brochuras esperando a encadernação. Além disso, apenas um funcionário se encarregava do serviço, acumulando essa obrigação com outras tarefas que suas atribuições exigiam. Para ilustrar o problema, o diretor mencionou no relatório de fevereiro que Carlos Peixoto teve que terminar o inventário de impressos, e que esta tarefa e as demais eram incompatíveis com o tempo de trabalho de um só empregado (OFÍCIOS..., 1895-1896). Não se tem nenhuma informação de como essa atividade era realizada e de quais materiais a biblioteca dispunha para tal trabalho. Pelo tipo de obras citadas no relatório, a encadernação realizada por Carlos Peixoto consistia em reunir em volumes jornais, revistas e trocar a brochura por uma encadernação simples, porém mais resistente. Um espaço como este não estava à altura de uma Biblioteca Nacional e nem das necessidades dos diferentes acervos que precisavam de encadernação, reencadernação ou restauração. Tanto que, neste mesmo relatório, ao tratar do item Conservação, Teixeira de Mello enfatizou que uma das necessidades

mais sensíveis da repartição era uma Oficina de Encadernação e Restauração, repetindo as mesmas preocupações dos diretores que o antecederam, sobre o risco de obras de grande valor bibliográfico deixarem o estabelecimento para as oficinas particulares quando “a traça já leva adiantado o seu trabalho de destruição”, ou que brochuras que precisassem de capas fossem deterioradas pelo contínuo manuseio, ou danificadas ao acaso. Este relatório sugere também a criação de uma tipografia para a impressão dos boletins, cartões e o que mais fosse necessário e enfatiza as vantagens que essas duas oficinas trariam para a biblioteca.

Apesar de todos os problemas enfrentados, como a falta de espaço, o quadro reduzido de funcionários voltados à preservação do acervo, e com os trabalhos de restauração suspensos, é desse período a única descrição encontrada de um processo completo de restauração de gravuras publicado nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, de 1896, dedicado ao *IV Catálogo dos Retratos Coligidos por Diogo Barbosa Machado*. O texto relata a restauração de uma gravura, encontrada por Menezes Brum separada das demais, em estado verdadeiramente lastimável e sem identificação alguma. Depois de esgotadas todas as possibilidades de identificá-la, resolveram restaurá-la, em seguida fotografá-la e encaminhar a reprodução para o sr. Georges Duplessis, conservador do Gabinete de Estampas da Biblioteca Nacional de Paris, que, segundo Aurélio Lopes de Souza, então chefe da Seção de Estampas, era a autoridade mais competente nessa matéria. Sem mencionar quem teria participado da restauração desta obra, é relatado com detalhes, em nota, o procedimento:

O processo de restauração que empregámos foi inteiramente de nossa invenção; sucintamente, vamos procurar expô-lo.

Extendemos em uma placa de vidro, á maneira das plantas topographicas, uma folha humedecida de papel-cartão e em seguida procedemos a lavagem da estampa, não sem grande difficuldade em razão da vetustez do papel e do grande numero de rasuras, falhas e rasgões. Depois de 24 horas de repouso submersa em agua, retiramol-a em fomos encontrar, com profundo pezar, uma massa informe e flaccida. Com o maior cuidado seccamol-a entre duas folhas de papel

matta-borrão; em seguida, com o auxílio de uma espátula de marfim, extendemol-a sobre a superfície de papel-cartão, previamente humedecido de gomma (*Stickphast*).

Terminada esta primeira parte e depois de sufficientemente secca collocámos a prancheta em opposição á luz solar para melhor distinguirmos os contornos das fendas e vasios, e assim conseguimos mais facilmente delinear moldes que, depois de cortados, foram perfeitamente colados ás cavidades existentes.

Anteriormente tivermos o cuidado de dar um tom de coloração áquelles, de modo a identifi-cal-os perfeitamente com a côr característica que o tempo se encarregára de fornecer a essa gravura, e assás peculiar de estampas antigas.

Emfim, retocámos a nankin todos esses claros e terminámos desta forma o processo de restauração, depois do que, photographamol-a (CATÁLOGO..., 1896, p. 432).

Todo o empenho valeu a pena. Nestes *Anais*, são apresentadas as cartas trocadas com Duplessis e a resposta que tanto aguardavam: a peça encontrada foi identificada como sendo uma xilogravura atribuída ao artista italiano Boldrini, ou um de seus alunos, a partir de um desenho de Ticiano.

Dos materiais utilizados no processo de restauração, foi possível encontrar referências sobre a goma *Stickphast's*, que era de origem vegetal, muito popular nas repartições públicas a partir do século XIX até meados do século XX. Contudo, não se poderia esperar um material específico para restauração, pois a indústria de produtos voltados para essa área só iria se desenvolver anos mais tarde. A referência mais antiga encontrada nos documentos oficiais da biblioteca sobre a compra desta cola data de 31 de outubro de 1881, por intermédio da empresa Leuzinger e Filhos, com a quantidade discriminada de um frasco de *Stickphast's* (CONTAS, 1869-1891).

Mesmo com o relato da experiência bem-sucedida da restauração da gravura de Boldrini, usando a nova metodologia desenvolvida pela própria Seção de Estampas, Aurélio Lopes de Souza deixou registrado no relatório do segundo trimestre de 1897 suas preocupações com o destino da restauração na Biblioteca Nacional. Este relatório, o último registro encontrado do final do século XIX,

apresenta uma visão realista dessa área. Apesar de a instituição demonstrar preocupação com a preservação de seu acervo e lutar por sua segurança desde sua fundação, a área de restauração, ainda incipiente, vinha tentando abrir espaço com dificuldades para se estabelecer, capacitar seus profissionais e criar um corpo técnico capaz de assumir definitivamente suas funções (REGISTROS..., 1876-1899).

Aurélio de Souza lamentava que naquele trimestre nenhum serviço novo tivesse sido iniciado na sua seção, e afirmou que, se pudesse, mandaria executar a restauração do acervo. Lembrou que na gestão de Menezes Brum muito se tinha feito em relação a este mister, pois ele contava com dois dos mais hábeis empregados da Casa – Montenegro e Carlos Peixoto. Aurélio de Souza ignorava se eles o faziam por vontade própria ou em cumprimento de algum preceito do regulamento daquele período. O fato é que, pelo Regulamento de 1894, que naquele momento o regia, não saberia como confiar a um amanuense, que tinha atribuições definidas, que passavam, segundo ele, “por atribuições especiais e de ordem intelectual, consignadas no regulamento”, a execução de um trabalho que exigia “antes de tudo habilidades manuais e artísticas, tanto para as gravuras como para as encadernações de impressos”. Sua responsabilidade em relação à preservação das estampas era visível, pois para ele, confiar a um amanuense da terceira seção a restauração de uma estampa era o mesmo que encarregar um funcionário da Seção de Impressos da encadernação de um volume, caso houvesse na Biblioteca Nacional uma oficina para este fim. O que deixa transparecer é que ele não estava disposto a correr esse risco com suas coleções de estampas. No entanto, se o pessoal fosse numeroso e ele encontrasse alguém que pudesse ou quisesse servir à Seção de Estampas para este mister, conservar as estampas montadas ou por montar (emoldurar) da exposição permanente da seção e finalizar os dois últimos volumes da coleção de Diogo Barbosa Machado seriam suas primeiras ações (REGISTROS..., 1876-1899).

A Seção de Estampas, incluindo a subseção de Numismática, que durante dez anos investiu na capacitação profissional, na aquisição de equipamentos e materiais para restauração de suas estampas,

agora passava por um período de espera de novas possibilidades para retomar os trabalhos. Quanto às moedas e medalhas, móveis foram confeccionados para acondicioná-las e guardá-las. Nas demais seções, a de Impressos e Cartas Geográficas e a de Manuscritos, não foram encontradas, nos relatórios das chefias, ao longo deste período, ações específicas em relação à implantação dos trabalhos de restauração nos setores. Contudo, essas seções se empenharam e investiram em ações e demandas para manter a conservação de seus acervos. Nos relatórios referentes ao período, vários são os relatos sobre solicitação de materiais para acondicionamento e móveis específicos para guarda de mapas e cartas, manuscritos, medalhas e moedas, e encadernações dos volumes. Essas seções também tinham as mesmas preocupações e constantes inquietações em relação à saída das obras para encadernar, além de apreensões causadas pelos problemas enfrentados, muitas vezes, com a baixa qualidade dos serviços, a morosidade das oficinas em retornar com os volumes encadernados e o risco do extravio das obras. Quando a conservação dos mapas e cartas geográficas por meio das colagens das obras em tecido de algodão se tornou rotina e esse serviço passou a ser executado pelas oficinas de encadernação, isso tornou-se mais um motivo de preocupação. Um pouco mais a salvo deste vaivém de obras estavam os documentos da Seção de Manuscritos, que recebiam um tratamento de higienização, organização e eram acondicionados na própria seção, em caixas de folhas de flandres que eram confeccionadas para esse fim. A opção por esse acondicionamento estava fundamentada na qualidade do material, na sua leveza, resistência, e servia bem ao propósito da guarda de documentos da época (REGISTROS..., 1876-1899).

No Quadro 4 é possível observar um acréscimo na contratação dos serviços de encadernação, que passaram das simples encadernações, em meados do século XIX, para complexas ações como o entelamento de mapas e cartas geográficas, e a restauração de volumes e estampas, identificados como “consertos”, que foram introduzidos na Biblioteca Nacional. Sobre tudo o entelamento que entrou na rotina da biblioteca a partir das novidades trazidas por Ramiz Galvão de sua viagem à Europa.

Quadro 4. Relação das oficinas de encadernação entre 1883 e 1902

Ano	Empresas	Serviços executados
1883	Corrêa Machado e Companhia – Ao Judeo Errante Rua do Rosário, nº 127	Caixas de folhas de flandres
1883	G. Leuzinger & Filhos Rua 7 de Setembro, nº 35	Encadernação de livros de luxo, manuais e catálo- gos e “consertos”, Col. Araujense, Imperador e Conde d’Eu, Col. Bar- bosa Machado, <i>Le Grand Théâtre de l’Univers</i>
1884	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1884	G. Leuzinger & Filhos Rua 7 de Setembro, nº 35	Encadernação de livros <i>Le Grand Théâtre de l’Univers</i>
1885	G. Leuzinger & Filhos Rua 7 de Setembro, nº 35	Encadernação de livros e consertos
1885	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1886	G. Leuzinger & Filhos Rua 7 de Setembro, nº 35	Encadernação de livros e consertos <i>Le Grand Théâtre de l’Univers</i>
1886	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1887	G. Leuzinger & Filhos Rua 7 de Setembro, nº 35	Encadernação de livros e consertos Col. Barbosa Machado, <i>Le Grand Théâtre de l’Univers</i> , Col. Templo de Borobudur

1887	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1887	Corrêa Machado e Companhia – Ao Judeu Errante Rua do Rosário, nº 127	Caixas de folhas de flandres
1888	G. Leuzinger & Filhos Rua 7 de Setembro, nº 35	Encadernação de livros e consertos Col. Barbosa Machado, <i>Le Grand Théâtre de l'Univers</i>
1888	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1889	G. Leuzinger & Filhos Rua 7 de Setembro, nº 35	Encadernação de grandes livros, restauração de obras raras e antigas, Col. Barbosa Machado e cola- gem de tecido em mapas
1889	A la Glace Élégante – João R. Lima e companhia Rua do Ouvidor, nº 138	Lavagem de uma gravura
1890	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1890	G. Leuzinger & Filhos Rua 7 de Setembro, nº 35	Encadernação de livros, Col. Barbosa Machado
1890	A Pinto Tavares – Ao Judeu Errante Rua do Rosário, nº 127 ou Gonçalves Dias, nº 82	Caixas para acondicionar manuscritos
1890	Costa Cabral e Companhia Rua da Alfândega, nº 99	Caixas para acondicionar manuscritos
1891	Asylo de Meninos Desvalidos Boulevard 28 de Setembro, nº 109	Encadernação de livros e jornais
1891	G. Leuzinger & Filhos Rua 7 de Setembro, nº 35	Encadernação de livros, Col. Barbosa Machado

1891	Laemmert e Companhia Rua do Ouvidor, nº 66	Colagem de tecido em mapas
1891	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1891	Companhia Nacional de Arte- factos de folha de Flandres Rua da Alfândega, nº 99	Caixas para acondicionar manuscritos
1891	G. Leuzinger & Filhos Rua 7 de Setembro, nº 35	Encadernação de livros em <i>marroquim</i> – <i>Recueil d'Estampes, Galerie Royale,</i> e Col. Barbosa Machado
1892	G. Leuzinger & Filhos Rua 7 de Setembro, nº 35	Encadernação para Exposição de Chicago e catálogo da História do Brasil
1892	Soares e Niemeyer Rua da Alfândega, nº 6	Capas douradas
1892	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1893	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1894	Soares e Niemeyer Rua da Alfândega, nº 6	Colagem de tecido em mapas
1894	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1895	Não encontrado	
1896	Não encontrado	
1897	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros, jornais e revistas
1898	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros, jornais e revistas
1899	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros, jornais e revistas
1899	Imprensa Nacional	Encadernação de livros

1899	Sem nota	Caixas para acondicionar manuscritos
1900	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1901	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1901	João Sala e Irmãos Rua do Hospício, nº 111	Encadernação de jornal e reencadernação
1901	Companhia Typographica do Brazil Rua dos Inválidos, nº 93	Encadernação de volumes
1902	Casa de Correção da Capital Federal Rua Frei Caneca, s/nº	Encadernação de volumes diversos
1902	Instituto de Surdos e Mudos Rua das Laranjeiras, nº 60	Encadernação de livros
1902	Henrique Schart Rua São José, nº 60	Encadernação de livros, revistas e manuscritos
1902	Martins Filho	Encadernação de livros e jornais
1902	João Sala e Irmãos Rua do Cotovello, nº 32	Encadernação de livros e jornais
1902	Companhia Typographica do Brazil Rua dos Inválidos, nº 93	Conservação de livros, revistas
1902	Casa de Correção da Capital Federal Rua Frei Caneca, s/nº	Conservação de livros, revistas
1902	Laemmert & C. Rua do Ouvidor, nº 66	Conservação de livros, revistas, inclusive montagem e custeio de uma pequena oficina de encadernação

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

O relatório do diretor Francisco Bittencourt Sampaio ao ministro e secretário do Estado dos Negócios Interiores, dr. José Cesário de Faria Alvim, datado de 8 de março de 1890, apresentando os trabalhos dos exercícios da instituição de 1889 e 1890, e as “reflexões que o estado e as necessidades dos mesmos serviços sugerem”, resume um pouco as ações de preservação empregadas na instituição e a difícil tarefa de cumpri-las com o sempre reduzido orçamento dispensado à Biblioteca Nacional.

Ao falar da conservação e da encadernação, Francisco Sampaio comenta o aumento da verba destinada à encadernação, de quatro para cinco contos, muito aquém dos oito contos solicitados. O aumento tinha sido concedido por causa das constantes reclamações de seu antecessor, mas mesmo assim estava longe de satisfazer todas as necessidades desses serviços, pois esta mesma verba era utilizada para a execução de

[...] todas as despesas de entelamento de mappas, restauração (e que é dispendiosissimo), de muitas obras preciosas, de compra de latas para guardar manuscriptos (o que é preferivel a encaderna-los) e de papel de linho para servir de capas (OFÍCIOS..., 1890).

Para a Biblioteca Nacional, o final do século XIX trouxe muitas conquistas, avanços e alguns retrocessos nas ações de preservação de suas coleções. O segundo oficial Montenegro e o conservador Carlos Peixoto estavam afastados dos trabalhos de restauração da Seção de Estampas, onde essa atividade estava suspensa desde 1893. Mas, com a aproximação do novo século algumas mudanças davam sinais de retomada destes trabalhos. Em 1899, seis anos depois da suspensão dos trabalhos de restauração, Teixeira de Mello relata a retomada das ações de restauração a partir do tratamento de 103 folhas do segundo volume da Coleção Barbosa Machado, que estava novamente a cargo do segundo oficial Antonio Luiz Pinto de Montenegro, retornado para a Seção de Estampas em 6 de setembro (RELATÓRIO, 1900, p. 269). No relatório de 1900, o então diretor Cícero Manoel Peregrino da Silva, que dirigiu a Biblioteca de 1900 a 1924, teve a honra de informar que o segundo volume da dita obra tinha

sido terminado e que o primeiro não tardaria a ser concluído (RELATÓRIO, 1901, p. 628).

Ligados à conservação e à restauração das obras de arte da Seção de Estampas, as lembranças de Montenegro e Carlos Peixoto foram aos poucos sendo substituídas pelas preocupações trazidas com a instalação da oficina de encadernação. Suas atividades foram gradativamente desaparecendo das rotinas da instituição. As alianças construídas em um outro período e o afastamento desses profissionais do trabalho de restauração constituíram elementos para um apagamento de suas memórias (POLLAK, 1992), que foram substituídas por novos empreendimentos na área da preservação.

O século XIX fecha com um longo e importante trabalho não só de restauração e encadernação do acervo, mas como um período que possibilitou o início de um pensamento preservacionista, abrindo para o século XX a tão sonhada Oficina de Encadernação, que naquele momento estava muito perto de se transformar em realidade e assumir o lugar de memória institucional.

Melhorias na Biblioteca Nacional para abrigar funcionários, leitores, acervo e a Oficina de Encadernação e Restauração

Ao mesmo tempo que os trabalhos de preservação se consolidavam, as seções avançavam em relação às classificações das obras, à criação de catálogos e ao aperfeiçoamento de técnicas bibliográficas. O edifício da Biblioteca Nacional passava por reformas para atender ao público leitor, aos empregados e para guardar com mais segurança seu acervo. Desse modo, em 1885 a luz elétrica foi instalada na biblioteca, possibilitando um aumento de público, com um tempo maior de permanência no edifício, e um vaivém de empregados e leitores pelas galerias e escadas que davam acesso aos salões de leitura e seções especiais (CARVALHO, 1994, p. 72). As plantas arquitetônicas desenhadas para a mudança da iluminação a gás para a energia elétrica, apesar de não sinalizarem a ocupação de cada setor, permitem uma compreensão dos espaços destinados aos acervos e confirmam também as queixas dos diretores e chefes quanto à necessidade de se criar novos espaços para abrigar o acervo

que crescia dia a dia. Essas plantas dividem o edifício em: pavimento térreo, primeiro andar, segundo andar e terceiro andar. De todos os relatórios que discorrem sobre as áreas destinadas às coleções, os depoimentos mais recorrentes são os da Seção de Estampas, reiterando ano após ano o espaço reduzido reservado às obras de arte. Menezes Brum, no catálogo da Exposição Permanente, publicado nos *Anais*, correspondentes aos anos de 1883 e 1884, escreveu que proporções “acanhadas” em que funcionava a Biblioteca Nacional não permitiram que fosse melhor acomodada a Seção de Estampas, pois que lhe couberam na divisão apenas duas pequenas salas do terceiro andar, “mal mobiliadas e insuficientes para as suas necessidades e serviços” (CATÁLOGO..., 1883-1884, p. 578).

Em 1894, no relatório do dia 23 de fevereiro, o diretor Francisco Mendes da Rocha deixou registrado sobre a Seção de Estampas:

Dois pequenos aposentos collocados no lugar mais alto e afastado do prédio, inteiramente acumulados de moveis para differentes misteres e de utensílios para os trabalhos propriamente artísticos da secção, não podem facilitar o bom desempenho do serviço, nem tão pouco convidar ao estudo o publico [...] (OFÍCIOS..., 1893-1894).

Dois anos mais tarde, os *Anais* v. 18 voltam a fazer comentários sobre a inapropriada localização da mesma seção:

Installada em duas pequenas salas do terceiro andar do edificio em que funciona a Bibliotheca, até hoje tem ahi permanecido a Secção de estampas com grave prejuizo do serviço publico e principalmente dos visitantes que desistem da tentativa de consultar as suas colleções diante talvez do sacrificio de transpôr algumas dezenas de degraus, como se tem dito (RELATÓRIO, 1896, p. 419).

Não foram encontrados documentos confirmando a localização dos salões de leitura pública, mas o que se pode inferir é que estes se localizavam no pavimento térreo e no primeiro andar do edifício, facilitando o acesso dos usuários interessados nos livros impressos. Documentos datados de 1888 dão notícia de que a Seção de Manuscritos estaria localizada no segundo andar do edifício, como se pode verificar mais à frente nos ofícios institucionais.

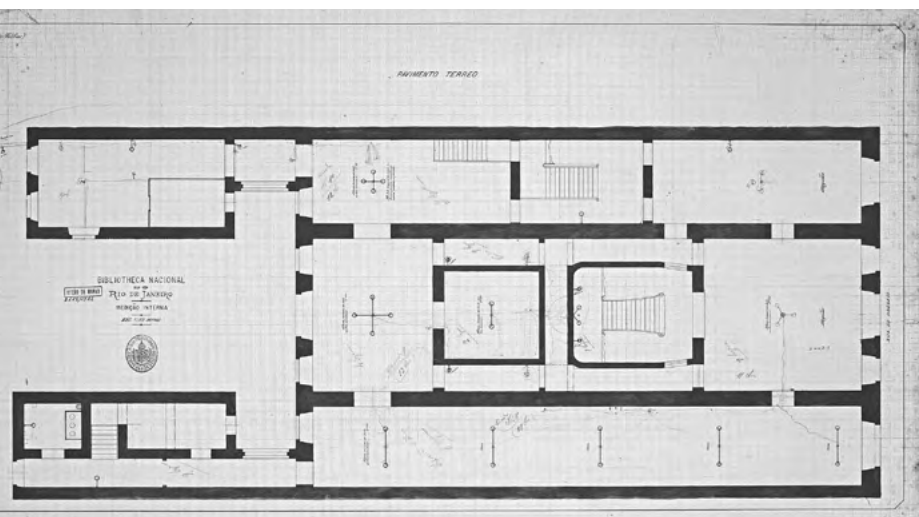


Figura 11. Biblioteca Nacional. Largo da Lapa. Térreo: Salão de leitura pública (localização provável). Fonte: Arquivo Nacional.

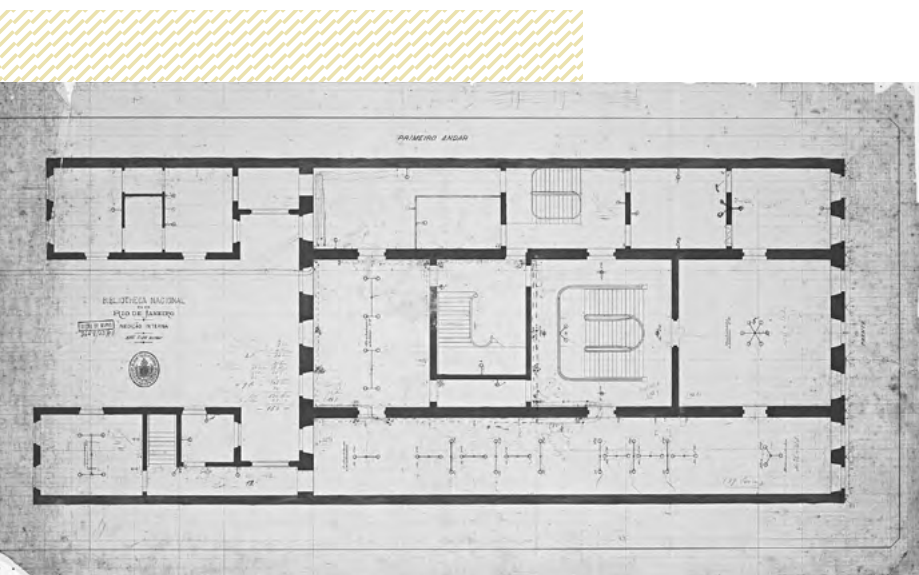


Figura 12. Biblioteca Nacional. Largo da Lapa. Primeiro pavimento: Salão de leitura pública (localização provável). Fonte: Arquivo Nacional.

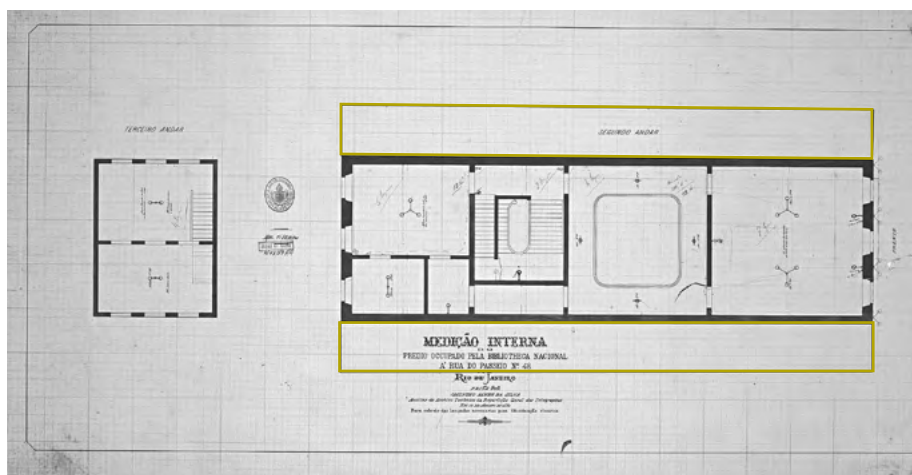


Figura 13. Biblioteca Nacional. Largo da Lapa. Segundo pavimento: Seção de Manuscritos (em amarelo, a ampliação da seção em 1888) e Terceiro pavimento: Seção de Estampas e Numismática. Fonte: Arquivo Nacional.

As plantas baixas que se seguem (Figuras 11, 12 e 13) são dos pavimentos da Biblioteca Nacional localizada ainda no Largo da Lapa,⁵⁷ desenhadas em 1885 para o cálculo das lâmpadas necessárias para a iluminação elétrica que começou a funcionar naquele ano. Com o intuito de sistematizar a localização das seções ocupadas pelo acervo, entender um pouco da circulação dos leitores e as queixas do diretor e chefes por falta de espaço para acomodar as preciosidades da biblioteca, utilizamos esse levantamento juntamente com fontes documentais que relatam essas ocupações e uma ampliação, realizada com o intuito de melhorar o espaço e a guarda da Seção de Manuscritos.

De tantas queixas por falta de espaço para acomodar um acervo que aumentava diariamente, a solução encontrada foi um acréscimo

57. A Biblioteca Nacional ocupou o edifício no Largo da Lapa, Rua do Passeio, nº 46, de 1858 a 1910, quando foi transferida para o novo edifício da Avenida Central, atualmente Avenida Rio Branco, nº 219.

nas laterais do segundo pavimento.⁵⁸ Os ofícios trocados entre o diretor da biblioteca e o Conselheiro do Estado dos Negócios do Império, dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, prestando contas sobre a finalização das obras de acréscimo de duas galerias do segundo pavimento, confirmam que essas duas novas salas eram destinadas à Seção de Manuscritos. Não se encontraram registros do andamento da construção, mas esses documentos ilustram a movimentação de ampliação, na tentativa de sanar o problema de espaço no edifício. Em ofício datado de 16 de agosto de 1888, o diretor Saldanha da Gama comunicou o fim das obras, que transcorreram sem nenhum incidente e com a biblioteca funcionando no seu expediente normal. Ao longo do documento sugeriu interromper o atendimento ao público por alguns dias, pois segundo ele

É indispensável proceder agora a um vigoroso asseio em toda a casa. [...] É preciso espanar e bater os livros, lavar as estantes, lavar todas as vidraças e o assoalho, desde o então até a porta da rua. Temos também de transportar todos os manuscritos e boa parte dos livros para as estantes das salas novas e dar melhor acomodação a outra parte da livraria (OFÍCIOS..., 1887-1888).

A imagem (Figura 14), de 1862, revela a biblioteca ainda com a fachada original, com varandas laterais no segundo pavimento.

Após a reforma, de 1888, a biblioteca recebeu duas galerias laterais, ampliando um pouco o espaço para a guarda de documentos na Seção de Manuscritos (Figura 15).

A realização dessa obra trouxe um novo ânimo ao diretor da biblioteca, que vislumbrou a possibilidade de construir e estabelecer uma oficina de encadernação que pudesse dar fim à saída das obras para serem encadernadas. Um longo e contundente ofício de Saldanha da Gama ao mesmo conselheiro dr. José Fernandes, em 24 de dezembro de 1888, justificando o encaminhamento de obras raríssimas a encadernadores experientes como Leuzinger e Filhos, e não ao Instituto de Surdos e Mudos e ao Asylo dos Meninos Des-

.....
58. A linha preta foi desenhada para dar ideia da ampliação do segundo pavimento que permitiu a reorganização da Seção de Manuscritos.



Figura 14. Biblioteca Nacional. Largo da Lapa. 1862. Antes da reforma de ampliação do segundo pavimento. Fonte: CASTRO Y ORDÓÑEZ. *A Bibliotheca*. [1862]. 1 fotografia em p&b. Divisão de Iconografia.

Figura 15. Biblioteca Nacional. Largo da Lapa. 1904. Depois da reforma de ampliação do segundo pavimento. Fonte: FERREIRA, A. L. *Fachada do antigo edifício da Biblioteca Nacional*. [1904]. 1 fotografia em p&b. Divisão de Iconografia.



validos, obrigação advinda do Aviso de 23 de dezembro de 1882, nos parece ter desencadeado o processo para a criação da Oficina de Encadernação da Biblioteca. Neste ofício, Saldanha da Gama falou das limitações do Instituto de Surdos e Mudos, apontadas por seu próprio diretor Tobias Leite (1868-1896), quanto a não conseguirem dar vazão ao grande número de obras para encadernar, além do que, os alunos, naquele momento, não poderiam com perfeição encadernar, restaurar e reencadernar obras de grandes

volumes, antigas e extremamente danificadas por insetos, pois eram raros aqueles que podiam desempenhar bem essa função. Segundo Saldanha da Gama, esta observação também valia para o Asylo dos Meninos Desvalidos. O diretor afirmou que auxiliava o quanto podia essas instituições, concorrendo para o aumento de suas rendas, mas ponderou que não poderia sacrificar a perfeição dos serviços para a Biblioteca Nacional em razão de economia para o Estado, ou para prestar auxílio a repartições públicas, pois, isto sim, não lhe parecia razoável e nem justo. Naquele momento, ele estava convencido de que a restauração de grandes e raros livros de estampas e a encadernação de luxo exigiam “artistas” de comprovada perícia. Lembrou que a biblioteca teve uma oficina de encadernação e, assim como no passado, o serviço na instituição poderia ser perfeitamente fiscalizado, resultando em economia para o governo (OFÍCIOS..., 1887-1888).

Nas trocas de ofícios que se sucederam, agora com o conselheiro dr. Antonio Ferreira Vianna, em 19 de janeiro de 1889, o diretor da biblioteca lembrou as palavras de seu antecessor, cônego Januário da Cunha Barbosa (1839-1846), em seu relatório de 31 de março de 1840, dirigido ao conselheiro Manuel Antonio Galvão com as mesmas angústias:

Falta neste estabelecimento uma officina de livros encadernados, que já havia n'outros tempos e com todos os seus aprestos, sem que até hoje se tenha descoberto a autorização com que fora vendida, apparecendo-me unicamente uma ordem da Secretaria de Estado para que cessasse o trabalho e pagamento do official encadernador, que nella trabalhava. A falta de uma tal officina torna-se bastantemente sensível, porque não é prudente aconfiar de encadernadores fôra da Bibliotheca, obras de grande valor pela sua raridade e ambicionadas por especuladores estrangeiros, que as podem desencaminhar da casa dos livreiros, sem esperança de se restaurarem; e quando taes obras, pelo desmancho em que se acham muitas dellas, só devem ser concertadas, sob a immediata inspecção de pessoas entendidas na materia. Lembra-me representar a V. Ex. a necessidade de restabelecer na Bibliotheca a officina de livreiro encadernador, que é parte integrante de estabelecimento desta natureza (OFÍCIOS..., 1889).

Com o propósito de sensibilizar ainda mais o conselheiro, Saldanha da Gama prosseguiu no ofício lembrando o triste episódio em que Ramiz Galvão se lamentava por ter perdido a raríssima edição de Marília de Dirceu que nunca voltou da oficina de um encadernador.

Com o espaço reduzido para guardar o acervo, sugeriu para a localização da oficina de encadernação as três salas existentes no fundo do jardim, usadas para guardar volumes duplicados e incompletos, local este também usado como dormitório dos empregados. Quanto ao material necessário para a montagem desta oficina, anexou ao ofício uma listagem organizada pelos “mais peritos encadernadores desta Côrte, os Srs. Leuzinger e Filhos” (Figura 16), que incluía desde os materiais e equipamentos, como uma máquina pequena de aparar, que custaria ao menos 1.000 contos, até os honorários de um encadernador:

1 mesa de madeira ordinária com gaveta e banco, 1 prensa de madeira com as competentes taboas, 1 panela de cobre para cola, 1 panela de barro para cola de farinha de trigo, 1 fogareiro (gás), 1 cortador de papelão, tesouras grandes e pequenas, dobradeiras, agulhas, linha, furadores, brochas, régua de ferro, compasso, facas, martelo, macete, papel “marmoreo” e branco, couro papelão.

Um oficial de encadernador a 4 contos ao dia (OFÍCIOS..., 1889).

Em um aditamento, datado de 25 de fevereiro de 1889, o conselheiro A. Sampaio escreveu que achava muito aconselhável o estabelecimento da oficina de encadernação desde que resultasse em economia e que realmente as obras preciosas deixassem de sair da biblioteca. No entanto, explicou que o diretor da casa, Saldanha da Gama, havia informado que não se tratava de estabelecer uma oficina completa, que dispensasse todo e qualquer trabalho fora da instituição, pois isto seria muito dispendioso e também demandaria um grande espaço. Na avaliação do diretor, a oficina deveria consertar e restaurar livros impressos e estampas a “exemplo das que possuem as principais bibliothecas da Europa”. Em relação à economia para o Estado, estaria “na segurança, na perfeição e, por conseguinte, na maior duração da obra” (OFÍCIOS..., 1889).

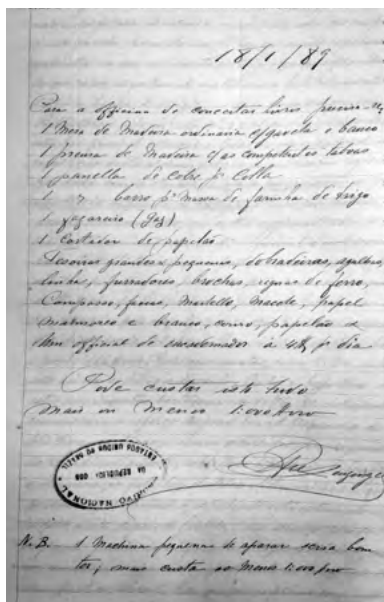


Figura 16. Listagem dos materiais necessários à implantação da Oficina de Encadernação na Biblioteca Nacional, sugerida por Leuzinger em 1889. Fonte: OFÍCIOS DO DIRETOR, 1889. Série Educação, Bibliotecas, Museu-IE7, nº 56, Ministério do Império-Biblioteca Nacional. Arquivo Nacional (Brasil).

Nada parecia simples quando se tratava de convencer as autoridades das necessidades e dificuldades por que passava a biblioteca devido à ausência de um setor responsável pela encadernação. Ainda em ofício de 13 de março de 1889, o diretor Saldanha da Gama, agradecendo as duas visitas que o conselheiro dr. Antonio Ferreira Vianna teria feito ao estabelecimento, lembrava que nessas ocasiões teve a oportunidade de explicar, agora pessoalmente, que havia trabalhos que não poderiam ser confiados ao Instituto de Surdos e Mudos e ao Asylo dos Meninos Desvalidos, como as encadernações de grandes livros de estampas, a restauração de algumas obras raras e antigas, danificadas pelo

tempo e pelos insetos, o entelamento de cartas geográficas e as encadernações com esmero e luxo, pois esse trabalho exigia “artistas provectos e de consumada perícia”. Ainda assim, afirmava que continuava encaminhando para essas duas repartições os serviços de brochura e restauração de livros modernos e antigos mais simples, pois estava convencido de que poderiam realizá-los, e porque era seu direito auxiliá-los (OFÍCIOS..., 1889).

Ofícios desse teor foram se repetindo até que em 2 de julho de 1902 foi finalmente inaugurada a Oficina de Encadernação da Biblioteca Nacional. Embora não apareça no título do documento a referência de que esse setor também abrigaria a Oficina de Restauração, esta informação vai aparecer no corpo do texto, comuni-

cando que naquele dia tinha sido inaugurada a “oficina de encadernação e restauração da biblioteca”, instalada em duas salas construídas nos fundos do terreno da instituição (ATA..., 1902). Essas salas eram em número de três, e segundo o relatório de fevereiro de 1889, já existiam e funcionavam como um depósito de publicações (OFÍCIOS..., 1889). Nos livros de Faturas da Biblioteca, entre 1902 e 1903, estão arquivadas algumas notas de serviços da reforma realizada para a adaptação das “salas dos fundos do quintal” para a instalação da Oficina de Encadernação, assim como os trabalhos de carpintaria de mesas, prateleiras e bancos necessários à acomodação dos encadernadores, realizados pelo carpinteiro e marceneiro Antonio da Silveira Macedo (Figura 17), como atesta a nota de serviço do dia 30 de junho de 1902 (FATURAS, 1902-1903).

A Figura 18 mostra o terreno onde ficava a Biblioteca Nacional, no Largo da Lapa, com a indicação da provável localização das oficinas, no fundo do terreno, como informado na ata de sua inauguração.

Na ata (Figura 19), além da oficialização da instalação das oficinas, estão registrados os nomes dos presentes e também a nomeação do sr. Joaquim Gomes de Oliveira como o responsável por coordenar os trabalhos deste novo setor.



Figura 17. Nota de serviço do carpinteiro e marceneiro Antonio da Silveira Macedo, que realizou as obras para a instalação da Oficina de Encadernação e Restauração. Fonte: FATURAS. Rio de Janeiro, 1902-1903. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.



Figura 18. Localização provável das duas salas para a Oficina de Encadernação, com detalhe do terreno da Biblioteca Nacional, nº 46. Fonte: GOTTO, Edward. *Plan of the city of Rio de Janeiro Brazil. Planta. 1866 (carta nº 20)*.

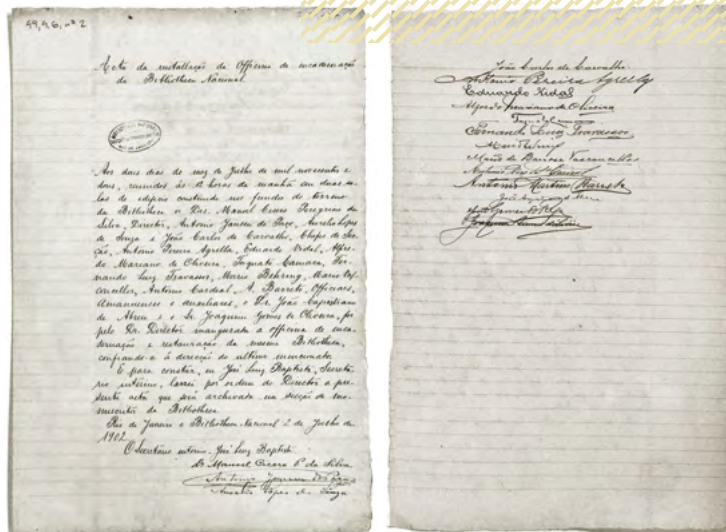


Figura 19. Ata de inauguração da Oficina de Encadernação e Restauração da Biblioteca Nacional (frente e verso). Fonte: *Ata de instalação da oficina de encadernação da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro, 1902. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

Instaladas as oficinas, logo começaram a ser citadas nos relatórios do diretor Cícero Peregrino, dando conta dos trabalhos de encadernação e restauração que para lá eram encaminhados (RELATÓRIO, 1903, p. 337).

Este momento, conquistado pela dedicação e perseverança dos diretores e chefes de seção, foi um marco importante na virada do século XIX para o século XX, e trouxe diversos desdobramentos para a gestão da preservação do acervo institucional. Uma nova rotina foi implantada com o encaminhamento das obras para a Oficina de Encadernação, evitando que se dispersassem em oficinas externas à biblioteca. Foi criado um controle de saída e devolução dos volumes entre as seções e a Oficina de Encadernação, permitindo uma conferência mais rápida e segura das obras. Um novo perfil profissional começou a fazer parte do quadro de funcionários: os encadernadores, trazendo novas questões, conhecimento e dinamizando o ambiente.

Mas, a questão da encadernação não seria a única novidade nessa virada do século. Uma outra preocupação que rondava os gestores da biblioteca e os livros estava para ser também enfrentada: os insetos bibliófagos.

Porém, antes de avançarmos por esses caminhos, algumas obras sobre a literatura da área de restauração atravessaram a pesquisa para nos ajudar a entender em que medida os profissionais conservadores-restauradores da Biblioteca Nacional foram por elas influenciados.

A literatura sobre restauração de papel no século XIX no acervo da Biblioteca Nacional

Na Europa, no final do século XIX, duas correntes teóricas da área da restauração acaloravam debates relativos à salvaguarda do patrimônio cultural arquitetônico: a corrente estilística, defendida por Viollet-le-Duc, e a romântica, de John Ruskin. Em meio a esses debates, alguns profissionais conservadores, bibliófilos e historiadores publicaram livros e manuais sobre o objeto livro, desde seu aparecimento, desenvolvimento, bibliofilia e restauração.

Não se conseguiu analisar o quanto essas discussões influenciaram essas iniciativas de se publicar trabalhos relativos à conservação e à restauração do papel, mas foi um momento importante na divulgação desses conhecimentos, com o envolvimento de outras áreas como, por exemplo, a química e a biologia. Essas publicações estavam voltadas para profissionais da área de biblioteconomia, restauração, público leigo, curiosos e colecionadores de arte, e tinham como objetivo informar sobre o universo que envolvia o livro. Algumas se dedicavam a ensinar restauração sob uma perspectiva empírica.

Algumas dessas publicações foram identificadas nos setores de Obras Raras e de Iconografia da Biblioteca Nacional. Na busca por pegadas e rastros para a construção de uma narrativa que pudesse ligar os profissionais da restauração da biblioteca, no século XIX, a essas publicações, com um possível uso didático, realizamos uma conferência de entrada das obras na instituição, nos livros de registros de compra, doação e nos relatórios institucionais que registravam as permutas. Os primeiros livros de registro de Compra e de Doação encontrados no arquivo administrativo datam de 1876, sob a direção de Ramiz Galvão, com aquisições realizadas por meio de particulares, instituições públicas e empresas privadas. Para esta pesquisa, foram levantadas obras relacionadas à área de restauração nos registros de Compras de 1876 a 1923 e nos livros de Doações de 1876 a 1917. As permutas foram identificadas ao longo da pesquisa pela leitura dos relatórios publicados pelos diretores, que começaram a incluí-las a partir de 1896. Como resultado dessa conferência, encontramos algumas obras significativas para o período que selecionamos nessa análise.

A obra mais antiga sobre o tema na Biblioteca Nacional é uma segunda edição de *Essai sur l'art de restaurer les estampes et les livres: ou, Traité sur les meilleurs procédés pour blanchir, détacher, décolorier, réparer et conserver les estampes, livres et dessins*, de autoria do bibliófilo, ensaísta e desenhista Alfred Bonnardot (1808-1884), datada de 1858, que discorre sobre a prática das intervenções e sobre os produtos químicos empregados na restauração de papel. Das obras pesquisadas, esta é a única sem registro de entrada no acervo da

Biblioteca Nacional, seja por compra, doação ou permuta.⁵⁹ Essa foi a primeira obra pesquisada que se encaixou no conceito de pegadas de Elizabeth Jelin, que segui como rastro, encontrando indícios de intenso manuseio e diversas marcas de leitura, presentes em todo o volume como uma evidência para uma narrativa possível de uso por parte dos restauradores da Biblioteca Nacional (Figuras 20, 21, 22 e 23). As marcas observadas compreendem linhas ao lado de parágrafos, ao longo da página, pontos de interrogação e anotações de produtos químicos utilizados. Embora com muitas evidências quanto a seu uso, não foram encontradas marcas de propriedade, o que poderia ajudar a compreender quais caminhos teria trilhado até as estantes do setor de Iconografia, onde está guardada como uma obra preciosa. Uma das possibilidades seria a entrada dessa obra por meio do restaurador Sébastien Sisson, que trabalhou na Seção de Estampas no início dos anos 1880, e que poderia tê-la utilizado como referência nas suas intervenções de restauração, deixando-a na seção para outros trabalhos similares. Com essa suspeita contatamos Bárbara Ferreira, bisneta de Sisson.⁶⁰ Após algumas conjecturas não se conseguiu, ainda, chegar a nenhuma conclusão quanto a essa possibilidade por falta de documentação ou mesmo de conferência das marcas de leitura. Em seu depoimento, Bárbara Ferreira disse concordar com minha suspeita, mas no Instituto Sébastien Sisson, que dirige, o acervo hoje é composto de fotografias de família, gravuras, documentos e objetos do artista, mas não há nenhum livro que poderia ter sido consultado por ele ou cartas para compararmos a caligrafia (FERREIRA, 2018).

A obra *Restauração de quadros e gravuras*, publicada em 1885, por Manuel Maria de Macedo, integra a coleção de manuais práticos intitulada *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, publicada entre 1881 e 1913, pela Empresa Horas Românticas, em Portugal e com

.....
59. A referência encontrada na obra está no carimbo institucional, com data de 1948, seguido de duas letras AA que, segundo normas de registro patrimonial, indicam que ela já era antiga no acervo quando foi catalogada.

60. Bárbara Ferreira mantém um instituto dedicado a Sébastien Sisson para pesquisa, estudo, documentação e inventariação da vida do litógrafo, caricaturista e restaurador (FAMÍLIA..., 2018).

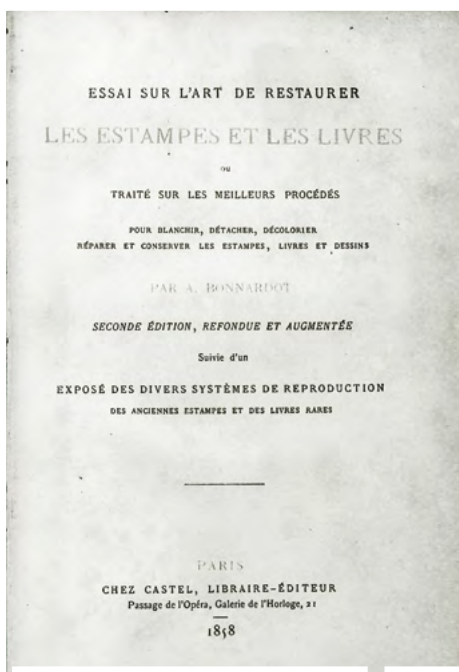
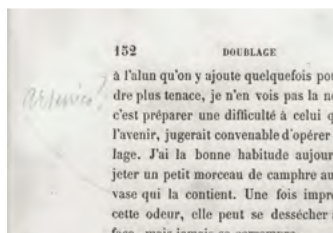
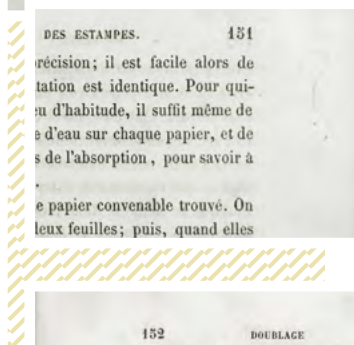
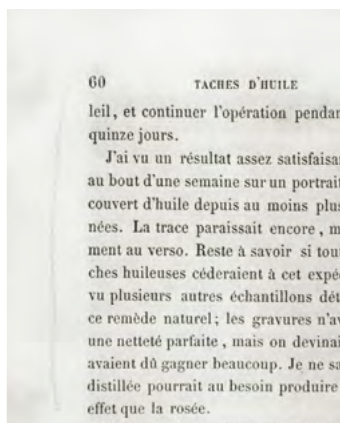


Figura 20. Folha de rosto da obra de BONNARDOT, de 1858, pertencente ao setor de Iconografia da Biblioteca Nacional. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia.



Figuras 21, 22 e 23. Marcas de leitura nas páginas 60, 151 e 152 da obra de BONNARDOT, de 1858. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia.

filial no Brasil. Manuel de Macedo era escritor, pintor, cenógrafo, ilustrador e conservador português do Museu Nacional de Belas Artes de Lisboa, e seu manual de restauração é o único conhecido, em português, em Portugal e no Brasil, nesse período (Figura 24). No prefácio da obra ele explica que sua motivação para escrever o manual estava na preocupação com o risco da perda de obras de arte antigas, tanto por negligência dos seus proprietários, quanto por desastrosas intervenções de restauro (MACEDO, 1885).

Seu nível de detalhamento chega ao ateliê do artista-restaurador, descrevendo o ambiente de trabalho ideal para a restauração de pinturas, em relação ao espaço e à luz.



Figura 24. Capa do manual sobre *Restauração de quadros e gravuras*, de Manuel de Macedo, de 1885. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia.

Naquela época, os estudos voltados especificamente para a área de restauração de papel ainda eram muito incipientes e as publicações sobre o tema aparentemente raras. Este manual constitui um exemplar precioso no estudo dos materiais e dos processos de restauração, oferecendo informações relevantes sobre materiais e técnicas (CARVALHO, 2013, p. 36).

É surpreendente encontrar nele o interesse pela formação profissional do restaurador, ainda marcada pela ideia de que este teria de ser,

antes de tudo, artista e deveria, segundo o autor, conhecer também as técnicas de pintura de diversas épocas e escolas, a composição química dos materiais, e também a maneira como esses produtos aplicados reagiam com a obra, considerando a ação do tempo, da temperatura e quaisquer outros fatores físicos a que são submetidas as obras (ALMEIDA, 2016, p. 90).

O manual apresenta conhecimento e propostas para empregar produtos químicos já conhecidos e estabelecidos na química moderna, mas ainda oferece fortes traços de alquimia popular. Recomenda na remoção de sujidades e vernizes das pinturas, por exemplo, o espírito-do-vinho (álcool destilado da uva), saliva e urina, e adverte ao leitor que não aconselha a cinza de charuto para a limpeza, por ser muito abrasiva e colocar em risco a obra (MACEDO, 1885, p. 22-23).

Embora não seja originalmente um estudo sobre restauração de livros, Macedo dedica um longo capítulo à restauração de papel, o que o tornou útil também para as bibliotecas. Ele explica a técnica de banhos para remoção de manchas de diversas origens, como as provocadas por óleo, cera, estearina (gordura extraída da palma e utilizada no preparo de velas), lacres, resinas, alcatrão, gema de ovo, lama, café, tabaco, frutas, chocolate, sangue, urina, tinta de escrever e umidade. Em sua metodologia de limpeza prefere o miolo de pão à borracha e à água fervendo, que seria usada para os banhos na remoção das diversas manchas, podendo ser destilada ou de chuva. Também está presente a preocupação em relação à má qualidade dos papéis modernos, que por sua composição química condenam nossas bibliotecas, arquivos e museus a perderem seus acervos em cem anos. Ao final do manual, Macedo se dedica à conservação das gravuras sugerindo o uso de molduras sólidas e vidros para a sua preservação, e o acondicionamento em pastas grandes, com abas para proteger as peças da poeira e do atrito, guardadas em gavetas, estantes ou armários próprios para este fim (MACEDO, 1885, p. 44-62).

A obra de Macedo é um esforço para discutir e divulgar a questão da preservação do patrimônio cultural, tema que julgava ser uma responsabilidade não só do artista-restaurador, mas uma responsabilidade social.

No exemplar da biblioteca não existem marcas de leitura assinalando partes do texto como registro de interesse do leitor, mas o exemplar, na sua materialidade, apresentava avançado estado de degradação por manuseio, comprometendo sua integridade, motivo pelo qual foi necessário restaurá-lo para dar acesso aos leitores.

Sua entrada na Biblioteca Nacional se deu no dia 11 de julho de 1905, de acordo com o livro de Compras, juntamente com 27 volumes que foram publicados entre 1883 e 1901, da coleção Bibliotheca do Povo e das Escolas (COMPRAS, 1902-1912, p. 56).

Outra obra encontrada no acervo é *Connaissances nécessaires à un bibliophile*, do livreiro e editor Édouard Rouveyre (1849-1930). Sua primeira edição data de 1882,⁶¹ e foi publicada em dois volumes. Com grande aceitação pelo público leitor, Rouveyre dedicou parte de sua vida a ampliar os temas e acrescer a obra. Sua quinta e última edição, de 1899, conta com dez volumes, e a descrição dos temas abordados permite compreender o porquê de esta obra ter se tornado, ainda no século XIX, uma referência para os bibliotecários e para a Biblioteconomia (Figura 25).⁶²

O primeiro volume trata da origem do livro; os amantes, os bibliófilos, os bibliomaníacos; o estabelecimento de uma biblioteca; e conservação e manutenção dos livros. O segundo é dedicado ao formato do livro; os muito pequenos, os maiores, os impressos ou manuscritos em letras minúsculas; o colecionamento; a maneira de proceder a esta operação, suas dificuldades e resultados; as abreviações nos impressos e manuscritos; os sinais distintivos de edições antigas; a subscrição e a data. O terceiro volume aborda a escolha do livro; a leitura; o conhecimento e o amor aos livros; os

61. No Setor de Obras Gerais da Biblioteca Nacional foi localizado somente o segundo volume da edição de 1882, com assinatura de propriedade de Felix Ferreira (1841-1898), doado pelo Dr. José Carlos Rodrigues, em 7 de outubro de 1916 (DOAÇÃO, 1911-1917). Felix Ferreira foi escritor, jornalista, livreiro e historiador da arte. Em 1882, publicou *Notas bibliográficas: a exposição de História do Brasil na Biblioteca Nacional*, uma coletânea de artigos de sua autoria publicados no *Cruzeiro*. Publicou, em 1885, a obra crítica sobre artes plásticas *Belas artes: estudos e apreciações* (ENCICLOPÉDIA..., 2018).

62. Informações de Ana Virginia Pinheiro, chefe do setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional, em fevereiro de 2017.

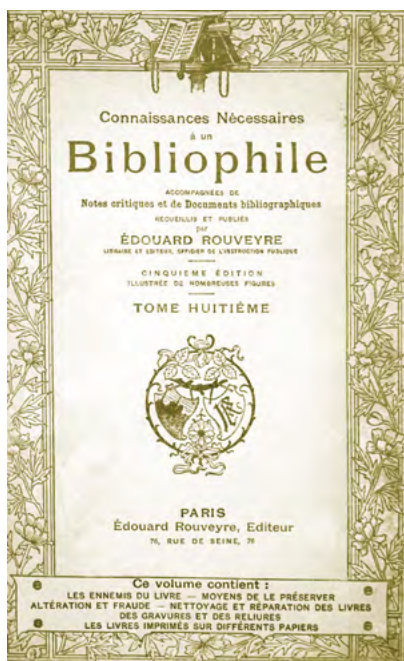


Figura 25. Folha de rosto da obra de Rouveyre, 5ª edição, de 1899. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras.

diversos graus de raridade; o que faz o preço do livro e do exemplar; as edições de arte e os belos livros modernos. O quarto é dedicado à encadernação antiga e moderna; pequeno museu da encadernação antiga; gosto e estilos nas encadernações. O quinto volume trata da gravura e dos seus estados; da ilustração e da decoração interior dos livros; dos papéis China, japonês, *vélin*, *vergé* etc. O sexto apresenta as *Reliures aux Arms*⁶³ e os *Ex-libris*;⁶⁴ cartazes, cartas de visita, convites, menus, diplomas, cartas de baralho etc. O sétimo volume é dedicado aos manuscritos e às pinturas dos livros. O oitavo é dedicado aos inimigos do livro, à conservação e

à restauração, é a parte que mais interessa a esta pesquisa. Trata dos meios de preservar os livros dos insetos, da destruição, das falsificações das gravuras, dos ladrões e *équarisseurs*⁶⁵ de livros, das alterações e fraudes, limpeza e encolagem de livros e gravuras, laminação de gravuras, reparos dos manuscritos, ataque de insetos, rasgos e ressecamento do papel, e sobre restauração de estampas e encadernações. O nono volume aborda a classificação sistemática

63. Encadernação que tem na capa, em dourado ou gofrado, as armas ou os brasões do proprietário.

64. *Ex-libris* é a vinheta desenhada ou gravada que se cola geralmente na contracapa de um livro, na qual consta o nome do proprietário ou sua divisa, com o objetivo de indicar posse.

65. *Équarisseurs* são aqueles que desmontavam o livro para vendê-lo em partes.

dos livros, os autógrafos, as gravuras e as ferramentas para o amante dos livros. No seu décimo e último volume apresenta um sumário detalhado dos capítulos, o léxico dos termos relativos à bibliografia, à arte tipográfica e aos manuscritos etc.

O setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional tem em seu acervo a obra completa de Édouard Rouveyre, da edição de 1899, que foi adquirida em partes pela instituição. De acordo com os Livros de Compras, os volumes 1 ao 6 foram adquiridos em 8 de novembro de 1899, os volumes 7, 8 e 9, em 8 de fevereiro de 1900, e o volume 10, em 20 de fevereiro daquele mesmo ano (COMPRAS, 1895-1901, p. 252, 256 e 258). Outra referência a essa compra consta no primeiro relatório do diretor Cícero Peregrino, de 1900, publicado no v. 23 dos *Anais*, que indicou terem sido completados os volumes desta excelente obra (RELATÓRIO, 1903, p. 255).

Através desta publicação, mais especificamente do seu oitavo volume, foi possível estabelecer um vínculo incontestável entre métodos e discussões preservacionistas internacionais, sobretudo na França, e a Biblioteca Nacional do Brasil. No capítulo 13, dedicado aos “inimigos do livro”, Rouveyre teceu considerações sobre os insetos que atacavam silenciosamente os acervos de várias partes do mundo. Ao voltar sua atenção para o inseto *Anobium hirtum* (broca),⁶⁶ imperceptível no contexto dos acervos, afirmou que ele era a grande desesperança dos mais cuidadosos bibliotecários da América do Sul. Naquele momento, o autor fez um elogio ao diretor Ramiz Galvão, e somente a ele, por seus esforços em buscar conhecimento na Europa para debelar as constantes infestações provocadas por este inseto. Após a apresentação do diretor, Rouveyre incluiu parte de um texto de Ramiz Galvão sobre as dificuldades e os cuidados com os livros:

Um estudioso bibliotecário, conhecido por seus grandes trabalhos, M. Franklin Ramiz Galvão, que veio estudar o estado de nossos estabelecimentos na Europa, contou com sincera dor os males sem

.....
66. Os coleópteros constituem uma ordem de insetos popularmente conhecidos como besouros. A broca é do gênero *Anobium* (anóbio), da família Anobiidae. *Anobium hirtum* é uma de suas várias espécies.

remédio que inflige, às vezes, ao sábio mais zeloso, este inseto, que ele não pode destruir, e ele nos deu a prova, que nós reproduzimos aqui* (ROUYEYRE, 1899, p. 42-43, tradução nossa).

Na nota de rodapé (Figura 26) acrescentou: *“M. Franklin Ramiz Galvam, diretor da rica Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, deu a conhecer as riquezas excepcionais que continua a apresentar nos Annaes da Bibliotheca Nacional”.

O encontro entre Ramiz Galvão e Rouveyre pode ter acontecido durante a viagem que ele fez entre 1873 e 1874, quando nomeado pelo governo imperial para representar o Brasil na Exposição Internacional de Viena e também, como já mencionado, para estudar a organização das principais bibliotecas europeias (CARVALHO, 1994, p. 67). O intuito dessas visitas era observar a organização das bibliotecas europeias, retirando delas uma dinâmica de funcionamento que pudesse servir como modelo de construção de uma “nova” Biblioteca Nacional (CALDEIRA, 2015, p. 82).

Outra obra de grande importância para a área da restauração, sobretudo para seu arcabouço teórico, é *As sete lâmpadas da arquitetura*, de John Ruskin, publicada pela primeira vez em 1849. A edição de 1898 foi adquirida, por compra, pela Biblioteca Nacional em 6 de dezembro de 1900 (COMPRAS, 1895-1901, p. 288). Ruskin desenvolveu sua teoria e seus princípios para a preservação e a restauração de monumentos em sete capítulos que correspondem ao que ele chamou de “as sete lâmpadas”, ou leis, que a arquitetura deveria seguir: Sacrifício, Verdade, Poder, Beleza, Vida, Memória e Obediência. No capítulo dedicado à Lâmpada da Memória, o autor apresentou a teoria da preservação e conservação do patrimônio baseada em um movimento de antirrestauração e do pitoresco na arquitetura (MONTEIRO, 2012).

Ruskin afirmou que algumas formas de conservação são capazes de prolongar a vida de um monumento, mas que um dia ele se tornará ruína e desaparecerá. O importante, para ele, era que os monumentos não fossem descaracterizados devido a restaurações que pudessem manchar suas histórias, e que sua honra permanecesse intacta:



Figura 26. Página nº 42 da obra de Rouveyre, *Connaissances nécessaires...*, em que cita Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional de 1870 a 1882. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras.

jamais ignorés, ou des récits de voyages que l'héroïsme de quelques individus intrépides renouvelle aujourd'hui. Aussi les érudits de l'Amérique du Sud viennent-ils bien souvent chercher dans nos archives ce qu'ils possédaient avant nous.

Un studieux bibliothécaire, connu par de grands travaux, M. Franklin Ramiz Galvam, qui était venu étudier l'état de nos établissements en Europe, a raconté avec une sincère douleur les maux sans remède qu'inflige parfois au savant le plus zélé cet insecte qu'il ne peut détruire, et il nous en donne une preuve, que nous reproduisons ici* :

« Autant que nous puissions en juger par les rapports publiés sur les grandes et les petites bibliothèques, plus d'un tiers des livres est constamment en circulation. Il est évident que dans ces établissements tout préservatif devient inutile. Il est pourtant une deuxième et une troisième catégorie de livres destinés à l'avancement des sciences et qu'on consulte à cet effet plus ou moins fréquemment. Ici commence la nécessité d'une plus grande surveillance des livres.

« Une dernière catégorie enfin comprend les livres dont on se sert moins, une fois peut-être en un an ou même en plusieurs années. Toute bibliothèque doit être pourvue de ces livres, et dès lors, cette dernière catégorie réclame le plus grand soin, d'autant plus que ces livres sont le plus souvent des ouvrages rares et précieux. Comme il arrive parfois que des volumes ex-

* M. Franklin Ramiz Galvam, directeur de la riche Bibliothèque nationale de Rio-de-Janeiro, en a fait connaître les richesses exceptionnelles, que l'on continue à exposer dans les *Annaes da Bibliotheca nacional*.

É na longa duração, com passagem do tempo, que a arquitetura vai se impregnando da vida e dos valores humanos; daí a importância de construir edifícios duráveis, e de preservar aqueles que chegaram até nós (RUSKIN, 2008, p. 275-278).

Sobre as teorias da restauração que dominavam a Europa naquele período – a de Viollet-le-Duc e a de John Ruskin –, não foram ainda encontrados registros ou evidências, nos documentos pesquisados, de que elas teriam sido utilizadas como referência, e a aplicação de suas orientações nas ações de restauração na Biblioteca Nacional.

Entretanto, é importante registrar que Ramiz Galvão, na década de 1880, em sua busca pela preservação do acervo da Biblioteca Nacional, não deveria desconhecê-las, pois tanto ele quanto frei Camillo conheciam Viollet-le-Duc, o teórico francês da restauração estilística do século XIX. No v. 12 dos *Anais*, de 1884-1885, Ramiz Galvão apresenta algumas considerações que frei Camillo teria escrito a respeito de Viollet-le-Duc como arquiteto, estudioso de métodos de construção de edificações, e nas palavras de Ramiz Galvão a autoridade do arquiteto francês era digna de respeito (GALVÃO, 1884-1885, p. 275-278).

Os rastros encontrados nessas obras possibilitam várias leituras do passado e apontam para uma narrativa sobre os conservadores-restauradores e suas ações preservacionistas que irão atravessar o século XIX rumo ao século XX. Sem referências diretas às obras, algumas técnicas registradas pelos profissionais da Biblioteca Nacional, assim como os equipamentos, materiais e produtos químicos adquiridos, foram descritos e sugeridos pelos autores dos manuais e tratados sobre restauração. Podemos pensar em profissionais como Antonio Montenegro e Carlos Peixoto, que embora não formados academicamente na área da restauração, acabaram estabelecendo um corpo preservacionista na instituição. Esses profissionais tinham acesso ao conhecimento científico produzido para conservar e restaurar o acervo que, na sua maioria, chegava à biblioteca por meio de compras das publicações, evidenciando que o assunto era de interesse institucional e justificava sua aquisição.

Com a preocupação de encontrar medidas que pudessem proteger os acervos bibliográficos e documentais naquele período, as pesquisas e as técnicas para combater os insetos bibliófagos ocuparam as discussões de estudiosos, bibliotecários e cientistas, trazendo para dentro da Biblioteca Nacional a expectativa de resolver um problema que assombrava o acervo desde as primeiras cartas de Joaquim Marrocos, em 1811. Essas questões, discutidas no próximo capítulo, serão aprofundadas com a chegada do século XX, com debates e novas metodologias no enfrentamento dos insetos bibliófagos, considerados os inimigos dos livros.

A PRESERVAÇÃO NA BIBLIOTECA NACIONAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: BIBLIOTECÁRIOS, ENCADERNADORES, RESTAURADORES E CIENTISTAS

N. 90. Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 2 de julho de 1903 (sic). Sr. Ministro, Cumpro o grato dever de participar-vos que foi inaugurada hoje, sem solenidade a Oficina de Encadernação da Bibliotheca Nacional. Para conseguir que se traduzisse em realidade a idéa da criação da officina, necessidade indeclinavel cuja satisfação tive ocasião de propor no relatório de 15 de Março de 1901 e já havia sido reclamada por alguns dos meus ilustres antecessores, [...]. Resolvida assim a maior dificuldade, foi-me dado organizar a officina em condições de poder, tal seja o pessoal que os recursos do orçamento permittam empregar, attender senão por completo ás necessidades da Bibliotheca, por não comportar a economia com que foi installada a aquisição deapparelhos e utensílios para os trabalhos de luxo, ao menos suas necessidades mais frequentes, inclusive a encadernação dos livros de grandes formatos (SILVA, Manoel Cícero Peregrino. RELATÓRIO, 1903, p. 358).

Oficina de Encadernação: uma mudança institucional na rotina dos trabalhos de encadernação e restauração

A transformação nas atividades da Biblioteca Nacional após a inauguração da Oficina de Encadernação, em 1902, começa a aparecer nos relatórios anuais do diretor Cícero Peregrino. Além da costumeira prestação de contas de seu exercício sobre o pessoal empregado, a secretaria, as seções de guarda dos acervos, as compras,

aquisições e permutas de obras e a manutenção do edifício, um novo item foi acrescido aos demais subtítulos: *Officina de Encadernação*. Esse item, reservado para relatar os trabalhos de encadernação e de restauração desenvolvidos ao longo do ano na oficina, passou a representar uma mudança nas ações de preservação. Uma importante transformação aconteceu em relação à segurança do acervo, pois a contratação de oficinas de encadernação particulares para tratar as obras deixaria de ser uma rotina institucional e passaria a ser uma exceção à regra, ou seja, as obras só deixariam a Biblioteca Nacional quando os empregados encadernadores não tivessem condições de encadernar e/ou restaurar por falta de equipamentos e *expertise* que as obras exigissem.

Embora os relatórios e alguns documentos daquele período permitam imaginar o espaço ocupado pela oficina, o movimento dos empregados e das obras que por lá circulavam, não conseguimos uma fotografia dessa rotina. A imagem a seguir é da oficina de encadernação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos,⁶⁷ de 1908, que encadernou e restaurou para a Biblioteca Nacional entre 1878 e 1903. Ainda que tivesse o instituto uma missão voltada para a educação e a capacitação de seus alunos, essa imagem (Figura 27) permite imaginar a distribuição de trabalho, o mobiliário e o vestuário dos funcionários de uma oficina de encadernação em um órgão público da União, como a oficina da Biblioteca Nacional, no mesmo período.

Com a oficina da Biblioteca Nacional em funcionamento, a relação de trabalho com as encadernadoras particulares foi sendo gradativamente interrompida, à medida que as obras encadernadas iam sendo devolvidas. Algumas notas de fatura, entre os anos de 1902 e 1903, sugerem que essas devoluções sofreram atrasos na conclusão do trabalho e as últimas remessas para a biblioteca aconteceram em 1903 – da Casa de Correção da Capital Federal, em abril, da Imprensa Nacional, em março, e do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em junho (FATURAS, 1902-1903).

.....
67. Atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines).



Figura 27. Oficina do Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Fonte: BARBOSA, Cecínio. “Oficina de encadernação no Instituto dos Surdos Mudos do Rio de Janeiro.” *O Malho*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 325, p. 26, 5 dez. 1908.

Além da segurança das obras, uma alteração na rotina também começou a fazer parte dessa nova configuração institucional: a volta ao quadro de empregados da figura do profissional encadernador, suprimido da biblioteca desde 1834 (OFÍCIOS..., 1853-1859).

A chegada dos encadernadores será mencionada logo nos primeiros relatórios dos chefes de seção em depoimentos de apoio à nova atividade.

O chefe da Seção de Estampas, Aurélio Lopes de Souza, que ocupou o cargo de 1894 a 1916, lamentava, em 1902, a falta de profissionais para a restauração de suas obras de arte, mas comemorou otimista esse novo arranjo institucional, que, segundo ele, poderia com vantagem possibilitar que o trabalho de restauração das estampas fosse realizado na oficina da Biblioteca (RELATÓRIO, 1903, p. 352). Mas, se ainda não tinha profissionais para restaurar suas estampas, Aurélio Souza já sinalizava sua satisfação com a Oficina de Encadernação, que, em sua opinião, dava conta de restaurar os livros e reencaderná-los “conservando-se-lhes a feição da primeira encadernação”, o que em muito agradou.

A Oficina de Encadernação também foi festejada e parecia ter atendido aos anseios de Antônio Jansen do Paço, que foi chefe da Seção de Manuscritos entre 1890 e 1913. Para ele, sua instalação “veio trazer remédio” ao inconveniente de as obras deixarem o estabelecimento para serem restauradas e encadernadas “sem grave risco de extravio e sem infração do regulamento” (A BIBLIOTECA..., 1904, p. 509). As infrações a que se refere Jansen do Paço foram definidas no artigo nº 44 do regulamento da instituição, de 1894 (BRASIL, 1894).

Os relatórios que se seguem após a inauguração da oficina relatam as compras efetuadas para aparelhar e possibilitar um bom funcionamento do setor. O maquinário e os materiais permanentes foram importados da Alemanha, como descrito pelo diretor Cícero Peregrino em seu relatório relativo ao ano de 1902:

A officina dispõe de seis machinas do conhecido fabricante Karl Krause, de Leipzig, fornecidas á Bibliotheca pela quantia de 3:191\$960 pela Companhia Typographica do Brasil, que apenas cobrou comissão de 10% sobre as despesas. São as seguintes:

Machina de aparar, com pressão automatica. Comprimento do corte: 0m,825.

Dita pequena. Comprimento do corte: 0m,355.

Tesoura para papelão, com mesa de ferro. Compr. Do corte: 1m.

Machina de encaixe. Compr. Da boca: 0m,45.

Prensa de ferro com quatro columnas. Formato do marmore: 0m,95 por 0m,66.

Dita com duas columnas. Form. do marmore: 0,40 por 0,30 (RELATÓRIO, 1903, p. 358-359).

Além das informações detalhadas sobre os equipamentos mais robustos que foram adquiridos, o relatório apresentou algumas particularidades no funcionamento dos trabalhos:

Está igualmente provida dos pequenos aparelhos e utensílios necessários para preparar encadernações communs. Faltam-lhe ainda para ser completa uma machina de dourar e o material necessário para a imitação das encadernações antigas que é preciso renovar conservando quando possivel a feição primitiva das obras a reencadernar, material que já encomendei diretamente para a Europa (RELATÓRIO, 1903, p. 359).

Mas os investimentos não pararam por aí. Querendo aparelhar ainda mais a Oficina de Encadernação, em 1903 foram adquiridas uma prensa de ferro “com duas colunas”, do fabricante Karl Krause, medindo o “mármore 0,56m × 0,49m”, e uma máquina de dourar, com tipos e ferros para a douração das encadernações de estilo mais moderno e outros para conservar “um caráter de antiguidade variável com a época a que pertencerem os livros a restaurar” (A BIBLIOTHECA..., 1904, p. 521-522). Algumas faturas registram a compra de materiais mais delicados como os tipos, florões e componedores⁶⁸ para douração de livros (FATURAS, 1902-1903).

Na imagem da Oficina de Encadernação (Figura 28) que se segue, é possível observar parte dos equipamentos adquiridos pela Biblioteca Nacional e alguns trabalhos de encadernação já em andamento.

Instalada provisoriamente em duas salas que ficavam no fundo do “quintal” do edifício do Largo da Lapa, no início de 1903, a Oficina de Encadernação foi transferida para a casa onde funcionou a máquina de iluminação elétrica, que havia sido encaminhada para a Brigada Policial.⁶⁹ Com a saída da máquina, uma grande obra de ampliação e melhoria do espaço foi realizada, chegando suas paredes até o muro que separava o terreno da biblioteca do que era ocupado pelo Laboratório Militar.⁷⁰ A troca da máquina de iluminação possibilitou à Biblioteca Nacional realizar outro projeto institucional:

.....
68. Materiais usados na douração das encadernações: Tipo – cada um dos caracteres tipográficos; as letras de imprensa. Florão – vinheta ornamental de desenho semelhante a uma flor, utilizada como elemento decorativo na composição gráfica (FARIA; PERICÃO, 1988, p. 325, 146). Componedor – instrumento para douração que recebe os tipos e no qual se compõem os dizeres para a impressão a seco ou para a douração (COBRA, 2003, p. 35).

69. No ano de 1854 se iniciou a iluminação a gás no Rio de Janeiro e a partir de 1879 foram feitas as primeiras experiências com lâmpadas elétricas a arco voltaico. Diversos prédios foram iluminados por geradores, como a Biblioteca Nacional. Em 1907, começaria a funcionar a “The Rio de Janeiro Light and Power Company”, fundada no Canadá, em 1904, que cuidou dos carris, força e luz da cidade até a década de 1970 (TEIXEIRA, 2011).

70. Foi realizada uma pesquisa no Arquivo do Exército, no Rio de Janeiro, na tentativa de localizar a Oficina de Encadernação da Biblioteca Nacional ao lado do Laboratório Militar. Até o momento, não foi possível confirmar essa localização.

a Officina Typographica.⁷¹ Com algumas compras de maquinário a biblioteca iniciou seu funcionamento em 8 de agosto de 1903, ocupando, ao que parece, as antigas salas da Oficina de Encadernação, no “extremo do quintal” (A BIBLIOTHECA..., 1904, p. 521-522).

A transferência da Oficina de Encadernação para a casa da máquina de iluminação, que era um espaço maior que o anterior, possibilitou aumentar o número do mobiliário e dos materiais, sobretudo para a douração, com a aquisição de novos tipos, clichês e filetes,⁷² e também equipamentos maiores, como máquinas de dourar, de cortar, de “fervar a cola, os componedores e alisar as folhas dos livros (ferro de alisar), da fábrica Prometheus”. A compra do ferro de alisar se justificava por ser ele utilizado numa das etapas de reconstituição dos volumes que estivessem danificados, consertando “as folhas a papel fino, e por sobre ellas fazendo passar aquecido o ferro de alisar” (A BIBLIOTHECA..., 1905, p. 398 e 415).

Apesar de a ata de inauguração registrar que a Oficina de Encadernação tinha sido inaugurada sem solenidade, era para lá também que o diretor Cícero Peregrino encaminhava os visitantes para mostrar o novo setor. O jornal A União registrou a visita do ministro do Interior, J. J. Seabra, que esteve na biblioteca em 1904, e que após vistoriar “minuciosamente o edifício da Biblioteca Nacional, felicitou o seu diretor pelas reformas encontradas” e também pelas novidades das oficinas, como, por exemplo, o “aquecedor elétrico para a máquina de dourar e um pote elétrico de fazer cola” da encadernação. Outras melhorias também eram dignas de mostrar ao

.....
71. No início do século XX, essa oficina, além de imprimir os *Anais da Biblioteca Nacional* e alguns catálogos de coleções de obras de arte, imprimia também “boletins para consultas, circulares, etiquetas para livros, pautação de cartões de catálogos e vários números da *Revista Policial*, única exceção aberta para trabalhos estranhos” (A BIBLIOTHECA..., 1905, p. 413). Em 1922, sua produção abrangia os *Anais*, o *Boletim Bibliográfico*, a impressão de *ex-libris*, editais, guias, rótulos, senhas, folhas de pagamento, propostas orçamentárias, boletins para consulta, folhas para álbuns de selos, bilhetes postais e cadernetas para remessa postal de jornais (A BIBLIOTHECA..., 1923, p. 448).

72. Materiais usados na douração: Clichês – placa de metal ou plástico, com imagens ou texto em relevo negativo, que se destina à impressão na máquina tipográfica. Filetes – em encadernação, adorno dourado igual e repetido em traços paralelos, que se encontra em alguns livros (FARIA; PERICÃO, 1988, p. 72 e 144).



Figura 28. Oficina de Encadernação no edifício do Largo da Lapa, em 1902.
Fonte: FERREIRA, A. L. *Officina de Encadernação da Biblioteca Nacional*. [1902].
1 fotografia em p&b. Divisão de Iconografia.

ilustre visitante, e antes de despedir-se do ministro, Cícero Peregrino “fez funcionar uma mangueira de incêndio, mostrando deste modo o cuidado que lhe merecem os inúmeros tesouros bibliográficos confiados a sua guarda” (BIBLIOTHECA..., 1905, p. 2).

Com as Oficinas de Encadernação e de Tipografia instaladas e funcionando, a Biblioteca Nacional precisou organizar não só seu quadro de pessoal, mas a manutenção e o custeio para os trabalhos. A solução foi a criação de uma única rubrica para as compras e os pagamentos por serviços: “Conservação de livros, impressão, custeio das oficinas de Encadernação e Typografia” (FATURAS, 1902-1931). É através dessa rubrica, carimbada e assinada pelo responsável, que se pode identificar nos livros de faturas todo o movimento de compras para o setor.

Na ata de inauguração da Oficina de Encadernação o nome de Joaquim Gomes de Oliveira aparece indicado para ocupar o cargo de chefe. Sua presença zelaria pelo bom andamento do trabalho, permitindo um maior controle sobre a entrada e a saída das obras nas oficinas, bem como garantindo a qualidade dos serviços realizados por seus subordinados. Entretanto, sua ligação com a Biblioteca Nacional não consta em nenhum relatório, documento, ou mesmo em notícias de jornais da época, tornando difícil estabelecer um vínculo institucional, ou mesmo entender o motivo pelo qual teria sido escolhido para o cargo, visto que sua permanência só duraria o mês de julho, como registrado na “folha dos operários” das oficinas, em 1902 (FATURAS, 1902-1903).

Naquele período, ainda não havia sido estabelecido o número de empregados para os trabalhos de encadernação e nem os cargos necessários. As coisas foram sendo definidas de acordo com as necessidades e demandas da biblioteca, como registrado nas folhas de presença e pagamento dos operários, a partir de 1902 (FATURAS, 1902-1903). O Regulamento da Biblioteca Nacional, de 1911, se limitou a indicar genericamente o cargo de oficial de encadernação, sem definir atribuições, permanecendo uma indefinição que estaria longe de ser resolvida (BRASIL, 1911). No regulamento também aparecem as novidades da 4ª Secção de Moedas e Medalhas, as diretrizes para o curso de Biblioteconomia e a estrutura do “Pessoal, seus deveres e suas atribuições”. Este item apresenta duas categorias de empregados da instituição: os nomeados e os sem nomeação.

Os nomeados incluíam:

- 1 director geral;
- 3 bibliothecarios, directores de secção;
- 5 sub-bibliothecarios, um dos quaes será o director da 4ª secção;
- 8 officiaes;
- 14 amanuenses;
- 16 auxiliares;
- 1 porteiro;
- 2 ajudantes de porteiro;
- 1 mecanico-eletricista;
- 1 inspector techico das officinas graphicas e de encadernação.*

A categoria do pessoal sem nomeação contava com:

12 guardas;

28 serventes;

4 ajudantes do mecanico-eletricista;

4 ascensoristas;

E do pessoal das oficinas graphicas e de encadernação (BRASIL, 1911, grifo da autora).

Entre a instalação das oficinas, em 1902 e 1903, e o novo regulamento de 1911, que manteve a distinção entre os empregados nomeados e sem nomeação, algumas questões de ordem trabalhista começaram a surgir na Biblioteca.

Alguns estudos sobre os movimentos operários na primeira república brasileira apresentam o ambiente em que viviam essas forças de trabalho, como o descrito por Cláudio Batalha no seu livro *O movimento operário na Primeira República*:

Os primeiros anos do século XX reuniram algumas condições favoráveis à eclosão de movimentos reivindicativos dos trabalhadores: por um lado, uma conjuntura econômica propícia à obtenção de ganhos, com uma fase de expansão da economia iniciada em 1903; por outro, a proliferação de organizações operárias voltadas para a resistência, isto é, para a luta sindical (BATALHA, 2000, p. 39).

Envolvida por esta mudança social, em 22 de abril de 1910, a Biblioteca recebeu um ofício do Círculo dos Operários da União⁷³ encaminhado ao diretor Cícero Peregrino sobre o não cumprimento de alguns artigos da lei orçamentária vigente que contemplava seus operários (AVISOS..., 1910, p. 32). O vice-presidente do Círculo, Francisco Juvencio Saddock de Sá, iniciou o texto com uma citação que parecia ser recorrente nas manifestações públicas de sua entidade – “O Culto ao trabalho, associado à Religião da Humanidade, iluminará o futuro – Kock”.⁷⁴ No ofício, prosseguiu com palavras

73. O Círculo dos Operários da União, fundado em 1909, era mais um dos movimentos trabalhistas do Rio de Janeiro no início do século XX (BATALHA, 2009).

74. Esta mesma citação aparece na matéria do jornal *O Paiz*, de 31 de março de 1910, intitulada “Joaquim Nabuco”, em que o Círculo dos Operários da União faz uma

de respeito e admiração pela instituição, para em seguida afirmar que “todas as Repartições Públicas já concederam aos operários e mais pessoal diarista ou jornaleiro que nelas trabalham as regalias contidas nos artigos 41 e 48 da lei nº 2.221, de 30 de dezembro de 1909” (BRASIL, 1909). O ofício tinha a intenção de cobrar da biblioteca a demora em cumprir uma questão de pagamento em dias anteriores e posteriores a domingos e feriados, e o abono de licença médica, respectivamente. Não foi possível apurar se essas “regalias” foram concedidas de imediato, mas Cícero Peregrino, em defesa de seu pessoal não nomeado, encaminhou um ofício, no dia 29 de maio de 1911, à Câmara dos Deputados, dizendo que a direção da Biblioteca Nacional era favorável à incorporação não só dos funcionários operários ou jornaleiros das oficinas e repartições públicas da União, como sugeria um projeto da Câmara, mas de todo pessoal sem nomeação da instituição. Para ele, “à parte a diferença de categorias e vencimentos”, iguais regalias deveriam ser concedidas a todos os que se dedicavam ao serviço público (A BIBLIOTHECA..., 1912, p. 652). Infelizmente, o regulamento permaneceu inalterado em relação à sua proposição de “nomeação” de todo o seu quadro de funcionários e muitos permaneceram trabalhando “sem nomeação”.

O Regulamento, se por um lado era inflexível na incorporação de todos os empregados como nomeados, era flexível na reorganização de uma nova configuração dos cargos como, por exemplo, a retirada do profissional Conservador, que tinha sido estabelecido pelo antigo regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.766, de 8 de agosto de 1894. Esse cargo, como já mencionado, havia sido criado a partir das experiências de instituições europeias e mesclava nas suas atribuições a rotina do bibliotecário e do profissional responsável pela conservação e pela restauração do acervo.

Mesmo com a supressão do cargo de Conservador, as suas atribuições permaneceram diluídas, agora entre os sub-bibliotecários, o inspetor técnico das oficinas e o pessoal da Oficina de Encadernação.

homenagem a Joaquim Nabuco, após seu falecimento (JOAQUIM..., 1910, p. 5). Contudo, não foi possível, até o momento, identificar quem seria Kock, da citação.

Por força desse novo regulamento, o único funcionário com o cargo de Conservador da Biblioteca, Carlos Peixoto, perdeu essa denominação e foi nomeado oficial, por Portaria de 13 de julho de 1911. Em 1918, Carlos Peixoto aparece como sub-bibliotecário (A BIBLIOTHECA..., 1919, p. 291). Pelos relatórios institucionais e até se aposentar nesse cargo, em maio de 1924, não se tem registro de seu trabalho de conservador ou de restaurador como observado no século XIX (OS DECRETOS..., 1924, p. 2). Essa mesma portaria de 1911 também promoveu a primeiro oficial o segundo oficial Antonio Luiz Pinto Montenegro, que atuou como restaurador da Seção de Estampas por vários anos, tendo o mesmo Carlos Peixoto como auxiliar (A BIBLIOTHECA..., 1912, p. 650). Não se conseguiu apurar os motivos da retirada do cargo de Conservador na instituição, mas sua supressão será lamentada mais tarde pelos chefes de seção.

As novidades do regulamento de 1911 diretamente relacionadas com a preservação do acervo aparecem no artigo 10, dispondo que competia aos bibliotecários e ao sub-bibliotecário diretor da 4ª seção:

§ 9º, enviar ás officinas da Bibliotheca os livros, manuscriptos, estampas, etc., que tenham de ser encadernados ou beneficiados de outra fórma, acompanhados de duas relações, uma lançada no livro a isso destinado em que o inspector passará o competente recibo e outra em avulso que ficará pertencendo ás officinas e na qual o remetente, uma vez realizado o trabalho, declarará havel-os recebido (BRASIL, 1911).

No artigo 12, estabelecendo que cabia aos sub-bibliotecários: parágrafo 2º, “ter a seu cargo, auxiliados pelos demais empregados, a conveniente distribuição, collocação e conservação dos objectos pertencentes ás secções”; e no artigo 20, em que o inspector técnico das oficinas era responsável por:

[...] tomar a si a direcção do serviço das officinas graphicas e de encadernação, o asseio e a boa ordem que ahi deverão observar-se, a conservação das machinas e utensílios, o aproveitamento do material e a fiscalização do comparecimento do respectivo pessoal, interessando-se pela prompta e perfeita execução dos trabalhos (BRASIL, 1911).

Na parte dedicada ao Expediente e Ordem dos Trabalhos, o regulamento atribuía a responsabilidade da manutenção e da conservação (aqui entendidas como zelar) a todos os empregados como descrito:

Art. 63. Na collocação e arranjo dos livros, manuscritos, estampas, etc., deverá attender-se á segurança, bom acondicionamento, economia de espaço e conveniente aspecto.

Art. 64. A sua conservação, do mesmo modo que a do mobiliário, deverá ser objecto de constantes cuidados por parte de todo o pessoal, de modo a serem promptamente reparadas ou reconstituídas as peças que se deteriorarem e preservadas as demais (BRASIL, 1911).

Em relação à segurança das obras, citadas em seu artigo 10, permaneceram as diretrizes estabelecidas em 1902, que definiram o controle de saída e de devolução das obras encaminhadas por cada seção de guarda dos acervos à Oficina de Encadernação. Tudo deveria ser anotado em um livro onde se registraria a saída da obra da seção de origem, e no momento da chegada à oficina, seu chefe deveria dar um “recebido”, confirmando sua entrada, e outro na devolução dos volumes, quando estes retornassem à seção de origem (RELATÓRIO, 1903, p. 359). Com isso, foi implementado um controle cuidadoso para garantir que a obra não se extraviasse no caminho, mesmo que o trajeto fosse feito pelos corredores da instituição.

Oficina de Encadernação – Encadernadores e uma nova rotina

Nesse período inicial são raras as informações nos relatórios anuais dos diretores sobre o número de empregados contratados para as oficinas, quem e quantos eram, que função exerciam e como eram selecionados. Quando mencionados, aparecem no subtítulo “Pessoal”, citados genericamente como o pessoal das oficinas, ou por vezes são incluídos alguns nomes referentes a pedidos de afastamento por licença, falecimento ou promoção.

Foi por meio dos Livros de Faturas, de 1902 a 1917, e dos Livros de Pagamento, de 1917 a 1929, da Biblioteca Nacional que conseguimos traçar um panorama desses profissionais, mais espe-

cificamente da Oficina de Encadernação. Na Folha dos Operários da Oficina de Encadernação, que era assinada mês a mês, constam as classes, os nomes, os dias trabalhados, o valor das diárias e as importâncias no final do mês a receber como pagamento. Os Livros de Faturas reuniam não só as folhas de pagamento dos operários como também todas as notas de compra de equipamentos, produtos e serviços prestados à biblioteca. A partir do segundo semestre de 1917, as folhas de pagamento dos operários das oficinas passaram a ser reunidas no Livro Folhas de Pagamento, organizado unicamente para esse fim. Para uma melhor compreensão do movimento dos empregados da Oficina de Encadernação, foi montado um quadro (Apêndice A) com as informações de nomes, entradas e saídas dos encadernadores, ano a ano, pesquisadas nesses livros administrativos: Faturas 1902-1917 e Folhas de Pagamento 1917-1929. O que observamos no início do funcionamento da oficina foi uma inconstância na permanência dos encadernadores. Alguns chegavam a trabalhar um mês ou poucos meses, saíam da folha de pagamento, para em seguida voltar a ela. Outros permaneceram oficiais de encadernação até se aposentarem, e alguns aprendizes após anos de trabalho acabaram sendo promovidos a oficial. Uma lista considerável com nomes permanentes, reincidentes e novos nomes compunha a equipe de encadernadores.

Na primeira folha de pagamento da Oficina de Encadernação consta como chefe, além de Joaquim Gomes de Oliveira, o nome de Álvaro Meirelles dos Passos (FATURA, 1902).

Com a instalação da Oficina Tipográfica, em 1903, foi criado o cargo de “Inspetor das Oficinas de Tipografia e Encadernação” através de lei orçamentária. O major Tancredo Leal, que era funcionário da biblioteca desde 1902, assumiu o serviço de inspetor das oficinas de 1904 até 1905 (A BIBLIOTHECA..., 1905, p. 414). Tancredo Leal era tipógrafo, membro do Partido Operário Progressista (CANHENHO..., 1899, p. 2). Atuava também como diretor da Federação Operária e Artística do Brasil (COMPRI-MENTOS, 1904, p. 4). Trabalharam também como inspetores técnicos das oficinas Décio Augusto Rodrigues, de 1906 a 1910, Cândido Abreu, de 1910 a 1921, e Álvaro Meirelles dos Passos, de

1921 a 1931 (A BIBLIOTHECA..., 1903; 1907; 1911; 1921-1922). Subordinados ao cargo de inspetor estariam os chefes da Oficina de Encadernação e da Oficina Tipográfica. Sobre esses profissionais não se conseguiu apurar informações sobre seus perfis profissionais, formação ou mesmo alguma relação pessoal.

Com uma organização independente da Oficina de Encadernação, a Oficina de Tipografia tinha sua própria folha dos operários e contava com uma outra equipe. Embora não seja objeto de estudo dessa pesquisa, vale ressaltar que na primeira folha dos seus operários, referente ao mês de agosto de 1903, constam os nomes do impressor Luiz Brandão e do compositor José Soares Filho como responsáveis pelos trabalhos (FATURAS, 1902-1903).

Álvaro Meirelles dos Passos foi talvez o empregado que mais tempo trabalhou na Oficina de Encadernação. Começou como mestre, em julho de 1902, tendo se afastado em janeiro de 1907 e retornado em julho de 1908, para ser promovido a Inspetor das Oficinas de Encadernação e Tipografia em 1921, permanecendo na função até se aposentar em 1931. Ao longo de sua vida profissional na Biblioteca Nacional recebeu as designações de mestre, chefe, mestre-dourador e inspetor das oficinas (FATURAS, 1902-1903). As informações sobre sua vida são poucas. Alguns jornais da época trazem notícias de que morava na rua Ypiranga, nº 96, e era casado com Ondina Meirelles dos Passos, com quem tinha filhos (REGISTRO..., 1912).

Até a década de 1930, Álvaro Meirelles dos Passos comandou uma equipe de encadernadores formada inicialmente em 1902 por oito empregados, chegando a ter quase 30 pessoas. Mas em média a oficina era composta por 15 encadernadores, dois douradores e uns dez aprendizes que flutuavam ao sabor das contratações e das demissões.

As funções desempenhadas pelos demais empregados também foram, de forma gradativa, sendo estabelecidas de acordo com as necessidades do trabalho. Subordinados ao inspetor técnico na Oficina de Encadernação havia o cargo de mestre, seguido do contramestre, do oficial, do dourador, do preparador e do aprendiz.

A Oficina de Encadernação não se limitava a reencadernar livros e encadernar brochuras e jornais. Ali eram preparados livros

em branco, pastas, caixas de papelão, fichas para catálogos e para registro de periódicos, e com o passar do tempo lá eram restaurados os livros, entelados os mapas e feitos alguns consertos de estampas, e também dava-se apoio à Oficina Tipográfica em tudo que necessitasse (A BIBLIOTHECA..., 1923, p. 449).

A posição do profissional restaurador no quadro institucional após a inauguração da Oficina de Encadernação ainda estava por se estabelecer. O restaurador que surgiu na Seção de Estampas, dedicado às obras preciosas, não existia de fato na Oficina de Encadernação, como sugeria a ata de inauguração sobre esse setor também ser uma oficina de restauração. O que se observou foi que algumas vezes a atividade de restauração de livros e mapas era citada em relatórios e realizada por encadernadores “mais habilitados”.

Paralelo à oficina, o trabalho de restauração era às vezes citado e realizado ainda nas seções de guarda, como a de Estampas. Montenegro, que trabalhou nessa seção, sobretudo nas atividades de restauração ao longo do século XIX, foi aos poucos se afastando da área, sem contudo abandoná-la. Em 1902, ele foi transferido para a Seção de Impressos para ajudar no inventário dos livros (RELATÓRIO, 1903, p. 314). Mais à frente, em 1903, trabalhou na Seção de Manuscritos, dando continuidade a um trabalho que já estava em andamento: examinar e melhorar as condições dos documentos avulsos que integraram o catálogo da exposição de História do Brasil de 1881.⁷⁵ Jansen do Paço, chefe de Manuscritos, se referindo ao trabalho de conservação realizado por Montenegro, no relatório de 1903, dizia ser por natureza um “serviço moroso e absorvia completamente o tempo de um empregado”, ainda mais porque, no caso de Montenegro, esse trabalhava somente dois dias

.....
75. Essa exposição foi inaugurada em 2 de dezembro de 1881, no prédio da Biblioteca no Largo da Lapa, com duração de um mês. Foi organizada pelo então diretor da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão, e teve como objetivo apresentar ao público uma mostra de História do Brasil com documentos e peças pertencentes ao acervo da Biblioteca, além de manuscritos, livros, mapas, pinturas, gravuras, medalhas, moedas, estátuas e outros provenientes de instituições privadas e de outras instituições públicas. Tudo isso foi reunido para a consolidação de um grande inventário geral de documentos impressos, manuscritos e obras de arte em um *Catálogo de História do Brasil*.

da semana na sua seção. Por isso, Jansen do Paço, lamentando a falta deste profissional, registrou que “cada vez torna-se mais imperiosa a necessidade de um Conservador especial para a Seção” (RELATÓRIO CHEFES..., 1903. p. 76).

Aurélio Lopes de Souza também faz uma ponderação sobre o trabalho de restauração e a situação na sua Seção de Estampas, num momento de indefinição de cargos e atribuições, e logo após a inauguração da Oficina de Encadernação:

Parado a largo tempo, por falta de pessoal, o serviço de lavagem, reparação e montagem das estampas, que era feito na secção, não pode até agora ser recommçado. Reservamos quando for ocasião de atender a essa parte dos nossos trabalhos para então vos entreter com o mais convir a resolver: se voltaremos que (sic) antigamente se fazia, reestabelecendo o serviço na seção, ou se transferi-lo para a officina de encadernação recentemente criada, submetendo-se o seu pessoal a pericia e necessária aprendizagem que lhe demanda e que, certamente, esse pessoal não está affeito (RELATÓRIO CHEFES..., 1903, p. 4).

Acostumado com a restauração das estampas sendo realizada na sua seção, ele continuou o relatório inseguro quanto à execução do trabalho fora de seus domínios:

O 1º alvitre, não receio affirmar, teria a grande vantagem de permitir que o trabalho fosse feito sob as vistas e de conformidade com as recomendações do chefe da secção. Alias, nada osbtaria, me parece que elle fosse executado por *obreiros* da officina de encadernação. A questão em tal caso se resumiria em simples questão de logar onde o serviço se efetuasse: nada mais (RELATÓRIO CHEFES..., 1903, grifo da autora).

O que parece é que até 1908 ainda não se tinha um operário na Oficina de Encadernação capacitado para intervir nas obras de arte, pois Montenegro voltou, naquele ano, para restaurar as obras da Seção de Estampas que figuraram na Exposição Nacional,⁷⁶ “com a costumada perfeição” (A BIBLIOTHECA..., 1909, p. 671). Após

.....
76. Esta Exposição Nacional ocorreu em 1908, autorizada por Avisos de 14 de novembro de 1907 e 7 de agosto de 1908 (A BIBLIOTHECA..., 1909. p. 676).

terminado o “trabalho de reparo das estampas”, o que constituiu “um bom serviço prestado a esta seção”, voltou para a Seção de Manuscritos (RELATÓRIO CHEFES..., 1908). Em 1911, Montenegro reapareceu na 4ª Seção (Moedas e Medalhas) restaurando papel-moeda. Este foi o último registro encontrado de sua atuação como restaurador. Após uma longa carreira na Biblioteca Nacional, Antonio Luiz Pinto Montenegro foi promovido a sub-bibliotecário em 1914 (A BIBLIOTHECA..., 1915, p. 670). Sua aposentadoria aconteceu alguns anos depois, em 1916, deixando vaga a função de restaurador, que desempenhou de 1883 a 1911 (A BIBLIOTHECA..., 1917, p. 657). Sua atuação como restaurador foi aos poucos se dissipando em meio às mudanças com a entrada dos encadernadores na instituição. O tempo e o afastamento de suas atividades acabaram por silenciar suas lembranças.

Apesar de a ata de inauguração da Oficina de Encadernação indicar que esta seria também uma Oficina de Restauração, mostrando que a atividade teria uma continuidade, a figura do profissional restaurador ainda era confusa e pouco definida na instituição. De um lado, havia o restaurador de obras de arte que trabalhava na maioria das vezes sozinho e dentro da Seção de Estampas, identificado como capacitado, habilidoso e artista, e de outro, os encadernadores que atendiam a todas as seções, exercendo a função de restaurar alguns livros (reencadernação e reparos) e entelar mapas, mas sem estarem qualificados para este fim, como observado em diversos relatórios de chefes de seção.

Nesse momento de indefinição de atribuições e capacidades para restaurar o acervo da biblioteca, Jansen do Paço deixou registrado, no mesmo relatório de 1903, em que elogiava a criação da Oficina de Encadernação, sua preocupação com a ausência de um profissional especializado para este trabalho:

[...] Estabelecida a officina de encadernação da Bibliotheca no ano anterior, começamos neste a tratar de restaurar os códices. [...] Foram ainda restaurados e entelados 12 mappas da Secção. Este ultimo serviço, porém, não foi perfeito, parecendo-me conveniente não se proseguir nelle, enquanto a officina não tiver um operário expecialmente habilitado para este fim (RELATÓRIO CHEFES..., 1903, p. 75).

Mesmo com as dificuldades iniciais de compor uma equipe capacitada e mais estável, que pudesse atender às necessidades de todas as seções, a Oficina de Encadernação continuava a realizar trabalhos que incluíam a restauração de livros e o entelamento de mapas, como atestam os registros anuais nos relatórios administrativos.

Com a mudança da biblioteca para o novo edifício na Avenida Central, atualmente avenida Rio Branco, em 29 de outubro de 1910, a Oficina de Encadernação foi instalada em um amplo salão, no primeiro andar, do lado esquerdo do prédio (A BIBLIOTHECA..., 1911, p. 393).

A Figura 29, a seguir, faz parte do *Álbum de Photographias*, de 1911, que reúne 40 fotografias da instituição, entre fachadas, seções, equipamentos e elementos decorativos. Identificada como a de número 39, traz no seu título: “Officinas de encadernação e restauração”.



Figura 29. Oficinas de encadernação e restauração da Biblioteca Nacional, em 1911. Fonte: *Álbum de Photographia*. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia, 1911, p. 1-40.

Apesar dessa denominação no álbum fotográfico, nos relatórios anuais e nas folhas de pagamento o setor continuava a ser indicado somente como Oficina de Encadernação. Na primeira folha de pagamento de seus operários, após a transferência para a nova sede da Avenida Central, referente ao período dos dias 16 a 31 de outubro, constam os nomes do “mestre” Álvaro Meirelles dos Passos, um contramestre, 12 encadernadores oficiais e sete aprendizes que permaneceram na equipe⁷⁷ (FATURAS, 1910).

Mesmo contando com um número de empregados bastante significativo e com uma equipe, já nessa época mais estável, pois alguns encadernadores estavam na folha de pagamento desde 1902, alguns problemas começavam a aparecer nos documentos, como os relatórios trimestrais dos chefes de seção e o anual, que se ocupavam também de relatar os trabalhos de restauração e os de encadernação referentes a cada acervo. Ali ficavam registrados, em números, o volume de obras encaminhadas e as devolvidas pela Oficina de Encadernação.

De acordo com o relatório do diretor de 1911, ainda era “avultado o número de volumes deteriorados” que exigiam restauração, mas isso era compreensível, pois “com os elementos de que dispõe a Bibliotheca não tem sido possível atender senão em parte a essa necessidade”. De certa forma, esse atraso parecia se justificar, pois o mesmo documento descrevia as atividades que envolviam esse setor, dando ideia de como eram variadas as tarefas, e como deveria ser complexo assumir todas elas, em um mesmo local e com uma mesma equipe:

A officina de encadernação encarregou-se do colleccionamento, costura, brochura, aparação, cartonagem, encadernação, serrilhamento, etc., dos diversos trabalhos executados nas officinas graphicas, preparou pastas, caixas de papelão, albuns, livros em branco, encadernou 3.937 volumes para as secções, dos quaes 476 restaurados, e 10 para a Secretaria (papeis da correspondencia) e entelou 224 cartas geographicas (A BIBLIOTHECA..., 1912, p. 661, 678).

Mas as tabelas demonstrativas dos volumes encaminhados para a Oficina de Encadernação, principalmente da 1ª Seção de

.....
77. Ver Apêndice A, ano de 1910.

Impressos, apresentavam sempre um atraso na devolução das obras. Algumas seções, com um volume menor de obras, eram atendidas ou às vezes nem encaminhavam obras para encadernar e restaurar (RELATÓRIO CHEFES..., 1905-1915). O que se percebe é que os atrasos geravam uma grande insatisfação entre as chefias das seções.

Pelos relatórios, sobretudo os das chefias, é possível observar, ao longo dos anos de funcionamento, uma tensão entre as oficinas e os demais setores da biblioteca. Alguns eram mais diretos, como o chefe da 4ª seção, João Gomes do Rego:

A officina de encadernação produzio mais que o anno de 1912. É possível que apresentasse mais resultados se o pessoal não fosse tão desfalcado. Durante o anno tres bons operários não trabalharam: um por fallecimento e dois por licenças longas; alem desses deram outros muitas faltas (RELATÓRIO CHEFES..., 1913).

Outros foram mais discretos, como a Seção de Manuscritos, que relatava o atraso, desde 1916, de códices que “até aos últimos dias de 1917 não haviam ainda retornado às estantes de que saíram” (RELATÓRIO CHEFES..., 1917).

Mais condescendente foi o relatório do diretor interino Basílio de Magalhães, no item Oficinas Graphicas e de Encadernação, relatando as atividades correspondentes ao ano de 1917:

As oficinas de encadernação tiveram um movimento bem considerável, não obstante haverem soffrido falta de operarios, porque em 1917, além de tres fallecimentos, foram concedidas muitas licenças por motivo de molestia (A BIBLIOTHECA..., 1918, p. 372).

Mas os números de 1917 pareciam dizer o contrário sobre a produção que vinham demonstrando os relatórios dos anos anteriores, como o apresentado em 1911 que constava de 3.937 volumes:

A encadernação de livros e jornais está representada pelos algarismos seguintes:

Livros novos	1.070
Livros velhos	338
Jornais novos	116

Jornais velhos	24
Livros em branco	10
(A BIBLIOTHECA..., 1918, p. 372).	

Basílio de Magalhães também enfrentava outro problema: a falta de verba para restaurar e investir na preservação do acervo. Na conclusão desse mesmo relatório, ele expõe o mau estado de conservação do acervo do 5º andar, onde ficavam obras preciosas que teriam, segundo ele, constituído a biblioteca no início do século XIX, e que já estariam perdidas em terras lusitanas. Procurando uma saída para salvar as obras, relatou que tinha ido verificar pessoalmente a possibilidade de realizar o trabalho de restauração na Oficina de Encadernação, mas ela mal dava conta das “inúmeras coleções de jornais, de revistas, de periódicos, e do que é diariamente reclamado pelas necessidades da consulta pública nas várias secções”. Por isso, pedia que se tomasse com urgência a providência de uma verba especial, exclusivamente para as obras mencionadas. Alertava que a menos que se quisesse “ver em futuro não muito remoto completamente perdida a mais rara opulencia da Bibliotheca Nacional, notadamente a valiosíssima colecção Diogo Barbosa Machado”, era preciso agir. Por fim, se eximindo da responsabilidade do descaso com o acervo, escreveu que “em tempo algum se me possa aplicar o estigma de ‘não cuidei’, citando parte do verso do “épico imortal de nossa língua”, *Os lusíadas*, de Luís de Camões.

A resposta ao “não cuidei” apareceu publicada no relatório do diretor Cícero Peregrino, de 1920, correspondente à 3ª Seção de Estampas sobre o encaminhamento de diversos volumes da Coleção Diogo Barbosa e da Real Biblioteca para restaurar, enviados à Oficina de Encadernação (RELATÓRIO CHEFES..., 1920, p. 14). Embora esse movimento de salvaguarda tenha acontecido, Cícero Peregrino também registrou uma queixa sobre a morosidade do trabalho, informando que “ao término do ano, as obras ainda se encontravam por lá, bem como muitas cartas geográficas” que necessitavam ser enteladas.

Esses relatórios anuais de diretores acabavam fazendo um apanhado mais geral dos fatos e dos números, seja de visitantes,

aquisições, doações, compras ou pessoal, selecionando e resumindo aquilo que seria mais interessante de ser publicado. Por esse motivo, os relatórios dos chefes das seções, que subsidiavam o do diretor, traziam informações mais detalhadas na descrição das rotinas, das dificuldades, conquistas e superações no trabalho.

Foi exatamente no relatório de Aurélio Lopes de Souza, chefe da Seção de Estampas, de 1920, que se encontrou um longo trecho sobre a conservação do seu acervo e o nome de um operário da Oficina de Encadernação ligado ao trabalho de restauração. Nome este ainda indefinido desde a aposentadoria de Montenegro.

No relato, Aurélio de Souza aborda alguns assuntos que vão e voltam no texto. Inicia dizendo que só mandou encadernar um pequeno número de obras, e que a “reparação” das estampas havia sido interrompida pela ausência do operário que se responsabilizou pelo trabalho, desde 1919. Comenta o recebimento de obras encadernadas com o atraso de dois anos e outras recebidas no prazo. Aponta o mau estado de conservação das coleções Diogo Barbosa e da Real Biblioteca, com “danos por vezes irreparáveis”, justificando seu atual estado de conservação:

[...] a ação do tempo e, no antigo edifício da Bibliotheca, a sua estada no local abafado e quase sem luz em que estiveram durante largos annos, mas que era no entanto o único, por falta de outro, em que poderia ter estado (RELATÓRIO CHEFES..., 1920, p. 11).

Quanto às encadernações e reencadernações, relatou que foram feitas de acordo com as possibilidades que ofereciam as oficinas. Porém, queixoso, acrescentou que como estava alheio ao movimento das oficinas e não podia “chegar sempre no momento próprio, o conhecimento das oportunidades que ali fossem oferecendo”, não conseguia cuidar do acervo como gostaria. Falou da dificuldade de reunir a Coleção Thereza Christina, que também tinha volumes para encadernar e reencadernar, e do trabalho que o sub-bibliotecário Mário Bhering⁷⁸ vinha realizando para reunir esse acervo

.....
78. Mário Bhering nasceu em Ponte Nova/MG, em 1876, e foi aprovado em primeiro lugar em concurso público para o cargo de amanuense na seção de Manuscritos da

para posteriormente, como medida de conservação, encaminhá-lo à encadernação. Em todo o relato, chama a atenção o fato de Aurélio de Souza, em setembro, ter mandado “servir na seção, para efetuar os trabalhos de lavagem e reparação das estampas, que só nela” se poderia fazer, o operário oficial encadernador das oficinas Raymundo Costa,⁷⁹ que teria preparado 88 estampas. Naquele momento, a Seção de Estampas estava preparada para assumir esse trabalho e possuía instalação adequada para a “reparação” ou “lavagem das obras” (A BIBLIOTHECA..., 1919-1920, p. 285). Para Aurélio de Souza, a restauração das estampas, avulsas ou em volumes, constituía um dos mais delicados meios de conservação, especialmente quando era necessária a reconstituição do desenho. Para este fim, sua seção não estava preparada, pois faltava um desenhista para o trabalho delicado. Contudo, em relação à “reconstituição material da peça, das lacunas, limpeza, entelagem dos bordos, quando necessário, etc.” afirmava, em 1921, que tinha “ela conseguido até agora, mais ou menos, resultados dignos de nota, com o auxílio de um ou outro dos mais habéis operários da encadernação”, realizando os trabalhos na própria “sede” da seção, como convinha (A BIBLIOTHECA..., 1921-1922, p. 258-259).

No entanto, em 1922, aparece uma breve informação sobre o conserto de estampas e mapas feito na Oficina de Encadernação, pela impossibilidade de ter permanentemente na 3ª seção um oficial restaurador, deslocado para este fim (A BIBLIOTHECA..., 1923, p. 449). Desde então, ficou suspenso o trabalho de restauração na Seção de Estampas, sendo encaminhado para a oficina. No documento “Demonstração dos trabalhos effectuados nas officinas da Bibliotheca Nacional durante o mez de março de 1925” aparece o nome de cada funcionário, seguido do número de obras trabalhadas e tipo de trabalho que foi realizado (RELATÓRIO CHEFES..., 1925, p. 63-81). Isto permitiu traçar o perfil dos operários em

Biblioteca Nacional em 1902 (RELATÓRIO, 1903, p. 315).

79. Raymundo Nonato da Costa entrou como oficial encadernador em 1913, saiu da biblioteca em agosto do mesmo ano, para retornar em janeiro de 1914 (FATURAS, 1914-1917).

relação à restauração do acervo em alguns aspectos. Raymundo Costa aparece com o maior número de volumes restaurados em mau estado, entre livros, cadernos e manuscritos, evidenciando que sua presença na Seção de Estampas deveria ter sido por sua competência e sua habilidade na restauração das estampas. Juvenal Augusto Lage naquele mesmo mês tinha se dedicado à restauração de volumes, de folhas e carcelas⁸⁰ de gravuras. Floriano Ferreira da Cunha e João Luiz da Silva foram responsáveis pela restauração de folhas. Ignácio Marques se dedicou à restauração e entelamento de mapas e Laudelino Fernandes pela restauração de jornais.

Esses documentos mostram ainda que nos anos de 1920 a restauração não havia se estruturado na biblioteca, e que o profissional restaurador era um operário da encadernação, identificado algumas vezes como oficial restaurador, que às vezes restaurava para atender à demanda das chefias (A BIBLIOTHECA..., 1923, p. 449).

A resistência da Oficina de Encadernação

Pensada para resolver os problemas de encadernação e de restauração da Biblioteca Nacional, a Oficina de Encadernação acabou sendo apontada como a responsável pela não circulação das obras nas mesas dos leitores. Alguns chefes preferiam não encaminhar suas obras para lá, para “não desfaltar a secção”, como registrado no relatório do setor de Manuscritos em 1920 (RELATÓRIO CHEFES..., 1920, p. 24).

Essa insatisfação recorrente, por parte das chefias, acabou possibilitando a contratação de oficinas particulares em 1921, com o objetivo de acelerar e aumentar o número de obras tratadas e facilitar seu acesso ao leitor. Contratadas por meio de uma concorrência pública, essas oficinas particulares eram pagas por dotação orçamentária específica para realizar somente a encadernação de livros e o entelamento de mapas. A fim de reforçar a necessidade

.....
80. Carcela – tira de pano ou papel que liga as folhas ou gravuras soltas do livro; tira de papel para intercalar no livro quando é preciso aumentar a espessura do lombo (FARIA, PERICÃO. 1988, p. 58).

dessas contratações, o relatório do diretor interino Aurélio Lopes de Souza, de 1921, apresentou um resumo do número de obras entregues para as duas oficinas, a da biblioteca e a particular, com uma observação sobre o desempenho delas: “Dos enviados à oficina da casa, voltou para a seção a maior parte, dos entregues a particulares, todos foram devolvidos” (RELATÓRIO CHEFES..., 1921, p. 10).

Mas foi no relatório de 1922 que Aurélio de Souza apresentou uma análise da situação dos trabalhos e gastos das Oficinas de Encadernação e Gráfica que iria refletir na postura da direção quanto à manutenção ou não desses setores na instituição. Ele reconhecia que a criação e a ampliação das oficinas eram decorrentes das necessidades da instituição, tendo como seu principal motivo o impedimento da saída de exemplares raros e insubstituíveis para serem encadernados. Contudo, lançou uma dúvida nesse relatório: a biblioteca deveria extingui-las e remover seu pessoal nomeado para outra oficina do Estado? Ele acreditava que qualquer outra repartição exclusivamente destinada a trabalhos gráficos e de encadernação teria um aparelhamento fiscal que garantiria maior eficiência no serviço, pois seu exame estava baseado no *deficit* na renda das oficinas em 1922. Sua escolha recaía sobre a Imprensa Nacional para absorver, não só os trabalhos, que continuariam sendo realizados dentro da biblioteca, mas os operários e o orçamento destinado às oficinas. Com isso Aurélio de Souza sugeria:

Viria a solução proposta, sem aumento de despesa, resolver os tres aspectos dessa importante questão: necessidade absoluta de não sahirem do estabelecimento exemplares raros de qualquer especie, impressos ou outros: maior producção, provavelmente, com a mesma verba; e, com vantagem para o desempenho de outros misteres [...] (A BIBLIOTHECA..., 1923, p. 457-458).

O que parece é que esse “cabo de guerra” estava longe de acabar e as oficinas de encadernação particulares definitivamente retornaram à biblioteca. Em 1922, a Seção de Impressos encaminhou obras à oficina de Gomes Pereira e, em 1923, a concorrência pública foi anulada (RELATÓRIO CHEFES..., 1923). O contrato

retornaria em 1924 e 1925, com Antenor Reis e Cia. (RELATÓRIO CHEFES..., 1924).

A encadernadora de Mauricio Silva e Cia. ganhou o trabalho de encadernação em 1926 e, em 1927, mudou o nome comercial para “A Encadernadora”, trabalhando para a Biblioteca até 1930. A Casa Vallette, de José Lino Martins, e a encadernadora São Paulo dividiram o trabalho no ano de 1931 (RELATÓRIO CHEFES..., 1922-1931).

Com o mesmo propósito de justificar a permanência das oficinas particulares na biblioteca ao longo desses anos, a diretoria, agora sob a gestão de Mário Bhering, diretor entre 1924 e 1932, travou uma batalha contra as oficinas da instituição usando os relatórios anuais como meio de divulgar seus argumentos e convicções. Fica evidente com a leitura dos relatórios que as relações entre as oficinas e a direção não caminhavam bem. Hábil com as palavras, Mário Bhering iniciou sua campanha ainda como diretor interino (26/01/1924 a 27/02/1924), por meio do relatório correspondente ao ano de 1923, datado de 15 de fevereiro de 1924. Nele, demonstrava sua preocupação com o ambiente impróprio das oficinas, o risco para a saúde dos empregados e a impossibilidade de a biblioteca arcar com obras de melhoria e de outros reparos:

[...] O pavimento terreo em que funcçionam as officinas é insalubre, varios casos de molestia tendo apparecido entre os operários, alguns de menor idade, devido ás suas pessimas condições de hygiene. Impossem-se providencias immediatas para corrigir esse estado de cousas, [...] (A BIBLIOTHECA..., 1923, p. 466).

Um pouco mais à frente, no mesmo relatório, no item destinado às Oficinas “Graphics e de Encadernação”, mudou o estilo da escrita e passou a desqualificá-las:

Analysando a produção das officinas graphics e de encadernação da Bibliotheca Nacional, desde a sua criação, não pode o administrador deixar de concluir que o Estado perde com a sua manutenção. Os serviços por ellas feitos á Bibliotheca custariam entregues á industria particular, menos 75% do que actualmente custam. Se as verbas votadas para a sua manutenção fossem applicadas no pagamento

directo dos serviços que ellas actualmente effectuam esses serviços augmentariam de pelo menos 300%. É o que se evidencia da analyse fria da estatistica do seu custeio e da produção de 1923.

A officina de encadernação despende com o pessoal 48:180\$000⁸¹ e com o material 11:820\$000 (calculado feito sobre a verba total do orçamento). Total 60:000\$000.

Em 1923, encadernou em sua totalidade 1.319 volumes, sendo a encadernação a sua função principal, quasi a única razão de ser da sua existencia. (A BIBLIOTHECA..., 1923, p. 475, grifo da autora).

Pelas suas contas, 15:000\$000 eram destinados ao custeio dos trabalhos de entelamento dos mapas, brochuras de talões, blocos de senhas de consultas e outros serviços, e a quantia de 45:000\$000 era destinada a cobrir os custos da encadernação de 1.319 volumes, num gasto “extraordinário de 34\$116” a unidade. Segundo suas pesquisas, as oficinas particulares cobravam em média apenas 4\$000 por volume encadernado, ficando caracterizada a discrepância entre valores de um mesmo serviço e o alto custo da manutenção e permanência da Oficina de Encadernação que, sob seu ponto de vista, causava prejuízo à Biblioteca Nacional.

Iguais considerações foram feitas para a Oficina Gráfica sobre os serviços e custos na produção de suas publicações.

Na conclusão desse mesmo relatório, ele apresentou sua proposta para o destino das oficinas:

[...] Parece nada ser preciso mais accrescentar para que evidenciado fique o sensível prejuízo que ao Estado traz a manutenção das officinas da Bibliotheca Nacional. – A conclusão a tirar é a proposta que faço de sua *extinção pura e simples*, mantidas as verbas actuais destinadas ao seu custeio para que possa esse serviço ser executado por contracto fóra da Repartição (A BIBLIOTHECA..., 1923, p. 476, grifo da autora).

Não eram só as denúncias nos relatórios de Mário Bhering que ameaçavam a permanência da Oficina de Encadernação e a manutenção de seus operários. A análise feita a partir dos Livros de

.....
81. Naquela época a moeda em circulação no Brasil era o real, cujo plural, réis é a forma mais conhecida. Foi substituído pelo cruzeiro em 1942.

Faturas, no Apêndice B, sobre as notas de compras de produtos e equipamentos destinados à oficina, deixa clara a intenção do diretor de extinguir o setor. É possível observar uma drástica diminuição de compras destinadas ao trabalho de encadernação e restauração. A média anual de fornecedores variava de 12 a 16 empresas, entre papelarias, farmácias para a compra dos produtos químicos, importadoras de papel, couro, maquinário e peças, padarias, que forneciam a farinha de trigo para a cola, e até criadores de galinhas que vendiam claras para o processo de douração. Após 1923, este número foi-se reduzindo, chegando a dois fornecedores: um importador e uma papelaria. No entanto, o número de encadernadores se manteve em torno de 25 profissionais, demonstrando que, apesar de todos os problemas de redução de materiais, o grupo teve força para permanecer coeso.

O ambiente de trabalho devia ser complicado com esses constantes julgamentos depreciativos publicados nos relatórios oficiais que as oficinas, gráfica e de encadernação, tinham que imprimir e encadernar. São poucos os relatórios encontrados feitos pelo inspetor técnico das oficinas. Eles se limitavam a registrar a produção em números e a variedade dos trabalhos desenvolvidos, não chegando a relatar a rotina dos trabalhos e dos empregados. Os relatórios do chefe da Oficina de Encadernação são mais raros, pois talvez fossem usados apenas para subsidiar o relatório do inspetor técnico, não havendo o cuidado de arquivá-los. Um dos documentos representativos daquele período, além de relatórios, é a ficha de controle de entrada e saída de obras da Seção de Estampas para a Oficina de Encadernação, que era dividida em: nº de ordem, título das obras, no de volumes (antes e depois de encadernados), formato, espécie de encadernação, data da restituição e observações (Figura 30). Entretanto, não foi possível encontrar as fichas utilizadas, e sim um exemplar como modelo de apresentação.

A leitura de documentos com uma única versão dos envolvidos não consegue dar uma visão ampla e imparcial da situação das oficinas. Mesmo que a memória trace seus recortes entre inúmeras fontes, reconstruindo outras narrativas, contentar-se com os relatórios oficiais seria um erro no percurso dessas memórias. Por

isso, o levantamento de outros documentos se torna indispensável na análise dos fatos. Na pesquisa, buscamos o levantamento dos empregados por meio das folhas de pagamento dos operários das oficinas, as notas das faturas de compras de produtos e equipamentos e as matérias publicadas em jornais da época para auxiliar na compreensão do que não era dito.

Essas informações foram construindo, junto com os documentos da direção, uma narrativa dos fatos que se seguiram com a gestão de Mário Bhering em relação às oficinas, setores básicos na preservação do acervo da biblioteca.

Diante do quadro administrativo que se apresentava e pressionados pela ameaça de extinção da Oficina de Encadernação, os operários se empenharam em melhorar a produção. Mário Bhering fez questão de evidenciar “o sensível aumento” no relatório publicado em 1924, mas, mesmo assim, preferiu manter sua posição:

[illegible]

Figura 30. Ficha de controle da Seção de Estampas para a Oficina de Encadernação, na década de 1920. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia.

No relatório do anno passado propuz, alarmado com a sua produção, a extinção das officinas da Bibliotheca, com prejudiciais ao Estado.

Mantenho ainda minha opinião de que a produção das officinas do Estado desde que obrigadas a adquirir na praça a matéria prima que empregam nenhuma economia representa para os cofres publicos.

A medida do custo da encadernação por volume foi em 1924 de 10\$500. Em 1923 fôra de 34\$375.

Verifica-se que já vae se approximando da medida razoavel.

Um pequeno esforço a mais por parte do pessoal e começariam as officinas a justificar sua conservação, dada a impossibilidade de substituir abruptamente o regimen actual por outro feito um appello á industria particular. [...] Continuam pois a ser as officinas da Bibliotheca Nacional um dos maiores impecilhos para a sua administração (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1924, p. 20, 21).

Em um documento datilografado, que parece ter subsidiado o relatório publicado em 1924, são direcionadas críticas à má conduta dos empregados das oficinas:

Infelizmente si empregados ha nas officinas que se recommedam pela assiduidade e verdadeira comprehensão de seus deveres, outros, em não pequeno número primam pelo pouco amor ao trabalho, faltando á repartição 80 a 100 dias no anno, sem contar dos domingos, feriados, pontos facultativos e licenças (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1924, p. 5).

O relatório de 1925 também não foge à regra e volta a enfatizar que a produção do ano corrente tinha sido inferior ao ano anterior (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1925, p. 7). Entretanto, só demonstrar em números a baixa produção parecia não ser o suficiente para o intento de fechar as oficinas.

Apoiado pelo ex-colega e diretor interino da biblioteca entre 1918 e 1919, Basílio de Magalhães,⁸² que nessa época era deputado federal, foi elaborado um projeto de reforma da instituição que extinguiu suas oficinas.

.....
82. Basílio de Magalhães nasceu em São João del-Rei/MG em 1874. Foi historiador, jornalista, senador e deputado federal.

No dia 19 de setembro de 1925, o *Jornal do Brasil* publicou a notícia de um projeto defendido na Câmara dos deputados federais, que tratava da reforma da Biblioteca Nacional:

O Sr. Deputado Basílio de Magalhães, na hora do expediente, da sessão de ontem da Câmara, ocupou a tribuna, para justificar em projecto, que enviou à mesa, de reforma da Bibliotheca Nacional.

É este o projeto do representante mineiro:

- O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica autorizado o poder executivo a reformar a Bibliotheca Nacional, respeitadas as condições seguintes:

I - O pessoal do quadro terá os vencimentos constantes da tabella annexa e será assim constituído: 1 director geral, 4 bibliothecarios, directores de secção, 4 sub-bibliothecarios, 1 secretario, 8 officiais, 1 thesoureiro, 8 amanuenses, 1 mecânico-electricista, 1 porteiro, 2 ajudantes de porteiros, 4 ajudantes de electricistas, 1 dactylographo, 1 “chauffer” de caminhão, ... guardas, 36 serventes, 4 ascensoristas e 1 jardineiro.

II - Supprimir-se-ão as officinas, cujo material se incorporará em outras repartições federaes. Constará do orçamento anual verba especial para os serviços de encadernação de livros e periodicos, entalção de cartas geográficas e impressão dos “Annaes” e Boletim bibliográfico [...].

III - Passará o serviço de catalogação e cópia de manuscriptos a ser feito por pessoal idoneo contratado e pago por tarefa [...].

IV - As funções a cargo dos auxiliares, ora extinctos, serão desempenhados por 12 serventes[...].

V - Serão respeitados os direitos dos actuais funcionarios, que ficarem fora do quadro acima estabelecido, bem como os dos operarios das officinas, que a presente reforma suprime, todos os quaes serão aproveitados em outras repartições e officinas federaes. [...] (A REFORMA ..., 1925c, p. 2).

incluir o item IV:

Em 18 de dezembro o projeto ainda não tinha sido votado. O jornal *A Noite* dava notícias do seu andamento em uma pequena nota intitulada: “A Câmara não realizou sessão – O governo é favorável ao projecto da reforma da Bibliotheca Nacional”, explicando em seguida que por falta de *número* a Câmara não havia realizado sessão no dia de anterior (A CAMARA..., 1925, p. 3).

Dias depois, Mário Bhering foi procurado pelo jornal *O Imparcial* para comentar o projeto da reforma (A REFORMA..., 1925a, p. 1). Convicto dos benefícios da reforma, o diretor disse que ela expressava a sua maneira de encarar o assunto, e que já teria sido plenamente esclarecida pelo deputado Basílio de Magalhães, autor do projeto. Perguntado sobre a supressão das oficinas, foi categórico em explicar que elas eram a causa de um grande prejuízo econômico e que o problema decorreria de uma lei que regulamentava o ordenado do operário, favorecendo sua ausência no estabelecimento, provocando uma redução na produção, o atraso no trabalho e uma despesa excessiva. Mário Bhering sugeria que o serviço e as despesas das oficinas fossem feitos por concorrência pública, por meio de uma verba especial no orçamento da instituição. Para ele, “esta medida traria lucro para os cofres públicos e não haveria prejuízo para os operários, que seriam aproveitados, como exemplo, pela Imprensa Nacional”, e considerava que a proposta mantinha todo o funcionalismo superior e aumentava o inferior, a fim de investir na incessante tarefa de conservar e limpar os livros.

O assunto da reforma da Biblioteca Nacional, com a supressão das oficinas, era notícia que interessava os leitores, pois o jornal *O Imparcial* voltou ao tema alguns dias depois da entrevista de Mário Bhering, com uma tentativa de entrevistar Cícero Peregrino, ex-diretor da biblioteca. O título da matéria já trazia a ideia de que Cícero Peregrino preferiu se afastar dessa polêmica: “A reforma da Bibliotheca Nacional – ‘O Imparcial’ procura ouvir o dr. Cícero Peregrino – S.S. negou-se a conceder-nos uma entrevista” (A REFORMA..., 1925b, p. 3).

O redator escreveu que o objetivo da entrevista era dar ao público mais esclarecimentos sobre o projeto, mas que Cícero Peregrino teria dito que estava afastado do assunto e que pouco poderia acrescentar, “e de mais a mais, para que serviria minha opinião?”. Com a insistência das perguntas, Cícero Peregrino acabou por dizer que concordava com a extinção das oficinas e com a transferência de seus operários para a Imprensa Nacional, e sem mais explicações acrescentou que a criação das oficinas tinha acontecido na sua gestão e que não iria falar mais nada.

Este projeto de reforma, que extinguiu as oficinas e transferia os operários para outras instituições, não foi adiante. No lugar dele o governo assinou o Decreto nº 17.209, de 3 de fevereiro de 1926, que nada mudou na rotina das oficinas.

Mário Bhering voltou a expor seus motivos para o fechamento das oficinas, usando palavras mais duras em relação ao trabalho desenvolvido por elas durante o ano de 1926:

Desde 1924, quando assumi o cargo de Director Geral, analysando em meu primeiro Relatório os trabalhos efetuados em 1923 pelas oficinas gráficas e de encadernação, demonstrando o seu escasso rendimento, caríssimo si comparado com o das oficinas particulares, resultando para o Estado um prejuízo que de anno para anno avulta, propuz a sua extinção pura e simples, como meio melhor de realizar economias.

Naquele exercício as oficinas de encadernação haviam produzido pouquíssimo: em 1924, não sei se em virtude das minhas palavras, da franca opinião externada sobre a sua perfeita inutilidade, a sua produção augmentou um pouco para decrescer porem em 1925 e atingir agora a proporções mesquinhas (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1926, p. 14).

Este relatório seguia apresentando e comparando, em números, a produção referente ao período de 1923 a 1926, o valor que teria custado cada volume neste período, chegando à comparação dos preços com as oficinas particulares, com o propósito de mostrar o prejuízo causado pelas oficinas ao Estado:

[...] Creio que esses números falam bem alto sobre a conveniência de alliviar o Thesouro boa parte dos seus encargos com a supressão proposta e que ora reitero (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1926, p. 15).

Nem mesmo o fato de as obras saírem da biblioteca para serem encadernadas por particulares, correndo o risco de extraviar pelo caminho, o demovia dessa ideia. Para isso, ele tinha uma solução que lhe parecia bem viável:

Poder-se-ia objectar com a inconveniência de sahirem da Bibliotheca para as oficinas particulares, expostas a extravios, a perda de exemplares preciosos que constam de suas ricas colleções e que de quando

em quando exigem reparações. Esse inconveniente entretanto seria facilmente obviado conservando a Bibliotheca as machinas actualmente existentes, de sorte a poder o contractante do serviço fazer por pessoal seu, sua também fiscalização, todos esses trabalhos no próprio edificio.

Seria uma solução que consultaria tanto os interesses do Thesouro Nacional como os particulares desta Bibliotheca (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1926, p. 15-16).

Mas as oficinas não eram as únicas causas apontadas como entrave ao bom serviço da biblioteca. O trabalho de catalogação também estava na mira de Mário Bhering para ser repensado, como foi apresentado no projeto de reforma de 1925. Sua ideia era criar um “corpo especial de catalogadores *pagos por tarefas, por fichas extraídas para o catálogo*”, reduzindo o quadro de empregados para este fim, como descrito ao final do relatório de 1926:

As maiores falhas de serviço de que se ressentem esta Repartição dependem justamente do catalogo e das oficinas, estas demorando anos e anos a encadernação das obras adquiridas em brochuras e aquele não as pondo logo á disposição do publico (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1926, p. 24-25).

Para endossar seus argumentos, em relação às oficinas, Mário Bhering se utilizava do descontentamento de alguns chefes de seção, como Alfredo Mariano de Oliveira, chefe interino da Seção de Manuscritos, que em seu relatório, relativo ao ano de 1926, escreveu não ter remetido nada para as Oficinas de Encadernação, pois elas já tinham em seu poder diversas obras de anos anteriores, e que por mais que pedisse a restituição, as obras não voltavam para a seção. Segundo ele, “a retenção nas Oficinas desses códices e outros documentos tem prejudicado sensivelmente os consulentes que se vêm privados da consulta dos mesmos” (RELATÓRIO CHEFES..., 1927).

Diante de tantas e sucessivas ameaças de fechamento das oficinas, Álvaro Meirelles dos Passos, seu inspetor técnico (1921-1931), deixou registrado, como movimento de resistência, uma tímida observação ao final da folha que trazia a “Relação dos trabalhos executados na oficina de encadernação durante o mês de março de

1927”: “Neste mez, não si entregou trabalho por faltar o material para os mesmos trabalhos que se acham em andamento” (RELATÓRIO CHEFES..., 1927).

Esta informação, uma pequena “nota de rodapé” do inspetor técnico, pode ser confirmada se analisarmos o Apêndice B com os fornecedores de produtos e equipamentos para a biblioteca, no período compreendido, sobretudo, entre 1924 e 1928, que aponta uma redução significativa de empresas e, consequentemente, de materiais para as oficinas.

No final do ano de 1927, depois da reclamação da falta de materiais, a oficina fechou o ano com uma listagem considerável de trabalhos desenvolvidos para a secretaria, que iam de blocos, bilhetes, cartões, envelopes, brochuras, pastas, caixas e cartonnagens em geral até encadernações, restauração e entelamentos rotineiros para as seções. Mas este resultado não afastou a Oficina de Encadernação da mira do diretor Mário Bhering, que deixou registrado no relatório anual, mais uma vez, sua posição de fechar a oficina:

Nada tenho a acrescentar ou retirar de quando disse em anteriores relatórios sobre as Oficinas Graphicas e de Encadernação. Cada dia que se passa serve apenas para confirmar a justiça dos conceitos que desde annos venho sobre ellas formulando.

Tornaram-se um entrave ao desenvolvimento dos serviços da Bibliotheca, retardando-os, convertendo-se assim em verdadeira inutilidade (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1927, p. 27).

O documento segue demonstrando e confrontando a produção entre os anos de 1923 e 1927, trazendo o número de volumes encadernados, custo de cada volume, “custo normal aproximado” e prejuízo do Estado em volume. Limitava-se a apresentar a produção da Oficina de Encadernação, que segundo ele bastava, já que os números falavam por si.

Se com a oficina da biblioteca o trabalho não ia bem, com as oficinas particulares as coisas pareciam que também não estavam sendo resolvidas. O chefe da Seção de Impressos, Contâncio Alves, no relatório enviado ao diretor, em 1927, se queixava da qualidade das encadernações feitas nas oficinas particulares:

[...] A mão de obra dos jornaes dados a encadernação fóra da Repartição tem deixado a desejar nestes dois ultimos annos. Nada menos de 36 volumes da ultima remessa, cumularam de descuidos e defeitos muitos dos quaes irreparaveis como cerceo das margens com eliminação do texto (RELATÓRIO CHEFES..., 1927, p. 3).

Sobre a qualidade dos serviços prestados pelas oficinas particulares, Mário Bhering não traçou uma única linha. O que fez foi continuar a apresentar quadros e números que demonstravam o mau desempenho das oficinas da instituição e o prejuízo causado por elas à Biblioteca Nacional e ao Estado. No relatório de 1928, após a demonstração dos números, disse que nada mais deveria acrescentar sobre o assunto – “para não repisar consideração que muito venho fazendo” (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1928, p. 12).

No relatório relativo ao ano de 1929, Mário Bhering teceu elogios às oficinas de encadernação contratadas:

Com a providencia de entregar ao contractante das encadernações fóra do estabelecimento o trabalho de encadernação dos livros adquiridos, já no anno de 1929, já no anno anterior, ficou quase exgotado o stock existente, de sorte a encerrar-se o exercicio, o que há muito não acontecia, com quase todos os livros da Bibliotheca encadernados, localizados e convenientemente catalogados, mesmo os de aquisição mais recentes (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1929, p. 26).

Logo abaixo, apresentou a produção das oficinas da biblioteca, entre os anos de 1924 e 1929, saindo de 1.349 volumes para 3.161 volumes, respectivamente, indicando que “maior teria sido, sem duvida, essa produção se não estivessem distraídos fora da repartição alguns dos seus operarios e fossem mais assíduos ao serviço outros, que abusam do direito de faltar”.

O comportamento dos operários também foi digno de nota no relatório do diretor, em 1930, como sendo o motivo para a queda da produção das oficinas naquele ano:

Para tal concorreu o afastamento de operários por motivo de molestia, licenças, serviço militar e a pouca operosidade dos faltosos habituaes, além do afastamento permanente de 2 encadernadores á disposição do Ministério da Justiça (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1930, p. 7).

Todos esses relatórios e a redução drástica da compra de materiais para as oficinas durante a direção de Mário Bhering foram minando seu funcionamento e sua permanência, até que a batalha que vinha sendo travada entre eles deu a vitória para a diretoria, e as Oficinas de Encadernação e Gráfica foram definitivamente fechadas em 1931.

O último relatório da diretoria, no item destinado às Oficinas Gráfica e de Encadernação, trouxe a seguinte informação:

O Decreto nº 20.629, de 9 de Novembro de 1931, extinguiu, atendendo a antigas solicitações desta Diretoria, as oficinas graficas e de encadernação, que desde muitos anos, além de nada produzirem de útil para a Bibliotheca, se tinham convertido em fatores de perturbação do serviço.

[...] O Sr. Diretor Mario Bhering, em sucessivos relatórios, declarára aquele departamento uma inutilidade, e fonte de despesas, que melhor empregados se traduziriam em fatos beneficos para este estabelecimento.

Si carecesse ainda de justificativa o ato de Governo extinguindo as officinas os dados sobre a sua produção em 1931 seriam suficientes para convencer os mais impenitentes criterios daquela resolução. [...]

A economia resultou da supressão de cargos, vagos durante o exercicio. (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1931, p. 9).

Pelas contas da secretaria da biblioteca, o custo das oficinas em 1931 teria alcançado o montante de “*cem contos de réis* ou 170\$940 cada um” dos volumes ali encadernados, que em valores da época eram astronômicos para este trabalho (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1931, p. 10, grifo do texto).

Mesmo extintas no início de novembro as oficinas continuaram a trabalhar até 31 de dezembro, a fim de concluírem os trabalhos mais importantes. O relatório da secretaria reclamou que deixou de “consignar a produção anual das nossas oficinas, por falta absoluta de dados”. Segundo o relatório, a direção teria solicitado com grande antecedência ao inspetor técnico Álvaro Meirelles dos Passos tal informação, que não teria conseguido receber, mas iria, mesmo assim, encontrar “elementos para ajuizar” tal produção (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1931, p. 11).

Nem uma palavra foi encontrada sobre a dispensa e o destino dos operários da Oficina de Encadernação nos relatórios que se seguiram após seu fechamento. As informações foram levantadas em jornais a partir de 1931, algumas relacionadas à disponibilidade dos cargos na Biblioteca Nacional e à situação de alguns encadernadores. O *Diário de Notícias*, de 9 de março de 1932, publicou uma coluna sobre os Decretos assinados nas pastas da Justiça e Educação informando que era colocado em “disponibilidade a contar de 1º de janeiro, o pessoal das oficinas da Biblioteca Nacional que contar mais de dez anos de efetivo serviço federal, por motivo da extinção das mesmas oficinas” (DECRETOS..., 1932, p. 4). Seguindo assim as publicações de 1932, foi concedida aposentadoria a Álvaro Meirelles dos Passos no dia 25 de maio (PASTA..., 1932a, p. 3). Os demais, colocados em disponibilidade, foram sendo realocados em outros institutos e funções. O contramestre Mário de Almeida Cardoso foi designado para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais na função de porteiro (DESIGNAÇÕES..., 1932, p. 2). O aprendiz de encadernador Armando Antonio Sobreira ocupou a função de servente (PASTA..., 1932b, p. 2). Os oficiais encadernadores Laudelino Fernandes e João Calixto dos Anjos nas funções de contínuo-porteiro (PASTA..., 1932c, p. 2). O oficial encadernador Floriano Ferreira da Cunha faleceu antes da sua transferência (PASTA..., 1932d, p. 3). Os oficiais encadernadores Arnaldo Gomes de Araujo e Ignacio Marques Furtado foram designados para o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (PASTA..., 1932e, p. 2). O oficial encadernador João Luiz da Silva passou a auxiliar do Tribunal da Bahia (PASTA..., 1932f, p. 2). O oficial encadernador Armando Simeão dos Anjos passou a servente na Biblioteca Nacional (PASTA..., 1932g, p. 2). O *Diário de Notícias* de abril de 1933 trouxe uma nota sobre o oficial encadernador e restaurador da Seção de Estampas Raymundo Nonato da Costa, declarando sem efeito os atos pelos quais foi posto em disponibilidade, exonerando-o do cargo, visto que ele não teria tomado posse no prazo legal para que foi nomeado no Tribunal Eleitoral do Pará (ACTOS..., 1933, p. 2).

Desse modo, a equipe de encadernadores da Biblioteca Nacional foi distribuída para outros órgãos federais. Alguns com mais “sorte”

foram absorvidos pela própria instituição, outros nem tanto, foram designados para o estado do Pará, que na década de 1930, com os meios de transporte e comunicação ainda precários para aquela região do Brasil, era por si só uma aventura naquele recomeço.

O desfecho da Oficina de Encadernação da Biblioteca Nacional e das oficinas particulares

Sem voz dentro da instituição, os operários das oficinas foram buscar ajuda nos jornais. Uma comissão formada por ex-operários das Oficinas de Encadernação e Gráfica da Biblioteca Nacional visitaram o jornal *Diário da Noite*, em 1931, para relatar os problemas que estavam passando com o fechamento das oficinas depois de 30 anos de trabalho, solicitar a divulgação dos fatos e pedir o apoio das autoridades para reverter a situação da extinção delas. A notícia da visita foi publicada em matéria do dia 17 de novembro, intitulada: “A Bibliotheca Nacional póde prescindir de encadernação propria? – Uma comissão de operarios dessa secção em visita ao ‘Diario da Noite’”. O redator, em apoio aos operários, escreveu que:

Os componentes da referida comissão vêm appellando para os poderes competentes no sentido de ser mantida a officina de encadernação da Bibliotheca e entregaram mesmo um memorial ao chefe de governo. A causa dos humildes serventuarios é digna de um exame detalhado e certamente se lhes dará razão (A BIBLIOTHECA..., 1931, p. 5).

Após a publicação dessa notícia, a produção do jornal *A Noite* foi procurar o diretor Mário Bhering. A manchete trazia uma questão: “As officinas graphicas e de encadernação da Bibliotheca Nacional – Foi um bem ou um mal a sua extinção?”.

Abrindo a matéria, o redator escreveu que havia causado “funda impressão o ato do governo extinguindo, por medida de economia, as oficinas graficas e de encadernação da Bibliotheca Nacional”, formulando em seguida alguns questionamentos para o diretor da instituição:

Como é possível admitir que esse grande e movimentado estabelecimento, o maior no gênero do Brasil, e quíça da América do Sul, fique desprovidos de oficinas, cujos serviços são indispensáveis ao desempenho das funções da casa? Os trabalhos passarão, de agora em diante, a ser executados em oficinas extranhas, officiaes ou particulares. E quando se tratar de obra rara e de grande valor, de um exemplar único existente, sem possibilidade de se lhe dar substituto, não é perigoso confial-o a encadernadores estranhos? (...) E quanto aos funcionarios technicos, agora sem exercicio, por efeito dessa extinção (AS OFFICINAS..., 1931. p. 1).

As respostas de Mário Bhering se apoiaram no balanço de 1930 e no relatório que ele encaminhou ao ministro da Justiça, João Luiz Alves, concernente ao seu primeiro ano administrativo, relativo ao desempenho da instituição em 1923, onde explicava a situação das oficinas.

Perguntado se não teria receio de entregar obras raras a encadernadores particulares, respondeu que para isso manteria na biblioteca uma oficina volante, de restauração, para a qual bastariam dois funcionários encadernadores, que seriam, por isso, conservados. Quanto ao destino dos demais, acrescentou que o governo iria aproveitá-los em outras repartições.

Valendo-se da publicidade proporcionada pelas notícias sobre o fechamento das Oficinas Gráfica e de Encadernação, uma comissão de operários foi à redação do jornal *A Noite* solicitar a publicação de um abaixo-assinado, cujo teor defendia a existência das oficinas e protestava contra o ato que as extinguiria.

Para a memória desses operários, e mais especificamente dos encadernadores, esta matéria é sem dúvida um importante documento de luta e resistência. Suas imagens foram estampadas no jornal (Figura 31), e com elas a materialização do que antes estava presente só em nomes e números. A existência no campo real de rostos e mãos trouxe uma humanização à luta desses profissionais, uma esperança de que suas “vozes” fossem ouvidas e lidas.

Junto à imagem dos funcionários das oficinas a matéria segue: “A extinção das officinas graphicas e de encadernação da Bibliotheca Nacional – Um abaixo assignado dos funcionarios prejudicados”,



Figura 31. Comissão formada por operários das Oficinas de Encadernação e Gráfica da Biblioteca Nacional, em visita ao jornal *A Noite*, em 1931. Fonte: A EXTINÇÃO das officinas graphicas e de encadernação da Bibliotheca Nacional – Um abaixo assignado dos funcionarios prejudicados. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 nov. 1931.

o que permitiu aos operários apresentarem sua história, uma outra narrativa, que pela primeira vez pôde ser contada aos leitores:

Illmo. Sr. redactor da A NOITE

– Saudações cordiaes – Havendo o vosso jornal dado agasalho, em data de hontem, a uma entrevista com o director da Bibliotheca Nacional, vêem os operarios sacrificados por aquelle director rogar da nobreza que sempre caracterizou a linha desse popular vespertino, o favor de lhes ser permittida a defesa pelo mesmo jornal que vehiculou a accusação. Confiantes pois, nos altos sentimentos de V. S. passam os signatarios a expôr a sua triste situação.

Na primeira parte da referida entrevista, deixaes transparecer o receio de que, com o fechamento das officinas, venham a soffrer as ricas colleções da nossa principal livraria.

Não vos enganastes, Sr. redactor, nesse ponto e os que, neste momento, occupam attenção de V. S., podem citar para provar o grande risco a que ficaria exposto o nosso patrimônio bibliographico o caso ainda recente, ocorrido na Biblioteca Municipal, onde foram inutilizados

milhares de volumes pelas firmas que se incumbiram das encadernações, durante a administração de Sr. Prado Junior.

A respeito dos prejuízos a que se refere o Sr. director, diremos que bem diferentes seriam os resultados dos seus calculos se elles se inspirassem no desejo sincero de servir á justiça e á verdade.

Que prova de desinteresse pôde dar um administrador que tanto se empenha em enviar á industria particular serviços que sempre foram considerados preciosos pelos seus antecessores?

Que homem sensato poderá exigir lucros de uma officina de conservação como o da Bibliotheca Nacional, cuja finalidade é semelhante a de um museu?

Que recommendação de si pode dar um administrador que durante a sua gestão tudo tem supprimido na Repartição que lhe foi confiada? Quer o Sr. redactor as provas? Ah! vão: – Por uma questão de remuneração (conforme confessou em relatorio) supprimiu o Curso de Bibliothconomia. – Por commodidade acabou com o salão de conferencias. – Para poupar-se incommodos, suspendeu a publicação do Boletim Bibliographico. – Para “simplificar” condemnou osapparelhos de transporte de livros, tubos pneumaticos etc. – para “melhor attender ao publico”, tem proposto sempre a suppressão de todos os logares de guardas e auxiliares e, finalmente, por “economia” a extinção das officinas graphicas e de encadernação!

Por ahi se vê que, pelo numero das suas “realizações”, S. S. pouco se recommenda ao governo...

Já que o Sr. director tanto se queixa do pessoal das officinas porque não confessa que, propositadamente, vem de longe entravando a marcha dos seus serviços afim de cavar-lhes o descredito?

Por que motivos vem retendo há 3 annos a publicação do volume n. 43-44 dos *Annaes*, cujo papel já se tornou amarello, quando sua publicação depende apenas da “introducção” que emfim mandou fazer neste fim de anno, extraindo-a da *Ilustração Brasileira* de 1922?

Não, Sr. redactor, não creia na sinceridade do Sr. Mario Bhering. V. S. saberá melhor quem é esse homem, quando a Junta de Correção Administrativa publicar a accusação que contra elle formularam mais de 20 empregados do quadro em denuncia devidamente assignada.

O honrado Chefe de Governo Provisorio já se acha de posse de um memorial dos empregados da Bibliotheca a quem, certamente, S. Ex. fará a necessaria justiça.

Pela acolhida que V. S. der ás presentes linhas que são a expressão da verdade e de que assumem inteira responsabilidade, confessam-se

immensamente gratos os signatarios mostrando a A NOITE, assim, merecer a fama que tem, de paladina da causa dos humildes e dos injustiçados.

Rio, 19 de novembro de 1931, – *Jorzelino Pinto, Arnaldo Moreira Magalhães, Laudelino Fernandes, João Luiz da Silva, Carlos dos Santos Mourão, Moacyr Luiz Gonçalves, Hygino de Mauro Machado, Arnaldo Gomes do Amaral, Juvenal Augusto Lage, Armando de Souza Pires, Luiz Peyró, Luiz Soares da Silva, João Calixto dos Anjos* (A EXTINCÇÃO..., 1931, p. 3, grifo do texto).

Depois deste episódio as coisas pareceram caminhar a favor dos operários das oficinas. Após a entrega do memorial ao chefe do Governo Provisório,⁸³ segundo o jornal *A Noite*, do dia 26 de novembro, o governo havia se comprometido a examinar novamente o pedido da comissão para revogar o Decreto que extinguiu as oficinas (A EXTINCÇÃO..., 1931, p. 2). O próprio ministro da Educação teria dito à comissão dos operários que estava examinando cuidadosamente o caso, “a fim de se lhe dar solução definitiva”.

Passado o encontro, e ainda sem uma solução, os operários voltaram ao Ministério da Educação para falar com o ministro Francisco Campos, que em outra ocasião teria tido a oportunidade de defender a permanência das oficinas diante da insistência de Mário Bhering de as extinguir, como relatado na matéria do jornal *A Noite*, de 12 de dezembro. O porta-voz dos funcionários, o fotogravador da Oficina Gráfica Luiz Peyró, falou sobre a situação precária em que se encontravam as famílias com o fechamento das oficinas, e o prejuízo que causaria à instituição a falta de uma boa administração, acusando o diretor de promover uma campanha de descrédito contra as oficinas. Diante de um caloroso apelo, “o ministro declarou que ia tomar todo o interesse pela causa daquelles empregados, que já haviam enviado ao seu antecessor um memorial, nesse sentido, documento esse mandado á Directoria

.....
83. Não foi possível analisar o teor desse memorial, pois não o encontramos no Arquivo Nacional, responsável pela guarda dos documentos do Ministério da Justiça e Interiores e do Ministério da Educação e Saúde. Ao examinarmos os documentos pertencentes a esses dois ministérios, o lote de documentos do gabinete do ministro, que acreditamos corresponder ao ano de 1931 (Fundo GIF 4ª 38), está desaparecido desde 2015.

do Expediente da Secretaria de estado para informar” (PELO RESTABELECIMENTO..., 1931, p. 1).

Dez dias depois, o jornal *A Noite* publicou uma notícia animadora: “Pelo restabelecimento das oficinas da Bibliotheca Nacional – Teve parecer favoravel da Secretaria da Educação o memorial enviado ao governo”. Segundo a notícia, um documento teria sido mandado do Catete ao ministro da Educação para informar e nele “se alvitra o funcionamento novamente das oficinas, com modificações, a título de experiência” (PELO RESTABELECIMENTO..., 1931, p. 5).

Não se conseguiu saber ao certo o que isso representou de fato e se esta “experiência” foi tentada. O que se seguiu foi a distribuição de alguns dos empregados para outras instituições, o desmonte das oficinas e o encaminhamento das obras para que as oficinas particulares realizassem o serviço de encadernação e restauração.

Em 1932, as oficinas Silvino de Oliveira e Cia., José Lino Martins e A Encadernadora S.A. apresentaram suas propostas com os menores preços da praça, mas acabaram não realizando o trabalho, pois em ofício nº 559, de 23 de março, o ministro da Educação determinou que fosse solicitado o preço ao Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que venceu a concorrência (RELATÓRIO CHEFES, 1932, p. 11).

O Instituto não só ganhou a concorrência como também recebeu, por doação, as máquinas e os equipamentos da extinta oficina da biblioteca (Anexo 3). Essa transferência de patrimônio foi realizada em maio de 1932 pela Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos (OFÍCIO Nº 51, 1932). Em nota no *O Jornal*, de 25 de setembro de 1932, em comemoração de seu 73º aniversário, o Instituto publicou algumas notícias das conquistas da instituição e sobre a sua Oficina de Encadernação, comentou:

Taes foram os serviços prestados durante o anno passado que o ministro da Educação resolveu doar ao Instituto as machinas da extinta oficina de encadernação da Bibliotheca Nacional, que representa um alto valor pela quantidade de machinismo e aparelhagem de que era dotada (O INSTITUTO..., 1932, p. 3).

Mais uma vez as obras da Biblioteca Nacional passaram para as mãos dos encadernadores do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que já vinham trabalhando para a biblioteca desde o século XIX. Com esta mudança voltou também o conhecido problema dos atrasos na devolução das encadernações, gerando descontentamento por parte dos chefes das seções que não conseguiam colocar nas mesas dos leitores as obras solicitadas.

Essas queixas de atrasos e também da suspensão temporária do serviço de entelamento estavam nos relatórios anuais entre os anos de 1932 e 1936. A partir de 1936, outras empresas assumiram o trabalho, como a encadernadora de José Lino Martins e Casa Vallelle, de 1936 a 1938 (RELATÓRIOS CHEFES, 1932-1938).

O Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde também encadernou obras de 1938 a 1940 e, a partir de 1940, o trabalho foi assumido pelas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional e por algumas firmas particulares (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1940-1944).

A mudança na rotina da encadernação das obras aconteceu com Mário Bhering já afastado da diretoria da biblioteca desde novembro de 1932, tendo sido substituído por Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, que foi diretor de 21 de novembro de 1932 a 17 de dezembro de 1945.

Com uma nova direção, alguns chefes de seção se sentiram mais à vontade para externar seus sentimentos em relação à situação de seus acervos com a extinção das oficinas. Em 1933, o chefe da Seção de Impressos, além de falar dos atrasos na devolução das encadernações, que, segundo ele, ocorriam devido à ausência da oficina da biblioteca, também questionava sobre a saída das obras raras:

[...] há um caso importante a tratar: o da restauração dos incunábulos, o da conservação dos cimelios. Como se poderá restaurar este grande tesouro de que se orgulha possuir a Bibliotheca, sem uma officina aqui instalada? Deixando sair da Repartição esses livros de valor inestimável? Não pode ser esta a solução porque não há quem se arrisque a responsabilidade do extravio de uma dessas preciosidades.

A meu ver a única solução para o caso é mostrar ao Sr. Ministro a necessidade imperiosa do restabelecimento da officina de encadernação (RELATÓRIO CHEFES..., 1933, p. 5).

Sensível a essa questão, Rodolfo Garcia insiste em seu relatório de 1933 sobre a necessidade de instalar na biblioteca uma oficina de encadernação, mesmo pequena, que pudesse contratar encadernadores para agilizar os serviços e evitar a saída dos livros para encadernar (RELATÓRIO CHEFES..., 1933, p. 5).

Em 1934, Carlos Mariani, chefe da Seção de Impressos, volta a pedir pela oficina de encadernação:

Urge, como sabeis, tomar uma providencia para que seja restabelecida a officina de encadernação, porque o systema, agora adoptado, de mandar encadernar os livros fora da Repartição, além dos inconvenientes apontados no relatorio anterior, verifica-se que as officinas estranhas não satisfazem as necessidades da Bibliotheca [...] (RELATÓRIO CHEFES..., 1934, p. 2).

A oficina volante de restauração proposta por Mário Behring, em 1930, como solução à supressão das oficinas da biblioteca, não funcionou. Porém, sua promessa de manter dois funcionários encadernadores apareceu no relatório do chefe da Seção de Estampas em 1936. Os oficiais encadernadores Armando Simeão dos Anjos e Armando de Souza Pires, nomeados como serventes, passaram a restaurar as obras e entelar os mapas da seção (RELATÓRIO CHEFES, 1936, p. 9).

O que parecia se encaminhar para a formação de um núcleo de restauração com a criação das oficinas, em 1902, voltou a ser um trabalho voluntário e disperso. Depois da extinção e do desmonte das oficinas, em 1931, os nomes dos empregados ligados ao trabalho de restauração foram aparecendo nos relatórios de chefias de acordo com a necessidade e a oportunidade de realizá-lo no próprio setor. Em 1937, surgem as primeiras mulheres bibliotecárias a assumirem algumas atividades de conservação e restauração. A bibliotecária Vera Barbosa de Oliveira⁸⁴ ocupou as tarefas de catalogação das estampas, dava apoio como auxiliar nas aulas de iconografia e res-

.....
84. Vera Barbosa de Oliveira começou a cursar Biblioteconomia em 1934. Em 1935, foi nomeada amanuense, designada para servir na seção de Estampas. Foi aprovada em concurso público para bibliotecária em outubro de 1935.

taurava mapas. Julia Cabral Barreira Cravo,⁸⁵ outra bibliotecária catalogadora, restaurava mapas naquele período (RELATÓRIO CHEFES..., 1937).

Essa dinâmica do trabalho dos funcionários da Biblioteca Nacional que atuavam na conservação e na restauração de seu acervo, e dos encadernadores e suas oficinas, não mudaria nesse final da década de 1930 e início de 1940.

Uma pequena entrevista de Rodolfo Garcia, intitulada “Um milhão de volumes para consulta”, concedida ao jornal *A Noite*, em janeiro de 1938, trouxe uma nova perspectiva às oficinas. Perguntado sobre as reformas da biblioteca, afirmou que ela passava por uma transformação e que as obras passariam por todos os setores, inclusive na Oficina de Encadernação. Surpreso com a informação, o repórter perguntou se a oficina já estaria trabalhando. E foi respondido logo em seguida: “Há muito tempo. Esteve fechada depois de 1930, por falta de verba, mas hoje trabalha activamente” (UM MILHÃO..., 1938, p. 1). A opção por encobrir o motivo que justificou o fechamento das oficinas ajudou a encobrir os longos conflitos entre a direção e os encadernadores, como se sua existência tivesse transcorrido em unidade e coerência (POLLAK, 1992). Essa retomada da oficina não foi encontrada nos documentos que comprovassem as suas atividades. Os ex-oficiais de encadernação Armando Pires e Armando dos Anjos passaram a trabalhar, em 1939, nos armazéns de livros da 4ª Seção de Periódicos, e também como vigilantes e atendentes de público na mesma seção.

Ainda de modo confuso e sem uma estrutura organizada, a preservação dos acervos começaria a se estabilizar com a entrada definitiva dos setores de conservação, restauração e encadernação no novo regimento da instituição, criado pelo Decreto nº 16.167, de 24 de julho 1944, que incluiu a Seção de Conservação (S.Cn.) e a Seção de Encadernação e Restauração (S.E.R.). Esse regimento estruturou a biblioteca em três pilares: a Divisão de Consulta

85. Julia Cabral Barreira Cravo iniciou o curso de Biblioteconomia em 1932. Em 1934, foi nomeada bibliotecária da Reitoria da UFRJ.

(D.C.), a Divisão de Preparo (D.P.) e a Seção de Administração (S.A.) (BRASIL, 1944). Era na Divisão de Preparo, à qual competia a compra de material bibliográfico, permuta, registro, classificação, catalogação e preparo das publicações da Biblioteca, que a S.E.R. se encontrava. A Seção de Conservação não estava vinculada à D.P., e sim à Divisão de Consulta, com atribuições que iam do trabalho de limpeza e desinfestação, o repasse de trabalho para a restauração, até a inspeção dos depósitos de publicação e a manutenção da ordem na arrumação do material bibliográfico nos armazéns.

Foi com esta configuração que a biblioteca iniciou a reestruturação da área de preservação de seu acervo, definindo espaços e criando cargos e atividades que permanecem na sua estrutura organizacional até hoje.

Cientistas, bibliófilos, bibliotecários e conservadores no combate aos insetos na preservação dos acervos bibliográficos

O livro é um objeto orgânico.
Como todo corpo vivo, o livro é perecível,
combustível e até mesmo comestível.
MELOT, 2012, p. 185.

Uma visão mais global das pesquisas sobre insetos bibliófagos a partir do século XIX

Ao longo da história das bibliotecas e da preocupação com a preservação de seus acervos os insetos irão aparecer como o pior inimigo. Muitos relatos de bibliófilos e bibliotecários denunciando a ação destruidora dos insetos bibliófagos em suas coleções expressavam as dificuldades e limitações para resolver este problema. Os materiais orgânicos que constituem os acervos bibliográficos, como papel, pergaminho, couro, colas e tecidos são geralmente fontes de alimentação para esses seres vivos. Aliado a isso, as condições ambientais, sobretudo nos países de clima tropical com suas

altas temperaturas e umidade, apresentam-se ideais para o rápido desenvolvimento dos insetos, potencializando a ação veloz de seus ataques, provocando grandes danos em pouco tempo (FLAES-CHEN, 2009, p. 16).

No final do século XIX e início do século XX houve um aumento do interesse pelo tema entre estudiosos, cientistas e bibliotecários, sobretudo na Europa, que se dedicaram a identificar as famílias e espécies de insetos mais agressivas ao livro, investigar os meios de combatê-las e publicar os resultados de suas pesquisas.

Etienne Mulsant, entomologista e bibliotecário francês, escreveu em 1879 a obra *Les ennemis des livres par un bibliophile*. A expressão “inimigos dos livros” foi apropriada por diversos autores ao longo dos séculos XIX e XX ao tratarem dos insetos bibliófagos e seu poder de destruição. Seguindo essa mesma ideia, Alphonse Alkan aîné, impressor e bibliógrafo francês, publicou, em 1883, *Les livres et leurs ennemis*.⁸⁶ Essas obras foram citadas por Albert Cim, bibliotecário da Subsecretaria do Estado dos Correios e Telégrafos da França, que publicou, em 1902, *Une bibliothèque: l'art d'acheter les livres, de les classer, de les conserver et de s'en servir* para discutir os insetos e suas terminologias, maneiras de destruí-los e a melhor localização das bibliotecas para favorecer a conservação dos livros. Albert Cim dedicou o capítulo IX ao “uso e a manutenção dos livros”. Nele, os insetos aparecem como bibliófagos, mas a referência aos “inimigos dos livros” ficará com os camundongos, os ratos, os gatos; a poeira e a umidade; o fogo, o sol e o gás; as mercearias e os comerciantes de fumo (que usavam papel para embrulhar mercadoria); os “desmembradores” de livros; os colecionadores de frontispícios e gravuras; encadernadores; etc. (CIM, 1902, p. 198 e 321). Menos criterioso na escolha dos destruidores de livros, Albert Cim citou as mulheres como um dos inimigos: “les femmes, les femmes surtout et avant tout” (CIM, 1902, p. 336).

William Blades, gravador, impressor e biógrafo inglês que se dedicou a escrever, em 1888, a obra *The enemies of books*, ampliou

86. Obra de ALKAN aîné, Alphonse, citada por CIM, Albert em 1902, é a *Les livres et leurs ennemis*. In: *Bulletin du Bibliophile*. Paris: Techener, 1883.

a lista destes inimigos, distribuídos em 10 capítulos que tratam da história da destruição dos livros por lutas religiosas e territorialistas, pelas águas, gases, calor, sujeira e negligência, ignorância e intolerância, traças, outros insetos, encadernação e seus problemas, colecionadores, empregados e crianças (BLADES, 1888).

Outro bibliotecário francês, Albert Maire, que trabalhava como sub-bibliotecário da Universidade Sorbonne, em Paris, publicou a obra *Manuel pratique du bibliothécaire, Bibliothèques publiques, Bibliothèques universitaires, Bibliothèques privées*, em 1896, identificando os insetos, a poeira, a umidade e o calor como os “inimigos do livro”, por sua ação e destruição. Mesmo apontando diferentes inimigos, Albert Maire observou que nas salas úmidas e quentes das bibliotecas existia um inimigo muito mais perigoso que os fungos, os insetos que atacam as bibliotecas pouco vigiadas. Na sua identificação e classificação dos inimigos aparecem os coleópteros⁸⁷ (brocas), as lepidópteras (traças) e as dípteras (moscas), sendo os coleópteros, do gênero anóbio, popularmente chamados de brocas ou carunchos, os insetos mais daninhos apontados pelo autor (MAIRE, 1896, p. 93). Sua observação sobre o perigo que se esconde em salas úmidas, quentes e sem cuidado leva ao pensamento de Charles Nodier que indicou higiene e vigilância como o meio mais eficaz para preservar os livros: “la bibliothèque des savants laborieux n’est jamais attaquée des vers” (NODIER, 1877, p. 67).

O anóbio já era um inseto que preocupava os cientistas e assombrava os bibliotecários em seu rastro de destruição também em outros continentes. Em 1851, Poey y Aloy, naturalista e cientista cubano, escreveu *El anobio de las bibliotecas*,⁸⁸ apresentando uma espécie de anóbio encontrado na ilha de Cuba, diferente dos classificados por seus pares na Europa. Poey o nominou *Anobium*

87. Os coleópteros constituem uma ordem de insetos popularmente conhecidos como broca. Seu gênero é o *Anobium* (anóbio), da família Anobiidae. O nome *Anobium* vem do grego e significa “sem vida”, inspirado pelo hábito do anóbio de se fingir de morto quando perturbado e/ou ameaçado.

88. A obra de POEY Y ALOY, Felipe, citada por Houlbert é *El anobio de las bibliotecas*. In: *Memoria sobre la historia natural de la isla de Cuba*. Havana: Barcina, 1851.

bibliotecarum, justamente pela sua presença constante nas bibliotecas (HOULBERT, 1903, p. 71).

O interesse dos profissionais em relação à ação destruidora dos insetos em bibliotecas não se restringia, na sua maior parte, à realidade europeia. A visita que Ramiz Galvão fez, em 1874, a diversas bibliotecas de vários países da Europa não só possibilitou à Biblioteca Nacional do Brasil se modernizar, com as novidades trazidas por ele, como também ampliou a curiosidade de bibliotecários, bibliófilos e cientistas ligados à Entomologia, sobretudo os insetos que atacavam as bibliotecas nas Américas.

Nessa troca de experiências intercontinentais, alguns pesquisadores publicaram notas sobre as ações danosas dos insetos nas bibliotecas, relatadas por Ramiz Galvão em suas visitas. Edouard Rouveyre, bibliófilo e editor, em 1899, cita em seu livro *Connaissances nécessaires à un bibliophile* a preocupação do diretor da Biblioteca Nacional do Brasil em combater os insetos bibliófilos (ROUVEYRE, 1899, p. 42).

Desses encontros também surgiram outras citações em obras científicas, como a do estudioso Paul Jacob, que escreveu, em 1896, um artigo sobre os *Mangeurs des Livres*, na revista *Le naturaliste*, publicada em Paris. Paul Jacob informava que a barata também seria um inseto devorador de bibliotecas, sobretudo no Brasil e no Peru, onde teriam devorado livros de valor inestimável e de coleções únicas. Mais à frente mencionou as traças, cuja identificação ainda era bastante confusa naquele período, em relação a sua classificação, confundindo-a em seus efeitos devastadores com aqueles provocados pelos anóbios. Segundo o relato de Paul Jacob:

É na América do Sul, que em algumas noites de trabalho, elas destruíram os vocabulários mais preciosos, que nos quais se pôde, no século XVI e XVII, estudar as principais línguas indígenas [...]. São as traças, a umidade nos depósitos de livros que destruíram numerosas histórias dos antigos conquistadores, [...] são elas novamente que obrigam os sábios eruditos da América do Sul vir mais de uma vez pesquisar nos arquivos os documentos que eles possuíam antes de nós (JACOB, 1896, p. 158, tradução nossa).

Paul Jacob, ainda em seu artigo, citou o caso de Ramiz Galvão:

[...] que contou com uma sincera dor, as terríveis maldades deste inseto, contra o qual somos totalmente impotentes, e que lacera os livros e manuscritos em intermináveis rendas, espalhadas em diversos contornos, com a voracidade de um apetite sem igual (JACOB, 1896, p. 158, tradução nossa).

A passagem do erudito Ramiz Galvão pelas bibliotecas na Europa marcou a memória de alguns estudiosos e, em 1903, essa viagem foi lembrada por Constant Houlburt, professor doutor em Ciências Naturais do liceu de Rennes e membro da Sociedade Entomológica da França, ao escrever um trabalho dedicado aos insetos destruidores de livros. Trabalho esse premiado em um concurso promovido pelo Congresso Internacional de Bibliotecários, realizado em Paris em 1900. Durante esse congresso, foram convocados homens da ciência para concorrer ao prêmio Marie Pellechet, que seria dado às obras que melhor descrevessem os costumes e os meios de propagação dos insetos que devoravam os livros (SCARONE, 1917, p. 18). Nesse concurso, Houlburt alcançou o segundo lugar com o trabalho intitulado *Les insectes ennemis des livres – Leurs mœurs – moyens de les détruire*, em que historiou a evolução das pesquisas científicas para entender e debelar os insetos, classificou as espécies mais recorrentes e nocivas das bibliotecas, e se deteve no estudo sobre os anóbios, apresentando os meios mais eficazes para destruir os insetos das bibliotecas e para evitá-los, dividindo as técnicas em quatro categorias distintas:

- 1ª Processo mecânico (batidas nos livros e procura direta de insetos)
 - 2ª Processo químico (emprego de substâncias irritantes e tóxicas)
 - 3ª Processo físico (emprego de calor, do frio etc.)
 - 4ª Processo biológico (emprego de parasitas animais e vegetais)
- (HOULBERT, 1903, p. 227, tradução nossa).

Em sua obra, ele transcreveu um trecho das memórias do naturalista Herbert Smith,⁸⁹ em viagem pelo Brasil, que dizia que as baratas eram comuns nas casas dos brasileiros, que eles não se importavam com sua presença e que esses insetos tinham o hábito de se introduzir nos livros, sapatos e roupas mastigando tudo, do papel aos tecidos. Na parte que Houlbert dedicou às traças, ele citou o trabalho de Paul Jacob, de 1896, e transcreveu o trecho em que o estudioso mencionava as dificuldades enfrentadas por Ramiz Galvão e sua angústia diante daquele inseto. Contudo, mesmo alguns anos depois da publicação de Paul Jacob, Houlbert manteve o erro cometido pelo colega, de tomar o anóbio, e seu poder de destruição dos acervos em papel, pela traça (HOULBERT, 1903, p. 140 e 215).

A circulação de informações por meio de publicações periódicas e livros científicos movimentava a troca de experiências e novas ideias para combater os perigos que rondavam ou voavam por entre as estantes das bibliotecas. Em 1937, Harry Weiss e Ralph Carruthers publicaram, pela Biblioteca Pública de Nova York, o trabalho *Insect Enemies of Books*, com o objetivo de reunir uma bibliografia, a mais importante e a mais completa possível, com tudo aquilo que fora publicado até 1935, para todos aqueles que, de forma involuntária ou não, foram colocados em contato com insetos. Eles esperavam também com essa publicação a disseminação de informações científicas e métodos de controle científico que pudessem minimizar os danos provocados pelos insetos bibliófagos (WEISS; CARRUTHERS, 1945, p. 18-20).

Na apresentação inicial dessa obra, eles selecionaram alguns insetos mais frequentes em acervos bibliográficos, mostrando suas características, seus hábitos e os métodos para combatê-los (Figura 32). Os inimigos escolhidos foram o piolho do livro (família: Liposcelidae), o cupim (família: Termitidae), o peixe de prata (família: Lepismatidae), a barata (família: Blattidae) e a broca

.....
89. Herbert Huntington Smith, naturalista norte-americano, publicou duas obras referentes ao Brasil: *Brazil, the Amazons and the Coast*, em 1879, e *Do Rio de Janeiro a Cuyabá* – Notas de um naturalista, em 1922.

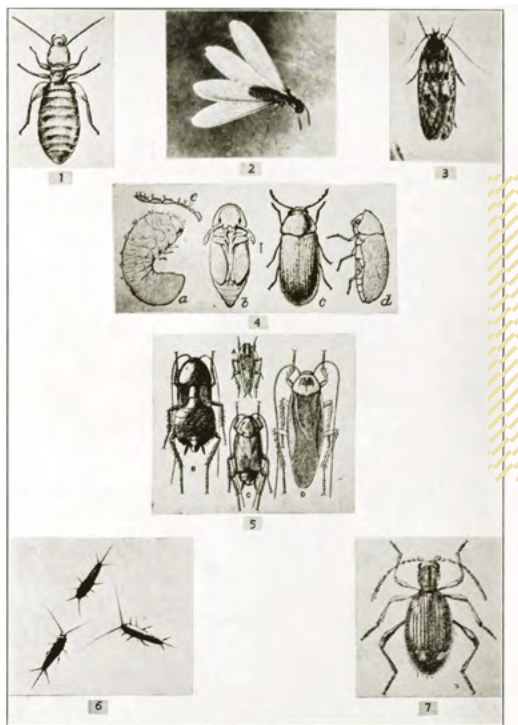


PLATE II

1. Adult book-louse, about 50 times natural size. (After Back, Farmers' Bull. 1104, U. S. Dept. Agric.); 2. Adult white ant; 3. Female of brown house (or false clothes) moth. (After Austen and Hughes, Brit. Mus. [Nat. Hist.] Economic Series, No. 14.); 4. *Sitotroga granivora*: a. larva; b. pupa; c. beetle, dorsal view; d. lateral view. (After Howard & Marlatt, Bull. No. 4, n. s. U. S. Dept. of Agric.); 5. A. German cockroach. B. Oriental cockroach, female. C. Oriental cockroach, male. D. American cockroach —all enlarged. (After Fulton, Iowa Agric. Exp. Station Circ. 112); 6. Silver-fish, slightly enlarged. (After McDaniel, Mich. Agric. Exp. Sta. Circ. Bull. 101); 7. The white marked spider beetle, enlarged. (After Herrick.)

Figura 32. Nomes populares dos insetos bibliófagos
1: piolho do livro; 2: cupim; 3: traça de parede; 4: broca; 5: baratas; 6: peixe de prata e 7: besouro aranha.
Fonte: WEISS; CARRUTHERS.

Insect enemies of books 1945, p. 16.

(família: Anobiídeos). Ao longo do estudo, a cidade de São Paulo foi mencionada ao citarem a broca da espécie *Dorcatoma bibliophagum brasiliense*,⁹⁰ e os danos provocados aos acervos, muitas vezes irreparáveis (WEISS; CARRUTHERS, 1945, p. 13). Essa publicação apresentou, através de desenhos, alguns dos inimigos do livro identificados pelos autores.

90. *Dorcatoma bibliophagum brasiliense*: espécie brasileira classificada por Pedro Severiano de Magalhães em 1908.

Em relação à lista das obras selecionadas para essa publicação, Weiss e Carruthers afirmaram que apenas alguns livros foram escritos exclusivamente para tratar desses insetos: *Les insectes ennemis des livres*, de 1903, de Constant Houlbert, e *El libro y sus enemigos*, de 1917, de Arturo Scarone, que foi escritor, pesquisador e diretor da Biblioteca Nacional do Uruguai. Para Weiss e Carruthers, a obra de Scarone era um dos trabalhos mais importantes sobre o assunto, pois ele teria utilizado como base da sua investigação as fontes francesas, espanholas e latino-americanas, apresentando uma pesquisa histórica, uma descrição dos insetos e seus hábitos, os danos causados por eles e os métodos de controle (WEISS; CARRUTHERS, 1945, p. 55). Na reunião da bibliografia, Weiss e Carruthers listaram obras do final do século XVII e dos séculos XVIII, XIX e XX, num total de 493 referências. O Brasil estava representado nessa seleção por publicações científicas dos pesquisadores Alberto Childe, Diego Farias, Pedro Severiano de Magalhães, Jaime Silvado e pelo diretor da Biblioteca Nacional, Manoel Cícero Peregrino da Silva, autores que colaboraram com as discussões para a conservação dos acervos bibliográficos no Brasil, tendo alguns desses profissionais atuado diretamente no acervo da Biblioteca Nacional.

A pesquisa e os métodos de controle dos insetos bibliófagos no Brasil

As preocupações com os insetos bibliófagos no Brasil apareceram no início do século XIX, com relatos contundentes sobre a devastação que esses agentes biológicos causavam aos acervos em papel.

No artigo “História dos insetos inimigos dos livros”, o entomologista Messias Carrera⁹¹ citou algumas narrativas de viajantes estrangeiros sobre a ação dos insetos em bibliotecas brasileiras, relatando que “Alexandre Humbolt, em 1811, atribuiu à ação depredadora dos cupins a quase inexistência de livros antigos nas

91. Messias Carrera, entomologista e biólogo do Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

bibliotecas dos países sul-americanos por onde viajara”, e que o historiador francês Ferdinando Denis, “discorrendo sobre a fauna brasileira em *L’Universe – Histoire et description de tous les peuples* (1838), incriminou as baratas, afirmando textualmente: “Les ravets sont le fléau des bibliothèques, ainsi que de lingerie” (CARRERA, 1981, p. 354).

Messias Carrera indicou a obra *Corografia Brasilica*, que foi escrita pelo geógrafo e historiador português padre Manuel Aires de Casal, em 1817, como a mais antiga referência aos insetos nocivos aos livros no Brasil. Nela, “a cidade de São Paulo é considerada local ideal para os fundamentos de uma universidade, entre outros motivos, por ali os insetos menos danificam bibliotecas” (CARRERA, 1981, p. 354).

Diferente do clima mais ameno da cidade de São Paulo, o Rio de Janeiro, com seu clima quente e úmido, recebeu a família imperial e tornou-se depois a capital da República, abrigando, por isso, a maioria das instituições públicas detentoras de acervos bibliográficos e documentais. É exatamente esse ambiente que colabora com o desenvolvimento de insetos, favorecendo suas ações danosas, visto que esses agentes biológicos se desenvolvem de maneira acentuada nessas condições climáticas (CASTRO, 2008, p. 56).

Os primeiros relatos de problemas de conservação de livros e de ataques de cupins começaram a ser identificados logo após a chegada da família imperial e a instalação da Biblioteca Real no Rio de Janeiro. Como mencionado anteriormente, a carta de Luís Marrocos, o bibliotecário do rei d. João VI, de 2 de dezembro de 1811, já advertia Sua Majestade sobre a infestação de cupins nos caixotes e armazéns do Real Tesouro, onde eram guardadas as obras duplicadas da coleção (MARROCOS, 2007, p. 66).

O problema em relação ao estado de conservação do acervo e à infestação de cupim na biblioteca também foi registrado por frei Arrábida,⁹² em 1ª de março de 1831, ao descrever o “Estado

.....
92. Frei Arrábida foi nomeado para o cargo de Bibliotecário em 23 de outubro de 1822, tornando-se o primeiro bibliotecário da Biblioteca Imperial e Pública da Corte. Por questões políticas pediu exoneração do cargo em 16 de agosto de 1831.

actual da Biblioteca Imperial e Pública”, dividido em artigos. O trecho a seguir corresponde ao segundo artigo do documento em que ele lamentava:

O estado dos livros em grande parte, he lamentável. Escaparão ao incêndio q^e atreado ao pé delles devorou o palácio. Sofrerão mudanças, encaixotam^{to}, embarque que, precipitada e monstroza abertura, maas e mui repetidas colocações; ataques constantes de bichos, entre elles o devastador cupim, q^e mina o edifício e por cúmulo, bárbaro trato; sendo cortadas as capas q^e apareciam furadas (ARRABIDA, 1831).

Anos depois, em 1844, o periódico literário *Minerva Brasiliense* publicou um texto do cônego Januário da Cunha Barbosa sobre a Biblioteca Pública da Corte e os problemas de sua instalação no “hospital dos Terceiros Carmelitas”:

[...] este local, além de não ser próprio para tal estabelecimento, tem demais o inconveniente de ser acanhado, pouco arejado, e sujeito a continuadas invasões de cupim, que por muitas vezes lhe tem feito grandes estragos, assim como também d’outros insetos que costumam atacar os livros, e que no Brasil espantosamente se desenvolvem (LAPA; JORDÃO, 2017, p. 26).

O problema detectado por Marrocos, em 1811, estava longe de ser debelado e mesmo com a transferência da biblioteca para o prédio no Largo da Lapa, e posteriormente para a Avenida Central, esses insetos não deram trégua aos dedicados bibliotecários.

No relatório de 23 de outubro de 1872, Ramiz Galvão escreveu:

O cupim é o único inimigo, que aqui nos-ameaça de continuo; mas como foi exterminado todo o que se achava no interior do edificio, o que há de temer agora são as erupções subitas que faz ao longo das paredes do jardim, e que exigem continua vigilancia para o não deixar nas salas, e muito menos no forro do telhado onde o anno passado o achei de habitação feita (OFÍCIOS..., 1868-1872).

Com uma ameaça real de insetos bibliófagos rondando os acervos no país, as discussões e as pesquisas sobre métodos e produtos mais eficazes para combatê-los invadiram instituições e ocuparam páginas

dos jornais e periódicos científicos brasileiros, permitindo perceber o interesse que essa questão despertava na virada do século XX.

O primeiro pesquisador a se manifestar publicamente sobre os insetos bibliófagos foi o médico e funcionário da Diretoria-geral da Saúde Pública, Dr. Jaime Silvado, que, em 1903, escreveu no *Journal do Commercio* a matéria “Conservação dos Livros”, questionando a aplicação dos vapores de formol para desinfestação, por ser esse produto químico conhecido como um excelente microbicida e não um inseticida. Citou o livro *Connaissances nécessaires à un bibliophile*, de Edouard Rouveyre (1899), como o responsável por difundir esse método que, sob seu ponto de vista, era totalmente ineficaz e inadequado. Entretanto, foi pela leitura da obra de Rouveyre que o diretor da Biblioteca Nacional, Cícero Peregrino, procurou o diretor-geral da Diretoria de Saúde Pública, Dr. Nuno de Andrade,⁹³ para pedir o auxílio de um funcionário dessa diretoria para dirigir a montagem de um serviço de desinfestação por vapores de formol, na biblioteca (CONSERVAÇÃO..., 1903, p. 2).

Cícero Peregrino, em seu relatório correspondente ao ano de 1901, relatou essa história ao comentar que ainda não tinham conseguido resolver o problema da extinção das traças e de outros insetos que eram o flagelo das bibliotecas, lamentando que o Congresso dos Bibliotecários de Paris, de 1900, “limitou-se a emitir o voto de que devia a questão ser estudada procurando-se conhecer a evolução das diversas espécies de insectos destruidores de livros, a sua origem, e as suas predileções”, e dizendo que foi por meio de suas leituras no livro de Rouveyre que resolveu pedir ajuda à Diretoria de Saúde Pública (RELATÓRIO, 1902, p. 374).

O Dr. Jaime Silvado foi indicado pela Diretoria de Saúde e logo começou a fazer experiências com o formol, baseadas nas informações do escritor francês. Cético desde o início, a conclusão das pesquisas confirmou suas suspeitas:

.....
93. Nuno Ferreira de Andrade foi médico e professor membro titular da Academia Imperial de Medicina. Foi o primeiro Diretor-geral da Diretoria Geral de Saúde Pública, estabelecida a partir da fusão das atribuições do Instituto Sanitário Federal e da Inspetoria Geral de Saúde dos Portos (ACADEMIA..., 2018).

1ª Os insectos biblióphagos resistem á vaporização pelo formol.

2ª Mesmo na hypothese de ser esse corpo deletério aos insectos biblióphagos, ainda assim estes escaparião porque os vapores não entrão entre as paginas dos livros.

3ª Mesmo na hypotese de ser o formol bom inseticida, o trabalho que exigiria o emprego delle, conforme mostrámos, seria mais complicado e afinal mais oneroso do que o processo corrente nas bibliothecas, e que consiste em abrir os livros, batê-los, espana-los e applicar-lhes pós insecticidas (CONSERVAÇÃO..., 1903, p. 1).

Com estes resultados, a ideia de usar vapores de formol nos livros da biblioteca foi abandonada, mas o problema da infestação persistia.

Jaime Silvado era muito atuante na busca para encontrar métodos eficazes para destruir agentes biológicos nocivos não só a acervos bibliográficos, mas também ao homem. Em 1903, escreveu no *Journal do Brasil* sobre o aparelho Clayton, desenvolvido na Inglaterra para desinfecção dos porões de navios, na prevenção da peste,⁹⁴ aplicando um gás sulfuroso, à base de enxofre. Na matéria, Jaime Silvado apresentou as vantagens deste gás que, além de exterminar o micróbio da peste, eliminava o da cólera, da febre tifoide e da amarela, assim como roedores, percevejos, mosquitos, cupins, e ainda era capaz de abafar e extinguir incêndios, tão temidos nas embarcações (PALESTRAS..., 1903, p. 1).

Em 1908, Jaime Silvado publicou o livro *Desinfecções e Apparelho Clayton no Porto do Rio de Janeiro*, apresentando o aparelho Clayton por meio de desenhos técnicos detalhados do equipamento, imagens da barcaça que ancorava nos navios para realizar a desinfecção, modo de operação e as vantagens do gás. O que parecia ser uma publicação científica, voltada apenas para os problemas de ordem marítima, trouxe informações sobre seus estudos e experiências na aplicação do gás Clayton para destruir insetos biblióphagos. No texto

.....
94. A peste negra, do latim *pestis* (peste bubônica), é a doença responsável por ter dizimado um terço da população europeia no século XIV. Causada pela bactéria *Yersinia pestis*, sua principal característica é o surgimento de manchas negras e bolhas na pele. É transmitida pela pulga que parasita roedores (MINUTO..., 2018).

dessa obra transcreveu o relatório apresentado ao diretor da Saúde Pública, em 1905, dizendo ter realizado experiências no sentido de verificar a utilidade das fumigações nas bibliotecas, pois tinha observado a bordo da barca de desinfecção o poder do gás Clayton. Neste mesmo ofício, relatou que procurou Cícero Peregrino, diretor da Biblioteca Nacional, com a proposta de verificar livros atacados por insetos e “fazer a fumigação nas condições as mais vantajosas e ao mesmo tempo as mais demonstrativas”. No seu relato, o resultado foi bastante animador e a intenção futura era fazer uma forte fumigação nos livros antes da mudança da Biblioteca Nacional para o novo edifício na Avenida Central, para garanti-los, “sinão de absoluto, ao menos grandemente, contra a importação desses damnhos insetos” (SILVADO, 1908, p. 17).

O diretor Cícero Peregrino confirmou essa experiência no relatório de 1904, quando informou que o Dr. Jaime Silvado o teria procurado para falar dos bons resultados com o gás e feito uma proposta de efetuar na biblioteca a aplicação do gás Clayton, para que ele, ao final, se pronunciasse a respeito do método (A BIBLIOTHECA..., 1905, p. 398). A realização da experiência foi publicada no relatório, em 1905, onde Cícero Peregrino descreveu com detalhes o processo ocorrido nos dias 29 de outubro e 10 de dezembro do referido ano:

[...] em uma das sallas do andar térreo do edificio da Bibliotheca experiências que tiveram por fim verificar si os vapores do enxofre injectados por meio de um aparelho Clayton, empregado com proveito no expurgo de galerias de aguas pluvias e nos porões dos navios, teriam o poder de destruir os insetos alojados nos livros, collocados estes nas respectivas estantes e estas nas salas onde ordinariamente estivessem.

Calafetadas as portas, fez-se de ambas as vezes, durante mais de duas horas, a injeção dos vapores que encheram a sala, formando espessas nuvens, e se foram dissipando até desaparecer quando cerca de 20 horas depois [...] Diversos livros atacados pela especie de anobium peculiar ás bibliotecas [...].

O resultado não foi completo, mas também não foi desanimador. [...]

Novas experiências são necessárias parecendo mais acertado pratical-as numa câmara preparada para receber um numero limitado de

volumes, conservando-os abertos, e cuja pequena cubagem permita o aproveitamento de todo o poder de penetração do gás Clayton injectado fortemente. Si o resultado for satisfactorio, não haverá mais do que empregar um aparelho tanto mais poderoso quanto maior for a capacidade da câmara ou do recinto em que se fizer a operação (A BIBLIOTHECA..., 1906, p. 515-516).

Nos relatórios da Biblioteca Nacional que se seguiram a essa experiência em uma sala da biblioteca no Largo da Lapa não foram encontradas informações sobre novas aplicações do gás Clayton em seus livros. As referências sobre esse gás e sua utilização apareceram nas páginas dos jornais até 1938, com informações sobre sua propriedade inseticida, seu uso em navios, esgotos, em grãos e até sobre um problema detectado na sua aplicação em carregamentos de trigo, o que alterava negativamente a qualidade do produto, causando prejuízo aos comerciantes.⁹⁵

Em 1904, o diretor da biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o bibliotecário Dr. Álvaro Paulino Soares de Souza,⁹⁶ escreveu na edição da tarde do *Jornal do Brasil* uma série de artigos

.....
95. Matérias pesquisadas em alguns periódicos sobre o gás Clayton e suas aplicações na área da saúde e agricultura: CASA Borlido. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7, 6 mar. 1904; A CONVENÇÃO sanitária. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 8 jun. 1904; O APPARELHO Clayton no serviço de desinfecção marítima. *Revista Brazil-Médico*, Rio de Janeiro, ano XIX, v. 21, p. 291, 1 jun. 1905; HYGIENE naval. *Revista Maritima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 27, n. 1, p. 601-602 e 1.131-1.133, jul. 1907; SOCIEDADE de Medicina e Cirurgia. *O Pharol*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1908; UM PALÁCIO fluctuante. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1911; SAÚDE Publica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 7, 23 abr. 1913; A PROPOSITO da febre amarela. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 7, 22 jul. 1913; SAÚDE Publica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 11, 4 abr. 1914; HYGIENE da cidade. A saúde publica vai agir energicamente contra os mosquitos. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 4 abr. 1914; LEIVAS, Victor. O serio problema da immunisação dos cereais e a S.N.A. *A Rua*, Rio de Janeiro, 7 set. 1917; A ESTERILIZAÇÃO de cereais. *A Razão*, Rio de Janeiro, p. 5, 18 ago. 1917. MOLÉSTIAS e remédios. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 fev. 1925; MOLÉSTIAS e remédios. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 jul. 1925; A LUTA contra a febre amarela no Rio de Janeiro. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 5, 20 nov. 1929; A PRODUÇÃO Nacional e a formiga. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 26 jan. 1916; O NOVO aparelhamento da defesa sanitária. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7, 30 out. 1936; SERVIÇO de prevenção. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 415, jul. 1938.
96. O Dr. Álvaro Paulino Soares de Souza ocupou o cargo de bibliotecário da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, situada na Rua de Santa Luzia (ALMANAK..., 1903, p. 228).

intitulados “Conversas bibliográficas” ou “Palestras bibliográficas”, sobre a ação destruidora da larva de certos besouros anobídeos nos livros da biblioteca da faculdade de medicina do Rio de Janeiro (CASTRO, 2008, p. 56). Estas “Conversas” interessavam não só aos médicos e aos entomologistas, mas aos bibliotecários e ao público leitor, tendo sido publicadas em dez matérias, de janeiro a maio do referido ano.⁹⁷

Os estudos sobre os insetos destruidores de acervos bibliográficos e documentais foram também sistematizando metodologias de trabalho científico, envolvendo alguns pesquisadores como o Dr. Pedro Severiano de Magalhães,⁹⁸ que se dedicou a pesquisar e escrever nos jornais suas considerações a respeito desses agentes biológicos. Em 1905, publicou três longos artigos sobre insetos bibliófagos: 1 – “A traça, a lepisma e o caruncho: os três maiores devastadores dos nossos livros, pragas de nossas bibliotecas”; 2 – “Contra os insetos destruidores de livros”; 3 – “Interessante fase da vida do caruncho dos nossos livros *Anobium bibliotecarum*”. Para facilitar a compreensão do leitor, no primeiro artigo Pedro Magalhães narrou um minucioso estudo sobre as características das espécies biológicas indicadas, dissertando sobre seus aspectos anatômicos, hábitos alimentares e os danos que eles causavam aos acervos bibliográficos (MAGALHÃES, 1905a, 1905b, 1905c).

Esse artigo também serviu para suscitar uma discussão com o bibliotecário Álvaro Paulino. Como muitos assuntos nessa área do conhecimento ainda estavam por ser estudados, acabavam provocando equívocos na identificação e classificação dos insetos e, com isso, algumas vezes geravam discussões e desentendimentos entre os estudiosos. Algumas querelas iam parar nos jornais, como fez

.....
97. As “Conversas” ou “Palestras bibliográficas”, como eram nomeadas, foram publicadas no *Jornal do Brasil*, seção da Tarde, às quintas-feiras, nos dias 7 de janeiro, 14 de janeiro, 28 de janeiro, 4 de fevereiro, 10 de março, 17 de março, 24 de março, 7 de abril, 5 de maio e 19 de maio de 1904.

98. O Dr. Pedro Severiano de Magalhães nasceu em Salvador/BA, em 1850, e faleceu em 1927, no Rio de Janeiro/RJ. Médico cirurgião e parasitologista, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1873. Foi professor catedrático da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, lecionando Patologia cirúrgica (1891) e Clínica cirúrgica (1914).

Pedro de Magalhães, chamando a atenção do bibliotecário Álvaro Paulino por ter censurado autores europeus que desconheciam as traças que atacavam nossos livros. Para Pedro Magalhães isso não seria de responsabilidade deles, e sim nossa de descrevê-las corretamente. Aproveitou para citar os cientistas Paul Jacob e Constant Houlbert e seus esforços para classificar os insetos por eles observados. Mencionou ainda a obra de Edouard Rouveyre, *Connaissances nécessaires à un bibliophile*, por causa de uma imagem que o autor usou sobre a traça do Brasil e os danos provocados por ela. Pedro Magalhães questionou onde o autor teria conseguido o fragmento do papel atacado pelo inseto, com o vocabulário da língua portuguesa atribuído ao Brasil, que ele utilizou para ilustrar seu livro. Observou que, além de o fragmento estar de cabeça para baixo, o resultado dos danos apresentados não correspondiam aos causados pela traça. Pedro Magalhães acrescentou:

[...] dos três denunciados mais importantes na destruição de nossas bibliotecas, menor culpa cabe á verdadeira traça, bem muito se a responsabilize; abuso de seu nome, pouco escrúpulo no inquirir e julgar o delinquente explicam a injusta sentença [...].

Não pretendo innocentar o acusado, apenas desejo limitar a extensão de sua criminalidade, reservando para outros a principal autoria dos malefícios verificados (MAGALHÃES, 1905a, p. 3).

A imagem a seguir (Figura 33) faz parte da ilustração do livro de Rouveyre a que se referiu Pedro de Magalhães quanto ao fragmento invertido e as indicações equivocadas da traça do Brasil.

Seguindo em seu artigo do jornal, Pedro Magalhães, ao mencionar o anóbio, ressaltou que Álvaro Paulino, em suas “Conversas bibliográficas”, referiu-se ao inseto de modo indeterminado e geral, apenas se baseando na informação de Constant Houlbert, afirmando que “nenhuma verificação própria publicou a respeito do nosso besouro, que não conhece, nem mesmo jamais viu, conforme comunicação verbal sua; só observou a larva”. Para Pedro Magalhães, o pequeno besouro que ele chamou de “o nosso caruncho ou caroóma dos livros, seria um verdadeiro anóbio” (sic), o inseto, que, de acordo com as experiências e as observações que vinha realizando, teria

mais poder de destruição de acervos bibliográficos, por serem os livros e os documentos constituídos de materiais cuja composição seria bastante atrativa na sua dieta. Seguindo na argumentação do artigo, passou a descrever os danos causados por esses insetos como um sinal de alerta aos responsáveis por bibliotecas, fossem elas públicas ou privadas:

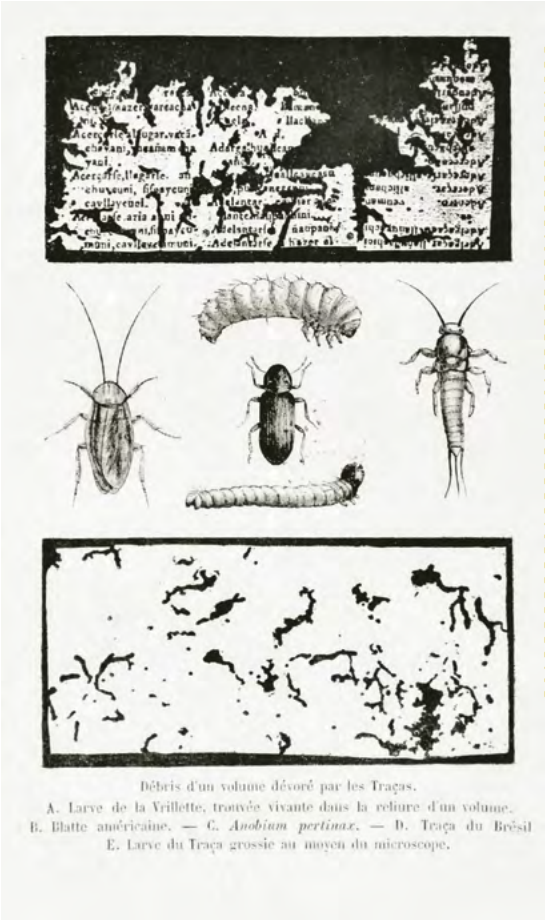


Figura 33. Página ilustrativa da obra de Rouveyre, de 1898. Fonte: ROUYEYRE, Edouard. *Connaissances nécessaires à un bibliophile*. Paris. 1899.

Resta-me tratar do maior estragador de nossos livros, suas dimensões estão em relação inversa de sua capacidade destruidora, sendo o menor dos tres grandes culpados, é elle o mais activo e mais grave criminoso na obra de devastação. Em seu estado de larva ataca o papelão, os forros ou capas de couro, *percale* ou papel, os fios e cordões da encadernação; entra através das folhas do livro a dentro, tudo perfura, excava galerias, tuneias, canaes e canaliculos sem numero em direcções as mais varias, formando meandros e labyrinthos os mais complicados. Seu trabalho em grande parte effectua-se ás ocultas, na espessura da encadernação, por baixo dos forros; apenas aqui e acolá furos denunciam a passagem do insecto ou de sua larva. Levantando ou descollando o forro ou capa da encadernação, deparamos então com os enormes estragos já produzidos. Nas folhas dos livros os canaes escavados, por sua multiplicidade e variedade, afinal reduzem o papel a um arrendado de desemnhos os mais caprichosos. Folheando taes livros vemos suas folhas cahirem, desfazerem-se em pequenos fragmentos. Creio ter verificado grande predilecção do damninho insecto para o papelão ordinario, contendo em sua massa abundantes restos de fragmentos vegetaes pouco modificados no processo do fabrico. Além disso affeiçoam elles os cordões e tiras de panno collaas na encadernação para fixar a capa ao livro, de modo que, ao sacudir e bater um volume seriamente atacado pelo insecto, vemos despegar-se da capa o volume brochado. Há uma verdadeira desencadernação. Certas qualidades de papel parecem ser preferidas pelos insectos: livros tendo soffrido a acção do tempo, da humidade e da falta de aeração, também mais facilmente são victimados por eles (MAGALHÃES, 1905a, p. 2).

Seu segundo artigo é dedicado às recomendações para proteger os livros, desde a escolha dos modelos de estantes e armários para a guarda do acervo, os materiais de encadernação mais adequados e resistentes, os produtos químicos e sua real validade no combate aos ataques dos insetos. Alertava também para o risco das estufas e as altas temperaturas e sugeriu a caixa de fumigação com sulfureto de carbono, desenhada por Constant Houlbert (1903), e as batidas nas encadernações para a remoção dos insetos como métodos de combater as ameaças. Para a técnica de bater nos livros descreveu como proceder:

Sem dúvida grande valor têm os processos mecânicos frequentemente lembrados para libertar os livros de seus inimigos. Bater fortemente os volumes contaminados, sacudil-os energicamente, folhear-os pagina por pagina, expol-os ao ar e á luz, constituem operações muito efficazes para desalojar os terríveis hospedes e impedir o progresso de seus maleficos efeitos (MAGALHÃES, 1905b, p. 1).

Todos os estudos sobre os insetos bibliófagos realizados por Magalhães tinham o intuito de proteger os acervos bibliográficos e documentais, pois sua preocupação era com a voracidade e o tempo de destruição desses insetos, que para ele “em maior escala e com maior rapidez do que os anóbios, só actuam na destruição dos livros as labaredas de um incêndio” (MAGALHÃES, 1905a, p. 2).

Ponto importante desse segundo artigo é que ele nos permitiu perceber um pouco das trocas de conhecimento científico e do tempo que as informações levavam para circular entre os estudiosos. Pedro Magalhães comentou, nessa matéria, uma resposta de Rouveyre a respeito do conteúdo do seu primeiro artigo, publicado em maio:

Manifestei grande interesse de conhecer a origem das figuras da lepisma, da larva da traça e dos fragmentos de papel carcomido, publicadas pelo Sr. Rouveyre.

Amavel resposta do autor das *Connaissances nécessaires á um bibliophile* tirou-me toda esperança de satisfazer aquella minha curiosidade. Informou-me o illustrado bibliófilo que as figuras do frontespicio do VIII volume de sua interessante obra foram desenhadas por um de seus collegas, fallecido [...]. Aquele documento lhe tendo sido communicado sem nota alguma não lhe é possível indicar-lhe outra origem (MAGALHÃES, 1905b, p. 2).

De que maneira Rouveyre tomou conhecimento dessa questão, se pelo jornal ou por carta, não fica claro, mas esse fato faz crer que existia um esforço para manter um intercâmbio nas pesquisas e nas publicações, ou pelo menos de alguma forma tentar um diálogo entre os estudiosos.

O terceiro e último artigo, “Interessante phase da vida do caruncho de nossos livros (*Anobium Bibliothecarum*)”, é mais técnico e,

apesar de Pedro Magalhães advertir que deixará para uma “*Revista technica* relatar detida e miudamente o conjunto” de seus estudos sobre o assunto, apresenta descrições detalhadas sobre o *Anobium Bibliothecarum*, resultado atualizado de suas novas e recentes observações (MAGALHÃES, 1905c, p. 1).

A publicação em uma revista técnico-científica se concretizou em 1907, quando Pedro Magalhães imortalizou-se nos *Anais da Ciência Entomológica* ao estudar e descrever uma nova espécie de *anóbideo*, genuinamente brasileiro, o *Dorcatoma bibliophagum* (CASTRO, 2008, p. 58). O trabalho *Sur les insectes qui attaquent les livres*, apresentado na sessão de 12 de novembro de 1907 da Sociedade Zoológica da França, descreveu essa nova espécie coletada no Rio de Janeiro, diferente da espécie cubana estudada por Poey (1851), que tinha recebido o nome de *Anobium bibliothecarum*. Após uma longa descrição da “nova espécie” do inseto e de comparações com a espécie cubana, Pedro Magalhães finalizou sugerindo que o melhor meio de destruí-los seria o uso do sulfureto de carbono, que segundo ele já era usado na América do Norte (MAGALHÃES, 1907, p. 100).

Nesta mesma revista, e logo após o artigo de Pedro Magalhães, foi publicado o *Sur la destruction des insectes qui attaquent les livres*, de autoria de François Secques, bibliotecário da Sociedade de Zoologia da França. Secques escreveu o artigo para indagar ao colega se não seria melhor usar o formol ao sulfureto de carbono, por ser esse uma substância explosiva em contato com o ar e por alterar algumas cores (SECQUES, 1907, p. 100-101). Se este questionamento foi respondido, não se tem certeza, mas Pedro Magalhães seguiu publicando em outras revistas técnicas basicamente o mesmo trabalho apresentado no Boletim da Sociedade Zoológica da França. Assim, em 1908, publicou na *Révue Scientifique* o artigo *L'Anobidé ravageur des livres au Brésil* (*Dorcatoma bibliophagum*), que foi também traduzido para o português e publicado na *Tribuna Médica do Rio de Janeiro* (1908), na *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia* (1908) e no *Boletim* do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1929) (CASTRO, 2008, p. 58).

Investigando mais os estudos sobre o *Dorcatoma bibliophagum*, Alberto Childe,⁹⁹ arqueólogo russo, conservador do Museu Nacional no Rio de Janeiro e membro da Academia Brasileira de Ciência, publicou em 1908, na *Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro*, na sessão dos *Artigos Originaes*, o *Note sur un insecte de la famille des Anobiides (Dorcatoma bibliophagum)*. Nesse estudo, fez referência às pesquisas de Pedro Magalhães e de Constant Houlbert, aprofundando a descrição da larva do anóbio, com diversas pranchas desenhadas por ele. Retomou também a curiosa observação de Houlbert sobre o nome popular desse inseto na França, *Horloge de la Mort (Relógio da morte)*, por fazer um ruído semelhante ao tic-tac do relógio na época do acasalamento, assunto esse que será recuperado por Arturo Scarone em 1917 (SCARONE, 1917, p. 46).

Com todas as dificuldades que envolvem as pesquisas e o tempo que estas exigem para avançar ou fazer novas descobertas no Brasil, na área de desinfestação de bibliotecas essas dificuldades não seriam diferentes. Os estudos avançavam lentamente, como se pode observar com a publicação, em 1911, do artigo do Dr. Jaime Silvado, na *Tribuna Médica*, com a publicação “Nota sobre a destruição dos insectos bibliófagos e a conservação dos livros”, onde se retomou a mesma discussão realizada no *Jornal do Commercio*, em 1903, sobre o formol, sua ineficácia na destruição dos insetos e a aplicação do gás Clayton como um poderoso inseticida. No artigo, Jaime Silvado reescreveu seu encontro com o diretor da Biblioteca Nacional, Cícero Peregrino, e sua experiência em uma das salas da antiga sede da Biblioteca, no Largo da Lapa, em 1904 e 1905, com a aplicação do gás Clayton. Na sua avaliação a experiência tinha sido um sucesso, mesmo não tendo o antigo edifício as condições ideais, pois “o velho assoalho deixava passar a mór-parte do gaz empregado”, acrescentando que se a sala estivesse hermeticamente fechada os resultados teriam sido mais evidentes. Ao descrever os resultados constatados, relatou:

.....
99. Autor do anteprojeto de lei, em 1920, para a criação de uma legislação voltada para a institucionalização da proteção do patrimônio arqueológico brasileiro (SILVA, 2007, p. 59).

Verifiquei com precisão não só a destruição das larvas e dos insectos, mas também a penetração do gaz no interior dos livros, sem que estes houvessem soffrido deterioração alguma; apenas pareceu-nos que alguns papeis tinham ficado amarellecidos, certamente por estarem húmidos (SILVADO, 1911, p. 250).

De acordo com sua conclusão pôde afirmar:

O valor do Gaz sulfuroso não está por demonstrar; antes está perfeitamente provado, visto como o hygienista delle se utiliza com vantagem, como já assignalei (1), já porque o biblióphilo dele lança mão com excellent resultado, já porque até mesmo ao agricultor deve elle ser benefico, visto como eu verifiquei a sua acção energica sobre a saúva, o que, associado ao seu podor (sic), de penetração e á sua barateza, faz delle o formicida ideal (SILVADO, 1911, p. 250-251).

Pouco depois, um novo nome surgiu na pesquisa contra os insetos bibliófagos no *Jornal do Commercio* de 1912: o professor Daniel Henninger.¹⁰⁰ A matéria “Meio de destruir os insectos que devastam os nossos livros” era uma comunicação, lida por Henninger na sessão do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, do dia 9 de dezembro daquele ano, que citava as pesquisas de Pedro Magalhães e o *Dorcatoma bibliophagum*, e as suas próprias, utilizando a baixa e a alta temperaturas no combate aos insetos bibliófagos. Alegava que, ao empregar substâncias sólidas, líquidas ou gasosas, irrespiráveis ou venenosas, elas tinham dificuldade de penetrar em todos os recantos das obras infestadas, mas esta realidade era possível, principalmente com o uso da alta temperatura. Para a maior compreensão dos leitores, descreveu a montagem da estufa estudada e seu funcionamento, junto com o controle da temperatura durante o processo de desinfestação e as vantagens de ser esse método inócuo aos livros e de fácil aplicação (HENNINGER, 1912, p. 3).

Anos depois, em 1919, o *Jornal do Commercio* publicou o mesmo assunto com a matéria “O bicho dos livros – Uma descoberta útil para a conservação dos livros – As experiências do professor

.....
100. Engenheiro e professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Membro da Seção de Físico-Química da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Henninger”, louvando o trabalho do pesquisador e sua estufa para destruir os insetos bibliófagos (HENNINGER, 1919, p. 1). Esta publicação acabou provocando um debate entre o professor Henninger e o diretor da Biblioteca Nacional, Basílio de Magalhães, que incomodado com a publicidade da matéria foi ao jornal contestar a autoria das pesquisas e a sua descoberta.

Com o título “O bicho dos livros – o que se faz na Bibliotheca Nacional”, a matéria, publicada no dia 14 de janeiro, era endereçada ao redator daquele jornal, esclarecendo que o “processo de estufa ou de autoclave” já tinha sido citado por Constant Houlbert, em 1903, considerando-o, assim, como “descobrimento já antigo”. Acrescentou que a Biblioteca Nacional adquiriu uma estufa, em 1911, com o sistema desenvolvido pela “*Geneste Herscher*”, com quatro metros cúbicos e uma caldeira a vapor para estabelecer o vácuo, servindo tanto para a desinfecção dos livros com vapores antissépticos quanto para o extermínio de insetos utilizando a alta temperatura, ou mesmo os dois processos simultâneos.¹⁰¹ Segundo Basílio de Magalhães, a estufa recebia de cada vez 400 volumes, que permaneciam sob a ação do calor de 50°C por cerca de seis ou mais horas. Informou ainda que não estavam usando vapores tóxicos simultâneos, pois a estufa, que funcionava durante o dia, estava instalada dentro das oficinas e os vapores tóxicos poderiam colocar em grande risco a saúde e a vida dos operários (MAGALHÃES, 1919, p. 3). Tal carta provocou uma necessidade de resposta do professor Henninger ao diretor da Biblioteca Nacional. Dois dias depois, o *Jornal do Commercio* publicou “O bicho dos livros – Uma carta do professor Henninger”, com o objetivo de esclarecer que não teria sido ele o descobridor de que o calor matava os insetos, mas por ter estabelecido por experiências “os detalhes do modo de operar para obter por meio do calor a destruição dos anobídeos”. Comentou que a Biblioteca Nacional tinha conhecimento de suas

.....
101. Em uma fatura datada de 29 de fevereiro de 1916 a Biblioteca Nacional pagou Anthero Augusto Moreira pelo trabalho de submeter os livros a vapores de água, na estufa, para extinção dos insetos. Esse documento confirma a não utilização de inseticida, nessa estufa, para eliminar os insetos bibliófagos (FATURAS, 1916).

pesquisas, pois em conversa, na época, com o diretor da biblioteca, Cícero Peregrino, este teria dito que iria ensaiar na estufa Geneste Herscher o método por ele proposto e realizado com sucesso, apenas utilizando o calor. Acrescentou que agora estava ciente pela “comunicação do Dr. Basílio de Magalhães” de que o processo por ele recomendado tinha obtido resultados eficazes. Ressaltou que não conhecia a obra de Houlbert e que não conseguiu verificar até que ponto sua pesquisa poderia ser considerada “como um descobrimento antigo”, pois não teria encontrado na Biblioteca Nacional o referido livro (HENNINGER, 1919, p. 1).

Outra polêmica também ocupou as páginas dos jornais no Rio de Janeiro. Em 1917, o *Jornal do Commercio* publicou um debate entre o médico e pesquisador Pedro Magalhães e o bibliotecário Álvaro Paulino sobre a classificação dos coleópteros. Mais tarde, em 1926, este mesmo debate foi publicado, em um apêndice do *Jornal do Commercio*, junto a um folheto que tratava do artigo de Pedro Magalhães intitulado *Dorcatoma bibliophagum brasiliense* (NABUCO, 1959, p. 93).

Em 1917, Arturo Scarone, diretor da Biblioteca Nacional do Uruguai, publicou *El libro y sus enemigos: estudio sobre los insectos que invaden las bibliotecas*, obra já mencionada e apontada por Weiss e Carruthers como um dos trabalhos mais importantes sobre o assunto publicados até o final da década de 1930. Nessa obra Scarone se debruçou sobre a história do combate aos insetos bibliófagos, apresentando os tipos mais daninhos, suas características, forma de vida e sua propagação, que ele comparou com uma epidemia, chamando-a de “a tuberculose do livro”. Ele finalizou seu livro com informações sobre prevenção, construções de estantes, observações sobre encadernação, tintas e papel, reunindo informações com o objetivo de proteger os acervos bibliográficos. Scarone também mencionou a estufa proposta por Houlbert, a mesma que acalorou as discussões entre Basílio de Magalhães e Daniel Henninger.

Nessa chave da troca de informações e conhecimento científico um importante dado aparece na obra de Scarone. O autor citou algumas vezes o diretor da Biblioteca Nacional do Brasil, Cícero Peregrino,

como referência de um gestor preocupado em preservar o patrimônio cultural sob sua responsabilidade. Destacou uma passagem do relatório de Cícero Peregrino que assegurava que o meio mais proveitoso de conservação era colocar os livros em movimento, tirar-lhes o pó, batê-los cuidadosamente para retirar as larvas do inseto destruidor e reconstruir os volumes deteriorados (SCARONE, 1917, p. 139). A aplicação do gás Clayton no combate aos insetos bibliófagos também foi mencionado, assim como a utilização de alúmen calcinado. Cícero Peregrino disse que não confiava muito nas suas virtudes, mas que não prejudicava o livro. Por concordar com as palavras do diretor brasileiro, Scarone fez questão de transcrever um trecho do relatório de 1904, onde Peregrino escreveu:

Descobrir o meio de combater a resistente larva desse *anobium* ainda não estudado, que poucas vezes se encontra em estado perfeito e é o mais daninho de quantos insetos atacam as bibliotecas, seria prestar um serviço estimável aos que amam os livros, por que seria extinguir o seu maior adversário (SCARONE, 1917, p. 171, tradução nossa).

Seu interesse em estreitar as relações e manter as trocas culturais fez com que Arturo Scarone visitasse a Biblioteca Nacional, em 1926, e em nome do governo uruguaio doasse mil preciosos volumes que constituiriam a Coleção Uruguaia (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1926, p. 10).

A visita do ilustre diretor foi notícia em várias edições do *Jornal do Brasil*, entre os dias 6 de outubro e 11 de dezembro. A matéria com maior destaque para o evento foi a do dia 13 de outubro, “A entrega solenne dos mil volumes oferecidos pelo Uruguay”, publicando os discursos das autoridades presentes e do convidado de honra uruguaio.

Mário Bhering, diretor da Biblioteca Nacional naquele período, fez questão de “exaltar a sua contribuição de inestimável valor para a debellação de um dos flagelos que assolam as nossas bibliotecas” – a obra – *El libro y sus enemigos*, que estava entre as doações de Scarone (A ENTREGA..., 1926, p. 10).

A busca para controlar os flagelos citados por Mário Bhering e solucionar os problemas causados pelos insetos nas bibliotecas também

interessou ao médico e pesquisador Dr. Diogo Teixeira de Faria,¹⁰² que em 1919 publicou a obra *Os inimigos dos nossos livros – dados preliminares a um processo de destruição dos insetos que atacam os livros em S. Paulo*. Os inimigos a quem Diogo Faria se referiu eram o *Catorama Herbarium* e o *Dorcatoma bibliophagum brasiliensis*, popularmente conhecidos como brocas e apontados como os mais vorazes insetos destruidores de papel. Para exterminá-los realizou experiências com o gás Clayton, verificando que os livros suportaram muito bem a ação do gás sulfuroso, não sofrendo alteração. No entanto, Diogo de Faria advertiu que a aplicação do gás sulfuroso em ambientes e livros demasiadamente umedecidos era contraindicada, pois em contato com a água o gás produziria ácido sulfúrico, alterando e atacando não só a cor, mas a integridade do papel. Sua experiência foi realizada nos livros e documentos da biblioteca da Cúria Metropolitana de São Paulo, onde se obteve um “completo morticínio de todas as larvas que nelles se achavam” (FARIA, 1919, p. 20-21).

Fazendo uma revisão nos processos utilizados para destruir os insetos bibliófagos, Diogo de Faria citou o sulfureto de carbono, em vapores, proposto por Houlbert, em 1903. Disse que em São Paulo se usava o sulfureto de carbono líquido, em pequenas bibliotecas, consistindo em imergir rapidamente o livro e em seguida colocá-lo ao ar livre para secar, mas não o recomendava. Incluiu nas suas sugestões o processo mecânico, de folhear, sacudir e bater os volumes e também o calor, o cianeto de potássio ou sódio (FARIA, 1919, p. 33-34). Quanto ao formol, disse que indicou a compra da estufa Geneste Herscher, a mesma adquirida pela Biblioteca Nacional, e no mesmo ano de 1911, mas arrependido constatou que os insetos eram mortos pelo calor provocado por este aparelho e não pelos vapores de formol e do álcool (FARIA, 1919, p. 35). Apesar de a publicação apresentar o gás Clayton como o método mais eficaz para destruir os insetos bibliófagos, não utilizou nenhuma bibliografia das pesquisas

.....
102. Graduou-se na Faculdade Nacional de Medicina em 1893. Foi membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e diretor do Desinfectório Geral de São Paulo, atuando no combate às epidemias, sobretudo a febre amarela, no controle de pragas, doenças e saneamento básico.

desenvolvidas no Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional. Usou como referência uma publicação francesa, de 1918, de Lochon, *Appareil nouveau à sulfuration pour désinsectisation et désinfection*, cuja pesquisa é dedicada ao gás Clayton para ser aplicado em hospitais e hotéis e em lugares secos (LOCHON, 1918, p. 742-746).

Um dos divulgadores dos meios de combater os “inimigos dos livros”, no Brasil, foi Homero Pires,¹⁰³ deputado federal pela Bahia e bibliófilo residente no Rio de Janeiro, que dedicou parte de sua vida a cuidar de sua biblioteca, aplicando métodos de conservação que buscava em pesquisas dos estudiosos e cientistas. Em uma longa entrevista à revista *Diretrizes*, de 1942, com o título “O caçador de inimigos do Livro”, Homero Pires recebeu o repórter em meio aos livros de sua biblioteca particular para contar um pouco como nasceu o gosto de conservar os livros, e como fazia para manter os insetos longe de suas preciosidades (BARBOSA, 1942, p. 27 e 50). Comentou que na sua busca por insetos bibliófagos acabou descobrindo mais duas espécies: o *Globicornis fulvipes*, de *Guerin*, e um outro ainda sem classificação, que atacavam as encadernações em couro. Para o bibliófilo o melhor trabalho sobre os inimigos do livro foi a obra de Houlbert, de 1903, mas também fez questão de citar Rouveyre e Albert Cim, não se furtando de lembrar que Cim incluía as mulheres como um dos inimigos do livro. Porém, ao que parece, Homero não pensava assim, pois tinha sua esposa como a grande guardiã da biblioteca. Citou seu amigo Constâncio Alves, bibliotecário e chefe da seção Seção de Impressos da Biblioteca Nacional, que gostava de dizer que a “biblioteca é um hotel com um *menu* variado. Há iguarias de todos os gostos. Há o couro, a madeira das estantes, os papéis de linho, a farinha da cola e tantos outros petiscos”. Para Homero Pires, Constâncio Alves possuía um conhecimento vastíssimo de biblioteconomia, e quase tudo que ele estava contando ao repórter tinha retirado de seus ensinamentos

.....
103. Homero Pires nasceu na cidade de Ituaçu/BA, em 1887, e faleceu no Rio de Janeiro/RJ em 1962. Advogado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1910, deputado federal pela Bahia, diretor dos jornais *O Estado* e *O Imparcial* em 1924. Foi diretor da Casa de Rui Barbosa, professor catedrático da Faculdade de Direito da Bahia e da Universidade do Estado da Guanabara e membro da Academia Baiana de Letras.

no curso que frequentou na Biblioteca Nacional. Para manter e conservar sua biblioteca e combater seus inimigos, Homero Pires priorizava algumas questões: a higiene dos livros e da biblioteca, a localização, que deveria ser longe da umidade e do calor, e quando percebia uma infestação por broca imergia os livros em querosene.

Outro estudioso dedicado às pesquisas sobre os insetos bibliófagos foi monsenhor Joaquim Nabuco que, em 1943, publicou a obra *Bibliófilos versus bibliófagos*. Nabuco utilizou nos seus estudos as referências bibliográficas de trabalhos desenvolvidos por médicos e cientistas nas primeiras décadas do século XX para escrever sobre a problemática da ação dos insetos bibliófagos nos acervos brasileiros (CASTRO, 2008, p. 60). Aloísio Castro chama a atenção para a apresentação intitulada “Conservação das nossas bibliotecas e arquivos”, que traz em sua narrativa um lamento sobre a perda cultural e ao mesmo tempo um tom mais vigoroso de alerta sobre a necessidade de prevenção e de adoção de medidas técnicas na defesa do livro:

[...] O desastre é tremendo, e pior é que ele continua. Bibliotecas e arquivos vêm sendo, neste século de ciência e progresso, arruinados, por vorazes bibliófagos. Urge, na medida do possível, remediar o mal (CASTRO, 2008, p. 60-61).

Essa obra foi reeditada em 1959 com o título *Em defesa do livro: a conservação das nossas bibliotecas e arquivos*. Sua segunda edição foi revista, ampliada e acrescentada de um apêndice: “Inseticidas e combate aos insetos que atacam os livros”, de autoria do entomologista Sebastião José de Oliveira, do Instituto Oswaldo Cruz. O prefácio da segunda edição é de Clóvis Salgado, então ministro da Educação e Cultura, que destacou a importância da obra de Nabuco para aqueles que se dedicavam a preservar o patrimônio cultural, chamando a atenção por seu teor científico e nominando-o como um “pequeno manual prático e oportuno” em defesa dos livros:

[...] Reeditado em 1959, beneficia-se dos progressos fundamentais da química no ramo promissor dos inseticidas. Temos, já agora,

armas de extermínio aos bibliófagos. Vamos persegui-los em tôdas as tocas, descobrí-los sob quaisquer disfarces e liquidá-los de vez, para a tranquilidade nossa e de nossos melhores amigos, os livros. Com poderosos gazes asfixiantes e terríveis pós mortíferos, estamos preparados para uma ofensiva fulminante. Podemos partir para essa singular cruzada, sem riscos nem perigos, mas certos da vitória (NABUCO, 1959, p. 4).

As relações entre estudiosos e suas pesquisas no combate aos insetos bibliófagos nem sempre eram consensuais e Joaquim Nabuco deixou transparecer essas diferenças quando citou alguns colegas e pesquisadores brasileiros e a relevância de suas pesquisas e observações. Fez uma crítica a Álvaro Paulino, quando este afirmou que teria visto a espécie de anóbio do pão, o *Sitodrepa panicea* (L.), em nossas bibliotecas. Segundo Joaquim Nabuco, esse inseto não era conhecido nas bibliotecas do Brasil. Sobre o uso do gás Clayton, disse que não teve resultados satisfatórios quando usado na Biblioteca Nacional, mas que Diogo Faria teria publicado seu trabalho só para advogar o seu uso, assim como teria feito Pedro Magalhães (NABUCO, 1959, p. 37 e 56).

Apesar das diferenças, a rede que envolvia estudiosos, cientistas e o patrimônio cultural brasileiro, preocupados com os ataques frequentes de insetos aos acervos, já vinha sendo tramada desde o início dos anos de 1940. Naquele período, o entomólogo Sebastião José de Oliveira, autor do apêndice sobre inseticidas na obra de Nabuco, estudou as brocas que estavam atacando a biblioteca do SPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan) e uma biblioteca particular no Rio de Janeiro. Esse estudo gerou a publicação do artigo “O Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) no combate às brocas de livros: *Dorcatoma bibliophagum* e *Catorama herbarium* (Coleoptera, Anobiidae) – 1ª Nota”, na *Revista de Entomologia* em 1944. Sebastião Oliveira escreveu que nessa primeira nota relatava os resultados preliminares de uma série de experiências que vinha realizando desde outubro de 1944, com o DDT, no combate às brocas dos livros. Nas suas conclusões apontava o DDT, associado ao querosene, como sendo uma solução química eficiente no combate às brocas quando apli-

cada em pinceladas nas folhas dos livros. Mas, advertiu que seus estudos ainda iriam prosseguir e outras notas a respeito seriam publicadas, pois esse campo da pesquisa ainda tinha muito que avançar (OLIVEIRA, 1944, p. 328).

A evolução da ciência e a descoberta de novos inseticidas, a partir de 1940, provocaram uma revolução na metodologia de controle de pragas na agricultura e nas áreas urbanas. A descoberta de compostos orgânicos sintéticos possibilitou a criação de imensa gama de produtos que também foram utilizados em bibliotecas e arquivos para combater os insetos bibliófagos. Contudo, não havia estudo específico na literatura brasileira sobre a utilização desses produtos em acervos bibliográficos e documentais, com informações quanto a toxicidade, periculosidade e riscos para a saúde dos seres humanos e efeitos colaterais nocivos para o acervo. Huysen (2000) aborda a crescente aceleração das inovações científicas, tecnológicas e culturais. Inovações científicas que, no caso do combate aos insetos em bibliotecas e arquivos, foram usadas indiscriminadamente e rapidamente se tornaram obsoletas, deixando para trás problemas sem solução e propondo novas promessas. Mais tarde, o uso indiscriminado de produtos químicos propiciou a resistência e a tolerância dos agentes biológicos aos inseticidas e pesticidas, envolvendo riscos de contaminação dos seres humanos, animais e meio ambiente, ocasionando alterações físico-químicas que aceleravam os processos de degradação dos materiais (ALMEIDA; BOJANOSKI, 2009, p. 388-392).

Por esse motivo, na década de 1990 o discurso e o uso de produtos químicos no combate aos insetos bibliófagos seriam substituídos, mesmo que tardiamente, na área da conservação de acervos, por novas técnicas de controle e desinfestação, como um reduzido uso de químicas, com o controle integrado de pragas,¹⁰⁴ congelamento

.....
104. O CIP é um conjunto de ações preventivas tem como principal objetivo a prevenção de infestações por meio de procedimentos rigorosos de inspeção, manutenção, educação, adequação do ambiente e tratamento (químico, físico e biológico).

e uso de gases inertes.¹⁰⁵ Surgiram novos conceitos e procedimentos que foram denominados de Conservação Preventiva.¹⁰⁶

O interesse em trazer algumas pesquisas e as práticas de combate aos insetos nocivos aos acervos bibliográficos e documentais, no Brasil e na Europa, para esse espaço de tempo histórico pesquisado, foi verificar que houve um esforço muito grande para o desenvolvimento desse campo de estudo, com um aumento de trabalhos científicos que envolveu cientistas, bibliófilos, bibliotecários, conservadores e diversas instituições científicas e culturais com resultados, hoje, por vezes questionáveis. Nesse contexto, a Biblioteca Nacional aparece em vários momentos desse processo como referência para outras instituições, pesquisadores e também como protagonista no uso de novas tecnologias, com o único objetivo de fazer cumprir sua missão de salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro.

Funcionários e os métodos de controle dos insetos bibliófagos na Biblioteca Nacional na primeira metade do século XX

A preservação de acervos, sobretudo de uma instituição como a Biblioteca Nacional, que tem milhares de obras dos mais diversos materiais bibliográficos e documentais, é sempre um esforço conjunto entre várias áreas do conhecimento. A Biblioteca, além de contar com a Oficina de Encadernação e com os trabalhos de restauração, manteve por alguns anos as atividades dos conservadores. Esse cargo, como já observado, criado pelo Decreto nº 1.766, de 8 de agosto de 1894, com as atribuições de fiscalizar a organização dos livros e documentos, sua recolocação nas estantes e de cuidar do serviço de encadernação e restauração dos livros, mapas, revistas e jornais, desapareceu com a publicação do Decreto nº 8.835, de 11

.....
105. Esta técnica erradica os insetos por ausência de oxigênio, levando-os à desidratação, numa atmosfera anóxica, modificada pela substituição do oxigênio por gases inertes como o dióxido de carbono, o argônio e o nitrogênio (FLAESCHEN, 2009).

106. É um conjunto de ações para aplacar as forças responsáveis pela deterioração e pela perda de significância dos bens culturais. Os programas de Conservação Preventiva contemplam o controle das condições ambientais, a prevenção contra riscos e o salvamento de coleções em situações de emergência, além da armazenagem e a conservação de acervos culturais (BECK, 2001).

de julho de 1911, e suas atividades de zelar pelo acervo passaram a ser assumidas, em parte, pelos sub-bibliotecários. É certo que as atividades do conservador não estavam diretamente relacionadas à aplicação de técnicas no combate aos insetos, mas o serviço de inspeção diária da restituição dos livros nas estantes, de preparo para a encadernação das obras, jornais e revistas em brochuras, fazia dele um vigilante, um guardião do estado de conservação dos volumes (RELATÓRIO, 1899, p. 280; 1901, p. 615; 1903, p. 337; 1904, p. 506).

A ausência do conservador foi sendo sentida ao longo dos anos, até que em 1934, já sem as oficinas, e com um quadro reduzido de diversos funcionários em vários setores, como, por exemplo, a saída de aproximadamente 20 operários encadernadores, a rotina de apoio à conservação dos acervos foi ficando bastante comprometida. Para tentar atender a necessidades das seções nessa tarefa, o diretor Rodolfo Garcia, por meio de Portaria, designou por contrato Djalma Pinto, que atuou entre 1934 e 1941; José Balbino Pinheiro, entre 1934 e 1941; e José Francisco Maurício, entre 1934 e 1939, para o serviço de conservação de livros (A BIBLIOTHECA..., 1934, p. 1; 1939, p. 530; 1941, p. 434). Infelizmente, o contrato não garantia a permanência dos conservadores, o que motivou Rodolfo Garcia, em 1935, a escrever ao ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, relatando a deficiência do quadro funcional da Biblioteca. Também pedia a nomeação de funcionários para diversos setores, inclusive que se restabelesse o conservador, cargo esse que existia em quase todas as bibliotecas:

Sem pleitear grande aumento de pessoal, julgo que as exigências da repartição poderiam ser satisfeitas com o restabelecimento, suprimido em 1933, com a criação de quatro logares de conservadores [...], e com a criação de uma turma de limpeza e asseio do edifício.

Os conservadores se me afiguram de grande necessidade para o serviço da repartição. Teriam por função a vigilância permanente dos depósitos, a arrumação dos livros, sua conservação e sua recolocação nos lugares próprios, cada vez que fossem retirados para a consulta, [...]. Esse cargo existe em quasi todas as bibliothecas e já existiu nesta, na secção de impressos, com bons resultados (A BIBLIOTHECA..., 1935, p. 27-28).

Como não foi atendido, Rodolfo Garcia reiterou o pedido, em 1937, por acreditar que os conservadores “se afiguravam de grande necessidade para o serviço da repartição”, e teriam por função “a vigilância permanente dos depósitos, a arrumação dos livros, sua conservação e recolocação nos lugares próprios” (A BIBLIOTHECA..., 1937, p. 28).

Entretanto, naquele momento as coisas permaneceram como estavam, ficando a biblioteca apenas com os mesmos três empregados conservadores até o início dos anos 1940, quando um novo movimento em prol da preservação do patrimônio cultural começou a sinalizar uma outra realidade para as instituições culturais. Para a Biblioteca Nacional, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atual Iphan, em 1937, trouxe o apoio técnico necessário para a criação do Laboratório de Restauração em 1948. Seu novo regulamento, em 1944, que instituiu a Seção de Conservação e a Seção de Restauração e Encadernação, possibilitou iniciar uma estrutura organizacional e uma política em relação à conservação e restauração de seu acervo. Até a biblioteca avançar nessa direção, com o apoio do Iphan na criação do Laboratório de Restauração, muitas ações foram implementadas com o objetivo de salvaguardar o acervo de seu mais terrível inimigo: os insetos bibliófagos.

Na prática dessas ações, se não eram os conservadores que aplicavam as técnicas e os produtos para debelarem os insetos bibliófagos, um outro profissional assumia essa tarefa. Prevendo a necessidade desse funcionário, o regulamento de 1911 tratou de incluir no quadro do pessoal sem nomeação a função de servente, contabilizando 28 vagas remuneradas por gratificação. De acordo com o artigo nº 22, os serventes teriam a responsabilidade com o asseio do edifício, a conservação de móveis, livros e objetos existentes na biblioteca (BRASIL, 1911).¹⁰⁷ Com o novo regulamento e com a reorganização do quadro de funcionários aparecem os nomes dos

.....
107. O Decreto nº 1.766, de 1894, não trata dos serventes na lista dos empregados, e define no artigo 56 que esses serão contratados pelo diretor de acordo com a necessidade da Biblioteca.

serventes que foram mantidos e outros contratados pela biblioteca naquele período:

[...] conservando como serventes Firmino da Silva Ramos, Roberto Luiz Pinto, João Lacerda Pinto, Antenos da Silva Pereira, Alberto Costa, Manoel Affonso Braga, Joaquim Vaz Bayão, João de Mattos, Romualdo Cordeiro, João Manoel Fernandes, José Maria da Silva Reis, Americo Rodrigues da Silva, Antonio José de Freitas, Augusto Machado, Arthur Dias, Herculano Silva, Laudelino Pedro de Campos, Francisco José Barreto e Narciso José Mariano, [...] João Marinho Torres, Euclides Antonio Murga, Casimiro Gordon y Fernandez, Walfrido Gomes das Chagas, Natal Gonçalves, Etelvino Florentino Torres, Gilberto Alves Marques, Fernando Justino de Oliveira e Manoel d'Avila Godinho.

Em virtude de disposição orçamentaria havia sido augmentado no principio do anno o numero de serventes de 12 para 24 [...] (A BIBLIOTHECA..., 1912, p. 652).

Nos primeiros anos do século XX encontramos algumas referências ao trabalho dos serventes, distribuídos entre as seções, dando apoio aos conservadores e aos oficiais na reposição dos livros consultados e demais objetos, e também na arrumação das estantes e dos arcazes (A BIBLIOTHECA..., 1904, p. 506; 1910, p. 769). Alguns recibos de pagamento por serviços prestados e informações nos relatórios anuais da biblioteca apresentam os nomes e as funções de alguns empregados admitidos por contratação para o cargo de servente, que foram distribuídos de acordo com a necessidade das seções e das tarefas (FATURAS, 1905-1906). Em 1906, João Diogo Fragoso aparece como responsável pela conservação dos livros, mas acabou migrando para a Oficina de Encadernação em 1914 (FATURAS, 1914). Trabalhou como oficial preparador das encadernações até falecer em 1922 (A BIBLIOTHECA..., 1922, p. 429). Leopoldino João Bento Gualberto, contratado em 1903 como auxiliar, assumiu o trabalho de conservação dos livros e de reposição das obras nas estantes até falecer em 1922 como guarda da biblioteca, servindo nesta função de 1912 a 1922 (A BIBLIOTHECA..., 1904, p. 487; 1907, p. 294; 1922, p. 429). Adolpho Calvet Velloso aparece só em 1908 como conservador de livros

(FATURAS, 1908). Álvaro da Silva iniciou como conservador de livros em 1910 e, em 1911, passou a ser ajudante de mecânico eletricista (A BIBLIOTHECA..., 1912, p. 651). Sebastião de Oliveira Guedes trabalhou como encadernador de 1905 até 1929,¹⁰⁸ mas, em 1913, recebeu pela conservação dos livros. O mesmo aconteceu com Ernani Dias Pereira, que trabalhou como encadernador entre 1904 e 1922, quando faleceu, servindo em 1913 como conservador de livros (FATURAS, 1913). Para operar a estufa a vapor a biblioteca contratou Anthero Augusto Moreira, que trabalhou entre 1913 e 1916. Em 1923, ele é citado como servente no relatório da direção (A BIBLIOTHECA..., 1923, p. 465).

Depois de 1911, os serventes passaram a ser mencionados como ajudantes dos chefes de seção no combate aos ataques dos insetos, como relatado pelo chefe da Seção de Estampas, Aurélio Lopes de Souza, quando registrou em seu relatório as ações para conservar as peças iconográficas dos ataques dos insetos:

A guerra contra os insectos bibliófagos e as suas larvas, que atacam por igual, e com a mesma violência, as peças avulsas acamadas e fora de movimento, sempre constituiu seria preocupação para esta chefia. Infelizmente, cada vez mais convencido fico de que só o manuseio constante poderá livrar o inimigo, nos espaços abertos, as peças postas, por força das circunstâncias, ao seu alcance. [...] sempre que possível, dou ao servente do departamento a meu cargo a incumbência de folhear, methodicamente, os livros e as colleções que se guardam nas estantes (A BIBLIOTHECA..., 1919, p. 285).

Algumas orientações para a conservação do acervo foram adotadas como práticas na Biblioteca Nacional através da leitura das pesquisas de vários autores bibliotecários, bibliógrafos e entomologistas.

Essa prática de colocar o livro em movimento, folheá-lo e bater em sua capa para fazer cair as larvas e os insetos adultos era utilizada há muito tempo, como observou Paul Jacob em 1896.

.....
108. As informações nos livros de fatura correspondendo ao pagamento de Sebastião de Oliveira Guedes se encerram em 1929.

Ele reconhecia que esta técnica de bater com frequência e energicamente os volumes era o meio mais simples, certo e prático de eliminar as larvas, mas, além desse procedimento, recomendava polvilhar os livros com alúmen pulverizado¹⁰⁹ (JACOB, 1896, p. 158). Albert Maire entendia que bater violentamente no livro, folheá-lo e retirar os insetos seria um remédio contra seus ataques, porém não o único. Esse autor também indicava a adição de alúmen nas colas de amido para conservá-las (MAIRE, 1896, p. 94). Na virada do século XX, autores como Cim, em 1902, Houlbert, em 1903, e Scarone, em 1917, reconheciam e indicavam que bater diariamente nos livros e movimentá-los seria um poderoso processo para combater o ataque dos insetos bibliófagos (CIM, 1902, p. 326; HOULBERT, 1903, p. 45; SCARONE, 1917, p. 175). A cola de amido misturada ao alúmen também evitava os insetos, pois, como explicaram, esses eram atraídos pelo odor da cola, e a adição do produto químico a conservaria, diminuindo seu cheiro quando se decompunha (SCARONE, 1917, p. 145; CIM, 1902, p. 323). Houlbert, em sua longa lista de produtos químicos para deter os insetos, incluiu a naftalina e a benzina como substâncias odorantes e o alúmen como irritante e tóxico, capaz de repelir os insetos (HOULBERT, 1903, p. 332-333).

As listas de produtos químicos e meios para combater os insetos inimigos dos livros seguem em todas as obras dos autores estrangeiros pesquisados e se estendem para as publicações brasileiras, como já mencionado, chegando às bibliotecas como uma possibilidade de uso e uma esperança a mais para seus dirigentes.

Tomar a melhor decisão e implementar a mais eficaz metodologia para manter a salvo o acervo e exterminar os insetos não era tarefa simples. Como observado, a recomendação mais difundida entre os estudiosos, bibliotecários e bibliófilos, desde o século XIX, era

.....
109. O alúmen foi usado como conservante de colas à base de amido e como inibidor de ataques de insetos bibliófagos. O produto químico alúmen, alúmen de potássio ou alúmen de potassa é adstringente e antisséptico. Em doses elevadas é irritante e pode chegar a ser corrosivo e causar toxicidade grave por alumínio (ACOFARMA, 2018).

a limpeza diária, com a rotina do “desempoeiramento” dos livros, batidas nos volumes e a aplicação de certos produtos químicos.

Para tentar resolver o problema da infestação de insetos na biblioteca, Cícero Peregrino registrou, em 1903, exatamente a associação de dois processos: o mecânico e o químico. Processos que mais tarde iriam chamar a atenção do diretor da Biblioteca Nacional do Uruguai, Arturo Scarone, em sua obra *El libro y sus enemigos*, de 1917.

Ao descrever os dois processos, Cícero Peregrino deixou transparecer sua frustração diante de toda a complexidade que exigia a ação de exterminar os insetos:

Continuou a empregar-se nos livros, depois de desempoeirados e de retiradas as larvas destruidoras, o alumen calcinado, em cujas virtudes não confio, mas não pode prejudicar [...].

Descobri o meio de combater a resistente larva dêsse *anobium* ainda não estudado, [...] é o mais damnhinho de quantos insectos atacam as bibliothecas, seria prestar um serviço inestimavel aos que amam os livros, porque seria extinguir o maior adversario.

Tive occasião de fazer repetidas experiências com dous preparados, em relação aos quaes tinham sido expedidas patentes de invenção e que me apresentavam como efficazes para dar combate aos insectos que destroem os livros. Infelizmente porem taes experiencias levadas até o processo de immersão completa e prolongada, meio extremo de verificar a energia desses preparados e os effeitos da sua applicação, foram seguidas de resultado negativo. A larva d'essa especie de broca a que me referi resistiu com a mesma vitalidade com que em experiencias anteriores havia affrontado as vaporisações de formol. Quanto á traça commum, denominada “traça do Brasil”, incomparavelmente menos prejudicial de que o pequeno coleoptero no estado de larva, [...] essa cedeu facilmente á immersão (A BIBLIOTHECA..., 1904, p. 502).

Na opinião de Aurélio Lopes de Souza, chefe da seção Seção de Estampas, o trabalho de conservação por meio de simples limpeza, remoção e manuseamento dos volumes e estampas que apresentavam insetos era mais eficiente do que a aplicação da naftalina (A BIBLIOTHECA..., 1904, p. 10; 1906, p. 3).

Acompanhando algumas ações de conservação no enfrentamento do problema da infestação de insetos bibliófagos na Biblioteca Nacional estava o médico Dr. Jaime Silvado, que ao comentar sobre essa problemática, ressaltou:

Parece-me que menor trabalho dá a velha pratica de bater os livros, applicando áquelles em que se note começo de destruição algum pó insecticida de utilidade comprovada, como o tabaco de pó (esturro), a naphthalina etc. Uma turma de empregados exclusivamente occupados com esse mistér conservaria de modo relativamente economico a mais rica das Bibliotecas (SILVADO, 1911, p. 249).

Não fica claro, no início do século XX, em todas essas ações de conservação, se eram os serventes que realizavam as tarefas de limpeza, de folhear, bater nos livros e aplicar o alúmen calcinado. A referência, naquele período, era sempre feita de forma genérica como: “consegui começar em janeiro o serviço regular de limpeza dos livros”, “fizeram-se ininterruptos os trabalhos de desempoeiramento” (RELATÓRIO, 1902, p. 374; 1903, p. 336). Baseado no número de serventes contratados a partir de 1911, e com a recorrente escassez de funcionários, tudo leva a crer que eram os serventes que realizavam essas tarefas.

A seção que faz referência direta ao servente responsável pela limpeza e expurgo¹¹⁰ de seus livros é a 4ª Seção de Moedas e Medalhas, cujo chefe era Edgar de Araujo Romero. Sob sua responsabilidade, o servente Joaquim Bayão mantinha o asseio da seção, “além do expurgo de costume” (RELATÓRIO CHEFES..., 1916, p. 183). Em 1918, os trabalhos de Joaquim Bayão se limitaram à limpeza do mobiliário e do acervo, pois faltou combustível para o expurgo dos livros (RELATÓRIO CHEFES..., 1918, p. 9). Em 1922, esse servente, depois de ser promovido a guarda, acabou saindo da biblioteca e em seu lugar ficou Manoel Affonso Braga (RELATÓRIO CHEFES..., 1922, p. 13).

.....
110. O expurgo dos livros (desinfestação e desinfecção) era realizado em estufas e mais tarde em autoclaves, como será comentado no próximo capítulo.

Em 1922, o diretor interino Aurélio Lopes de Souza faz algumas considerações gerais sobre o trabalho de conservação atribuindo aos serventes esta responsabilidade:

[...] Si a bibliotheca é pequena e seus livros constantemente lidos, opera-se por si, mecanicamente, o trabalho da conservação; si numerosas as obras, [...] faz-se mister, por força, alguém que abra, limpe e expurgue. Uma biblioteca, como a nossa, com centenas de milhares de volumes precisa ter portanto uma turma de conservação sempre nessa tarefa empenhada.

Nunca poudes porêl-fazêl-o a direção da Bibliotheca, nem jamais poderá, com o actual numero de serventes [...]. o mais que poudes fazer ultimamente, vencendo aliás difficuldades, foi destinar exclusivamente para este mister dois serventes [...].

A conservação, entendida como é na Repartição, comprehende, além da limpeza dos volumes e de processos *in-loco*, a acção, em estufa apropriada, durante certo tempo, do ar aquecido [...].

Não seria preciso dizer que grande tem sido a preocupação da Directoria, e não pequeno o seu esforço, para evitar, ou melhor para destruir a acção do cupim, também damnhinho para os livros. Os dois empregados a que alludi têm especiaes instruções nesse sentido (A BIBLIOTHECA..., 1923, p. 456-457).

Na luta para salvaguardar o acervo da biblioteca o diretor encontrava apoio nos chefes de seção que deixavam registrado em seus relatórios a importância e a necessidade do aumento de pessoal para trabalhar na proteção dos livros e documentos, sujeitos não só ao ataque dos insetos, mas vulneráveis ao vandalismo de alguns leitores. Sobre a situação difícil da biblioteca, o chefe da Seção de Moedas e Medalhas comentou:

A carencia de pessoal que se ocupa da limpeza em geral e do expurgo dos livros contribue para que mais e mais fiquem elles sujeitos á acção destruidora dos bichos. De parceria com estes, convem citar a classe de leitores que damnificam as obras de que se utilizam, arrancando e cortando paginas de texto e illustrações, tantas vezes de edições esgotadas [...].

A menos que tenhamos uma turma de funcionarios com exclusivo mister de zelar pela conservação dos livros nos armazens, e inspecionar

os leitores que dos mesmos fazem uso, os livros da Bibliotheca estarão em futuro proximo em completa ruina (RELATÓRIO CHEFES..., 1923, p. 5).

Para suprir a carência de mão de obra, encontramos algumas referências de contratação de pessoal extranumerário, em 1929, responsável por efetuar “o repasse, obra a obra, de todas as existentes no quarto andar da seção de Impressos” (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1929, p. 34).

Todo esforço e toda ajuda eram importantes no combate aos insetos que atacavam os livros. Mesmo com deficiência de pessoal para manter o trabalho em um nível satisfatório de controle das pragas, as atividades prosseguiram e diversos procedimentos relativos à conservação do acervo eram relatados. Por meio desses registros foi possível acompanhar o tempo de utilização de alguns métodos de combate aos insetos bibliófagos, descritos muitas vezes nos relatórios do diretor da biblioteca e pelos chefes de seção. Menções sobre a pulverização do alúmen calcinado por entre as páginas dos livros e na massa da cola de amido aparecem entre 1901 e 1919, mas a aquisição desse produto consta nas notas de fatura até 1929, o que nos faz crer que ainda era uma prática institucional no final dos anos 1920 (Apêndice B). O item Conservação, dos relatórios anuais, era reservado a informar os procedimentos adotados pela biblioteca para a salvaguarda do acervo: “adotei o alvitre de deitar entre as folhas dos livros alumen pulverizado”; “o emprego do alumen calcinado fizeram ininterruptos”; “procedeu-se cuidadosamente, folha por folha, ao limpaento dos codices encadernados, em todos os quaes se fez applicação de alumen calcinado e naphthalina” (RELATÓRIO, 1902, p. 374; 1903, p. 337, 347). Esse procedimento também estava presente alguns anos depois, afirmando que “fez-se uso, como de costume, o alumen calcinado” (A BIBLIOTHECA..., 1905, p. 398).

A Seção de Moedas e Medalhas, a título de experiência, mandou fazer, em 1911, aplicação de querosene como inseticida em um livro que estava bastante danificado e também numa cartanagem de um álbum. Como ficou provada a eficiência do processo, esse

foi executado em todos os livros da biblioteca técnica da seção (RELATÓRIO CHEFES, 1911, p. 2).

A aplicação do querosene como inseticida também foi mencionada no relatório relativo ao ano de 1919, junto com a informação da aplicação do alúmen na massa para a encadernação e da naftalina, empregada em espaços fechados como gavetas, armários, latas e pacotes (A BIBLIOTHECA..., 1919, p. 312).

O emprego sistemático de “petróleo”¹¹¹ com o objetivo de destruir as pragas também foi mencionado nos relatórios de 1927 e 1931. Em 1927, o diretor informou que não teriam experimentado outros processos, como o sulfureto de carbono ou outros compostos de ácido anídrico, recomendado por autoridades na matéria, por ser o sulfureto explosivo e o ácido anídrico venenoso, exigindo instalações próprias para seu emprego, que não existiam e dificilmente existiriam na biblioteca (RELATÓRIO CHEFES..., 1927, p. 20-21). Pelo relatório de 1931, fica registrado que o serviço de conservação de livros continuava a ser feito pelo “mesmo processo dos anos anteriores, pela aplicação de petróleo refinado” (RELATÓRIO..., 1931, p. 12).

Outro processo utilizado na biblioteca para combater os insetos por meio do calor foi a estufa Geneste Herscher, adquirida em 1911. Esse equipamento foi instalado dentro da Oficina de Encadernação e sua operação foi iniciada em 1913:

Esteve ao serviço da 1ª seção e funcionou regularmente a estufa a que me referi no relatório correspondente ao anno de 1911. Tem-se empregado unicamente o vapor d’água, conservando-se expostos os livros durante tres horas à temperatura de 55 graus [...] (A BIBLIOTHECA..., 1914, p. 672).

Entretanto, o uso dessa estufa a calor associado a produtos inseticidas não foi utilizado, como justificou o relatório:

Continuou a estufa a funcionar regularmente, por ella tendo passado todos os dias um certo numero de volumes. Ainda não foi possivel

.....
111. Como o querosene é um dos derivados do petróleo, acreditamos que o termo petróleo, nesse relatório, se referia à aplicação desse destilado.

utilisal-a na desinfecção dos livros consultados durante o dia, serviço que, para não prejudicar a consulta, só poderia ser feito á noite (A BIBLIOTHECA..., 1915, p. 674).

Sobre a utilização da estufa como um processo de conservação o relatório registrou:

O serviço de destruição pelo calor, em grãos e por tempo apropriado, dos insectos habitantes do livro e suas larvas continuou a ter regular execução. Diariamente recebeu a estufa um certo numero de volumes, enviados pelas secções, que passaram por esse processo de conservação (A BIBLIOTHECA..., 1916, p. 354).

As últimas referências encontradas sobre o funcionamento da estufa foram registradas nos relatórios de 1919 e final da década de 1920. Ao mencionar o trabalho de conservação, o diretor comentou:

“O combate aos insectos que atacam os livros continuou a fazer-se por meio da estufa, cujo funcionamento esteve interrompido de outubro de 1918 até julho de 1919, quando me foi possível restabelecel-o, tendo mandado proceder a concerto na caldeira” (A BIBLIOTHECA..., 1919, p. 312).

No relatório de 1922, ficou registrada uma importante definição de conservação de acervo, juntamente com a situação do emprego da estufa a calor, pelo equipamento Geneste Herscher:

A conservação, entendida como é na Repartição, comprehende, além da limpeza dos volumes e de processos *in-loco*, a acção, em estufa apropriada, durante certo tempo, do ar aquecido. Em 1922 porém não foi permittido o emprego desse meio, não só pela referida falta de pessoal, como ainda porque já não é possível conserval-a no logar em que está. Com a collocação da nova secção de jornaes na visinhança, pelo vão do elevador que a serve, do ponto em que fica a estufa, está sempre imminente a irrupção, por esse vão, da fumaça e fuligem escapas da chaminé da caldeira. Removel-a desse ponto, na officina de encadernação, para o terreno junto, é obra que se faz necessaria tambem (A BIBLIOTHECA..., 1923, p. 456).



**Guerra química
ÀS BARATAS!**

Gêneros estragados! Frequêças que fogem! Sêlos roídos! Acabe definitivamente com estes prejuízos, com o SISTEMA ELÉTRICO BRACIDA. Serviço de exterminação, turmas diurnas e noturnas. Informações e orçamentos sem compromisso.



BRACIDA
EDIF. REX-SALA 1517
TEL. 22-2293 — RIO

Nos demais relatórios a menção ao expurgo é mais simples, limitando-se a informar que continuaram a realizar um trabalho sistemático e cuidadoso (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1927, p. 20; 1928, p. 27; 1929, p. 34). Durante o ano de 1929, a biblioteca contratou Silvano Leão Bourrus para os serviços de expurgo de livros, com uma média de 4.200 livros por mês. O que as notas de serviço não informam é se esse trabalho era realizado internamente ou era um serviço externo à biblioteca (FATURAS, 1929).

Figura 34. Anúncio da empresa Bracida e seu aparelho elétrico de fumigação. Fonte: GUERRA química às baratas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 out. 1941, p. 14. Segunda edição.

Figura 35. Anúncio da empresa Bracida e seu aparelho elétrico de fumigação. Fonte: BLITZKRIEG. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 set. 1941, p. 9. D. A. Press.

BLITZKRIEG



Os gêneros estragados... Os selos roídos... A saúde contaminada... Os freqüentes que fogem... BRACIDA livra-o rapidamente destes prejuízos, graças a um sistema elétrico de exterminação de baratas e demais insetos, ascombrados descoberta americana. Serviço de desinfecção. Turmas diurnas e noturnas. Faça como os grandes estabelecimentos comerciais da cidade.

BRACIDA

EDIFÍCIO REX — SALA 1517 — RIO
FONE 22-2293

Somente em 1943 o relatório do diretor volta a registrar o uso de uma estufa para expurgar os livros, mas desta vez com o emprego de inseticidas. O aparelho da empresa Bracida foi adquirido para este fim, mas infelizmente não se mencionou o tipo de inseticida utilizado na desinfestação dos livros (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1943, p. 336). Pelos jornais, a empresa Bracida (Sociedade Brasileira de Inseticida e Raticida Limitada) anunciava seu sistema elétrico (Figuras 34 e 35), de descoberta americana, usando inseticida na sua “guerra química” capaz de exterminar as baratas e outros insetos.¹¹² Por meio de imagens do equipamento é possível observar uma alça que possibilitava seu transporte manualmente para a aplicação do inseticida, ou como o relatório da biblioteca sugere, adaptado para estufas de fumigação.

Essa estufa com o aparelho da empresa Bracida foi inicialmente construída em madeira pelo pessoal da repartição. Entretanto, por ordem do ministro da Educação e Saúde Pública, foi substituída por uma de cimento, mais resistente e durável (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1944, p. 23).

O cuidado com o asseio do ambiente e do mobiliário adequado à guarda dos documentos também estava presente nas preocupações dos chefes de seção, que buscavam informações e materiais para melhor atender às necessidades distintas de seus acervos. Algumas referências indicam que eram utilizadas pastas de papel linho para acondicionar as obras de arte e documentos, assim como latas de flandres eram usadas para guardar os manuscritos. Esses procedimentos são mais recorrentes do final do século XIX até o início da década de 1910, conforme consta em alguns relatórios anuais. Não encontramos, nos períodos posteriores, até meados dos anos 1940, informações que possam indicar a permanência desse trabalho ou sua substituição por outra prática, talvez por terem se tornado rotina, não acrescentando informações novas à conservação. Porém, uma novidade nesse trabalho de conservação

.....
112. A empresa Bracida usava imagens associadas à guerra, comparando seu aparelho aos tanques, com baratas tentando se proteger do gás com máscaras, com o objetivo de vender os serviços de fumigação e os equipamentos.

apareceu no relatório do setor de Impressos, de 1923, informando que a biblioteca teria adquirido um aparelho de “limpeza pelo vácuo”, para a higiene dos armazéns e de outras partes da Casa (RELATÓRIO CHEFES..., 1923, p. 5).

As imagens a seguir (Figuras 36 e 37) são da Seção de Manuscritos, ainda no edifício do Largo da Lapa, em 1902, com suas caixas de flandres para acondicionar os milhares de documentos avulsos sob sua guarda.

Um dos registros sobre o cuidado com o acondicionamento aparece no relatório de 1901, ao registrar as atividades da Conservação, informando como o trabalho estava sendo executado no setor de Manuscritos:

Com o fim de proteger os documentos acondicionados em latas contra a oxidação d'estas, foram adquiridas folhas de papelão que se distribuíram por 1.068 latas, ficando cada uma d'ellas os documentos resguardados por duas d'aquellas folhas, alem de envolvidos em capas de papel de linho formando pastas. Fizeram-se 8.000 d'essas capas, com dizeres impressos (RELATÓRIO, 1902, p. 379).

Apesar das dificuldades encontradas por todos os gestores e profissionais da preservação com a falta de apoio financeiro, com um orçamento sempre muito aquém de suas necessidades e com um quadro cronicamente reduzido de pessoal, as atividades de conservação acompanharam, de certa forma, a rotina da biblioteca. Uma dessas atividades de conservação resultou na criação da oficina de encadernação, com o objetivo de garantir a segurança das obras, tanto em relação a sua permanência na instituição quanto ao controle da qualidade dos trabalhos desenvolvidos pela equipe de encadernadores. Outra atividade ficou a cargo dos serventes, que realizavam a limpeza dos ambientes e do acervo, além da responsabilidade pelo expurgo das obras.

Contando com o envolvimento de seus funcionários e pesquisadores, na virada do século, a biblioteca se tornou referência em importantes estudos no combate aos insetos bibliófagos, que há muito vêm causando perdas irreparáveis ao conhecimento humano. Sobre essas ações e sobre as pessoas que ajudaram a preservar

o acervo da Biblioteca Nacional é que avançamos nesse capítulo para narrar um pouco dessa memória até meados do século XX.



Figura 36. Vista da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Largo da Lapa. Fonte: FERREIRA, Antônio Luiz. *Sala principal da Seção de Manuscritos*. [1902]. 1 fotografia em p&b. Divisão de Iconografia.



Figura 37. Detalhe das caixas de flandres nas estantes da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Largo da Lapa, em 1902. Fonte: FERREIRA, Antônio Luiz. *Sala principal da Seção de Manuscritos*. [1902]. 1 fotografia em p&b. Divisão de Iconografia.

OS PROFISSIONAIS DA CONSERVAÇÃO E DA RESTAURAÇÃO E O ESTABELECIMENTO DO LABORATÓRIO DE RESTAURAÇÃO NA BIBLIOTECA NACIONAL – DE 1940 A 1980

Depois de percorrermos períodos marcados pela dificuldade de encontrar documentos que identificassem os profissionais da preservação na Biblioteca Nacional, e que nos oferecessem mais informações a respeito de suas atuações, encontramos, a partir da década de 1940, um momento importante e revelador. Não só pelo número de documentos textuais, mas pela possibilidade de reunirmos testemunhos orais de pessoas que vivenciaram, de alguma forma, as rotinas da preservação ou tiveram a oportunidade de conviver com os profissionais que atuaram na área da Conservação e Restauração. Período importante, que reuniu diversos profissionais para estabelecer o Laboratório de Restauração e criar uma equipe de conservadores-restauradores, reafirmando a necessidade da interdisciplinaridade da área no campo da cultura, da ciência e da tecnologia.

Os antecedentes para a implantação do Laboratório de Restauração

Após a publicação do novo regimento da Biblioteca Nacional pelo Decreto nº 16.167, de 1944, que instituiu as seções de Conservação (S.Cn.)¹¹³ e de Encadernação e Restauração (S.E.R.),¹¹⁴

113. Competia à S.Cn. organizar, manter e conservar (zelar) as obras raras e preciosas, entre outras atividades ligadas ao público leitor (BRASIL, 1944). Em 1944, o chefe da Seção de Conservação era Antônio José de Freitas. Sua primeira referência está no relatório de 1921, como servente. Foi auxiliar e, em 1939, aparece como bibliotecário (A BIBLIOTHECA..., 1939, p. 533).

114. Competia à S.E.R. encadernar, restaurar e manter o controle do material, assim como outras atividades de recebimento e devolução de obras (BRASIL, 1944). Em 1944,

foi preciso muito empenho e críticas ao estado de conservação do acervo para que de fato e de direito os projetos para preservá-lo começassem a ser implantados.

As dificuldades de se preservar o acervo da biblioteca devido a problemas de instalações inadequadas, falta de capacitação de pessoal e infestações de insetos bibliófagos já eram apontadas nos relatórios de seus diretores desde o século XIX, o que acabou por se repetir nos relatórios da primeira metade do século XX.

Sem uma ideia clara da situação da Biblioteca Nacional, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, convidou, em 1944, Rubens Borba de Moraes¹¹⁵ para assumir a direção da Divisão de Preparação com “a recomendação expressa de ultimar o mais rápido possível um estudo detalhado acerca da verdadeira e real situação da Biblioteca Nacional, sob todos os pontos de vista” (MORAES, 1946, p. 1). Borba de Moraes era um pioneiro da biblioteconomia no país, chefiou a Divisão de Bibliotecas Municipais de São Paulo e fundou as primeiras escolas de biblioteconomia no Brasil. Bibliotecário, bibliógrafo, bibliófilo, historiador e pesquisador brasileiro, foi também um dos organizadores da Semana de Arte Moderna (MORAES, 1987, p. 1). Imbuído de sua responsabilidade, Borba de Moraes escreveu, em março de 1945, um contundente e franco relatório baseado em suas observações e convivência na instituição, sem poupar a qualidade do trabalho dos funcionários, a precariedade da estrutura física do prédio e o estado de conservação do acervo

a chefe da Seção de Encadernação era a bibliotecária Heloisa Rego Freitas Fontenelle, nomeada em 1941 e licenciada em 1946. A professora Maria Heloisa Parente Napoleão a substituiu e assumiu a chefia (WEITZEL, 2010, p. 199). Nos relatórios, essa seção era indicada como Setor de Encadernação, sem informar qualquer atividade de restauração. 115. Rubens Borba de Moraes nasceu em Araraquara, São Paulo, em 1899. Estudou em Paris e na faculdade de Letras de Genebra. Foi um dos fundadores das revistas *Klaxon*, *Terra Roxa* e *Outras Terras* e *Revista de Antropologia*. Participou da criação da Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo e chefiou a Divisão de Bibliotecas Municipais. Fundou as primeiras escolas de biblioteconomia do Brasil, inspiradas na primeira escola, fundada em 1911, pela própria Biblioteca Nacional. Foi diretor da Biblioteca Nacional de 1945 a 1947. No final da década de 1940, foi subdiretor dos Serviços Bibliotecários e depois diretor da biblioteca das Nações Unidas, em Nova Iorque, e diretor do Centro de Informações das Nações Unidas, em Paris (MORAES, 1987, p. 1).

atingido por sol, chuva, insetos, além do roubo, do vandalismo e das deformações provocadas por encadernadores sem nenhum conhecimento. Naquele momento, sua avaliação quanto à necessidade de se tratar o acervo era reencadernar 50% e restaurar 20% de todas as suas obras raras. Neste relatório ele escreveu que teria se empenhado em fazer as considerações “de um técnico disposto a trabalhar e a realizar alguma coisa” e por isso “se sentia mais à vontade de poder dizer com mais franqueza e lealdade à administração” o que julgava necessário dizer (MORAES, 1945, p. 1 e 4). Estava tão inconformado com o estado de conservação do acervo que elegeu o tema como o primeiro assunto que tratou no longo documento, descrevendo o estado em que se encontravam algumas coleções que mais o tocaram, como as obras da Real Biblioteca, a coleção Teresa Christina, as coleções de José Carlos Rodrigues, de Salvador de Mendonça, da Biblioteca Fluminense, de Ramos Paz, os periódicos, as gravuras, mapas e manuscritos. Na parte dedicada à Real Biblioteca descreveu:

A Biblioteca Real está praticamente perdida. Centenas de volumes foram tão atingidos pelo sol e pela chuva (houve e há goteiras no telhado do prédio) que estão transformados em *tijolos*. Centenas de volumes encadernados em maravilhosas encadernações armoriadas¹¹⁶ do século XVIII, de marroquim vermelho, douradas *au petit fer* estão totalmente perdidas. Apenas algumas, embora desbotadas pelo sol, poderão ser restauradas. Não há (pelo menos não o encontramos) um único volume em estado razoável de conservação. [...] Não há praticamente uma obra que não esteja bichada e 50 por cento se transformou em verdadeiros rendados (MORAES, 1945, p. 2-3, grifo da autora).

Seu relatório, encaminhado ao ministro Gustavo Capanema, apresentava além das críticas algumas propostas para reorganizar a biblioteca.¹¹⁷ Foi a partir dessa “radiografia institucional” que as

.....
116. Que tem armas ou brasão pintados, esculpidos ou aplicados (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 166).

117. Encorajado por Carlos Drummond de Andrade, Borba de Moraes escreveu o relatório solicitado pelo ministro Gustavo Capanema, que após sua leitura sugeriu discrição

coisas começaram a caminhar por meio de contatos com outras instituições, sobretudo nos Estados Unidos, que proporcionaram uma parceria que resultou em colaboração de técnicos de instituições americanas para estudar um plano de reforma e restauração para a biblioteca. A parceria foi feita com a American Library Association e a Rockefeller Foundation, que enviaram três especialistas¹¹⁸ no primeiro semestre de 1945 para, junto com Borba de Moraes, traçarem um plano para todos os serviços. Por indicação da *American Library Association*, William Jackson, diretor da *Houghton Library*, especializada em obras raras, da Universidade de Harvard, na Inglaterra, veio colaborar com o plano (MORAES, 1946, p. 2 e 4). A *Library of Congress* também enviou um bibliotecário especializado em catalogação para capacitar os funcionários da biblioteca durante um ano (MORAES, 1946, p. 1).

O plano foi organizado em itens considerados básicos e fundamentais para a instituição:

1ª – a reorganização técnica de todos os serviços; 2ª – início de uma recatalogação de todo o acervo, baseado em normas e princípios universalmente adotados; 3ª – criação do serviço especial para livros raros; 4ª – limpeza e desinfecção dos livros; 5ª – reforma do prédio e instalações novas para o público (MORAES, 1946, p. 2).

Parte das informações sobre o plano foi apresentada no relatório de 1946. Tão contundente quanto o relatório de Borba de Moraes, em 1945, foram as observações de William Jackson sobre o estado de conservação das obras raras, herança do povo brasileiro que estava sendo “inadequadamente guardada da destruição de insetos, umidade e roubo”. Na sua avaliação se não fossem tomadas medidas enérgicas e imediatas o acervo estaria perdido para o Brasil e para o mundo, com livros inutilizados, que já não poderiam ser

sobre seu conteúdo e que sumisse com o relatório. Não queria sua publicidade, mas sim um plano de trabalho para fazer uma reforma na biblioteca (MORAES, 1987, p. 5-6). 118. A comissão para escrever o plano de reorganização da Biblioteca Nacional foi composta por Havie Branscomb, Gaston Lytton e C. Clifford (MORAES, 1946, p. 2).

restaurados, alguns apenas “consertados”, por hábeis trabalhadores (MORAES, 1946, p. 5).

As sugestões de William Jackson para tentar salvar o acervo de obras raras seria investir em aparelhos de ar-condicionado¹¹⁹ para o “controle artificial das condições atmosféricas” que “forneceriam um ar mais estável em umidade, temperatura e limpeza”, aliado a estudos de métodos de fumigação para a destruição de insetos bibliófagos (MORAES, 1946, p. 6). Em relação à restauração dos livros, muitos deles “deteriorados e mofados, comidos por traças e outros insetos”, seria quase impossível uma completa restauração à sua condição original, visto que as encadernações também se encontravam rasgadas e apodrecendo. Para esse problema, recomendava que se procurassem trabalhadores hábeis na França ou na Inglaterra para fazer a lavagem e a restauração, pois acreditava que não haveria no Brasil tal profissional e nem materiais adequados como o couro, o papel e outros necessários ao trabalho. Por isso, recomendava no seu relatório:

Por este motivo, talvez seja mais expedito e mais economico mandar os livros para a Inglaterra ou França para serem restaurados, sob a fiscalização e pericia de um agente nomeado que acompanhe o trabalho diretamente com os encadernadores [...]. Os livros que justificam esta restauração dispendiosa são uns poucos milhares, e seu custo total não é muito grande [...] (MORAES, 1946, p. 7).

Para aqueles livros que precisavam de “consertos menores”, recomendava o contrato de trabalhadores peritos e muito cuidado na escolha dos materiais, que deveriam ser de melhor qualidade. Quanto à encadernação sugeriu:

De fato, deve ser estudada a fundo a questão do tipo de encadernação mais conveniente para todos os livros da Biblioteca a serem encadernados, tanto os mais antigos quanto os modernos. Talvez mesmo se dê que o couro não seja o material preferido nas encadernações e sim outro qualquer material à prova de umidade e de mofo, se os

.....
119. Os aparelhos de ar-condicionado começaram a ser instalados em 1958 (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1958, p. 3).

armazéns com ar condicionado forem destinados apenas aos livros mais valiosos e não a um milhão e mais de volumes, existentes na Biblioteca (MORAES, 1946, p. 7).

Mais direcionado na análise das obras raras, William Jackson fez uma rápida observação sobre as gravuras, indicando que aquelas que ainda não tinham sido “estragadas pela cola ordinária, armazenagem descuidada e manejo rude” deveriam ser limpas e acondicionadas (MORAES, 1946, p. 7-8).

O plano por si só, por mais estudado e desenhado para a Biblioteca Nacional, não poderia ter sido implementado sem uma mudança estrutural. Borba de Moraes assumiu a direção da biblioteca no final de 1945 e permaneceu até 1947, tempo suficiente que lhe permitiu apresentar um projeto de reforma,¹²⁰ consolidando o plano anteriormente elaborado. Essa proposta se tornou realidade pelo Decreto-lei nº 8.679, de 18 de janeiro de 1946, ampliando as áreas da biblioteca e dando mais autonomia aos setores (BRASIL, 1946).

No entanto, já em 1945, o diretor Borba de Moraes, antes mesmo da concretização de suas reformas, estava em negociação com o Ministério da Educação para contratar um especialista em restauração. As conversas giravam em torno do interesse em contratar um restaurador independentemente da orientação do diretor da Divisão do Pessoal do próprio ministério, Álvaro Pereira, que insistia na ideia de que esse profissional deveria ser um bibliotecário. Opinião essa de que Borba de Moraes discordava inteiramente, pois, para ele, o importante era escolher um profissional pela sua qualificação e sua experiência na área de restauração. A esse respeito Borba de Moraes escreveu:

Atendendo à solicitação, esta repartição opina favoravelmente ao contrato de Técnico Especialista pelas razões que passa a expor:

.....
120. O Decreto-lei nº 8.679, de 18 de janeiro de 1946, ampliou o número de setores da instituição – que eram restritos à Divisão de Consulta (D.C.), à Divisão de Preparo (D.P.) e à Seção de Administração (S.A.) – para seis: I – Divisão de Aquisição; II – Divisão de Catalogação; III – Divisão de Circulação; IV – Divisão de Obras Raras e Publicações; V – Curso de Biblioteconomia; VI – Serviço Auxiliar.

O serviço de restauração, reconstituição e lavagem de livros antigos e gravuras, requer, além de um preparo especializado, grande experiência;

Essa experiência não faz parte do treinamento básico dos bibliotecários brasileiros, nos Cursos do D.A.S.P.¹²¹, da Biblioteca Nacional ou do Curso de Biblioteconomia de São Paulo nem é exigida para fim de seleção de pessoal nos concursos daquela carreira de servidores públicos;

A técnica empregada para as atribuições acima aludidas representa trabalho de laboratório, que exige, além de grande prática, um preparo especializado que se afasta dos conhecimentos exigidos para o exercício da função de bibliotecário;

Nas bibliotecas estrangeiras essas tarefas são confiadas a especialistas que trabalham em laboratórios montados na própria biblioteca;

A Biblioteca Nacional deverá instalar, dentro de pouco tempo, o seu laboratório desse tipo e necessita de confiar-lhe a direção a um técnico de comprovada competência como é o Sr. Calvino Randolpho Homem de Melo;

Na Biblioteca Nacional o número de obras que exigem limpeza, desinfecção, lavagem e restauração é considerável e do mais alto valor.

Não atender a esse serviço, com todo cuidado que requer, equivale a perder-se um patrimônio inestimável e insubstituível (OFÍCIO Nº 199, 1945, p. 1).

Borba de Moraes estava convencido de que a única solução aplicável ao caso seria contratar, nas palavras do diretor, um técnico especializado, um profissional credenciado (OFÍCIO Nº 199, 1945, p. 2). No entanto, na nova configuração, proposta em 1946, o setor de Encadernação e Restauração que havia sido definido no Decreto nº 16.167, de 1944,¹²² foi substituído apenas pelo setor de Encadernação, subordinado à Divisão de Aquisição, e o nome

.....
121. O Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) foi um órgão previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, com o objetivo de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e racionalizar o serviço público no país (FGV, 2018).

122. Não foram encontrados documentos que confirmem as atividades de encadernação e restauração executadas por esse setor.

de Calvino Randolph Homem de Melo,¹²³ sugerido por Borba de Moraes como um profissional que teria competência para ocupar a função de restaurador, acabou não se concretizando.

Independentemente desse desfecho, Borba de Moraes, apoiado pela reforma e com todas as recomendações advindas do plano, iniciou um trabalho de organização dos acervos com a separação de obras, limpeza, encadernação e restauração dos exemplares em pior estado.¹²⁴ Sobre as atividades desenvolvidas no ano de 1946 ele registrou:

O que se fez em 1946 foi apenas o início de uma longa e árdua tarefa. Atendeu-se à necessidade premente de resguardar os livros valiosos da Biblioteca, impedindo que o bicho, a poeira e outros elementos daninhos prosseguissem na sua faina destruidora, exterminando um patrimônio que nos legou o passado (MORAES, 1946, p. 10).

Na tentativa de proteger os livros das encadernadoras sem qualificação para trabalhar com as obras raras, Borba de Moraes conseguiu que esse serviço fosse executado, sem concorrência, durante dois anos, alegando que os livros variavam de tipo e dependiam de restauração, e por isso as oficinas deveriam ser escolhidas com mais segurança (OFÍCIO Nº 17, 1947). As oficinas selecionadas pela qualidade dos serviços não foram identificadas no referido documento e, passado o período de dois anos, a encadernadora A. Oliveira Pires apareceu como a firma contratada depois da “coleta de preços”, indicando que o sistema de concorrência por menor preço tinha voltado a ser praticado (OFÍCIO Nº 257, 1947). Entretanto, essas contratações não resolviam o problema da restauração da obra rara e o desejo de encaminhá-la para o estrangeiro com o objetivo de “ser lavada e restaurada com perícia e perfeição” ainda motivava Borba de Moraes a escrever para o ministro da Educação e Saúde relatando essa ideia (OFÍCIOS Nºs 61 e 85, 1947).

.....
123. Não foi possível, até o momento, identificar Calvino Randolph Homem de Melo e verificar qual seria sua formação na área de restauração.

124. Apesar de indicar no seu relatório a restauração das obras, não foi possível confirmar se de fato foi realizada e quem teria executado o trabalho.

Borba de Moraes chamou a atenção também para a Seção de Conservação, subordinada à Divisão de Circulação, que tinha a árdua tarefa de realizar uma limpeza imediata nos volumes e organizá-los nas estantes, contando com um número reduzido de funcionários. Esse setor se resumia ao chefe Antônio José de Freitas¹²⁵ e três serventes, o que, segundo Borba de Moraes, dificultava o bom andamento do serviço (MORAES, 1946, p. 15).

Algumas dificuldades ainda precisavam ser vencidas com relação ao Setor de Encadernação, que se limitava a selecionar e preparar os volumes para serem encadernados em oficinas particulares, além de conferir as obras que eram devolvidas, observando erros na douração ou na encadernação. As obras raras também seguiam o mesmo destino, ficando sua encadernação sob a responsabilidade das oficinas particulares (MORAES, 1946, p. 18).

Outra questão em relação à preservação se apresentava também naquele contexto: a restauração das obras e o desaparecimento do Setor de Restauração em 1946.¹²⁶ Pensando nesse problema, Borba de Moraes estava convencido de que o melhor a fazer era seguir as recomendações do bibliotecário inglês William Jackson e enviar as obras para a Europa a fim de serem restauradas. A esse respeito Borba de Moraes comentou:

Não é possível mandar reconstituir essas obras entre nós. Não existe no Brasil quem o saiba fazer. Nem sequer bons encadernadores que realmente mereçam esse nome [...]. A solução é enviar essas obras para a França, a Inglaterra ou a Itália – únicos países no mundo onde esse serviço é feito com a melhor perícia – para que, sob a supervisão de um funcionário capaz, seja ultimada a restauração. A pessoa que acompanhar os livros, poderia escolher com grande facilidade um bom especialista estrangeiro, contratando-o para vir trabalhar na Nacional, adquirindo ao mesmo tempo toda a aparelhagem que se

.....
125. Antônio José de Freitas é citado no relatório do diretor, de 1911, como tendo sido mantido como servente após a reorganização da biblioteca (A BIBLIOTHECA..., 1912, p. 651). Em 1941, reaparece como bibliotecário auxiliar (A BIBLIOTHECA..., 1941, p. 431).

126. Podemos inferir que o desaparecimento do Setor de Restauração se deu por falta de profissionais capacitados naquele momento para assumir os trabalhos.

fizesse necessária. É essa a única solução capaz de salvar da destruição completa o inestimável patrimônio [...].

Constitui esta sugestão uma medida urgente. Cada dia que se passa a umidade do ar penetra mais fundamentalmente no papel e contribui para aumentar sua fragilidade (MORAES, 1946, p. 23-24).

No último ano da gestão de Borba de Moraes, em 1947, as coisas não caminharam para resolver a encadernação e a restauração dos livros preciosos. O relatório daquele ano se limitou a informar que os volumes tinham sido enviados às oficinas particulares de encadernação e que os funcionários da biblioteca continuavam a conferir e separar livros que voltavam com problemas e encaminhar os encadernados satisfatoriamente às seções a que pertenciam. Sobre o problema dos insetos, a única referência está no relatório do chefe da Seção de Manuscritos, Octávio Calazans Rodrigues,¹²⁷ que informou que o servente Pedro Vieira de Carvalho¹²⁸ procedia periodicamente à desinfestação dos códices encadernados, o que nos leva a concluir que, de alguma forma, a estufa, citada no relatório de 1944, que teria substituído a velha de madeira por uma de cimento, mais resistente e durável, ainda funcionava naquele período (RELATÓRIO CHEFES..., 1947, p. 3).

Com a saída de Borba de Moraes, em dezembro daquele ano, Josué Montello assumiu a direção da biblioteca no período de 1948 a 1951. A partir de sua entrada a situação dos trabalhos de restauração do acervo começa a ganhar outra dimensão. É o início da instalação definitiva do Laboratório de Restauração e da presença de profissionais restauradores na instituição.

Desde a formalização do plano de Borba de Moraes para a reorganização da biblioteca, em 1946, não havia sido solucionado ainda o problema da encadernação e restauração das obras raras, o que ficava claro nos relatórios da direção e das chefias.

.....
127. Entrou para a biblioteca, em 1921, como auxiliar efetivo (A BIBLIOTHECA..., 1921-1922, p. 250).

128. Sua primeira referência no relatório da direção aparece, em 1932, como auxiliar interino (A BIBLIOTHECA..., 1932, p. 4).

Josué Montello não se esquivou de registrar os problemas causados pela ausência de uma oficina de encadernação na biblioteca, não só pela morosidade da devolução das obras pelas oficinas particulares, mas pelo risco da saída das obras raras e valiosas da instituição. Quanto a isso, logo sugeriu:

Impõe-se, por isso mesmo, restauremos, com a maior urgência, a oficina de encadernação que já funcionou na Biblioteca Nacional.

Infelizmente não poderemos reaver sua maquinaria e seus pertences, os quais, por decisão governamental, passaram, se estou bem informado, ao Ministério da Justiça.

Nestas condições, desejo sugerir a V. Excia. a providencia que me parece mais exequível (OFÍCIO Nº 119, 1948).

Conversas sobre esse assunto ultrapassaram os espaços da biblioteca, alcançando outras instituições que vivenciavam os mesmos problemas. O chefe da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca, o historiador José Honório Rodrigues,¹²⁹ registrou em relatório sua conversa com funcionários do Itamarati sobre a necessidade de encontrar um encadernador e restaurador de obras raras:

Foi levado por essa convicção que em conversações com o Sr. Ministro Souza Leão, chefe do Cerimonial do Itamarati, e com o Sr. Luis Camilo de Oliveira, chefe da Documentação do Min. das Relações Exteriores, ambos meus companheiros na Comissão de História do Brasil do Itamarati, aventamos a possibilidade de uma ação conjunta da Biblioteca Nacional e do Itamarati a fim de contratar na Itália um restaurador [...] e a fazer, aqui, uma pequena oficina onde pudessem ser preparados artífices nacionais (RELATÓRIO CHEFES..., 1948, p. 6).

Essa ideia surgiu da preocupação de não existir na biblioteca um serviço de encadernação e restauração, pois ele estava certo de que a restauração de livros raros não poderia ser feita por “casas

.....
129. Foi professor, escritor, pesquisador e chefe da Seção de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional entre as décadas de 1940 e 1950. Ocupou o cargo de diretor interino durante a gestão de Josué Montello. Na sua admissão como sócio do Instituto Geográfico Brasileiro aparece como escritor erudito de *A civilização holandesa no Brasil*, pesquisador da história do Brasil, que teria recebido bolsa da Fundação Rockefeller por seus trabalhos (INSTITUTO..., 1948, p. 7).

encadernadoras em geral” que não tinham habilidades nem preparo artístico especial. Também não concordava com o envio dos livros raros para a Europa e sugeriu, em seu relatório, “contratar, possivelmente, na Itália um artífice hábil que pudesse dirigir a oficina de restauração da B.N.” (RELATÓRIO CHEFES..., 1948, p. 5).

Com a ideia ainda atrelada ao pensamento do século XIX de que o restaurador teria de ser também um artista, naquele momento surgiu o nome do pintor Tomas Santa Rosa para ocupar o cargo de técnico em iconografia e desempenhar as atividades de classificação, restauração e divulgação do acervo (OFÍCIO Nº 49, 1948). Sua contratação só aconteceria em setembro de 1948, porém suas atividades como restaurador nunca foram colocadas em prática (OFÍCIO Nº 238, 1948).

Todas essas inquietações chegaram ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e coincidiram com o retorno do professor e restaurador Edson Motta,¹³⁰ em 1947, de um estágio em restauração de pintura no *Fogg Art Museum*, da Universidade de Harvard.¹³¹ Naquele mesmo ano Edson Motta começou a organizar o Setor de Recuperação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN (CASTRO, 2008, p. 157).

A presença de um especialista em restauração na DPHAN abriu a possibilidade de conversas direcionadas à preservação dos acervos bibliográficos. Em entrevista, Edson Motta Júnior comentou que, embora seu pai não tivesse estudado formalmente disciplinas volta-

.....
130. Nasceu em Juiz de Fora/MG em 1910. Foi pintor, restaurador de pintura, funcionário do Iphan e professor da Escola de Belas Artes da UFRJ. Responsável pela implantação de alguns laboratórios de restauração de acervos culturais no Brasil. Faleceu no Rio de Janeiro em 1981 (CASTRO, 2008, p. 99-100).

131. Agnes Morgan, diretora-assistente do *Fogg Art Museum*, a convite do Ministério da Educação e Saúde e de Edson Motta, veio à Biblioteca Nacional, em 1954, e comentou sobre a estada de Edson Motta nos Estados Unidos: “o sr. Edson Motta fez tanto esforço para ir estudar conosco! Só dispunha de um ano. E o curso de belas artes, conservação e restauração do *Fogg Museum* é de três anos, com cursos preparatórios de química e matemática. Mas era tal o entusiasmo do sr. Edson Motta, que, após um curso de química, recebeu de nós todas as facilidades para estudar no Departamento” (PRECIOSIDADES..., 1954, p. 6).

das à restauração de papel em seu estágio no *Fogg Art Museum*, era muito inteligente, observador e capaz de articular teoria e prática, o que lhe possibilitou compreender e assimilar as técnicas utilizadas na restauração de papel (MOTTA, 2018). Assim, em 1948, Edson Motta iniciou algumas trocas de correspondência com o diretor da Biblioteca Nacional a respeito da problemática dos insetos bibliófagos. Edson Motta comentava que “as soluções apresentadas entre nós para a eliminação dos anóbios não têm oferecido resultado suficiente”, assim como “a construção de câmaras de fumigação, o trabalho permanente de muitos homens, os gastos anuais, a mudança contínua de inseticidas e as manchas que os livros vão suportando, não têm impedido que os pequenos animais continuem sua tarefa” (ANS, 1948, p. 2).

Com o apoio de Edson Motta, foi naquele momento que se começou a sistematizar as atividades de conservação e de restauração na biblioteca, o que possibilitou a instalação do laboratório e a aquisição de materiais básicos para o seu funcionamento ainda em abril de 1948. As primeiras compras, sugeridas por ele, foram realizadas na empresa Instrumental Óptico Ltda., que forneceu materiais para encadernação, desenho, vidraria, balança de precisão, fogareiro e um psicrômetro.¹³² A empresa B. Herzog Ltda. forneceu os produtos químicos necessários para os procedimentos de restauração de papel. O microscópio e as objetivas foram adquiridos na Bausch Lomb do Brasil Ltda. (DESPESAS, 1948). A relação de todos os materiais indicados por Edson Motta e adquiridos para o laboratório estão nas notas fiscais dos livros de despesas da biblioteca, que por sua importância histórica foram reunidas no Anexo I. Elas confirmam os materiais de uso corrente e permanente, produtos químicos e equipamentos científicos adquiridos na montagem do primeiro laboratório de restauração de papel da Biblioteca Nacional. Após providenciarem a compra desses materiais e uma pequena obra no

.....
132. Aparelho que contém dois termômetros para avaliar a quantidade de vapor de água no ar. É utilizado para determinar o ponto de orvalho e a umidade relativa.

primeiro pavimento da instituição¹³³ o laboratório foi sendo organizado durante o ano de 1948, identificado inicialmente nos relatórios como “laboratório da Seção de Iconografia”,¹³⁴ provavelmente por ter sido idealizado para atender às gravuras raras e preciosas, assim como no século XIX (OFÍCIO Nº 97, 1948). Com o final das obras e a chegada dos materiais e equipamentos Josué Montello escreveu ao ministro da Educação e Saúde, em 29 de março, dando notícias sobre o andamento dos serviços:

Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que nesta data se iniciaram na Biblioteca Nacional os trabalhos de restauração e limpeza das peças de maior valor da Seção de Iconografia da Divisão de Obras raras e Publicações. O serviço foi começado com a preciosíssima (sic) coleção de gravuras do famoso gravador alemão Albert Dürer, num total de 142 peças (OFÍCIO Nº 96, 1948).

O empenho do diretor e a disposição de Edson Motta foram decisivos para colocar em andamento o projeto de restaurar as gravuras no Brasil. Esse empreendimento contou também com o trabalho de Virgínia Motta,¹³⁵ que, já em abril de 1948, foi contratada para participar da conservação e da restauração das referidas gravuras (DESPESAS, 1948). O jornal *Diário Carioca* noticiou a contratação de um técnico dos Estados Unidos para restaurar as obras de Albert Dürer pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional que integrariam uma grande exposição. Embora sem citar seu nome, era a Virgínia Motta que a matéria se referia (BENTO,

.....
133. Não foi possível localizar exatamente a área ocupada, nesse primeiro momento, pelo Laboratório de Restauração. Pela informação, ele estaria localizado no primeiro pavimento (Rua México), onde foram erguidas duas paredes para definir sua área (OFÍCIO Nº 97, 1948).

134. Segundo Lygia Cunha, o Laboratório de Restauração foi “criado pelo Dr. Rubens Borba de Moraes para atender sobretudo aos trabalhos de peças raras da Seção de Iconografia, e conforme é de meu conhecimento, ali começou a funcionar a partir de 1946” (RELATÓRIO CHEFES..., 1955b, p. 1).

135. Virgínia Motta trabalhava na Universidade de Harvard como secretária no Departamento de Química e, segundo Edson Motta Júnior, seus pais se conheceram em uma cafeteria da universidade e se apaixonaram. Um pouco antes da volta de Edson Motta para o Brasil, eles se casaram com a promessa de voltarem definitivamente para os Estados Unidos. Promessa que Edson Motta nunca cumpriu (MOTTA JR., 2018).

1948, p. 3). Sua vinda para o Brasil está ligada ao fato de ela ter conhecido Edson Motta durante o estágio no *Fogg Art Museum*, em 1947, e terem se casado um pouco antes do seu retorno ao Brasil. Embora não tenhamos encontrado nenhum relatório técnico sobre as atividades da restauradora no Laboratório de Restauração, sua presença na conservação e na restauração das gravuras da Biblioteca Nacional está documentada nos livros de despesas da instituição, em notas de pagamento assinadas de 1948 até junho de 1951¹³⁶ (DESPESAS, 1948-1951).

A parceria de Edson e Virgínia Motta estava funcionando e o resultado dos trabalhos no laboratório animou o diretor Josué Montello, que comentou no relatório final daquele ano:

Durante o ano de 1948 foi organizado um laboratório de restauração, que vem trabalhando sob a competente direção do Snr. Edson Motta. O serviço tem sido especialmente dedicado a restauração das gravuras de Albrecht Dürer,¹³⁷ preciosa coleção descoberta em 1874 por Ramiz Galvão. O Snr. Edson Motta realizou ainda estudos sobre a eliminação de insetos inimigos de livros, apresentando um exelente (sic) relatório sobre os meios práticos de resolver o grave problema que importuna a B.N. (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1948, p. 5).

Ao estudar a trajetória da conservação e restauração de acervos em papel no Brasil, Aloísio Castro comentou que Edson Motta demonstrava, naquele período, “a preocupação em implementar no país o que, provavelmente, foi o primeiro laboratório de conservação e restauração especializado somente em papel, nos moldes ditos científicos” (CASTRO, 2008, p. 93).

Em seu relatório de novembro de 1950, Edson Motta reforçou a importância da instalação do Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional, pensado para funcionar dentro das mais modernas

.....
136. Não foi possível ter acesso ao livro de despesas de 1952, o que dificultou confirmar a permanência de Virgínia Motta como restauradora da Biblioteca Nacional.

137. Muito requisitadas como coleção, as obras de Dürer passaram pelo tratamento de limpeza e desinfestação para uma exposição em comemoração ao seu “V centenário de nascimento” em 1971. As obras serviram para a exposição do Museu Nacional de Belas Artes e da Biblioteca Nacional (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1971, p. 3).

técnicas observadas em seu estágio nos Estados Unidos, adotando uma metodologia científica em seu trabalho como restaurador, deixando para trás o empirismo que acompanhou a disciplina desde o século XIX. Suas considerações a respeito das atividades contribuem para o entendimento da dinâmica do fazer restauração naquele período. Sobre os trabalhos de restauração, comentou:

Devo antes de mais nada, salientar que, na primeira fase de nossos trabalhos, cuidamos da instalação do laboratório pois, até então, coisa alguma havia sido realizada ou adquirida no sentido de dotar a Biblioteca Nacional de departamentos capaz (sic) de oferecer tratamento, conservação e restauração de gravura, livros e papéis em geral. Havia, é verdade, empreitadas esporádicas ou contratos feitos (sic) com curiosos e aventureiros. Algumas dessas aventuras, especialmente no campo do tratamento de gravuras, trouxeram os mais graves riscos e perdas ao rico acervo da Biblioteca Nacional. Este, serviço, agora, em pleno funcionamento tem despendido grande parte de seu tempo, removendo restaurações erradamente aplicadas. Há casos sem possibilidades de completa salvação, como por exemplo, as inúmeras gravuras cujas margens foram cortadas, sistematicamente cortadas, reduzindo seu valor. Temos notícias também de perdas totais. A própria coleção de Alberto Dürer, por muitos anos atirada nos porões da Biblioteca Nacional, só recentemente foi classificada e ninguém pode com segurança afirmar quantos originais existiam por ocasião de seu legado (ANS, 1950, p. 1).

Ao classificar os trabalhos de restauração como “empreitadas esporádicas” e realizados por “curiosos e aventureiros”, sua fala enfatiza um novo ponto de vista de fazer restauração que deixava para trás o empirismo, num esforço de apresentar agora a disciplina como científica. Nesse mesmo relatório fez referência aos equipamentos científicos e mobiliários adquiridos em 1948:

A Biblioteca, sob a direção de Vossa Senhoria, já equipou um pequeno laboratório para tratamento de papéis. Adquiriu materiais de caráter permanente e de uso. Conta hoje com um microscópio binocular completamente equipado, um tanque moderno, mesa de desenho, cubas para lavagem de papel, câmaras de gás para experiências de eliminação de anóbios, um fogão elétrico, uma balança de precisão, lupa binocular, termômetro e muitos outros instrumentos. A sala

onde funciona o laboratório, guardada de armários para depósito de material químico, foi também organizada neste mesmo período (ANS, 1950, p. 2).

Mesmo que sucintamente, Edson Motta descreveu o estado de conservação das gravuras que foram escolhidas para inaugurar os trabalhos no laboratório. Apresentou parte da metodologia utilizada, os materiais empregados na restauração e chamou a atenção para o emprego de materiais de qualidade arquivística¹³⁸ para a conservação das obras:

Relativamente à Seção de Iconografia o laboratório de conservação realizou, antes de mais nada, a restauração da coleção de gravuras de Alberto Dürer acima citada, composta de cento e cinquenta e sete peças. Os tipos de tratamento foram os mais diversos, sendo impossível descrevê-los neste simples relatório. Algumas peças estavam em desintegração pela perda do “médium” e todas escurecidas, manchadas pelo ataque violento dos fungos e parcialmente destruídos por anóbios e outros insetos. No primeiro caso, reativamos o aglutinante, no segundo, adicionamos novo “médium” aos pigmentos. Algumas peças foram lavadas, outras clareadas por gases. Os remendos antigos que nada mais eram que papéis colados sob toda gravura, foram removidos e as falhas recuperadas com fibras de linho. Todos foram desinfestados e imunizados contra fungos, com gases de timol. Toda a coleção foi montada em “passe-partout” da melhor qualidade, atualmente, acha-se em condições seguras e salvas para os amantes da arte e da cultura (sic) (ANS, 1950, p. 4).

Influenciado pelas técnicas de restauração e pelos novos equipamentos americanos, Edson Motta trouxe a informação de um aparelho para laminar documentos que utilizava acetato de celulose, papel japonês e calor, desenvolvido pelo conservador norte-americano William Barrow.¹³⁹ Esse aparelho, conhecido no Brasil como laminadora Barrow, teve a aprovação do *National Bureau of Standards*

.....
138. Propriedades físico-químicas dos suportes que permitem a conservação indefinida dos documentos, observadas as condições adequadas de acondicionamento, armazenamento e climatização (TERMINOLOGIA..., 2018).

139. William Barrow (1904-1967) é normalmente conhecido como um restaurador-cientista que inventou o processo de alcalinização/laminação do papel. Considerado pelos

(NBS),¹⁴⁰ importante instituto americano de pesquisa para novos produtos, o que acabou facilitando sua exportação e a utilização de sua técnica, não só no Brasil, mas em diversos países como os Estados Unidos, a Bélgica e a França (ALMEIDA; HANNESCH; POZI, 2017, p. 2).

Antes da aquisição da laminadora, Josué Montello se correspondeu com William Barrow, que o informou de que ele já havia instalado o equipamento no *Archives Generales du Royaume* da Bélgica e que em agosto estaria em Paris para demonstrar seu funcionamento nos arquivos franceses (CARTA, Barrow, 1950).

Sob as influências das novas tecnologias americanas para a área de restauração, diante da aceitação do equipamento por parte de importantes bibliotecas e arquivos internacionais e com o desejo de melhor equipar o laboratório de restauração, Josué Montello autorizou a compra da laminadora Barrow, em agosto de 1950, por intermédio da empresa Max Leitão S. A. Comércio e Representação (OFÍCIO Nº 1.457, 1950).

Sobre essa nova aquisição, Josué Montello anunciou que “a conservação de nossa riquíssima documentação manuscrita, seriamente ameaçada pelo tempo, encontrou sua solução adequada no processo de laminação Barrow”. Afirmava que a Biblioteca Nacional, por iniciativa própria, acabava de adotar a laminadora, que era a última palavra em preservação de documentos, e que seria empregada pela primeira vez na América Latina. Ciente da importância do equipamento, o diretor assegurou que mesmo na Europa ele era recente, tanto que apenas a Bélgica e a França precederam o Brasil na adoção da iniciativa, representando por fim uma “bela conquista para a repartição” (ALMEIDA; HANNESCH; POZI, 2017, p. 5).

Entretanto, a atuação de Edson Motta na Biblioteca Nacional não se restringiu à consultoria e montagem do Laboratório de Restauração e à própria restauração de seu acervo raro. Ele foi um importante divulgador das coleções de gravuras, participando dos

bibliotecários e arquivistas como alguém cujos conhecimentos de química permitiram compreender as causas de deterioração e meios de as remediar (CASANOVA, 2011).

140. Atual *National Institute of Standards and Technology*.

curso de Biblioteconomia, onde realizava palestras e conferências como professor convidado (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1948, p. 12). Em 1951 e 1952, foi professor nos cursos avulsos de “Restauração de livros, estampas e documentos”¹⁴¹ que a biblioteca oferecia aos alunos de Biblioteconomia (RELATÓRIO CHEFES., 1953a). Prosseguiu como professor em outros cursos sobre restauração de papel na biblioteca também na década de 1960 (MOTTA, 1967, p. 1-24).

Ao longo da década de 1970, Edson Motta foi membro do Subgrupo de Preservação e Restauração criado no âmbito da Biblioteca Nacional em 1975 e vinculado ao Grupo de Documentação em Ciências Sociais, “que tinha como finalidade propiciar a constituição de uma infraestrutura de documentação fundamental para a pesquisa na área das Ciências Sociais”, e contava com o apoio da Fundação Ford (CASTRO, 2008, p. 114). O Subgrupo de Preservação e Restauração era coordenado por Jannice Monte-Mór¹⁴² (representando a Biblioteca Nacional), Edson Motta (representando o Iphan) e participantes de outras instituições na área da cultura e pesquisa.¹⁴³ O compromisso de Edson Motta como membro desse subgrupo, que tinha a finalidade de repensar os trabalhos de restauração, o mantinha envolvido com a biblioteca (ANS, 1975, p. 1). Assim, em 1976, foi convidado pela diretora Jannice Monte-Mór para coordenar o 1º Seminário Brasileiro de Preservação e Restauração de Documentos, como parte integrante do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1976, p. 8). As conversas nas reuniões que antecederam o seminário foram marcadas pela necessidade de se capacitar profissionais e estreitar relações

.....
141. Esse curso não pôde ser oferecido em 1950 por falta de verba, como esclarece o diretor da Biblioteca Nacional no ofício endereçado ao ministro da Educação e Saúde em 1953 (OFÍCIO Nº 39, 1953).

142. Jannice Monte-Mór foi a primeira bibliotecária com formação técnica que dirigiu a Biblioteca Nacional entre 1971 e 1979.

143. Outras instituições também faziam parte desse Subgrupo de Preservação e Restauração, como o Museu Nacional, o Museu Histórico Nacional, o Arquivo Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação João Pinheiro (CASTRO, 2008, p. 114-115).

com profissionais estrangeiros. Ficaram registradas no relatório de 6 de abril de 1976 as sugestões para esse evento:

[...] projeto de âmbito nacional (havendo recurso) com cursos a serem realizados pela BN, de caráter intensivo (mínimo um ano letivo), pois – declara o Prof. Motta – não se prepara um restaurador em 3 ou 6 meses. Sugere-se que tais cursos deveriam assumir caráter de especialização, ligados a alguma universidade [...]. deverá, também, contar com a participação de professores estrangeiros, como: James Tear – cuja vinda será financiada pela Finep (poderia vir para o seminário e ficar trabalhando um período com a equipe da UFRRJ). George Martin Cunha – autor de “Conservation of Library Materials” – cujo livro poderia até ser traduzido e divulgado no Brasil. Frazer Poole – que vem realizando interessante trabalho na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e já esteve algumas vezes no Brasil. Técnicos europeus, talvez da Itália, já que a equipe da BN está se formando basicamente naquele país (Iphan, 1976, p. 1-2).

Em suas palavras de abertura do seminário, Edson Motta destacou a presença dos restauradores Vicente Viñas Torner, do Centro de Restauração de Livros e Documentos, sediado em Madri, Espanha, Frozer G. Poole e George Daniel Martin Cunha,¹⁴⁴ dos Estados Unidos, e também a visita que fizeram à Biblioteca Nacional, onde foram dadas proveitosas explicações sobre conservação e restauração¹⁴⁵ (MOTTA, 1976, p. 813). Embora tenha atuado como restaurador por poucos anos na instituição, sua presença em diversos acontecimentos na preservação de acervos contribuiu para constituir uma memória de continuidade, de unidade, reforçando um enquadramento da memória (POLLAK, 1992). Foi como se ele tivesse permanecido trabalhando na Biblioteca Nacional. Um profissional que ainda é citado pelos funcionários como restaurador

.....
144. George Cunha foi diretor e fundador do *Northeast Document Conservation Center* (NEDCC), em Andover, Massachusetts. Em entrevista, Edson Motta Jr. disse que Cunha apresentou a seu pai a máquina de obturação de papel (MOP), e ele foi capaz de adaptar o modelo de Cunha à realidade brasileira. Segundo Edson Motta Jr., seu pai era capaz de desenvolver coisas mecânicas, “ele tinha um espírito de engenheiro” (MOTTA JR., 2018).

145. No documento, Edson Motta cita o sobrenome dos restauradores Poole e Cunha. No entanto, deixa dúvida se a restauradora Dorothy Martin Cunha também participou dessa visita.

da instituição, como na fala da chefe do Setor de Cartografia, Maria Dulce de Faria, quando atribuiu a restauração de alguns mapas ao restaurador: “Esses mapas parecem que foram restaurados pelo antigo restaurador da biblioteca, não parece?”. Ao ser indagada se seria pelo restaurador Adalberto Barreto, foi enfática em afirmar: “Não, era o Edson Motta” (FARIA, 2019). Lembrança que ajuda a confirmar o trabalho de enquadramento da memória, estabelecido na instituição.

Para além do trabalho de restaurador, professor e divulgador da Biblioteca Nacional, Edson Motta assumiu um outro desafio: a formação de uma equipe que pudesse dar continuidade aos trabalhos de restauração. Seria preciso reunir um grupo de profissionais que estivesse disposto a assumir a tarefa de restaurar o acervo bibliográfico e documental de uma das maiores bibliotecas do mundo.

A formação da equipe de restauradores nos primeiros anos de funcionamento do Laboratório de Restauração

Quando reorganizaram a estrutura da Biblioteca Nacional com o Decreto nº 8.679/46 e o seu novo regimento, o Laboratório de Restauração não foi previsto.¹⁴⁶ Ao ser criado, em 1948, acabou ligado à Divisão de Obras Raras e Publicações,¹⁴⁷ pois, como mencionado, tinha sido pensado inicialmente para atender às coleções do Setor de Iconografia. Existindo de fato, mas sem constar na estrutura legal da biblioteca, ainda sem uma posição definitiva nesse quadro institucional, em 1953, e “a título de experiência e para melhor atender às necessidades dos serviços, o Laboratório de Restauração foi anexado à Secção de Microfilmes” (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1953, p. 14). Essa mudança representou a ampliação de seus trabalhos para outros acervos e a transferência física do laboratório, de sua localização inicial para a instalação ao

.....

146. Após a publicação do Decreto nº 8.679 foi instituído o novo regimento da Biblioteca Nacional, datado de 24 de janeiro de 1946.

147. A Divisão de Obras Raras e Publicações era responsável pelos setores de Livros Raros, Iconografia, Manuscritos, Publicações e Microfilmes.

lado do Laboratório de Microfilmagem, nos fundos do primeiro pavimento e do lado direito do edifício, onde permaneceu até o início de 1980.¹⁴⁸

Depois dessa mudança, era necessário definir suas competências, o que Maria de Lourdes Claro de Oliveira, chefe da Seção de Microfilmes, fez questão de mencionar no relatório de janeiro de 1954, explicando que esse setor compreendia dois serviços distintos:¹⁴⁹

Técnico de restauração – que requer conhecimentos especializados, prática no trabalho e manuseio do material precioso e raro.

De rotina ou laminação – aquele em que o livro se submete ao desmonte, numeração de páginas, banho de clareamento e isenção de acidez, secagem e montagem, se processando em seguida a laminação na máquina à vapor, o corte e a arrumação em cadernos, tornando-o livre de resíduos, do ataque de bichos e possibilitando a consulta (RELATÓRIO CHEFES..., 1954a, p. 3).

Mesmo depois de mais bem instalado e com algumas competências definidas, o nascente Laboratório de Restauração preocupava o chefe do Setor de Obras Raras e Publicações, José Honório Rodrigues, por não ter sido regularizado ainda em 1953. Segundo ele, isso dificultava a compreensão de suas atribuições. A esse respeito, comentou em fevereiro de 1954:

O Laboratório de Restauração não deve ser confundido com a Seção de Conservação que pertence, pelo referido decreto, à Divisão de Circulação. O Regimento estabelecia claramente que cabia à Seção de Conservação: (art. 7, letra 6)

I – promover a conservação das peças bibliográficas do acervo da Biblioteca;

II – providenciar sobre a remessa à Seção de Encadernação das peças bibliográficas a serem encadernadas.

.....
148. Esta localização está baseada pela entrada do edifício na Rua México.

149. No segundo procedimento (b), a chefe da Seção de Microfilmes utiliza indevidamente “máquina a vapor” em lugar do que seria uma máquina de laminação a calor (Barrow).

Não se cogitava, na época, da instalação de um serviço técnico especializado de restauração. Pensava-se, então, como faz prever a inclusão na Divisão de Circulação na limpeza e higiene dos livros, isto é, numa zeladoria material e não num laboratório montado segundo a mais recente técnica e cujo fim é dar nova vida ao livro perdido ou prestes a perder-se pelo ataque ou destruição dos seus inimigos. Nestas condições, deve o Laboratório de Restauração – como é aliás pensamento de V. Senhoria, entrosar-se com o Laboratório de Microfilmes e obedecer a uma mesma orientação e diretriz (RELATÓRIO CHEFES..., 1954a, p. 2).

A ideia de José Honório Rodrigues era baixar uma portaria determinando os fins e a estrutura da Seção de Microfilmes, adicionada do Laboratório de Restauração. Para isso, fez questão de anexar em seu relatório um modelo de instrução dos serviços pontuando os objetivos do setor de Microfilmes e do Laboratório de Restauração. Os itens 6 e 7 foram dedicados ao Laboratório de Restauração:

6. O Laboratório de Restauração tem por objetivo estudar os problemas da alteração dos materiais gráficos e os meios de prevenção e luta contra os agentes nocivos. A tarefa urgente e imediata é a restauração de peças valiosas de qualquer espécie (manuscritos, livros, estampas, gravuras, mapas, desenhos, atlas etc.) pertencentes ao patrimônio da Biblioteca Nacional.

7. Não poderá ser feito nenhum trabalho de restauração de peças de outra Repartição ou qualquer serviço particular sem autorização do Diretor-geral ou do Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações (RELATÓRIO CHEFES..., 1954a, p. 2).

Concluída a instalação do laboratório, indicadas as competências e as atribuições e já com os trabalhos de restauração em andamento, agora era preciso capacitar pessoas para formar uma equipe que pudesse trabalhar na restauração do acervo.

Edson Motta era funcionário da DPHAN e seu tempo ficava dividido entre seus compromissos com a sua instituição, a consultoria no Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional e as aulas dos cursos avulsos de Biblioteconomia. Sua atuação na Biblioteca Nacional foi observada ao longo das décadas de 1940

a 1970 e, mesmo com poucos documentos administrativos que pudessem sistematizar suas atividades, alguns rastros foram seguidos como pegadas, contribuindo para compreender um pouco mais esse período na instituição. Contratado como colaborador especializado em restauração, Edson Motta executava o “trabalho técnico de obturação e tratamento de estampas, desenhos, gravuras, mapas etc.” com duas horas diárias no laboratório (RELATÓRIO CHEFES..., 1954a, p. 2). Em seus cursos avulsos sobre restauração de papel reunia os conteúdos com a preocupação de oferecer aos alunos de Biblioteconomia uma visão ampla sobre a área. Abordava nas aulas a história do papel, seu reconhecimento e caracterização de suas fibras, os diversos pigmentos utilizados na composição dos guaches e das aquarelas e as técnicas de restauração do material. Na parte dedicada à restauração do papel tratava de assuntos como o clareamento químico, a laminação com acetato de celulose¹⁵⁰ e a remoção de manchas (MOTTA, 1967, p. 1-24).

Todo esse conhecimento foi utilizado na orientação da equipe de funcionários do Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional, que contou inicialmente com Ivan Serpa, Adalberto Barreto e Maria Pinheiro dos Santos.

Seguindo as poucas pegadas de Ivan Serpa através de documentos oficiais, jornais da época e depoimentos, foi possível acompanhar parte de sua atuação no Laboratório de Restauração. Além de funcionário da Biblioteca Nacional, Ivan Serpa trabalhou como professor do curso infantil de artes e do ateliê livre de pintura para adultos do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, cursos que ele fundou e manteve por quase 20 anos (CATÁLOGOS GRUPO..., 2018).

Sua primeira referência na biblioteca foi registrada por Lygia Cunha, chefe da Seção de Iconografia, em agosto de 1951, como sendo funcionário dessa seção, mas lotado no Laboratório de Restauração (RELATÓRIO CHEFES..., 1951). Ivan Serpa foi

.....
150. Em depoimento, Edson Motta Jr. lembrou que, em 1979, seu pai ainda ensinava nos cursos de restauração do MNBA a técnica de laminação (manual) da aplicação da folha de acetato de celulose e acetona no papel (MOTTA JR., 2018).

contratado como funcionário extranumerário para trabalhar seis horas diárias e executar o trabalho de banho, desmonte de livros, montagem e organização de cadernos dos livros, cujas folhas teriam sido laminadas (RELATÓRIO CHEFES..., 1954). Nos seus sucintos relatórios prestava conta de três tópicos que julgava mais importantes, como o desmonte das encadernações, a higienização das folhas e o preparo delas para laminação, trazendo sempre o título da obra e o número de folhas trabalhadas (RELATÓRIO CHEFES..., 1951-1952).

A presença de alguns funcionários como Ivan Serpa, lotado no Laboratório de Restauração e funcionário da Iconografia, trazia certa confusão no entendimento das responsabilidades de alguns setores. Na tentativa de esclarecer esta situação Lygia Cunha comentou em seu relatório de março de 1952:

O Laboratorio não faz parte da Seção de Iconografia, por isso os trabalhos aí feitos devem constar do relatório do Técnico Responsável, entregue diretamente ao Sr. Diretor-geral a quem, segundo nos consta está subordinado.

Os dados por nós fornecidos são computados dos relatórios mensais dos dois funcionários da Seção que aí trabalham: Dna. Eunice Cabral, encarregada das estampas da S.I. com a aprovação do Técnico Responsável e Sr. Ivan Serpa que se encarrega de outros trabalhos, devendo por ordem expressa do Sr. Diretor-geral apresentar mensalmente relatório ao chefe da S.I. (RELATÓRIO CHEFES..., 1952).

Um ano depois desse relatório, Ivan Serpa passou a trabalhar definitivamente no Laboratório de Restauração, como registrado por Lygia Cunha:

Fomos comunicados verbalmente pelo bibliotecário Maria de Lourdes Claro de Oliveira, chefe da Seção de Microfilmagem, de que os serviços realizados no Laboratório ficariam sob seu controle, a partir de março de 1953.

Consideramo-nos portanto desobrigadas de mencionar no relatório da S.I., os trabalhos realizados pelo Sr. Ivan Serpa, funcionário do Laboratório (RELATÓRIO CHEFES..., 1953b).

Ivan Serpa continuou trabalhando no Laboratório de Restauração por aproximadamente 14 anos (CATÁLOGOS GRUPO..., 2018). Inspirado pelo trabalho de restaurador produziu uma série de obras intitulada *Anóbios*,¹⁵¹ feita entre 1961 e 1962 (GALERIA FIRENZE, 2018). Os insetos serviram de inspiração para as obras, realizadas com papéis atacados por anóbios, formando um rendilhado único que, misturado às cores e colagens, possibilitava outra leitura: a destruição transformada em arte. Os resultados desta possibilidade podem ser admirados nas figuras 38 e 39, de 1954. Nelas, Ivan Serpa trabalhou com cores, sobreposição de papéis japoneses, papéis atacados por anóbios e laminação com acetato de celulose e calor, técnica desenvolvida para as intervenções de restauração.

Artista plástico, Ivan Serpa iniciou sua carreira como pintor figurativo. Entretanto, foi como pintor de tendência concretista que acabou se firmando no mundo da arte (IVAN..., 1956, p. 23). Ivan Serpa apresentou um trabalho concretista para o VI Salão Nacional de Arte Moderna e, em 30 de maio de 1957, a comissão de seleção e premiação¹⁵² do Salão, reunida no Palácio Capanema, o premiou com Viagem ao Estrangeiro (MAURÍCIO, 1957, p. 12). Esse prêmio lhe rendeu dois anos na Europa e uma bolsa mensal de 500 dólares para custear sua viagem (IVAN..., 1957, p. 2). Em decorrência dessa temporada europeia, Ivan Serpa pediu afastamento da Biblioteca Nacional, tendo seu pedido publicado no *Diário Oficial*, de 1958¹⁵³ (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1958).

Seu retorno à biblioteca não foi registrado nos relatórios da direção e até o momento não foi possível verificar por quanto tempo trabalhou como restaurador no laboratório. Ivan Serpa faleceu aos 50 anos, em 1973, deixando uma vasta e importante produção artística, mas pouca informação acerca de sua atividade como restaurador. Segundo Cleide Barreto, filha do restaurador da Biblioteca Adalberto Barreto, seu pai manteve uma forte ligação com Ivan Serpa,

.....
151. Os suportes das obras *Vivificação* foram atacados por anóbios e não por cupins, como informam os catálogos.

152. Participaram dessa comissão o gravador Oswaldo Goeldi, o escritor e crítico Annibal M. Machado e o pintor Franck Scheaffer (MAURÍCIO, 1957, p. 12).

153. Publicado no D.O. de 8/4/1958 (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1958).



Figuras 38 e 39. Sem título. Colagem sob pressão e calor. 1954. Fonte: Coleção Gustavo Rebello Arte.

partilhando conhecimentos desde o início da formação da equipe do laboratório e uma amizade durante toda sua vida (BARRETO, 2016). Heraldo Serpa, filho de Ivan Serpa, lembrou, em entrevista, da passagem de seu pai como funcionário da biblioteca e da influência da restauração na produção de seus trabalhos artísticos, mais especificamente na série *Anóbios* (SERPA, 2018).

Entretanto, se as informações sobre Ivan Serpa como restaurador são escassas, mais difíceis ainda são as de Maria Pinheiro dos Santos.

Maria Pinheiro dos Santos¹⁵⁴ era funcionária lotada no Laboratório de Restauração. Segundo Cely Pereira, coordenadora da Conservação e Restauração na década de 1980, Maria dos Santos trabalhava com Adalberto Barreto e era “carinhosamente chamada de Mariazinha”, mas teria morrido jovem (PEREIRA, 2018). Mencionada no relatório do setor de Microfilmes, Maria dos Santos entrou no laboratório em junho de 1953 e suas atividades como

.....
154. Segundo Cely Pereira, Mariazinha, como era conhecida, trabalhava com Adalberto Barreto no laboratório, mas morreu muito cedo, deixando pouca informação sobre seu trabalho (PEREIRA, 2018).



Figura 40. A auxiliar de restauração Maria Pinheiro dos Santos tratando uma gravura. Fonte: O AMOR do Bibliófilo devolve às estantes raras fontes do saber. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 6 nov. 1957 (edição matutina).

auxiliar nos trabalhos do setor se restringiam ao “banho, montagem e arrumação em cadernos das folhas já laminadas” (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1954, p. 2).

A reportagem do jornal *O Globo* sobre as atividades desenvolvidas no Laboratório de Restauração registrou, em 1957, uma das raras imagens dos técnicos trabalhando, com Maria Pinheiro dos Santos tratando uma gravura (Figura 40).

O recém-criado Laboratório de Restauração, com sua equipe ainda em formação, também contou com a presença da bibliotecária Eunice de Manso Cabral, funcionária da Seção de Iconografia (RELATÓRIO CHEFES..., 1950). Por sugestão de Lygia Cunha, Eunice Cabral foi encaminhada ao laboratório com a finalidade de

trabalhar com Edson Motta na “recuperação dos desenhos italianos, devido à sua grande habilidade manual e conhecimento de pintura e desenho”, permanecendo naquele setor por quatro anos (PROCESSO Nº 001, 1976, p. 32). Seu trabalho compreendia basicamente o “tratamento mecânico e restauração das fibras do papel em parte destruído pelo inseto, emendas grandes e desmonte de gravuras em *passe-partout* e emendas” (RELATÓRIO CHEFES..., 1951). Após o período de trabalho no laboratório, Eunice Cabral voltou à Seção de Iconografia e continuou realizando pequenos trabalhos de conservação como a confecção de pastas para organizar as gravuras e reparos de rasgos, além de seu trabalho como bibliotecária (RELATÓRIO CHEFES..., 1954a-1959a). Em 1976, Eunice Cabral foi identificada como a “documentarista” que organizou o Catálogo de Estampas da Escola Brasileira de Gravuras, trabalho esse iniciado em 1950 (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1976, p. 9).

Outros funcionários são mencionados ao longo desse período, mas não permaneceram tempo suficiente para se firmarem na área da restauração e se destacarem como responsáveis pelas atividades. Em janeiro de 1954, a chefe do Setor de Microfilmes, Maria de Lourdes Claro de Oliveira, apresentou no seu relatório como sugestão o que poderíamos considerar como a primeira equipe do laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional:

Serviço técnico elaborado por um funcionário da especialidade, que se encarregaria do tratamento e obturação de estampas, desenhos, gravuras etc.

Trabalho de rotina ou laminação executado por 5 funcionários:

Adalberto da Silva Barreto como orientador e responsável dos serviços de laminação e rotina; *Ivan Ferreira Serpa* encarregado de banhos e desmontes; *Maria Pinheiro dos Santos* e mais duas colaboradoras então admitidas, executariam o corte, a montagem e o dobramento, e *Gelson Gomes de Souza*¹⁵⁵ trabalharia nos serviços auxiliares e na

.....
155. Gelson Gomes de Souza era lotado como etiquetador, mas ocupava o lugar de ascensorista quando foi indicado para auxiliar nos trabalhos do Laboratório de Restauração por ter boa vontade e interesse pelo serviço (RELATÓRIO CHEFES..., 1954, p. 3).

laminação na máquina a vapor, como ajudante de Adalberto Barreto (RELATÓRIO CHEFES..., 1954a, p. 3, grifo da autora).

Dos cinco funcionários sugeridos por Maria de Lourdes Claro de Oliveira, Adalberto Barreto foi sem dúvida a mais duradoura permanência no Laboratório de Restauração. Sua relação com a biblioteca antecedeu a criação do laboratório, iniciando-se em 1946, por meio de um contrato de manutenção do edifício pela empresa em que trabalhava.

O fio dessa narrativa partiu de uma entrevista com Cleide Barreto, filha de Adalberto Barreto. Ela relatou que naquele ano Adalberto Barreto foi trabalhar na biblioteca como responsável pela empresa Conservadora Americana, que prestava serviços de manutenção e limpeza do edifício.¹⁵⁶ Seu interesse e sua preocupação com a conservação do acervo chamaram a atenção do diretor Borba de Moraes, e, após algumas longas conversas e convivência diária, Adalberto Barreto recebeu o convite para trabalhar na Biblioteca Nacional (BARRETO, 2016). Sua primeira referência como contratado aparece no recibo de pagamento de auxílio prestado aos trabalhos de Catalogação de Publicações de Periódicos, datado de 31 de agosto de 1948 (DESPESAS, 1948). Sem uma contratação definitiva, em alguns recibos Adalberto Barreto aparece contratado para transporte e limpeza de periódicos, transporte de livros para a Catalogação, transporte de livros, serviços prestados à B.N., serviços prestados à Divisão de Circulação e trabalhos executados para a Seção de Iconografia (DESPESAS, 1948-1951).¹⁵⁷ No relatório de Edson Motta apresentado a Josué Montello, em 1950, prestando conta de dois anos de atividades do Laboratório de Restauração, ele

.....
156. Adalberto Barreto tinha curso técnico de Contabilidade e trabalhava como contador na empresa Conservadora Americana, sediada na Rua Senador Dantas, no centro da cidade do Rio de Janeiro, de propriedade de Bernardo Monte Verde. Após organizar a documentação para a empresa participar da licitação – que venceria – para as obras e manutenção da biblioteca, foi escolhido para coordenar os serviços de manutenção da Conservadora em 1946 (BARRETO, 2016).

157. Como comentado, há um hiato na documentação administrativa, sobretudo no ano de 1952, o que dificultou a confirmação de algumas ações nesse período.

agradeceu a colaboração de Adalberto Barreto e do chefe da Conservação pelo trabalho de higienização dos acervos (ANS, 1950, p. 3).

Em 1953, Adalberto Barreto apareceu ao lado de Edson Motta como seu auxiliar nos trabalhos técnicos e já na condução da rotina do Laboratório de Restauração, cujas atividades envolviam banhos, corte e toda laminação feita na laminadora Barrow, que segundo a chefe do setor de Microfilmes era um “serviço exaustivo e de responsabilidade, pois a queima de um documento implicaria em prejuízo para a Biblioteca”. Ele participava também como auxiliar nas exposições organizadas pela biblioteca, na arrumação das vitrines, montagem de estampas, mapas, retratos, autógrafos, cartazes e corte de *passe-partout* (RELATÓRIO CHEFES..., 1954a, p. 2).

Depois de alguns anos como técnico auxiliar de Edson Motta e responsável pela rotina das atividades, Adalberto Barreto assumiu a chefia do Laboratório de Restauração. Durante uma entrevista concedida ao *Diário Carioca*, em 1959, ele lembrou esses anos iniciais ao lado do colega Edson Motta. Contou que Motta fez “um curso especializado de restauração de livros nos Estados Unidos, tendo a oportunidade de adquirir novos conhecimentos sobre a matéria”, e de volta ao Brasil foi contratado pela Biblioteca Nacional para organizar o Laboratório de Restauração. A reportagem prossegue relatando que Edson Motta, depois de três anos de trabalho com aquele técnico (Adalberto Barreto) e achando que seu discípulo estava preparado para arcar com as responsabilidades de tão importantes funções, nomeou-o para a Seção de Restauração (TEMPO..., 1959, p. 1 e 11). Conforme contou Cleide Barreto, os dois se conheceram na Biblioteca Nacional quando seu pai ainda trabalhava para a Conservadora Americana e tornaram-se amigos de uma vida. Cleide Barreto disse ainda que seu pai teria recebido uma bolsa de estudos para realizar um estágio de restauração nos Estados Unidos e em outra oportunidade na Itália, porém as bolsas não eram suficientes para sustentar sua família, e ele casado e com uma filha não teve outra opção senão recusar as oportunidades. Entretanto, ficou o compromisso do amigo Edson Motta de repassar todos os conhecimentos adquiridos no seu estágio no *Fogg Art Museum* (BARRETO, 2016).

Adalberto Barreto permaneceu à frente do Laboratório de Restauração por 30 anos, mas apesar de a história da implantação e manutenção das atividades de restauração na Biblioteca Nacional passarem por ele, suas memórias foram esquecidas e substituídas por outras narrativas, como a iniciativa de reestruturação do Laboratório de Restauração, no final da década de 1970, e sua reinstalação na década de 1980. Narrativas que veremos mais adiante, que favoreceram um apagamento de suas memórias que permaneceu por anos, até a descoberta de documentos e pessoas que nos permitiram seguir rastros e reunir fragmentos em busca dessas memórias.

É evidente que outros profissionais participaram da preservação do acervo da Biblioteca Nacional concomitantemente à restauração. O Setor de Conservação, que era responsável pela desinfestação e limpeza com objetivo de minimizar os efeitos danosos dos agentes de degradação, também passou por momentos importantes naquele período. Assim, antes de narrar as memórias possíveis de Adalberto Barreto à frente do Laboratório de Restauração, interessante seria também registrar as questões de preservação que afligiam os diretores da biblioteca desde sua chegada e definitiva instalação no Brasil em 1810 até o início da década de 1980: o combate aos insetos bibliófagos e a segurança do acervo.

As seções de Encadernação e de Conservação: agentes e ações

A partir da década de 1940, a biblioteca investiu novamente na organização de seus setores, numa tentativa de atualizá-los para se adequar e melhor administrar suas necessidades crescentes. A constante preocupação com a preservação do acervo implicou a criação de seções como as de Encadernação, Conservação e Restauração. Entretanto, ainda não se pensava em uma preservação coordenada, com ações articuladas entre esses setores, que ainda trabalhavam independentes nas suas tomadas de decisão, objetivando cumprir suas tarefas e alcançar suas metas.

O esquema do organograma da Biblioteca Nacional com a publicação do Decreto-lei nº 8.679, de 18 de janeiro de 1946, permite compreender essa divisão de trabalho pelos setores envolvidos

na preservação de seu acervo (Figura 41). Criado dois anos após o referido Decreto, o Laboratório de Restauração foi incluído na quarta divisão: Obras Raras e Publicações.

O grande desafio era fazer funcionar a contento os setores que em outro momento já tinham sido atuantes, como o de Encadernação, desmantelado em 1931 durante a gestão de Mário Bhering. Seu fechamento abriu espaço para as velhas preocupações quanto à qualidade dos serviços e à segurança das obras que voltaram a transitar entre a biblioteca e as oficinas particulares.

Como relatado, os esforços para reorganizar a Oficina de Encadernação nunca deixaram as conversas e relatórios das chefias, que sempre voltavam a essas questões. Contudo, reestruturar uma oficina de encadernação com todos aqueles equipamentos que na década de 1930 foram doados ao Instituto Nacional de Surdos e Mudos (Ines), e reorganizar uma equipe de encadernadores, que chegou a contar com 25 profissionais, não era tarefa simples.



Figura 41. Organograma da Biblioteca Nacional de 1946. Fonte: Esquema elaborado pela autora.

Mesquita de Barros, chefe da Divisão de Aquisição, empenhado em remontar a oficina, encaminhou ao diretor, em 1948, orçamentos de diversas firmas fornecedoras de equipamentos para a instalação de oficinas de encadernação, pois sua preocupação estava no risco que corriam as obras raras, manuscritos e outras obras de valor ao saírem da biblioteca quando precisavam de restauração e encadernação. Entendia essa ação como uma medida de segurança necessária (RELATÓRIO CHEFES..., 1948, p. 5). Como isso ainda estava longe de se realizar, a biblioteca continuou contratando por concorrência as encadernadoras particulares Coringa, Primor (Herzfeld e Vasen) e a de João José de Moura, todas responsáveis pelos trabalhos de encadernação e de restauração de livros e obras raras de diversos setores (DESPESAS, 1948).

Alguns projetos institucionais às vezes deixavam as discussões internas e apareciam nos jornais, a exemplo do *O Jornal*, que em julho de 1948 publicou uma matéria sobre a Biblioteca Nacional informando que ela já teria encaminhado uma proposta de aumento de verba para serviços de encadernação ao Ministério da Educação para que fosse instalada, já em 1949, uma oficina especializada em restauração e encadernação (SOARES, 1948, p. 7). No entanto, em 1949, as firmas L. F. da Costa, Argel Ltda., Livraria Franco-Brasileira, João José de Moura, Primor e Coringa assumiram esses trabalhos (RELATÓRIO CHEFES..., 1949, p. 33).

Na tentativa de sensibilizar ainda mais a direção e apressar a instalação da oficina, Mesquita de Barros voltou ao assunto em seu relatório:

[...] Estes trabalhos são muito morosos para serem feitos como devem. São pouquíssimos os encadernadores a quem possa entregar, com confiança, a execução destes trabalhos, tornando-se ainda mais serio o problema em virtude da coleta de preços [...] o que tem acarretado prejuízos irreparáveis, pois, na ocasião em que os livros são devolvidos, aparentemente estão em condições, mas que no decorrer do tempo verifica-se o desaparecimento da parte impressa em virtude das folhas terem sido lavadas com ácidos em solução demasiadamente forte.

Mesmo para os livros novos, que não apresentam dificuldade para a encadernação, é necessário manter-se uma fiscalização rigorosa, pois

os encadernadores em geral não estão à altura do serviço que querem executar. De um modo geral é impressionante a falta de capricho e o número de livros devolvidos para conserto é muito grande [...] (RELATÓRIO CHEFES..., 1949, p. 1).

Diante disso, ele sugeriu que para o próximo ano fossem tomadas as seguintes medidas:

1- Instalação de uma pequena oficina de encadernação para que os livros raros, documentos e outras obras de valia não tenham que sair da Biblioteca.

2- Pagamento feito por adiantamento para a própria Biblioteca, que poderá, assim, fazer coleta de preços entre as firmas cujo trabalho se recomende [...], pois uma vez os estragos feitos (tais como aparo demasiado das folhas, muitas vezes cortando até o próprio texto, encadernação de cadernos de obras diferentes em um só volume, o que torna difícilíssimo o conserto pois tem-se de descobrir onde se encontra a continuação das mesmas) raramente são reparáveis [...] (RELATÓRIO CHEFES..., 1949, p. 1).

Contudo, o que se verificou no ano seguinte foi a contratação de diversas oficinas para executar os trabalhos de encadernação e restauração do acervo, como as empresas de Luiz F. da Costa, Primor, Livraria Geral, Franco-Brasileira Ltda., João José de Moura, Walter Faria, Alexandre Ribeiro Ltda., Argel Ltda., Bazeiro e Filhos Ltda., Coringa – Encadernação e Douração, Papelaria Natal S. A., Oswaldo Farias de Souza, Ubirajara P. Azevedo, Casa Vallelle e Livraria e Editora Z. Valverde (OFÍCIO Nº 154, 1950, p. 253).¹⁵⁸ Como a biblioteca ainda dependia das encadernadoras particulares, tentava “garantir a perfeição” dos serviços por meio da chamada para coleta de preços que exigia na sua redação, além de uma caução, para descontar a título de multa por volume devolvido em virtude de encadernação defeituosa, douração incompleta ou

.....
158. Algumas encadernadoras eram advertidas quanto à qualidade inferior de seus trabalhos, como a de Luiz F. da Costa. Outras eram recomendadas para participarem da concorrência, como a Livraria Geral, a Franco-Brasileira Ltda., a Argel Ltda. e a Coringa – Encadernação e Douração (OFÍCIO Nº 351, 1950, p. 24 e OFÍCIO Nº 122, 1950, p. 285).

errada, que fossem apresentadas as especificações dos materiais que deveriam ser empregados nas encadernações¹⁵⁹ e restaurações, além de especificar os tipos de costuras:

Tipo de Material

Papelão – Paraná ou pardo paulista

Papel de guarda – apergaminhado

Costura – ponto inteiro, com cadaço (até 0,5 cm de larg.)

Linha crua

Revestimento do dorso – papel Kraft

Douração – Ouro fino

As discriminações acima são para qualquer tipo de encadernação

Carcelas e restaurações – papel japonês ou equivalente

Costura de livros antigos ou de folhas soltas: “Ponto de luva” (OFÍCIO Nº 154, 1950, p. 251, grifo da autora).

O tempo passava e os jornais continuavam a dar notícias confusas e imprecisas a respeito da encadernadora da biblioteca, como em 1951, quando o jornal *Tribuna da Imprensa* anunciou que depois de anos sem uma oficina a instituição recentemente teria montado uma oficina de encadernação (MAIS DUZENTOS..., 1951, p. 5).

Como isso não aconteceu, o Setor de Encadernação continuou realizando as tarefas que lhe cabiam no momento: distribuir e controlar a verba para encadernação; catalogar as obras para encadernar; organizar e manter esse catálogo; receber e controlar as obras que vinham das diversas seções; preparar as obras para encadernar; controlar e conferir o material encadernado; empenhar e coletar os preços e enquadrar os assuntos de folhetos para encadernar (RELATÓRIO CHEFES..., 1953a). Ao final do ano de 1953, a falta da oficina é tratada como um problema agudo. A inquietação estava nos trabalhos defeituosos que frequentemente causavam estragos irreparáveis até às obras raras. O diretor Eugê-

.....
159. As peles usadas para a encadernação de livros novos ou reencadernações eram as de porco, carneira, cabra e pelica (OFÍCIO Nº 154, 1950, p. 251).

nio Gomes¹⁶⁰ compartilhava essa preocupação com o ministro da Educação e Cultura, Antônio Balbino, em busca de apoio para instalar a oficina de encadernação novamente:

[...] A razão disto é que não são as melhores empresas os vencedores das concorrências abertas para esse fim. Quando se trata de restauração o mal é ainda maior, sendo por isso muito de lamentar que a Biblioteca Nacional não esteja em condições de promover a recuperação de seu acêrvo em oficinas próprias (RELATÓRIO CHEFES..., 1953a, p. 6).

Todavia, seus apelos não foram suficientes para sensibilizar o ministério e, em uma nova tentativa, agora com a biblioteca sob a gestão de Celso Cunha,¹⁶¹ em 1956, voltou-se a apresentar ao ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, entre várias questões, a preocupação com a encadernação das obras e a falta ainda da oficina de encadernação:

[...] ressentido-se a B.N. da falta de uma oficina destinada à reconstituição e acondicionamento de encadernações de livros de qualidade. Esse serviço não deve ser feito fora de sua sede; em primeiro lugar pelo caráter especial dessas encadernações, que necessitam ser orientadas por peritos no assunto, sendo algumas verdadeiros trabalhos de arqueologia bibliográfica; em segundo lugar, tratando-se de livros preciosos e insubstituíveis, não é aconselhável sua retirada da B.N., e inadmissível submetê-los a riscos de extravio ou perda. Antes de 1930 – a B.N. possuía uma magnífica oficina de encadernação [...], foi transferida para outra repartição. A experiência sugere, no entanto, seja organizada novamente pequena oficina, em que se faça a encadernação apenas dos livros preciosos desta Casa, tais como incunábulos, livros dos séculos XVI e XVII, impressões raras, livros ilustrados a xilogravuras e exemplares de extrema raridade ou mesmo únicos (RELATÓRIO CHEFES..., 1956a, p. 22-23).

Em 1959, Celso Cunha anunciou uma nova investida para instalar a oficina de encadernação, dizendo que seriam iniciados os trabalhos em 1960 (RELATÓRIO CHEFES..., 1959a). Esse

.....
160. Eugênio Gomes nasceu em Ipiá/BA, em 1897, e faleceu no Rio de Janeiro em 1972. Foi escritor, crítico literário e diretor da Biblioteca Nacional entre 1951 e 1956.

161. Nasceu em Teófilo Otoni/MG, em 1917, e faleceu no Rio de Janeiro em 1989. Foi professor, filólogo, ensaísta e diretor da Biblioteca Nacional entre 1956 e 1960.

esforço resultou na compra de duas máquinas de cortar papel e um tesourão (RELATÓRIO CHEFES..., 1960). Sobre essa compra e a oficina o *Jornal do Commercio*, de 22 de novembro de 1961, afirmava que ao lado da Seção de Restauração havia uma pequena encadernação que resolvia bem ou mal a necessidade da instituição, confiada à arte de Siqueira Campos,¹⁶² um dos melhores artistas do Brasil, e que tinha sido um erro a extinção das oficinas de impressão e encadernação da Biblioteca Nacional pelo Estado Novo (MIRANDA NETO, 1961, p. 7). No entanto, os anos foram passando e as firmas particulares, como a de João José de Moura e Almir Augusto Lopes, continuavam trabalhando para atender à demanda de todas as seções da biblioteca: de jornais e periódicos a livros raros e preciosos.

Os relatórios que se seguiram na década de 1960 apontavam a instalação da Oficina de Encadernação como obra de emergência, mas somente no início da década de 1970, já sob a direção de Jannice Monte-Mór, é que essa situação parecia ter sido resolvida. Detectando logo em seus primeiros meses de direção que existia um grande gargalo entre a entrada do livro na biblioteca, sua distribuição para firmas de encadernação e seu retorno para as mãos dos leitores, Jannice Monte-Mór conseguiu, através de um convênio com o Instituto Nacional do Livro, “o equipamento de uma oficina de encadernação”. Seu desafio agora era conseguir bons profissionais de encadernação para colocar a oficina em operação (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1971).

O local escolhido para essa oficina foi o primeiro pavimento, onde já funcionavam o Laboratório de Restauração e o de Microfilmes. As obras foram concluídas em 1972. Para reunir os setores afins, a Seção de Encadernação foi transferida para lá, dividindo

.....
162. Poucas são as referências a Siqueira Campos na Biblioteca Nacional. Tudo leva a crer que era encadernador e trabalhou para a instituição na década de 1960. Uma matéria sobre a Biblioteca Nacional, de 1961, informava que teria sido inaugurada a exposição *Arte de Encadernar* com a participação de Leopoldo Berge e seu filho Ernesto Berge, Maria Goldring e alunos Berenice Magdaleno e A. Siqueira Campos, entre outros (EXPOSIÇÃO..., 1959, p. 8). Até o momento, só foi possível associar o nome de Siqueira Campos à biblioteca por esses dois documentos.

o espaço e realizando suas tarefas de recebimento, confronto, preparação e revisão das obras (RELATÓRIO CHEFES..., 1972).

No entanto, naquele mesmo período, algumas mudanças importantes aconteceram na Biblioteca Nacional, como a criação do Grupo-Tarefa,¹⁶³ que tinha como objetivo repensar a instituição em conjunto com a Fundação Getulio Vargas (FGV). Para reorganizar a biblioteca, esse grupo definiu cinco projetos e quatro subprogramas, onde a preservação se encaixava e englobava em suas discussões propostas para restauração, encadernação, microfilmagem e desinfestação (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1973, p. 10-13). Um dos resultados desse trabalho foi a troca de correspondência com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre apoio técnico, o que permitiu que, em 1974, a biblioteca recebesse a consultoria de um profissional da área da restauração. A técnica indicada foi a restauradora italiana Maria Di Franco Lilli, da Biblioteca Vallicelliana, de Roma, que permaneceu 15 dias no Brasil visitando o Arquivo Nacional, proferindo conferência no Ministério da Educação e Cultura e observando detalhadamente a situação da Biblioteca Nacional. A visita à biblioteca acabou gerando um relatório em que ela examinava a formação de pessoal e a necessidade de trabalhar sob orientação científica, sugerindo que envolvessem químicos e biólogos em estudos científicos na área da preservação de acervos (ANS, 1975, p. 2). Suas orientações se aproximavam das recomendações propostas pela Convenção de Paris, de 1972, que indicava, entre outras ações, a criação de um serviço de conservação e restauração com pessoal

.....
163. O Grupo-Tarefa foi formado por bibliotecários da Biblioteca Nacional, em 1971, para fazer uma análise sistemática do funcionamento para levantar fatores negativos e propor um programa corretivo para a biblioteca (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1971, p. 5). Contou com a assistência técnica da Fundação Getulio Vargas, num acordo assinado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação-geral e o Ministério da Educação e Cultura. Além disso, a biblioteca desenvolveu planos de trabalho para integrar-se ao Plano Setorial de Educação e Cultura. Dentro desse Plano do MEC o projeto nº 24 estava diretamente relacionado à “preservação do patrimônio cultural”. Seu terceiro item tratava da Preservação e Conservação do acervo bibliográfico (microfilmagem, encadernação, restauração, limpeza e desinfestação) (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1973-1974).

adequado e com instalações apropriadas, o desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas e técnicas, aperfeiçoando o método de intervenção, e a criação ou desenvolvimento de centros de formação e uma aproximação com os centros de pesquisa e universidades (CURY, 2000, p. 180).

Essa visita possibilitou a troca de experiências, um fortalecimento entre as instituições envolvidas e o oferecimento de bolsas de estudos para os funcionários da biblioteca (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1975, p. 5). Toda essa movimentação decorrente da visita prorrogou, mais uma vez, a instalação da oficina de encadernação, que precisou esperar que as recomendações de Maria Di Franco Lilli fossem inseridas na rotina da biblioteca.

Entretanto, com a saída de Jannice Monte-Mór, em 1979, esse “projeto de revitalização das ações de preservação” ficou suspenso e o que se pôde verificar é que até o início de 1980 a biblioteca ainda se ressentia da falta de uma oficina. Nas palavras de seu novo diretor, Plínio Doyle, que trabalhou entre 1979 e 1982, era “indispensável resolver a instalação de uma oficina de encadernação” (RELATÓRIO DO DIRETOR..., 1981, p. 247).

O Setor de Conservação e o combate aos insetos bibliófagos

O plano de reforma elaborado por Borba de Moraes em conjunto com os especialistas encaminhados pela *American Library Association* e a *Rockefeller Foundation*, em 1945, colocava a limpeza e a desinfestação do acervo como atividades básicas e fundamentais para a instituição. Essas atividades eram realizadas pelo Setor de Conservação, que tinha como chefe Antônio José de Freitas e mais três funcionários. Antônio José de Freitas começou a trabalhar na biblioteca em 1911, ainda na gestão de Cícero Peregrino. Contratado inicialmente como funcionário “sem nomeação”, foi sendo aos poucos promovido a auxiliar, bibliotecário auxiliar até chegar a bibliotecário. Profissional aplicado, em 1939, recebeu um elogio pelo modo inteligente com que tinha desempenhado o serviço de transferir os periódicos de uma ala a outra sem ter a necessidade de alterar o catálogo da seção (A BIBLIOTHECA..., 1939, p. 533). Reconhecidamente dedicado

aos serviços da biblioteca, Antônio José de Freitas assumiu a chefia da Seção de Conservação, em 1944, quando foi criada pelo novo regimento. Seu trabalho compreendia a limpeza, a desinfestação e o expurgo dos livros. Sérgio Buarque de Holanda, chefe da Divisão de Consulta, a esse respeito comentou que a Seção de Conservação desempenhava um importante trabalho na manutenção do acervo e comemorava a chegada de mais dois autoclaves e de pessoal para o trabalho de conservação, sobretudo no expurgo, o que aumentaria sua produção no combate aos insetos (RELATÓRIO CHEFES..., 1944, p. 4-5). Ao que parece, essa seção chegou a ter, naquele momento, 25 funcionários que acabaram sendo redistribuídos de acordo com a necessidade da biblioteca (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1946, p. 15). Depois dessa redistribuição a seção continuou seu trabalho de limpeza e organização com o seu quadro reduzido de funcionários.

Para tentar agilizar o trabalho de expurgo dos livros, no final da década de 1940, foram construídas quatro câmaras de alvenaria junto aos depósitos do acervo no primeiro e no sexto pavimentos das Seções de Periódicos e de Obras Gerais (OFÍCIO Nº 148, 1948). Novos produtos foram adicionados à lista de inseticidas como agente fumigante, resultado de uma mistura de sulfeto e tetracloreto de carbono¹⁶⁴ (BAPTISTA, 1987, p. 2). Esses produtos partiram da orientação de Edson Motta, pois, segundo ele, não eram inflamáveis e poderiam suprir as dificuldades de adquirir equipamentos mais modernos, como a câmara a vácuo e alguns produtos químicos, porém não comercializados no Brasil (ANS, 1948, p. 4). Entretanto, isso não era o suficiente, pois a seção lutava também contra a falta de materiais para executar os serviços de expurgo como o gás utilizado nas estufas (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1953). Antônio José de Freitas sabia que os problemas de infestação se aliavam ao clima da cidade e às condições do edifício, o que tornava mais complexo o combate aos insetos bibliófagos (RELATÓRIO CHEFES..., 1954a). Ele conhecia bem o ciclo de vida desses insetos e organizava

.....
164. Tetracloreto de carbono é uma substância não inflamável tóxica se inalada ou ingerida. Ataca o sistema nervoso central, coração, fígado e rins. Uso em propulsores, desengraxante de metal e fumigante agrícola (FICHA..., 2018).

sua rotina de expurgo para que essa operação fosse a mais eficiente possível. Assim, no relatório de outubro de 1954, comentou:

O serviço de expurgo, carga e descarga das estufas terminou, pois só é feito no período de abril a outubro, quando os bichos se encontram em desenvolvimento entre a ovulação, lagarta e crisalida.

Durante os meses de novembro a março, não é aconselhável o expurgo nas estufas, por quanto os bichos se transformam em besouros vivendo em constantes vôos a seguir a desova.

Nessa época é aconselhável a limpeza manual dos livros, que, aliás vem sendo feita vagarosamente por mim, devido a falta de pessoal para a mesma (RELATÓRIO CHEFES..., 1954a).

Mesmo com todo o conhecimento sobre a vida dos insetos e as rotinas de expurgo no seu combate, os resultados não estavam surtindo o efeito esperado e logo trataram de mudar a estratégia, seguindo a recomendação do novo chefe da Seção de Conservação, o escritor Sílvio Mamoré Leitão da Cunha:

Já há alguns anos se vinha adotando na B.N. o uso de gases letais em estufas apropriadas para a destruição do maior inimigo do livro – o inseto. Esse processo, que deu muito bom resultado em determinados setores, revelou-se insuficiente em face do volume de trabalho a ser realizado; impõe-se, portanto, a adoção de um outro método que, com o reduzido pessoal disponível para esse fim, atinja grandes áreas de estantes e seja empregado inseticida de ação prolongada, que torne muito reduzida a proliferação e disseminação dos insetos nocivos.

Esse objetivo pensa-se conseguir com o emprego de Dieldrin¹⁶⁵ que, segundo informa o Dr. Sílvio Mamoré Leitão da Cunha, atual chefe da Seção de Conservação, é usado nos Museus da Europa e da América.

.....
165. Dieldrin é um composto organoclorado sintético utilizado como inseticida ente as décadas de 1950 e 1970 em substituição ao DDT. O Dieldrin-A-Raz era produzido pela empresa Shell. Seu uso foi banido devido à sua alta persistência no ambiente e sua capacidade de bioacumulação. Faz parte da lista dos poluentes orgânicos persistentes (POPs) da Convenção de Estocolmo de 1972, um tratado internacional para garantir a eliminação segura de poluentes e limitar sua produção e seu uso, do qual o Brasil é signatário. É tóxico para os humanos, podendo provocar cefaleia, tontura, náusea, vômito, tremor muscular, miocronia e convulsões, e foi associado ao aumento de câncer hepático e biliar (CETESB, 2018).

Para esse fim adquiriu-se [...] um aparelho denominado Neblinador e duas pistolas para uso manual (RELATÓRIO CHEFES..., 1956a, p. 23).

Quanto ao neblinador, o modelo adquirido foi o 303-A – Microsol, além de quatro aparelhos elétricos Microsol, modelo 202, e duas eletropistolas Meteor (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1967). Equipamentos que eram divulgados nos boletins do Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo como sendo os mais rápidos, fáceis, racionais e econômicos aparelhos para desinfestar, desinfectar e desodorizar o ambiente de bibliotecas, arquivos e museus (BOLLETTINO, 1962, p. 4). O Instituto Alfonso Gallo, criado em 1938, em Roma, passou a ser referência na restauração de livros combinando as disciplinas científicas e a história tecnológica do livro. Seu boletim, publicado semestralmente, passou a ser de grande interesse para bibliotecários e arquivistas de todo o mundo. Além de notícias da área, publicavam artigos técnicos sobre química, física e biologia aplicadas à patologia do livro (RIBEIRO, 2018). A Biblioteca Nacional passou a receber seus boletins em 1947 e foi por meio deles que tomou conhecimento do novo neblinador, adquirindo-o para incorporá-lo à rotina de desinfestação do acervo.

Apesar da novidade do neblinador, a rotina do combate aos insetos continuou a utilizar as estufas e o trabalho de expurgo, e o relatório de 1956 informava o uso do produto químico hexaclorometanonaphthaleno¹⁶⁶ em pó ou dissolvido em éter de petróleo (benzina) nos livros e no mobiliário das seções (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1956).¹⁶⁷

.....
166. Essa denominação não foi encontrada, porém o hexaclorociclohexano, conhecido como BHC e comercializado como Lindano ou Lindana foi largamente utilizado na agricultura e passou a ser empregado no combate a insetos bibliófagos. É um organoclorado de alta persistência e seu uso foi proibido no Brasil em 1985. A contaminação em seres humanos ocorre de forma aguda ou crônica pelas vias dérmica, respiratória e alimentar. É possivelmente carcinogênico e pode causar danos ao sistema nervoso central (LOIOLA, 2007, p. 18-19).

167. Parte do relatório de 1956, de Sílvia da Cunha, foi publicada no *Diário de Notícias*, em 17 de fevereiro de 1957, sobre métodos, produtos e áreas expurgadas na biblioteca, assim como outros trabalhos e o quantitativo de folhas laminadas pela laminadora Barrow (PRESERVAÇÃO..., 1957, p. 3).

Ao acompanhar as ações de conservação e todos os esforços dos profissionais para salvaguardar o acervo da biblioteca foi possível observar a falta de definição e entendimento que existia sobre os conceitos e as atribuições de cada área envolvida nesse processo, acarretando uma confusão de competências.

A esse respeito, o novo chefe da Seção de Conservação, Sílvia da Cunha, no seu relatório endereçado à Divisão de Circulação, autointitulava-se chefe da Seção de Conservação e Bibliátrica da Biblioteca Nacional. Bibliátrica corresponde à restauração de livros. De onde teria surgido esse termo? Como assumir para si uma competência que já existia na biblioteca? Isso teria partido de uma orientação oficial ou foi uma vontade particular?

Para dificultar ainda mais a compreensão de sua intenção ao estabelecer para a seção certas competências, Sílvia da Cunha apresentou suas atividades:

Preservação

Restauração

A Preservação subentende:

O Serviço de Vistoria Permanente do Acervo, com a finalidade de assinalar qualquer fator de ameaça ou dano à conservação do mesmo e que implique necessidade de reparação.

O Serviço de Expurgo destinado a eliminar em qualquer ponto do acervo da B.N. os insetos nocivos e a efetuar a prevenção de novas incursões da fauna bibliófaga.

O Serviço de Seleção de Obras de Qualidade, que estejam reclamando cuidados de preservação ou restauração.

A Bibliátrica compreende:

O Serviço de Restauração de livros, encadernações, gravuras e mapas com os recursos técnicos adequados.

O Serviço de Seleção de Obras cujo papel esteja em vias de decomposição, com o fim de serem encaminhadas para a cópia fotográfica (RELATÓRIO CHEFES..., 1957a).

Mesmo com todo o esforço para organizar e estruturar o campo de ação das seções ligadas à preservação do acervo, ele ainda estava por se definir e se estabelecer na biblioteca.

Curiosamente, apesar das atribuições pretendidas por Sílvio da Cunha em seus relatórios e nos relatórios anuais da direção, não consta nenhuma atividade diferente da rotina associada à conservação. Tudo continuou dentro de suas atividades iniciais, algumas vezes com mudanças de chefia, adoção de produtos químicos novos para expurgo ou serviços extras de desinfestação realizados para outras instituições públicas e privadas.¹⁶⁸ As escolhas das técnicas e dos produtos químicos para controle de pragas continuavam sendo de responsabilidade exclusiva dessa seção. Entre as décadas de 1950 e 1970 nova proposta foi adotada, utilizando uma mistura sólida à base de DDT,¹⁶⁹ colocada em arcazes, mapotecas, armários e gavetas que guardavam documentos (BAPTISTA, 1987, p. 2). Na obra *O bibliotecário aprendiz*, de 1965, Borba de Moraes, que atuou em importantes bibliotecas brasileiras na década de 1940 e foi diretor da Biblioteca Nacional, recomenda no texto “Bicho, mofo e outras calamidades” o uso do DDT em pó nas obras e o líquido nas estantes, indicando que se desinfetasse com abundância (MORAES, 1965, p. 96). Sobre esse produto, Waldir da Cunha, ex-chefe da Seção de Manuscritos, lembrou em seu depoimento que muitas gavetas ainda na década de 1980 continham uma quantidade significativa de DDT (CUNHA, 2016).

A partir de 1960, uma estrutura mais coesa para a preservação do acervo começou se delinear. Organizada a partir do Decreto nº 48.108, de 13 de abril de 1960, esse novo instrumento administrativo estabeleceu a Divisão de Bibliopatologia. Subordinada a ela foram criadas as seções de Ciências Aplicadas e Pesquisas¹⁷⁰ e a

.....
168. Bibliotecas das faculdades da Universidade do Brasil; Escola do Exército; sindicatos de professores e especialistas (1960); Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Fundação Especial de Saúde Pública (1966) (RELATÓRIO CHEFES..., 1960 e 1966).

169. O diclorodifeniltricloroetano (DDT) é o mais conhecido entre os inseticidas do grupo dos organoclorados. Pode provocar intoxicação aguda com sintomas de cloracnes na pele, dor de cabeça, tonturas, convulsões, insuficiência respiratória e até morte. Seu uso domissanitário e na pecuária foi proibido em 1985, mas liberado como controle de vetores da malária e leishmaniose (D'AMATO; MALM, 2002).

170. Desde sua criação essa seção nunca funcionou por falta de pessoal especializado, como um cientista da área de bibliopatologia ou entomologia. O objetivo dessa seção

Seção de Recuperação e Restauração, deixando de fora desse novo arranjo as Seções de Conservação e de Encadernação, que permaneceram trabalhando de forma independente (BRASIL, 1960).

A imagem que se segue, Figura 42, é de um funcionário, em 1971, usando o neblinador com produto químico no combate aos insetos bibliófagos. Esta imagem foi publicada pelo *Jornal do Brasil*, e apesar de não mencionar a substância utilizada, ela revela bastante sobre a técnica de fumigação e a falta de equipamentos de proteção na sua aplicação.

Todos os produtos químicos utilizados no acervo da biblioteca partiram de referências bibliográficas, indicações e orientações de outras bibliotecas ou museus. No entanto, eram aplicados sem acompanhamento de especialistas na área de desinfestação. Esse quadro iria mudar com a entrada de Jannice Monte-Mór, em 1971, que em seu primeiro relatório já expunha o problema da infestação em vários armazéns de guarda do acervo. Para tentar combater essa situação, ela montou um plano de preservação que incluía a assistência e supervisão do Instituto de Biologia da Universidade Federal Rural do Rio de



Figura 42. Funcionário aplicando produto inseticida em alguns livros da Biblioteca Nacional. Fonte: AFINAL, uma arte e uma técnica para cuidar de livros. *Jornal do Brasil*. 30 de janeiro de 1971, p. 12.

seria a orientação, assessoria e fiscalização de todo o trabalho de imunização e limpeza (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1971, p. 4).

Janeiro (UFRRJ) e a contratação de técnicos especializados em expurgo e imunização (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1971).

Pouco tempo depois o plano foi colocado em prática e a proposta da empresa Agronomia – Prestação de Serviços e Planejamento Ltda., “com técnicas exclusivas e ótimos resultados alcançados no Museu Imperial de Petrópolis e no Arquivo Nacional”, foi aceita. A preocupação estava agora com a manutenção do acervo imunizado e a verba para a manutenção do serviço. A proposta da empresa Agronomia incluía “uma turma bem equipada para a limpeza sistemática e fiscalização para detecção de focos” (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1971, p. 4). A ideia era não só desinfestar os livros antigos e já há mais tempo no acervo, mas também “os livros novos ou recém-adquiridos, para evitar que se tornassem veículos de propagação de organismos deterioradores” (MONTE-MÓR, 1974, p. 138). Entretanto, as dificuldades econômicas ameaçaram a proposta e o trabalho se tornou inconstante já em 1972, com redução na imunização, paralisado em 1973 e 1974 e retomado em 1975. Só mais tarde, em 1977 e 1978, a empresa pôde retornar apenas para fazer o monitoramento do trabalho executado dois anos antes (RELATÓRIOS DIRETORIA..., 1972-78).

A visita e as recomendações da especialista em restauração Maria Di Franco Lilli, em 1974, também trouxeram novas orientações para a área de conservação. Jannice Monte-Mór escreveu que essas recomendações possibilitaram a biblioteca seguir

[...] o exemplo dos centros culturais mais avançados da Europa e dos Estados Unidos, particularmente de grandes e prestigiadas bibliotecas nacionais: deu início, em 1975, a um projeto de pesquisa, desenvolvido com a participação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para correta abordagem científica do problema dramático de conservação do acervo. E, com essa medida, propiciou também o aconselhável entrosamento entre as atividades de pesquisa na área universitária com as atividades de outras áreas, integradas nos projetos prioritários do Ministério da Educação e Cultura com referência à preservação do patrimônio cultural.

Assim, o laboratório de Biologia e o de Bioquímica daquela Universidade estarão colaborando com a Biblioteca na preservação de todo

o acervo. Uma das pesquisas procederá ao levantamento de insetos e microrganismos nocivos, estudando sua biologia e seus meios de disseminação, bem como os combates aos mesmos, compatíveis com o local e sem implicações de natureza toxicológica para funcionários e leitores (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1975, p. 447-448).

Além da vinda de Maria Di Franco Lilli, o convênio com a Unesco ofereceu quatro bolsas de estudo, na Itália, para os funcionários da biblioteca. Duas dessas bolsas foram para a área de restauração de documentos e serão comentadas mais adiante, as outras duas bolsas foram oferecidas, em 1976, para um bioquímico e um biólogo com o propósito de organizar as pesquisas nas áreas de bibliopatologia ou entomologia. Por força do convênio e ausência desses profissionais na instituição elas foram transferidas para a UFRRJ. Entretanto, não lograram êxito (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1976, p. 9).

Aproveitando a aproximação com a UFRRJ, Jannice Monte-Mór assinou um convênio com a universidade para apoio a um projeto de conservação e restauração, baseado nas mesmas orientações italianas, por meio do desenvolvimento de pesquisas nos laboratórios do Instituto de Biologia e no de Bioquímica do Instituto de Ciências Exatas. O coordenador das pesquisas foi o professor Charles F. Robbs,¹⁷¹ com a colaboração dos professores Cincinato R. Gonçalves, Celso Luiz Contardo da Fonseca e Otto Gottlieb, abrangendo, respectivamente, as áreas de fitopatologia, entomologia, bioquímica e química orgânica (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1976, p. 10). Com os trabalhos em andamento, o professor Contardo da Fonseca apresentou durante o 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em julho de 1975, o que seria o “Projeto de pesquisa para a Conservação (preservação e restauração) do material bibliográfico da BN”, contemplando um plano de pesquisa e estudo químico e bioquímico de agentes patogênicos

.....
171. Charles Frederick Robbs (1920, Olinda/PE – 2012, Rio de Janeiro/RJ). Engenheiro agrônomo, foi professor assistente de Fitopatologia e Microbiologia Agrícola na Escola Nacional de Agronomia, de 1944 a 1946, e de 1949 a 1956; professor adjunto na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, de 1963 a 1974, e professor emérito da mesma universidade no Departamento de Entomologia e Fitopatologia, no Instituto de Biologia em 1993.

em documentos bibliográficos e análise dos defensivos. Esse projeto incluía ainda uma revisão bibliográfica dos estudos de Gallo (1969, ano XVIII, fac. I-II), Gallo e Gallo (1967, ano XVI, fac. III-IV e 1971, ano XXX, fac. I-II), Faria (1919), Nabuco (1959), Lindaure Corujeira (1971) e Motta e Salgado (1970).¹⁷² Na avaliação de Conrado, essas referências eram valiosas na descrição da metodologia, algumas eram esclarecedoras no que se referia à biologia dos insetos, mas todas insatisfatórias no tocante ao controle de insetos e fungos, dada a “impraticabilidade da metodologia descrita e quase sempre baseada na experiência estrangeira, principalmente no que se refere à toxicidade aguda e crônica dos produtos”. Acrescentou ainda que os professores Cincinato R. Gonçalves e Charles F. Robbs verificaram a incidência dos anóbios *Dorcatoma bibliophagum* e *Catorama herbarum* no acervo da biblioteca, mas ainda não tinham feito o levantamento dos fungos e bactérias. Segundo o pesquisador, para o controle desses insetos tinham selecionado um inseticida de elevada pressão de vapor e baixa toxicidade ao homem, indicando o Diclorvos ou DDPV,¹⁷³ por sua eficiência em todas as fases dos insetos. Acrescentou também que estavam experimentando uma dosagem de 1% do produto ativo diluído em álcool metílico,

.....
172. As obras citadas como referências para o estudo são: CORUJEIRA, Lindaure. *Conserve e restaure seus documentos*. Salvador: Itapua, 1971. FARIA, Diogo Teixeira de. *Os inimigos dos nossos livros – dados preliminares a um processo de destruição dos insetos que atacam os livros em S. Paulo*. São Paulo: Tipografia Olegário Riberio, Lobato & Cia., 1919. GALLO, F. “Ricerche sperimentali sulla resistenza agli agenti biologici di material impiegati nel restauro dei libri. VI Saggi su collanti puri o addizionati di fungicidi.” *Bollettino dell’Istituto di Patologia del Libro*, Roma, p. 9-47, 1969. GALLO, F. “Tratamento com alcooli dei material librari danneggiati dai microrganismi.” *Bollettino dell’Istituto di Patologia del Libro*, Roma, p. 35-69, 1971. GALLO, F.; GALLO, P. “Insotti o microrganismi inomici dei libri.” *Bollettino dell’Istituto di Patologia del Libro*, Roma, p. 79-130, 1967. GALLO, F.; GALLO, P. “Disinfezione dei libri com ossido di etilene e formaldeide.” *Bollettino dell’Istituto di Patologia del Libro*, Roma, 1971, p. 35-69. MOTTA, E.; SALGADO, M. L. G. *O papel: problemas de conservação e restauração*. Petrópolis: Museu de Armas Ferreira Cunha (MAFC), 1971. NABUCO, Joaquim (Monsenhor). *Em defesa do livro*. Rio de Janeiro: Antunes, 1959.

173. Esse inseticida organofosforado é também conhecido como Vapona. Usado na agricultura e no controle de acervos bibliográficos, acervos em madeira e têxteis. Causa fraqueza, anorexia, embaçamento da visão, complicações abdominais e cefaleia. Produto inflamável (ALMEIDA et al., 2011, p. 281).

aplicado por pinceladas no “interior das duas capas dos livros” (FONSECA, 1976, p. 5).

As coisas pareciam caminhar para um trabalho apoiado em bases científicas, como as que motivaram a criação do Laboratório de Restauração na década de 1940, e de uma compreensão mais ampla do que seria um trabalho integrado de preservação do acervo. No caminho dessa nova condução, em 1973, o Grupo-Tarefa sugeriu um organograma que incluía a criação da Divisão de Conservação,¹⁷⁴ que respondesse pelas Seções de Preservação, Restauração e Encadernação¹⁷⁵ (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1973, p. 18).

Pensando nessa integração e na parceria entre as áreas interdisciplinares do conhecimento que envolve a preservação de acervos, e no convênio com a UFRRJ, em 1977, a direção da biblioteca tomou providências para a compra de equipamentos destinados ao Instituto de Ciências Exatas da universidade para iniciarem as pesquisas, sobretudo no combate aos insetos bibliófagos (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1977, p. 2). Faltava pouco para o início dos trabalhos, pois em 1978 a biblioteca adquiriu os materiais de consumo e permanentes que possibilitariam, em 1979, o início das “pesquisas já delineadas” (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1978, p. 333).

No entanto, com a mudança de direção em 1979 não foi possível verificar, nos relatórios do diretor Plínio Doyle, o destino desse convênio e dos equipamentos. Entretanto, se verificou que a área da preservação chegou ao final dos anos 1970 com algumas conquistas importantes, como a criação do Laboratório de Restauração, com uma equipe de profissionais da preservação que, mesmo sem formação acadêmica específica, eram comprometidos com as atividades.

.....
174. O termo Conservação era naquele momento entendido como a área que abrangia a preservação e a restauração. Esse entendimento se modificou na década de 1990, quando o conceito de Preservação assumiu a função de um grande “guarda-chuva” responsável pelas áreas de Conservação e de Restauração (BOJANOSKI, MICHELON, BEVILACQUA, 2017).

175. Essa proposta se tornou realidade através da Portaria Ministerial nº 470/1975, mas segundo Ulrike Wehmeier, chefe da Divisão de Conservação, sua implantação só ocorreu em agosto de 1977 (RELATÓRIO CHEFES..., 1977).

Chegou também com muitos desafios para se consolidar dentro de uma instituição de memória que ainda não tinha um projeto definido que integrasse as ações para a preservação de seu acervo.

A atuação de Adalberto Barreto no Laboratório de Restauração – entre as décadas de 1940 e 1970

Considerando a preservação do patrimônio bibliográfico e documental como um ato ético e político, poderíamos refletir sobre a memória e o esquecimento. Pensar a memória como um instrumento de poder, o que implica admitir que não há poder sem memória e que a questão do esquecimento tem uma dimensão política, e que entre a memória e o esquecimento há um jogo de forças (HÓLLOS, 2006, p. 21). Essa dimensão política e esse jogo de forças são importantes para analisar a atuação de Adalberto Barreto como responsável pela restauração na Biblioteca Nacional. Entretanto, nesse binômio lembrar e esquecer, registrar e apagar, são as pegadas a que Elizabeth Jelin se refere como sendo a possibilidade de uma elaboração de memórias e lembranças. Pegadas que para serem reveladas precisariam ser evocadas (JELIN, 2002, p. 30).

Trabalhando com essas possibilidades é que se chegou às primeiras pegadas que permitiram pesquisar sobre a memória dos restauradores da Biblioteca Nacional e reelaborar narrativas. Os rastros de memórias foram aqueles mesmos documentos descobertos no Laboratório de Restauração, em 2015, e as lembranças de Cleide Barreto, que permitiram entrelaçar tantos fios de lembranças e esquecimentos.

Guardados junto com livros e publicações nas estantes da biblioteca do Laboratório de Restauração, um conjunto de documentos datilografados trazia a seguinte sugestão:

É necessário o desenvolvimento da Divisão de Bibliopatologia ou a criação do Instituto Tropical de Patologia do Livro ou Instituto Nacional de Patologia do Livro, com sede no Rio de Janeiro, não apenas por anseio pessoal, mas por uma necessidade premente, pelo que se tem observado na Biblioteca Nacional (RELATÓRIO CHEFES..., 1970).

Essas primeiras palavras bastaram para que percorrêssemos com interesse as páginas que se seguiam e traziam como título a “Patologia do Livro”. O material reunia informações didáticas sobre os problemas de degradação do livro e estava assinado por Adalberto Barreto, datado de 1967 (BARRETO, A., 1967, p. 1-28). Junto a esse material estava parte de um relatório sugerindo ao diretor o desenvolvimento da Divisão de Bibliopatologia ou a criação do Instituto Tropical de Patologia do Livro e um memorando que apontava em números a necessidade de contratação de profissionais para o Laboratório de Restauração, ambos, provavelmente, de 1970 (RELATÓRIO CHEFES..., 1967 e 1970).

O nome de Adalberto Barreto despertou uma curiosidade. Quem seria esse profissional que assinava os documentos e a que Divisão de Bibliopatologia ele se referia? Por que não se tinha, entre os restauradores do atual Laboratório de Restauração, conhecimento de sua existência?

Aprofundando as pesquisas, Cleide Barreto, filha de Adalberto Barreto, surgiu como um rastro cujas pegadas profundas da memória do restaurador Adalberto Barreto foram sendo “desarquivadas” entre recordações e histórias. Do encontro com Cleide Barreto surgiram diversos artigos de periódicos, telegramas, fotos, imagens de Adalberto Barreto no Laboratório de Restauração que possibilitaram, junto com outras fontes documentais, começar a entender e a escrever parte da memória e da história dos restauradores da biblioteca entre as décadas de 1940 e 1980.

As referências a Adalberto Barreto foram sendo localizadas, como indica Jelin, em lembranças guardadas na mente de Cleide Barreto e outras pessoas, em registros, em bibliotecas, arquivos públicos e privados (JELIN, 2002, p. 30). Partindo como se fôssemos guiados por fios dessa narrativa, começamos a buscar outros rastros, armazenados em documentos institucionais, periódicos da época e em documentos particulares que vieram à tona e possibilitaram encontrar mais pegadas.

Na busca de informações para entender a atuação de Adalberto Barreto na Biblioteca Nacional foi preciso retroceder no tempo e percorrer alguns caminhos de sua história de vida. Caminhos que

foram sendo (re)feitos com lembranças familiares e entrevistas em periódicos, que reunidas deram sentido a essa narrativa.

Adalberto Barreto nasceu em Jaguariúna, São Paulo.¹⁷⁶ Ainda muito jovem trabalhou em um cartório em Santos, onde teve contato pela primeira vez com arquivos manuscritos (BARRETO, 2016). Uma de suas atribuições era carregar os grandes livros cartoriais e trazê-los limpos e em ordem. Sua preocupação com os volumes mais velhos, que ameaçavam dismantelar, levou-o a se interessar por “tudo que falasse de livros, arquivos, documentos, cuidados que devem merecer”. Anos mais tarde foi trabalhar na fábrica de tecidos Glória, em Jundiaí, São Paulo. Segundo Adalberto Barreto, nas horas vagas seu lugar preferido era o laboratório onde ia ver como se estampavam os tecidos e fixavam as tintas. Ali teve a oportunidade de conhecer fórmulas químicas, reagentes, diversos produtos e pigmentos (UM MÉDICO..., 1967, p. 2).

Anos mais tarde, formado em um curso técnico de Contabilidade, teve a oportunidade de trabalhar em uma companhia construtora e de manutenção de edifícios que havia ganhado a concorrência para fazer a reforma realizada durante a direção de Rubens Borba de Moraes em 1946. Essas memórias foram contadas por Adalberto Barreto durante uma entrevista ao *O Jornal*, de 1967. Nela, lembrou ainda que sua entrada na Biblioteca Nacional deu-se ao final das obras, quando interessado pelo estado de conservação do acervo foi contratado, em 1947, por mais um ano para limpeza e arrumação do acervo. Afirmou que o problema que mais o preocupava era o inseto que destruía o patrimônio da instituição e como encontrar uma solução para combatê-lo. Seus esforços para minimizar os riscos ao acervo associado ao seu empenho na manutenção do edifício foram um pulo para se interessar pela restauração do acervo bibliográfico e documental (UM MÉDICO..., 1967, p. 2). Essa passagem foi também lembrada em uma matéria do *Jornal do Brasil*, de 1958, onde ele contou que após a sua contratação trabalhou como um

.....
176. Adalberto Barreto, filho de Antenor Barreto e Salustiana Weistemberg Barreto, nasceu em 3 de dezembro de 1912 e faleceu no Rio de Janeiro em 1980. Foi casado com Maria Aparecida Taveira Barreto, com quem teve uma filha, Cleide Barreto.

dos encarregados da arrumação e catalogação dos livros e que isso lhe permitiu “verificar o estado deplorável em que se encontravam obras de inestimável valor”. Segundo Adalberto Barreto, após algumas conversas com o diretor ele acabou sugerindo a criação de um laboratório de restauração, mas antes mesmo que isso se concretizasse já tinha sido encarregado da limpeza e da desinfecção dos livros (LIVRO..., 1958, p. 9).

Seu interesse pela preservação do acervo o aproximou de pessoas que foram decisivas na sua carreira de restaurador. Adalberto Barreto relatou “ter sido iniciado no assunto” pelo professor e historiador Marcello de Ipanema,¹⁷⁷ pelo amor que ambos nutriam aos livros (TEMPO..., 1959, p. 1). A historiadora Cybelle de Ipanema,¹⁷⁸ esposa de Marcello de Ipanema, confirmou essa informação em seu depoimento e relatou que eles logo se tornaram amigos, pois ambos tinham a mesma paixão pelo acervo e a preocupação com sua preservação para as gerações futuras (IPANEMA, 2016). O apoio de Marcello de Ipanema foi importante para que Adalberto Barreto seguisse em frente em sua determinação de buscar informações. Sem base técnico-científica, Adalberto Barreto passou a “corresponder-se com a Biblioteca de Roma, de Paris, e até com o Museu Britânico e o Museu do Vaticano, pedindo informações e esclarecimentos sobre o modo como desinfestar livros e documentos” (LIVRO..., 1958, p. 9). A informação chegou e “conforme a orientação recebida passou a usar uma estufa onde injetava o gás do sulfureto de carbono” por 48 horas. Foi por meio dessas correspondências que Adalberto Barreto tomou conhecimento da existência do Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo, de Roma, o único lugar no mundo, segundo Adalberto Barreto, onde havia um curso especial para formar “médico de livros” (LIVRO..., 1958, p. 6).

Interessante observar que mais tarde, já na década de 1970, esse instituto passou a ser referência para a Biblioteca Nacional

.....
177. Marcello de Ipanema, historiador, voltado para os estudos de Imprensa, Comunicação e História Regional.

178. Cybelle de Ipanema foi livre-docente e doutora pela Escola de Comunicação da UFRJ, bacharel e licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ e professora pelo Instituto de Educação do antigo Distrito Federal.

na condução de seus projetos de preservação do acervo. Em outra entrevista, Adalberto Barreto relembrou o mesmo período inicial, dizendo que “imbuído da responsabilidade e dificuldade da tarefa, procurou comunicar-se com várias bibliotecas da Europa e da América do Norte na busca do melhor método, da forma mais eficaz de iniciar o trabalho” (UM MÉDICO..., 1967, p. 2, 3º caderno). Naquele momento tudo era mais difícil e, segundo Adalberto Barreto, “nos primeiros tempos do Laboratório, antes de 1948, quando ele ainda era apenas um projeto meio realizado, empregava-se um método empírico”. Basicamente, explicou ele, o trabalho se resumia em “após a desinfecção com o sulfureto de carbono, usando-se polpa de papel, tapavam-se os buracos feitos pelos bichos. Era pois, uma restauração parcial e de pouca duração” (LIVRO..., 1958, p. 6 e 9). Adalberto Barreto relembrou que no Brasil, naquele período, somente existia o professor Edson Motta como referência de restaurador, mais especificamente de pintura, e que durante três anos estudou os métodos e técnicas com ele, o que lhe permitiu capacitar-se a restaurar quadros, gravuras, livros e documentos na Biblioteca (LIVRO..., 1958, p. 9).

Seu interesse e empenho para encontrar um caminho para o tratamento do acervo acabou lhe permitindo seguir em frente e à frente do Laboratório de Restauração.

Adalberto Barreto: restaurador e pesquisador

Influenciado pela linha americana de restauração trazida por Edson Motta, o laboratório seguia uma rotina de tratamento de livros e manuscritos que incluía como principal processo a laminação de papel pela laminadora Barrow. Esse equipamento foi utilizado em grande escala na Biblioteca Nacional a partir de 1951, com o objetivo de reestruturar o suporte original do documento por meio de uma laminação a calor, que fundia o documento original em um sanduíche de acetato de celulose e papel japonês. Pelos registros das atividades do laboratório foi possível aproximar um valor quantitativo de quatrocentas mil folhas laminadas pela laminadora Barrow. A Tabela 1, a seguir, apresenta o quantitativo

de folhas laminadas identificadas em diversos relatórios do chefe do laboratório, Adalberto Barreto, entre 1953 e 1973.

Tabela 1. Quantitativo de folhas laminadas pelo processo da laminadora Barrow na Biblioteca Nacional, entre as décadas de 1950 e 1970.

Ano	Folhas laminadas
1953	14.632
1954	35.434
1956	29.547
1957	12.058
1964	29.855
1965	19.640
1966	23.560
1967	15.840
1968	9.850
1969	13.889
1971	22.500
1972	16.810
1973	18.400

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Pelos registros e relatórios de Adalberto Barreto, esse processo foi utilizado até 1973 e abandonado após a visita da restauradora italiana Maria Di Franco Lilli em 1974. O abandono da laminadora Barrow, que inicialmente foi saudada como uma promessa de salvação para os acervos bibliográficos e documentais, se deu quando passou a ser duramente combatida por alguns centros de restauração, a partir de meados da década de 1970, por provocar danos estruturais ao papel (ALMEIDA; HANNESCH; POZI, 2017, p. 232).

No entanto, esse processo de laminação, apoiado nas pesquisas norte-americanas, foi bastante divulgado por Adalberto Barreto nas

diversas matérias de jornais e revistas sobre o laboratório. No livro de Santos Trigueiros, *Museu e educação*, o autor fala do processo de laminação Barrow, utilizado na biblioteca para preservar documentos, descrevendo seu funcionamento e apresentando Adalberto Barreto como o técnico responsável pelo processo (TRIGUEIROS, 1958, p. 75-76). Muitas entrevistas, além de textos bastante explicativos sobre os procedimentos de restauração, traziam imagens que confirmam que naquele período a Biblioteca Nacional se orgulhava de ser a única instituição da América Latina e uma das poucas no mundo que possuía um “Laboratório de Restauração de livros, em moldes científicos” (LIVRO..., 1958, p. 9). A primeira imagem e a mais antiga de Adalberto Barreto com a laminadora Barrow no Laboratório de Restauração data de 1955, e ilustra a matéria do jornal *Tribuna da Imprensa* sobre as atividades do laboratório. Nela, Adalberto Barreto relata que “o método *Barrow* preserva por até 500 anos as obras restauradas” (UM HOSPITAL..., 1955, p. 1 e 7).

Alguns anos mais tarde, o jornal *O Pulso* publicou a matéria “O santo de casa já faz milagre”, com a imagem de Adalberto Barreto (Figura 43) apresentando o resultado da laminação pelo mesmo processo americano (O SANTO..., 1967, p. 8).

A laminadora Barrow fazia parte da rotina do laboratório e, segundo Adalberto Barreto, isso teria acontecido quando ainda estava em fase experimental nos Estados Unidos, e só em 1958 o Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo, de Roma, “o mais adiantado do mundo” começou a utilizá-la (LIVRO..., 1958, p. 9). A crença na preservação dos acervos por meio desse processo também foi endossada pela Unesco quando publicou, em 1973, o manual *Conservation et restauration des documents d'archives*, em edição inglesa e francesa, do restaurador M. Yash Pal Kathpalia, chefe dos serviços técnicos dos Arquivos Nacionais da Índia, em Nova Deli. Nessa publicação, Kathpalia apresentou diversas técnicas de laminação usando os mais diferentes equipamentos e adesivos como, por exemplo, o acetato de celulose. O processo Barrow aparece como uma tecnologia que poderia ainda garantir estabilidade e tempo de vida útil aos acervos em papel (ALMEIDA; HANNESCH; POZI, 2017, p. 231-232). Kathpalia também ajudou a difundir a laminação

com acetato de celulose substituindo o calor da laminadora por aplicação de acetona na diluição e fusão dos materiais no papel original. Essa técnica simples foi difundida por Edson Motta e Maria Luiza Guimarães Salgado no livro *O papel: problemas de conservação e restauração*, de 1970, onde ensinavam o passo a passo do “método Kathpalia” para os restauradores no Brasil (MOTTA; SALGADO, 1970, p. 143-160). Sobre esse procedimento, Maria Luiza Guimarães Salgado, em depoimento, disse que a técnica descoberta por Kathpalia foi adaptada para ser utilizada no Brasil pelo laboratório do Iphan, onde trabalhava com Edson Motta, mas seu uso era restrito às obras sem valor histórico ou cultural, pois a durabilidade do acetato de celulose ainda estava sendo testada (SALGADO, 2017).



Figura 43. Adalberto Barreto verificando o resultado da laminação pelo processo *Barrow* na Biblioteca Nacional. Fonte: O SANTO de casa já faz milagre. *O Pulso*. Rio de Janeiro. Ano 7, nº 230, 17 jun. 1967, p. 8.

Outros procedimentos também faziam parte das atividades do laboratório e sempre que tinha oportunidade, em suas várias entrevistas sobre seu trabalho como restaurador, Adalberto Barreto

fazia questão de comentá-las do modo mais científico possível, usando nomes de produtos químicos e termos técnicos. Na matéria “Tempo contra livros – Restaura seus livros a Biblioteca Nacional”, do jornal *Diário Carioca*, ele apresentou algumas dessas atividades:

O processo de restauração que nós utilizamos, esclareceu o sr. Adalberto, garante a durabilidade do papel por 500 anos e a imunização completa contra a ação dos insetos. Quando o livro apresenta sinais de deterioração [...] o examinamos, atentamente, ao microscópio, que nos dirá se ele foi atacado pelo inseto ou se a sua decomposição é decorrente da aderência de elementos estranhos ao papel [...]. Fazemos, em seguida, uma ficha na qual será assinalado o mal que ataca o livro e o tratamento indicado. Isso feito, desmontamos a peça e colocamos as páginas soltas entre duas telas de metal, submentendo-as ao tratamento químico, que consiste em banhos de cloro, tetracloreto de carbono, ácido gálico, além de outras substâncias, conforme a necessidade do papel. Procedemos, então a dois banhos de limpeza, um com água destilada, para retirar os excedentes, e outro, com carbonato para neutralizar a ação dos ácidos. Vem, em seguida, a secagem, que deve processar-se naturalmente. Procede-se depois ao que chamamos de laminação em máquina especial, onde a folha é submetida a uma temperatura de 360 graus Fahrenheit (sic) durante 25 segundos. A seguir, elas são prensadas, formados os cadernos, aparados, e o nosso trabalho está terminado (TEMPO..., 1959, p. 11).

Diferente do enfoque dado à laminadora, outra imagem dos processos de restauração mostra Adalberto Barreto intervindo em uma obra iconográfica, onde se pode observar um pouco do seu gestual e das instalações do Laboratório de Restauração (Figura 44).

Essa imagem faz parte de uma entrevista concedida ao *O Jornal*, em 1967, onde ele falava das dificuldades da profissão com seus baixos salários e a falta de material para trabalhar. Nessa reportagem ele contou uma história que unia a tecnologia no auxílio ao trabalho de restauração, a observação acurada do profissional restaurador e a recompensa do dever cumprido. Para entender a reunião desses três momentos, Adalberto Barreto relembrou um episódio ocorrido com o pesquisador Jaime Cortesão sobre uma obra selecionada para a comemoração do 4º Centenário de São Paulo, que precisava ser restaurada:



Figura 44. Adalberto Barreto restaurando uma obra iconográfica no Laboratório de Restauração. Fonte: BELISLA. Um médico de livro. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 2, 1967. / D. A. Press.

Figura 45. Adalberto Barreto analisando um livro no microscópio do Laboratório. Fonte: Fotografia de Alexandre Barata e texto de Manuel Jesus Obergozo, intitulado: “Um medico cirujano de libros” para a revista *Cruzeiro Internacional*, Rio de Janeiro, edição 16 fev. 1964, ano VIII, nº 4, p. 12. / D. A. Press.



Figura 46. (A) Adalberto Barreto utilizando pinça para analisar obra, (B) obra danificada e experimento, e (C) funcionária analisando livros atacados por insetos através de lupa. Fonte: AFINAL uma arte e uma técnica para cuidar do livro. *Jornal do Brasil*, 30 jan. 1971, sábado, p. 12.

[...] Ihe havia confiado, para restaurar, três pedaços de papel iguais e que juntos mediam mais ou menos 1,10 × 80 cm. Embora catalogados como distintos, Adalberto “sentiu” que se interligavam. Aplicou o ultra-violeta e constatou tratar-se de um mapa. Nêle trabalhou seguramente seis meses. Nesse meio tempo Jaime Cortesão viajou para Portugal e esteve na Torre do Tombo consultando documentos. Quando regressou ao ver o mapa já pronto teve emoção tão forte que não conteve as lágrimas dizendo ser aquele o primeiro roteiro dos bandeirantes. Pela admiração que votava ao escritor e percebendo a importância do documento, Adalberto também se emocionou. Havia recuperado, ao vivo, um heroico episódio de nossa história, pondo fim a discussões e dúvidas (BELISLA, 1967, p. 2).

Desde a criação do Laboratório de Restauração a ideia era transformar o que era um trabalho empírico em um trabalho científico. Se nas entrevistas para os jornais e revistas os termos eram mais científicos, as imagens utilizadas por eles não eram diferentes. As que ilustravam as matérias traziam, na maioria das vezes, equipamentos, vidrarias, materiais como bisturis, pinças, lupas, evocando aos olhos do leitor a área da ciência na profissão de restaurador. Essa representação foi sendo aos poucos construída por Adalberto Barreto, que no início aparecia sem vestimentas específicas do trabalho de restaurador, mas aos poucos foi incorporando o avental e o jaleco branco reforçando ainda mais a aproximação com a área da ciência (Figuras 45 e 46).

Atento aos problemas de conservação do papel, Adalberto Barreto se debruçava sobre algumas pesquisas no combate ao fungo e aos insetos. Muitos inseticidas tinham sido usados na biblioteca para conter os insetos bibliófagos e, naquele momento, o serviço de desinfestação de livros era realizado nas estufas com a aplicação de um gás a base de sulfureto. Segundo Adalberto Barreto, a fórmula desse gás e a metodologia de aplicação eram resultados de pesquisas e experiências do laboratório da própria biblioteca. Essa informação faz parte da matéria “Um hospital de livros na Av. Rio Branco”, de 1955, onde o restaurador relatou uma pesquisa com timol para eliminar o fungo do papel usando uma nova metodologia:

“Este método é descoberta minha... e por acaso” declarou-nos o sr. Barreto.

Estava êle fazendo uma cultura de penicilinos, partindo do princípio de que o timol destrói a ação da penicilina. Resolveu aplicar o timol para a eliminação do mofo que ataca os papéis. Fêz as experiências aplicando o timol nas partes atacadas pelo mofo.

Não surgiu o efeito almejado. Entregando-se depois a outras experiências, aplicou gás de timol por 24 horas. Não conseguiu também resultados. Certo dia houve um feriado e a experiência foi suspensa por 24 horas. Chegando ao laboratório no dia imediato ao feriado, teve o técnico a surpresa de encontrar mortos todos os penicilinos. Chegou a conclusão (ovo de Colombo) de que havia necessidade de 72 horas para a eliminação total do penicilino pelo gás de timol (UM HOSPITAL..., 1955, p. 7).

Segundo relatou Adalberto Barreto, os trabalhos do laboratório entusiasmaram os restauradores ingleses que estiveram no Brasil acompanhando a exposição do barroco italiano no início de 1955. Eles teriam se interessado pelo método de eliminação do penicilino adotado na biblioteca, e suas informações foram encaminhadas à Inglaterra por intermédio do Conselho Britânico no Rio de Janeiro. Após alguns testes na Inglaterra, Adalberto Barreto teve a informação de que o método foi adotado naquele país (UM HOSPITAL..., 1955, p. 7). Esse método de desinfecção foi utilizado no Brasil até a década de 1990 e a “Câmara de Timol”, equipamento utilizado para expor o papel contaminado por fungos ao gás de timol, foi comercializado por empresas que forneceram para diversas instituições de cultura no Brasil, até ser abandonado por seus efeitos negativos aos materiais e ao ser humano (ALMEIDA, BOJANOSKI, 2009, p. 391).

As pesquisas com os insetos também fizeram parte da rotina de trabalho da Divisão de Bibliopatologia, que, em 1977, mantinha “uma cultura artificial de brocas, para estudar seu comportamento, reprodução e efeitos nocivos sobre o papel” (VIEIRA, 1977, p. 15). Essa preocupação estava atrelada à convicção de Adalberto Barreto de que produtos químicos como o DDT e o Lindano já não faziam efeito sobre os insetos bibliófagos (MÉDICO..., 1970, p. 3).

Além dos problemas enfrentados pelo ataque dos insetos e fungos, Adalberto Barreto expôs sua preocupação com a qualidade do

papel em que estavam imprimindo os livros. Em 1954, Adalberto Barreto pediu a um deputado que fizesse uma lei que obrigasse todas as editoras a publicar um exemplar de seus livros em papel especial para que fosse enviado à Biblioteca Nacional. Sem definir o que seria esse papel especial, ele acreditava que “mesmo se o governo pagasse a diferença do preço do papel, ainda assim ficaria muito mais barato do que depois ter que se fazer a sua restauração”, pois diminuiria sensivelmente o problema da acidez acentuada do papel em livros modernos. Infelizmente, segundo ele, isso ainda não tinha sido criado (IDENTIFICAÇÃO..., 1968, p. 40). A preocupação com a má qualidade do papel moderno feito a partir das fibras de árvores como eucalipto e pinus, que por uma necessidade de suprir a demanda do mercado consumidor substituíram as fibras de algodão, cânhamo e linho, já tinha sido demonstrada em meados do século XIX. Um dos problemas do papel moderno era o envelhecimento acelerado das fibras, sua fragilidade e seu rompimento. O enfrentamento desses problemas nos acervos dos arquivos e bibliotecas foi realizado pelo restaurador e pesquisador William Barrow na década de 1930 (ROGGIA, 1999). Era a esses problemas que Adalberto Barreto se referia quando sugeriu a impressão de livros em papéis de qualidade arquivística para serem guardados e conservados em bibliotecas.

Apesar das dificuldades que enfrentava numa área ainda sem formação acadêmica e com reduzido acesso a novas pesquisas e tecnologias, Adalberto Barreto buscava informação em revistas científicas que chegavam à biblioteca, como a editada pelo instituto italiano Alfonso Gallo. Naquela época, era uma das poucas no mundo especializada em restauração de papel. De acordo com Adalberto Barreto, era por elas que “seu pessoal mantinha em dia a evolução da ciência” (LIVRO..., 1958, p. 9). Publicado trimestralmente, o *Bollettino dell'Istituto di Patologia del Libro*, cujos exemplares da Biblioteca Nacional abrangem o período de 1947 a 1989, trazia diversos temas relacionados à conservação e à restauração. Numa Europa do pós-guerra alguns assuntos giravam em torno das bibliotecas atingidas pela guerra, outros temas enfatizavam os problemas decorrentes do ataque dos “inimigos” como o cupim,

o fungo, o fogo, e publicavam artigos sobre as novas tecnologias e procedimentos de restauração (BOLLETTINO, 1947-1989).

Essa aproximação com as publicações italianas e com suas ideias e pesquisas acabou motivando o diretor Celso Cunha a convidar, em 1957, o restaurador Luigi Longo, diretor do Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo, para “orientar a ampliação e o aperfeiçoamento dos trabalhos de conservação e restauração no laboratório, bem como a encadernação artística” (O AMOR..., 1957, p. 11). A intenção era “organizar um ‘Serviço de Patologia do Livro’, com a amplitude e nos moldes do Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo, de Roma – o mais especializado do mundo” (LIVRO..., 1958, p. 9). Para alcançar este objetivo, seria preciso vencer alguns obstáculos, como revelou o diretor ao repórter do *Jornal do Brasil*:

O maior obstáculo a essa determinação é a falta de verbas para contratar pessoal especializado e adquirir instalações modernas. [...] A sua ideia é instalar um Serviço que tenha capacidade para restaurar cerca de 500.000 volumes por ano. [...]

No próximo ano, conforme as promessas que lhe foram feitas, a BN deverá ser dotada de verba especial para instalar o Serviço de Patologia do Livro.

Com as novas instalações, ampliadas as máquinas e admitindo novos funcionários especializados, o Serviço seria estendido a todo o público; bibliotecas particulares e oficiais [...]. “O senhor bem pode imaginar que inestimável serviço não seria prestado à cultura nacional” (LIVRO..., 1958, p. 9).

Em 1959, o convite feito a Luigi Longo ainda estava em aberto, bem como a outros restauradores italianos que acrescentariam novos conhecimentos para a conservação e a restauração dos livros da biblioteca (TEMPO..., 1959, p. 11). As informações sobre a vinda dessa visita técnica não foram encontradas até o momento; entretanto, a determinação de se criar um Serviço de Patologia independente dessa consultoria já estava em andamento.

A planta baixa a seguir apresenta um projeto arquitetônico, de agosto de 1959 (Figura 47), reestruturando o pavimento térreo para acomodar o Laboratório de Restauração, o Laboratório de Bibliopatologia, o Serviço de Biblioterapia e a Oficina de Encadernação.

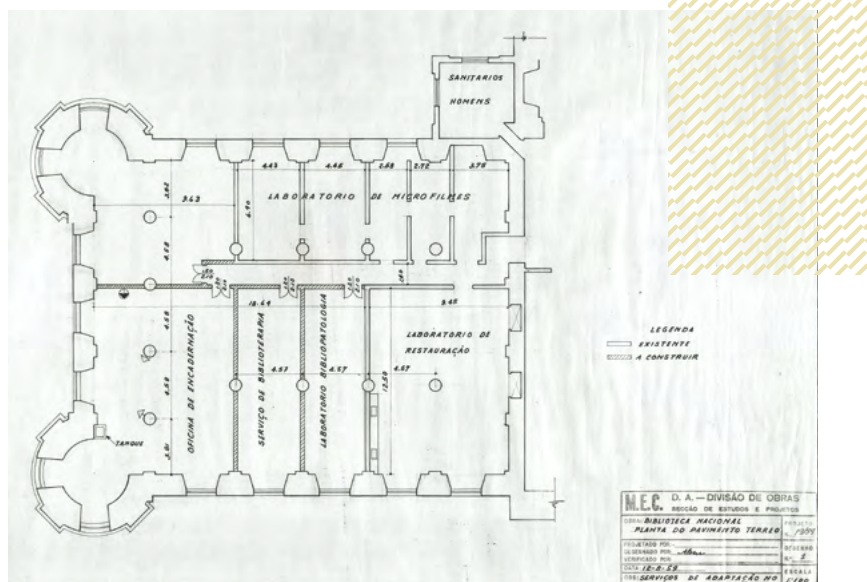


Figura 47. Planta do pavimento térreo da Biblioteca Nacional com a localização dos Laboratórios de Restauração, Bibliopatologia, Serviço de Biblioterapia e Oficina de Encadernação em 1959. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Iconografia.

Na tentativa de viabilizar a implantação do Serviço de Patologia foi publicado o Decreto nº 48.108, de 13 de abril de 1960, que tratava de funções gratificadas na Biblioteca Nacional, criando a função de chefe da Divisão de Bibliopatologia.¹⁷⁹ Nesse novo formato, Adalberto Barreto passou a exercer a função gratificada de chefe da Seção de Recuperação e Restauração (SRR), subordinado a essa divisão (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1960, p. 12).

Cabia à Divisão de Bibliopatologia e à Seção de Recuperação e Restauração a realização de “pesquisas de bibliopatologia tropical; o estudo dos problemas inerentes à estrutura, gênese e alterações nos materiais de confecção dos livros, a mobilização de meios de prevenção e de combate contra os agentes deterioradores, a ope-

179. A chefia da Divisão de Bibliopatologia ficou a cargo da bibliotecária Stella da Cunha Santos (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1961, p. 14).

ração de restauração de toda sorte de material bibliográfico, pelos processos modernos” (SESQUICENTENÁRIO..., 1960, p. 59).

Foi exatamente nesse momento de esforço para organizar a preservação do acervo, de definição de atribuições com a criação da Divisão de Bibliopatologia e a Seção de Recuperação e Restauração que surgiu uma funcionária deslocada desse contexto. A bibliotecária Conceição Ribeiro aparece nos relatórios da Seção de Livros Raros, ligada à Divisão de Obras Raras e Publicação, como a responsável pela restauração dos preciosos incunábulo¹⁸⁰ e livros dos séculos XVII ao XIX, cujo trabalho foi identificado como artístico e primoroso por sua chefe Vera Leão de Andrade (RELATÓRIO CHEFES..., 1961, p. 1). Tratada como rotina de trabalho da Seção de Livros Raros, a restauração de incunábulo,¹⁸¹ de livros e a encadernação passaram a ser atividades desempenhadas por Conceição Ribeiro até 1966 (RELATÓRIO CHEFES..., 1963-1966). No entanto, não fica claro como ela se capacitou para a atividade, onde executava os trabalhos, com que supervisão e por que eles eram feitos por uma funcionária que não estava ligada à Seção de Restauração. Essa figura desarticulada da Divisão de Bibliopatologia confirma o quanto ainda era complicado, naquele momento, estabelecer atribuições e responsabilidades na preservação da biblioteca.

No entanto, a Divisão de Bibliopatologia encontrava apoio e elogios do diretor Celso Cunha, que dizia ser um serviço altamente especializado que restaurava livros, gravuras, manuscritos, periódicos e qualquer outra obra que necessitasse de cuidados (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1961, p. 4).

A Divisão de Bibliopatologia também chamava a atenção da mídia, que dizia ser essa divisão uma das mais curiosas:

.....
180. Incunábulo é um livro impresso nos primeiros tempos da imprensa com tipos móveis, não escrito à mão. Sua origem vem da expressão latina *in cuna* (no berço), referindo-se assim ao berço da tipografia. Refere-se às obras impressas entre 1455 e 1500 (FARIA; PERICÃO, 1988, p. 182).

181. Através dos relatórios do chefe da Seção de Livros Raros, entre 1963 e 1966, Conceição Ribeiro restaurou 24 incunábulo.

[...] pois se destina à restauração dos exemplares bibliográficos em condições de perecimento e também, à realização de meios de prevenção e de combate contra os agentes deterioradores. É uma das mais complexas e em seu laboratório são feitas periodicamente estudos inerentes à estrutura, gênese e alterações nos materiais de confecção dos livros (FUNDADA..., 1961, p. 9).

Reforçando a ideia de uma área de bibliopatologia na Biblioteca Nacional, Adalberto Barreto, durante uma entrevista ao *Jornal do Commercio*, deixou transparecer a influência recebida por meio das leituras dos boletins do Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo e o desejo de implantar no Brasil um sistema de apoio a outras instituições nos moldes do instituto italiano:

Foi assim que surgiu nova ciência, a patologia do livro, [...] ao lado do patologista, e do anatomopatologista, que ao microscópio verificam o mal, estão o clínico e o cirurgião.[...] – Daí a ideia que temos [...] – de criar em nossa casa um “Instituto de Patologia do Livro”, bem aparelhado, que possa servir não só a BN, mas a todas as bibliotecas publicas e particulares do Brasil, [...] poderíamos passar até do ambito nacional para o internacional, com a ajuda e a colaboração da Unesco [...] (MIRANDA NETO, 1961, p. 7).

Com o desejo de se aproximar de instituições de pesquisa e fortalecer a nascente Divisão de Bibliopatologia e a Seção de Recuperação e Restauração, Adalberto Barreto pediu autorização para visitar o Instituto de Biologia da USP e o Instituto do Pinho para estudos relacionados à sua área, pois essas instituições estavam pesquisando a restauração de vários tipos de papel e estudando a possibilidade de se fabricar, no Brasil, o acetato de celulose e o papel japonês (RELATÓRIO CHEFES..., 1961).

Todo esse empenho o levou a assumir, em 1962, a Divisão de Bibliopatologia, ficando também responsável pelos trabalhos do Laboratório de Restauração (RELATÓRIO CHEFES..., 1962, p. 8).

O entusiasmo com a Divisão de Bibliopatologia também foi compartilhado com o diretor Adonias Filho, que dirigiu a biblioteca no período de 1961 a 1971. No seu relato sobre o desempenho da biblioteca para o ministro da Educação e Saúde, Raimundo Augusto Moniz de Aragão, em 1966, ele fez questão de elogiar o “magnífico

trabalho de recuperação, bem como a conservação e preservação das obras que constituíam o acervo da Biblioteca, realizado pela Divisão de Bibliopatologia” (RELATÓRIO CHEFES..., 1966, p. 3).

Com as mesmas palavras “magnífico trabalho”, Juscelino Kubitschek agradeceu a Adalberto Barreto por seu “trabalho de recuperação”, como observado no telegrama de 1959 (Figura 48).

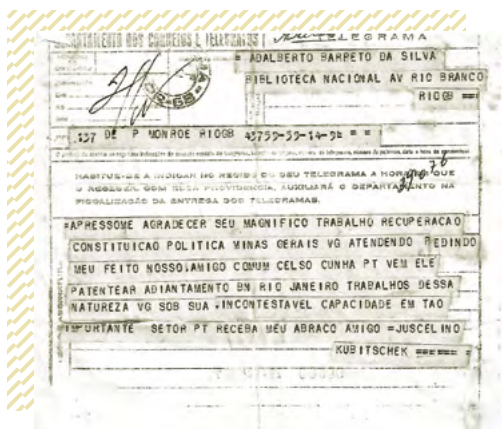


Figura 48. Telegrama de Juscelino Kubitschek a Adalberto Barreto em 1959. Fonte: Cleide Barreto.

Todas essas informações, que fazem parte da trajetória de Adalberto Barreto, foram seguidas como pegadas, rastros de uma narrativa possível que permitiu reelaborar memórias e entender sua preocupação com a manutenção e o desenvolvimento, não só da Divisão de Bibliopatologia, mas seu desejo de criação

do Instituto de Patologia do Livro ou mesmo do Instituto Nacional de Patologia do Livro, como sugerido no documento direcionado ao diretor da biblioteca em 1970 (RELATÓRIO CHEFES..., 1970).

Uma das estratégias encontradas para dinamizar sua divisão, capacitar pessoas e difundir seus conhecimentos era por meio de consultorias que fazia via telefone, de cartas e visitas que recebia para orientação sobre conservação e restauração, projetos e consultorias para montagem de laboratórios de restauração, além de aulas que ministrava em várias instituições de ensino e de guarda de acervos culturais (RELATÓRIO CHEFES..., 1965-1973).

A imagem a seguir faz parte da reportagem da revista *Shell*, de 1956, onde Adalberto Barreto, em avental de serviço, aparece mostrando o resultado dos trabalhos de restauração a duas jovens, num esforço para difundir esta atividade (Figura 49).

Num movimento de retorno aos documentos encontrados no Laboratório de Restauração, em 2015, esse momento da narrativa permitiu contextualizá-los. No meio desses documentos, um conjunto de folhas datado de 14 de setembro de 1967 pôde ser identificado como parte do material didático utilizado por Adalberto Barreto em suas aulas sobre conservação e restauração no curso “Patologia do Livro”. Isso reforçava sua intenção de implantar o conceito e a ideia do Instituto Alfonso Gallo de que o livro deveria ser visto como objeto vivo e passível de doenças que o deterioram.

O texto de introdução das aulas começava com uma provocação:

Muitos podem achar estranho este título. E sua estranheza traduzir-se-á nesta pergunta: Livro tem doença? Nós responderíamos que sim. Vocês já notaram algum livro manchado, ou furado, carcomido, com lombada e pastas inutilizadas? Como um bloco à semelhança de um tijolo? Escuro como se fôra queimado? Com buracos iguais aos produzidos por uma ponta de cigarro? Ou quebradiço igual a uma folha de gesso? (RELATÓRIO CHEFES..., 1967, p. 1).



Figura 49. Adalberto Barreto apresenta a duas jovens o resultado do trabalho de restauração do Laboratório da Biblioteca Nacional em 1956. Fonte: QUILÔMETROS de cultura encadernadas. *Revista Shell*. Rio de Janeiro, nº 75, 1956, p. 4.

Dividido em assuntos como clima e temperatura, luz, umidade, ar-condicionado e desumidificador, cupim, broca, baratas, traça, piolho de livro e escorpião de livro,¹⁸² o curso oferecia uma visão ampla dos problemas e dos inimigos que afetam o papel, discutindo conceitos como “medicina” preventiva e “medicina” curativa (RELATÓRIO CHEFES..., 1967, p. 1-27). Esses termos utilizados por Adalberto Barreto em suas aulas, que incluíam a “medicina”, se aproximam em alguns aspectos dos termos propostos pelo Conselho Internacional de Museus e o Comitê para Conservação (Icom-CC) como “conservação” preventiva e “conservação” curativa durante o encontro em 2008.¹⁸³ Esses termos sofreram uma forte resistência nas discussões desse encontro, especialmente em inglês, por estarem associados à saúde e à medicina (BOJANOSKI; MICHELON; BEVILACQUA, 2017, p. 447-448).

Adalberto Barreto ministrou cursos entre 1963 e 1973 abordando temas como a patologia do livro, conservação e restauração de papéis. Algumas vezes os cursos eram divulgados em jornais com o objetivo de atingir um número maior de pessoas interessadas no assunto.

Em 1968, o *Correio da Manhã* publicou uma nota sobre o curso “Patologia do Livro” com as seguintes informações:

O tratamento do livro e do papel, por meio de reagentes, banhos químicos e clareamento, figura entre os temas centrais do programa oficial ontem divulgado pela Divisão de Educação Extra-Curricular do MEC, que patrocinará a partir de janeiro, um curso intitulado “Patologia do Livro”, dividido em palestras e demonstrações.

De acôrdo com informações prestadas pela prof.^a Alma Figueiredo, diretora da DEEE, o curso visará a proporcionar aos interessados meios novos de cuidar, conservar e restaurar os acervos das bibliotecas e arquivos em todo o País. O programa foi elaborado pelo prof.

.....
182. Não foi encontrado na literatura sobre insetos, utilizada na pesquisa para este livro, qualquer referência sobre o escorpião de livros e os danos causados ao papel.

183. Durante o Icom-CC realizado em Nova Deli, na Índia, entre os dias 22 e 26 de setembro de 2008, foram discutidos e adotados os termos para a área da preservação, que na língua inglesa é identificada como *Conservation*, abrangendo a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração (BOJANOSKI; MICHELON; BEVILACQUA, 2017).

Adalberto Barreto, a quem ficará afeta a direção do curso. Figuram no mesmo temas como a conservação e a cultura: sua importância intrínseca; o trabalho dos frades na conservação; as divulgações do Instituto de Patologia do Livro; o desenvolvimento da conservação após a Segunda Guerra Mundial, o valor da mesma; prejuízos da propaganda de produtos químicos contra-indicados; análise das condições climáticas locais, como fumaça, umidade, luz, alcalinos, oxidação, poeira e acidez; os processos de conservação, o tratamento do livro. Outra parte do programa tratará de restauração, como um livro deve ou não deve ser restaurado. O final prevê noções de encadernação; estudo dos materiais próprios, análise considerável de iniciativa e introdução de novos materiais na mesma (PATOLOGIA..., 1968, p. 27).

A imagem a seguir foi registrada durante a aula inaugural do curso divulgado pelo jornal *Correio da Manhã*, ministrado por Adalberto Barreto e patrocinado pela Divisão de Educação Extra-Escolar (DEEE) do Ministério da Educação e Cultura, em 25 de fevereiro de 1969, nas instalações do Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional¹⁸⁴ (PATOLOGIA..., 1968, p. 27).

A aula inaugural contou com a presença da diretora da DEEE, Alma Castro de Figueiredo, que ao lado de Adalberto Barreto abriu as aulas para um grupo de alunos (Figura 50).

Outras notas também foram divulgadas no *Jornal do Commercio*, em junho de 1967, anunciando o curso, patrocinado pelo Instituto Nacional do Livro, de “Desinfecção, Conservação e Restauração de Arquivos e Bibliotecas, a cargo do prof. Adalberto Barreto”, cujos interessados poderiam se inscrever no quarto andar da Biblioteca Nacional (NOTICIÁRIO, 1967, p. 3). O jornal *Correio da Manhã* complementou a informação sobre o referido curso afirmando que ele teria duração de dois meses, funcionaria na Biblioteca Nacional e ao final seria fornecido certificado¹⁸⁵ (CURSOS..., 1967, p. 3).

.....
184. Devido ao interesse pelo assunto o curso foi oferecido, na sua versão II Curso de Patologia do Livro, em julho do mesmo ano (PATOLOGIA..., 1969, p. 6).

185. O *Jornal do Commercio* fez nova chamada do curso em 12 de julho de 1967 (CURSOS..., 1967b, p. 10). Em 29 de julho de 1967, tornou a publicá-la (BIBLIOTECONOMIA, 1967, p. 10). Em 11 de agosto, mais uma chamada, agora no *Correio da Manhã* (CURSOS..., 1967a, p. 3).

No Suplemento do Livro, do *Jornal do Brasil*, em setembro, o Instituto Nacional do Livro anunciou que tinha programado vários cursos avulsos no âmbito da Campanha Nacional do Livro e que o ministrado por Adalberto Barreto já estava em andamento (INL..., 1967). Apoiado pelo Museu Histórico Nacional, em 1969, Adalberto Barreto programou outro curso sobre “Tratamento e Preservação de Papéis”¹⁸⁶ (TRATAMENTO..., 1969, p. 10). Segundo a divulgação do *O Jornal*, o curso “a ser dado pelo professor Adalberto Barreto, a partir de 20 de agosto, no subsolo da Biblioteca Nacional, era de grande utilidade para os que têm bibliotecas, com volumes raros e papéis valiosos a guardar” (MUSEU..., 1969, p. 9).



Figura 50. Adalberto Barreto recebe a diretora da DEEE Alma Castro de Figueiredo e os alunos na aula inaugural em 1969. Fonte: Cleide Barreto.

.....
186. O *Correio da Manhã*, na seção Cursos, anunciou o curso de Lygia Cunha, “Estudos do Rio Antigo”, e o de Adalberto Barreto, ambos patrocinados pelo Museu Histórico Nacional, juntamente com o valor a ser pago, horário e a importância da assiduidade para receber o certificado (CURSOS, 1969a, p. 3). O curso de Adalberto Barreto também foi anunciado por *O Jornal* em julho de 1969 (CURSOS, 1969b, p. 12). O jornal *Diário de Notícias* divulgou por duas vezes o curso de tratamento e preservação de papéis. A primeira chamada ocorreu em julho de 1969 (PAPÉIS, 1969, p. 2). A segunda chamada foi em agosto de 1969 (PRESERVAÇÃO..., 1969, p. 11).

O interesse com a preservação atraía o público leitor e assim, em abril de 1970, a *Tribuna da Imprensa* anunciou um curso que “ensina como preservar papéis velhos”:

Já se encontram abertas as inscrições para o curso que o Museu Histórico Nacional vai realizar a partir do dia 18 sobre Preservação de Papéis, ministrado pelo professor Adalberto Barreto, da Biblioteca Nacional, que há vinte e cinco anos estuda o problema.

“Minha preocupação em cada curso de preservação é transmitir aos que gostam de livros, a saber lidar com eles, aprender a conhecer o material utilizado em sua impressão, as tintas, a qualidade”, explica o professor Barreto.

O curso vai ensinar desde a instalação de uma biblioteca, a iluminação, temperatura, arranjo, a encadernação e conservação. Será dois meses de duração, dividido em duas partes: a história, métodos de fabricação de papel, tipos de impressão, os insetos que atacam o papel, suas causas e efeitos. A segunda compreenderá, então, a parte prática do curso: tratamento do papel, pequenas restaurações manuais e mecânicas (CURSO..., 1970, p. 2).

Baseada nos relatórios de Adalberto Barreto, a Tabela 2, a seguir, apresenta um levantamento das instituições onde ele lecionou entre 1963 e 1973, e o número de aulas ministradas, dando uma visão mais ampla de sua atuação como professor.

Tabela 2. Cursos ministrados por Adalberto Barreto entre 1963 e 1973.

Data	Instituição	aulas
1963	Não específica a instituição e número de aulas	-
1965	Universidade Santa Úrsula	3
	Curso de Biblioteconomia da BN	2
	Bolsista do Senai	2
	Congressistas do Estado	1
1966	Universidade Santa Úrsula	2
	Curso de Biblioteconomia da BN	2
	Curso de Biblioteconomia de Campinas	1
	Escola Técnica Nacional	1

1967	Curso de Biblioteconomia da BN	3
	Universidade Santa Úrsula	4
	Arquivo Nacional	2
	Dasp	1
	Escola de Artes Gráficas de Montevideo	2
	Funcionários do Arquivo da Câmara dos Deputados	4
	Escola Artesanal “Arte do Livro”	20
1968	Não especifica a instituição	8
1969	Não especifica a instituição	62
1970	Museu Histórico Nacional ¹⁸⁷ e BN	3
	Extraescolar (MEC) e BN	3
	Instituto Nacional do Livro e BN	1
	Instituto Nacional do Livro (estagiários)	4
1971	Instituto Nacional do Livro	26
	Fundação Getulio Vargas	4
	Arquivo Nacional – Curso de Arquivo	2
	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	2
1972	Instituto Nacional do Livro	6
1973	Não especifica a instituição	5

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

O desejo de dividir e difundir conhecimento por meio de suas aulas e aumentar o número de profissionais restauradores levou Adalberto Barreto a confessar durante uma entrevista que “queria formar uma equipe que o substituísse (no laboratório) e ir pelo Brasil afora ensinando a restaurar livros” e deixar “em cada biblioteca alguém que continuasse a tarefa”. Compreendendo a dificuldade que envolvia seu desejo, em um dado momento Adalberto Barreto foi categórico: impossível (BELISLA, 1967, p. 2).

.....
187. Embora *O Globo* de 4 de abril de 1970 anuncie o quinto curso ministrado pelo restaurador Adalberto Barreto no Museu Histórico Nacional, não foi possível localizar esse curso nos relatórios, bem como os cursos dos anos anteriores nos jornais e nos relatórios do Laboratório de Restauração.

Sua atividade como professor no âmbito da Biblioteca Nacional se encerrou em 1973, coincidindo com a visita técnica e com as orientações propostas por Maria Di Franco Lilli sobre a necessidade de capacitar os profissionais da biblioteca para modernizar a condução dos trabalhos de restauração, questões que serão discutidas adiante.

Adalberto Barreto: artista e médico da restauração

Além do reconhecimento de Adalberto Barreto como professor de restauração, sua autoridade de médico dos livros e artista o acompanhou por toda vida profissional, sobretudo nas entrevistas publicadas em artigos de jornais e revistas, quando estes se referiam ao trabalho de restauração do “mestre e doutor” (BIÓLOGOS..., 1961, p. 2).

A designação de artista estava impregnada ainda do conceito de que o restaurador deveria ser o profissional, descrito no manual *Restauração de quadros e gravuras*, de Manoel de Macedo, no século XIX, que apresentava as qualidades do restaurador como as de um pintor, que deveria conhecer as técnicas de pintura de diversas épocas e escolas, e também a elaboração química dos materiais, conjugadas com o conhecimento de produto e de como estes influenciavam na obra, em uma ação combinada com o tempo, a temperatura e outras causas físicas a que se achava submetida a pintura (ALMEIDA, 2016, p. 90).

Tratada muitas vezes nas matérias de periódicos como uma profissão que necessitava de capricho, gosto, dedicação e paciência por ser um trabalho artesanal, ela misturava também a exigência de conhecimentos científicos para executá-la (O AMOR..., 1957, p. 11). Em outro momento, o *Jornal do Brasil* comparava Adalberto Barreto a “um técnico supraespecializado, existindo pouquíssimos no Brasil, mas sendo antes de tudo um artista” (IDENTIFICAÇÃO..., 1968, p. 40). Em meio a esta aura artística, o restaurador de livros da Biblioteca Nacional era visto como um profissional que “não se cria, não se forma – é um artista”. A justificativa para tal qualidade, afirmava a matéria do *Jornal do Brasil*, estava no fato de não existirem no Brasil “cursos que ensinam a arte da restauração,

ou sua técnica, só adquirida através da prática em longos anos de trabalho e pesquisa” (AFINAL..., 1971, p. 12).

Esse viés artístico, de olhar aguçado e dedicado, apareceu em uma entrevista à revista *O Cruzeiro Internacional*, de 1964, onde Adalberto Barreto contou uma história sobre a reintegração pictórica de uma gravura:

Um dia, por exemplo, tinha que restaurar uma gravura. Mas tinha uma linha que nunca lhe saía bem. Deixou de lado o trabalho e começou a indagar por que esta linha não saía bem. Qual não seria sua surpresa quando comprovou o seguinte: a gravura, e o gravador, pertenciam ao século XVI, sendo que este artista era canhoto. Quer dizer, devido a este defeito pessoal, o gravador começava as linhas um tanto grossas e as terminava um tanto delgadas, porque as tais linhas eram traçadas da direita para a esquerda. Barreto fazia a linha da esquerda para a direita, por isto lhe saía mal. Barreto conseguiu com isto uma boa restauração e uma melhor anedota (OBERGOZO, 1964, p. 13, tradução nossa).

Em 1957, *O Globo* publicou uma longa matéria intitulada “O amor do bibliófilo devolve às estantes raras fontes do saber,” que iniciava com a frase “Paciência, dedicação e entusiasmo operam milagres no porão da Biblioteca Nacional”. Nela, Adalberto Barreto relembrou a criação do Laboratório de Restauração da Biblioteca, as parcerias com o Instituto Alfonso Gallo, os problemas de conservação e os processos de restauração das obras raras (O AMOR..., 1957, p. 11). Entusiasmado com a matéria, o vereador do antigo Estado da Guanabara, Levy Neves, escreveu ao diretor da biblioteca com o objetivo de felicitar o artista Adalberto Barreto por seu maravilhoso trabalho (Figura 51), que, segundo ele, era uma “grande forma essa arte, que salva da destruição raridades literárias e históricas”.

Se a imagem de artista acompanhava o restaurador desde o século XIX, a de médico também nasceu nessa mesma época.

A definição “Le médecin du livre, c’est le restaurateur” é de Ris-Paquot, ele mesmo pintor, historiador e restaurador que escreveu a obra *Guide pratique du restaurateur-amateur de tableaux, gravures, dessins, pastels, miniatures, etc. Reliures et livres*, em 1890, onde dizia

que era à sua arte que recorreríamos para remediar todos os males que fossem impostos às obras de arte (RIS-PAQUOT, 1890, p. 220).

Assim, se a comparação do restaurador ao médico ligava a imagem do livro ao paciente, o laboratório de restauração era entendido como um hospital ou mesmo uma clínica de reabilitação, como verificado em artigos e entrevistas. Quase todas as matérias de periódicos pesquisadas no período em que Adalberto Barreto esteve à frente do Laboratório de Restauração reforçavam esse ambiente hospitalar, muitas vezes atribuído pelo próprio restaurador.

Com o sugestivo título “Um hospital de livros na Avenida Rio Branco”, o jornal *Tribuna da Imprensa* publicou, em 1955, uma matéria apresentando o laboratório e os processos de restauração como uma possibilidade de tratar os males que atingiam o papel (UM HOSPITAL..., 1955, p. 7). Com a matéria “Livro doente tem hospital: é no porão, mas cura”, Adalberto Barreto explicou aos leitores do *Jornal do Brasil* que para ser “médico de livro era preciso saber química, conhecer os vários tipos de tinta de impressão, entender de entomologia (vida dos insetos) e saber tudo acerca de papel, desde sua fabricação até a enorme variedade empregada na confecção de livros desde os tempos mais antigos”. Para ele, “só não preci-

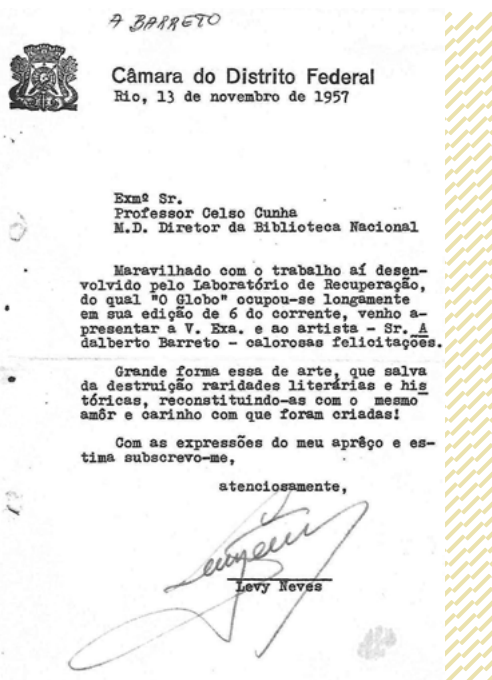


Figura 51. Carta do vereador do Estado da Guanabara, Levy Neves, ao diretor da Biblioteca Nacional, Celso Cunha, em 1957. Fonte: Cleide Barreto.

sava de diploma de doutor”, e o único lugar no mundo onde havia curso especial para formar “médico de livros” era o Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo em Roma. Utilizando-se da ideia de médico e paciente, Adalberto Barreto comentou que “livro é como gente: quanto mais velho, mais sujeito a doenças. E essas doenças, tal qual as de um ser humano, são variadas, cada uma com uma síndrome especial” (LIVRO..., 1958, p. 9).

Em 1961, o *Jornal do Commercio* dedicou alguns artigos à “Aventura e drama do livro no Brasil”, cujo terceiro artigo trazia como título “Clínicos e cirurgões no alegre hospital do livro”, apresentando os “cirurgões plásticos” da Biblioteca Nacional que “em seus aventais brancos, como verdadeiros médicos de livros, os funcionários da SRR trabalham sobre preciosidades” (MIRANDA NETO, 1961, p. 7).

De todas as publicações, a que mais associou a restauração à área médica foi o jornal *O Pulso*, de 1967, que trazia o título “O santo de casa já faz milagres”. A matéria, além de comparar o trabalho milagroso de Adalberto Barreto ao dos monges beneditinos na recuperação de livros raros, também o apresentava como médico dos livros:

Que digam os numerosos *doentes*, que êle diariamente trata em sua *clínica*, com paciência [...]. Êles lá chegam *sofrendo* de diversas doenças [...]. Mas, o *staff* do dr. Adalberto está sempre a postos! O problema é discutido, formam-se *juntas médicas* [...]. O caso, às vezes, exige *operação*, mas em geral os doentes estão apenas debilitados pelo intenso uso diário [...]. Após tratamento, todos receberão alta, alguns até com roupagem nova. Com a vantagem de sua consulta gratuita! [...]

Depois do *check-up*, o livro é internado na *Clínica de Reabilitação* Dr. Adalberto [...] o *staff* do dr. Adalberto também já se ressen-te de boas *enfermeiras*... As que aprendem o serviço, vão para Brasília, onde o rendimento é melhor e mais tranquila a *clínica*. O mestre não se cansa de ensinar (O SANTO..., 1967, p. 8).

Contudo, o médico do livro, o “Prof. Adalberto Barreto” costumava dizer que não precisaria existir restaurador se houvesse mais técnicos em conservação. Para ele, a “medicina preventiva” era mais importante que o tratamento interventivo, assim como

a higiene e a conservação eram ações fundamentais para a preservação das obras. Reafirmando essa visão acrescentou essas palavras durante uma entrevista: assim “como na medicina, o conservador agiria na qualidade de um sanitarista dos livros” (MÉDICO..., 1970, p. 3).

A última entrevista do “dr. Adalberto Barreto” foi publicada pela revista *Fatos e Fotos*, em 1977, no caderno Ciência, com o título “Há 32 anos ADALBERTO BARRETO mantém um verdadeiro hospital de livros na Biblioteca Nacional. Ele é bibliopatólogo. Quer dizer, cuida das doenças e pragas que atacam as obras raras. Quanto à poeira e à poluição, só rezando”. Apesar do extenso título a fala de Adalberto Barreto é pequena, limitando-se a resumir os problemas enfrentados no combate aos “inimigos do livro”, fato que o repórter atribuiu a um problema de saúde do restaurador e por ser a diretora Jannice Monte-Mór a única pessoa autorizada para falar sobre a instituição. Sendo assim, ela prosseguiu explicando os projetos e os tesouros do acervo, acrescentando que no Brasil, além de Adalberto Barreto, citaria Edson Motta, do Iphan, Alfredo Ferreira de Souza, do Arquivo Nacional, Cely Soares e Gilda Lefebvre,¹⁸⁸ da Biblioteca Nacional como os poucos profissionais especializados na área de restauração (VIEIRA, 1977, p. 15).

Todas essas publicações apresentavam Adalberto Barreto como um profissional dedicado a salvar livros e documentos. Nas entrevistas, “o doutor ou professor” Adalberto Barreto, autodidata como gostava de dizer, fazia questão de explicar a arte e a ciência das etapas da restauração, seus desafios, conquistas, pesquisas para combater os insetos bibliófagos, a adoção e a implementação de novas tecnologias e, sobretudo, como a restauração era uma área interdisciplinar que só se desenvolveria com o apoio de instituições ligadas à pesquisa científica.

.....
188. Gilda Lefebvre aparece na lista dos “candidatos inscritos ao exame de admissão do curso superior de Biblioteconomia – Ano letivo de 1956” (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1953, p. 4).

As últimas atividades de Adalberto Barreto e os novos projetos para o Laboratório de Restauração nas décadas de 1970 e 1980

Ao assumir a direção da Biblioteca Nacional, em maio de 1971, Jannice Monte-Mór apresentou um relatório ao ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, sobre seu trabalho de três meses à frente da instituição. Nele, apontou a necessidade de ter pessoal especializado para a oficina de encadernação, cientista (entomologista ou biologista) para chefiar a “Secção de Ciências Aplicadas da Divisão de Bibliopatologia”, e reforço de pessoal especializado para esta divisão. Na lista de profissionais apresentada ao ministro estavam classificados como artífices o restaurador de livros, o auxiliar de artífice, como também o carpinteiro, o pintor, o pedreiro, o mecânico de máquina e o mestre, mostrando que a indefinição do que seria o profissional restaurador no quadro de pessoal da biblioteca ainda era evidente (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1971, p. 2).

Alguns meses mais tarde, a diretora relatou que os seis andares da biblioteca estavam gravemente infestados e a instituição tinha problemas para combater os insetos, e, segundo ela, mesmo o chefe da Divisão de Bibliopatologia sendo um funcionário zeloso e competente não tinha equipe especializada para resolver a questão.¹⁸⁹ Sua equipe, em 1971, se resumia aos funcionários de nível técnico Maria Carmelita Horta, responsável por limpar, numerar, remover fitas e papéis colados, Theresinha Gomes de Freitas, que montava os cadernos, Severin Gilbert Dobbin, que conferia, cortava e formava os cadernos, e Adalberto Barreto, que se responsabilizava pelos banhos nos diferentes acervos e pela laminação (RELATÓRIO CHEFES..., 1971, p. 2).

Com o olhar da direção voltado para os problemas da preservação do acervo, Adalberto Barreto renovou suas esperanças para

.....
189. No relatório anual, de 27 de dezembro de 1968, a Seção de Iconografia relatou como atividade a preparação e correção de provas para o concurso de restaurador, promovido pelo DASP na “carreira de Restaurador de Livros e Documentos” (RELATÓRIO CHEFES..., 1968, p. 2). No entanto, não foi possível confirmar esse concurso e não foram encontradas as provas elaboradas por essa seção.

o próximo exercício, confiando que a Divisão de Bibliopatologia pudesse formar uma equipe especializada para o completo desempenho de suas finalidades (RELATÓRIO CHEFES..., 1971, p. 4).

A partir da década de 1970, sob a influência de políticas internacionais para a preservação do patrimônio cultural, sobretudo com a publicação da Carta do Restauro, que recomendou o uso de técnicas e materiais que permitissem, no futuro, outras intervenções de restauro, e da Convenção de Paris, sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, a Biblioteca Nacional inicia ações e discussões para se readequar às recomendações (CURY, 2000).¹⁹⁰ Diante das diversas dificuldades a respeito dos problemas de preservação, a direção, como já mencionado, vinha mantendo contatos por meio da Unesco para a vinda de um especialista que estudasse as necessidades de conservação e de restauração do acervo (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1974, p. 205).

Com o objetivo de participar mais ativamente dessas políticas internacionais e reorganizar os serviços da instituição, em 1974, a conservadora-restauradora Maria Di Franco Lilli visitou a biblioteca para a elaboração de um programa para o “saneamento das coleções bibliográficas antigas e a indicação do equipamento técnico-científico essencial para a montagem de um eficiente laboratório de restauração”, o que resultou em um importante relatório para a área de preservação do acervo e algumas bolsas de estudo no *Istituto Centrale di Patologia del Libro* (ICPL),¹⁹¹ em Roma, Itália, em 1975,

.....
190. Somente em 1987 a Carta de conservação e restauração dos objetos de arte e cultural trouxe, em seus anexos E e F, orientações para a conservação e a restauração do livro, e a conservação e a restauração de materiais arquivísticos, respectivamente (CARTA..., 2018).

191. O Instituto Alfonso Gallo nasceu do entendimento de Alfonso Gallo de que a conservação dos objetos passava pela interdisciplinaridade da química, da física, da biologia e da tecnologia. Alfonso Gallo era especialista em paleografia e professor de Biblioteconomia da Universidade de Roma. Em 1929, estabeleceu um pequeno laboratório na Abadia de Grottaferrata na Itália. Posteriormente, em 1939, Alfonso Gallo cria o *Istituto Centrale di Patologia del Libro* (ICPL), constituído por estas áreas: laboratório de biologia, de química, de física, de restauração, biblioteca, museu de patologia do livro e arquivo fotográfico (CASTRO, 2008, p. 47).

para capacitar seus profissionais na reestruturação dos trabalhos de restauração (DI FRANCO LILLI, 1975, p. 199-209).

Esse relatório, *Conservazione e restauro – problemi della Nazionale di Rio de Janeiro*, de 1974,¹⁹² trazia um conteúdo sobre as práticas de conservação e restauração então desenvolvidas no Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional e apontava para a necessidade de atualização de algumas questões técnico-científicas (CASTRO, 2008, p. 116).

Maria Di Franco Lilli, ao avaliar o laboratório, fez questão não só de deixar registrado o limitado espaço deste e a defasagem tecnológica dos equipamentos, como fez também uma crítica à conduta profissional de Adalberto Barreto:

O local, de dimensões limitadas, onde está o laboratório não conta com os equipamentos necessários às técnicas científicas mais modernas de restauração. Por outro lado, o técnico que trabalha atualmente no setor, convencido da validade dos métodos empregados e francamente pouco disposto a renunciar a sua experiência empírica, limita-se a submeter o material de papel a uma pesada laminação ou a uma reparação imperfeita com remendos, quer o papel apresente perfurações feitas por insetos, quer se apresente frágil e rígido por causa da acidez ou da alcalinidade, quer seja para fins curativos ou preventivos. Não pude verificar a técnica de lavagem, de reforço, de alisamento, nem a existência de um controle do pH do papel, nem o uso de um método científico de desacidificação (DI FRANCO LILLI, 1975, p. 205).

No item “Diretrizes programáticas das ações a serem encetadas”, Maria Di Franco Lilli apontou a necessidade de ter “pelo menos um bibliotecário, de nível profissional e cultural elevado, que obtenha uma especialização verdadeira e apropriada no campo da conservação”, e que se mantivesse constantemente “informado e atualizado sobre o resultado das pesquisas científicas aplicadas ao setor”.¹⁹³ Esse

.....
192. O relatório foi publicado como “Conservação e restauração: problemas da Nacional do Rio de Janeiro”, pela revista *Bibliotecon*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 199-205, jul./dez. 1975.

193. No item 2 de seu relatório, ao falar das seções de Manuscritos e Obras Raras, salientou que uma restauradora contratada trabalhava para a biblioteca em sua oficina particular e se utilizava das mesmas técnicas de laminação com acetato de celulose e de “reforços grosseiros” (DI FRANCO LILLI, 1975, p. 202). Não foi possível, até

profissional iria “prescrever as operações de restauração” e verificar as condições ambientais para melhor conservação dos livros (DI FRANCO LILLI, 1975, p. 204). Ela sugeriu também um biólogo especializado em entomologia, micologia e microbiologia, no mínimo dois técnicos especializados em restauração e encadernação, que demonstrassem interesse, habilidade e senso estético e que envolvessem a indústria de papel para pesquisas sobre o papel e materiais (DI FRANCO LILLI, 1975, p. 205). Recomendou ainda o envio à Itália de um bibliotecário, um biólogo e dois técnicos “dotados dos requisitos vocacionais para adquirirem a prática necessária nos competentes centros italianos de pesquisa e técnicas de restauração”.

Para a (re)montagem do laboratório indicou alguns equipamentos básicos:

[...] 4 banheiras para lavagem, 2 prensas óleo-dinâmicas, uma das quais deve ter planos de aquecimento elétrico e a outra planos normais para alisamento das folhas, 1 prensão de percussão, armações para secagem das folhas à temperatura ambiente, equipamento necessário para obtenções termo-higrométricas que são eventualmente necessárias, mesa com tampo de vidro translúcido iluminadas internamente para restauração manual, mesas grandes com tampo de fórmica para colagem e reforço dos grandes formatos, cutelos, prensas manuais [...]

(DI FRANCO LILLI, 1975, p. 207).

Quanto às sugestões para as “providências e tratamentos de adoção imediata” havia uma que paralisava o laboratório: a suspensão de “todas as operações de restauração que utilizem as técnicas atualmente empregadas (em particular, a laminação)” (DI FRANCO LILLI, 1975, p. 208). Ao ser feito o levantamento da produção do laboratório após essa visita técnica, observou-se que ele não parou, mas as folhas laminadas, essas desapareceram dos relatórios.

Para a conservação do acervo foi sugerida uma rotina de limpeza anual, o emprego de gases para desinfestação, como brometo de metila, formaldeído em condições de absoluta segurança, óxido

o momento, identificar quem seria essa restauradora que executava os trabalhos fora da instituição.

de etileno.¹⁹⁴ A sílica gel e o “paradiclorobenzol” deveriam estar dentro dos armários como medida preventiva contra a umidade e o ataque de insetos.¹⁹⁵ Para uma atualização das técnicas e dos produtos, ela indicou a leitura dos boletins do Instituto Alfonso Gallo, que a biblioteca assinava desde 1947, e outras bibliografias que permitissem a especialização e o acompanhamento da área pelos profissionais do setor (DI FRANCO LILLI, 1975, p. 208).

Em decorrência dessa visita e do relatório final de Maria Di Franco Lilli, as duas bolsas de estudos para capacitar a equipe de restauração no Instituto Central de Patologia do Livro Alfonso Gallo foram oferecidas às bibliotecárias Cely de Souza Soares Pereira e Gilda Lefebvre de Oliveira Neves¹⁹⁶ (PEREIRA, 2018).

Cely Pereira era bibliotecária e trabalhava na Seção de Publicações Oficiais. Antes de trabalhar na Biblioteca Nacional fez curso em Artes Gráficas na Escola Técnica Nacional, atual Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), e trabalhou na Imprensa Nacional no setor de linotipia, o que lhe deu algum conhecimento sobre encadernação. Gilda Lefebvre era bibliotecária e trabalhava na Seção de Classificação, e mais tarde na Seção de Referências. Em entrevista, Cely Pereira acrescentou que Gilda Lefebvre também tinha formação em Belas Artes e isso acabou favorecendo sua escolha para a bolsa de estudos na Itália (PEREIRA, 2018). Em seu depoimento, Cely Pereira lembrou ainda

.....
194. Formaldeído – fungicida utilizado mais em conservação de fotografias, possivelmente cancerígeno. Em contato com os olhos causa irritação e queimadura. Brometo de metila – usado na desinfestação e desinfecção de cereais, livros e documentos. Irritante da mucosa, causa edema pulmonar. Altamente tóxico. Óxido de etileno – usado na desinfestação e desinfecção de obras de arte, livros, documentos, madeira e têxteis. Causa edema pulmonar, além de ser carcinogênico. Altamente tóxico, facilmente inflamável, forma misturas explosivas com o ar (SLAIBI et al., 2011, p. 162, 270 e 276).
195. Paradiclobenzeno – inseticida e fungicida usado no controle de fungos em couro, papéis e têxteis. Irritante dos olhos e do aparelho respiratório. Inflamável e explosivo (SLAIBI et al., 2011, p. 277). Sílica gel – agente dessecador por ser muito hidrofílico. Produzida pela reação do silicato de sódio com o ácido sulfúrico. Utilizado para proteger alimentos, produtos, calçados, bolsas e acessórios.

196. Segundo Cely Pereira, Jannice Monte-Mór ofereceu a bolsa de estudos à bibliotecária Elcídia Gottschall Guimarães por ter formação em Belas Artes, mas ela teria recusado por questões familiares (PEREIRA, 2018).

que antes de embarcarem para a Itália tiveram aulas de italiano e fizeram um grupo de estudo com Lygia Cunha, que teria resenhado o livro *O papel*, de Edson Motta e Maria Luiza Guimarães Salgado, para repassar noções básicas de restauração de papel (PEREIRA, 2018). Já na Itália, durante quatro meses as duas bibliotecárias receberam treinamento baseado no plano de estudos programado por Maria Di Franco Lilli, dividido em aulas teóricas e práticas como descreveu Cely Pereira no relatório apresentado na sua volta:

A programação do curso, dividida em estágios e visitas, teve o seu desenvolvimento inicial no Laboratório di Restauro e Legatoria di Libri “Angelo Pandimiglio” onde foram ministradas aulas práticas e teóricas sobre restauração e encadernação de livros antigos e modernos. Posteriormente, no Instituto di Patologia del Libro “Alfonso Gallo”, o aprendizado prático-teórico sobre restauração se limitou aos documentos antigos, enquanto que, o referente a encadernação, se estendeu aos modernos. Além destes ensinamentos, foram administradas, neste “Instituto”, aulas teóricas de Biologia, Física e Química, na medida em que estas ciências contribuem para a técnica da conservação e restauração de documentos (PEREIRA, 1975, p. 4 e 9).

Em Roma, visitaram a *Biblioteca Nazionale Centrale di Roma*, o professor Accardo Salvatore (diretor-geral de Antiguidade e Belas Artes), o *International Centre for Conservation*, o *Centro di Fotoriproduzione Legatoria e Restauro degli Archivi di Stato* e o *Istituto Centrale del Restauro*. Em Florença, a visita se estendeu à *Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze*, o *Ufficio delle Pietre Dure* e o *Laboratorio di Restauro di Firenze*, o *Archivio di Stato di Firenze* e a *Biblioteca Medicea Laurenziana*.

De volta ao Brasil, as bibliotecárias apresentaram relatórios das atividades desenvolvidas no estágio.¹⁹⁷ Cely Pereira registrou as disciplinas que cursaram sobre restauração, encadernação, biologia, química e física (Anexo 2). De acordo com ela, “a experiência foi intensa e muito difícil, pois as aulas eram ministradas pelos melhores professores das mais diferentes áreas” (PEREIRA, 2018).

.....
197. Durante a pesquisa não foi possível localizar o relatório que a bibliotecária Gilda Lefebvre teria entregado à direção da Biblioteca Nacional.

Pouco tempo depois de seu retorno, Cely Pereira assumiu a chefia da Seção de Obras Raras e se aposentou nessa função em 1983. Gilda Lefebvre foi trabalhar no Laboratório de Restauração com Adalberto Barreto (PEREIRA, 2018).

Aproveitando os conhecimentos adquiridos por Gilda Lefebvre na Itália e decidida a organizar também o setor de restauração, Jannice Monte-Mór abriu um processo para verificar quais e quantas obras aguardavam tratamento no Laboratório de Restauração.¹⁹⁸ Em resposta à solicitação da diretora sobre esse assunto, Adalberto Barreto encaminhou uma relação de 306 obras que já estariam “desinfetadas, descoladas, desumidificadas e limpas para serem tratadas e restauradas”. A lista trazia o título, o autor de cada obra, sua localização no laboratório, o estado de conservação e a causa de sua degradação: “parasita, substância química, umidade, cogumelos, acidez e oxidação”. Reencaminhada aos chefes dos setores responsáveis pelos acervos iconográficos, obras raras, manuscritos e periódicos com o objetivo de ser cotejada, a lista apresentava divergências com relação ao controle de encaminhamento e devolução das obras pelas seções.¹⁹⁹

Diante desse problema, foi aberto o processo BN nº 001/76 para apurar as responsabilidades e criada uma comissão encarregada para identificar as obras e devolver as mesmas às seções de origem. A falta de controle das chefias ficou evidente no documento final do grupo de trabalho composto por Adalberto Barreto, Gilda Lefebvre, Wylma Bleggi Peixoto e Ulrike Wehmeier. O documento apresentou obras que estavam no laboratório sem encaminhamento das seções de origem, obras que foram encaminhadas e não estavam no laboratório, obras que constavam na lista do laboratório e já estavam nas seções, assim como obras que estavam no laboratório e não pertenciam a nenhuma seção, pois ainda não tinham sido

.....
198. No final de 1975, Jannice Monte-Mór criou outra comissão para fazer um levantamento dos livros na Seção de Livros Raros e Cely Pereira ficou responsável pelo trabalho (PEREIRA, 2018).

199. Naquele momento, os chefes das seções eram: Lygia Cunha (Seção de Iconografia), Vera Leão de Andrade e Iracema Monteiro (Seção de Obras Raras), Ulrike Wehmeier (Seção de Publicação Oficial).

incorporadas ao acervo, e obras mutiladas, sem possibilidade de identificação. Esse trabalho se arrastou entre 1976 e 1977 e, ainda em 1979, se juntavam documentos ao processo (PROCESSO Nº 001, 1976, p. 15-175). Esses fatos ajudaram a compreender as relações entre Adalberto Barreto, os funcionários e a direção. Relações conflituosas de ideias que aos poucos foram sendo substituídas por novas questões sobre o destino do Laboratório de Restauração.

Ao final do trabalho da comissão, Adalberto Barreto, já com problemas de saúde, se aposentou em meados de 1977, no momento em que a Divisão de Bibliopatologia passaria a ser identificada como Divisão de Conservação, responsável pela Seção de Preservação e Restauração e pela Seção de Encadernação.²⁰⁰ A bibliotecária Ulrike Wehmeier assumiu a chefia da nova divisão e Gilda Lefebvre foi designada, em agosto daquele ano, para chefiar a recém-criada Seção de Preservação e Restauração.

Sobre essa mudança, Jannice Monte-Mór comentou:

No que tange à restauração de obras, nova orientação foi transmitida ao setor competente, graças ao aproveitamento de servidores devidamente treinados na Itália, com bolsas oferecidas pela Unesco, e à implantação da nova estrutura organizacional da Biblioteca, com oportunidade de nova chefia. [...] foi possível a aquisição de material permanente e de consumo para permitir o desenvolvimento das atividades. [...] aguarda-se ainda a plena execução do Projeto, com vista à contratação de pessoal de nível médio para aprendizado em serviço, na própria recuperação do acervo da Casa (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1977, p. 7).

A imagem a seguir (Figura 52) apresenta Adalberto Barreto trabalhando no Laboratório de Restauração no final da década de 1970, cercado de equipamentos de sua rotina como restaurador. Essa imagem faz refletir sobre o isolamento institucional vivido por

.....
200. A nova estrutura da Divisão de Conservação, baseada na Portaria nº 470/75 só foi implantada em agosto de 1977. Sob a responsabilidade dessa divisão estavam a Seção de Preservação e Restauração e a Seção de Encadernação (RELATÓRIO CHEFES..., 1977, p. 1).

ele nos últimos anos, quando foi afastado das salas de aula, dos jornais e da possibilidade de se capacitar.

À frente da Divisão de Bibliopatologia, Adalberto Barreto comandou uma equipe que continuou a buscar conhecimento para preservar o acervo. Influenciado pelas técnicas americanas nos anos de 1950 e mais tarde pelas ideias italianas de restauração difundidas pelo Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo, Adalberto Barreto trabalhou na preservação do acervo da Biblioteca Nacional e permaneceu à frente dos trabalhos de restauração por mais de trinta anos. Essa mudança do perfil do restaurador, analisada por Philippot (1999) e Casanova (2011), que se construiu a partir da ideia do artista, passando para o técnico e mais tarde para o restaurador que busca a ciência como instrumento de trabalho, fica evidente nas atividades de Adalberto Barreto, que mesclou esses perfis ao longo de sua carreira.

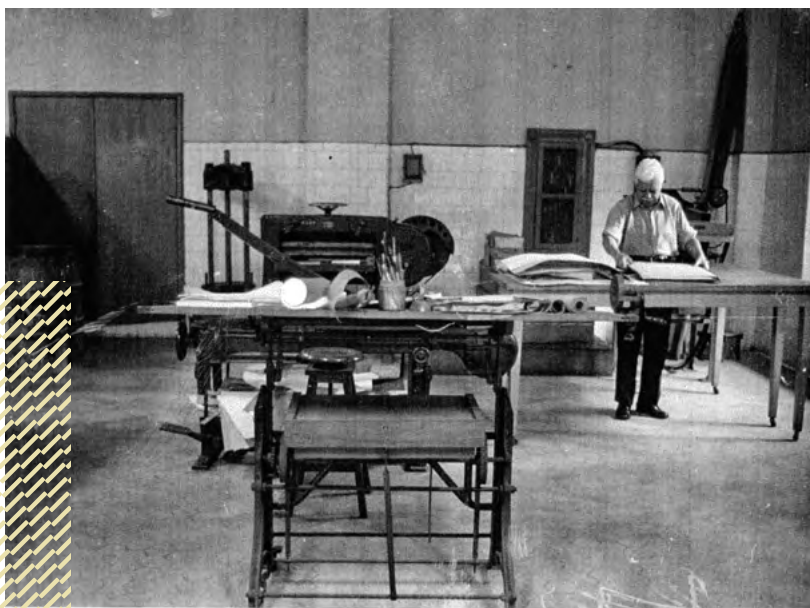


Figura 52. Adalberto Barreto trabalhando no Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional, provavelmente nos fins da década de 1970. Fonte: Cleide Barreto.

Nas representações coletivas da memória, fenômeno construído social e individualmente, as lembranças de Adalberto Barreto se encaixam num conjunto de interesses dos grupos que acabaram determinando conflitos e interesses que motivaram seu apagamento (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Com sua aposentadoria, Gilda Lefebvre assumiu a Seção de Preservação e Restauração e teve como missão apresentar um estudo para o projeto de “Reforma e Reequipamento do Laboratório da Seção de Preservação e Restauração da Divisão de Conservação”. Esse estudo fazia parte do processo BN nº 62/77, elaborado pelo arquiteto Jorge Moreira.²⁰¹ Com o objetivo de subsidiar o arquiteto, Gilda Lefebvre descreveu como funcionava a rotina do laboratório, a estrutura física do espaço, o maquinário existente e o necessário para a nova proposta. No rol dos equipamentos existentes e fora de uso listou uma lâmpada de raio ultravioleta de pé e a laminadora Barrow, justificando que já tinha sido superada como processo de restauração. Quanto aos equipamentos novos, além de armários, ventiladores, ar-refrigerado e uma prensa hidráulica, foram pedidos mesas de luz, uma secadora elétrica de papéis e um deionizador²⁰² (LEFEBVRE, 1978, p. 1-10). Entre esses equipamentos listados por Gilda Lefebvre alguns tinham sido sugeridos por Maria Di Franco Lilli em 1974. Junto ao estudo de Gilda Lefebvre foi anexada uma planta baixa com o “fluxo do livro” (Figura 53), onde ela descrevia por meio de uma legenda de cores o caminho percorrido pelo livro ao entrar no laboratório.²⁰³ Seguindo sua lógica, o livro ao entrar no laboratório seguiria para a mesa dos restauradores, depois para o

.....
201. Arquiteto responsável pela equipe que elaborou o plano urbanístico e arquitetônico do campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou no projeto Ministério da Educação e Cultura (Palácio Gustavo Capanema) junto com Lucio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer, Ernani Vasconcellos e Carlos Leão.

202. A presença de secador elétrico de papéis deveria ser usual nos laboratórios da Europa, mas não foi possível verificar esta suposição. O deionizador é um equipamento utilizado nos laboratórios de restauração de papel do Brasil para produzir água quimicamente pura, livre de sais minerais.

203. Como a planta baixa encontrada no Laboratório de Restauração, em 2015, era uma cópia xerox, preto e branco, usei as cores indicadas por Gilda Lefebvre para colorir os caminhos e facilitar a compreensão do fluxo proposto por ela.

tratamento de restauração e novamente para a mesa dos restauradores que, ao finalizarem o processo, o encaminhavam à encadernação. Interessante observar no leiaute proposto por Gilda Lefebvre a presença da laminadora Barrow, que ainda permanecia no laboratório, mas isolada de qualquer dos fluxos propostos, indicando seu desuso na nova rotina das atividades.²⁰⁴

De acordo com as sugestões de Gilda Lefebvre, o fluxo do livro podia ser entendido assim:

Tracejado inclinado

Entrada do livro: escrivaninha. Registro na mesa de datilografia. Armazenamento no armário de madeira.

Traço sólido

Entrega ao restaurador. Limpeza a seco, numeração e desmonte executados na mesa dos funcionários.

Traço duplo

Lavagem, secagem e prensagem executados nas pias, secador e prensa (3)

Linha ondulada

Retorno das prensas para as mesas dos funcionários a fim de serem feitas as restaurações e remontagens.

Linha pontilhada

Da mesa dos funcionários para a mesa de encadernações; material no armário embutido. Prensagem. Volta à mesa de datilografia (registro); saída da peça do Laboratório (LEFEBVRE, 1978).

Sua preocupação com a disseminação do conhecimento como um modo de estimular a conservação dos acervos, e com a formação de novos restauradores, motivou Gilda Lefebvre, assim como Adalberto Barreto, a reunir textos elaborados para “breves cursos

.....
204. Igualmente sem uma indicação de fluxo no laboratório está a talhadeira que, segundo Gilda Lefebvre, era um tipo de tesourão. Em um documento datado de 12 de maio de 1978, encaminhado ao Chefe da Divisão de Conservação, sobre a reforma do Laboratório de Restauração, a bibliotecária descreve duas máquinas: 1) Tesourão (tipo talhadeira), em aço, pintado de verde, marca Consani, de dimensões 2,00 × 1,50 × 0,45 m; 2) Talhadeira semiautomática, marca Tecnigráfica, de dimensões 2,60 × 1,50 × 1,30 m (LEFEBVRE, 1978).

de restauração de papel”. A partir desse material, ela organizou o manual *Restauração de Livros e Documentos*, em 1981, que tratava dos agentes de degradação, conservação, restauração e encadernação (LEFEBVRE, 1981, p. 1-79). Pouco tempo depois, em fevereiro de 1982, Gilda Lefebvre se aposentou²⁰⁵ e o laboratório encerrou suas atividades de restauração.

O Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional, que foi referência no tratamento de acervos em papel, local de interesse de estudantes, pesquisadores, leitores e jornalistas entre as décadas de 1950 e 1970, permaneceu fechado e suas atividades suspensas até meados da década de 1980.

Somente em 1984, Cely Pereira foi convidada para coordenar o Centro de Pesquisa e Treinamento em Papel (PEREIRA, 2018). Durante a “Primeira Mesa Redonda Interamericana de Centros de Excelencia em el Campo de la Conservación de papel y Material Fotográfico”, em Santo Domingo, na República Dominicana, em 1987, Cely Pereira apresentou um sucinto relato desse momento crítico da restauração na Biblioteca Nacional. De acordo com ela, em 30 de abril de 1982 a biblioteca aprovou um novo regimento pela Determinação nº 47 e extinguiu a Divisão de Conservação, tendo suas atribuições absorvidas pelo recém-criado Centro de Pesquisa e Treinamento em Papel, “ao qual estavam subordinados o Laboratório de Restauração e a Oficina de Encadernação”, todos ligados à Coordenadoria de Restauração e Microrreprodução. Nesse mesmo ano, iniciou-se a montagem do laboratório com a aquisição de equipamentos e materiais (PEREIRA, 1987, p. 6-7).

Esse novo projeto, apresentado por Cely Pereira, é que deu início ao que hoje representa a Coordenadoria de Preservação, responsável pelo Laboratório de Restauração e o Centro de Conservação e Encadernação da Biblioteca Nacional.

.....
205. Informação da Divisão de Recursos Humanos da Biblioteca Nacional, via correio eletrônico, em 20 de agosto de 2018.

1978: chefe da Seção de Preservação e Restauração - 3 -

1

SERVICO PÚBLICO FEDERAL



Fonte: LEFEBVRE, 1978.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada aborda os períodos da memória da preservação do patrimônio bibliográfico e documental da Biblioteca Nacional marcados pela ausência e pelo esquecimento, analisando a trajetória dos profissionais que trabalharam para a preservação deste acervo. Baseada em pistas e vestígios encontrados em documentos de arquivos institucionais e privados, bem como em depoimentos, essa pesquisa trabalhou para a construção narrativa das memórias dos profissionais da restauração e de suas ações na Biblioteca Nacional ao longo dos séculos XIX e XX, identificando o papel de conservadores, restauradores e cientistas que empenharam-se em salvaguardar o acervo desta instituição neste período.

Ao longo da pesquisa, encontramos o primeiro profissional responsável pelas atividades de restauração que, no final do século XIX, foram desenvolvidas na Seção de Estampas, utilizando um espaço adaptado, com poucos recursos e aplicando técnicas de restauração de maneira empírica. Aquele profissional, inicialmente identificado como um artífice, foi sendo substituído na virada século XIX para o XX pelo profissional reparador e mestre artesão. A partir de 1902, este profissional assumiu a Oficina de Encadernação, e na década de 1940, com a implantação do Laboratório de Restauração, surge o técnico restaurador que, já ao final do período estudado, se aproxima da área científica, uma vez que esta passa a ser encarada como uma importante alternativa para superar os problemas de conservação do acervo. Esse percurso profissional do conservador-restaurador se aproxima do perfil traçado em outros estudos sobre o profissional restaurador na Europa, indicando a influência internacional na construção da área de restauração no Brasil. Ao contribuir com a formação e a formalização da profissão de restaurador, as ideias europeias chegaram até nós e moldaram os profissionais que atuaram na preservação do acervo da Biblioteca Nacional.

No caminho percorrido em busca da melhor forma de preservar o acervo da Biblioteca Nacional, as viagens de Ramiz Galvão para vários países da Europa, entre 1873 e 1874, foram decisivas para a mudança de ações e a inclusão definitiva da Biblioteca Nacional no pensamento preservacionista internacional, sobretudo nos processos de conservação, restauração e guarda de seu acervo. As ideias inovadoras observadas e trazidas por Ramiz Galvão em relação à conservação e ao acondicionamento dos acervos mudaram a percepção dos chefes de seção e encorajaram a criação de um modesto núcleo de restauração na instituição alguns anos depois. A troca de informações com profissionais de outras instituições, também envolvidos nos problemas da preservação de acervos bibliográficos, especialmente com o problema dos insetos bibliófagos, foi outra questão importante observada nas viagens de Ramiz Galvão. Seus diversos encontros na Europa fizeram com que as pautas de discussões de estudiosos europeus e suas pesquisas científicas incluíssem a problemática dos países tropicais na proteção de acervos em papel contra os “inimigos dos livros”. Esses estudos acabaram por estimular o aparecimento de pesquisas nacionais no campo da entomologia, gerando diversas metodologias para combater esses insetos.

Baseado nos estudos dos cientistas brasileiros, os diretores e chefes da Biblioteca Nacional utilizaram experimentos científicos com o único propósito de sanar os problemas com infestação biológica no acervo. Foram feitas algumas escolhas não acertadas, mas que sempre caminhavam com o pensamento das inovações tecnológicas que rapidamente substituíam suas técnicas e produtos em busca de algo mais eficiente, seguro e inovador. O desenvolvimento de avançados processos técnicos e escolhas por determinados produtos no combate aos insetos bibliófagos influenciaram diversas instituições nacionais e favoreceram a aproximação da Biblioteca Nacional com instituições latino-americanas como a Biblioteca Nacional do Uruguai.

A preocupação no combate aos insetos estava voltada, sobretudo, para a preservação dos livros, como observado nas diversas experiências realizadas no acervo. Entretanto, desde a primeira instalação do modesto espaço de trabalho no setor de Estampas,

ainda no Largo da Lapa, em 1882, e a instalação do primeiro laboratório nos moldes científicos em instituições públicas nacionais, em 1948, a preocupação dos diretores e funcionários era restaurar as gravuras do acervo, e não os livros. A Oficina de Encadernação, criada em 1902 para encadernar e restaurar os livros, não chegou a capacitar profissionais para assumirem plenamente as atribuições da restauração. A separação entre os profissionais que atuavam na preservação da instituição era bastante significativa, colocando em diferentes posições o encadernador, o conservador e o restaurador, com ações isoladas para uma mesma causa, a preservação, que contou com a presença dos cientistas em vários momentos.

A falta de integração entre os profissionais contribuiu para a criação de ações isoladas e intermitentes na instituição, fragilizando a estabilidade de alguns setores, não favorecendo a consolidação desses campos de preservação, possibilitando o surgimento de conflitos de interesse, acirrando relações e contribuindo para o desaparecimento de alguns desses setores e de suas memórias. Memórias que, para Pollak, caracterizam-se por se articularem com as representações coletivas que acabam determinando alianças, conflitos, identificações ou afastamentos entre grupos sociais (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Nesse campo flutuante, as memórias do profissional Antonio Montenegro e suas atividades como restaurador surgem como nossa primeira referência. Trabalhando prioritariamente com as obras de arte da seção de Estampas, sem se envolver com a restauração de outros acervos, suas ações na restauração, embora pouco exploradas em registros, se aproximam das técnicas e materiais descritos na literatura da área em meados do século XIX, cujo acervo da Biblioteca Nacional guarda alguns exemplares. Isso nos levou à percepção de que, de alguma forma, essas informações foram aplicadas ao acervo, reforçando a ideia de que a Biblioteca Nacional com o passar dos anos foi se interessando e se integrando às discussões desse campo disciplinar. Antonio Montenegro, profissional atuante na área da restauração, permaneceu nos relatórios das chefias e na atividade até os trabalhos de restauração serem, aos poucos, direcionados para a Oficina de Encadernação, a partir de 1902. A saída de Montenegro dessa atividade paralisou os trabalhos de restauração

de obras de arte. Sem investimento na área, não se chegou a estabelecer um trabalho sistematizado e nem uma equipe que pudesse substituí-lo. A instalação da Oficina de Encadernação rapidamente ocupou o lugar de destaque na preservação com seus mais de 20 profissionais, entre eles encadernadores, mestres, auxiliares e douradores. O encadernador Álvaro Meirelles foi o profissional que por mais tempo comandou a equipe da Oficina de Encadernação. A oficina foi posteriormente desativada por conflitos com a direção, mas aparece nas memórias institucionais, ancorada nos registros acerca de sua instalação. Após a redistribuição de seus encadernadores para outras instituições públicas, as lembranças em torno de suas atuações profissionais na Biblioteca Nacional desapareceram. Foram apagadas da memória da instituição, que não inclui em suas publicações referência sobre o grupo de profissionais, mas apenas a criação física do espaço da oficina.

Após um momento de ausência nos investimentos para a preservação do acervo, um novo evento marca a memória da área na instituição: a criação do Laboratório de Restauração pelo professor e restaurador Edson Motta. Ele passa a ser lembrado como o profissional que modernizou a restauração da Biblioteca Nacional e se concentrou no tratamento de suas gravuras. Embora sua atuação tenha ocorrido por um curto período de tempo, entre 1948 e 1953, foi em torno dessas lembranças que a memória da restauração institucional foi edificada, como observado nas publicações e depoimentos mencionados.

Edson Motta também cumpriu a tarefa de preparar e reunir uma pequena equipe para assumir os trabalhos de restauração da instituição. Após a consolidação desse grupo, o nome de Adalberto Barreto surge como o profissional que por mais tempo comandou o Laboratório de Restauração. Sua formação profissional aliada à sua percepção, embora longe dos padrões acadêmicos atuais, possibilitou o desenvolvimento de técnicas e métodos, e fez com que ele se destacasse em sua área. Atento às novas tecnologias e interessado em divulgá-las, tanto para o público especializado durante seus cursos e consultas, quanto para os leitores de diversos jornais, Adalberto Barreto percorreu

três décadas à frente do Laboratório de Restauração num esforço de compartilhar seu trabalho.

Apesar de todo o seu empenho, suas lembranças foram silenciadas pela memória institucional, ocasionada por um conflito de ideias e visões por parte da direção. Pudemos observar que aquele profissional que atuou 30 anos como restaurador, professor, estudioso e divulgador do trabalho executado na Biblioteca Nacional não atendia, no final de sua carreira, às necessidades da nova gestão. No final dos anos de 1970, a direção entendeu que bibliotecários, capacitados, poderiam assumir o lugar de Conservador-Restaurador, e optou por não investir na equipe de restauradores do laboratório.

A estratégia que parecia estar funcionando, com convênios firmados com a UFRRJ para pesquisas sobre degradação do papel e combate aos insetos bibliófagos, além da capacitação de duas bibliotecárias no Instituto Alfonso Gallo, acabou por fracassar. Isso paralisou os trabalhos de restauração, criando uma lacuna profunda entre as ações de preservação. Tal lacuna foi capaz de esconder essas memórias e construir uma memória coletiva em torno da ideia de que o Laboratório de Restauração, ao ser reativado em 1984, estaria sendo criado, em moldes científicos, naquele exato momento. Foi criado um marco na memória institucional, em que o novo laboratório, amparado pela ciência, havia sido inaugurado tendo por base os conhecimentos adquiridos no Instituto Alfonso Gallo. Curiosamente, se tratava do mesmo instituto com que, em 1947, Adalberto Barreto já havia estabelecido contato e que, por meio dos boletins técnicos publicados, desenvolveu seu conhecimento na área.

O trabalho de investigação aqui traçado demonstra que os marcos da preservação gravados na memória da Biblioteca Nacional referem-se exatamente a momentos de promoção institucional: a instalação da Oficina de Encadernação, em 1902, a criação do Laboratório de Restauração em 1948, e sua reinstalação em 1984. Essa memória constituída, visando uma história institucional, se aproxima do conceito de enquadramento apresentado por Pollak sobre a ideia de coesão e de continuidade.

O estabelecimento desses marcos de memória foi fundamental para que a Biblioteca Nacional construísse e mantivesse uma

imagem positiva que traduzisse uma unidade coesa de pensamento para a trajetória da preservação de seu acervo. O trabalho da própria memória de manutenção, de coerência, de unidade e de organização acabou por apagar os conflitos que destoariam desse processo de continuidade (POLLAK, 1999).

No entanto, a partir do trabalho aqui desenvolvido de reelaboração da memória dos profissionais da preservação da Biblioteca Nacional dos séculos XIX e XX, evidenciamos que foi justamente nas maiores lacunas encontradas entre as datas consagradas na memória institucional que os profissionais da área mais se empenharam em projetar a instituição. Revelamos que foi nesses momentos apagados pela memória que os profissionais mais buscaram se apoiar em práticas e ações orientadas por pensamentos internacionais, possibilitando o crescimento da restauração e contribuindo para fortalecer a Biblioteca Nacional enquanto instituição disseminadora de uma cultura preservacionista no âmbito dos acervos bibliográficos no Brasil.

DEPOIMENTOS

- BARRETO, Cleide. *Cleide Barreto*: depoimento [4 out. 2016]. Entrevistadoras: Thais Helena de Almeida Slaibi e Vera Mangas. Rio de Janeiro, 2016. Registro manuscrito.
- CUNHA, Waldir. *Waldir Cunha*: depoimento [15 maio 2016]. Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro, 2016. Registro manuscrito.
- FARIA, Maria Dulce de. *Maria Dulce de Faria*: depoimento [20 dez. 2018]. Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro, 2018. Registro manuscrito.
- FERREIRA, Bárbara. *Bárbara Ferreira*: depoimento [12 mar. 2018]. Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro, 2018. Registro manuscrito.
- IPANEMA, Cybelle. *Cybelle Ipanema*: depoimento [18 jul. 2016]. Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro, 2016. Registro manuscrito.
- MOTTA JR., Edson. *Edson Motta Júnior*: depoimento [25 ago. 2018]. Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro, 2018. Registro manuscrito.
- PEREIRA, Cely de Souza Soares. *Cely de Souza Soares Pereira*: depoimento [8 nov. 2016 e 22 jun. 2018]. Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro, 2016 e 2018. Registro manuscrito.
- SALGADO, Maria Luiza Guimarães. *Maria Luiza Guimarães Salgado*: depoimento [17 out. 2017]. Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Itaipava/RJ, 2017. Registro manuscrito.
- SERPA, Herald. *Heraldo Serpa*: depoimento [6 mar. 2018]. Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro, 2018. Registro manuscrito.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Patrimônio: ampliação do conceito e processos de patrimonialização. *In*: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero. (Org.). *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. 1 ed. São Paulo: MAE-USP; Secretaria de Estado da Cultura/SP, 2012. v. 1. p. 28-40.
- ABREU, Regina. Transbordamentos do nacional: vestígios de memórias coletivas nos museus fluminenses. *In*: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. (Org.). *Museus nacionais e os desafios do contemporâneo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. v. 1. p. 76-88.
- ALMEIDA, Thais Helena de. *Criação e gestão da APA Serra da Piedade-MG: um estudo sobre patrimônio histórico-ambiental e participação social*. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2005.
- ALMEIDA, Thais Helena de. Memória dos restauradores do acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional: 1950-1970. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL. ANPUH, 2., 2018, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2018.
- ALMEIDA, Thais Helena de. Restaurar é preciso. *Revista da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 124, ano 11, jun. 2016, p. 89-91.
- ALMEIDA, Thais Helena de; BOJANOSKI, Silvana. Tratamentos químicos aplicados à biodeterioração de acervos documentais na cidade do Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS - ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2009. p. 387-393.
- ALMEIDA, Thais Helena de; HANNESCH, Ozana. A instalação das primeiras fábricas de papel na cidade do Rio de Janeiro no século XIX. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS HISTORIADORES DO

- PAPEL, 33., 2016, Valência. *Anais...* Espanha: Universidade de Valência, 2016.
- ALMEIDA, Thais Helena de; HANNESCH, Ozana; POZI, Renata Amorim. Laminadora Barrow: uma promessa para 500 anos que não se cumpriu. *In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO*, 4., 2017, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2017. p. 229-235.
- ALMEIDA, Thais Helena de et al. *Materiais empregados em Conservação-Restauração de bens culturais*. Rio de Janeiro: ABRACOR; EBA-UFRJ, 2011.
- BAPTISTA, Antônio Carlos Nunes. Controle de proliferação de agentes biológicos no acervo da Biblioteca Nacional: um relato de atividades. *In: SEMINÁRIO SOBRE BIODEGRADAÇÃO de bens culturais – papel e madeira*, 1., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Pro-Documento, FNPM, 1987. p. 1-8.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.
- BECK, Ingrid. *Introdução*. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, v. 1-9, 2001.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BLADES, William. *The enemies of books*. London: Elliot Stock, 1888.
- BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Cotia: Ateliê, 2003.
- BOJANOSKI, Silvana de Fátima; MICHELON, F. ; BEVILACQUA, C. Os termos preservação, restauração, conservação e conservação preventiva de bens culturais: uma abordagem terminológica. *Calidoscópio*, v. 13, 2017, p. 443-454.
- BONNARDOT, Alfred. *Essai sur l'art de restaurer les estampes et les livres: ou, Traité sur les meilleurs procédés pour blanchir, détacher, décolorier, réparer et conserver les estampes, livres et dessins*. 2 ed., Librairie-Éditeur Chez Castel, 1858.
- BORGES, Jorge Luis. A biblioteca de Babel. *In: BORGES, Jorge Luis. Ficções*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. Tradução: Carlos Nejar.

- BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. Decisão n. 191, de 13 de setembro de 1824. Aprova o Regulamento Interno para a Biblioteca Imperial e Pública desta Corte. *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 135-138, 1886.
- BRASIL. Ministério do Império. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império* (RJ) – 1832 a 1888. 1876, p. 498.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. 2015. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea e do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.
- CALDEIRA, Cleide Cristina. Conservação Preventiva: histórico. *Revisita CPC*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-102, nov. 2005/abr. 2006.
- CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CARRERA, Messias. História dos insetos inimigos dos livros. *Revista Ciência e Cultura. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, v. 33, 1981.
- CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
- CARVALHO, Salomé. Receitas oitocentistas para conservação de gravuras: “Restauração de quadros e gravuras”, de Manuel de Macedo. *Conservar Patrimônio*, v. 18, 2013.
- CASANOVA, Maria da Conceição Lopes. *De artífice a cientista. Evolução da conservação e do estatuto do conservador-restaurador de documentos gráficos no AHU*. (1926-2006). 2011. 385 f. Tese (Doutorado em Conservação e Restauro: Teoria, História e Técnicas) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.
- CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. *A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

- CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. *Do restaurador de quadros ao Conservador-Restaurador de Bens Culturais: O Corpus Operandi na administração pública brasileira de 1855 a 1980*. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Artes) Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais. 2013.
- CASTRO, Ruy. *Era no tempo do rei*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- CAVALCANTI, João Curvello. *Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Deprº Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1979.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. Tradução: Mary Del Priori.
- CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. p. 121. Tradução: Luciano Vieira Machado.
- CIM, Albert. *Une bibliothèque – l'art d'acheter les livres de les classer, de les conserver et de s'en servir*. Paris: ed. Ernest Flammarion, 1902.
- COBRA, Maria José Távora. *Pequeno dicionário de conservação e restauração de livros e documentos*. 2 ed. Brasília: Edições Cobra Pages, 2003.
- CONDÉ, Elisio. *Guia da Biblioteca Nacional: Sesquicentenário – 1810-1960*. Rio de Janeiro, 1960.
- CORUJEIRA, Lindaaura Alban. Panorama da Conservação e Restauração de Documentos no Brasil, Sessão plenária “Conservação e Restauração de Documentos”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 2., 1974, São Paulo. *Anais...* São Paulo: 1974.
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes. *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional. Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101, Rio de Janeiro, p. 123-46, 1981.
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes. Real Biblioteca: apontamentos sobre seu acervo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE D. JOÃO VI: um rei aclamado na América, 1999, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000. p. 208-220.

- CUNHA, Waldir. *Bibliotheca Nacional: um jardim de delícias – por trás dos arcazes*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009.
- CURY, Isabelle. *Cartas patrimoniais*. (Org.). 2 ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.
- DARNTON, Robert. *Edição e sedição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- DE LA FAYETTE, Levindo Castro. *Novo vocabulário universal da língua portuguesa*. 1889.
- DI FRANCO LILLI, Maria. Conservação e restauração: problemas da Nacional do Rio de Janeiro. *R. Bibliotecon.*, Brasília v. 3, n. 2, p. 199-209, jul./dez. 1975.
- ELIAS, Isis Baldini. *Conservação e restauração de obras de artes em suporte papel*. 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.
- FARIA Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*. Lisboa: Guimarães Editores. 1988.
- FARIA, Diogo Teixeira de. *Os inimigos dos nossos livros – dados preliminares a um processo de destruição dos insetos que atacam os livros em S. Paulo*. São Paulo: Tipografia Olegário Riberio, Lobato & Cia., 1919.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FLAESCHEN, Jandira Helena Fernandes. *O método de atmosfera anóxica: tratamento atóxico para a desinfestação de acervos bibliográficos*. Rio de Janeiro: MAST/MCT, 2009.
- FLAESCHEN, Jandira Helena Fernandes. *Qualidade do ar e microclima – relações e interferências na preservação da Coleção Miscellanea Curiosa*. 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado em 2017) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2017.
- FLAUBERT, Gustave. *Bibliomania*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.
- FONSECA, Celso Luiz Contardo da. Estudo químico e bioquímico de agentes patogênicos em documentos bibliográficos – análise dos elementos. Seminário de Conservação e Restauração. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA*, 3., Rio

- de Janeiro. *Anais... Rio* de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1976. p. 851-859.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: Iphan, 1997.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- GALVÃO, Ramiz. Frei Camillo de Monserrate. Estudo bibliográfico. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 12, 1884-85.
- GOMES, Neide Aparecida. *O Ensino de Conservação Preservação e Restauração de Acervos Documentais no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
- GOTTO, Edward. *Plan of the city of Rio de Janeiro Brazil*. 1866.
- HÓLLOS, Adriana Lúcia Cox. *Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil*. 2002. 75 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- HOULBERT, Constant. *Les insectes ennemis des livres – Leurs moeurs-moyens de les détruire*. 1903.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IBRAM. *Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro*. Rio de Janeiro, 2013.
- JACOB, Paul. Les mangeurs des livres. *Le Naturaliste – Revue illustrée des sciences naturelles*, Paris, année 18, v. 212, p. 156-158, jan. 1896.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- KATHPALIA, Yash Pal. *Conservation et restauration des documents d'archives*. Paris: Unesco, 1973.

- KURY, Lorelai Brilhante; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 57- 85.
- LAPA, Iuri; JORDÃO, Lia. *A Biblioteca Nacional na crônica da cidade: a cidade | o leitor*. v. 1. Rio de Janeiro, 2017.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.
- LEFEBVRE, Gilda. *Restauração de livros e documentos*. Rio de Janeiro, 1981. (cópia xerográfica).
- LIMA, Gilvânia Faria de. *Os desafios da preservação e exposição de obras de arte: o caso do acervo Piranesi na Biblioteca Nacional*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.
- LOIOLA, Elaine Cristina Damasceno. *Determinação de resíduos de hexaclorociclohexano “HCH” no soro sanguíneo de trabalhadores expostos no arquivo histórico de Joinville na década de 80*. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – IPEN, São Paulo, 2007.
- MACEDO, Manuel de. *Restauração de quadros e gravuras*. Bibliotheca do Povo e das Escolas, n. 112. 1885.
- MAIRE, Albert. *Manuel pratique du bibliothecaire, Bibliothèques publiques, Bibliothèques universitaires, Bibliothèques privées*. Paris: Ed. Alphonse Picard et Fils, 1896.
- MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *O bibliotecário do rei – trechos selecionados das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: ed. Ática, 2002.
- MELOT, Michel. *Livro*. São Paulo: Ateliê Editora, 2012.
- MONTE-MÓR, Jannice. Preservação e restauração de documentos na Biblioteca Nacional, *Revista Brasileira*, doc. 4 (4/6), p. 137-142, out./dez. 1974.
- MORENO FILHO, Valdemir. *Embalagem metálica: avaliação de folhas-de-flandres na fabricação de latas expandidas a partir do processo Stretching*. São Caetano do Sul: Escola de Engenharia Mauá do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, 2007.

- MOTTA, Edson. Palavras de abertura. Seminário de Conservação e Restauração. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 3., 1976, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1976. p. 813.
- MOTTA, Edson; SALGADO, Maria Luiza Guimarães. *O papel: problemas de conservação e restauração*. Petrópolis: Museu de Armas Ferreira Cunha (MAFC), 1971.
- MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madrid: Editorial Tecnos, 2010.
- NABUCO, Joaquim (Monsenhor). *Em defesa do livro*. Rio de Janeiro: ed. Antunes, 1959.
- NODIER, Charles. Le traité des choix des livres de Gabriel Peignot jugé par Charles Nodier, *Bolletín du Bibliophile*, Paris, Léon Téchener, 1877, p. 50-70.
- NORA, Pierre. *Entre a memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História 10: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, 1993. p.12-13. Tradução: Yara Aun Khoury.
- PEREIRA, Cely de Souza Soares. A coordenadoria de conservação e restauração da Biblioteca Nacional (síntese). In: Mesa redonda interamericana de Centros de Excelencias en el Campo de la Conservación de papel y Material Fotográfico, 1., 1987, Santo Domingo. *Anais...* República Dominicana, 1987.
- PHILIPPOT, Paul. La restauration dans la perspective des sciences humaines. In: PHILIPPOT, Paul. *Historical and philosophical issues in the conservation cultural heritage*. Los Angeles: GCI, 1996. p. 216-229.
- PHILIPPOT, Paul. Le métier de restaurateur. *Les cahiers de la ligue urbaine et rurale*, n. 144-145, 1999. p. 18-21.
- POLERÓ Y TOLEDO, Vicente. *Arte de la restauracion: observaciones relativas à la restauracion de cuadros*. Madrid: Imprenta a cargo de M. A. Gil, 1853.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 212, 1992.

- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.
- RICOEUR, Paul. *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*, Madrid: Arrecifb/Universidad Autónoma de Madrid, 1999.
- RIS-PAQUOT. *Guide pratique du restaurateur-amateur de tableaux, gravures dessins, pastels, miniatures, etc. Reliures et livres...* Paris: Henri Laurens, 1890.
- ROUVEYRE, Edouard. *Connaissances nécessaires à um bibliophile*. 5 ed. Paris: Edouard Rouveyre, 1899.
- RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. 85 p. Tradução e apresentação: Maria Lucia Bressan Pinheiro. Revisão: Beatriz e Gladys Mugayar Kühl.
- SCARONE, Arturo. *El libro y sus enemigos* – estudio sobre los insectos que invaden las bibliotecas, museos y archivos. Montevideo: Renacimiento, 1917.
- SCHARF, Cláudia Philippi. Conservador-Restaurador Brasileiro: Quem somos nós? In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES-RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS – ABRACOR, 9., 1998, Salvador, *Anais...* Salvador, 1998. p. 147-151.
- SCHWARCZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- SILVADO, Jaime. *Desinfecções e aparelho “Clayton” no Porto do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
- SPINELLI JUNIOR, Jayme; PEDERSOLI, José Luiz. *Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência*. Ed. rev. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.
- TRIGO, Luciano. Biblioteca Nacional. In: *Biblioteca Nacional (Brasil)*. São Paulo: Banco Safra, 2004.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Museus e educação*. Rio de Janeiro: Editora Irmãos Pongetti, 1958.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. (Série Artes & Ofícios). Tradução e apresentação: Beatriz Mugayar Kühl. Revisão: Renata Maria Parreira Cordeiro.

- WEISS, H. B.; CARRUTHERS, R. H. *Insect enemies of books*. New York: The New York Public Library, 1945.
- WILCKEN, Patrick. *O império à deriva*. A corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

Periódicos

- A BIBLIOTHECA Nacional pôde prescindir de encadernação propria?
Uma comissão de operarios desta secção em visita ao Diario da Noite. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 17 nov. 1931.
- A CAMARA não realisou sessão. O governo é favoravel ao projecto da reforma da Bibliotheca Nacional. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 dez. 1925.
- A ENTREGA solemne dos mil volumes offerecidos pelo Uruguay.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 10, 13 out. 1926.
- A EXTINCCÃO das oficinas graphicas e de encadernação da Bibliotheca Nacional – Um abaixo assignado dos funcçionarios prejudicados. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 nov. 1931.
- A EXTINCCÃO das oficinas da Bibliotheca Nacional – O governo tomou em consideração o appello dos operários dispensados.
A Noite, Rio de Janeiro, p. 2, 26 nov. 1931.
- A REFORMA da Bibliotheca Nacional – Como o dr. Mario Bhering a justifica. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 dez. 1925a.
- A REFORMA da Bibliotheca Nacional – “O Imparcial” procura ouvir o dr. Cícero Peregrino – S.S. negou-se a conceder-nos uma entrevista. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, p. 3, 3 dez. 1925b.
- A REFORMA da Bibliotheca Nacional – Um projecto hontem defendido na Camara. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 19 set. 1925c.
- ACTOS do governo provisório – Transferencias, reformas, nomeações e aprovando o regulamento da Escola de Aviação Militar. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 abr. 1933.
- AFINAL uma arte e uma técnica para cuidar de livros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 30 jan. 1971.

- AS OFFICINAS graphicas e de encadernação da Bibliotheca Nacional
– Foi um bem ou um mal a sua extinção? *A Noite*. Rio de Janeiro, p. 1, 18 nov. 1931.
- BARBOSA, Francisco de Assis. Homero Pires, o caçador de inimigos do livro. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, ano 6, v. 87, fev. 1942, p. 27, 50.
- BELISLA. Um médico de livro. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 2, 1967.
- BENTO, Antônio. Gravuras de Dürer. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 4 abr. 1948.
- BIBLIOTECONOMIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 10, 29 jul. 1967.
- BIBLIOTHECA Nacional. *A União*. Rio de Janeiro, anno 1, n. 19, p. 2, 19 jan. 1905.
- BICHO dos livros – Uma descoberta útil para a conservação dos livros – As experiências do professor Henninger. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 jan. 1919.
- BIÓLOGOS e Naturalistas para defender os livros. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 13 jan. 1961.
- BLITZKRIEG. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 9, 7 set. 1941.
- BOLETIM Parlamentar. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 15 ago. 1884.
- BOLLETTINO DELL'ISTITUTO DI PATOLOGIA DEL LIBRO
ALFONSO GALLO. Roma, 1947-1989. Trimestral.
- CANHENHO Carioca. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p. 2, 8 dez. 1899.
- CATÁLOGO de conservación de papel del American Institute for Conservation: hongos. Caracas: Biblioteca Nacional de Venezuela, 1998. (Documento para conservar; n. 12)
- CATÁLOGO de conservación de papel del American Institute for Conservation: Longevidad del Libro – Informes del Comité de pauta de producción para la longevidad del libro. Caracas: Biblioteca Nacional de Venezuela, 1987. (Documento para conservar nº 2)
- COMPRIMENTOS. *Jornal do Brasil*, p. 4, 6 jan. 1904.
- CONSERVAÇÃO dos livros. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 16 jun. 1903.
- CONVERSA com Jaime Cortesão. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 6.883, seção 2, p. 4, 3 dez. 1950.

- CURSO ensina como preservar papéis velhos. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 6 abr. 1970.
- CURSOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 2, p. 3, 28 jun. 1969a.
- CURSOS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p. 12, 3 jul. 1969b.
- CURSOS do Instituto Nacional do Livro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, seção 2, p. 3, 7 jul. 1967a.
- CURSOS do Instituto Nacional do Livro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 10, 12 jul. 1967b.
- DECRETOS assignados – A situação da enfermagem obstétrica – Os cathedratcos da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro – Actos nas pastas da Justiça e Educação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 9 mar. 1932.
- DESIGNAÇÕES para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Geraes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 maio 1932.
- DIÁRIO das Câmaras. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 30 maio 1882.
- EXPOSIÇÃO da Arte de Encadernar na Biblioteca. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 17 set. 1959.
- FUNDADA numa catacumba a Biblioteca Nacional. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 6, 9 abr. 1961.
- GALVÃO, Ramiz. Bibliotheca Nacional da Côrte. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, 21 maio 1874.
- GUERRA química às baratas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 14, 19 out. 1941. Segunda edição.
- HENNINGER. Meio de destruir os insectos que devastam os nossos livros. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, 11 dez. 1912.
- HENNINGER. O bicho dos livros. Uma carta do professor Henninger. *Jornal do Commercio*, p. 1, 16 jan., 1019.
- IDENTIFICAÇÃO salva Biblioteca Nacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p. 40, 24 mar. 1968.
- INL promove curso de conservação e restauração de bibliotecas e arquivos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 set. 1967. Suplemento do Livro.

- INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. Assembléia Geral.
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, p. 7, 5 set. 1948.
- IVAN Serpa, concretista e prêmio de Viagem. Pintura figurativa só para loucos, primitivos e crianças. Dois anos na Europa a 500 dólares Mensais-torcida pela pintora Maria Leontina – Importante é atingir nível alto. *A Noite*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p. 2, 31 maio 1957.
- IVAN Serpa. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, n. 25, p. 23, 22 jun. 1956.
- JOAQUIM Nabuco. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 5, 31 mar. 1910.
- JURY. 2ª Sessão Preparatória. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 fev. 1885.
- LIVRO doente tem hospital: é no porão, mas cura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno 2, p. 6, 9, 28 out. 1958.
- LOCHON, G. Appareil nouveaux à sulfuration pour désinsectisation et désinfection. *Revue d'Hygiene et Police Sanitaire*. Paris, v. 40, n. 6, p. 737-747, dez. 1918.
- MAGALHÃES, Basílio. O bicho dos livros – o que se faz na Bibliotheca Nacional. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, 14 jan. 1919.
- MAGALHÃES, Pedro Severiano. A traça, a leprisa e o caruncho: os três maiores devastadores dos nossos livros, pragas de nossas bibliotecas. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 maio, 1905a.
- MAGALHAES, Pedro Severiano. Contra os insetos destruidores de livros. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 21 jul. 1905b.
- MAGALHAES, Pedro Severiano. Interessante fase da vida do caruncho dos nossos livros *Anobium bibliotecarum*. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 17 nov. 1905c.
- MAGALHAES, Pedro Severiano. L'anobidé, ravager des livres, au Brésil (Dorcatoma bibliophagum). *Révue scientifique*, Paris, t. 9, serie 5, n. 1, p. 10-14, jan. 1908.
- MAGALHAES, Pedro Severiano. Sur les insectes qui attaquent les livres. *Bulletin de la Société Zoologique de France*, v. 32, p. 95-100, 1907.
- MAIS DUZENTOS mil livros à disposição dos cariocas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 20 fev. 1951.

- MAURÍCIO, Jayme. Distribuídos os prêmios do VI Salão Moderno. Viagem ao estrangeiro para Ivan Serpa e Darel Valença. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p. 12, 31 maio 1957.
- MÉDICO de livros ensina como tratar “os doentes”. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 4 mar. 1970.
- MIRANDA NETO. Aventura e drama do livro no Brasil (III): Clínicos e Cirurgiões no alegre hospital do livro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 7, 22 nov. 1961.
- MUSEU Histórico Nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 9, 3 jul. 1969. Suplemento Você.
- NOTICIÁRIO. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1967. Seção Literatura.
- O AMOR do bibliófilo devolve às estantes raras fontes do saber. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 6 nov. 1957.
- O INSTITUTO de Surdos-Mudos. A comemoração de seu 73º aniversário. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 set. 1932.
- O SANTO de casa já faz milagre. *Pulso*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 230, p. 8, 17 jun. 1967.
- OBERGOZO, Manuel Jesus. Un medico cirujano de libros. *Cruzeiro Internacional*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 4, p. 12, 16 fev. 1964.
- OLIVEIRA, Sebastião José. O Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) no combate às brocas de livros: Dorcatoma bibliophagum e Catorama herbarium (Coleoptera, Anobiidae) – 1ª Nota. *Revista de Entomologia*. v. 15, Fasc. 3, dez. 1944.
- OS DECRETOS assignados no despacho colectivo de hontem. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 maio 1924.
- PALESTRAS Científicas. *Jornal do Brasil*, p. 1, 13 out. 1903.
- PAPÉIS. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Seção 1, p. 2, 12 jul. 1969.
- PASTA de Educação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 maio 1932a.
- PASTA de Educação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 29 maio, 1932b.
- PASTA de Educação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 14 jun. 1932c.
- PASTA de Educação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 15 jun. 1932d.

- PASTA de Educação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 28 jun. 1932e.
- PASTA de Educação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 set. 1932f.
- PASTA de Educação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 15 dez. 1932g.
- PATOLOGIA do livro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p. 27, 15 dez. 1968.
- PATOLOGIA do livro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 16 jun. 1969. Seção Ensino.
- PELO RESTABELECIMENTO das oficinas da Bibliotheca Nacional – O ministro Francisco Campos prometeu interessar-se pelo caso. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 1, 12 dez. 1931.
- PELO RESTABELECIMENTO das oficinas da Bibliotheca Nacional – Teve parecer favorável da Secretaria da Educação o memorial enviado ao governo. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 22 dez. 1931. Segunda edição.
- PRECIOSIDADES, na Biblioteca Nacional, que muitos brasileiros desconhecem. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, Caderno 2, p. 6, 4 ago. 1954.
- PRESERVAÇÃO de papéis. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 11, 7 ago. 1969. Seção 1.
- PRESERVAÇÃO do patrimônio da Biblioteca Nacional – Novos métodos nos trabalhos de expurgos. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 17 fev. 1957. Suplemento de Pernambuco.
- QUILÔMETROS de cultura encadernada. *Revista Shell*, Rio de Janeiro, p. 4, n. 75, 1956.
- REGISTRO civil: casamentos, nascimentos e óbitos. 4ª pretoria civil. *Jornal do Brasil*, p. 11, 8 set. 1912.
- SECQUES, François. *Sur la destruction des insectes qui attaquent les livres*. *Bulletin de la Société Zoologique de France*, v. 32, p. 100-101, 1907.
- SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Os desafios da preservação arqueológica: uma arqueologia da Lei 3.924/61. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33, p. 59-74, 2007.

- SILVADO, Jaime. Nota sobre a destruição dos insectos bibliófagos e a conservação dos livros. *Tribuna Médica*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 245-254, 15 jul. 1911.
- SOARES, Cristiano. Dois milhões de volumes ameaçados. Pede S.O.S. a Biblioteca Nacional, o mais rico tesouro de livros da América latina. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1, 7, 11 jul. 1948.
- SORTEIO de jurados. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 9 maio 1886.
- TEMPO contra livro: Restaura seus livros a Biblioteca Nacional. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 1 e 11-13, jul. 1959.
- TRATAMENTO e preservação de papéis. *Jornal dos Esportes*, Rio de Janeiro, p. 10, 24 jul. 1969.
- UM HOSPITAL de livros na Avenida Rio Branco. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, ano 7, n. 1.713, p. 17, 15 ago. 1955.
- UM MÉDICO de livros. *O Jornal*, Rio de Janeiro, Caderno 3, p. 2, 29 jan. 1967.
- UM MILHÃO de volumes para consulta! As obras que estão sendo realizadas na Bibliotheca Nacional e uma breve palestra com seu diretor, Professor Rodolpho Garcia – a officina de encadernação trabalha activamente – o amparo do governo. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 jan. 1938.
- VIEIRA, Humberto. Há 32 anos Adalberto Barreto mantém um verdadeiro hospital de livros na Biblioteca Nacional. *Revista Fatos e Fotos*, Brasília, n. 804, ano 26, p. 14-15, 16 jan. 1977.

Fontes primárias

Biblioteca Nacional

- A BIBLIOTHECA Nacional em 1903: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 483-524, 1904.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1904: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 379-420, 1905.

- A BIBLIOTHECA Nacional em 1905: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 28, p. 499-532, 1906.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1906: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 29, p. 291-317, 1907.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1908: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 31, p. 657-678, 1909.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1909: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 32, p. 750-769, 1910.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1910: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 33, p. 368-397, 1911.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1911: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 34, p. 647-684, 1912.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1913: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 36, p. 367-389, 1914.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1914: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 37, p. 670-689, 1915.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1915: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 38, p. 350-372, 1916.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1916: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 39, p. 655-681, 1917.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1917: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 40, p. 354-375, 1918.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1918: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 41, p. 272-303, 1919.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1919: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 42, p. 306-331, 1920.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1920/1921: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 43-44, p. 228-246/148-275, 1921/1922.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1922/1923: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 45, p. 424-458/460-478, 1923.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1932: Relatório. *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 54, p. 1-18, 1932.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1933: Relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 55, p. 1-14, 1933.

- A BIBLIOTHECA Nacional em 1934: Relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 56, p. 1-22, 1934.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1935: Relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 57, p. 1-28, 1935.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1937: Relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 59, p. 1-29, 1937.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1939: Relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 61, p. 527-556, 1939.
- A BIBLIOTHECA Nacional em 1941: Relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 63, p. 429-460, 1941.
- ÁLBUM de Photographia. Oficinas de encadernação e restauração da Biblioteca Nacional. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia, 1911, p. 1-40.
- ARRÁBIDA, Frei. *Relatório*. Estado actual da Biblioteca Imperial e Pública. Coleção Biblioteca Nacional. 1831. Divisão de Manuscritos.
- ATA de instalação da oficina de encadernação da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro, 1902. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- AVISOS. Rio de Janeiro, 1870-75. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- AVISOS. Rio de Janeiro, 1875-96. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- AVISOS. Rio de Janeiro, 1876-80. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- AVISOS. Rio de Janeiro, 1881-94. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- AVISOS e Ofícios. Rio de Janeiro, 1910. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- BARRETO, Adalberto. *Patologia do livro*. Curso avulso. 1967. Divisão de Manuscritos.
- BRUM, José Zeferino de Meneses. Catálogo dos retratos colligidos por Diogo Barboza Machado. Introdução. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 16, anos 1889-1890. p. VII-VIII.

- CARTA de Barrow para Josué Montelo, 27 abr. 1950. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Correspondência expedida 1950, doc. 107.
- CASTRO Y ORDOÑEZ. *A Bibliotheca*. [1862]. 1 fotografia em p&b. Divisão de Iconografia.
- CATÁLOGO da exposição História do Brasil. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 63-1612, 1881-1882.
- CATÁLOGO da exposição permanente dos cimélios. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, 1883-1884.
- CATÁLOGO dos retratos colligidos por Diogo Barbosa Machado. IV. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 334-451, 1886.
- CONTAS. Rio de Janeiro, 1865-91. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- DESPESAS fev.-jul. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1948. Divisão de Manuscritos.
- DESPESAS jan.-jun. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1949. Divisão de Manuscritos.
- DESPESAS jul.-dez. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1949. Divisão de Manuscritos.
- DESPESAS jan.-jun. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1950. Divisão de Manuscritos.
- DESPESAS jul.-dez. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1950. Divisão de Manuscritos.
- DESPESAS abr.-maio. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1951. Divisão de Manuscritos.
- ESTATUTO da Real Biblioteca, 1821. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- FATURAS. Rio de Janeiro, 1902-1903. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- FATURAS. Rio de Janeiro, 1904-1905. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- FATURAS. Rio de Janeiro, 1906-1907. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1909. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1910. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1911. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1912. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1913. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1914. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1915. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1916. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1917. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1918. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1919. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1920. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1921. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1922. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1923. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1924. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1925. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

FATURAS. Rio de Janeiro, 1926. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

- FATURAS. Rio de Janeiro, 1927-28. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- FATURAS. Rio de Janeiro, 1929. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- FATURAS. Rio de Janeiro, 1930. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- FERREIRA, Antônio Luiz. *Fachada do antigo edifício da Biblioteca Nacional*. [1904]. 1 fotografia em p&b. Divisão de Iconografia.
- FERREIRA, Antonio Luiz. *Officina de Encadernação da Biblioteca Nacional*. [1902]. 1 fotografia em p&b. Divisão de Iconografia.
- FOLHAS DE PAGAMENTOS. Rio de Janeiro, 1917-1918. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- FOLHAS DE PAGAMENTOS. Rio de Janeiro, 1919-1920. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- FOLHAS DE PAGAMENTOS. Rio de Janeiro, 1921-1922. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- FOLHAS DE PAGAMENTOS. Rio de Janeiro, 1923-1925. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- FOLHAS DE PAGAMENTOS. Rio de Janeiro, 1926-1927. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- FOLHAS DE PAGAMENTOS. Rio de Janeiro, 1928-1929. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- GALVÃO, Ramiz. Fr. Camillo de Monserrate. Estudo Biographico. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 12, 1884-1885.
- LEFEBVRE, Gilda. *Estudo para reforma e reequipamento do laboratório da Seção de Preservação e Restauração da Divisão de Conservação*. Rio de Janeiro, 12 maio 1978. Coleção Biblioteca Nacional. Laboratório de Restauração.
- LIVRO de Registros de Compras. Rio de Janeiro, 1876-1895. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- LIVRO de Registros de Compras. Rio de Janeiro, 1884-1885. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- LIVRO de Registros de Compras. Rio de Janeiro, 1895-1901. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- LIVRO de Registros de Compras. Rio de Janeiro, 1897-1911. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

- LIVRO de Registros de Compras. Rio de Janeiro, 1902-1912. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- LIVRO de Registros de Compras. Rio de Janeiro, 1912-1923. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- LIVRO de Registros de Doação. Rio de Janeiro, 1908-1911. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- LIVRO de Registros de Doação. Rio de Janeiro, 1911-1917. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- MONSERRATE, Frei Camillo de. *Memorial dirigido ao Imperador e outros documentos referentes a mudança da sede da Biblioteca Nacional do antigo edifício da Ordem Terceira do Carmo para a rua do Passeio*. Coleção Biblioteca Nacional. 1853.
- MONSERRATE, Frei Camillo de. *Planta baixa do andar superior da sede da Biblioteca Nacional do antigo edifício da Ordem Terceira do Carmo*. Coleção Biblioteca Nacional. 1853, p. 10.
- MONSERRATE, Frei Camillo de. *Relatório*. Rio de Janeiro, 1858. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- MORAES, Rubens Borba de. *Relatório*. Rio de Janeiro, 1945. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- MORAES, Rubens Borba de. *Relatório*. Rio de Janeiro, 1946. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.
- MOTTA, Edson. *Restauração de papéis. Aulas do Prof. Edson Motta. Curso avulso* – 1967, p. 1-24. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia.
- OFÍCIO N. 199, ago. 1945. *In*: Correspondência expedida. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1945. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 17, 13 jan. 1947. *In*: Correspondência expedida, Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1947. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 61, 11 mar. 1947. *In*: Correspondência expedida, Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1947. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 85, 28 abr. 1947. *In*: Correspondência expedida, Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1947. Divisão de Manuscritos.

- OFÍCIO N. 257, 11 dez. 1947. *In*: Correspondência expedida, Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1947. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 49, 12 fev. 1948. *In*: Correspondência expedida. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1948. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 96, 29 mar. 1948. *In*: Correspondência expedida. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1948. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 97, 30 mar. 1948. *In*: Correspondência expedida. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1948. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 119, 14 abr. 1948. *In*: Correspondência expedida. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1948. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 148, 13 jul. 1948. *In*: Correspondência expedida. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1948. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 238, 4 set. 1948. *In*: Correspondência expedida. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1948. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 122, 19 maio 1950, p. 285. *In*: Correspondência expedida. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1948. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 154, 15 jun. 1950. *In*: Correspondência expedida. Coleção Biblioteca Nacional. 1950. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 351, 30 nov. 1950. *In*: Correspondência expedida. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1948. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 1.457, 3 ago. 1950. *In*: Correspondência recebida. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1950. Divisão de Manuscritos.
- OFÍCIO N. 39, 27 abr. 1953. *In*: RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1953a. Divisão de Manuscritos.

OFÍCIOS. *Ofício n. 513*, 19 mar. 1892. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1882-1893. Divisão de Manuscritos.

PROCESSO N. 75. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1975. Divisão de Manuscritos.

PROCESSO N. 001. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1976. Divisão de Manuscritos.

REGISTROS dos relatórios trimensais da Secção de Estampas da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1876-1899. Divisão de Iconografia.

REGULAMENTO da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1824. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO. 1896. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 18, p. 455-482, 1896.

RELATÓRIO. 1898. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. v. 21, p. 257-299, 1899.

RELATÓRIO
. 1899. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. v. 22, p. 242-282, 1900.

RELATÓRIO. 1900. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. v. 23, p. 589-639, 1901.

RELATÓRIO. 1902. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 25, p. 311-366, 1903.

RELATÓRIO da Diretoria da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 95, n. 2, p. 442-457, 1975.

RELATÓRIO da Diretoria da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 96, p. 220-231, 1976.

RELATÓRIO da Diretoria da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 98, p. 323-338, 1978.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro, 1920. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1924. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1925. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1926. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1927. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1928. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1929. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1930. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1931. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1934. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1935. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1937. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1940. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1941. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1942. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1943. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1944. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1946. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1948. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1949. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1953. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1954. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1956. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1957. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1958. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1959. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1960. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1967. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1971. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1973. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1974. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1975. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1976. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1977. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1978. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1882-1888. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1948. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1949. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1953a. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1954a. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1955a. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1956a. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1957a. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1958a. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1959a. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1960. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1961. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1962. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1963. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1964. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1965. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1966. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1967. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1968. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1969. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1970. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1971. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1972. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1973. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia. 1950.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia. 1951.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia. 1952.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia. 1953b.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia. 1954b.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia. 1955b.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia. 1956b.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia. 1957b.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia. 1958b.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia. 1959b.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1892. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1903. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1905. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1906. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1907. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1908. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1909. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1910. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1911. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1912. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1913. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1914. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1915. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1917. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1920. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1922. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1923. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1924. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1925. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1926. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1927. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1928. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1929. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1930. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1931. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1932. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1933. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1934. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1935. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1936. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1937. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1938. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1940. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1941. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1942. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1943. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1944. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1947. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Secção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1948. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO DO DIRETOR da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 101, p. 243-258, 1981.

RELATÓRIOS. Rio de Janeiro, 1875-1876. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIOS CHEFES de Secção. Rio de Janeiro, 1876-1882. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

- RODRIGUES, Barbosa. Vocabulário indígena comparado para mostrar a adulteração da língua (complemento do Poranduba amazonense). *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 15, 1887-1888 (2).
- RODRIGUES, José Honório. Notas Preliminares. *Anais da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 73, p. 10-11, 1954.
- SESQUICENTENÁRIO, 1810-1960. In: *Guia da Biblioteca Nacional* Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1960.
- WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1915-1949). In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 130, 2010. p. 111-220.

Instituto Nacional de Educação de Surdos – Ines

- OFÍCIOS. Ofício n. 51. 9 maio 1932. In: *Correspondência recebida*. Rio de Janeiro. Coleção Instituto Nacional de Educação de Surdos. 1932. Arquivo Histórico.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan

- ANS. Centro de Restauração de Bens Culturais. Relatório sobre as atividades do Laboratório de Restauração da Biblioteca 1948-1950, Rio de Janeiro, 06/11/1950. Caixa 11, Pasta 03, Envelope 05.
- ANS. Biblioteca Nacional – Ata da 1ª reunião do Subgrupo de Restauração, 1975, Rio de Janeiro, 05/11/1975. Caixa 11, Pasta 03, Envelope 06.
- ANS. Biblioteca Nacional – Ata da 2ª reunião do Subgrupo de Restauração, 1976, Rio de Janeiro, 06/04/1976. Caixa 11, Pasta 03, Envelope 03.
- MORAES, Rubens Borba de. Sphan/Memória Oral – Depoimento nº 2. MinC/Sphan/Fundação Pró-Memória: Rio de Janeiro. 1987.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

- OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1853-1856. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, nº 29, Ministério do Império – Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1857-1859. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 30, Ministério do Império – Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Ofícios do Bibliotecário. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1860-1863. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 31, Ministério do Império – Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1864-1867. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 32, Ministério do Império – Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1868-1872. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 33, Ministério do Império – Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1873-1876. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 34, Ministério do Império – Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1877-1879. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 35, Ministério do Império – Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1880-1881. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 51, Ministério do Império – Biblioteca Nacional. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1882-1883. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 52, Ministério do Império – Biblioteca Nacional. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1884-1885. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 53, Ministério do Império – Biblioteca Nacional. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1887-1888. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 55, Ministério do Império – Biblioteca Nacional. Arquivo Nacional (Brasil).

- OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1890. Jan.-abr. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 95, Ministério do Interior (ex-Império). Biblioteca Nacional. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO DIRETOR. 1889. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 56, Ministério do Império – Biblioteca Nacional. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO DIRETOR. 1893-1894. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 99. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Biblioteca Nacional. Arquivo Nacional (Brasil).
- OFÍCIOS DO DIRETOR e relatórios. 1895-1896. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 100, Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Biblioteca Nacional. Arquivo Nacional (Brasil).
- RELATÓRIOS E OFÍCIOS do Ajudante Bibliotecário. 1818-1832. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 25, Ministério do Império – Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Arquivo Nacional (Brasil).
- RELATÓRIOS E OFÍCIOS do Bibliotecário. 1846-1852. Série Educação, Bibliotecas, Museus-IE7, n. 28, Ministério do Império – Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Arquivo Nacional (Brasil).

Documentos disponíveis na internet

- 1) Em <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio> estão disponíveis os relatórios do Ministério do Império produzidos entre 1821 e 1888. Foram consultados os seguintes documentos:

BRASIL. Bibliotecas públicas da Europa. Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1874. Rio de Janeiro. 1875.

BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. Relatório do ano de 1874 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 14ª Legislatura. Publicado em 1875. Anexo D1.

GALVÃO, Ramiz. Bibliotecas Públicas da Europa. Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 31 de dezembro de 1874. *In*: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legisla-

- tura pelo Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira. 1875. Anexo D.
- 2) Em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret> estão disponíveis os decretos referentes à Biblioteca Nacional de 1824 a 1907:
- BRASIL. Decreto de 26 de junho de 1810. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39955-27-junho-1810-571193-publicacaooriginal-94289-pe.html. Acesso em: 15 jun. 2018.
- BRASIL. Decreto de 29 de outubro de 1810. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39997-29-outubro-1810-571396-publicacaooriginal-94523-pe.html. Acesso em: 15 jun. 2018.
- BRASIL. Decreto de 23 de outubro de 1822. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-40836-23-outubro-1822-574236-publicacaooriginal-97415-pe.html. Acesso em: 24 maio 2018.
- BRASIL. Decreto n. 6.141, de 4 de março de 1876. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6141-4-marco-1876-549105-publicacaooriginal-64453-pe.html>. Acesso em: 25 maio 2018.
- BRASIL. Decreto n. 1.766, de 8 de agosto de 1894. Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1766-8-agosto-1894-517465-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 set. 2017.
- BRASIL. Decreto n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1825-20-dezembro-1907-582573-norma-pl.html>. Acesso em: 6 set. 2018.
- BRASIL. Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911. Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>. Acesso em: 5 jul. 2018.
- BRASIL. Decreto n. 15.670, de 6 de setembro de 1922. Dispõe sobre rever o regulamento da Biblioteca Nacional. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D15670.htm. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Decreto n. 16.167, de 24 de julho de 1944. Aprova o regimento da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16167-24-julho-1944-463672-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Decreto n. 40.108, de 13 de abril de 1960. Dispõe sobre funções gratificadas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48108-13-abril-1960-387460-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Decreto-lei n. 8.679, de 18 de janeiro de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-lei-8679-18-janeiro-1946-416544-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 maio 2018.

BRASIL. Lei nº 2.221, de 30 de dezembro de 1909. Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1910, e dá outras providencias. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-2221-30-dezembro-1909-581770-anexo-pl.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Outros sites

ACADEMIA Nacional de Medicina. José Zepherino de Menezes Brum. <https://www.anm.org.br/jose-zepherino-de-menezes-brum/>. Acesso em: 24 out. 2018.

ACADEMIA Nacional de Medicina. Nuno Ferreira de Andrade. Disponível em: <https://www.anm.org.br/nuno-ferreira-de-andrade/>. Acesso em: 24 out. 2018.

ACOFARMA. Alúmen de Potássio. Disponível em: http://www.acofarma.com/admin/uploads/descarga/6386-95a367237135f83e-61305b1bbe935cb067fda4f9/main/files/Aluminio%20potasio%20sulfato%20dodecahidrato%20cristal_022302a_PT.pdf. Acesso em: 11 abr. 2018.

- ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial. Emendas e alterações. 1882. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano%20188&pesq=Ramiz%20Galv%C3%A3o>. Acesso em: 24 out. 2018.
- ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial. Ministério da Justiça e do Interior. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1903. p. 228. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak. Acesso em: 24 out. 2018.
- ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial. Ministério do Império. Bibliotheca Nacional da Côrte. 1881. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano%20188&pesq=Ramiz%20Galv%C3%A3o>. Acesso em: 24 out. 2108.
- ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial. Ciência e instrução. Bibliotheca Nacional da Côrte. 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano%20188&pesq=Ramiz%20Galv%C3%A3o>. Acesso em: 24 out. 2018.
- ANTÔNIO Caetano de Sousa. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Caetano_de_Sousa. Acesso em: 24 out. 2018.
- ANVISA. Nota técnica sobre a reavaliação toxicológica do ingrediente ativo Lindano. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/117797/lindano.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo. 200 anos da Primeira Biblioteca Pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n2/a02v17n2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.
- BESSA, Beatriz de Souza. As experiências de Walter Benjamin. *Morpheus*. Rio de Janeiro, ano 5, n. 9. 2006. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero09-2006/bessa.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- CALDAS, Karen Velleda. A restauração em foco: entre mitos e realidades. *Vitruvius*. Rio de Janeiro, ano 12, jun. 2013. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.138/4765>. Acesso em: 1 out. 2018.

- CARTA della conservazione e del restauro degli oggetti d'arte e di cultura. 1987. Disponível em: <https://www.inforestauro.org/carta-del-restauro-1987/>. Acesso em: 21 nov. 2018.
- CATÁLOGOS GRUPO FRENTE. Disponível em: <http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo3/frente/serpa/index.html>. Acesso em: 2 jun. 2018.
- CETESB. Ficha de informação toxicológica. Disponível em: <http://laboratorios.cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2013/11/Aldrin-e-Dieldrin.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- D'AMATO, João P. M. Torres; MALM, Olaf. DDT (Diclorodifeniltri-cloroetano): Toxicidade e contaminação ambiental – Uma revisão. *Quím. Nova*, São Paulo, v. 25, n. 6, nov.-dez. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422002000600017. Acesso em: 29 jun. 2018.
- DINASTIA de Avis. Disponível em: <http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=177>. Acesso em: 24 out. 2018.
- ELIAS, Isis Baldini. *Aspectos históricos da conservação e restauro de objetos de caráter cultural a partir do século XIX*. Disponível em: <https://www.ebah.com.br/content/ABAAABeYAI/aspectos-historicos-conservacao-restauro>. Acesso em: 7 maio 2018.
- ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. Félix Ferreira. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa410450/felix-ferreira>. Acesso em: 24 out. 2018.
- FAMÍLIA Sisson. Sébastien Auguste Sisson. Disponível em: <https://familiasisson.wordpress.com/biografias/a-historia>. Acesso em: 24 out. 2018.
- FAMILY Search. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search>. Acesso em: 24 out. 2018.
- FICHA de informação de produtos químicos. Disponível em: http://sistemasinter.cetesb.sp.gov.br/produtos/ficha_completa1.asp?consulta=TETRACLORETO%20DE%20CARBONO. Acesso em: 24 out. 2018.
- FRONER, Yacy-Ara. *Memória e Preservação: a construção epistemológica da Ciência da Conservação*. Disponível em: http://www.casa-ruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo_info/mi_2007/

- FCRB_MI_Memoria_e_Preservacao_A_construcao_epistemologica_da_Ciencia_da_Conservacao.pdf. Acesso em: 13 ago. 2018.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945). Departamento Administrativo do Serviço Público. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>. Acesso em: 15 out. 2018.
- GALERIA FIRENZE. Disponível em: <http://www.galeriafirenze.com.br/?pg2=artista&cid=259>. Acesso em: 2 jun. 2018.
- IMPERIAL Ordem da Rosa. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imperial_Ordem_da_Rosa. Acesso em: 24 out. 2018.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. *Revista CPC*, São Paulo, v. 1, n. 1, nov. 2005 – abr. 2006. Disponível em: http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/kuhl_pdf.pdf. Acesso em: 27 maio 2018.
- LUZ, Guilherme Amaral. *O canto de Proteu ou a corte na colônia em Prosopopéia*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042008000200009. Acesso em: 24 out. 2018.
- MIGUEL Franzini. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Franzini. Acesso em: 24 out. 2018.
- MINUTA da Conferência de St. Gall. Disponível em: <https://cool.conservation-us.org/byorg/abbey/an/an22/an22-7/an22-702.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- MINUTO saudável: O que é peste negra (bubônica): o que foi, sintomas, tem cura? Disponível em: <https://minutosaudavel.com.br/o-que-e-pestes-negra-bubonica-o-que-foi-sintomas-tem-cura/>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- MONTEIRO, Flavia. *John Ruskin: teorias da preservação e suas influências na preservação do patrimônio brasileiro do século XX*. 2012. Disponível em: periodicos.ufes.br/colartes/article/download/7641/5347. Acesso em: 1 out. 2017.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Diogo Barbosa Machado. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-a>

- nos/as-colecoes-formadoras/diogo-barbosa-machado/. Acesso em: 16 nov. 2018.
- PAÇO da Ribeira. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%A7o_da_Ribeira https://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%A7o_da_Ribeira. Acesso em: 15 dez. 2018.
- PORTUGAL na Idade Média. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Portugal_na_Idade_M%C3%A9dia. Acesso em: 11 dez. 2018.
- RIBEIRO, Maria Fernanda Antunes. *O Instituto de Patologia do Livro em Roma*. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/viewFile/1116/pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.
- ROGGIA, Sally. *William James Barrow: a biographical study of his formative years and his role in the History of Library and Archives Conservation from 1931 to 1941*. 1999. Disponível em: <http://cool.conservation-us.org/byauth/roggia/barrow>. Acesso em: 15 out. 2018.
- SANTOS, Carlos; CALDAS, Karen; SANTOS, Verônica. Retratabilidade: renomeando e reconceituando um critério. In: Seminário de História da Arte, 16., Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas. 2012. *Anais...* Pelotas: 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/1846>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memorias para servir a historia do reino do Brazil*: divididas em tres epocas da felicidade, honra, e gloria, escriptas na Corte do Rio de Janeiro no anno de 1821, e offerecidas à S. Magestade El Rey Nosso Senhor o Senhor D. João VI pelo P. Luiz Gonçalves dos Sanctos. Lisboa: Na Impressão Regia, 1825. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/14736>. Acesso em: 4 fev. 2018.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Cadernos de Sociomuseologia*, Centro de Estudos de Sociomuseologia, n. 19, 2002, p. 121-145. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370>. Acesso em: 15 fev. 2018.

- SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. *Esboços*, Santa Catarina, v. 11, n. 11, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esboços/article/view/486/9887>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. Bibliotecas brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 39, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em: scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=50100-19652010000100005. Acesso em: 4 ago. 2018.
- SOUZA, Antonio Caetano de. *Historia genealógica da Casa Real Portuguesa desde sua origem até o presente... oferecida a El Rey D. João V. Nosso Senhor...* Lisboa: Regia Officina Sylvaiana; Academia Real, 1741. Tomo VIII, p. 273. Disponível em: http://purl.pt/776/3/hg-2600-v/hg-2600-v_item3/index.html#/290. Acesso em: 4 set. 2018.
- TINTAS ferro-gálicas. Disponível em: <http://infolioartedolivro.blogspot.com/2016/08/tintas-ferro-galicas-como-fazer.html>. Acesso em: 10 maio 2018.
- TEIXEIRA, Milton. *História da iluminação no Rio de Janeiro – do XVI ao XX*. Disponível em: <http://www.seaerj.org.br/pdf/Historia-dalluminacao.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.
- TERMINOLOGIA arquivística. Disponível em: http://terminologiaarquivistica.blogspot.com/2011/04/qualidade-arquivistica_24.html. Acesso em: 23 nov. 2018.

APÊNDICES

Apêndice A

Operários da oficina de Encadernação com os períodos trabalhados entre 1902 e 1931.

Ano	Operário	Função	Período de Admissão	Período de Dispensa
1902	Joaquim Gomes de Oliveira	chefe	julho	julho
	Álvaro Meirelles dos Passos	chefe	julho	
	Francisco Teixeira de Araújo Osório	oficial	julho	
	Raul Furtado	oficial	julho	
	Manoel Alves Costa	oficial	julho	
	Oswaldo da Silva Porto	aprendiz	julho	
	Eliezer Garcia da Silva	aprendiz	julho	outubro
	João Gomes Brazil	aprendiz	setembro	
	Manoel José Lopes	aprendiz	outubro	
	Total de operários ao final do ano			08
1903	Tancredo Leal	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	chefe	julho 02	
	Francisco Teixeira de Araújo Osório	oficial	julho 02	abril
	Raul Furtado	oficial	julho 02	setembro
	Manoel Alves Costa	oficial	julho 02	

	Manoel Clementino da Silva Vianna	oficial	março	julho
	José Luiz Fagundes	oficial	abril	julho
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril	
	Joaquim José Ribeiro-Lima	oficial	agosto	setembro
	Isaac Gaspar Ramos	oficial	outubro	
	Antônio Duran	oficial	novembro	novembro
	Pedro Alcântara Augusto e Silva	oficial	dezembro	
	Oswaldo da Silva Porto	aprendiz	julho 02	
	João Gomes Brazil	aprendiz	setembro 02	
	Manoel José Fernandes Lopes	aprendiz	outubro 02	
	Francisco Vicente Soares	aprendiz	fevereiro	março
	Chrispim Teixeira Pinto	aprendiz	fevereiro	março
	Carlos Agripino da Paciência	aprendiz	abril	setembro
	Antônio da Silva Pessoa	aprendiz	julho	
	Álvaro Pedro Lisboa	aprendiz	agosto	
	João de Oliveira e Silva	aprendiz	novembro	dezembro
	Total de operários ao final do ano			10
1904	Tancredo Leal	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	chefe	julho 02	
	Manoel Alves Costa	oficial	julho 02	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Isaac Gaspar Ramos	oficial	outubro 03	
	George Roder	oficial	agosto	
	Mário Cardoso	oficial	outubro	

	Ernani Dias Pereira	oficial	dezembro	
	João Duarte Coelho	oficial	julho	agosto
	Pedro Alcântara Augusto e Silva	oficial	dezembro 03	julho
	Oswaldo da Silva Porto	aprendiz/ oficial	julho 02	
	João Gomes Brazil	aprendiz	setembro 02	
	Manoel José Fernandes Lopes	aprendiz	outubro 02	julho
	Antônio da Silva Pessoa	aprendiz	julho 03	julho
	Álvaro Pedro Lisboa	aprendiz	agosto 03	
	Thomaz Rocha Nunes	aprendiz	maio	
	Firmino Chateaubriand Cachoeira	aprendiz	setembro	
	Laudelino Fernandes	aprendiz	janeiro 05	
	Total de operários ao final do ano			13
1905	Tancredo Leal	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	chefe	julho 02	
	Manoel Alves Costa	oficial	julho 02	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Isaac Gaspar Ramos	oficial	outubro 03	
	George Roder	oficial	agosto 04	outubro
	Mário Cardoso	oficial	outubro 04	
	Ernani Dias Pereira	oficial	dezembro 04	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro	setembro
	José Hermes de Olinda Costa	oficial	março	

João de Azevedo- Guimarães	oficial	novembro	novembro
José Jorge Ferreira dos- Santos	oficial	fevereiro	março
Oswaldo da Silva Porto	aprendiz/ oficial	julho 02	
Damaso Ferreira	oficial	setembro	
Antônio da Silva Bastos	oficial	setembro	
Franklin José de Assumpção	oficial	maio	
José Luiz Fagundes	oficial	agosto 05	
Benedicto Francisco do Rosário	oficial	setembro	
João Gomes Brazil	aprendiz	setembro 02	janeiro
Álvaro Pedro Lisboa	aprendiz	agosto 03	janeiro
Thomaz Rocha Nunes	aprendiz	maio 04	novembro
Firmino Chateaubriand- Cachoeira	aprendiz	setembro 04	abril
Antônio Braga Lessa	aprendiz/ oficial	janeiro	abril
Frederico Tesorti	aprendiz	janeiro	janeiro
Carlos de Lima Velasco	aprendiz	janeiro	maio
Laudelino Fernandes	aprendiz	janeiro	
Otávio Leonídio	aprendiz	maio	
Juvenal Lage	aprendiz	junho	
Feliciano R. Cavalcanti- Silva	aprendiz	agosto	agosto
Bibiano dos Santos	aprendiz	setembro	
Alberto Marinho Duhan	aprendiz	setembro	
Adalberto de Andrade Monteiro	aprendiz	novembro	
Antônio de Souza	aprendiz	novembro	

	João Ferreira	aprendiz	novembro	novembro
	Total de operários ao final do ano			20
1906	Décio Augusto Rodrigues	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	chefe	julho 02	
	Manoel Alves Costa	oficial	julho 02	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Isaac Gaspar Ramos	oficial	outubro 03	janeiro
	George Roder	oficial	abril	setembro
	Mário Cardoso	oficial	outubro 04	
	Ernani Dias Pereira	oficial	dezembro 04	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro	
	José Hermes de Olinda Costa	oficial	março 05	agosto
	Eulógio Júlio de Macedo	oficial	março	
	Diogo Paz	oficial	dezembro	dezembro
	Oswaldo da Silva Porto	aprendiz/ oficial	julho 02	
	Damaso Ferreira	oficial	setembro 05	
	Antônio da Silva Bastos	oficial	setembro 05	
	Franklin José de Assumpção	oficial	maio 05	agosto
	Benedicto Francisco do Rosário	oficial	setembro 05	
	Onofre Arantes de Bulhões	oficial	agosto	
	Laudelino Fernandes	aprendiz	janeiro 05	
	Otávio Leonídio	aprendiz/ oficial	maio 05	

	Juvenal Lage	aprendiz	junho 05	
	José Luiz Fagundes	oficial	agosto 05	
	Bibiano dos Santos	aprendiz	setembro 05	
	Alberto Marinho Duhan	aprendiz	setembro 05	
	José Luis Fagundes	aprendiz	outubro 05	
	Adalberto de Andrade Monteiro	aprendiz	novembro 05	
	Antônio de Souza	aprendiz	novembro 05	maio 06
	Manoel Christovão de Moura	aprendiz	janeiro	
	Joaquim da Silva Alves	aprendiz	setembro	
	Cyro José dos Santos	dourador	agosto	
	Antônio de Jesus	aprendiz	novembro	
	Total de operários ao final do ano			24
1907	Décio Augusto Rodrigues	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	chefe	julho 02	janeiro
	Manoel Alves Costa	oficial/ contramestre	julho 02	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Mário Cardoso	oficial	outubro 04	
	Ernani Dias Pereira	oficial	dezembro 04	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 06	
	Eulogio Julio de Macedo	oficial	março 06	
	Oswaldo da Silva Porto	aprendiz/ oficial	julho 02	
	Damaso Ferreira	oficial	setembro 05	
	Antônio da Silva Bastos	oficial	setembro 05	dezembro

	Benedicto Francisco do Rosário	oficial	setembro 05	
	Onofre Arantes de Bulhões	oficial	agosto 06	
	José Maria Pereira	oficial	janeiro	
	Laudelino Fernandes	aprendiz	janeiro 05	
	Otávio Leonídio	aprendiz/ oficial	maio 05	janeiro 07
	Juvenal Lage	aprendiz	junho 05	
	José Luiz Fagundes	oficial	agosto 05	
	Bibiano dos Santos	aprendiz	setembro 05	dezembro 07
	Alberto Marinho Duhan	aprendiz	setembro 05	
	José Luis Fagundes	aprendiz	outubro 05	
	Adalberto de Andrade Monteiro	aprendiz	novembro 05	
	Manoel Christovão de Moura	aprendiz	janeiro 06	
	Joaquim da Silva Alves	aprendiz	setembro 06	
	Cyro José dos Santos	mestre- -dourador	agosto 06	
	Mansueto Fabrizi	dourador oficial	março	
	Antônio de Jesus	aprendiz	novembro 06	
	João Pereira	aprendiz	março	
	Total de operários ao final do ano			23
1908	Décio Augusto Rodrigues	inspetor das oficinas		
	Cyro José dos Santos	mestre- -dourador	agosto 06	junho 08
	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre	julho	

	Manoel Alves Costa	oficial/ contrames- tre	julho 02	
	Mansueto Fabrizi	dourador oficial	março 07	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 06	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Oswaldo da Silva Porto	aprendiz/ oficial	julho 02	
	Mário Cardoso	oficial	outubro 04	
	José Luiz Fagundes	oficial	agosto 05	março
	Ernani Dias Pereira	oficial	dezembro 04	
	Eulogio Julio de Macedo	oficial	março 06	abril
	Onofre Arantes de Bulhões	oficial	agosto 06	
	José Maria Pereira	oficial	janeiro 07	
	Benedicto Francisco do Rosário	oficial	setembro 05	
	Đamaso Ferreira	oficial	setembro 05	agosto
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Adalberto de Andrade- Monteiro	aprendiz	novembro 05	maio
	Juvenal Lage	aprendiz	junho 05	
	Alberto Marinho Duhan	aprendiz	setembro 05	
	Joaquim da Silva Alves	aprendiz	setembro 06	
	Manoel Christovão de Moura	aprendiz	janeiro 06	
	João Pereira	aprendiz	março 07	
	Antônio de Jesus	aprendiz	novembro 06	julho
	Romeu Mendes Ribeiro	aprendiz	fevereiro	agosto
	João de Mattos	aprendiz	fevereiro	

	Aníbal Gomes	oficial	março	
	Ernesto Modesto da Fonseca	oficial	março	
	José da Costa Duro	oficial	abril	abril
	Julio Cesar de Lima	dourador	maio	
	Bibiano dos Santos	aprendiz	julho 08	
	Antônio da Silva Bastos	oficial	agosto	
	Total de operários ao final do ano			23
1909	Décio Augusto Rodrigues	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre	julho 08	
	Manoel Alves Costa	oficial/ contramestre	julho 02	
	~~Mansueto Fabrizi~~	dourador oficial	março 07	julho
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 06	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Oswaldo da Silva Porto	aprendiz/ oficial	julho 02	
	Mário Cardoso	oficial	outubro 04	
	Ernani Dias Pereira	oficial	dezembro 04	
	~~Onofre Arantes de Bulhões~~	oficial	agosto 06	janeiro
	José Maria Pereira	oficial	janeiro 07	
	Benedicto Francisco do Rosário	oficial	setembro 05	
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	

	Juvenal Lage	aprendiz	junho 05	
	Alberto Marinho Duhan	aprendiz/ oficial	setembro 05	
	Joaquim da Silva Alves	aprendiz	setembro 06	outubro
	Manoel Christovão de Moura	aprendiz	janeiro 06	janeiro
	João Pereira	aprendiz	março 07	
	João de Mattos	aprendiz	fevereiro 08	
	Aníbal Gomes	oficial	março 08	
	Ernesto Modesto da Fonseca	oficial	março 08 maio 09	fevereiro 09
	Julio Cesar de Lima	dourador	maio 08	março
	Bibiano dos Santos	aprendiz	julho 08	
	Antônio da Silva Bastos	oficial	agosto 08	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz	abril	
	Clemente Thomaz de Paiva	aprendiz	julho	
	Total de operários ao final do ano			20
1910	Cândido Abreu	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre	julho 08	
	Manoel Alves Costa	oficial/ contrames- tre	julho 02	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 06	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Oswaldo da Silva Porto	aprendiz/ oficial	julho 02	
	Mário Cardoso	oficial	outubro 04	maio

	Ernani Dias Pereira	oficial	dezembro 04	
	José Maria Pereira	oficial	janeiro 07	
	~~Aníbal Gomes~~	oficial	março 08	fevereiro
	Benedicto Francisco do Rosário	oficial	setembro 05	
	Antônio da Silva Bastos	oficial	agosto 08	
	Ernesto Modesto da Fonseca	oficial	março 08 maio 09	fevereiro 09
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Alberto Marinho Duhan	aprendiz/ oficial	setembro 05	
	Adalberto de Andrade Monteiro	aprendiz	novembro 05 janeiro	maio 08
	Juvenal Lage	aprendiz	junho 05	
	~~João Pereira~~	aprendiz	março 07	agosto
	João de Mattos	aprendiz	fevereiro 08	março
	Bibiano dos Santos	aprendiz	julho 08	
	~~Arnaldo Gomes de Araújo~~	aprendiz	abril 09	março
	Clemente Thomaz de Paiva	aprendiz	julho 09	
	Jacques Gomes do Nascimento	aprendiz	janeiro	
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho	
	Total de operários ao final do ano			19
1911	Cândido Abreu	inspetor das oficinas		

	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre- -dourador	julho 08	
	Manuel Alves da Costa	contra- mestre	julho 02	
	Oswaldo da Silva Porto	oficial	julho 02	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 06	
	Mario de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Ernani Dias Pereira	oficial	dezembro 04	
	José Maria Pereira	oficial	janeiro 09	
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março 10	
	Laudelino Fernandes	oficial	janeiro 05	
	Benedicto Francisco do Rosário	oficial	setembro 05	
	Antônio da Silva Bastos	oficial	agosto 08	
	Ernesto Modesto da Fonseca	oficial	março 08 maio 09	fevereiro 09
	Alberto Marinho Duhau	oficial	setembro 05	
	Adalberto de Andrade Monteiro	oficial	novembro 05 janeiro	maio 08
	Juvenal Augusto Lage	oficial	junho 05	
	Bibiano dos Santos	aprendiz	julho 08	
	Álvaro José da Costa Souza	aprendiz	1911	
	Arnaldo Gomes Araújo	aprendiz	1911	
	Jacques Gomes do Nascimento	aprendiz	janeiro 10	
	Total de operários ao final do ano			20

1912	Cândido Abreu	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre	julho 08	
	Manoel Alves Costa	oficial/ contramestre	julho 02	
	Oswaldo da Silva Porto	aprendiz/ oficial	julho 02	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 06	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Ernani Dias Pereira	oficial	dezembro 04	
	José Maria Pereira	oficial	janeiro 09	
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março 10	
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Benedicto Francisco do Rosário	oficial	setembro 05	
	Antônio da Silva Bastos	oficial	agosto 08	
	Ernesto Modesto da Fonseca	oficial	março 08 maio 09	fevereiro 09
	Alberto Marinho Duhan	aprendiz/ oficial	setembro 05	
	Adalberto de Andrade Monteiro	aprendiz/ oficial	novembro 05 janeiro 10	maio 08
	Juvenal Lage	aprendiz/ oficial	junho 05	
	Bibiano dos Santos	aprendiz	julho 08	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz	1911	

	Álvaro José da Costa Souza	aprendiz	janeiro	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz	janeiro	
	Jacques Gomes do Nascimento	aprendiz	janeiro 10	julho 12
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz	maio	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz	dezembro	
	Total de operários ao final do ano			22
1913	Cândido Abreu	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre	julho 08	
	Manoel Alves Costa	oficial/ contrames- tre	julho 02	
	Oswaldo da Silva Porto	aprendiz/ oficial	julho 02	março
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 06	junho
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Ernani Dias Pereira	oficial	dezembro 04	junho
	José Maria Pereira	oficial	janeiro 09	
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março 10 dezembro 13	abril
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Benedicto Francisco do Rosário	oficial	setembro 05	
	Antônio da Silva Bastos	oficial	agosto 08	

	Ernesto Modesto da Fonseca	oficial	março 08 maio 09	fevereiro 09
	Alberto Marinho Duhan	aprendiz/ oficial	setembro 05	fevereiro
	Adalberto de Andrade Monteiro	aprendiz/ oficial	novembro 05 janeiro 10	maio 08
	Juvenal Lage	aprendiz/ oficial	junho 05	junho
	Bibiano dos Santos	aprendiz	julho 08	
	Álvaro José da Costa Souza	aprendiz	janeiro 12	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz	janeiro 12	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz	1911	
	Raymundo da Costa	oficial	julho	agosto
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz	maio 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz	dezembro 12	
	Oswaldo Lourenço da Costa	aprendiz	julho	
	Total de operários ao final do ano			18
1914	Cândido Abreu	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre	julho 08	
	Manoel Alves Costa	oficial/ contramestre	julho 02	
	João Diogo Fragoso	oficial preparador	janeiro	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	

	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Ernani Dias Pereira	oficial	janeiro	
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março 10 dezembro 13	abril 13
	José Maria Pereira	oficial	janeiro 09	
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro	
	Benedicto Francisco do Rosário	oficial	setembro 05	
	Antônio da Silva Bastos	oficial	agosto 08	
	Ernesto Modesto da Fonseca	oficial	março 08 maio 09	fevereiro 09
	Juvenal Lage	oficial	janeiro	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Álvaro José da Costa Souza	aprendiz	janeiro 12	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz	janeiro 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz	dezembro 12	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz	maio 12	
	Oswaldo Lourenço da Costa	aprendiz	julho 13	
	~~Adalberto de Andrade Monteiro~~	oficial	novembro 05 janeiro 10	maio 08 março 14
	João Luiz da Silva	aprendiz	maio	
	Camillo José Gomes	aprendiz	junho	

	Horácio França	aprendiz	junho	
	Total de operários ao final do ano			25
1915	Cândido Abreu	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre	julho 08	
	Manoel Alves Costa	oficial/ contrames- tre	julho 02	
	João Diogo Fragoso	oficial/ preparador	janeiro 14	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Ernani Dias Pereira	oficial	janeiro 14	
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março 10 dezembro 13	abril 13
	José Maria Pereira	oficial	janeiro 09	
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	~~Benedicto Francisco do Rosário~~	oficial	setembro 05	dezembro 15
	Antônio da Silva Bastos	oficial	agosto 08	
	Ernesto Modesto da Fonseca	oficial	março 08 maio 09	fevereiro 09
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	

	Álvaro José da Costa Souza	aprendiz	janeiro 12	novembro 15
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz	janeiro 12	
	Florianio Bastos da Cunha	aprendiz	dezembro 12	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz	maio 12	
	Osvaldo Lourenço da Costa	aprendiz	julho 13	fevereiro 15
	João Luiz da Silva	aprendiz	maio 14	
	Camillo José Gomes	aprendiz	junho 14	
	Horácio França	aprendiz	junho 14	
	Jorge Wanderley	aprendiz	fevereiro 15	julho 15
	Jacque Gomes do Nascimento	aprendiz	julho 15	
	Total de operários ao final do ano			23
1916	Cândido Abreu	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre	julho 08	
	Manoel Alves Costa	oficial/contramestre	julho 02	
	João Diogo Fragoso	oficial preparador	janeiro 14	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	

	Ernani Dias Pereira	oficial	janeiro 14	
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março 10 dezembro 13	abril 13
	José Maria Pereira	oficial	janeiro 09	
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Antônio da Silva Bastos	oficial	agosto 08	
	Ernesto Modesto da Fonseca	oficial	março 08 maio 09	fevereiro 09
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz	janeiro 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz	dezembro 12	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz	maio 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz	maio 14	
	Camillo José Gomes	aprendiz	junho 14	
	Horácio França	aprendiz	junho 14	
	Jacque Gomes do Nascimento	aprendiz	julho 15	setembro
	Osório Lins da Silva	aprendiz	março 16	outubro
	Ernesto Campos	aprendiz	julho 16	agosto
	Thomé Ramos	aprendiz	setembro 16	
	Tarquinio de Almeida	aprendiz	outubro 16	
	Total de operários ao final do ano			24

1917	Cândido Abreu	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre	julho 08	
	Manoel Alves Costa	oficial/contrames-tre	julho 02	
	João Diogo Fragoso	oficial preparador	janeiro 14	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Ernani Dias Pereira	oficial	janeiro 14	
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março 10 dezembro 13	abril 13
	José Maria Pereira	oficial	janeiro 09	maio 17
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Antônio da Silva Bastos	oficial	agosto 08	
	Ernesto Modesto da Fonseca	oficial	março 08 maio 09	fevereiro 09
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Osório Lins da Silva	aprendiz/ oficial	janeiro	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/ oficial	1911	

	Hygino de Macedo Machado	aprendiz	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz	maio 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz	dezembro 12	
	Tarquínio de Almeida	aprendiz	outubro 16	
	Camillo José Gomes	aprendiz	junho 14	
	Horácio França	aprendiz	junho 14	
	Thomé Ramos	aprendiz	setembro 16	
	Joaquim Cardoso	aprendiz	março	
	~~Armando Cardoso~~	aprendiz	março 17	agosto 17
	Total de operários ao final do ano			25
1918	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre	julho 08	
	Manoel Alves Costa	oficial/ contrames- tre	julho 02	
	João Diogo Fragoso	oficial preparador	janeiro 14	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Ernani Dias Pereira	oficial	janeiro 14	
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março 10 dezembro 13	abril 13
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	~~Antônio da Silva Bastos~~	oficial	agosto 08	outubro 18

	Ernesto Modesto da Fonseca	oficial	março 08 maio 09	fevereiro 09 janeiro 18
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Osório Lins da Silva	aprendiz/ oficial	janeiro	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/ oficial	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz/ oficial	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz/ oficial	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz	maio 12	
	Florianio Bastos da Cunha	aprendiz	dezembro 12	
	Tarquinio de Almeida	aprendiz	outubro 16	
	~~Camillo José Gomes~~	aprendiz	junho 14	maio 18
	Horácio França	aprendiz/ oficial	junho 14	
	Thomé Ramos	aprendiz	setembro 16	
	Joaquim Cardoso	aprendiz	março	
	Armando Simião dos Anjos	aprendiz	fevereiro 18	
	Valentim Fernandes da Silva	aprendiz	julho	
	Manoel Rodrigues da Silva	aprendiz/ oficial	agosto	
	Total de operários ao final do ano			24
1919	Cândido Abreu	inspetor das oficinas		

	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre	julho 08	
	Manoel Alves Costa	oficial/ contrames- tre	julho 02	
	João Diogo Fragoso	oficial preparador	janeiro 14	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Ernani Dias Pereira	oficial	janeiro 14	
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março 10 dezembro 13	abril 13
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Osório Lins da Silva	aprendiz/ oficial	janeiro 17	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/ oficial	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz/ oficial	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz/ oficial	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz	maio 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz	dezembro 12	
	Tarquinio de Almeida	aprendiz	outubro 16	fevereiro 19

	Manoel Rodrigues da Silva	aprendiz/ oficial	agosto 18	
	Horácio França	aprendiz	junho 14	
	Thomé Ramos	aprendiz	setembro 16	
	Joaquim Cardoso	aprendiz	março 17	
	Valentim Fernandes da Silva	aprendiz	julho 18	
	Armando Simião dos Anjos	aprendiz	fevereiro 18	
	Edmundo de Souza	aprendiz/ oficial (interino)	janeiro 19	fevereiro 19
	Lúcio Pereira Monteiro	aprendiz	maio 19	
	Total de operários ao final do ano			25
1920	Cândido Abreu	inspetor das oficinas		
	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre	julho 08	
	Manoel Alves Costa	oficial/ contrames- tre	julho 02	
	João Diogo Fragoso	oficial preparador	janeiro 14	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Ernani Dias Pereira	oficial	janeiro 14	
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março 10 dezembro 13	abril 13
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	

	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Osório Lins da Silva	aprendiz/ oficial	janeiro 17	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/ oficial	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz/ oficial	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz/ oficial	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz	maio 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz	dezembro 12	
	Manoel Rodrigues da Silva	aprendiz/ oficial	agosto 18	
	Horácio França	aprendiz	junho 14	
	Thomé Ramos	aprendiz	setembro 16	
	Joaquim Cardoso	aprendiz	março 17	novembro 20
	Valentim Fernandes da Silva	aprendiz	julho 18	outubro 20
	Lúcio Pereira Monteiro	aprendiz	maio 19	
	Gustavo Alves da Costa	aprendiz	março 20	março 20
	Eduardo de Medeiros Martins	aprendiz/ oficial	maio 20	
	Armando Simião dos Anjos	aprendiz	fevereiro 18	
	Armando Antônio Sobreiro	aprendiz	novembro 20	
	Total de operários ao final do ano			25
1921	Álvaro Meirelles dos Passos	mestre/ inspetor	julho 08	

	Manoel Alves Costa	oficial con- tramestre/ mestre	julho 02	
	João Diogo Fragoso	oficial preparador	janeiro 14	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Ernani Dias Pereira	oficial	janeiro 14	
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março 10 dezembro 13	abril 13
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Osório Lins da Silva	aprendiz/ oficial	janeiro 17	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/ oficial	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz/ oficial	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz/ oficial	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz	maio 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz	dezembro 12	
	Manoel Rodrigues da Silva	aprendiz/ oficial	agosto 18	
	Horácio França	aprendiz	junho 14	
	Thomé Ramos	aprendiz	setembro 16	

	Lúcio Pereira Monteiro	aprendiz	maio 19	
	Armando Simião dos Anjos	aprendiz	fevereiro 18	
	Eduardo de Medeiros Martins	aprendiz/ oficial	maio 20	
	Armando Antônio Sobreiro	aprendiz	novembro 20	
	Ignácio Marques	aprendiz	fevereiro 20	
	Herculino Bastos	aprendiz	fevereiro 20	
	Deodoro Palma (interino)	aprendiz	junho 21	julho 21
	Total de operários ao final do ano			26
1922	Álvaro Meirelles dos Passos	inspetor das oficinas		
	Manoel Alves Costa	oficial con- tramestre/ mestre	julho 02	
	João Diogo Fragoso	oficial preparador	janeiro 14	fevereiro 22
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Ernani Dias Pereira	oficial	janeiro 14	julho 22
	Gustavo Alves da Costa	oficial	março 10 dezembro 13	abril 13 julho 22
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	

	Osório Lins da Silva	aprendiz/ oficial	janeiro 17	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/ oficial	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz/ oficial	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz/ oficial	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz	maio 12	
	Florianio Bastos da Cunha	aprendiz/ oficial	dezembro 12	
	Manoel Rodrigues da Silva	aprendiz/ oficial	agosto 18	
	Horácio França	aprendiz/ oficial	junho 14	
	Thomé Ramos	aprendiz	setembro 16	fevereiro 22
	Lúcio Pereira Monteiro	aprendiz	maio 19	
	Armando Simião dos Anjos	aprendiz	fevereiro 18	
	Eduardo de Medeiros Martins	aprendiz/ oficial	maio 20	
	Armando Antônio Sobreiro	aprendiz	novembro 20	
	Ignácio Marques	aprendiz	fevereiro 20	
	Herculino Bastos	aprendiz	fevereiro 20	
	Manoel Martinho Corrêa	aprendiz	março 22	
	Firmino Tomé da Silva Ramos	aprendiz	março 22	
	Alberto da Costa Pereira	aprendiz	agosto 22	
	Moacyr Luiz Gonçalves	oficial	setembro 22	
	Total de operários ao final do ano			26

1923	Álvaro Meirelles dos Passos	inspetor das oficinas		
	Manoel Alves Costa	oficial contra- trimestre/ mestre	julho 02	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Osório Lins da Silva	aprendiz/ oficial	janeiro 17	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/ oficial	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz/ oficial	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz/ oficial	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz/ oficial	maio 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz/ oficial	dezembro 12	
	Manoel Rodrigues da Silva	aprendiz/ oficial	agosto 18	abril 23
	Horácio França	aprendiz/ oficial	junho 14	
	Lúcio Pereira Monteiro	aprendiz/ oficial	maio 19	

	Armando Simião dos Anjos	aprendiz	fevereiro 18	
	Armando Antônio Sobreiro	aprendiz	novembro 20	
	Ignácio Marques	aprendiz	fevereiro 20	
	Herculino Bastos	aprendiz	fevereiro 20	
	Manoel Martinho Corrêa	aprendiz	março 22	
	Firmino Tomé da Silva Ramos	aprendiz	março 22	
	Alberto da Costa Pereira	aprendiz	agosto 22	dezembro 23
	Moacyr Luiz Gonçalves	aprendiz	novembro 22	
	Mario Correa Câmara	aprendiz	maio 23	
	Total de operários ao final do ano			25
1924	Álvaro Meirelles dos Passos	inspetor das oficinas		
	Manoel Alves Costa	oficial contramestre/ mestre	julho 02	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Osório Lins da Silva	aprendiz/ oficial	janeiro 17	

	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/ oficial	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz/ oficial	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz/ oficial	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz/ oficial	maio 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz/ oficial	dezembro 12	
	Horácio França	aprendiz/ oficial	junho 14	
	Lúcio Pereira Monteiro	aprendiz/ oficial	maio 19	
	Armando Simião dos Anjos	aprendiz	fevereiro 18	
	Armando Antônio Sobreiro	aprendiz	novembro 20	
	Ignácio Marques	aprendiz	fevereiro 20	
	Herculino Bastos	aprendiz	fevereiro 20	
	~~Manoel Martinho Corrêa~~	aprendiz	março 22	janeiro 24
	Firmino Tomé da Silva Ramos	aprendiz	março 22	
	Moacyr Luiz Gonçalves	aprendiz	novembro 22	
	Mario Correa Câmara	aprendiz	maio 23	
	Agenor Gomes de Araújo	aprendiz	março 24	
	Armando de Souza Pires	aprendiz	fevereiro 24	
	Total de operários ao final do ano			25
1925	Álvaro Meirelles dos Passos	inspetor das oficinas		

	Manoel Alves Costa	oficial con- tramestre/ mestre	julho 02	novembro 25
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Osório Lins da Silva	aprendiz/ oficial	janeiro 17	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/ oficial	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz/ oficial	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz/ oficial	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz/ oficial	maio 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz/ oficial	dezembro 12	
	Horácio França	aprendiz/ oficial	junho 14	
	Lúcio Pereira Monteiro	aprendiz/ oficial	maio 19	
	Armando Simião dos Anjos	aprendiz	fevereiro 18	
	Armando Antônio Sobreiro	aprendiz	novembro 20	
	Ignácio Marques	aprendiz	fevereiro 20	

	Herculino Bastos	aprendiz	fevereiro 20	
	Firmino Tomé da Silva Ramos	aprendiz	março 22	
	Moacyr Luiz Gonçalves	aprendiz	novembro 22	
	~~Mario Correa~~ Câmara	aprendiz	maio 23	julho 25
	Agenor Gomes de Araújo	aprendiz	março 24	
	Armando de Souza Pires	aprendiz	fevereiro 24	
	Total de operários ao final do ano			23
1926	Álvaro Meirelles dos Passos	inspetor das oficinas		
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial/mestre	janeiro 14	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Laudelino Fernandes	aprendiz/oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/oficial	julho 08	
	Osório Lins da Silva	aprendiz/oficial	janeiro 17	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/oficial	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz/oficial	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz/oficial	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz/oficial	maio 12	

	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz/ oficial	dezembro 12	
	Horácio França	aprendiz/ oficial	junho 14	
	Firmino Tomé da Silva Ramos	aprendiz/ oficial	março 22	
	Moacyr Luiz Gonçalves	aprendiz/ oficial	novembro 22	
	Lúcio Pereira Monteiro	aprendiz/ oficial	maio 19	
	Armando Simião dos Anjos	aprendiz	fevereiro 18	
	Armando Antônio Sobreiro	aprendiz	novembro 20	
	Ignácio Marques	aprendiz	fevereiro 20	
	Agenor Gomes de Araújo	aprendiz	março 24	
	Armando de Souza Pires	aprendiz	fevereiro 24	
	José Raphael da Costa	aprendiz	abril 26	
	Joaquim Antônio Soares	aprendiz	abril 26	
	Laudelino Peixoto Pedrosa	aprendiz	abril 26	
	Álvaro Grumewald	ajudante de inspetor	abril 26	
	Arthur Lima Guimarães	oficial interino	maio 26	
	Total de operários ao final do ano			27
1927	Álvaro Meirelles dos Passos	inspetor das oficinas		
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial/ mestre	janeiro 14	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	

	Mário de Almeida Cardoso	oficial	junho 10	
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Osório Lins da Silva	aprendiz/ oficial	janeiro 17	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/ oficial	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz/ oficial	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz/ oficial	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz/ oficial	maio 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz/ oficial	dezembro 12	
	Horácio França	aprendiz/ oficial	junho 14	
	Firmino Tomé da Silva Ramos	aprendiz/ oficial	março 22	
	Moacyr Luiz Gonçalves	aprendiz/ oficial	novembro 22	
	Lúcio Pereira Monteiro	aprendiz/ oficial	maio 19	
	Armando Simião dos Anjos	aprendiz	fevereiro 18	
	Armando Antônio Sobreiro	aprendiz	novembro 20	
	Ignácio Marques	aprendiz	fevereiro 20	
	Agenor Gomes de Araújo	aprendiz	março 24	

	Armando de Souza Pires	aprendiz	fevereiro 24	
	José Raphael da Costa	aprendiz	abril 26	
	Joaquim Antônio Soares	aprendiz	abril 26	
	Laudelino Peixoto Pedrosa	aprendiz	abril 26	
	Total de operários ao final do ano			25
1928	Álvaro Meirelles dos Passos	inspetor das oficinas		
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial/ mestre	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial/ contramestre	junho 10	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	
	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Osório Lins da Silva	aprendiz/ oficial	janeiro 17	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/ oficial	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz/ oficial	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz/ oficial	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz/ oficial	maio 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz/ oficial	dezembro 12	

	Horácio França	aprendiz/ oficial	junho 14	
	Lúcio Pereira Monteiro	aprendiz/ oficial	maio 19	
	Armando Simião dos Anjos	aprendiz	fevereiro 18	
	Armando Antônio Sobreiro	aprendiz	novembro 20	
	Ignácio Marques	aprendiz	fevereiro 20	
	Firmino Tomé da Silva Ramos	aprendiz	março 22	
	Moacyr Luiz Gonçalves	aprendiz	novembro 22	
	Agenor Gomes de Araújo	aprendiz	março 24	
	Armando de Souza Pires	aprendiz	fevereiro 24	
	José Raphael da Costa	aprendiz	abril 26	
	Joaquim Antônio Soares	aprendiz	abril 26	
	Laudelino Peixoto Pedrosa	aprendiz	abril 26	
	Total de operários ao final do ano			25
1929	Álvaro Meirelles dos Passos	inspetor das oficinas		
	Sebastião de Oliveira Guedes	oficial/ mestre	janeiro 14	
	Mário de Almeida Cardoso	oficial/ contramestre	junho 10	
	João Calixto dos Anjos	oficial	abril 03	
	Laudelino Fernandes	aprendiz/ oficial	janeiro 05	
	Raymundo da Costa	oficial	janeiro 14	
	Juvenal Lage	oficial	janeiro 14	

	Bibiano dos Santos	aprendiz/ oficial	julho 08	
	Osório Lins da Silva	aprendiz/ oficial	janeiro 17	
	Arnaldo Gomes de Araújo	aprendiz/ oficial	1911	
	Hygino de Macedo Machado	aprendiz/ oficial	janeiro 12	
	João Luiz da Silva	aprendiz/ oficial	maio 14	
	Eduardo Martins Medeiros	aprendiz/ oficial	maio 12	
	Floriano Bastos da Cunha	aprendiz/ oficial	dezembro 12	
	Horácio França	aprendiz/ oficial	junho 14	
	Lúcio Pereira Monteiro	aprendiz/ oficial	maio 19	
	Armando Simião dos Anjos	aprendiz	fevereiro 18	
	Armando Antônio Sobreiro	aprendiz	novembro 20	
	Ignácio Marques	aprendiz	fevereiro 20	
	Firmino Tomé da Silva Ramos	aprendiz	março 22	
	Moacyr Luiz Gonçalves	aprendiz	novembro 22	
	Agenor Gomes de Araújo	aprendiz	março 24	
	Armando de Souza Pires	aprendiz	fevereiro 24	
	José Raphael da Costa	aprendiz	abril 26	
	Joaquim Antônio Soares	aprendiz	abril 26	
	Laudelino Peixoto Pedrosa	aprendiz	abril 26	
	Total de operários ao final do ano			25

1930	Álvaro Meirelles dos Passos	inspetor das oficinas		
	Eduardo Martins Medeiros	oficial		demitido em dezembro de 30
	Hygino de Macedo Machado	oficial		
	Lucio Pereira Monteiro	aprendiz/oficial	maio 19	
	Horácio França da Silva	aprendiz/oficial		falecido
	Moacyr Luiz Gonçalves	oficial		
	Osório Luiz da Silva	oficial		
	Firmino Tomé da Silva Ramos	oficial		
	João Luiz da Silva	oficial		
	Armando Simeão dos Anjos	aprendiz		
	Armando Antônio Sobreiro	aprendiz		
	Total de operários ao final do ano			inconclusivo
1931	Álvaro Meirelles dos Passos	inspetor das oficinas		
	Floriano Ferreira da Cunha	aprendiz/oficial	dezembro 12	
	Firmino Tomé da Silva Ramos	oficial		
	Ignácio Marques	oficial		
	Armando Simeão dos Anjos	oficial		
	Osório Luiz da Silva	oficial		

	Bibiano dos Santos	oficial	falece em novembro	
	Lucio Pereira Monteiro	oficial		
	Armando de Souza Pires	aprendiz		
	Laudelino Peixoto Pedrosa	aprendiz		
	Agenor Gomes de Araújo	aprendiz		
	Joaquim Antônio Soares	aprendiz		
	Armando Antônio Sobreiro	aprendiz		
	Total de operários ao final do ano			inconclusivo

Obs.: As informações desse quadro foram pesquisadas nos livros administrativos da Biblioteca Nacional Faturas de 1902 a 1917 e Folhas de Pagamentos de 1917 a 1929. Não foi possível ter acesso às folhas de pagamento dos operários nos anos de 1930 e 1931. As informações sobre alguns encadernadores foram recolhidas nos relatórios anuais, não representando efetivamente o total de operários que ainda estavam ligados à Biblioteca Nacional nestes períodos. Os nomes riscados representam os funcionários que saíram da Biblioteca Nacional naquele ano.

Apêndice B

Fornecedores e diversos materiais para a oficina de Encadernação entre 1902 e 1931.

Ano	Empresas	Alguns materiais fornecidos
1902	Laemmert e Cia.	Tipos e florões para douração.
	Companhia Typographica do Brasil	Máquinas, prensas, prensa de encaixe e tesouras para encadernação, pele <i>marroquim</i> (cabra ou bode), pele bezerro, papel mármore e tipos, “engenho”.
	Antônio da Silveira Macedo oficina de carpinteiro e marcenaria, construção e reconstrução.	Reforma das salas da oficina de encadernação, mesas, bancos, prateleiras e gavetas.
	José Bernardes (porteiro)	Papel pintado e guarnição (branco), massa para encadernação, fogareiro de bomba a querosene, lata com torneira para depósito, lamparina, pincel para dourar, fios, agulhas, panela de barro.
	Michele Costa	Peles de <i>marroquim</i> .
	Lemos Reis e Cia.	Álcool e querosene.
	Papelaria e tipografia – Nunes	Papelão, papel mármore pele <i>marroquim</i> , cabeceado, papel amarelo, <i>sandarac</i> em pó (verniz).
	Pacheco, Silva e Cia.	Papel mármore e papel Japão duplo.
	Papelaria Macedo	Papel mármore, papel de guarda e papel vegetal.
	Papelaria e tipografia Villas-Boas e Cia.	Papelão e papel transparente.
	Álvaro Meirelles dos Paços	Prensa.
	Farmácia V. Werneck	Alúmen calcinado e naftalina.

	R. Nicolle	Peles de carneiro <i>chagrin</i> ¹ e liso, papéis <i>ombré</i> , <i>caillouté</i> (pedra), Wanda, <i>Monsaigue</i> , algodão branco, papelão e papelão pardo.
	Drogaria J. Ávila e Comp.	Naftalina, pedra hume e <i>Gral</i> massa.
1903	Companhia Typographica do Brazil	Componedor, florão, cantos, filetes, roletas, letras, acentos (douração), brunidor, roleta, prensa, peles, régua de madeira, facas, barbante, pele <i>marroquim</i> , tinta, facas, cavaletes, linhas, brunidor, resma de papel, papelão.
	Farmácia V. Werneck	Naftalina, alúmen, álcool, ácido azótico, potassa cáustica, creolina.
	A. Behring	Caixas para manuscritos.
	Manoel Antônio Simões – ferragens, tintas, vernizes, louças e outros	Cola, lixa, vernizes, betume, estopa, clara de ovos, água-raz, cera.
	Teixeira Borges e Cia. – molhados	Álcool, querosene, azeite doce.
	Martins e Irmão – construção e reconstrução de prédios	Ampliação e melhoramento da oficina de encadernação.
	Papelaria e tipografia – Nunes	Pele <i>marroquim</i> , cabeceado, “milheiro ouro”, pano preto, papel de guarda.
	Papelaria Luiz Macedo	Papel couro, papel de guarda.
	Papelaria Jeronymo Silva	Papel de impressão, papel Japão, papel couro, papel para desenho, papel para capa, cadarço, pano preto, milheiro de ouro.
	Padaria Maneta	Farinha de trigo.

.....
1. Pele de aspecto granuloso preparada com o quarto traseiro do cavalo, do burro, da cabra, ou bode, caracterizada por um grão muito miúdo e regular. FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*. Lisboa: Guimarães Editores. 1988. p. 66.

	Padaria Flor América	Farinha de trigo.
	José Bernardes (porteiro)	Massa para encadernação, estopa, papel transparente, clara de ovos para dourar, mekalina (?), papel vegetal, algodão, pontas de Paris.
	Michele Costa	Peles de <i>marroquim</i> , papelão.
	Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	Peles de <i>marroquim</i> , carneiras, pele bezerro.
	Papelaria e tipografia Villas-Boas e Cia.	Papel vegetal.
	Knight Harisson	Couro.
	Funilero José Tavares Gomes	Caçamba, caixa com torneira e tabuleiro de zinco.
1904	Companhia Typographica do Brazil	Tipos para dourar, filetes, máquina de dourar, cadaço.
	Papelaria Nunes	Massa para fundição, papelão, papel apergaminhado, milheiro de ouro.
	Papelaria Jeronymo Silva	Papel de seda e <i>Canson</i> , papel para capa, tipos.
	Papelaria Villas-Boas	Papel couro, chamalote, vegetal, cartão.
	Papelaria Ribeiro, Macedo e Comp.	<i>Canson</i> e papel mármore.
	Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	Carneiras. ²
	Michele Costa	Peles de <i>marroquim</i> , papelão.
	Antunes e Irmão – molhados e cereais	Álcool, azeite doce, sabão virgem, querosene.

.....
2. Pele de carneiro, tanada, maleável, leve e porosa, utilizada para encadernações baratas. FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*. Lisboa: Guimarães Editores. 1988. p. 59.

	Casa Hess e Huber – acessórios para farmácia	Barbante, linha, linho.
	Farmácia V. Werneck	Alúmen calcinado.
	Flora Brasileira – especialidades farmacêuticas	Potassa cáustica.
	Manoel Antônio Simões – ferragens, tintas, vernizes, louças e outros	Estopa, clara para dourar, água-raz, cola, pincéis, cretone.
	Saraiva e Irmão – molhados	Álcool.
	Martins e Irmão – construção e reconstrução de prédios	Melhoramento da oficina.
1905	Companhia Typographica do Brazil	Pincel, barbante, algarismos, letras, máquina de brochar, cartão, chanfradeiras, tesouras, facas, barbante, fio, <i>marroquim</i> , carneira, imitação de couro da Rússia. ³
	Papelaria Luiz Macedo	Papel <i>Canson</i> , papel mármore, folha de pergaminho, cartão, fita.
	Papelaria e tipografia – J. Schmidt	Papel <i>couché</i> .
	Papelaria Villas-Boas	Papel para capa, vegetal.
	Papelaria Queiroz, Fonseca e C.	Papelão, papel mármore, milheiro de ouro, <i>sandarac</i> , milheiro de ouro.
	Papelaria Jeronymo Silva	Cartão.
	Papelaria Ribeiro, Macedo e Comp.	Papel dupla face.

.....
3. Pele para encadernação de luxo, originalmente preparada na Rússia com couro de vitela tingido de vermelho e tornado macio e perfumado com óleo de bétula que o protege dos insetos e da umidade. FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*. Lisboa: Guimarães Editores. 1988. p. 86.

	Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	Cola, bezerros, pele <i>marroquim</i> , pano preto, linha.
	Michele Costa	Peles de <i>marroquim</i> , papelão.
	Antunes e Irmão – molhados e cereais	Álcool, azeite doce, querosene.
	Armazém de Santo Antônio – secos e molhados	Farinha de trigo.
	Teixeira Borges e Cia. – molhados	Sabão.
	Flora Brasileira – especialidades farmacêuticas	Potassa cáustica, alúmen calcinado, ácido clorídrico, sulfato de ferro, goma arábica.
	Manoel Antônio Simões – ferragens, tintas, vernizes, louças e outros	Estopa, clara para dourar, água-raz, cola, pincéis, verniz.
	Augusto Niklaus e Cia.	Tipos.
	Martins e Irmão – construção e reconstrução de prédios	Melhoramento da oficina.
	Teixeira Borges e Cia – molhados	Sabão.
	Ramon Gonzalez	<i>Marroquim chagrin</i> .
	Armazém de Santo Antônio – secos e molhados	Farinha de trigo.
	Carlos Haynsford	Papel mármore, fantasia, <i>couché</i> .
1906	Flora Brasileira – especialidades farmacêuticas	Nitrato de prata cristalizado, potassa cáustica, alúmen calcinado, ácido clorídrico, sulfato de ferro, goma arábica, hipossulfito de sódio, cianeto de potássio, giz em pó, álcool absoluto, éter sulfúrico, algodão azótico, bicromato de mercúrio, bicromato de sódio, bicromato de potássio, bicromato de amônia, amônia, benzi-na, <i>caoutchouc</i> (borracha), formalina.

Farmácia V. Werneck	Naftalina, breu, alúmen calcinado, ácido bórico, terebintina, benzina, álcool, ácido acético, água destilada, bicromato de amônia, nitrato de prata, potassa, pedra humes, clero amarelo, sangue de Drago, ⁴ sulfato de ferro, naftalina.
Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	Cola, pele <i>marroquim chagrin</i> , carneiras, pano preto, camurça, linha.
Papelaria Nunes	Papelão, carneiras, milheiro de ouro, <i>sandarac</i> .
Papelaria Villas-Boas	Papel mármore, cartão, papel vegetal, tinta.
Papelaria Ribeiro	Papel para guarda, pergaminho, papel ultramar, <i>marroquim</i> verde escuro, vinho, carneiras.
Papelaria Queiroz e Comp.	Papel para guarda, papel granito, pano preto.
Livraria e papelaria Laemmert e Comp.	Papel vegetal.
Manoel Antônio Simões – ferragens, tintas, vernizes, louças e outros	Estopa, clara para dourar, cretone, tigelas, funil, agulhas, pincéis.
Michele Costa	Papelão.
Antônio Soares e Irmãos – líquidos e comestíveis	Álcool, querosene, sabão, azeite.
Rodolpho Hess	Provetas graduadas, graus de vidro, funil de vidro, papel filtro, balança com tampa, banheiras de louça e de ágata, vidraria, papel tornesol azul, frasco de precipitar, cápsula de porcelana.

.....
 4. Fruto do dragoeiro. Sua seiva forma uma resina de cor vermelho-sangue quando oxidada. É solúvel em etanol e em éteres. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dragoeiro>. Acesso em: 21 abr. 2018.

	Rodrigues e Comp.	Aquarela, goma arábica, papel de embrulho.
	Casa Saldanha	Máquina de serrar (tico-tico) com pua, fogareiro de álcool, algodão azótico, bate-dor de clara, pincéis finos, laca.
	Ramon Gonzales	Peles <i>marroquim</i> .
	Padaria Santo Antônio	Farinha de trigo.
1907	Antônio Soares e Irmãos – líquidos e comestíveis	Álcool, querosene.
	Martins e Irmãos – construtores e reconstrutores de prédios	Tabuleiros para encadernação.
	Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	Cola, pele <i>marroquim chagrin</i> , carneiras.
	Papelaria Queiroz e Comp.	Papel granito, pano preto.
	Rodrigues e Comp.	Peles <i>marroquim</i> , linha, fio, papel BB (66 x 96 cm), mata-borrão, papel de embrulho.
	Teixeira Borges – comércio de molhados	Sabão, azeite, álcool e querosene.
	Michele Costa	Papelão.
	Padaria Santo Antônio	Farinha de trigo.
	Farmácia V. Werneck	Cera virgem, ácido acético, ácido cítrico, brometo de amônio, gelatina branca, brometo de amônio, alúmen, goma arábica, naftalina, anilina encarnada, amarela, hipossulfito de sódio.
	Papelaria Ribeiro	Papelão, <i>marroquim</i> , papel para restaurar, papel granito, milheiro de ouro, papel vegetal.

	Manoel Antônio Simões – ferragens, tintas, vernizes, louças e outros	Estopa, clara para dourar, algodão, papéis de agulha, pincéis, tesouras, chanfradeiras, dobradeira de osso, conserto de tesourão.
	Carlos Raynsford	Caixas de zinco, pele <i>marroquim</i> , carneiras, pastas de linho.
1908	Carlos Raynsford	Pano de linho, musseline, papelão.
	Comp. Typographica do Brasil	Dobradeiras.
	Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	Cola, pele <i>marroquim chagrin</i> , pele de bezerro, carneiras, cadarços, cabeceado de seda.
	Papelaria Ribeiro	Cartão, papel vegetal, papel rosa, verde, bisnaga de tinta óleo terra de Siena, azul da Prússia, carmim, papel apergaminhado, papel para desenho, papel <i>couché</i> , folha de cor, parafinado, papel para capa, papel couro, papel de seda, pele <i>marroquim</i> .
	Papelaria e tipografia Queiros	Papel transparente, papel manilha, papel BB, papel de seda, pano preto.
	Papelaria e tipografia Villela e Irmão	Papel Royal, cartão, pano preto, morim, fio, fio de vela, linha, papel de capa.
	Teixeira e Borges – comércio de molhados	Álcool, querosene, azeite, sabão, fósforos.
	Padaria Santo Antônio	Farinha de trigo.
	Casa Moreno – instrumento de cirurgia, eletricidade e cutelaria	Esponjas, algodão hidrófilo, papel filtro, barbante, fio de bicolor, copos para banho-maria, bastões de vidro.

	Farmácia V. Werneck e Co.	Potassa, potassa cáustica, cera virgem, sulfato de ferro, goma arábica, álcool absoluto, benzina, éter sulfúrico, algodão azótico, água destilada, hipossulfito de sódio, sulfato de ferro, iodeto de amônio, ácido acético cristalizável, anilina, iodeto de cádmio, alúmen, breu, hidroquinone, cianeto de potássio, ácido clorídrico, acetato de sódio, ácido azótico, sulfito de sódio, pincéis, azotato de prata cristalizada, glicerina, gelatina, amônia.
	Lucas e Co.	Massa Victória.
	Martins Costa e C.	Carneira, pano preto, fio, cola, <i>marroquim chagrin</i> .
	Manoel Antônio Simões – ferragens, tintas, vernizes, louças e outros	Água-raz, clara para dourar, algodão, papéis de agulha, pincéis, tesouras, chanfradeiras, dobradeira de osso, conserto de tesourão, facas, martelo, tigelas de ágata, escova para salpicar, linha, fio, tacho de cobre.
	Ramon Gonzales	<i>Marroquim chagrin</i> , carneiras.
1909	Papelaria Ribeiro	Pele <i>marroquim</i> , papel, papel Titã, bisnaga tinta óleo terra de Siena, papel acetinado, papel raiz para guarda de livro, pano para mapas, papel vegetal, papel de raiz, milheiro de ouro, fio.
	J. Kastrup	Papelão.
	Ramon Gonzalez – couro, tapete, lona	<i>Marroquim</i> , carneira.
	Teixeira Borges e Co. – comércio de molhados	Álcool, azeite, querosene, sabão, fósforos.
	Padaria Santo Antônio	Farinha de trigo.
	Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	Cola, pele <i>marroquim chagrin</i> .

	Farmácia V. Werneck e Co.	Ácido azótico, potassa, silicato de sódio, bicromato de potássio, cera, ácido acético, ácido crômico, alúmen, sulfato ferroso, naftalina, benzina, breu, hipossulfito de sódio, carbonato de sódio, glicerina, iodo sublimado, álcool absoluto, anilina azul, vermelha, hidroquinone, diamidofenol, goma arábica, éter sulfúrico.
	Freitas, Couto e Cia. – ferragens, tintas e artigos de cozinha	Moinho de tintas.
	Papelaria e tipografia Villela e Irmão	Carretéis, papel vegetal, cartão.
	Papelaria Ribeiro	Tinta nanquim, papel vegetal, papel Titá para guarda, papel couro, papel mármore, tubo de tinta vermelha, papel de seda, papel de <i>chagrin</i> .
	Simões e Fernandes – ferragens, tintas, vernizes, louças e outros	Pasta de algodão, estopas, pincéis, claras para dourar, água-raz, cretone, pinças, pedra pomes, linhas.
	Jorge Bastos e Comp. – armazém de peles preparadas	<i>Marroquim</i> verde, azul, vermelho, pano holandês, cadaço, carneiras, pano preto, papelão.
	Casa Moreno – artigos para dentistas	Copos graduados.
	A Pinto Valentim & C. – comércio de molhados e mantimentos	Álcool, querosene, sabão.
	A Heráclito e C.	Cola.
1910	Papelaria Ribeiro	Fio, papel parafinado, papel <i>chagrin</i> verde, papel áspero, cartão, papel Titá, papel vegetal, papel de seda, papel <i>couché</i> , papel pergaminho, pano Victória, pano para mapas, papel mármore, cartão, papel para guarda de jornais.

	Jorge Bastos e Comp. – armazém de peles preparadas	Papelão, pano preto, pele crua, fio, <i>marroquim chagrin</i> , <i>marroquim</i> verde, vermelha, cartão verde, rosa, cadarço, cola, carneira de cor natural.
	Padaria Santo Antônio	Farinha de trigo.
	A Pinto Valentim & C. – comércio de molhados e mantimentos	Álcool, querosene, sabão.
	Teixeira Borges e Co. – comércio de molhados	Álcool, querosene, sabão, azeite.
	H. Rosa e Filhos – fundição de tipos	Dobradeira de osso, chanfradeira, furado- res, facas, tesouras, pincéis para massas, compassos, tigela de ágata, pano Victória, papel de cor, fogareiro para dourar.
	Simões e Fernandes – ferragens, tintas, vernizes, louças e outros	Pasta de algodão, estopas, pincéis, claras para dourar, água-raz, linhas, toalhas de linho para mãos.
	Casa Moreno – artigos para dentistas	Fio, barbante.
	Farmácia V. Werneck e Co.	Potassa cáustica, potassa, cera virgem, alúmen, cera amarela, álcool, água desti- lada, permanganato de potássio, benzina, hipossulfito de sódio, ácido nítrico, álcool, anilina vermelha, óleo de rícino, sulfato de cobre, carbonato de soda, ácido clorídrico.
	Lucas e Co.	Massa Victória.
	Martins, Irmãos e Comp.	Mobiliários para os encadernadores (ban- cos, mesas...).
	A Heráclito e C.	Cola.
1911	Barboza, Albuquerque e Comp. – armazém de molhados	Sabão, álcool, querosene.

Farmácia V. Werneck e Co.	Potassa, goma arábica, ácido acético, hipossulfito de sódio, essência de terebintina, sulfato de sódio de anidro, álumen, álcool absoluto, álcool 40, cloridrato de amônia, brometo de amônia, anilina azul, vermelha, amônia, hidroquinone, sulfato de ferro, potassa cáustica, carbonato de sódio, ácido acético, naftalina, amônia, goma arábica, sulfito de sódio, cera, bicromato de potasso, benzina, glicerina, creolina, hipossulfito de sódio.
H. Rosa e Filhos – fundição de tipos	Pano, <i>marroquim</i> , carneiras, cartão, papelão, fio, papéis de agulha, pano preto, pincéis para cola.
Padaria Santo Antônio	Farinha de trigo.
Simões e Fernandes – ferragens, tintas, vernizes, louças e outros	Estopas, pincéis, clara para dourar, água-raz, trinchas, linha, cola.
Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	<i>Marroquim chagrin.</i>
A Gomes Pereira	Carneiras, pano preto, papel vegetal, papel Holanda, cartão Bristel, carretel, linhas.
J. Pompílio Dias (despachante)	Papel colorido para encadernação, pele.
Corrêa – A la ville de Paris	Cretone.
Fontes e Garcia – ferragens, tintas, louças e artigos diversos	Goma laca, cola da bahia, algodão em pasta, água-raz, potassa, pincéis, fogareiro para álcool, jaspe (pedra), óleo para máquina.
Souza e Torres	Dúzia de ovos.
A. J. Pereira Barbedo	Papéis de agulha, linha.

1912	Fontes e Garcia – ferragens, tintas, louças e artigos diversos	Pincéis chatos franceses, potassa, água-raz, purpurina dourada, escovas pequenas, cola da Bahia, linha branca, estopa, potassa, breu, cola, pasta de algodão.
	Papelaria e livraria – Gomes Pereira	Papel vegetal, papel de seda, cartão Bristol.
	Farmácia V. Werneck e Co.	Cloridrato de amônia, carbonato de cal, óleo de rícino, alúmen, hipossulfito de sódio, anilina vermelha, azul, breu, benzina, ácido nítrico, álcool absoluto, ácido cítrico, goma laca, sulfito de sódio, ácido muriático, carbonato de sódio, cera, sulfeto de sódio, ácido nítrico, goma arábica, sulfato de ferro.
	Barboza, Albuquerque e Comp. – armazém de molhados	Álcool, azeite, querosene.
	Souza e Torres	Dúzia de ovos.
	Guinle e Cia.	Estopa.
	H. Rosa e Filhos – seção de papelaria	Fio, papel <i>couché</i> , papelão hidráulico, papel de capas, pano preto.
	Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	Cadarço, <i>marroquim chagrin</i> .
	Papelaria Ribeiro	Papel B (48 x 66 cm).
	A. J. Pereira Barbedo	Papéis, linha branca.
	A Gomes Pereira	Papel vegetal, papel de seda, cartão Bristol.
	J. Pompilio Dias (despachante)	Papel, peles.
	Casa Moreno – instrumento de cirurgia, eletricidade e cutelaria	Barbante.
	Álvaro Teixeira (despachante)	Peles marroquinadas, papel cartão.
	Casa Saldanha	Algodão hidrófilo.

	Padaria Santo Antônio	Farinha de trigo.
1913	Fontes e Garcia – ferragens, tintas, louças e artigos diversos	Estopa, cola da Bahia, água-raz.
	Casa Moreno – instrumento de cirurgia, eletricidade e cutelaria	Barbante, estopa, cápsula de porcelana, vidros pequenos usados pelos dentistas, espátulas de aço.
	Álvaro Teixeira (despachante)	Papel acetinado.
	Farmácia V. Werneck e Co.	Hipossulfito de sódio, sulfito de sódio, carbonato de sódio, carbonato de potassa, cera, <i>sandarac</i> , alúmen, goma arábica, breu, anilina azul, bicarbonato de sódio, percloro de ferro, ácido acético, soda cáustica, goma arábica, gelatina branca, naftalina, amônia, bicloreto de mercúrio.
	Padaria Santo Antônio	Farinha de trigo.
	Padaria, confeitaria e armazém Bragança	Farinha de trigo.
	Barboza, Albuquerque e Comp. – armazém de molhados	Álcool, querosene, azeite.
	Souza e Torres	Dúzias de ovos.
	Fontes e Garcia – ferragens, tintas, louças e artigos diversos	Água-raz, potassa, jaspe.
	Firmino Fontes – sortimento de ferragens, tintas e vernizes	Potassa, cola da Bahia, linha branca, estopa, fogareiro de ágata para álcool, tigelas de ágata.
	Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	<i>Marroquim chagrin.</i>
	A Gomes Pereira	Cartão Bristol, cartolina para capas, papel vegetal.

	J. Pompilio Dias (despachante)	Peles.
	Niklaus e Co.	Papel de seda verde.
	H. Rosa e Filhos – seção de papelaria	Papelão hidráulico.
	Casa Saldanha – fabri- cantes de instrumentos de cirurgia e ótica	Termômetro para estufa.
1914	H. Rosa e Filhos – seção de papelaria	Papelão hidráulico, tipos para dourar a máquina.
	Papelaria Ribeiro	Cartolina verde, papel hidráulico.
	Papelaria e tipografia Villas-Bôas	Papel de desenho.
	A Gomes Pereira	Papelão cinzento, papel <i>couché</i> , cartão branco, papel vegetal, papel <i>Canson</i> , <i>Thatmann</i> , papel Bristol, cartolina, papel hidráulico, papel de cor, cartão, cartão marfim.
	Firmino Fontes – sorti- mento de ferragens, tintas e vernizes	Fio branco, estopa branca, potassa, cera, cola da Bahia, fogareiro para álcool, breu, barbante, jasepe.
	Farmácia V. Werneck e Co.	Hipossulfito de sódio, sulfito de sódio, carbonato de sódio, cloreto de cal, bicromato de amônia, ácido cítrico, álcool absoluto, sulfato de cobre, sulfato de ferro, cianeto de potássio, iodeto de potássio, gesso, ácido cítrico, potassa, estopa branca, cola da Bahia, hidroquino- ne, iodeto de cádmio, iodeto de amônia, brometo de cádmio, brometo de amônia, cera, alúmen, ácido azótico, boráx, goma arábica, anilina vermelha, percloro de ferro, goma arábica, água destilada, amô- nia, cloreto de cálcio, cloreto de estrôncio.
	Souza e Torres	Dúzias de ovos.

	Padaria, confeitaria e armazém Bragança	Farinha de trigo.
	Casa Saldanha – fabricantes de instrumentos de cirurgia e ótica	Termômetro para estufa.
	Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	Bezerro de cor, <i>marroquim chagrin</i> verde, vermelho, pano <i>chagrin</i> .
	Fontes e Garcia – ferragens, tintas, louças e artigos diversos	Fio de vela.
	A. J. Pereira de Barbedo – colchoaria, móveis e tapeçaria	Linhas, papéis de agulha, cadarço de linho.
	J. Pompilio Dias (despachante)	Papel e tecidos para mapas.
	Barboza, Albuquerque e Comp. – armazém de molhados	Álcool, querosene, azeite.
1915	A Gomes Pereira	Papel vegetal, cartão de cor, papel de seda, papel <i>chagrin</i> , papel couro vinho.
	Papelaria Mendes – A Plácido Marque e C.	Papelão cinzento, papel vegetal.
	Papelaria Brasil – J.L. Costa e Cia.	Papel parafinado vegetal, papelão cinzento, papel manilha inglês encorpado.
	Barboza, Albuquerque e Comp. – armazém de molhados	Álcool, querosene, azeite, sabão.
	Firmino Fontes – sortimento de ferragens, tintas e vernizes	Estopa branca, potassa, jaspe, cola da Bahia, goma arábica, breu, trinchas, pincéis, cola, papéis de agulha, fio.
	A. J. Pereira de Barbedo – colchoaria, móveis e tapeçaria	Linha branca.
	Souza e Torres	Dúzias de ovos.

	Farmácia V. Werneck e Co.	Alúmen, pedra pomes, ácido muriático, sulfito de sódio anidro, carbonato de sódio, hipossulfito de sódio, bissulfito de sódio, brometo de potássio, álcool perfumado, álcool absoluto, sulfato de sódio anidro, álcool 40, ácido nítrico fumegante, carbonila, anilina azul, vermelha, sulfato de ferro, sulfato de cobre, sulfeto de sódio, cianeto de potássio, bicromato de amônia, água destilada, ácido fênico, ácido azótico, ácido acético, carbonato de sódio, iodeto de potássio, cera virgem, carbonato de potassa, iodo metálico, creolina <i>Pearson</i> .
	Padaria Franceza – Lopes Corrêa e Comp.	Farinha de trigo.
	Fontes Garcia e C.	Fio de vela, estopa, potassa.
	Casa Saldanha – fabricantes de instrumentos de cirurgia e ótica	Termômetro para estufa.
	Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	<i>Marroquim chagrin</i> verde, vermelho, carneiras alvejadas, cola da Bahia.
	M. Martins e Irmãos – construção e reconstrução de edifícios	Conserto da máquina de aparar papel.
1916	Fontes Garcia e C.	Fio de vela, estopa, cola da Bahia, potassa, fio, facas, água-raz, jaspe, facas, tesouras.
	Barboza, Albuquerque e Comp. – armazém de molhados	Álcool, querosene, azeite, sabão.
	A. J. Pereira de Barbedo – colchoaria, móveis e tapeçaria	Linha branca, linha crua.

	Farmácia V. Werneck e Co.	Sulfito de sódio anidro, hipossulfito de sódio, goma arábica, alúmen, água destilada, ácido azótico, creolina <i>Pearson</i> , ácido sulfúrico, naftalina, amônia, brometo de potássio, iodeto de potássio, sulfeto de sódio, ácido azótico, amidol, éter sulfúrico, álcool absoluto, glicerina, iodeto de mercúrio, bi-iodeto de mercúrio, potassa, anilina azul e vermelha.
	Souza e Torres	Dúzias de ovos.
	Breissan e Cia. – couros selins, arreios, ferragens e miudezas	<i>Marroquim chagrin</i> verde, vermelho, acetinado vinho, <i>marroquim</i> verde, vermelho, carneiras brancas, oleado marrom, oleado LM Vitória.
	Papelaria e livreria - Gomes Pereira	Cartão branco, rosa, mata-borrão, papel vegetal, papel couro, papel de seda, papel <i>couché</i> .
	Padaria, confeitaria e armazém Bragança	Farinha de trigo.
	M. Martins e Irmãos – construção e reconstrução de edifícios	Conserto da máquina de aparar papel.
	Papelaria Luiz Macedo	Cartão.
	Jorge e Bastos – fabricantes de calçados e importação de couro	Pele <i>marroquim</i> verde, <i>marroquim chagrin</i> .
	Papelaria Brasil - J.L. Costa e Cia.	Papelão cinzento.
	Casa Saldanha – fabricantes de instrumentos de cirurgia e ótica	Termômetro para estufa.
1917	Papelaria e livreria - Gomes Pereira	Papel vegetal, cartão branco, rosa.
	Fontes Garcia e C.	Estopas, água-raz, cola da Bahia, instalação de gás para douração, potassa, anilina azul, vermelha, jasper.

	Barboza, Albuquerque e Comp. – armazém de molhados	Álcool, querosene, azeite, sabão.
	A. J. Pereira de Barbedo – colchoaria, móveis e tapeçaria	Carretéis, linha “ancora”, linha de linho cru, papéis de agulha.
	Souza e Torres	Dúzias de ovos.
	Isnard e C.	Pele de carneiras brancas, <i>marroquim</i> vermelho, verde, <i>marroquim chagrin</i> , milheiro de ouro.
	Farmácia V. Werneck e Co.	Creolina <i>Pearson</i> , alúmen.
	Casa Saldanha – fabricantes de instrumentos de cirurgia e ótica	Tubos de vidro.
	Padaria, confeitaria e armazém Bragança	Farinha de trigo.
	Papelaria Brasil – J. L. Costa e Cia.	Papelão cinzento, papel de seda, papel mármore, cartão branco marfim, cartolina branca.
	Papelaria Ribeiro	Cartolina marfim.
	Firmino Fontes	Barbante, fio.
1918	Fontes Garcia e C.	Jaspe, pedra pomes, facas de aparas, régua, cola da Bahia, linha, fio de vela, pele de couro <i>chagrin</i> , milheiro de ouro, <i>marroquim chagrin</i> , carneira branca, papéis de agulha, cola <i>lepage</i> .
	Barboza, Albuquerque e Comp. – armazém de molhados	Álcool, querosene, azeite, sabão.
	Papelaria Brasil – J. L. Costa e Cia.	Papel mármore verde, cartolina azul, rosa, papel para capas, cartolina branca, papel massa, papel <i>chagrin</i> .

	A.J. Pereira de Barbedo – colchoaria, móveis e tapeçaria	Linha branca.
	Papelaria e livreria - Gomes Pereira	Cartolina de cor, cartão, papelão cinzento nacional, papel de seda branco.
	Padaria, confeitaria e armazém Bragança	Farinha de trigo.
	James A. Wheatley – papéis de impressão, artigo para experiente e artes gráficas	Papel fino branco.
	The Ault e Wiborg – Brazil Company – fabricantes de tintas, vernizes	Papel de seda branco.
	Farmácia V. Werneck e Co.	Alúmen, carbonila, goma arábica, ácido fênico, creolina <i>Pearson</i> , cloreto de cal, pedra hume, cera virgem, anilina verde, amarela, água louro cereja, lysel, goma arábica.
1919	James A. Wheatley – papéis de impressão, artigo para experiente e artes gráficas	Papel para guarda.
	Papelaria Brasil - J.L. Costa e Cia.	Papelão, papelão cinzento, papel mármore verde, vermelho, cartão marfim, pano Victória.
	Papelaria e livreria - Gomes Pereira	Cartolina azul, papel de seda branco.
	Pimenta e Ca. - Uniforme militares, equipamento, artefatos de uso da classe armada	Linha, morim, pano de algodão.
	Padaria, confeitaria e armazém Bragança	Farinha de trigo.
	Borlido Maia e Co.	Cola da Bahia, estopa alvejada, água-raz.

	Fontes Garcia e C.	Potassa, milheiro de ouro, breu, clara de ovo, <i>sandarac</i> , faca, linha, fio, peles <i>marroquim chagrin</i> verde, vermelho, carneiras brancas, pincéis.
	Barboza, Albuquerque e Comp. – armazém de molhados	Álcool, querosene, azeite, sabão.
	Beuttenmüller e C.	Peles de couro <i>marroquim chagrin</i> .
	The Ault e Wiborg – Brazil Company – fabricantes de tintas, vernizes	Papel de guarda.
	Farmácia V. Werneck e Co.	Hipossulfito de sódio, diamidofenol, alumínio, anozol (anacol?), goma arábica.
	Casa Saldanha – fabricantes de instrumentos de cirurgia e ótica	Termômetro para estufa.
1920	Fontes Garcia e C.	Pele <i>marroquim chagrin</i> , barbante, carre-téis de linha crua, pincéis para aquarela, cretone, pano de algodão.
	Firmino Fontes e Irmãos	
	Padaria, confeitaria e armazém Bragança	Farinha de trigo.
	Papelaria Mendes – A Plácido Macedo e C.	Papelão cinzento.
	Papelaria Nacional	Papel mármore, cartolina rosa, azul, papel <i>chagrin</i> verde, papelão cinzento.
	Mendes e Pinto – importadores	Barbante grosso, peles de <i>marroquim chagrin</i> verde, vermelho, vinho, cola da Bahia, fio, de vela, sulfito de sódio anidro, hipossulfito de sódio, metol, hidroquina, <i>marroquim chagrin</i> verde, vermelho, vinho.
	Casa Saldanha – fabricantes de instrumentos de cirurgia e ótica	Termômetro para estufa.

	Farmácia V. Werneck e Co.	Água destilada, álcool absoluto.
	Padaria, confeitaria e armazém Bragança	Farinha de trigo.
	Papelaria Nacional	Papel de seda branca, <i>couché</i> , papelão, cartolina.
1921	Mendes e Pinto – importadores	Morim cambraia, milheiro de ouro, pele de <i>marroquim chagrin</i> vermelho, verde, vinho, pincéis, panela de cobre para cola, jaspe, estopa, carretéis de linha crua, fio de vela, iodeto de sódio, estrôncio, brometo de cádmio, sulfito de sódio anidro, sulfeto de sódio, copos graduados, funil de vidro, banheiras de vidro, papel filtro, cola da Bahia, alúmen, algodão, pele vinho, vermelha, verde, pele de bezerro cromo, carneira natural, papéis de agulha.
	Papelaria Brasil – J. L. Costa e Cia.	Papel mármore para guarda e para cobrir, papel de seda branco, pano, pano Victória, papelão hidráulico.
	Papelaria Nacional	Cartão, pano, papel mármore, papel couro vermelho.
	Barboza, Albuquerque e Comp. – armazém de molhados	Álcool, querosene, azeite, sabão.
	Farmácia V. Werneck e Co.	Goma arábica, álcool absoluto, álcool 36, éter sulfúrico, hipossulfito de sódio, iodeto de cádmio, sulfato de ferro.
	The Ault e Wiborg – Brazil Company – fabricantes de tintas, vernizes	Cartolina.
	Companhia Fabril da Gávea	Papelão.
	Padaria, confeitaria e armazém Bragança	Farinha de trigo.

	Papelaria e livraria – Gomes Pereira	<i>Marroquim</i> , cartolina branca.
	Fontes Garcia e C.	Sulfito de sódio anidro.
	Francisco de Paiva Cardoso – reparação de caldeiras, lanchas e vapores	Substituição de tubos da caldeira da estufa de desinfecção de livros.
1922	Mendes e Pinto – importadores	Jaspe, estopa, cola da Bahia, pincéis, peles de <i>marroquim chagrin</i> vermelho, azul, verde, carneira natural, bezerro cromo natural, verde, azul, amarelo, linha crua inglesa, pano preto de linho, cola de Hamburgo, alúmen, sulfito de sódio anidro, faca, dobradeira, estopa, cola para encadernação, carbonato de sódio anidro, hipossulfito de sódio, álcool 40, <i>sandarac</i> .
	Papelaria Nacional	Cartolina branca.
	The Ault e Wiborg – Brazil Company – fabricantes de tintas, vernizes	Papel de seda.
	Fontes Garcia e C.	Potassa, cola da Bahia.
	Papelaria e livraria Gomes Pereira	Papel vegetal, papel mármore.
	Papelaria Brasil – J. L. Costa e Cia.	Cartolina branca, papelão cinzento, milheiro de ouro, cartão laminado cinzento, papel mármore vermelho, verde.
	Padaria Franceza	Farinha de trigo.
	Barboza, Albuquerque e Comp. – armazém de molhados	Potassa, sabão.
	Pimenta e Ca. – uniformes militares, equipamentos, artefatos de uso da classe armada	Pano de algodão.

1923	Papelaria Brasil – J. L. Costa e Cia.	Cartolina branca, papel mármore, pano preto de linho.
	Papelaria e livreria Gomes Pereira	Papelão cinzento, papel couro em cores, papel mármore, cartolina branca, papel azul, pano Victória.
	Mendes e Pinto – importadores	Cola da Bahia, milho de ouro, pano de algodão, pedra humes, amolação de facas, <i>marroquin chagrin</i> verde, <i>marroquin chagrin</i> , bezerro cromo azul escuro, carneiras natural, pano preto encorpado, cola para encadernação, cadaço, linhas cruas inglesas, jaspe, potassa.
	Fontes Garcia e C.	Estopa alvejada, potassa.
	Farmácia V. Werneck e Co.	Bi-iodeto de mercúrio, ácido nítrico, ácido sulfúrico.
	Padaria Franceza	Farinha de trigo.
1924	Papelaria e livreria Gomes Pereira	Cartolina Bristol, papel mármore, cartolina de cor, cartolina branca, papelão cinzento, papel para cobrir.
	Mendes e Pinto – importadores	<i>Marroquin chagrin</i> , jaspe, fio, pano preto, água-raz, potassa, cola de encadernação, facas de aço, chanfradeiras, dobradeira de osso, cadaço, linha crua, amolação de faca, milho de ouro, carneira natural.
1925	Mendes e Pinto – importadores	Milho de ouro, <i>marroquin chagrin</i> , pin-céis cabelo de porco, cola de encadernação, pano preto, cordel de linho, cadaço, carneira natural, algodão em rama.
	Papelaria e livreria Gomes Pereira	Cartolina branca, papel <i>couché</i> , linha de algodão.

1926	Mendes e Pinto – importadores	<i>Marroquin chagrin</i> , cadaço, algodão em rama, carneira natural, pano preto, cola de encadernação, massa para rolo, querosene.
	Papelaria e livraria Gomes Pereira	Cartolina branca.
1927	Mendes e Pinto – importadores	Carneira natural, milheiro de ouro, agulha para costurar livros, couro <i>chagrin</i> , pano de algodão, fio de linho, pincéis para douração, cadaço de linho, peles de bezerro cromo, caldeira de cobre para derreter cola, fio de linho, linha crua inglesa, pano de algodão, querosene, pano preto, potassa, pincéis grandes para encadernação, cola de encadernação, fio.
	Papelaria e livraria Gomes Pereira	Cartolina branca, papelão nacional, papel mármore, papel de guarda, couro <i>chagrin</i> , pano preto.
	Papelaria Moreira, Macedo e Comp.	Papel de seda branco.
1928	Mendes e Pinto – importadores	Cola para encadernação, linha crua, fio, milheiro de ouro, couro <i>chagrin</i> , pano preto de linho, dobradeira de ouro, potassa, couro laminado, fio de linho, carneira natural, agulhas de costurar livros, couro <i>chagrin</i> verde, vermelho, pincéis grandes para douração, <i>sandarac</i> , cola de encadernação, brocha de cabelo francesa.
	Papelaria Globo – A. Vargas e Cia.	Cartolina branca, cartolina de cores, papel de seda, papelão.
1929	Silvano Leão Bourrus	Expurgo de livros.
	Standard Oil Company of Brazil	Querosene.

	Fontes Garcia	Alúmen, cola da Bahia, estopa, milheiro de ouro.
	Padaria Franceza	Farinha de trigo.
	Papelaria e livraria Gomes Pereira	Cartolina marfim, branca.
	Luiz Mendonça e Cia.	Pano preto, pano de algodão nacional, linha crua inglesa, cadarço de linho, linha.
	Papelaria Globo – A. Vargas e Cia.	Barbante pardo, papelão, papel para guarda, papel mármore, cartolina de cores, cartolina marfim, esponja marinha, papel Victória.
	Mendes e Pinto – importadores	Couro <i>chagrin</i> vinho, verde, carneira natural, fio, caldeira para derreter cola, agulhas para encadernação de livros.
	Drogaria Berrini – Freire Guimarães e Cia.	Hipossulfito de sódio.
1930	Mendes e Pinto – importadores	Couro <i>chagrin</i> , fio, milheiro de ouro, brocha grande, dobradeira de osso, cola para encadernação, bastidores para encadernação, fio, carneira natural, pinças, martelos.
	Padaria Franceza	Farinha de trigo.
	Fontes Garcia	Estopa alvejada, potassa, jaspe, fio de vela.
	Luiz Mendonça e Cia.	Algodão nacional cru, linha crua inglesa, pano preto.
	Standard Oil Company of Brazil	Querosene.
	Drogaria Baptista – F. R. Baptista e Cia.	Ácido acético.
	Fábrica de móveis Glória do Brasil	Bancos e mesa para encadernação.

	Papelaria Globo – A. Vargas e Cia.	Cartolina de cores, cartolina marfim, papel mármore, papel de seda branco.
	Papelaria Heitor, Ribeiro e Cia.	Papelão.
	Souza Baptista e Comp. – móveis tapeçarias e ornamentações	Morim.
	Drogaria Lamaignère – V. Silva e Comp.	Álcool absoluto.
1931	Faturas não localizadas	

Obs.: As informações desse quadro foram pesquisadas nos livros administrativos da Biblioteca Nacional Faturas de 1902 a 1930 e Folhas de Pagamentos de 1917 a 1929.

ANEXOS

Anexo 1

Faturas dos equipamentos, materiais e produtos químicos adquiridos pela Biblioteca Nacional para a montagem do laboratório de Restauração em 1948.

Instrumental Optica Ltda
26 de Abril de 1948 RUA SETE DE SETEMBRO, 39
CENTRAL DE PESQUISA - INDENPATIA - OTICA - CIRURGIA - FOTOGRAFIA - MICROSCÓPIA - QUÍMICA - ETC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
BIBLIOTECA NACIONAL
ESTA

FATURA N.º
VENCT-
DUBL. SELADA C/CH

DEVE (M)

	C/5	C/5
2 Guardas pó	85,00	170,00
4 Blocos de chumbo	90,00	360,00
1 Lupa de Berger		120,00
2 Quilos de algodão	25,00	50,00
1 Descolador de William		90,00
1 Estilete (agulha para histologia com cabo)		28,00
1 Balança de precisão pesando até 100 mgs.		700,00
1 Fogareiro elétrico Precisão		800,00
1 Lâmpada de vidro para álcool		32,00
6 Tubos de ensaio	2,00	12,00
2 Metros de tubo de borracha	16,00	32,00
2 Copos graduados de 250 cc.	55,00	110,00
1 Suporte de madeira para 6 tubos		15,00
50 Lâminas para análises		15,00
10 Frascos conta gotas	20,00	200,00
5 Frascos com rolha esmerilada de 125 cc.	20,00	100,00
1 Espátula de aço com 14 cms.		16,00
6 Bastões de vidro sortidos	3,00	18,00
2 Copos de Becker de 150 cc.	8,00	16,00
1 Idem idem de 400 cc.		14,00
1 Idem idem de 600 cc.		14,00
1 Idem idem de 1000 cc.		24,00
2 Funis de vidro com 65 mm.	17,00	34,00
1 Provete graduada de 10 cc.		28,00
100 Tubos de vidro para colorações nº 34.500		25,00
2 Litros de água destilada	10,00	20,00
2 Focos de porcelana de 250 cc.	75,00	150,00
1 Dissolvidor com torneira, de 25 cms. c/ disco.		940,00
1 Psicrometro Casella		800,00
1 Raspadeira especial		18,00
1 Tesoura de 15 cms.		25,00
1 Ferra de aço de 1 metro		60,00
1 Lâmpada modelo Universal nº 134		1.200,00
- continua -	GR\$	6.436,00

Recebi em 10 de Maio de 1948
Rafael de Mello

CONFERE
Rafael de Mello
CHEFE DO SERVIÇO ACERVO

DOCUMENTO 106

Instrumental Otico Ltda

TELEFONES: 112

CO-ADMIN: DESENHO E ESCULTURA

CO-ADMIN: QUÍMICA E ESCRITA

MATRIZ: RUA SETE DE SETEMBRO, 39

ATUAL DE DESENHO - ENGENHARIA - ÓTICA - CIRURGIA - FOTOGRAFIA - MICROSCÓPIA - QUÍMICA - ETC.

11 de Janeiro.

VISTO
Lembert
Elder

FATURA N.º
VENCT.
DUPL. SELADA C/C'S

PATENTE DE REGISTRO N.º 50403

DEVE (M)

	Cr\$	Cr\$
- continuação -		
1 Espectografo de Morey transportado.....		6.436,00
1 Banno maria elettrico, fab. U.S.A. com c/40 cms.....		1.200,00
		800,00
	GR\$	<u>8.436,00</u>

Importa a presente fatura em:
(OITO MIL QUATROCENTO E TRINTA E QUATRO CRUZEIROS)

Rio de Janeiro 28 de Abril de 1948
P.P. Instrumental Otico Ltda
João Gonçalves de Almeida

Recebi Srta. HEBE PITTA E SILVA, armazenista referencia IX, do Ministerio da Educação e Saúde com exercicio na Biblioteca Nacional, em cheque n.º 492.419 contra o Banco do Brasil S.A. o valor da presente fatura.

Recebemos
Rio de Janeiro, 28 de Abril de 1948
P.P. Instrumental Otico Ltda.
João Gonçalves de Almeida

Recebi
João de Jesus
Chefe de Departamento

CONFERE
Diretor do Serviço Arquivo

43-2886 (RÉDC INTERNAT)
ALGERIE

RUA MIGUEL COUTO, 129/131
CAIXA POSTAL LP. O. BOX 25521
RIO DE JANEIRO - BRASIL

FILED	R. FLORENCIO DEABREV. JR.
BRANCH OFFICE	SÃO PAULO

NATURA N.º Biblioteca Nacional
Ministerio da Educação e Saúde
Sr. Nesta

CONFERE

DIRETOR DO SERVIÇO AUXILIAR

VISTO



DEVE

Quantidades	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO	PREÇOS	IMPORTÂNCIAS	
			PARCIAS	TOTAIS
	n/190453			
453	grs.Cloreto de zinco	0,07	31,71	
453	grs.Acido cloridrico	0,039	17,66	
453	grs.Acido nitrico	0,042	19,02	
453	grs.Acido sulfurico	0,032	14,49	
453	grs.Amonia	0,038	17,21	
453	grs.Hidroxido de sodio	0,052	23,55	
500	grs.Ferrocianeto de potassio	0,088	44,00	
2000	grs.Alcool etilico	0,007	14,00	
906	grs.Xilol	0,044	39,86	
453	grs.Toluol	0,045	20,38	
100	grs.Balsamo do Canada	0,45	45,00	
114	grs.Sacto Agar	----	80,00	
114	grs.Sacto Peptone	----	67,00	
			433,88	
	P/acerto mais.....		2	433,90
	n/190452			
113	grs.Timol	0,60	67,80	
453	grs.Acido cloridrico	0,039	17,66	
2000	cc. Acetona	0,018	36,00	
453	grs.Piridina	0,21	95,13	
453	grs.Peroxido de hidrogenio	0,214	96,94	
113	grs.Binoxalato de potassio	0,225	25,42	
453	grs.Acido citrico	0,077	34,38	
453	grs.Ester	0,046	20,83	
453	grs.Essencia de petroleo (Ester)	0,043	19,47	
500	grs.Cloreto de sodio com.	0,015	7,50	
453	grs.Alumen (Potassio)	0,042	19,02	
453	grs.Formalina U.S.P.	0,048	21,74	
2000	cc.Alcool 98%	0,007	14,00	
453	grs.Hipossulfito de sodio	0,046	20,83	
100	grs.Iodo	0,29	29,00	
113	grs.Iodeto de potassio crist.	0,30	33,90	
			560,12	
	P/acerto menos.....		2	560,10
			Total....	Cr\$ 994,00
Importa a presente fatura em: Noventa e noventa e quatro cruzeiros. Rio de Janeiro, 30 de Abril 1948 pp. Rudolf Isaac Heller				

Anexo 2

Relatório das atividades desenvolvidas pela bibliotecária Cely de Souza Soares Pereira, em 1975, durante o estágio oferecido pelo *Istituto di Patologia del Libro Alfonso Gallo em Roma*.

1.7

RETORNO AO BRASIL EM 15 DE JUNHO DE 1975.

2. O PLANO DE ESTUDOS FOI APRESENTADO À BOLSISTA, EM ROMA, PELA DIRETORA DA BIBLIOTECA VALLICELLIANA (ROMA), DOTT. SSA. MARIA DI FRANCO LILLI, ESPECIALISTA DISTINGUIDA PELA UNESCO PARA A MISSÃO DE ESTUDAR, PLANEJAR E REFORMULAR O ATUAL SISTEMA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. (ANEXO 3)

A PROGRAMAÇÃO DO CURSO, DIVIDIDA EM ESTÁGIOS E VISITAS, TEVE O SEU DESENVOLVIMENTO INICIAL NO LABORATÓRIO DI RESTAURO E LEGATORIA DI LIBRI "ANGELO PANDINIGLIO" ONDE FORAM MINISTRADAS AULAS PRÁTICAS E TEÓRICAS SOBRE RESTAURAÇÃO E ENCADERNAÇÃO DE LIVROS ANTIGOS E MODERNOS. POSTERIORMENTE, NO ISTITUTO DI PATOLOGIA DEL LIBRO "ALFONSO GALLO", O APRENDIZADO PRÁTICO-TEÓRICO SOBRE RESTAURAÇÃO SE LIMITOU AOS DOCUMENTOS ANTIGOS, ENQUANTO QUE, O REFERENTE À ENCADERNAÇÃO, SE ESTENDEU AOS MODERNOS. ALÉM DESTES ENSINAMENTOS, FORAM ADMINISTRADAS, NESTE "ISTITUTO", AULAS TEÓRICAS DE BIOLOGIA, FÍSICA E QUÍMICA, NA MEDIDA EM QUE ESTAS CIÊNCIAS CONTRIBUEM PARA A TÉCNICA DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS.

NO DECURSO DOS ESTÁGIOS FORAM REALIZADAS VISITAS, OBJETIVANDO A COMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA.

2.1

AULAS PRÁTICAS

2.1.1

RESTAURAÇÃO EM PAPEL IMPRESSO

- A) - PAGINAÇÃO - CONTROLE DE NUMERAÇÃO E CORREÇÕES.
- B) - LIVRO - DESMONTAGEM E CUIDADOS PARA APROVEITAMENTO OU RESTAURAÇÃO DE TODOS OS SEUS ELEMENTOS.
- C) - LAVAGEM - PROCESSOS E CRITÉRIOS.
- D) - CLAREAMENTO - PROCESSOS E CRITÉRIOS (ANEXO I-C).
- E) - SECAGEM - PROCESSOS.
- F) - REVIGORAMENTO - PROCESSOS E CRITÉRIOS (ANEXO I-C).
- G) - PRENSAGEM - PROCESSOS E FASES EM QUE DEVE SER PROCESSADA.
- H) - VELATURAS - COM PAPEL JAPONÊS; PROCESSOS E CRITÉRIOS (ANEXO I-B-C).
- I) - REMENDOS - COM PAPEL JAPONÊS; FORMAS DE EXECUÇÃO E CRITÉRIOS (ANEXO I-A, C).
- J) - PAGINAÇÃO - CONTROLE E MONTAGEM.
- L) - PERGAMINHO - INICIAÇÃO À TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO.

2.1.2

ENCADERNAÇÃO

- A) - PAGINAÇÃO - CONFERÊNCIA
- B) - FOLHAS DE GUARDA - PREPARAÇÃO PARA LIVROS ANTIGOS E MODERNOS.
- C) - COSTURA MODERNA (ANEXO I^A).
- D) - PERIÓDICOS - NORMAS E CRITÉRIOS.
 - DESMONTAGEM DE BROCHURA E FASCÍCULOS
 - PREPARAÇÃO E MONTAGEM DE CADERNOS.
- E) - COSTURA À CAPPUCINA - EXECUÇÃO COM 1 E 2 CORDÕES (ANEXO II).
- F) - DORSO - PREPARAÇÃO:
 - COLAGEM PARA REFORÇO DA COSTURA
 - CURVATURA À MÃO
 - REFORÇO COM COLAGEM DE PAPEL
 - COLAGEM DE TECIDO PARA O ESTILO ("INDORSATTURA A PETTINE").
- H) - CAPITEL - EXECUÇÃO MANUAL.
- I) - CAPAS - CORTE E PREPARAÇÃO.
- J) - ENCAVERNACÃO - PREPARAÇÃO DA PELE E COLAGEM (ANEXO I^A).
- L) - COURO - INICIAÇÃO À TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO (ANEXO I^A).

2.2

AULAS TEÓRICAS

2.2.1

RESTAURAÇÃO

PAPEL:

- A) - DOCUMENTO - CONTROLE, ATRAVÉS DE FICHAMENTO, COM INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, DIAGNÓSTICO E TERAPIA.
- B) - DESINFECÇÃO E DESINFESTACÃO - PROCESSOS E CRITÉRIOS.
- C) - DESACIDIFICAÇÃO - PROCESSOS E CRITÉRIOS.
- D) - PRODUTOS - CRITÉRIO PARA APLICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS.
- E) - PLASTIFICAÇÃO - PROCESSO E INCONVENIÊNCIA DO SEU EMPREGO. (ANEXO I - D).
- F) - LIVROS MODERNOS, JORNAIS E REVISTAS - PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO.
- G) - ESTAMPAS - PROCESSOS.
- H) - MANUSCRITO - PROCESSOS E CRITÉRIOS; PRECAUÇÕES.
- I) - ÁQUARELA - INICIAÇÃO À TÉCNICA.

PERGAMINHO

- A) - LAVAGEM - PROCESSOS, CRITÉRIOS E PRECAUÇÕES.
- B) - REMENDOS - PROCESSOS.

2.2.2

ENCADERNAÇÃO

- A) - ESTILOS DE ÉPOCAS - DEFINIÇÃO DE CARACTERÍSTICAS.
- B) - COSTURA MODERNA - PROCESSOS E MATERIAIS USADOS.
- C) - COSTURA À CAPPUCCINA - PROCESSOS E MATERIAIS USADOS.
- D) - CAPITEL - TIPOS.
- E) - PERIÓDICOS E OBRAS FASCICULADAS - PROCESSOS E CRITÉRIOS.
- F) - DOCUMENTOS DE BIBLIOTECAS NACIONAIS - PROCESSOS E CUIDADOS NA EXECUÇÃO; CRITÉRIOS NO USO DO MATERIAL EMPREGADO.
- G) - LIVRO MANUSCRITO - PROCESSOS E CUIDADOS A SEREM OBSERVADOS.
- H) - ENCADERNAÇÕES CONDENÁVEIS - SISTEMAS E PROCESSOS PREJUDICIAIS À CONSERVAÇÃO DO LIVRO.
- I) - ENCADERNAÇÃO AMERICANA - PROCESSO E CRITÉRIO PARA EMPREGO.
- J) - PRODUTOS - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS NA ENCADERNAÇÃO E CRITÉRIOS PARA USOS ESPECÍFICOS VISANDO A BOA CONSERVAÇÃO DO LIVRO.
- L) - CAPAS DE LIVRO EM PERGAMINHO - PROCESSOS DE RESTAURAÇÃO.
- M) - CAPAS DE LIVRO EM COURO - PROCESSOS DE RESTAURAÇÃO.

2.2.3

BIOLOGIA

MINISTRADAS 8 (OITO) AULAS FOCALIZANDO OS SEGUINTE TEMAS:

- A) - CONDIÇÕES CLIMÁTICAS - VALORES IDEAIS PARA UMA BIBLIOTECA; CONTROLE E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA SUA OBTENÇÃO.
- B) - AGENTES BIOLÓGICOS - PRINCIPAIS INSETOS E MICROORGANISMOS QUE DESTROEM OS SUPORTES DE ESCRITA E FATORES QUE BENEFICIAM SEU DESENVOLVIMENTO; MEDIDAS PREVENTIVAS E MEIOS DE COMBATE.
- C) - AGENTES FÍSICOS - PRINCIPAIS AGENTES FÍSICOS PREJUDICIAIS AO ACERVO DE UMA BIBLIOTECA - CUIDADOS E PREVENÇÃO.
- D) - DESINFECÇÃO E DESINFESTACÃO - CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DE PROCESSOS E PRODUTOS.

E) - PRODUTOS - CRITÉRIO DE SELEÇÃO, COM OBSERVÂNCIA DE DETERMINADAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DOS PRODUTOS USADOS PARA CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ENCADERNAÇÃO DE DOCUMENTOS.

F) - CONDIÇÕES AMBIENTAIS - ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS PARA EVENTUAL INTERVENÇÃO (LUZ, AREJAMENTO, POEIRA, CONDIÇÕES CLIMÁTICAS).

G) - MOBILIÁRIO - CARACTERÍSTICAS E EFEITOS DOS VÁRIOS MATERIAIS USADOS NO FABRICO; ADEQUAÇÃO DE ESCOLHA QUANTO À FINALIDADE; CUIDADOS A SEREM OBSERVADOS NA SUA DISPOSIÇÃO.

H) - MICROFILMES - ARMAZENAMENTO IDEAL PARA SUA PRESERVAÇÃO.

I) - DOCUMENTOS PRECIOSOS - CUIDADOS ESPECIAIS PARA SUA PROTEÇÃO.

2.2.4

F Í S I C A

MINISTRADAS 5 AULAS SOBRE OS SEGUINTE TEMAS:

A) - CONDIÇÕES CLIMÁTICAS - VALORES IDEAIS PARA UMA BIBLIOTECA; CONTROLE E APARELHOS NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO.

B) - LUZ - NATURAL E ARTIFICIAL E SEUS EFEITOS; SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO, DECORRÊNCIAS PREJUDICIAIS E MEIOS DE PROTEÇÃO.

C) - EQUIPAMENTOS ESPECIAIS QUE COMPÕEM UM LABORATÓRIO DE RESTAURAÇÃO - CUIDADOS NOS PROCESSOS DE INSTALAÇÃO.

D) - CELAS PARA DESINFECÇÃO E DESINFESTAÇÃO - SISTEMAS, IMPLANTAÇÃO E CUIDADOS A SEREM OBSERVADOS.

E) - FOTOGRAFIA - RECURSOS FOTOGRÁFICOS PARA LEITURA DE DOCUMENTOS ANTIGOS.

F) - BIBLIOTECAS - CONSTRUÇÃO OU ADAPTAÇÕES EM PRÉDIOS ANTIGOS DENTRO DE UM NOVO CONCEITO PARA MELHOR CONSERVAÇÃO DE SEU ACERVO.

2.2.5

Q U Í M I C A

MINISTRADAS 7 AULAS SOBRE OS SEGUINTE TEMAS:

A) - LABORATÓRIO DE QUÍMICA DESTINADO À ANÁLISE DO PAPEL - CONDIÇÕES CLIMÁTICAS IDEAIS E PRINCIPAIS APARELHOS QUE O COMPÕEM.

B) - PAPEL E PRODUTOS USADOS PARA CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ENCADERNAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANÁLISES E TESTES DE ENVELHECIMENTO PRECOCE PARA DETERMINAÇÃO DOS MELHORES A SEREM USADOS.

C) - PAPEL MODERNO E ANTIGO (ARTESANAL) - CARACTERÍSTICAS.

D) - VALOR DE PH - MEIOS DE CONTROLE DO GRAU DE ACIDÊS OU ALCALINIDADE DE UM ELEMENTO.

E) - ACIDÊS DO PAPEL - PRINCIPAIS CAUSAS E CRITÉRIOS PARA TRATAMENTO.

F) - DESAGIDIFICAÇÃO - PROCESSOS.

G) - LAVAGEM DE DOCUMENTOS - PROCESSOS E CUIDADOS PARA PAPEL, ILUMINURAS, MANUSCRITOS E PERGAMINHO.

H) - CLAREAMENTO DO PAPEL - CRITÉRIOS, PROCESSOS E PRODUTOS ESPECÍFICOS.

I) - PRODUTOS CONDENADOS - CARACTERÍSTICAS E EFEITOS DAQUELES QUE NÃO DEVEM SER USADOS NOS TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ENCADERNAÇÃO DE DOCUMENTOS.

J) - DESINFECÇÃO E DESINFESTAÇÃO - PRODUTOS E CRITÉRIOS DE ESCOLHA; IMPORTÂNCIA NO CAMPO DA CONSERVAÇÃO.

L) - PERGAMINHO - TRATAMENTO E CUIDADOS.

M) - ENTIDADES INTERNACIONAIS - PADRONIZADORAS DAS NORMAS PARA FABRICAÇÃO E USOS DO PAPEL.

2.3

VISITAS

2.3.1

ROMA

A) - BIBLIOTECA NAZIONALE CENTRALE DI ROMA

EM 17-2-1975 E 31-5-1975

B) - PROF. ACCARDO, SALVATORE (DIRETTORE GENERALE DELLE ANTICHITÀ E BELLE ARTI.)

EM 2-5-1975

C) - INTERNATIONAL CENTRE FOR CONSERVATION - VIA SAN MICHELE, 13.

EM 14-5-1975 E 22-5-1975

D) - CENTRO DI FOTORIPRODUZIONE, LEGATORIA E RESTAURO DEGLI ARCHIVI DI STATO - VIA COSTANZA BAUDANO, 14.

EM 20-5-1975

E) - ISTITUTO CENTRALE DEL RESTAURO - PIAZZA SAN FRANCISCO DI PAOLA, 9.

EM 22-5-1975.

(ANEXO 5)

2.3.2

FIRENZE

A) - BIBLIOTECA NAZIONALE CENTRALE DI FIRENZE

EM 26-5-1975

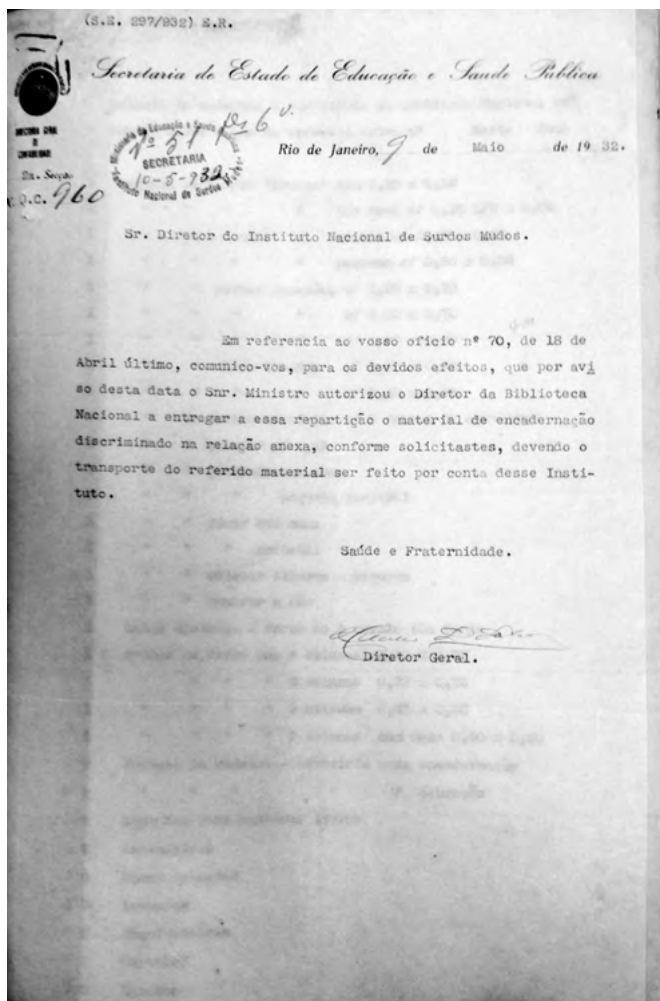
B) - UFFICIO DELLE PIETRE DURE E LABORATORIO DI RESTAURO DI FIRENZE

EM 27-5-1975

B

Anexo 3

Correspondência enviada pela Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública ao Instituto Nacional de Surdos-Mudos com a relação do material da Oficina de Encadernação cedido pela Biblioteca Nacional em 1932.



Relação do material a ser cedido ao Instituto Nacional de
Surdos Mudos a que se refere o Aviso nº desta data

- 1 Maquina de aparar "Krause" com 0,83 x 0,19
- 1 " " " " com mesa c/ 0,36 1/2 x 0,06
- 1 " para dourar " grande c/ 0,43 x 0,30
- 1 " " " " pequena c/ 0,36 x 0,26
- 1 " " cortar papelão, c/ 1,09 x 0,72
- 1 " " " " c/ 1,20 x 0,70
- 1 " " " " c/ 1,00 x 0,70
- 1 " " tirar encaixa c/ 0,45 x 0,16
- 1 " " " " c/ 0,45 x 0,14
- 1 " de cortar envelopes c/ 3 formas de envelopes
- 1 " " picotar c/ 0,41
- 1 " " grampear com mesa
- 1 " " " pequena portatil
- 1 " " furar com mesa
- 1 " " " portatil
- X 1 " " colocar ilhozes - pequena
- X 1 " " numerar a mão
- 1 Motor electrico - força de 1 cavallo (da forja)
- 1 P Prensa de ferro com 4 colunas 1,10 x 0,95
- 1 " " " " 2 colunas 0,72 x 0,75
- 1 " " " " 2 colunas 0,81 x 0,65
- 1 " " " " 2 colunas com mesa 0,40 x 0,30
- X 3 Pressas de madeira - portateis para encadernação
- X 2 " " " " " douração
- X 8 Engenhos para costurar livros
- Nº 9 Dobradeiras
- X 4 Facas pequenas
- 4 3 Tesouras
- X 8 Chanfradeiras
- X 4 Martelos
- X 5 3 Macetes

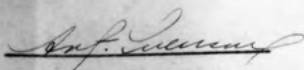
continua

2	Compassos
4	Furadores
4	Serrotes
6	Pinceis para massa
x 2	" " cola, cabo curto de folha
2	" finos de aquarela
2	Esquadros de ferro
x 1	Formão
x 2	Reguas de ferro
1	Bolo para marmore
1	Grelha para salpicar tinta nos livros
x 2	Escovas " " " " "
1	Alicate
1	Torquez
x 2	Vassourinhas para rassar em carneira
6	Tigelas de agate para massa
1	Tacho de cobre para fazer massa
x 1	Ferro de gomar - electrico para o serviço de restauração
1	Pinça para vincar nervos
1	Componider "Universal"
x 20	Componideres comuns
x 12	Coleções de tipos para dourar a maquina
31	" " " " " " punho
x 37	Filetes bordados e simples para dourar a punho
65	" ou fios diversos e simples para dourar a maquina
34	Florões para dourar a maquina
x 36	" " " " " punho
x 10	Rodas para dourar a punho
1	Coleção de tipos de aço de 1 a 0
x 25	Quadros para maquina de dourar
x 1	Forma para " " "
x 1	Cliché " " " " Armas da Monarquia
x 3	" " " " " " Republica
x 1	" " " " " " Brazão Barbosa Machado

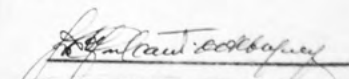
continua

X 2	Clichés para maquina de dourar Emblema Biblioteca Nacional.
33	Cantoneiras
4	Jogos de fantasia para maquina de dourar
99	Florões arte-nova " " " "
6	Bigodes " " " "
2	Bronidores " " " "
1	Faca para cortar ouro
6	Pinças de ferro para pegar tipos
1	Cochim para cortar ouro
1	Escova de tipos
10	Livros de ouro a mais 1/2 milheiro
4	Resmas de papel de seda branco
1 1/2 X	" " " manilha
4 X	" " " assetinado 30 Kilos A A
2 X	" " " apergaminhado 24 " A A
4 X	" " " " 30 " A A
1 X	" " " " 30 " A A
5 +	" " " " 40 " A A em 1/2 resmas
50	Folhas de papel couché
2110	" " cartolina branca
46	" " " amarela
86	" " " azul
56	" " " vermelha
76	" " " verde claro

2a. Secção da Directoria Geral de Contabilidade do Ministerio da Educação
e Saude Publica, em de Maio de 1932.



Official



Diretor de Secção

VISTO



Diretor Geral.

Impresso por Tavares & Tavares Ltda.
Uberlândia (MG), inverno de 2025
Composição em Adobe Garamond Pro e Acumin Variable Concept
Capa em Duo Design 300 g/m²
Miolo em Offset 90 g/m²



Thais Helena De Almeida é formada em Educação Artística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; especialista em Conservação de Bens Culturais Móveis (UFRJ); mestre em Extensão Rural – Cultura e Identidade (UFV/MG); doutora em Memória Social (Unirio) e possui treinamento no *Centre de Conservation du Livre*, em Arles, na França. Servidora da Fundação Biblioteca Nacional desde 2006, é restauradora do Laboratório de Restauração. Atua como pesquisadora nas áreas de conservação e restauração de papel, história da produção do papel no Brasil e Marcas de Proveniência em acervos do patrimônio bibliográfico e documental. É, ainda, representante, no Brasil, da *Asociación Hispánica de Historiadores del Papel* (AHHP) e da *International Association of Paper Historians* (IPH).



Guiado pelo objetivo de reelaborar as memórias dos restauradores-conservadores e cientistas que atuaram na preservação do acervo da Biblioteca Nacional, esta obra revela profissionais que, se apoiando em práticas orientadas por teorias e pensamentos internacionais, contribuíram para projetar a instituição como a principal disseminadora da cultura preservacionista no âmbito dos acervos bibliográficos no Brasil. Encontraremos seu primeiro restaurador, Luiz Antonio de Montenegro, em 1883, um artista habilidoso, incorporando talentos esperados para esse profissional do século XIX. Aptidão que será substituída pela técnica do mestre Álvaro Meirelles dos Passos e de seus encadernadores nas primeiras décadas do século XX. Com a criação do Laboratório de Restauração, na década de 1940, surgem profissionais que irão unir as técnicas, os equipamentos tecnológicos, os materiais específicos para a restauração e as pesquisas científicas para a consolidação do conservador-restaurador. Nesse período, Adalberto Barreto irá representar aquele que alia a técnica e a ciência nas suas ações. Outros profissionais, aqui revelados, irão participar desta trajetória e possibilitar a preservação desse monumental acervo e contribuir para a valorização da memória nacional, sua produção e preservação do conhecimento.

